



A ECONOMIA E O TURISMO COMPARTILHANDO SOLUÇÕES

XV Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais
da Região Nordeste do Rio Grande do Sul

Lodonha Maria Portela Coimbra Soares
Maria Carolina da Rosa Gullo
Sílvio Luiz Gonçalves Vianna
(Orgs.)



EDUCS

A economia e o turismo compartilhando soluções

**XV Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais
da Região Nordeste do Rio Grande do Sul**

3 e 4 de outubro de 2016

Coordenadores

**Lodonha Maria Portela Coimbra Soares
Maria Carolina da Rosa Gullo
Silvio Luiz Gonçalves Vianna**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-Presidente:

Nelson Fábio Sbabo

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e

Desenvolvimento Tecnológico:

Odacir Deonísio Graciolli

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:

Nilda Stecanela

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Marcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

A economia e o turismo compartilhando soluções

XV Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul

3 e 4 de outubro de 2016

Coordenadores

Lodonha Maria Portela Coimbra Soares

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1982) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente é professora adjunto na Universidade de Caxias do Sul, coordenadora de TCC e atividades complementares do curso de Ciências Econômicas e coordenadora do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da UCS. Atua como pesquisadora no Observatório do Trabalho, Núcleo de Inovação e Desenvolvimento da UCS, dedicado a investigações interdisciplinares sobre o mundo do trabalho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Geral, atuando principalmente nos seguintes temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, competitividade, inovação tecnológica, industrialização e mundo do trabalho.

Maria Carolina da Rosa Gullo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997); mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Economia, com ênfase em Desenvolvimento, também pela UFRGS (2010). É professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul, onde leciona disciplinas da área de economia, principalmente as relacionadas aos temas: economia regional e urbana, economia do meio ambiente e economia política. Possui ainda experiência como consultora na área de Economia Ambiental e de Planejamento Regional e Urbano. Atualmente é diretora da Área do Conhecimento de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul.

Silvio Luiz Gonçalves Vianna

É administrador formado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc); Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Desenvolve pesquisas na área de Administração e Turismo, com ênfase em Competitividade das Destinações Turísticas e Qualidade de Vida. Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS).



© Dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

E56 Encontro sobre os aspectos econômicos e sociais da região nordeste do Rio Grande do Sul (15. : 2016 out. 3-4 : Caxias do Sul, RS)
A economia e o turismo compartilhando soluções [recurso eletrônico]
/ Encontro sobre os aspectos econômicos e sociais da região nordeste do Rio Grande do Sul ; coord. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, Maria Carolina da Rosa Gullo, Silvio Luiz Gonçalves Vianna. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2017.

Dados eletrônicos (1 arquivos)

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-7061-850-4

1. Economia – Rio Grande do Sul – Congressos. 2. Turismo – Rio Grande do Sul. 3. Hospitalidade. I. Soares, Lodonha Maria Portela Coimbra. III. Gullo, Maria Carolina da Rosa. III. Vianna, Silvio Luiz Gonçalves.

CDU 2. ed.: 330.1(816.5)(062.552)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|-----------------------|
| 1. Economia – Rio Grande do Sul – Congressos | 330.1(816.5)(062.552) |
| 2. Turismo – Rio Grande do Sul | 338.48(816.5) |
| 3. Hospitalidade | 338.483.13 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Apresentação.....	9
1. A demissão sob a ótica do gestor: o processo de desligamento em uma indústria de grande porte no Estado do Rio Grande do Sul	11
<i>Luana Paula Schettert Negrini; Luis Felipe Dias Lopes; Bruna Vargas Bianchim; Jonathan Saidelles Corrêa; e Damiana Machado de Almeida</i>	
2. A economia criativa resgatando sabores e promovendo a hospitalidade.....	28
<i>Elisa Costa Maffessoni; Marlei Salete Mecca; e Silvio Luiz Gonçalves Vianna</i>	
3. A educação como formadora do capital humano: uma breve análise sobre o Prouni	44
<i>Alessandra Caroline de Lucena; e Lodonha Maria Portela Coimbra Soares</i>	
4. A gestão do conhecimento num escritório de contabilidade: um estudo de caso	61
<i>Carla Rosane da Costa Sccott; Daniel Arruda Coronel; Gustavo Fontinelli Rossés; e Jaime Peixoto Stecca</i>	
5. A motivação da compra de <i>souvenirs</i> na cidade mais italiana do Brasil	79
<i>Carla Fantin; e Marlei Salete Mecca</i>	
6. A problemática da maximização da industrialização advinda do hiperconsumo e os princípios da agricultura orgânica: perspectivas socioambientais para um desenvolvimento sustentável	94
<i>Giovani Orso Borile; David Pretto; e Cleide Calgaro</i>	
7. A representatividade do turismo no mercado de trabalho formal de Caxias do Sul, no período de 2006 a 2014	105
<i>Lodonha Maria Portela Coimbra Soares; Lucas Demeda; Pablo Eduardo Vailatti; Rute Martins Garcia Degrande; e Yasmin Zanasi</i>	
8. Análise da gestão do conhecimento: um estudo no ramo da consultoria empresarial.....	118
<i>Vanessa Somavilla; Élio Sérgio Denardin; Lucas Almeida dos Santos; Vânia Medianeira Flores Costa; e Bruna de Vargas Bianchim</i>	
9. Análise socioeconômica da Região Metropolitana da Serra gaúcha	145
<i>Maria Carolina Rosa Gullo; e Bruna Lazzari Chiminazzo</i>	
10. Caminhos do audiovisual na Serra gaúcha: apontamentos sobre o desenvolvimento da produção na cidade de Caxias do Sul	171
<i>Alvaro Benevenuto Júnior; Eduardo Borile Júnior; Ivana Almeida da Silva; Júlia Varela Chiaradia; e Micaela Regina Sousa</i>	

11. Caracterização das rotas e roteiros turísticos na Região das Hortênsias, no Rio Grande do Sul	183
<i>Bianca da Silva Trindade; Pedro de Alcântara Bittencourt César; e Silvio Luiz Gonçalves Vianna</i>	
12. Diagnóstico de clima organizacional em uma cooperativa de crédito.....	199
<i>Jaime Peixoto Stecca; Fabiana Letícia Pereira Alves Stecca; Marcia Helena dos Santos Bento; Gustavo Fontinelli Rossés; e Carla Rosane da Costa Sccott</i>	
13. Disciplina e ordenamento no espaço urbano: uma análise do Código de Posturas do Município de Bento Gonçalves/RS.....	217
<i>Vinícius Triches</i>	
14. Economia compartilhada como via alternativa para o desenvolvimento econômico: uma abordagem teórica	227
<i>Jéssica de Bispo Ribeiro; e Lodonha Maria Portela Coimbra Soares</i>	
15. Estresse no trabalho: implicações dos conflitos trabalho/família e família/trabalho.....	244
<i>Rita de Cássia Trindade dos Santos; Vânia Medianeira Flores Costa; Marcia Zampieri Grohmann; Bruna de Vargas Bianchim; e Damiana Machado de Almeida</i>	
16. Estudo de caso em uma empresa revendedora de defensivos agrícolas: aliando gestão de pessoas e desenvolvimento rural	264
<i>Ana Claudia da Rosa; Jeferson Rodrigo Andres; Marcia Zampieri Grohmann; e Amanda Carolina de Oliveira</i>	
17. Feiras de Caxias do Sul: elementos do desenvolvimento econômico e social	285
<i>Francisco Carlos Vieira de Sá; e Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	
18. Fidelidade em cooperativa agropecuária: um estudo de caso	301
<i>Gustavo Fontinelli Rossés; Marcelo Tomazi; Fabiana Letícia Pereira Alves Stecca; Douglas Cavalheiro de Oliveira e Carla Rosane da Costa Sccott</i>	
19. Finanças comportamentais: um estudo bibliométrico nas revistas científicas nacionais	320
<i>Bruna Felin Cerezer; Alexandre Mayer Macagnan; Andreas Dittmar Weise e Lynceo Falavigna Braghirolli</i>	
20. Gestão de condomínios: a experiência do trabalho técnico-social no loteamento Campos da Serra.....	337
<i>Maria Carolina Rosa Gullo; Diego Quevedo Costa; e Renan Padilha Nunes</i>	

21. Identificação e caracterização de <i>clusters</i> de turismo do Rio Grande do Sul: uma análise exploratória a partir dos dados do Censo de 2010	350
<i>Jayme Tolpolar Anchante</i>	
22. Investigação das publicações sobre gestão de custos no período de 2006 a 2015 no Congresso Brasileiro de Custos	367
<i>Iliane Colpo; Flaviani Souto Bolzan Medeiros; Bruna Felin Cerezer; e Andreas Dittmar Weise</i>	
23. Mapeamento das competências dos colaboradores: um estudo de caso no setor de logística	382
<i>Edvir Schio; Elio Sérgio Denardin; Lucas Almeida dos Santos; Vânia Medianeira Flores Costa; e Bruna de Vargas Bianchim</i>	
24. Mercosul: estado e infraestrutura em direção à integração	404
<i>Luiz Valdemir Ribas da Cruz Júnior</i>	
25. O agronegócio brasileiro: uma análise do complexo soja e das perspectivas comerciais com a China.....	421
<i>Angélica Massuquetti; Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso; Caroline Silva Santos; Priscila Ferreira Rocha; e Letícia Guarnieri Moretto</i>	
26. O desempenho econômico do turismo e o impacto no balanço de serviços brasileiro, de 2000 a 2014	441
<i>Jacqueline Maria Corá; e Luiz Marcelo Stein</i>	
27. O desenvolvimento humano em Porto Alegre: uma análise de regiões selecionadas, no período 2000-2010	461
<i>Graciela Lobato dos Santos; Angélica Massuquetti; e Karen Forneck Cardoso</i>	
28. Os possíveis paradoxos da autogestão: um estudo de caso na Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal)	488
<i>Lucas Henrique da Luz; Luciano André Lemos; Luciano André Lemos Júnior; Paulo Roberto Wünsch; e Vinícius Triches</i>	
29. Perfil sócio-produtivo: análise das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, no Município de São Francisco de Assis/RS	506
<i>Nara Fontoura Gindri; Augusto José Pinto Souto; Igor Idalgo Perdoná; Leoni Pentiado Godoy; e Bruna Felin Cerezer</i>	
30. Perfil, trabalho e satisfação dos imigrantes haitianos em Bento Gonçalves, RS	522
<i>Ana Gelsemina Galafassi; Ancilla Dall'Onder Zatt; Nédio Antonio Andreolli; e Vinícius Triches</i>	

31. Potencialidades de exploração dos recursos hídricos nas atividades de turismo e lazer: o caso do Município de Palmeira das Missões, RS	537
<i>Ana Claudia Machado Padilha; Ana Luiza Rossato Facco; Deise de Oliveira Alves; Ana Claudia da Rosa; e Juliana Birkan Azevedo</i>	
32. Quem são os migrantes provenientes da conhecida “Pérola das Antilhas” – o Haiti, na cidade média de Caxias do Sul, a “Pérola das Colônias”, no Sul do Brasil?	561
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia; e Isaías Klipp</i>	
33. Razão ótima e efetividade de <i>hedge</i> do boi gordo, no Estado do Rio Grande do Sul	576
<i>Jayme Tolpolar Anchante; Janderson Damaceno dos Reis; e Viviani Silva Lirio</i>	
34. Segurado especial: o pequeno trabalhador rural e seus direitos previdenciários	590
<i>Rubiane Galiotto; e Patrícia Noll</i>	
35. Simulação Monte Carlo: um estudo de viabilidade econômica no Programa Minha Casa Minha Vida 2	605
<i>Flaviani Souto Bolzan Medeiros; Andreas Dittmar Weise; Iliane Colpo; e Bruna Felin Cerezer</i>	
36. Sugestões para a aplicação do comércio eletrônico B2B em uma empresa do segmento de bebidas	621
<i>Amanda Carolina de Oliveira; Marcia Zampieri Grohmann; e Ana Claudia da Rosa</i>	
37. Uma proposta de melhoria a partir do mapeamento do processo de formação da conta em uma unidade hospitalar	643
<i>Ariane Polletti Pinheiro; Damiana Machado de Almeida; Bruna de Vargas Bianchim; Jonathan Saidelles Corrêa; e Rita de Cássia Trindade dos Santos</i>	

Apresentação

Este trabalho apresenta artigos e discussões do **XV ENCONTRO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO NORDESTE DO RS**, que ocorreu entre os dias 3 e 4 de outubro de 2016, nas dependências da Universidade de Caxias do Sul, RS.

O presente *e-book* é o resultado da produção acadêmica que foi debatida pelos pesquisadores das áreas de Economia, Turismo, Direito e diversas outras áreas do conhecimento durante os dois dias do evento, que foi coordenado pelas professoras Doutora Maria Carolina da Rosa Gullo e Mestra Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, do curso de Ciências Econômicas e pelo prof. Doutor Silvio Luiz Gonçalves Vianna do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul.

Este é o segundo ano em que o evento é realizado em parceria entre o curso de Ciências Econômicas, a Área de Conhecimento de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, o que tem contribuído substancialmente para o enriquecimento das discussões regionais e sobre o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, em âmbito local, envolvendo os municípios de abrangência da UCS, bem como de todo o RS e até de outros estados da Federação.

Nesta décima quinta edição, o tema escolhido foi: “Economia e turismo compartilhando soluções”, que teve como objetivo principal discutir as possíveis alternativas que a economia e o turismo podem oferecer para a sociedade, como motores do desenvolvimento em suas mais diversas dimensões.

Mantendo uma característica que já se tornou uma marca deste evento, houve a preocupação em transformar os artigos apresentados e discutidos nas salas de aula da Instituição, em uma obra que representasse os esforços da comunidade acadêmica e pudesse levar a ela uma parte do conhecimento gerado. Desta forma, este *e-book* visa proporcionar à comunidade o acesso ao que de mais atual está sendo discutido no ambiente acadêmico quanto aos assuntos que fizeram parte da temática abordada neste ano e que estão afetos à realidade da Região Nordeste do RS.

Neste momento, é premente agradecer aos professores, acadêmicos e funcionários que auxiliaram na realização do evento, sobretudo à direção da Área de Conhecimento de Estudos Sociais, à coordenação do curso de Ciências Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, uma vez que sem essa colaboração nada disso seria possível.

Além deles, é preciso também agradecer aos nossos apoiadores: Conselho Regional de Economia do RS (CORECONRS), Luna ALG e Associação dos Economistas da Serra gaúcha (Ecoserra).

Espero que este documento possa servir como fonte de inspiração e de conhecimento quanto às questões que envolvem nossa sociedade atualmente, buscando fornecer subsídios para que nossos atuais e futuros gestores tenham a capacidade de encontrar soluções inovadoras, que permitam a geração de desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna

1

A demissão sob a ótica do gestor: o processo de desligamento em uma indústria de grande porte no Estado do Rio Grande do Sul

Luana Paula Schettert Negrini*
Luis Felipe Dias Lopes **
Bruna Vargas Bianchim ***
Jonathan Saidelles Corrêa#
Damiana Machado de Almeida##

Resumo: O processo de desligamento de pessoal tem importância significativa no ambiente organizacional, uma vez que pode ser um meio de as empresas avaliarem seus processos internos. Esta pesquisa buscou compreender a percepção de gestores de uma empresa de grande porte, acerca do processo de desligamento desempenhado por eles, no momento de demissão de pessoal. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que se realizou por intermédio de entrevistas semiestruturadas com doze gestores. Posteriormente, os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática. Os resultados demonstraram que existe uma preocupação por parte dos gestores com a realização desse processo. Ainda, constatou-se que a percepção dos gestores sobre o desligamento engloba mudanças na organização, algumas vezes positivas e em outras negativas.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Desligamento de pessoal. Demissão. Psicologia. Administração.

Introdução

Na última década, o trabalho nas organizações tem passado por diversas transformações, resultando muitas vezes em uma nova dimensão do trabalho e do trabalhador. (CALDAS, 2000). Dentre estas dimensões, se encontram os avanços econômicos e tecnológicos decorrentes da

* Bacharel em Psicologia/FISMA. Professora na CS Cursos. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0661835145865772>>. *E-mail:* luanapsnegrini@gmail.com

** Doutor em Engenharia de Produção/UFSC. Professor Associado no Depto. de Ciências Administrativas da UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1074372911061770>>. *E-mail:* lflopes67@yahoo.com.br

*** Acadêmica do curso de Administração/UFSM. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>>. *E-mail:* bruna.bianchim@gmail.com.

Mestrando em Administração/UFSM. Técnico Administrativo em Educação/Instituto Federal Farroupilha. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6954473064636289>>. *E-mail:* jonathan.saidelles@gmail.com

Doutoranda em Administração/UFSM. Professora de Administração/ SOBRESP. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5642167686175158>>. *E-mail:* adm.damiana@gmail.com

globalização, o que implicou novos padrões de identidade no trabalho e, ao mesmo tempo, a diminuição de empregos. (MENEZES, 2010).

Neste cenário, as empresas buscam adotar diferentes métodos para se readequarem a um modelo competitivo; com efeito, tem trazido sempre algum tipo de corte de pessoal. A demissão, nestas duas últimas décadas, tem sido intensamente utilizada pelas organizações, com o intuito de buscar competitividade em tempos de globalização. (CALDAS, 2000).

Salienta-se que a preocupação com o processo de desligamento normalmente é do setor de Recursos Humanos (RH), que comunica ao trabalhador sobre a demissão. Este processo ocorria de maneira informal, isto é, “por telefone, *e-mail*, no meio das férias, no final do expediente”. (FREITAS, 2006, p. 113). Diante desse cenário, a condução do processo de desligamento pelas empresas, muitas vezes, é entendida como prejudicial aos trabalhadores, já que pode gerar desmotivação, ressentimentos e, ainda, pode instaurar um clima ruim para os que permanecem na empresa, podendo causar danos no propósito de lealdade com a empresa.

Diante destas considerações, o objetivo desta pesquisa buscou compreender a percepção de gestores acerca do processo de desligamento na empresa em que atuam. Por sua vez, este objetivo conduziu aos seguintes objetivos específicos: analisar como ocorre o processo de desligamento dos funcionários na empresa; identificar as consequências do processo de desligamento para as equipes de trabalho na perspectiva do gestor.

A relevância deste estudo se dá por entender que o tema de desligamento, apesar de bastante difundido pelo campo da administração e da psicologia, pouco foi aprofundado sobre a visão daquele(s) que demite(m), aspecto no qual este trabalho se debruçou. (PLIOPAS; TONELLI, 2007). Além disso, é importante salientar que o contexto do trabalho sofre, a cada dia, profundas mudanças e é necessário pensar novas políticas para a vida no trabalho, dentre elas, as formas de desligamento de pessoal.

Revisão de literatura

Para embasar a proposta deste estudo, esta seção apresenta pesquisa realizada na literatura sobre os temas: reflexões acerca do trabalho; e processo de desligamento de pessoal e consequências da demissão.

Reflexões acerca do trabalho

A Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, foi essencialmente uma mudança social. Além da evolução da tecnologia, significou o surgimento de novas classes sociais antagônicas a esta; trouxe profundas mudanças, políticas e sociais, e significou uma grande mudança no processo de trabalho, não só pela introdução de uma base técnica, como pela função do trabalho assalariado. (GIUBERTTI, 2007).

A Segunda Revolução Industrial, no século XIX, também se caracterizou por mudanças sociais decorrentes de uma nova organização capitalista. O capitalismo liberal é substituído pelos monopólios, ocorrendo um aumento no número de assalariados e na produção em massa. A preocupação consiste na racionalização do trabalho, que se concretiza com as ideias de Frederick Taylor, frente à proposta de execução de tarefas, de acordo com tempos e movimentos previamente estabelecidos e controlados por uma gerência.

A globalização financeira, a mundialização da precarização social, as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão causaram rápidas transformações no mundo do trabalho. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010). Destaca-se um redimensionamento da qualificação profissional, acompanhada da necessidade de o indivíduo adaptar seu acervo cognitivo e articular sua personalidade, para interagir com o mundo moderno do trabalho. (ARRUDA; MARTELETO; SOUZA, 2000).

O perfil do trabalhador, na última década, delineado pela literatura e pelas pesquisas se aproxima daquele requerido pela especialização flexível, ou seja, com a capacidade de adaptar-se às mudanças. As análises são quase sincrônicas em suas conclusões e recomendações, refletindo, em maior ou menor grau, a demanda do setor produtivo, por um trabalhador com aptidões que lhe possibilitem direcionar e redimensionar seu acervo cognitivo em função das metas e dos objetivos da organização, em paralelo ao

investimento individual em treinamento e capacitação. (ARRUDA; MARTELETO; SOUZA, 2000).

Define-se que a palavra *trabalho* é pequena demais para expressar a complexidade do ato. É comum atribuir ao trabalho diversos sentidos, destacando-se dois. O primeiro, é de que, na sua essência, o trabalho é por demais nobre e realizador. Espaço privilegiado de crescimento e de exercício da criatividade. O segundo sentido é que, por ter sido o maior instrumento de exploração do homem pelo homem, o conceito traz em si tudo que de negativo isso significa. (GIUBERTTI, 2007).

Partindo do entendimento de que o trabalho é uma categoria central para pensar a sociedade capitalista, possibilita ao indivíduo realizar uma tarefa e estabelecer relacionamentos com outros indivíduos, sendo que a inserção nesse mundo aparece como resultado de uma vida “adaptada” e “normal”. Assim, os espaços de trabalho vão se constituir em oportunidades para aquisição de atributos qualificativos da identidade de trabalhador. (OLIVEIRA; HONÓRIO, 2014).

Processo de desligamento de pessoal e consequências da demissão

O emprego é, muitas vezes, o garante do casamento, da família e da identidade do indivíduo. Para Caldas (2000), perder o emprego, portanto, é perder todas as referências de mundo (tempo, espaço, relações) e ficar em frangalhos, partido em pedaços. Deixa evidente que, para a maior parte das pessoas, a perda de emprego traz reflexos negativos de diversas ordens: a despeito de existirem atenuantes individuais, a perda de emprego tem forte tendência a ser nociva às pessoas, praticamente em qualquer dimensão que se escolha estudar. (CALDAS, 2005).

No cotidiano das organizações, fazer cortes de pessoal é uma atividade habitual, porém, geralmente implica consequências das quais poucas pessoas e empresas falam abertamente. Segundo Brissac (2003), o despreparo diante do inevitável faz a demissão ser a terceira maior dor na vida de um indivíduo, superada apenas pela perda de um filho, do cônjuge ou dos pais. Ser demitido é sempre um choque, que abala as estruturas emocionais e afeta a autoestima.

Sendo assim, é evidente que ter um bom processo de desligamento é importante não só pelo que afeta os funcionários, como também para prevenir possíveis imagens negativas perante a empresa, bem como impactar na percepção pública a respeito da ética organizacional. (PESSOA; PHILERENO, 2012).

Os demissores usam uma linguagem ambígua que naturaliza as demissões, como consequências inevitáveis do processo de globalização. Para a organização, as demissões passam a ser úteis nos processos de reestruturação produtiva, pois possibilitam justificar medidas duras para muitos, em paralelo à oferta de benefícios e melhorias para aqueles que continuam nas organizações. (PLIOPAS; TONELLI, 2007).

Constata-se que os profissionais de recursos humanos atribuem ao processo de demissão as mudanças de estratégia da empresa e não à pura redução de custos com a demissão de pessoas. (PLIOPAS; TONELLI, 2007). Neste ínterim, pode-se destacar a entrevista de desligamento como um instrumento utilizado por algumas empresas, a fim de coletar informações diversas e relevantes dos funcionários demitidos ou demissionários.

A partir de entrevistas ou questionários aplicados, podem ser avaliadas e identificadas as causas que influenciam a alta rotatividade, geralmente expressas em “percentuais entre admissões e desligamentos quase sempre com essa rotatividade apresentada como índices mensais ou anuais para permitir comparações”. (CHIAVENATO, 2009, p. 40). Tendo em vista esse encaminhamento, a empresa pode se utilizar de um método de desligamento de pessoal que vise causar o menor dano possível tanto para o colaborador quanto para a empresa.

Método

Esta pesquisa foi amparada em um estudo de caso de uma indústria de grande porte, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Na perspectiva de Yin (2005), o estudo de caso é a estratégia ideal para perguntas do tipo “como” e “por quê”, que contribuem para a compreensão que se tem de eventos individuais, organizacionais e sociais.

É uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, que responde a questões nas quais se pretende constatar a afinidade da realidade com o objeto de estudo. Concretiza-se a pesquisa essencialmente por uma linguagem fundamentada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, que se estabelecem com um ritmo próprio e particular. (MINAYO, 2010).

A empresa objeto da pesquisa possui cerca de mil funcionários, alocados em quatro grandes áreas, sendo elas: industrial, comercial, de suporte, e de marketing. Cada área tem gestores distintos. A pesquisa deste estudo foi realizada apenas com os gestores da área industrial da empresa.

Inicialmente, foi realizado um contato com o coordenador do setor de RH da empresa em questão, para apresentação do projeto de pesquisa. Após, o projeto foi enviado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Franciscano, com a aprovação deste órgão, pelo número CAEE 55088916.5.0000.5306.

Os gestores participantes da pesquisa foram escolhidos por conveniência, de acordo com a disponibilidade e o interesse de cada um em participar. A pesquisadora entrou em contato com os gestores para a participação na pesquisa por telefone, agendando a data e o horário em uma sala reservada na empresa para a realização da mesma. Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, que permitiu compor a base de informações investigadas nesta pesquisa, a respeito das questões a serem investigadas no processo de desligamento. Ainda, as entrevistas foram transcritas, a fim de possibilitar a análise de conteúdo por categorias conforme definido.

Participaram do estudo doze gestores da área *industrial* da organização. Com o intuito de preservar a identidade dos gestores, foram denominados por siglas “G. A.” gestor de área, sendo respectivamente numerados de 1 a 12. Entende-se que todos eles desenvolvem um papel de gestão de pessoal e tomam decisões no processo demissional de sua equipe de trabalho.

A análise de dados aconteceu a partir da análise de conteúdo temática de Bardin (2011). Conforme a autora, a análise de conteúdo compreende “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”; para tanto, “utiliza

procedimentos objetivos e sistemáticos que contribuam para análise do conteúdo de determinadas mensagens”. (BARDIN, 2011, p. 44).

A análise de conteúdo tem por finalidade a construção de categorias de análise. A categorização se refere a uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, primeiro por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento, com os critérios previamente definidos. (BARDIN, 2011).

Nesta pesquisa foram constituídas três categorias importantes, a primeira intitulada “desenvolvimento humano organizacional”, que versa sobre as questões relacionadas ao treinamento e desenvolvimento em gestão de pessoas; a segunda categoria refere-se a “procedimentos e padrões no desligamento de pessoal”, em que se investiga o processo de desligamento e como ele ocorre na organização; já na terceira categoria discute-se sobre as “consequências do processo de desligamento de pessoal”, na dinâmica organizacional, a partir da visão dos gestores.

Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa estão apresentados, conforme já mencionado, em três categorias: desenvolvimento humano-organizacional; procedimentos e padrões no desligamento de pessoal; e consequências do processo de desligamento de pessoal.

Categoria 1: Desenvolvimento humano-organizacional

Vários autores (MARRAS, 2003; MENESES; ZERBINI; ABBAD, 2010), desenvolveram pesquisas sobre treinamento e desenvolvimento humano e compartilham a ideia de que o treinamento é parte importante para o desenvolvimento de gestores, pois as habilidades necessárias a essa função vão além do conhecimento aprendido na rotina de cargos anteriores. O desligamento é uma estratégia da área de gestão de pessoas, em que o profissional apto a realizar esta atividade deve ter esta característica: ter a compreensão global do funcionamento da organização e dos impactos que suas funções representam no processo estratégico da organização, principalmente com relação aos processos de gestão de pessoas.

Conforme analisa Caldas (2005), o emprego faz parte da identidade do indivíduo e cada vez mais ela toma proporções maiores, no que diz respeito ao que move o sujeito contemporâneo. Portanto, uma demissão não é um momento difícil apenas para quem é demitido, mas também para aquele que demite, pois tem que lidar, muitas vezes, com situações que envolvem sentimentos diversos, como frustração, tristeza, medo e insegurança no trabalhador demitido. Desse modo, preparar o gestor para lidar com esta função é primordial para ambas as partes, bem como para o ambiente interno da empresa.

Diante do exposto, observou-se que, nas entrevistas realizadas, os gestores apontaram diferentes formas de como realizam o desligamento de pessoal, conforme a necessidade e modo próprios, pois não detêm treinamento específico para isso. As falas a seguir confluem para esta análise: “Aprendi primeiramente na *prática*, não tive um treinamento anterior, a maior parte do meu aprendizado em gestão foi acompanhado a execução do coordenador imediato.” (G.A.5); “Eu não fui preparado para assumir a função, foi pelo perfil que eu já desenvolvia e pela minha conduta, que acabei tendo a oportunidade, depois alguns treinamentos foram acontecendo.” (G.A.12).

Observa-se ainda, nos próximos relatos, que existem treinamentos para os gestores, porém não acontecem com uma frequência definida. O pensamento de Robbins (2002) indica que as organizações e seus ambientes são dinâmicos e estão em permanente mudança, pois novas tecnologias são criadas e mais concorrentes entram e saem do mercado. Por isso se torna imprescindível a manutenção do treinamento. Ou seja, o desenvolvimento de pessoas em geral consiste em um processo contínuo do estudo voltado à aplicação de conhecimentos e comportamentos. Isto está condizente com as seguintes passagens: “Sim, teve uns três treinamentos nesse período estou na área de gestão. Existiram alguns outros menores também e dois que foram mais intensivos.” (G.A.6); “Logo no início não, mas tivemos treinamentos. Não tem uma frequência definida, normalmente se faz quando a minha gerência vê a necessidade.” (G.A.8).

Entende-se que o desenvolvimento dos gestores, quanto à tarefa de desligamento, poderia ser oportunizado através de treinamentos em gestão de pessoas, já que esta função não é só técnica, mas subjetiva, ou seja, de

acolhimento, escuta, empatia. Essas habilidades são necessárias, pois, segundo Brissac (2003), ser demitido é sempre um choque, que pode comprometer emocionalmente e afetar a autoestima. Observa-se que há um desejo, por parte dos gestores, de realizar a tarefa de desligamento de pessoal da melhor forma, segundo a fala que segue: “Como somos muito técnicos, essa parte de trabalhar com as pessoas é um desafio, não é uma coisa certa, não é uma coisa lógica.” (G.A.8).

Percebe-se também que a situação de demitir um colaborador implica responsabilidade do gestor com a empresa e com quem foi demitido, e isso gera angústia para quem vai realizar esse processo. Conforme afirma Xavier (2006), uma das funções mais angustiantes de um gestor é a demissão de colaboradores. Com essa observação se justificativa, mais uma vez, a importância no investimento de treinamentos em gestão de pessoas, que englobe desligamento de pessoal, visto que, segundo o relato dos gestores a seguir, existe um desejo explícito de desenvolvimento. Portanto, seria um treinamento que conflui a necessidade e fragilidade da empresa e o desejo dos gestores. Tais conclusões podem ser verificadas nos trechos a seguir: “Eu já demiti muita gente, mas eu sempre fico nervosa, por mais que eu tenha segurança do que eu estou fazendo, principalmente por eu saber que estou mexendo com a vida da pessoa e é uma grande responsabilidade.” (G.A.8); “A demissão é ruim pra todos, pra quem é demitido e para quem demite, principalmente se é uma pessoa com anos de empresa.” (G.A.1).

Analisa-se que existe uma preocupação dos gestores com o processo de desligamento, principalmente com relação à diminuição do número de demissões, conforme relata a fala a seguir: “Hoje está mais tranquilo, dos últimos que eu demiti, um saiu porque solicitou.” (G.A.8); “A média de demissão é baixa, uma por ano.” (G.A.4).

Os gestores demonstram em seus relatos que o desligamento de pessoal vem diminuindo em suas equipes e isso se deve a alguns aspectos como a aproximação dos gestores com a equipe e o entendimento dos planos pessoais e de carreira dos colaboradores. Esta percepção fica evidente na próxima passagem: “Nos últimos três anos consegui reduzir bastante a saída das pessoas, tento entender e me aproximar, não é uma pessoa qualquer que

está lá pra fazer o trabalho, procuro me integrar e isso gera uma equipe mais sólida.” (G.A. 11).

Entende-se que a postura da gestão em se aproximar dos colaboradores e entender suas expectativas de desenvolvimento do profissional e sua satisfação com o trabalho, além de realizar um acompanhamento contínuo, tem um resultado positivo na gestão de pessoas.

Assim, sugere-se, como prática de gestão de pessoal, que seja realizado com os colaboradores um contrato psicológico, que, conforme estabelece Xavier (2006), é estabelecido por meio de uma conversa com o colaborador, em que se estabelece a troca de expectativas entre ambas as partes, organização e colaborador. É um contrato natural, que não precisa estar escrito, mas que diz o que a organização espera da pessoa e o que ela fornece – e vice-versa. É de extrema importância porque cria a base das relações entre colaborador e gestão da organização.

A seguir, consegue-se identificar que o desligamento por pedido do colaborador ocorre, na maioria dos casos, em razão de os colaboradores realizarem dívidas financeiras e identificarem a demissão como uma solução para o problema, isso fica claro nos seguintes relatos:

A gente não tem intensão de desligar ninguém, esse ano teve dois que solicitaram pra sair, geralmente eles pedem pra sair por problemas financeiros, em virtude de acumular dívida ao ponto de não conseguir controlar (G.A.9);

Tem que chamar pra conversar, sugiro ao indivíduo fazer uma agenda financeira, pois, se começar a comprar e ficar com dívidas, acaba achando que a solução é pedir as contas, pegar o décimo terceiro salário e pagar a dívida, mas é uma bola de neve, pois não resolve (G.A.4).

Se tal questão é recorrente na fala dos gestores pesquisados, sugere-se um trabalho com os colaboradores, a fim de orientá-los a desenvolverem um planejamento financeiro pessoal, para que aprendam a organizar sua vida financeira de forma saudável e que do contrário não seja um motivo de desligamento da organização.

Ainda é importante apontar que Hoji (2014), ao analisar o mundo dos negócios, menciona que as empresas estão sempre em busca de lucro, mas a maioria das delas não percebe que um funcionário que administra sua vida

financeira adequadamente aumenta naturalmente a produtividade na empresa. Assim, uma educação financeira corporativa busca auxiliar os profissionais que não têm afinidade com cálculos a contribuírem com seu sucesso financeiro e o da empresa.

Categoria 2: procedimentos e padrões no desligamento de pessoal

Partindo do pressuposto de que o processo de desligamento de pessoal é uma decisão estratégica das organizações, elas buscam melhorias em seus processos internos para a aquisição de diferencial e possuir vantagem competitiva. (PRADO, 2006). Um gerenciamento de processos adequado também pode reduzir ineficiências e erros causados por uma redundância das informações ou por falta delas em situações estratégicas, táticas e operacionais, nas ações empresariais. (PRADO, 2006). Autores relatam a importância da padronização dos processos organizacionais, a fim do trabalho estar alinhado e embasado diante da lei e das técnicas, evitando assim problemas relacionados à insatisfação dos colaboradores e possíveis incômodos com questões trabalhistas. Observa-se, por meio das falas dos gestores a seguir, que se procura realizar um processo de desligamento de pessoal: “É gerada uma solicitação de aviso prévio, recolhe-se as assinaturas da gerência e da direção, entrega-se no RH e eles seguem o processo.” (G.A.3); “O processo que tenho conhecimento é a solicitação de desligamento, que é uma formalização para o RH fazer o procedimento. O meu superior tem que assinar, a partir deste momento comunico a pessoa e a pagadoria faz o desligamento.” (G.A.10).

Entende-se que a empresa em questão, no intuito de estabelecer seu diferencial competitivo e estratégico, com relação à demissão de pessoal, deve manter todos os gestores que realizam o processo de desligamento de pessoal informados sobre como procederem, principalmente, em casos críticos como demissão por justa causa, a fim de que, simultaneamente, os gestores tenham segurança em realizar o processo de desligamento de pessoal, evitando-se processos trabalhistas dessa ordem. Percebeu-se que alguns gestores seguem procedimentos técnicos para realizar desligamento de colaborador; porém, isso não se refere às questões subjetivas do processo, como dar ciência do desligamento.

Quanto ao impacto do processo de desligamento de um colaborador, os gestores percebem que não há grandes consequências além do acúmulo de tarefas e a sobrecarga de trabalho para aqueles que permanecem. A equipe geralmente concorda com o desligamento do colega, pois já percebeu que o mesmo não tem um bom rendimento. Além disso, conversam com o grupo a fim de não deixar lacunas e demonstrar que a empresa incorre em injustiça com os trabalhadores que são desligados. A fala a seguir explicita essa ideia: “A maioria deles já esperava isso, todos concordam, a gente reúne eles, depois eu converso com toda a equipe para terem ciência de que o caso não é um bom exemplo a ser seguido.” (G.A.9); “Depois do desligamento da pessoa, eu reúno o pessoal e digo que aquela pessoa não está mais trabalhando conosco e menciono o motivo.” (G.A.1).

Diante ao exposto, acredita-se que a organização possa rever alguns aspectos e implementar ações de melhorias, dentre elas, a realização de treinamentos periódicos para o desenvolvimento de lideranças, a fim de alinhar os procedimentos que devem ser seguidos para demissão, refletindo-se acerca da melhor maneira de realizar o desligamento de pessoal na empresa, com o intuito de padronizar esse processo, diminuindo as diferenças de ações entre os gestores.

Buscou-se compreender também como os gestores consideram ser a melhor forma de realizar o desligamento de um colaborador. A partir disso, obteve-se alguns resultados que convergem para o entendimento de que a melhor forma é tratar do desligamento de modo claro e aberto perante o colaborador. Assim, como indica Xavier (2006), esgotadas todas as possibilidades, a demissão tem de ser feita, sendo que a comunicação deve ser clara e precisa, apresentando todas as informações relevantes. Isto está de acordo com as seguintes passagens: “Eu não sei se ajuda, mas eu procuro dizer o porquê do colaborador estar saindo, pra que ele procure melhorar nisso.” (G.A.8); “Eu acho que o melhor de tudo é ser sempre transparente, tu está saindo por esse motivo, eu esperava isso e você não atendeu, por mais que cause um desconforto.” (G.A.7).

No entanto, antes que uma demissão ocorra, é importante que o colaborador tenha consciência de seu desempenho e de suas atitudes, quando elas não estão de acordo com o que a empresa esperava. Assim, o

gestor tem o compromisso e dar *feedbacks* aos funcionários, com o intuito de evitar a demissão. É interessante observar, nas falas abaixo, que os gestores relatam assumir esta prática: “Quando eu vou desligar uma pessoa, isso não pode ser uma surpresa pra ela. Busco sempre desenvolver essa pessoa antes de chamar alguém e dizer que ela não trabalha mais com a gente.”; (G.A.6); “Eu acho que a melhor maneira é ter a transparência: estou te desligando por isso.” (G.A.2).

Conforme afirma Xavier (2006), um princípio básico diz que ninguém deve ser surpreendido com a demissão por desempenho ou comportamento inadequado. Isto quer dizer que, antes de demitir, o gestor deve fazer um conjunto de advertências claras e específicas ao colaborador, o que dará a ele a oportunidade de mudar para melhor, salvando-se da demissão. Assim, as atitudes dos gestores citados acima demonstram uma preocupação em tentar fazer um “resgate” do trabalhador, evitando a demissão.

Apesar do foco deste trabalho ser sobre o processo de desligamento, o Gestor (G.A.9): citou o aspecto da contratação, em que idealiza uma seleção eficaz como um dos fatores para evitar demissão de pessoal, conforme segue: “A melhor maneira é contratar bem pra não ter que desligar ninguém. Agora havendo a necessidade do desligamento, é conversando com a pessoa e mostrando o histórico pra ela, de preferência que seja de comum acordo.” (G.A.9).

Categoria 3: consequências do processo de desligamento de pessoal

Todo processo executado dentro de uma organização possui consequências positivas ou negativas. Por isso, cada vez mais surgem novas estratégias organizacionais e novas formas de fazer gestão. Assim, a terceira categoria foi criada em virtude de encontrar na fala dos gestores diferentes consequências, tanto para eles quanto para a equipe, do atual modo de realizar o desligamento de pessoal na empresa. São pontos positivos e pontos negativos levantados e que foram importantes para a compreensão do objetivo geral deste trabalho.

A partir das respostas à questão: *Qual é o impacto de uma demissão na sua equipe de trabalho?* Pode-se constatar a opinião dos gestores sobre a demissão de um colaborador para a equipe. Embora tenham existido

posicionamentos diferentes, todos convergiram no entendimento de que uma demissão sempre causa sentimento de mudança para a equipe de trabalho, sendo positivo ou negativo.

Alguns gestores – (G.A1), (G.A.2), (G.A.5), (G.A.6), (G.A.9) – percebem o impacto de uma demissão na equipe como positiva, pois nesses casos o colaborador demitido não estava realizando suas atividades de acordo com o esperado e sobrecarregava a equipe de trabalho. Outro aspecto citado pelos gestores é o fato de informarem para a equipe de trabalho o motivo do desligamento do colega, isso na percepção dos gestores não deixa a indicação de injustiça da empresa com os trabalhadores.

A maioria dos gestores percebe o impacto do desligamento como negativo – (G.A.3), (G.A.4), (G.A.5), (G.A.7), (G.A.8), (G.A.10), (G.A.11) e (G.A.12) –, citando como principais fatores: a perda de conhecimento na organização; novos processos de seleção; e treinamento de uma nova pessoa para assumir a função. Alguns constatam o impacto psicológico, em que os colaboradores comentam entre si a demissão do colega e se preocupam se eles não serão os próximos a perderem o vínculo com a empresa.

Quanto à percepção dos gestores sobre o impacto que uma demissão na sua equipe ocasiona à empresa, identificou-se principalmente o impacto financeiro devido à contratação de novos funcionários, além dos custos que envolvem uma previsão de orçamento da empresa para a realização de uma demissão. Isto fica evidente nestas passagens: “Vai gerar mais hora extra, custo de contratação, custo de demissão.” (G.A.2); “Impacta em custos de demissão, admissão e treinamento. Pode ser positivo se a pessoa que substituir trazer melhores resultados. Mas negativamente se evidencia o custo.” (G.A.6).

Entende-se que a percepção dos gestores sobre o custo da demissão corrobora o pensamento de Xavier (2006), que destaca o custo gerado para a organização. Em síntese, demitir custa caro, e o ideal é fazer o menor número de demissões possível, ou melhor, criar dispositivos para que a demissão seja o último recurso da empresa.

É importante considerar também que as demissões sempre trazem riscos, pois, conforme indica Xavier (2006), o descontentamento e a mágoa que decorrem sempre podem levar os demitidos a ações de compensação,

justas ou não, como os processos trabalhistas ou a busca de causar prejuízo à empresa de algum modo. Ressalta-se aqui mais um motivo para o desenvolvimento dos gestores, no que tange ao desligamento, a fim de minimizar problemas posteriores à demissão.

Considerações finais

Essa pesquisa objetivou compreender a percepção dos gestores sobre o processo de desligamento na empresa estudada, identificando como ocorre esse processo para cada gestor. Contatou-se que os gestores percebem o desligamento de pessoal como uma mudança na organização, algumas vezes positiva e outras, negativas. Os mesmos demonstraram preocupação em como realizar o desligamento e a necessidade de treinamento neste aspecto da gestão de pessoas.

Espera-se, pretensiosamente, que, a partir deste trabalho concluído, novos acadêmicos tenham interesse em se aventurar neste tema apesar de ser bastante discutido na literatura; cada empresa possui os seus processos, cujas compreensões podem auxiliar muito a empresa a atingir resultados mais assertivos e humanos.

Como indicação a novas pesquisas, sugere-se realizar um estudo longitudinal em mais setores da empresa, ou seja, analisar desse modo, o índice de rotatividade, as consequências para a organização e o papel do gestor. Com a ampliação desse estudo para as demais áreas da organização, pode-se aprimorar o entendimento sobre esse processo na empresa, pois a principal fragilidade desta pesquisa está no fato de ter-se entrevistado doze gestores da área industrial.

Também, o intuito desta pesquisa foi contribuir para a organização pesquisada, a partir da apresentação dos resultados, já que ela demonstrou interesse em receber este *feedback*. A partir da pesquisa realizada, sugere-se que a área de RH da organização esteja atenta às necessidades dos gestores e que se estabeleça uma relação de troca entre os mesmos, a fim de serem desenvolvidos processos desde a seleção até o desligamento de pessoal, de forma uniforme e de acordo com a estratégia da empresa.

Referências

- ARRUDA, M. C. C. MARTELETO, R. M. SOUZA, D. B. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 14-24, 2000.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina, 2011.
- BRISSAC, C. *Demitido?: sorte sua!* Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- CALDAS, M. P. A Demissão e alguns significados psicológicos da perda do emprego para o indivíduo. *FGV – EAESP*, São Paulo: v. 46, n.1, p. 102-106, 2005.
- CALDAS, M. P. *Demissão: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHIAVENATO, I. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal*. Rio de Janeiro: Manole, 2009.
- FREITAS, M. E. Por uma ética na demissão? *FGV – EAESP*, v. 46, n.1, p. 102-106, São Paulo, 2006.
- GIUBERTTI, A. M. O caráter multifacetário inerente ao ato de trabalhar. *E-Revista Facitec*, v. 1, n.1, 2007.
- HOJI, M. *Administração financeira na prática: educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal*. São Paulo: Atlas, 2014.
- KANTORSKI, L. P. As transformações no mundo do trabalho e a questão da saúde – algumas reflexões preliminares. *Rev. latino-am. enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1997.
- MARGOTO, J. B.; BEHR, R. R.; PAULA, A. P. P. Eu me demito! Evidências da racionalidade substantiva nas decisões de desligamento em organizações. *O&S – Salvador*, v. 17, n. 52, p. 115-135, 2010.
- MARRAS, J. *Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MENESES, P.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. *Manual de treinamento organizacional*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MINAYO, M. C. S. *Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- OLIVEIRA, L. B.; HONÓRIO, S. R. F. S. Atração e desligamento voluntário de jovens empregados: um estudo de caso no setor jornalístico. *R. ADM.*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 714-730, out./dez. 2014.
- PESSOA, V. R.; PHILERENO, D. C. Processo de desligamento e recolocação profissional. *Revista Global Manager Acadêmica*, v. 1, n. 1, 2012.

A economia e o turismo compartilhando soluções

PLIOPAS, A. L.; TONELLI, M. J. Doces práticas para matar: demissão e downsizing na perspectiva de demissores e profissionais de recursos humanos. *Revista Organização & Sociedade*, v. 14, n. 42, 2007.

PRADO, L. J. *Gerenciamento de processo: da evolução para a revolução*, 2006. Disponível em: <[http:// lauroprado.tripod.com/ezine](http://lauroprado.tripod.com/ezine)>. Acesso em: 16 jun. 2016.

ROBBINS, S. P. *Administração: mudanças e perspectivas*. 3. tir. São Paulo: Saraiva, 2002.

SELIGMANN-SILVA, E.; BERNARDO, M. H.; MAENO, M.; KATO, M. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

XAVIER, R. *Gestão de pessoas na prática: os desafios e as soluções*. São Paulo: Gente, 2006.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

2

A economia criativa resgatando sabores e promovendo a hospitalidade

Elisa Costa Maffessoni*

Marlei Salete Mecca**

Silvio Luiz Gonçalves Vianna***

Resumo: A gastronomia é um dos principais motivos de as pessoas se reunirem ao redor da mesa. Neste artigo, a hospitalidade é ramificada em comensalidade. Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é apresentar como a atividade advinda da economia criativa possibilita o resgate de sabores, promovendo a hospitalidade. A metodologia utilizada apresenta característica exploratória e descritiva; quanto aos procedimentos, classifica-se como estudo de caso, e quanto à abordagem quali-quantitativa. No estudo de caso é estudada uma indústria alimentícia que produz alimentos com características coloniais; são produzidas as mesmas receitas há décadas, trabalhando com o saber-fazer dos antepassados e preservando o patrimônio cultural. Dessa forma, associam-se os produtos com a Economia Criativa; o estabelecimento trabalha com a criatividade ligada à cultura. Pode-se observar que a maioria dos clientes que levou para casa produtos tinha o objetivo de partilhar este alimento com familiares e amigos.

Palavras-chave: Economia criativa. Comensalidade. Turismo. Hospitalidade. Gastronomia.

Introdução

Através da revisão bibliográfica, é possível identificar a relação entre hospitalidade, gastronomia e economia criativa. A hospitalidade é subdividida em segmentos e relatada como comensalidade; a gastronomia, como fator indispensável para que a comensalidade ocorra, e a economia criativa, como geradora de renda, a partir dos vetores de desenvolvimento e cultura para as comunidades envolvidas. No artigo encontram-se

* Mestranda em Turismo do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Gastronomia. <<http://lattes.cnpq.br/8079907929066918>>. *E-mail:* ecmaffessoni@ucs.br

** Doutora em Engenharia da Produção. Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Coordenadora, pesquisadora e docente no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – UCS. <<http://lattes.cnpq.br/7671104429839034>>. *E-mail:* msmecca@ucs.br

*** Doutor em Administração e Turismo e Mestre em Engenharia da Produção. Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional, vinculado à Universidade de Caxias do Sul – UCS. <<http://lattes.cnpq.br/2627794239193071>>. *E-mail:* slgvianna@ucs.br

apontamentos da comensalidade, resultando na partilha dos alimentos e nas interações sociais. Estas relações acontecem devido aos produtos da Indústria Criativa pesquisados.

Indústrias criativas é um termo aplicado a um conjunto produtivo muito mais amplo, incluindo bens e serviços produzidos pelas indústrias culturais e aqueles que dependem de inovação, incluindo muitos tipos de pesquisa e desenvolvimento de software. (CREATIVE ECONOMY REPORT, 2013, p. 20).

Tais produtos possuem técnicas advindas dos antepassados, que representam a cultura local. Os sabores gastronômicos que remetem ao passado fazem com que os clientes se lembrem dos momentos vividos. Estes produtos trabalham com a criatividade, aliada à cultura, na qual não é possível mensurar seu valor. Este modelo econômico é capaz de gerar renda, empregos e resgatar a cultura para a comunidade local. Ora, o potencial de geração não é apenas de renda, mas de empregos e bem-estar, por meio da criatividade, que é componente fundamental em uma estratégia de desenvolvimento. (REIS, 2011).

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é apresentar como a atividade advinda da economia criativa possibilita o resgate dos sabores, promovendo a hospitalidade. Tendo como principais características a comensalidade e a Economia Criativa, o artigo encerra com a caracterização do local de estudo e a análise dos resultados obtidos, por meio de um questionário.

Economia criativa

Não há um consenso quanto ao surgimento do conceito de Economia Criativa. A maioria dos estudiosos acredita que surgiu na Austrália, no início da década de 1990. Com um plano estratégico criado pelo governo inglês, a Economia Criativa alavancou, e o projeto tinha como objetivo valorizar os trabalhos criativos.

O termo foi definido pelos ingleses de forma abrangente, incluindo a capacidade de a dimensão cultural ultrapassar para o cenário socioeconômico através dos setores criativos. Assim, há um entrelaçamento entre os setores de essência predominantemente cultural e setores econômicos tradicionais, como indústria e comércio. A produção cultural torna-se negócio, emprego e renda, além de

transformar-se em insumo para as atividades econômicas. (DIAS, 2014, p. 20).

As indústrias criativas lidam com a interatividade de diversos setores, podem estar ligados ao conhecimento e patrimônio cultural, à tecnologia, sustentabilidade, aos serviços e às mídias audiovisuais. Devido à necessidade de aproximar estes setores, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) estabeleceu, conforme Figura 1, a definição de indústrias criativas.

Figura 1 – Definição de indústrias criativas segundo a Unctad

Definição da UNCTAD para as indústrias criativas

As indústrias criativas:

- *são os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários;*
- *constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual;*
- *constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado;*
- *posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e*
- *constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial.*

Fonte: Brasil (2012, p. 8).

A economia criativa trabalha para que ideias criativas gerem renda e para que o produto apresentado tenha valor econômico no mercado. Para pequenos produtores, a economia criativa é uma grande aliada, já que a linha de pensamento principal está na criatividade e na cultura existente no produto apresentado e não no valor econômico como motivo inicial. A cultura, no âmbito da Economia Criativa, está associada à elaboração de bens e serviços que valorizam os saberes e fazeres de uma comunidade, gerando, com isso, desenvolvimento socioeconômico. (DE PAULA; MECCA; GASTAL, 2016).

Independentemente do tipo de valor monetário gerado por estes produtos, eles podem ser acrescidos de valor comercial, pois possuem valor cultural, em que isto não pode ser totalmente mensurável.

As atividades culturais de vários tipos e os bens e serviços que eles produzem são valorizados por razões sociais e culturais que possam complementar ou transcender uma avaliação puramente econômica. Essas razões podem incluir considerações estéticas ou a contribuição das atividades para a compreensão da comunidade da identidade cultural. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

A valorização da cultura apresentada no produto; a garantia da qualidade, devido à excelência da matéria-prima, e o controle de origem dos insumos vindos da mesma região conferem maior valor agregado ao produto, além de fazer com que a economia da região se desenvolva.

A gastronomia pode ser considerada um importante setor criativo, visto que, além dos sabores, estão incluídos todos os saberes e fazeres de uma comunidade, gerando, com isso, um valor simbólico que posteriormente se transformará em um valor econômico para ser comercializável. (DE PAULA, 2016, p. 33).

A empresa em estudo consegue gerar renda, acesso à educação e à cultura, para a família da proprietária, assim como para os seus 15 funcionários e fornecedores, impulsionando a economia do País. Este modelo econômico, conforme De Paula, Mecca e Gastal (2015), apresenta-se como um impulsionador de cultura, criatividade, talento humano e inovação, colocando-se como alternativa para suprir o déficit dos setores manufatureiros e industriais.

Hospitalidade – comensalidade

Inicialmente, com o uso do fogo para cozinhar os alimentos, os seres humanos começaram a se reunir ao redor da fogueira para alimentar-se em conjunto. Este espaço passou para locais fechados, como a cozinha das residências e, posteriormente, para restaurantes.

Inegavelmente a história da alimentação se confunde com a história do homem. A comensalidade está presente na história desde mais de 300 mil anos, quando o *Homo sapiens* dá início à partilha dos alimentos e faz surgir a primeira grande revolução social da humanidade, a revolução alimentar, advinda com a descoberta do fogo. (COSTA, 2014, p. 62).

A alimentação denota características culturais, desde os ingredientes colhidos e desenvolvidos na região, quanto à forma de preparo de cada ingrediente. Comer não é somente um ato de sobrevivência, é um comportamento simbólico e cultural. O ato de comer, apesar de necessariamente fisiológico, jamais e em nenhuma cultura remota, antiga ou atual, fez-se simples momento de cumprimento de uma obrigação vital à preservação do ser humano. (GUEDES; BASTOS, 2015)

De acordo com Camargo (2003), a hospitalidade, modelo de prática cultural, significa recepcionar ou receber pessoas, hospedar, alimentar e entreter. A hospitalidade está atrelada à troca de experiências e convívio do anfitrião com seu cliente, amigo, hóspede ou turista. A hospitalidade contribui com a convivibilidade e sociabilidade, sendo seu ponto inicial a interação e a acolhida com as pessoas ao seu redor, fortalecendo as relações sociais.

Podemos arriscar a dizer que uma das formas mais reconhecidas da hospitalidade, em qualquer época e em todas as culturas, é compartilhar sua mesa, ou então sua refeição com alguém. Comer juntos assume, então, um significado ritual e simbólico muito superior à simples satisfação de uma necessidade alimentar. (BOUTAUD, 2011, p. 1213).

A comida como expressão cultural tem a função de agregar os seres humanos. A comensalidade é a expressão de comida, alimentação e cultura. A comensalidade tem como objetivo reunir as pessoas ao entorno da mesa e promover a sociabilidade, dando oportunidade aos contribuintes de dialogarem envolvendo o ato de comer.

O caráter simbólico-ritual do comer se expressa claramente no hábito de convidar pessoas para jantar em nossa casa, no “jantar fora” em determinadas ocasiões ou no “almoço de domingo”. Nessas, e em outras ocasiões análogas, há mais em jogo que necessidades nutricionais. Não convidamos pessoas para jantar em nossa casa para alimentá-las, enquanto corpos biológicos, mas para alimentar e reproduzir relações sociais, isto é, para reproduzir o corpo social, o que supõe que sejamos em troca convidados a comer na casa do nosso convidado. O que está em jogo é o princípio da reciprocidade e da comensalidade. A presença da comida é, contudo, central, reconstruindo-se necessidades biológicas em necessidades sociais. (WOORTMANN, 1985).

Os resultados da pesquisa apontam que 45% das pessoas compram produtos com o intuito de compartilhar com familiares e amigos. Os produtos vendidos na Vila do Pão – pães, doces,ucas e biscoitos – expressam os saberes e as técnicas tradicionais de um povo, aproximando os consumidores da cultura da região. Estes sabores são compartilhados à mesa com amigos e familiares, fazendo com que possam usufruir da comensalidade.

A reunião ao redor da mesa não é apenas mais um fazer cotidiano, mas um momento de prazer e união, que, em muitos momentos, se dá na hora de compartilhar uma refeição.

Metodologia

Em relação ao objetivo esta pesquisa, ela apresenta características de natureza exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas. Segundo Köche (2013), o objetivo fundamental de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer. Possui também característica descritiva, pois descreve aspectos de determinada população e envolve o uso de técnica padronizada de coleta de dados que é o questionário.

A pesquisa descritiva constata e avalia as relações à medida que as variáveis se manifestam espontaneamente em fatos, situações e nas condições que já existem. Não há manipulação *a priori* das variáveis. É feita a constatação de sua manifestação *a posteriori*. (KÖCHE, 2013, p. 124).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utiliza-se pesquisa bibliográfica complementada por estudo de caso. Segundo Fonseca (2002), o estudo de caso é colocado em prática em um indivíduo bem definido, para conhecer o porquê de determinadas situações, com o intuito de procurar suas características essenciais, sob a vista dos participantes ali presentes, apresentando o objeto de estudo.

Em relação à abordagem, classifica-se como qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa não é quantificada, pois os pesquisadores defendem que cada ciência tem sua própria metodologia, sendo esta subjetiva e podendo ter envolvimento emocional do pesquisador. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados,

centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa quantitativa é aliada ao pensamento positivista e lógico, no qual enfatiza os objetivos, a coleta e análise dos dados obtidos. Utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados.

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p. 20).

Utilizando juntamente as duas abordagens, é possível obter mais informações do que se fossem utilizadas isoladamente.

Os dados foram obtidos através de entrevista estruturada, realizada com os clientes do estabelecimento, no mês de abril de 2016. Durante o período, foram entrevistadas 34 clientes.

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Esta lista de perguntas é frequentemente chamada de questionário ou de formulário. Este último título é preferível, visto que questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito às perguntas que lhe são feitas. (GIL, 2008, p. 113).

Também foi realizada uma pesquisa diretamente com a proprietária do estabelecimento, e observações *in loco*, que contribuíram para diversas análises presentes neste artigo.

Caracterização do estudo de caso

Em 1920, a cidade anteriormente chamada Pinheiro Seco (RS) passou a ter o nome de Vila Flores. A cidade leva esse nome em homenagem à família Fiori, que foi uma das primeiras a se estabelecer e criar diversos negócios na cidade. O município antes pertencente à cidade de Veranópolis obteve sua emancipação em 1988.

Nos idos de 1984, entre os municípios de Nova Prata e Veranópolis, surgiu um povoado em torno do Capitel Santo Antônio. A referência, além do Capitel era o “Pinheiro Seco”, uma grande araucária queimada,

inspiração do seu primeiro nome. Moradores e viajantes iam chegando ao hospitaleiro lugar, onde havia várias casas de pasto. Uma delas permaneceu por muito tempo, o que levou o local a ser conhecido por Villa Dei Fiori. Em alusão a este fato adotou-se o nome de Vila Flores (PREFEITURA DE VILA FLORES, 2015).

A cidade localizada na Serra gaúcha está distante 175 km da capital Porto Alegre. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município concentrava, em 2015, 3.363 habitantes. As principais atividades econômicas concentram-se na agricultura (milho, trigo, soja e hortigranjeiros), fruticultura (uva, ameixa, pêsego e citros), pecuária (aves, suínos e gado leiteiro), indústria e extração de basalto e argila. A Figura 2 apresenta o mapa turístico da cidade de Vila Flores, que demonstra mais de 25 opções de locais a serem visitados no município.

A cidade está atrelada à rota turística “Termas da Longevidade”. Esta rota contempla cinco cidades com gastronomia típica, águas termais, paisagens contemplativas, expressões culturais e religiosas. Juntamente com o Atuaserra (Associação de Turismo da Serra), do convênio com a Secretaria Estadual de Turismo e Prefeitura de Vila Flores, foi desenvolvida uma identidade visual própria da cidade, que a retrata como a “Terra da fé, pão e vinho”. O objetivo principal do projeto é fortalecer o turismo, mediante meios de divulgação impressos e virtuais.

Figura 2 – Mapa turístico de Vila Flores



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores (2016).

Conforme De Paula, Stein, Mecca (2016), baseado em informações do Poder Público, o *slogan* da cidade segue três eixos, pois:

- a Fé simbolizaria a cultura através do culto religioso, contemplando também as festas tradicionais;
- o Pão conservaria a tradição dos primeiros habitantes na produção de pães, através do jeito de ser e de fazer; simbolizaria o ‘pão nosso de cada dia’ e as agroindústrias;
- o Vinho é a tradição vinda com o imigrante italiano, que trouxe consigo o cultivo das videiras, transmitido aos descendentes. Esses vinhos, hoje, junto com a mesa farta, que agrega a gastronomia local, cria a sinergia entre passado, presente e futuro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES, 2015).

A cidade ainda apresenta diversos atrativos turísticos. A gastronomia, que traz consigo o preparo dos antepassados, remete a experiências únicas. A pousada dos capuchinos e a cantina do Frei Fabiano unem a hospitalidade franciscana, com um lugar tranquilo para se descansar e onde é possível apreciar até o vinho canônico. O artesanato e o filó italiano¹ cultivam a tradição e compartilham com os visitantes o seu dia a dia, agindo na preservação patrimonial, cultural e histórica da Serra gaúcha.

O filó italiano era uma maneira encontrada pelos imigrantes para juntos passarem horas alegres, lembrando a pátria mãe e buscando forças para prosseguir o sonho da l’a Cucagna.² Hoje, um grupo de pessoas faz a recepção calorosa à luz “dei ciaretti”,³ rezam em dialeto vênето e latim, cantam e contam histórias de um povo. Seguindo a tradição do imigrante, a comilança faz parte da festa, já que é uma forma de expressar o carinho e o bem estar a todos. E para coroar a noite, anedotas, brincadeiras, jogos e música. (ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE).

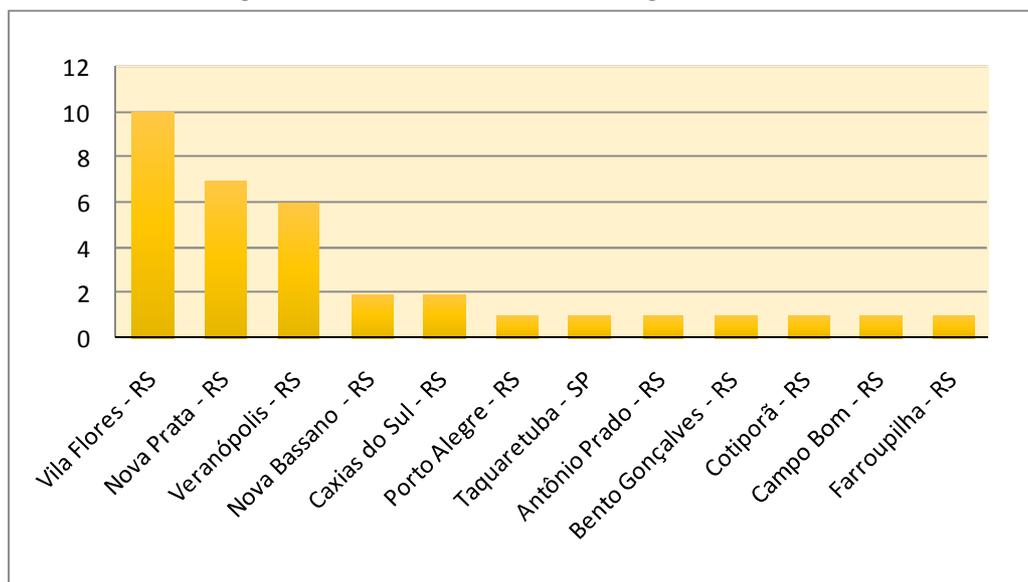
No contexto da identidade visual da Cidade de Vila Flores, a “Terra da fé, pão e vinho”, encontra-se a Casa Fiori, onde está localizada a Vila do Pão, pertence à família lá cinco gerações, o que deixou marcas na casa, na decoração e nos produtos até hoje produzidos. A Vila do Pão conta com mais de 150 tipos de produtos, em sua maioria produzidos no local, com exceção

¹ Filó italiano: encontro de amigos, quando se compartilham pratos típicos da região, com destaque para a polenta feita na hora e o vinho, acompanhados de músicas, prosa e reza.

² L’a Cucagna: Terra prometida, terra da fortuna.

³ Dei Ciaretti: Lampião de querosene.

Figura 4 – Gráfico com a cidade de origem dos clientes



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Em relação à cidade de origem dos visitantes, a Figura 4 apresenta que mais de 29% dos clientes são do próprio Município de Vila Flores, mas pode-se ver uma grande quantidade de visitantes de outros municípios, sendo que 70% das pessoas pertenciam a 11 cidades diferentes. Mesmo sendo de municípios diversos, a maioria das pessoas já conhecia a Vila do Pão.

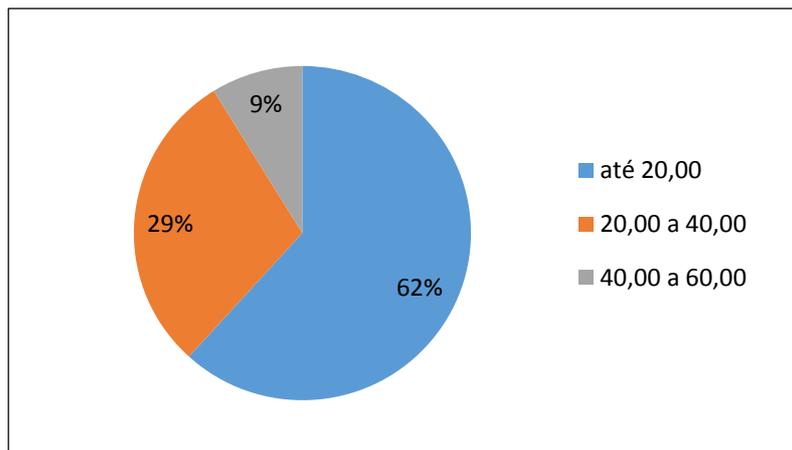
Quando perguntados sobre o que esperavam do produto comprado, os entrevistados puderam dar múltiplas respostas. A maior incidência foi a de que o produto comprado remetia aos clientes experiências gastronômicas vividas no passado.

Lembranças dos antepassados são continuamente repassadas pelos filtros sempre atuantes de quem as recebeu e neste sentido, lembrar-se dos hábitos alimentares, dos sabores prediletos e dos aromas que frequentavam as cozinhas de nossas avós, é um ato de reviver uma memória que herdamos e da qual nos tornamos responsáveis por seu cultivo. O que deixamos para nossos descendentes carrega um pouco de nós mesmos e de nossas experiências, ao lado (e quase sempre mescladas) daquelas que recebemos. (MAGALHÃES, MARETTI, 2013).

A caracterização da cultura local está intrínseca nos produtos vendidos, muitos deles ainda feitos com a receita original da família Fiori. A cuca, um dos principais produtos da Vila do Pão, é feito com fermento de batata. O fermento de batata é natural e muito utilizado pelos descendentes de

italianos da região da Serra gaúcha. Este fermento possui diversas receitas, normalmente cada família tem a sua, e a mantém em segredo. O fermento utilizado na Vila do Pão foi passado de geração em geração. E o produto está associado à cultura local e foi a segunda escolha dos entrevistados.

Figura 5 – Gráfico com o valor gasto pelos clientes no estabelecimento



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Em relação ao valor desembolsado na aquisição dos produtos, a Figura 5 apresenta que 62% dos clientes informou que gastou até 20 reais em suas compras, este valor corresponde principalmente à compra de pães, biscoitos e cucas recheadas ou não. Na sequência, 29% dos clientes disseram que gastaram entre R\$ 20,00 e R\$ 40,00, e 9% entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00.

No que se refere ao motivo da compra, 45% dos entrevistados relataram que compraram os produtos para compartilhar com familiares e amigos, o que afirma a comensalidade como motivo de compra dos produtos de uma empresa advinda da Economia Criativa. Como foi uma pergunta com múltiplas respostas, também foi possível identificar que estes clientes compraram o produto pela sua qualidade, correspondendo a 26% do motivo de compra.

Comentários finais

A economia criativa não precisa obrigatoriamente apresentar um produto novo. Quando trabalhamos no eixo da economia criativa, voltada à

cultura, podemos trabalhar com o saber-fazer dos nossos antepassados. Na Vila do Pão onde foi realizado o estudo de caso, pode-se encontrar preservação deste patrimônio cultural, pois os produtos vendidos no estabelecimento – pão, biscoito,ucas, entre outros – têm características coloniais e são advindos de receitas tradicionais dos antepassados.

Pode-se identificar que a feitura de produtos gastronômicos da Vila do Pão geram emprego e renda, valorizam os ingredientes advindos da região e geram maior desenvolvimento ao seu entorno. A valorização da cultura em seu entorno possibilita que a cultura gastronômica não se perca. A diversidade de produtos é fruto da inovação presente na empresa. A presença de máquinas automáticas auxiliou na produção e fez com aumentasse o volume de produtos na prateleira. A inovação auxilia na criação de novos produtos, ou até mesmo no aprimoramento dos já existentes.

Sendo assim, foi possível identificar possíveis relações entre hospitalidade-comensalidade (principal motivo para aquisição dos produtos gastronômicos), a gastronomia (produtos gastronômicos vendidos na empresa estudada e motivo principal para que a comensalidade aconteça), e a Economia Criativa (caracterizada por valorizar a cultura e gerar renda e desenvolvimento social para a comunidade). Pode-se verificar que a cidade e a região ao seu entorno estão trabalhando para divulgar a destinação turística e seus estabelecimentos comerciais, valorizando a cultura local e preservando as características da região.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa. *Relatório da economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento*. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Panorama da economia criativa no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2013.

BORGES, Ana Marta de B. Comensalidade: a mesa como espaço de comunicação e hospitalidade. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3247-1.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

BOUTAUD, J. J. Comensalidade: compartilhar a mesa. In: MONTANDON, A. *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2011.

COSTA, Ewerton R. C. Comensalidade: a dádiva da hospitalidade através da gastronomia. *Revista de Cultura e Turismo*, v. 9, n. 2, p. 52-72, 2015.

ECKERT, Alex.; MECCA, Marlei S.; DE PAULA, Tauana M. P.; BAISIO, Roberto. A economia criativa no ambiente do turismo: um estudo de caso na Serra gaúcha. Caxias do Sul, RS, 2014. *Anais [...]*. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2014/28/2014_28_9866.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

DE PAULA, Tauana M.; MECCA, Marlei S.; GASTAL, Susana de A. Interfaces entre as características da Economia Criativa brasileira e a produção do souvenir gastronômico. In: XI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR. Caxias do Sul, RS, 2014. *Anais [...]*. São Paulo: ANPTUR, 2014. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DCL5_pdf/34.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016.

DE PAULA, Tauana M.; STEIN, Gabriella V.; MECCA, Marlei S. Ciclo de vida das destinações turísticas: Vila Flores, RS: 'Terra da Fé, Pão e Vinho'. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2016.

DIAS, Marina Cândido. *Inovação, cultura e sustentabilidade: um estudo sobre a economia criativa*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6161_Disserta%E7%E3o%20Marina%20C%E2ndido%20Dias.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: _____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GUEDES, Aline S., BASTOS, Sônia R. Comensalidade e tradições culturais nas comunidades quilombolas. In: XI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR. Caxias do Sul, RS, 2014. *Anais [...]*. São Paulo: ANPTUR, 2014. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DHT2_pdf/84.pdf>. Acessado em: 10 de maio de 2016.

LIMA, Romildo S.; NETO, José A. F., FARIAS, Rita de Cássia P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. *Demetra*, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

MAGALHÃES, Leandro H.; MARETTI Mirian C. Patrimônio cultural londrinense e as referências de memória gastronômica em uma cidade de formação recente. In: Congresso Internacional de Gastronomia – Mesa Tendências. São Paulo, SP. *Anais ...* São Paulo, p., 124-128, 2013. Disponível em:

A economia e o turismo compartilhando soluções

<http://www3.sp.senac.br/hotsites/campus_santoamaro/cd/arquivos/pesquisa/2013/mesa_tendencias_anais_2013.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. UNESCO – Organização das Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura. Creative economy report: *widening local development pathways, special edition*. Paris, França, 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Terra da fé, pão e vinho. Disponível em: <<http://www.vilaflores.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo*. 2011 Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

REIS, Juliana T.; NOVENBRE, Michele T.; REJOWSKI, Mirian. *Bebidas na formação superior em gastronomia: realidade de dois cursos de Tecnologia na Cidade de São Paulo*. Associação nacional de pesquisa e pós-graduação em Turismo, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10262249-Bebidas-na-formacao-superior-em-gastronomia-realidade-de-dois-cursos-de-tecnologia-na-cidade-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

RODRIGUES, Heloisa de Almeida Fernandes. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. *SINAIS – Revista Eletrônica*, v. 1, n. 12, p. 85-100, 2012.

ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE. Disponível em: <<http://www.termaselongevidade.com.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

WOORTMANN, K. *A comida, a família e a construção do gênero feminino*. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1985.

3

A educação como formadora do capital humano: uma breve análise sobre o Prouni

Alessandra Caroline de Lucena*
Lodonha Maria Portela Coimbra Soares**

Resumo: A história econômica brasileira é marcada por desigualdades sociais desde seus primórdios. Desigualdade que acaba se refletindo nas condições de acesso ao ensino. A educação pública brasileira de nível superior se encontra saturada, e a solução encontrada pelo governo federal, para ofertar essas vagas para alunos de baixa renda, é a inserção do programa Prouni em universidades particulares. Apoderando-se de vagas ociosas no sistema privado em troca de ônus fiscal. Como justificativa que somente o nível de instrução e do progresso do conhecimento são capazes de ditar o ritmo de Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico de um país. Destaca-se no presente trabalho a importância do investimento em Capital Humano para a sociedade, e seu impacto real na economia brasileira, trazendo como eixo centralizador o Prouni.

Palavras-chave: Prouni. Capital humano. Educação. Desenvolvimento socioeconômico. Investimento.

Introdução

O Capital Humano conceituado principalmente por Marshall e Schultz seria basicamente a oportunidade de aprimoramento do ser humano por meio da educação. A educação é vista pelos autores como principal forma de acesso a uma vida digna e nobre, em que o ser humano possa gozar de suas plenas habilidades intelectuais e morais. O capital acometido é tomado como um investimento no indivíduo, suficiente para elevar sua qualidade de vida, produtividade e, conseqüentemente, seu nível de demanda de bens materiais.

A implantação do programa de assistência social Programa Universidade para Todos (Prouni), promove a inclusão social em vários âmbitos, além de se tornar uma medida de progresso econômico e social.

* Acadêmica de Economia na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Autora da monografia “A educação como formadora do Capital Humano: uma breve análise sobre o Prouni”, na qual fundamenta-se o presente artigo. *E-mail:* aclucena1@ucs.br

** Mestre em Economia pela UFRGS e coordenadora de monografias da UCS. Orientadora da monografia supracitada. *E-mail:* lmpcsoar@ucs.br

Traz como contrapartida a formação e especialização de profissionais aptos a ingressar no mercado de trabalho.

O programa faz-se necessário a partir da demanda reprimida gerada pela escassez de vagas ofertadas no ensino público, comparada à demanda de alunos concluintes do Ensino Médio. Como forma de equilibrar o quadro citado, o governo federal abre vagas no Ensino Superior privado, com o objetivo de incluir principalmente alunos de baixa renda nas universidades, abrindo mão dessa forma de arrecadar impostos provenientes dessas instituições.

Diante do exposto, o presente artigo tem como finalidade trazer aspectos e resultados técnicos do programa, analisando seu impacto na conjuntura brasileira. Relaciona o investimento direto no programa com a teoria do Capital Humano, que tem como objetivo o constante desenvolvimento educacional do ser humano, ligado ao desenvolvimento de uma nação. O Prouni demonstra ser um elemento para esse objetivo.

A educação como formadora do capital humano: uma análise sobre a educação superior brasileira

Uma sociedade só alcança a modernização, passando necessariamente por um amplo processo de industrialização, segundo Nicol (1985), salvo raras exceções. Apesar do autor não apontar que a transformação básica da sociedade está centralizada no setor industrial, ele aponta como fatores-chave o bem-estar social, termos educacionais, tecnológicos, científicos e por fim, industriais. Para que assim a sociedade esteja preparada para acompanhar o ritmo da indústria e refletir nos outros setores da economia.

David Landes (2003) relaciona o Capital Humano à industrialização à medida que acredita em uma sociedade voltada existencialmente para o desenvolvimento. Ela estaria firmada em formas e mecanismos que possibilitem a obtenção e criação de novas técnicas, além da transmissão das técnicas já aprimoradas às gerações futuras. De forma que o conhecimento adquirido se conserve e, ao mesmo tempo, esteja sempre em constante desenvolvimento.

Com o avanço das décadas, notou-se a presença mais forte do Estado como centralizador responsável por fornecer educação aos seus cidadãos. Uma educação básica, obrigatória, universal e gratuita. Nicol (1985) cita Landes, ao dizer que uma sociedade que tem como objetivo se industrializar, precisa atuar com cerca de 50% da sua população alfabetizada. Segundo o historiador, uma sociedade apta a se industrializar deveria suprir os seguintes pré-requisitos:

Segundo Furtado (1959) a dificuldade no processo de industrialização brasileira esteve centrada em alguns fatores de inviabilidade. O primeiro item seria a falta de uma organização comercial para distribuir os produtos na esfera nacional. Em sequência, tem-se a exiguidade do mercado interno. O terceiro item seria a falta de uma política voltada para a industrialização, tendo em conta que o país era dirigido por classes de senhores agrícolistas escravistas que detinham o poder.

Como quarto item, Furtado atribui o fator qualificação ao atraso do País. De acordo com o autor, pelo país não possuir uma base técnica significativa e adequada, as máquinas tinham que ser importadas para haver a criação de novas industriais, tornando-se assim uma barreira para o polo industrial e nacional.

Educação superior brasileira: do contexto histórico até meados do século XXI

As primeiras instituições de Ensino Superior surgiram no Brasil em 1808¹ e visavam assegurar a uma pequena minoria diplomas profissionais para ocupar cargos privilegiados no restrito mercado de trabalho da época, além de garantir um iminente prestígio social. Dessa forma, o Ensino Superior limitava-se a uma elite detentora do poder e ficava sob jurisdição do estado, limitado pela capacidade de investimentos políticos do governo central da época.

¹ Apesar de muitos países de colonização espanhola na América já possuírem Ensino Superior desde o período colonial, Portugal só permitiu que o Brasil dispusesse de universidades no período colonial. Tendo em vista que o primeiro núcleo de formação universitária só foi implantado com a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil. Toma-se como exemplo o México, que teve sua primeira universidade implantada em 1553. (MARTINS, 2002).

A partir da metade do século XIX, a iniciativa privada começa a ter participação nesse mercado, com a possibilidade legal instituída pela Constituição da República em 1891. Assim acontece a primeira grande ruptura do sistema educacional superior e surgem as primeiras instituições privadas fruto das elites locais e confessionais católicas. A expansão do sistema educacional se traduz em números, pois passou de 24 escolas para 133 no período de 30 anos que seguiram após a nova Constituição. (MARTINS, 2002).

De acordo com o autor, foi somente em 1920 que o debate sobre o valor universitário entra em cena. As universidades passam a ser vistas não mais como meras instituições de ensino, restritas às questões políticas e a graus de controle estatais, e tomam papel importante dentro da integração à universidade na sociedade e suas funções econômicas e sociais. Francisco Campos, primeiro ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas, promoveu em 1931 uma reforma educacional que autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades, autorizando a cobrança de anuidades, tendo em vista que até mesmo o ensino público não era gratuito.

O movimento estudantil que ocorreu entre 1945 e 1968 visava a defesa do ensino público do modelo de universidade e não de pequenos centros educacionais e buscava também que o setor privado fosse absorvido pelo setor público. Apesar de o movimento buscar a reforma de todo sistema educacional, sua principal pauta era o ensino universitário. Em 1964, com o início do regime militar, o movimento perde força, mas, em contrapartida, em 1968 ocorre a reforma universitária.

Segundo Martins (2009), o objetivo geral da reforma foi a modernização e expansão das universidades federais e a modificação no ensino privado, uma vez que a demanda de matrículas do acesso universitário era muito superior as vagas que o ensino público conseguia ofertar. O autor cita que o “novo” regime de ensino superior privado nasce em decorrência das alterações decorrentes do campo político-nacional de 1964. O regime militar, impondo medidas repressivas ao movimento estudantil, uniu-se a propostas de expansão e modernização do Ensino Superior.

A medida que a ampliação ao acesso ao Ensino Médio cresce no período que antecede a reforma, a demanda de Ensino Superior cresce subsequentemente. De acordo com Martins (2009), as universidades públicas eram incapazes de absorver tamanha procura por parte dos alunos e, em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições, onde foram aprovados. Em 1960, o número só piorou, subindo para 162 mil vagas excedentes. A tensão social ocasionada se tornou a chave para a expansão do Ensino Superior privado, tendo em vista a busca pela classe média do Ensino Superior, como oportunidade de um futuro melhor.

Em resposta ao quadro ocorrido, o governo militar começou a formular políticas de reestruturação no Ensino Superior. Como meio de chegar a uma solução, o governo encomendou estudos e pesquisas de professores norte-americanos e brasileiros, que tinham como objetivo propor medidas para o Ensino Superior. Em resultado às pesquisas, apontavam que a educação superior brasileira deveria ter um foco prático e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. De forma que o ensino não deveria ser restrito a um pequeno grupo de privilegiados, mas deveria, portanto, passar por um processo de expansão. (MARTINS, 2009).

Porém, o processo de expansão cairia, perante o desafio da escassez de recursos financeiros do governo federal. A solução proposta e também desafio seria alcançar o máximo de atendimentos da demanda, com o menor custo financeiro. Os recursos sendo racionalizados seriam distribuídos de acordo com a diretriz de flexibilidade estrutural; dessa forma a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas seria evitada.

De acordo com Martins (2009), parte dessa reforma incluiu eliminação da cátedra vitalícia, criação do vestibular, como forma classificatória, criação de departamentos, entre outros. O ensino privado toma importância na reforma no processo de expansão, pois o governo toma como diretriz o estímulo à criação de universidades particulares, oferecendo auxílios, com o objetivo de assegurar vagas para alunos com insuficientes recursos financeiros.

A posição tomada pelo governo só reforçou o caráter de complementariedade da rede privada. De forma que a Constituição de 1967

permitiu à disponibilidade de recursos financeiros e apoio técnico às universidades particulares.

O governo militar tinha como objetivo a política de desenvolvimento brasileiro, e como meio empregado visou a formação de recursos humanos qualificados, contornando a escassez de recursos da época. (MARTINS, 2009). Com apoio do BNDES e da Finep, para a obtenção de recursos, criaram o Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico em 1964, o que contribuiu para um progresso técnico e à criação de cursos de pós-graduação. Segundo o autor, as universidades públicas passavam a ser ocupadas por apenas estudantes dotados de um plausível volume de capital econômico e cultural, resultando assim em um elevado nível de qualidade acadêmica, ressaltando a restrição social imposta pelo plano. A parcela de participação do ensino privado demonstrou um crescimento notável no período de 1967 a 1980, levando em conta que o ensino público cresceu 453%.

Parte da expansão do setor privado se deu a partir da década de 70, do século XX, pois ocorreu uma mudança gradual na forma de organização das instituições. As pequenas escolas criadas, na década de 60, uniram-se e formaram federações de escolas, transformando-se, durante as décadas até 1980, para formarem universidades. Adquiriram assim vantagens competitivas no mercado, pois possuíam estabelecimentos maiores, com mais cursos e mais competitivos.

Em decorrência da crise de 1980, Martins (2009) acredita que resultou em grave quadro inflacionário e taxas de desemprego elevadas; o Ensino Superior privado sofreu uma pequena queda. Na década de 90, no final do governo de Itamar Franco, foi criado o Conselho Nacional de educação (CNE) que possibilitou ao MEC ter uma maior autonomia. O CNE tinha uma política flexível e facilitou o processo de autorização e credenciamento de cursos e de instituições particulares. Diante de recorrentes reclamações do desempenho acadêmico que essas instituições estavam apresentando, a postura adotada pelo CNE era de que o mercado acadêmico propriamente regularia o desempenho de seus cursos e instituições perante a aplicação do provão, o Exame Nacional de Cursos.

À medida que o investimento no Ensino Superior continuava estagnado, o número de universidades públicas não se alterou, já o de universidades

particulares cresceu muito entre o período de 1995 e 2002. Naquele período foi institucionalizada por meio do Decreto 2207/1997 a diferenciação entre instituições comunitárias dos estabelecimentos privados com fins lucrativos. Recebendo diferenciação e sendo impedidos de receber recursos públicos e imunidade fiscal, atuando assim como qualquer outro agente econômico.

A partir de 2002, a demanda educacional teve um grande crescimento, e o ensino público não somente não conseguiu conter essa demanda, como diminuiu sua oferta, pois o MEC incentivou as instituições federais a expandirem sua oferta somente com recursos humanos e físicos já existentes. E, naquele período, houve um número expressivo de aposentadorias de docentes e funcionários.

Com a posse do presidente Lula, em 2003, houve grandes mudanças no sistema educacional brasileiro. A reorientação política para a educação tinha como intuito fortalecer o ensino público. Com reformulação dos orçamentos, novas unidades, novos docentes e funcionários, além de reajustes salariais. Em 2004, visando o acesso democrático de vagas ao Ensino Superior, foi instituído o Prouni.

Em partes de seus discursos, o presidente Lula detinha ênfase à importância do programa na ascensão social e possibilidade de acesso ao Ensino Superior a qualquer pessoa, independentemente do poder aquisitivo. Justificando assim que o nascimento não se tornaria fator determinante para seu capital intelectual, tornando convicção do Estado fornecer acesso igualitário à educação a todos os cidadãos. Tendo em vista que o processo de seleção nas universidades públicas acaba se tornando muitas vezes um fator que isola quem tem condições ou não de investir na preparação para o vestibular, as universidades privadas abrem uma porta de oportunidades que antes não existia.

Indicadores educacionais e seu impacto

De acordo com o que frisa Marshall (1985), a questão do desenvolvimento está ligada à distribuição de renda e à formação de competência, qualificação educacional e profissional da população. Essa formação de competências na época em que Marshall escreveu *Princípios de*

economia estava restrita apenas a uma minoria. Segundo dados do último senso, o reflexo que temos no Brasil ainda é o mesmo do que o descrito nos manuscritos de Marshall.

A Tabela 1 elucida o grau de instrução da população brasileira.

Tabela 1 – Percentual de pessoas atendidas pela rede pública de ensino na população, segundo o curso que frequentavam – 2010

Cursos que frequentavam	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Superior de graduação	28,9	36,1	37,3	24,7	27,1	27,6
Especialização de nível superior	22,4	27,5	24,6	22	20,8	19,5
Mestrado	52,7	55,5	62	49,6	53,6	51,5
Doutorado	69,8	62,9	75,9	68,3	71,4	70,4

Fonte: Censo (2010).

A Tabela 1 possibilita visualizar, detalhadamente por região, como a rede pública atende o estudante de Ensino Superior. Nota-se que, em geral, apenas 28,9% dos estudantes são atendidos pelo Ensino Superior público. O número aumenta consideravelmente nos níveis de mestrado e doutorado. Cabe a avaliação sobre a grande importância do meio privado nesse dado, pois a rede pública não supre a demanda nacional.

Para visualizar esse dado mais a fundo, a Tabela 2 esclarece o público que a educação de nível de educação superior atende.

Tabela 2 – Classes de rendimento normal mensal domiciliar *per capita* (s.mín.) por nível de escolaridade

	Total	Sem rend. a ¼	Mais de 1/4 a ½	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3
Total	100	21	21,8	26	17,6	5,7
Creche	100	19,7	21,4	28,3	18,1	5
Pré-escolar	100	23,3	23,9	26,1	15,7	4,5
Classe de alfabetização	100	27,9	26,8	26	12,7	3,1
Alfabetização de jovens e adultos	100	31,1	23,9	27,6	12,8	2,5
Regular do Ensino Fundamental	100	25,9	25,7	26,6	14	3,6
Educação de jovens e adultos do Ensino Fundamental	100	21,9	25,1	29,9	16,2	3,6
Regular do Ensino Médio	100	15,6	19,8	29,9	21,7	6,1
Educação de jovens e adultos do Ensino Médio	100	13,9	18,9	30,9	24,7	6,1
Superior de graduação	100	4,3	4,6	16,2	31,1	16,8
Especialização de nível superior	100	2,7	2,3	9,7	22,2	16,5
Mestrado	100	3,1	1,5	6,2	15,4	16,3
Doutorado	100	3,1	1,2	3,5	10,7	12

Fonte: Censo (2010).

Nota-se que a demanda vem de classes com maiores rendimentos domiciliares *per capita*. O que significa que o acesso ao Ensino Superior de forma geral restringe-se a famílias com maiores rendimentos mensais, e a maior parte da população não chega a ter acesso a esse nível de ensino.

Observa-se que a classe, com 5 ou mais rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, representava 12,7% no Ensino Superior. Categoria que possui uma maior diversificação de rendimentos. Mas nas classes especialização de nível superior, mestrado e doutorado, esse número aumenta para, respectivos 26,9% nível superior, 36,7% mestrado e 47,1% doutorado. O que indica que os graus mais avançados de nível superior costumam se concentrar em meio a uma pequena minoria, que possui rendimentos mais elevados.

Pode-se associar que o elevado poder educacional, na interferência da renda no Brasil, se dá principalmente ao fato de os níveis educacionais serem muito desiguais, segundo o índice de Gini. O investimento em educação é comprovado com base nos dados acima citados, como fator capaz de modificar o desenvolvimento de uma nação.

Nota-se que o Estado não é capaz de suprir toda demanda de estudantes que procuram o Ensino Superior, e a maior parte das vagas oferecidas na rede pública destina-se a famílias com classes de rendimentos superiores. Abre-se, assim, a necessidade de alternativas para que a sociedade consiga compor-se de indivíduos com intelecto suficiente para todas as esferas de conhecimento, que incidam no desenvolvimento econômico.

Prouni como força de capital humano

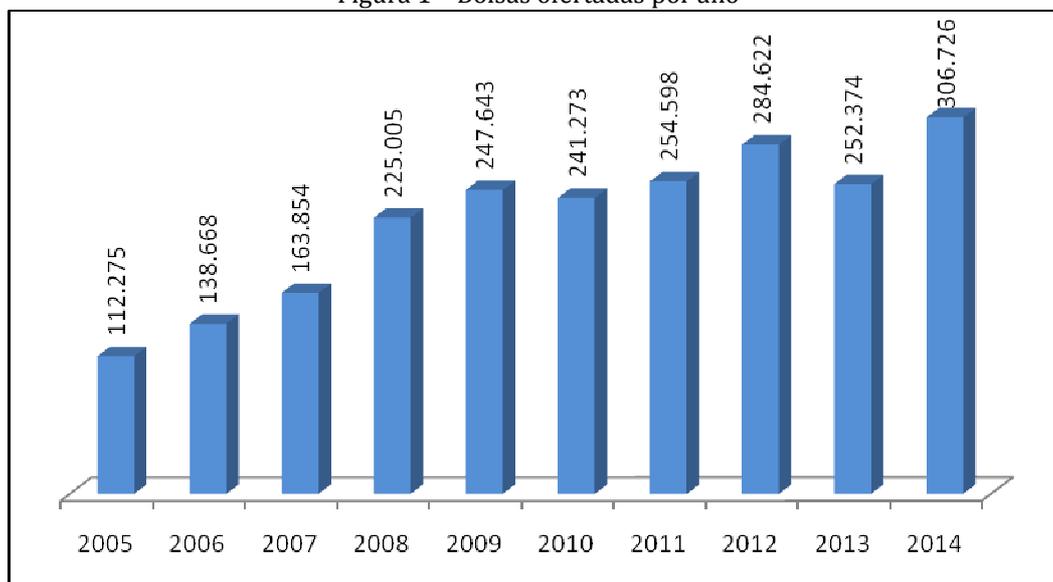
De acordo com o Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos, denominado Prouni, tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas de Ensino Superior. A instituição, em contrapartida, recebe a isenção de tributos. O programa foi institucionalizado pela Lei 11.096, em janeiro de 2005, mas entrou em vigor em 2004, conforme o governo federal.

A finalidade é oferecer a estudantes do Ensino Médio da rede pública, ou a bolsistas em escolas particulares, bolsas integrais ou parciais. Por regra, é definido que a renda familiar não deve ultrapassar mais de três salários mínimos, sendo destinado, assim, à população de baixa renda, que não tem acesso às universidades particulares. O sistema de seleção se dá por meio da nota obtida pelo aluno no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando assim o desempenho acadêmico dos candidatos.

Dessa forma, o Prouni se torna uma ferramenta que possibilita a inclusão universitária por meio do investimento em educação. A importância de gerar bolsas em universidades particulares se justifica pelo próprio contexto histórico brasileiro. O programa é um dos caminhos a ser seguido em busca do desenvolvimento do país, e o ser humano a única ferramenta capaz de fazê-lo.

O Prouni é um programa oferecido pelo governo federal, com o objetivo de ampliar o acesso da população à educação universitária. Por meio de dados estatísticos disponibilizados em gráficos pelo Ministério da Educação, no portal do Prouni, pode-se observar e entender o ingresso dos estudantes no programa e também seu o impacto no meio econômico.

Figura 1 – Bolsas ofertadas por ano



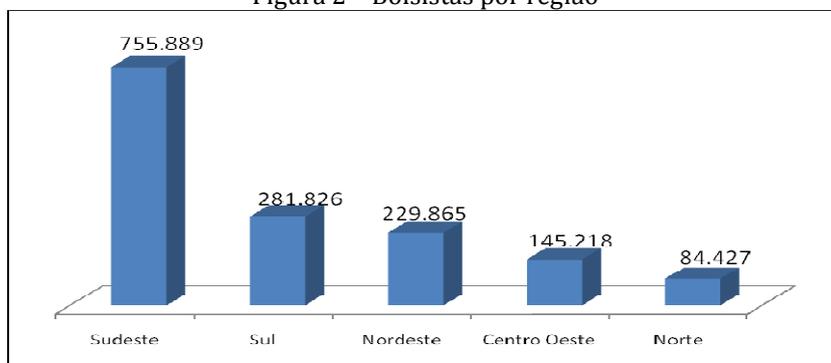
Fonte: Prouni/MEC (2015).

Na Figura 1, observa-se de forma geral a quantidade de bolsas ofertadas desde o início do programa. Ao longo dos nove anos retratados na figura, nota-se um aumento de 173% no número geral de bolsas. As variações de um ano para o outro são atribuídas às mudanças no número de bolsas de um semestre para o outro, dependendo de fatores como o número de pagantes nas instituições privadas conveniadas e até de bolsas ativas.

A principal premissa do Prouni é que alunos de baixa renda ingressem na rede de ensino universitária, por meio de instituições privadas. Esse ingresso se dá por meio de mérito de notas derivadas do Enem. O programa também tem um rígido processo de seleção, para que somente alunos com vulnerabilidade social tenham acesso às vagas. Por exemplo, em 2014 somente 16% se converteram em vagas efetivas, demonstrando o comportamento de demanda dessas vagas no decorrer do período.

Excluindo da análise as instituições públicas, em 2009 as com fins lucrativos totalizavam 1.779, em detrimento de 290 instituições filantrópicas, confessionais ou comunitárias. (CARVALHO, 2006). Nota-se uma renúncia por parte das instituições sem fins lucrativos, que ainda possuem uma pequena parcela de adesões. O número abaixo do esperado pode ser justificado, pois ao mesmo tempo em que as instituições privadas ficam isentas de todos os impostos que recolham, em contrapeso o número de bolsas é muito baixo. As instituições sem fins lucrativos permanecem com o mesmo *status* institucional que já possuem e continuam não se submetendo à fiscalização/regulação governamental.

Figura 2 – Bolsistas por região



Fonte: Prouni/MEC (2015).

Segundo a Figura 2, nota-se a grande presença do programa na Região Sudeste, o que pode ser explicado pelo grande contingente populacional. Mas também se observa uma influência do número de instituições adeptas ao programa por região, resultado no número de vagas oferecidas. Nas Regiões Sudeste e Sul, principalmente, é justificada a importância do programa, pois são as duas regiões que apresentam carência de atendimento da rede pública de ensino sobre o percentual da população, mas, em contraponto, são as regiões que mais oferecem bolsas em instituições privadas de ensino.

Prouni X capital humano

Historicamente reforçada pela desigualdade social, a democratização do Ensino Superior brasileiro tem se tornado tema de assunto frequente entre economistas. A expansão da demanda universitária, tendo em vista a demanda do incremento da formação por parte da população, conota a busca por qualificação e posicionamento no mercado de trabalho. O grau de capacitação, segundo a teoria do Capital Humano, se torna principal fator estimulante ao crescimento de uma sociedade.

Os jovens em idade universitária, considerada em média entre os 18 e 24 anos, que no Brasil frequentam o Ensino Superior, situa-se apenas em 13%, frente a 66% em Portugal ou a 90% no Japão. (ALMEIDA et al., 2012). Esse percentual apenas demonstra a baixa instrução universitária no País. Apesar da crescente procura apresentada ano a ano, a problemática é atenuada pela baixa oferta de vagas públicas de ensino.

Parte do ensino universitário brasileiro está concentrada em instituições particulares, pois as instituições públicas não conseguem suprir a demanda apresentada. A expansão do ensino privado se deu inicialmente de forma desorganizada, sem regulação ou avaliação de qualidade. Isso contribuiu para que essas instituições formassem grandes estruturas em cidades geralmente de interior, nas quais a presença de instituições federais era fraca ou até inexistente.

Com o decorrer dos anos, a composição estrutural das universidades públicas se tornou deficitária, devido à baixa taxa de investimentos. Como saída encontrada para a crescente demanda universitária, instituiu-se o

Prouni. Como tentativa de regular o sistema, foram oferecidas no meio privado as vagas que o sistema público não consegue suprir.

De forma geral, o Prouni se torna uma solução a curto prazo para o problema de oferta de vagas. Mas, a longo prazo, se torna tema de questionamento de autores como Carvalho (2012), que elucida que a renúncia fiscal, concedida às instituições, caminhará em direção no afrouxamento do aparato estatal. De certa forma, na visão da autora, torna o segmento privado mais forte e significativo, pois apresenta-se como um mecanismo de financiamento para as instituições privadas.

Na década de 90, o controle da política fiscal, a fim de não aumentar os gastos públicos, era tema central da macroeconomia brasileira, a fim de ajustar o déficit público apresentado. A dívida pública se tornou um ativo utilizado na valorização do capital financeiro, à medida que os países em desenvolvimento aplicariam um esforço maior para se credenciar, como candidatos a receptores de novos fluxos de capitais. (CARVALHO, 2012).

Nesse período, houve uma significativa alteração na legislação, que se tornou mais rígida nas renúncias fiscais. O apoio na atuação privada data desde a década de 60, com incentivos e isenções fiscais. Tinha como objetivo beneficiar diversos setores e se tornar um instrumento de financiamento indireto, no crescimento das empresas e na prosperidade econômica. Dessa forma também se torna uma garantia em períodos de crise, pois absorvia os impactos sobre custos e despesas de prestação de serviços.

Como o controle da dívida tinha como objetivo demonstrar aos investidores que a mesma era sustentável, e o governo de Fernando Henrique Cardoso (1998) era pressionado pelo FMI a obter um superávit primário, que fosse capaz de apoiá-la, bem como as taxas de câmbio e de juros que nela incidiam. Os mesmos fatores, tendendo a elevação e variações somadas a um insuficiente crescimento do PIB, promoveram aumentos no superávit primário.

Com a entrada do governo Lula, segundo Carvalho (2012), houve um aumento na carga tributária e cortes nos gastos públicos, visando a elevação do superávit primário. O corte nos gastos incidiu nas despesas, principalmente de custeio e de capital, como corte em verbas de educação,

saúde, entre outros, bem como investimentos. Investimentos que têm papel importante nas condições de crescimento do País.

Na educação superior, essa renúncia se tornou fator central para o crescimento da educação privada, pois, na época, de acordo com o Código Tributário Nacional, não havia incidência de impostos sobre a renda, patrimônio e serviços de estabelecimentos de ensino de qualquer natureza. Como requisito para as entidades classificadas como sem fins lucrativos, era obrigatório que a instituição reinvestisse seu superávit na manutenção e na ampliação das atividades educacionais.

Quando o Prouni foi criado, o excesso de oferta de vagas em universidades particulares crescia ano a ano, mesmo que a demanda de alunos não acompanhasse esse número. O programa tinha como objetivo reverter o quadro de injustiça social, utilizando-se de alunos que não teriam renda *per capita* suficiente para compor as vagas que estavam ociosas no sistema particular. O desígnio do programa não se restringia apenas à renda, mas também a portadores de deficiência, negros, indígenas e estudantes de magistério, visando à preparação de professores para o ensino básico. Esses fatores se tornaram importantes para a aceitação, o apoio e a legitimidade da sociedade civil do programa.

De acordo com Carvalho (2006), a oferta de vagas cresceu de 2003 a 2004 cerca de 18,8% e o número de ingressantes apenas 2%. Por outro lado, as vagas não preenchidas nas instituições particulares era de 49,3% contrapondo a relação candidato *versus* vaga nas instituições públicas, superior a 10. Os dados fornecidos pelo Inep comprovam a assimetria da educação brasileira na época anterior à criação do Prouni. Mesmo que os números não tenham sido totalmente revertidos ao longo dos 11 anos, nos quais o programa está ativo, eles têm um impacto direto na mudança do contexto educacional e brasileiro.

Marshall buscava, em grande parte de suas obras, encontrar formas de ajudar a sociedade a romper o elo entre a pobreza e a incompetência. Para ele, as condições de extrema pobreza tendiam a exercer um quadro de incompetência no ser humano, tendo em vista que o mesmo não utilizava suas faculdades mentais. A ineficiência de parte da sociedade se torna, assim,

um desperdício humano e econômico para o autor. Segundo Marshall (1985), fraqueza e a ineficiência são as causas de sua própria miséria.

A política mashalliana objetiva-se, em uma interferência do Estado, na economia, a fim de proteger interesses comuns, tornando o papel da educação compulsória, sendo o Estado o ofertante e o financiador do mesmo. O capital humano geralmente é precedido pela palavra “investimento”, na maioria dos estudos, obras ou artigos publicados, pois se trata essencialmente de uma medida para garantir interesses futuros, tanto em questões humanitárias quanto econômicas.

A lógica das finanças públicas do governo brasileiro, atualmente, tem como premissa a redução de gastos, inibindo o investimento em áreas-chave da economia, como educação, saúde e infraestrutura. Coerente com essa medida, surge a proposta do Prouni de renúncia fiscal, em troca de vagas na rede de ensino particular. Vagas que se encontravam ociosas na maioria das instituições, ao mesmo tempo em que a população brasileira conluente do Ensino Médio não tinha renda suficiente para ocupá-las e só crescia.

O Prouni não se torna solução definitiva para o problema histórico da educação brasileira e da segregação social que o Ensino Superior acaba trazendo. Mas, em certo ponto, é a única medida cabível a curto prazo para qualificar a mão de obra de parte da população, que não consegue ter acesso ao sistema público de ensino, que se encontra sobrecarregado.

O programa acaba beneficiando principalmente as grandes instituições, que obtêm um ganho relativo muito maior, tornando-se um afrouxamento do aparato estatal. Mas apresenta também um ganho para alunos de renda baixa, possibilitando uma ascensão social antes imaginada. O alcance do programa se estende além das cidades onde as universidades federais são sediadas, cidades pequenas que não são centros metropolitanos.

Com base nos autores apresentados, o investimento em educação e o investimento no próprio ser humano têm interferência na renda, produtividade, qualidade de vida. Tornando o ser humano a única força capaz de conduzir o desenvolvimento do País, e o Prouni é um dos meios para atingi-lo. “O mero pensamento do investimento em seres humanos é ofensivo a alguns dentre nós. Nossos valores e nossas crenças nos inibem de olhar para os seres humanos como bens de consumo.” (SCHULTZ, 1973, p. 33).

Considerações finais

Segundo Marshall, em sua ótica de distribuição, somente o aprimoramento humano seria capaz de modificar a situação de riqueza e pobreza gerada no berço. A educação seria a única ferramenta capaz de tornar o ser humano apto a desenvolver plenas faculdades mentais, buscando qualidade de vida, desenvolvimento social-econômico e tecnológico gradual da sociedade. Schultz traz a mudança de contexto de capital, que antes era visto somente como máquinas, estruturas físicas e equipamentos e passa a ver o investimento no ser humano e no seu conhecimento, como Capital Humano.

O Capital Humano representa o grau de capacitação e conhecimento de uma sociedade, incidindo em âmbitos da vida pública e privada, pois os indivíduos tendem a pensar e agir de modo igual, buscando interesses comuns, com base nos elementos da natureza ética, incitados pelo aprimoramento intelectual.

A atribuição do valor econômico segundo Schultz traz o investimento em educação como propulsor do crescimento, incluindo-a na visão de capital, assim como máquinas, equipamentos e patrimônios, de forma a reforçar a análise da prioridade do investimento em sua formação.

É necessário entender a totalidade da educação superior brasileira, desde seu contexto histórico até a implantação do Prouni, para que dessa forma se possa analisar a precariedade do sistema público de educação e a brecha aberta com a inserção do Prouni.

Apresenta-se, então, o programa Prouni, que tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais a alunos de baixa renda, em instituições privadas de ensino. Mesmo não substituindo o papel que deveria ser das instituições públicas de ensino, o Prouni se torna um fator gerador de qualificação profissional muito forte; um incremento na formação da população de baixa renda e ocupa-se de vagas pronominalmente ociosas no sistema privado, em troca da isenção fiscal.

O Prouni, como forma de investimento em Capital Humano, contribui para a formação e capacitação de profissional expandindo as fronteiras da tecnologia e da produtividade. Somente o investimento no ser humano é

capaz de trazer o desenvolvimento de uma sociedade, pois o ser humano é uma variável inconstante. O conhecimento é a única ferramenta capaz de incitá-lo à constante mudança e busca de aperfeiçoamento.

Referências

- ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. *Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil*, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300014>. Acesso em: 20 maio 2016.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida. *O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior*. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da Fonseca. *O capital humano na filosofia social de Marshall*. 2015. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/46-5.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010: educação e deslocamento*. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/>. Acesso em: 20 maio 2016.
- LANDES, David S. *Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultural, 1982. v. 1.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2.
- MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação Social*, v. 30, n. 106, Campinas, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- MATTOS, Laura Valladão. Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social. *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 3, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a07v20n3>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- MATTOS, Laura Valladão. Marshall e os críticos à economia política clássica. *Revista de Economia*, v. 30, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/06.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2015.

A economia e o turismo compartilhando soluções

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PROUNI Programa Universidade Para Todos*. 2015. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

NICOL, Robert Norman Vivian Cajado. *Microeconomia*. São Paulo: Atlas, 1985.

PEREIRA MARTINS, Antônio Carlos. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17 (Suplemento 3), Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2015.

SCHULTZ, Theodore William. *Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SCHULTZ, Theodore William. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore William. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

4

A gestão do conhecimento num escritório de contabilidade: um estudo de caso

Carla Rosane da Costa Sccott*
Daniel Arruda Coronel**
Gustavo Fontinelli Rossés***
Jaime Peixoto Stecca****

Resumo: Este estudo tem como objetivo identificar e compreender as atividades intensivas em conhecimento praticadas por uma organização contábil na cidade de Santa Maria-RS. Em termos metodológicos, este estudo é do tipo qualitativo, com ênfase num estudo de caso. Para a análise, adotaram-se as técnicas de classificação, categorização e a análise qualitativa de conteúdo. Os resultados indicaram que a organização emerge como um exemplo de organização intensiva em conhecimento, uma vez que utiliza técnicas e ferramentas de gestão do conhecimento nas suas estratégias. Observou-se também a existência de uma estrutura para captura, transformação e compartilhamento do conhecimento organizacional. Porém, essas atividades apresentam uma estruturação organizacional informal e desfragmentada, e percebeu-se que não há investimentos explícitos para a gestão do conhecimento.

Palavras-chave: Atividades intensivas em conhecimento. Organização contábil. Estudo de caso.

Introdução

A sociedade mundial sempre buscou alternativas à sobrevivência e ao desenvolvimento de atividades organizacionais, a fim de garantir melhor condição de vida na sociedade. Inúmeros recursos e ferramentas constituem os subsídios pelos quais as ações dessas entidades são pautadas com o intuito de aumentar as riquezas disponíveis. Lobato (2013) assinala que houve

* Mestra em Engenharia de Produção. Professora no Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana. <<http://lattes.cnpq.br/2403423270664920>>. *E-mail:* carla.sccott@iffarroupilha.edu.br

** Doutor em Economia Aplicada UFV. Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Administração. <<http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>>. *E-mail:* daniel.coronel@uol.com.br

*** Doutor em Extensão Rural UFSM. Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/9238425770636022>>. *E-mail:* gustavo@politecnico.ufsm.br

**** Doutor em Administração USP. Professor na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/6367717512879713>>. *E-mail:* jaime@ufsm.br

mudanças significativas no comportamento dos mercados, com ênfase nas vantagens competitivas.

Imersos nesse contexto, muitos dos fatores inerentes a essa competitividade, como o capital financeiro, os recursos naturais e a disponibilidade de mão de obra já não compreendem mais os componentes centrais desse processo evolutivo. De modo elementar, o conhecimento não se constitui mais como “um” recurso, mas, sim, “o” recurso que condiciona o sucesso organizacional. (DRUCKER, 1993).

Sendo assim, o conhecimento assume papel primordial, pois proporciona uma infinidade de vantagens que influenciam o desempenho e a sustentabilidade organizacional. Para tanto, é necessário que, em todos os níveis da organização, sejam criados mecanismos de captura da informação e sua transformação em conhecimento, bem como a mudança das competências e experiências individuais para coletivas. (CHAE; BLOODGOOD, 2006).

Novos modelos de gestão vêm sendo concebidos, buscando desenvolver o alinhamento estratégico da gestão do conhecimento, bem como a infraestrutura necessária para os processos de gestão. Essa abordagem emerge a partir do desenvolvimento da perspectiva estratégica da organização, da utilização das tecnologias de informação e comunicação, como recursos de infraestrutura, bem como de elementos que permitam avaliar o desempenho das ações desenvolvidas. (JUNG et al., 2007; YEH et al., 2006).

Neste contexto, para que uma economia se desenvolva, é fundamental a constituição de empresas sólidas, que consigam gerar empregos, pagar tributos e movimentar a renda. Para que essas empresas se tornem fortes o suficiente para sobreviver em um mercado competitivo, elas precisam de informações, a fim de tomarem decisões de forma inteligente, e o contabilista é, sem dúvida, o profissional mais qualificado para suprir essa necessidade.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que o setor de serviços contábeis apresenta um crescimento bastante considerável na economia. Nesse sentido, cada empresa que é constituída tem a necessidade de utilizar esse tipo de serviço, tanto para seguir obrigações impostas pela legislação, como

também para obter um controle mais efetivo das transações comerciais. (OLIVEIRA, 2009).

Através de uma contabilidade eficaz, é possível obter informações de caráter econômico e financeiro, as quais são importantes para que os gestores possam tomar decisões acertadas e confiáveis. Conforme Marion (2009, p. 25), “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”. Na verdade, ela coleta os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Seguindo esta temática, a justificativa deste estudo está na relevância e na representatividade dos serviços na economia brasileira. O setor terciário, que envolve as atividades de comércio e de serviços, vem ganhando a atenção de investidores e do governo brasileiro. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) apontou que, em 2014, o setor de serviços correspondeu a 68,5% do PIB brasileiro e, atualmente, contempla cerca de 70% da mão de obra do País.

Outra justificativa para este estudo centra-se na ideia de que, na economia atual, o conhecimento tem se tornado um fator-chave para o sucesso de uma organização, uma vez que os fatores tradicionais de produção têm tido seu valor reduzido significativamente. Ao mesmo tempo, os fatores oriundos do conhecimento têm se valorizado de forma representativa. A adequada gestão do conhecimento tem impactado de forma expressiva o valor das organizações, pois a materialização do uso desse recurso para que seja possível a atuação em um ambiente globalizado produz benefícios intangíveis que agregam valor.

Por oportuno, o objetivo geral deste trabalho é identificar e compreender as atividades intensivas em conhecimento praticadas por uma organização contábil da cidade de Santa Maria-RS.

Como forma de facilitar a compreensão, na seção 2 são fundamentadas e descritas as estratégias e ferramentas de gestão do conhecimento, bem como suas contribuições para o contexto das organizações. Nas seções 4 e 5, apresentam-se, respectivamente, os aspectos metodológicos e as análises

pertinentes ao estudo de caso realizado. Por fim, a seção 6 relata as considerações do estudo.

Gestão do conhecimento

As organizações são, fundamentalmente, entidades que sabem como fazer as coisas. Na verdade, uma organização, em determinado momento, é um repositório de uma faixa de conhecimento produtivo bastante específico, que a distingue das demais que atuam até na mesma linha de negócio. Correa e Sarmiento (2003) assinalam que a essência da gestão do conhecimento compreende a transformação do conhecimento individual em coletivo, com foco no aprendizado e no envolvimento de todos.

Com base nisso, se evidencia que o conhecimento tem sido fator determinante de sucesso das organizações, sendo considerado como um fator de produção e um bem intangível. Dessa forma, Quinn (1992) destaca o foco estratégico nas competências essenciais, para alavancar estratégias em conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento é um elemento construtivo que complementa a aquisição de conhecimento. Seu foco está na geração de novas habilidades, novos produtos, ideias melhores e processos mais eficientes. O desenvolvimento do conhecimento inclui todos os esforços administrativos conscientemente direcionados para produzir capacidades que ainda não se encontram presentes na organização, ou que ainda não existem dentro nem fora delas (KIM et al., 2003).

Nonaka e Takeuchi (1997) asseveram que as organizações do conhecimento estão centradas numa estrutura, para permitir criação do conhecimento de forma eficaz e contínua, transformando-o em níveis estruturais: a) nível do sistema de negócios, organizado como uma hierarquia tradicional; b) nível de equipe de projeto, organizado como uma típica força-tarefa onde pessoas exercem papéis; e c) nível-base de conhecimento, em que se obtém um ciclo dinâmico de conhecimento, criando, explorando e acumulando continuamente o conhecimento organizacional, transformando-a intensivamente de conhecimento.

Seguindo a ótica de Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento tácito é subjetivo, pois se refere às habilidades inerentes ao indivíduo, como um conjunto de ideias, percepção e experiência. Há dificuldade para formalizar, transferir ou explicar a outro indivíduo. Por sua vez, o conhecimento explícito contempla elementos que podem ser codificados, transferidos e reutilizados, podendo ser formalizado em textos, gráficos, tabelas, figuras, desenhos, esquemas, diagramas e outros. São facilmente organizados em bases de dados e em publicações em geral, tanto em papel como em formato eletrônico.

No entendimento de Choo (2006), há um terceiro conhecimento desenvolvido na organização, emergindo na forma de conhecimento cultural, que permanece com difícil visualização, não reconhecido e não memorizado. Esse se fundamenta em pressupostos e crenças comuns compartilhadas na organização, que expressa a identidade que ela possui, em geral a respeito dos clientes, dos concorrentes e dos produtos.

A par dessas considerações, há dois tipos de conhecimento, aqueles que são inerentes às habilidades pessoais (conhecimento tácito) e aqueles que são possíveis de verbalizar e registrar (conhecimento explícito), bem como quatro tipos de conversões do conhecimento: a) socialização: conhecimento tácito de um indivíduo para outro, abordado por teorias ligadas à cultura organizacional e ao trabalho em grupo, ou seja, a troca de conhecimentos entre indivíduos; b) externalização: conversão de parte do conhecimento tácito do indivíduo, em algum tipo de conhecimento explícito, pouco abordado por outras teorias da administração, presente na forma de registro do conhecimento da pessoa feito por ela mesma; c) combinação: conversão de algum tipo de conhecimento explícito gerado por um indivíduo para agregá-lo ao conhecimento explícito da organização, abordado pelas teorias ligadas ao processamento da informação, desenvolvido por meio do agrupamento (classificação, sumarização) e processamento de diferentes conhecimentos explícitos; d) internalização: conversão de partes do conhecimento explícito da organização em conhecimento tácito do indivíduo, abordado pelas teorias ligadas à aprendizagem organizacional, sendo capturado por meio de leituras, práticas individuais e vivências. (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Os esforços para codificação do conhecimento caracterizam a orientação central das estratégias de gestão do conhecimento. Fundamentam-se no intensivo uso das tecnologias de informação e comunicação e promovem substanciais ganhos de produtividade e de satisfação de seus usuários (LIMA et al., 2005; PEREIRA, 2003; LEE; HONG, 2002).

Augier e Knudsen (2004) estabelecem que a arquitetura e o projeto organizacional das organizações do conhecimento devem estar orientados ao tratamento dos problemas associados à racionalidade limitada e à exposição excessiva aos fluxos de informação. Para Brown e Duguid (2001), as relações que se estabelecem entre organização e conhecimento devem ser estudadas na sua dimensão social e na perspectiva de sua aplicação.

Pelos vários aspectos relacionados à gestão do conhecimento, como o papel da alta administração, da cultura, da estrutura organizacional, das práticas de gestão de recursos humanos e de alianças estratégicas, os indivíduos, em seus processos criativos e de aprendizado, dependem de grande motivação intrínseca, assim como da interação com outros, da combinação de múltiplas perspectivas e experiências e, finalmente, de tentativas e erros pessoais. (TERRA; GORDON, 2011).

A par destas considerações, entende-se importante fazer uma síntese, cujo objetivo é estabelecer um elo entre os referenciais utilizados, na medida em que há uma preocupação em explicar por que tais pressupostos teóricos foram selecionados. Assim, o Quadro 1 a seguir se dedica a apresentar uma síntese das principais referências utilizadas.

Quadro 1 – Quadro-síntese das principais referências

Autores	Principais contribuições
Augier e Knudsen (2004)	A arquitetura e o projeto organizacional devem estar orientados à questão da racionalidade limitada e à exposição excessiva aos fluxos de informação.
Brown e Duguid (2001)	As relações que se estabelecem entre organização e conhecimento devem ser estudadas na sua dimensão social e na perspectiva de sua aplicação.
Correa e Sarmiento (2003)	A essência da gestão do conhecimento compreende a transformação do conhecimento individual em coletivo, com foco no aprendizado e no envolvimento de todos.
Choo (2006)	Terceiro tipo de conhecimento, emergindo na forma de conhecimento cultural, que se fundamenta em pressupostos e

	crenças comuns compartilhadas na organização.
Kim et al. (2003)	O desenvolvimento do conhecimento está na geração de novas habilidades, novos produtos, ideias melhores e processos mais eficientes.
Lee e Hong (2002)	A estratégia de gestão do conhecimento deve refletir a estratégia competitiva da empresa.
Nonaka e Takeuchi (1997)	As dimensões epistemológica (teoria do conhecimento) e ontológica (níveis individual, grupal, organizacional e interorganizacional) para a construção da espiral de criação do conhecimento.
Pereira (2003)	Uso das tecnologias de informação e comunicação para obter ganhos de produtividade e de satisfação de seus usuários.
Pinheiro de Lima et al. (2005)	Os esforços para codificação do conhecimento caracterizam a orientação central das estratégias de gestão do conhecimento.
Quinn (1992)	Foco estratégico nas competências essenciais para alavancar estratégias em conhecimento, que agrupam expertise e métodos para um produto ou serviço.
Terra e Gordon (2011)	Estabelecimento dos elos entre o papel da alta administração, a cultura e a estrutura organizacional, e as práticas de gestão de recursos humanos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Finalmente, se evidencia que a essência da criação do conhecimento utilizada na gestão organizacional reside na capacidade e habilidade das pessoas poderem se encontrar e, a partir disso, trocar experiências com outras pessoas que têm ou trabalham com determinados tipos de conhecimentos.

Aspectos metodológicos

Este estudo é qualitativo, pois procurou identificar, no contexto geral da organização, as atividades em conhecimento e suas implicações para a mesma. Conforme salienta Triviños (1987), a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma expressão genérica, pois compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas.

Além disso, o método de pesquisa adotado foi o descritivo. Conforme destaca Malhotra (2001, p. 108), “[...] a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo a descrição de algo, normalmente características ou funções do mercado”.

O método de investigação foi o estudo de caso, que, no entendimento de Gil (2009), é uma técnica de pesquisa que compreende um estudo profundo e

exaustivo de um ou mais objetos, de forma que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

A coleta de dados dentro da organização contou com a aplicação de questionário, análise documental e observação direta. Em termos de questionários, foram aplicados nove, e representam o conjunto total de colaboradores da organização contábil investigada. Foram aplicados dois questionários aos proprietários da organização contábil e sete aos demais membros da organização. A análise documental e a observação direta atuaram como suporte ao processo de coleta dos dados, dadas as respectivas relevâncias que cada método de coleta pode oferecer em termos de subsídios necessários para responder ao problema. Em termos de documentos, obteve-se acesso a alguns como manuais, formulários, organogramas, rotinas de treinamentos, procedimentos administrativos e relatórios de diagnósticos. Por sua vez, a observação direta foi realizada pela observação de reuniões internas, treinamentos internos e externos e atendimento aos clientes.

Por fim, deu-se a união e a análise dos dados, pois, de acordo com Mattar (1994), “[...] o objetivo principal das análises é permitir ao pesquisador o estabelecimento das conclusões, a partir dos dados coletados”. Sendo assim, durante a realização deste procedimento, adotaram-se as técnicas de classificação, categorização e, essencialmente, a análise qualitativa de conteúdo. A análise de conteúdo possibilita diferentes modos de conduzir o processo, os quais são, ao mesmo tempo, opções em termos de possibilidades que esta metodologia oferece, estabelecendo-se, no mesmo movimento, limites como consequência destas opções. Martins e Theóphilo (2007, p. 95) asseveram que “[...] a análise de conteúdo é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores”.

Para que essa análise de conteúdo pudesse ser realizada, tomaram-se como referência os seguintes passos: a) pré-análise, cujo objetivo foi sistematizar as ideias iniciais obtidas por uma estrutura teórica definida e apontar os indicadores para a interpretação das informações obtidas. Nessa fase, realizou-se uma leitura geral do material eleito para a análise, no caso o produto das entrevistas, que serão apresentados na análise dos resultados; b)

exploração do material, que teve como propósito a construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consistiu em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado. Tal procedimento foi realizado através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

Esses dados foram classificados por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos. Essa classificação valeu-se ainda de aportes semânticos, originando categorias temáticas, bem como sintáticas, definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos.

Tem-se a perspectiva de que a utilização desses instrumentos auxiliou a compreensão de determinados aspectos, que interessassem para esta situação em especial, por meio do confronto entre o idealizado e o empírico, como é o caso deste estudo.

Análise e discussão dos resultados

Antes de proceder à apresentação e análise dos dados desta pesquisa, para modelagem do diagnóstico da organização, julga-se relevante fazer um relato sintético da mesma, como referencial do presente estudo. No entanto, para fins de preservação das suas informações gerais, por determinação da direção da empresa, não foi possível promover a divulgação do seu nome. Dessa forma, a organização será considerada com o nome de *empresa*.

A *empresa* é um escritório contábil constituído na forma de uma sociedade empresarial, localizada na cidade de Santa Maria – RS, inaugurada em abril de 2000. Presta serviços de assessoria e consultoria nas seguintes áreas: planejamento tributário, contabilidade, folha de pagamento, escrituração fiscal, consultoria jurídica, consultoria fiscal, consultoria empresarial, consultoria financeira, auditoria e perícia. Tem sete colaboradores e, no nível estratégico, possui dois dirigentes, sendo um doutorando e um mestre, que assessoram empresas de grande e médio porte,

distribuídas em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, prezando sempre pela qualidade, agilidade, eficiência nos processos e no atendimento ao cliente. O Quadro 1, apresenta algumas informações relevantes da empresa.

Quadro 1 - Indicadores da Empresa

Indicador	Medida
Tipos de serviços oferecidos	20
Colaboradores em geral (Diretores e demais colaboradores)	9
Carteira de clientes (aproximado)	50
Fornecedores (aproximado)	5
Faturamento em 2015 (aproximado)	R\$ 120.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Neste estudo, foram considerados três grupos de respostas para identificar as atividades intensivas em conhecimento, sendo elas: a) práticas de gestão do conhecimento utilizadas (comunicações; treinamento e tutoria, políticas e estratégias; e captura e aquisição do conhecimento); b) razões para utilizar as práticas de gestão do conhecimento (integração e compartilhamento do conhecimento; captura e controle do conhecimento; gestão da informação; e gestão de recursos humanos); e c) resultados da utilização das práticas de gestão do conhecimento (resultados obtidos). Além disso, foram consideradas as responsabilidades e os investimentos em GC, bem como a estrutura de emprego que cerca essas ações.

Como já mencionado, a *empresa* tem como principal ação o fomento à atividade contábil. Dessa forma, tomando como base as práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos elementos de comunicação, identifica-se a sua atualização regular, através de diversificadas atividades, como boas práticas de trabalho, formalização de atividades por meio de lições aprendidas, manuais de treinamento, atividades de apoio operacional. Essas práticas de gestão do conhecimento são observadas claramente nas ações do nível estratégico da *empresa*, bem como nas atividades de suporte aos trabalhos realizados, alicerçando a construção da memória organizacional. Essas inferências têm como sustentação os fundamentos teóricos de Choo (2006) e Quinn (1992), que consideram uma organização do conhecimento

aquela que utiliza aquele criado internamente na organização por meio das pessoas, das rotinas e dos procedimentos.

No que tange às formas do treinamento e tutoria, observou-se na *empresa* que estes são feitos com a utilização de métodos tanto formais (nos processos de atualização das informações contábeis, através das Normas Internacionais e das determinações do Conselho Federal de Contabilidade) quanto informais (pelas atividades desenvolvidas internamente). Além disso, é evidente que há incentivo à transferência de conhecimento a todos os membros que compõem a *empresa*, bem como incentivos à continuação da educação, através de cursos de especialização, mestrado e doutorado. Com relação à captura e aquisição do conhecimento, a *empresa* utiliza ainda outras fontes de informação, como instituições de pesquisa pública e tem investimentos destinados à obtenção de conhecimento externo. Nonaka e Takeuchi (1997) destacam que essas atividades são essenciais, pois é onde se obtém um ciclo dinâmico dentro da organização, criando, explorando e acumulando conhecimento.

Em se tratando de políticas e estratégias, como práticas de gestão do conhecimento, constatou-se que na Empresa há um planejamento formalizado e claro que orienta as atividades de forma geral, procurando aprimorar a sinergia organizacional. Observou-se a realização do diagnóstico ambiental, com a finalidade de identificar oportunidades e ameaças e avaliar forças e fraquezas. No entanto, essa prática organizacional é formalizada, o que facilita a planificação dos demais requisitos do processo de planejamento. Quanto aos elementos constituintes de missão, visão e valores, constatou-se a aplicação desses em termos de planejamento. A formalização desses elementos torna amplamente praticável a quantificação dos objetivos e a formulação das estratégias, observada, para auxiliar a construção e aplicação das ferramentas de controle e avaliação. Porém, em referência às políticas de gestão do conhecimento, não há formalização, mas já existem atividades em estágio inicial para a definição em termos de resultados desejados. Segundo afirmam Smith (2004); Kim et al. (2003), isso contribui de maneira salutar na implantação de um processo de construção de uma cultura interna, que promova o compartilhamento do conhecimento.

Num segundo grupo de questões, procurou-se averiguar as razões pelas quais a *empresa* utiliza as práticas de gestão do conhecimento. Quando se referencia sobre a integração e o compartilhamento do conhecimento, ficou exposto que esta prática integra, acelera e melhora o processo de transferência do conhecimento, dentro e fora da *empresa*. Isso se comprova, pois existe um incentivo para promover a transferência de conhecimento entre a direção e os demais colaboradores, bem como um esforço para assegurar que todo o conhecimento residente nos locais de trabalho esteja acessível a todos. Em relação à captura e ao controle do conhecimento, observou-se o seu uso a partir de fontes externas, a identificação e a proteção do conhecimento estratégico.

As práticas de comunicação, que envolvem a maneira pela qual os funcionários compartilham conhecimento ou informação, são o conjunto de práticas mais recorrente na *empresa* estudada. Uma das explicações é o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), como internet, intranet, os diversos tipos de bancos de dados e os repositórios de conhecimento. Esses elementos são considerados fundamentais para que os serviços contábeis possam ser realizados de forma plena e alcancem os resultados propostos. Fialho (2006); Augier e Knudsen (2004) destacam que as organizações do conhecimento têm como foco esses princípios.

Ao se questionar sobre a gestão da informação, identificou-se que, a partir da utilização da gestão do conhecimento, há a possibilidade concreta de verificação de problemas com excesso de informações, auxiliando ainda no processo decisório organizacional, principalmente no que se refere ao foco em informações fundamentais para o alcance dos resultados projetados. A intenção aqui é dinamizar os procedimentos organizacionais, de modo a possibilitar sua execução.

Sobre a razão para a utilização da gestão do conhecimento, como apoio à gerência de recursos humanos, a *empresa* afirma que essas atividades auxiliam no treinamento e no desenvolvimento dos colaboradores, no encorajamento dos gestores a compartilhar o conhecimento com seus subordinados e no aumento da aceitação dos colaboradores em relação à inovação. Foi observado que, a partir da cultura e de suas especificidades (tipo de negócio, conhecimentos existentes sobre o setor em que atua e

formação da equipe), a *empresa* delinea suas necessidades de treinamento, sejam eles formais ou informais.

No que tange ao incentivo a funcionários experientes a transferirem seus conhecimentos a colaboradores mais novos ou menos experientes, foi constatado que esta é a que ocorre de maneira mais intensa na *empresa* estudada. Isso ocorre provavelmente tanto pela possibilidade de ocorrer naturalmente, de maneira informal, quanto pelo fato de ser inerente a um ambiente em que o conhecimento é aplicado ao desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. Choo (2006); Brown e Duguid (2001) corroboram, assinalando que essas atividades têm como característica emergente a disposição de competir, gerenciando, de forma simultânea, as mudanças no seu ambiente de atuação.

O terceiro grupo de questionamentos teve como foco avaliar os resultados obtidos na utilização das práticas de gestão do conhecimento. Com relação à *empresa*, é notória a desconcentração das atividades nas suas ramificações, devido à falta de uma política estratégica que canalize o conhecimento gerado de forma isolada. Esse processo extrapola as linhas tradicionais do planejamento para um plano muito mais amplo, dando a orientação necessária para consolidar os resultados da gestão do conhecimento. Para tanto, a *empresa* procura aprimorar essas atividades por meio de ações que aumentem a capacidade de capturar conhecimento; aprimorem as habilidades e aumentem a produtividade dos colaboradores.

Ainda nesse contexto, verificou-se que, na *empresa*, não há funções de gestão do conhecimento explicitadas, mas é evidente a consciência de que compartilhar o conhecimento é tarefa fundamental para promover a cultura organizacional. No entanto, segundo as respostas dos questionários, a atividade de construir a base do processo está concentrada na direção da empresa. Foi observado haver uma postura, por parte da *empresa*, de que, para adotar e obter resultados da gestão de conhecimento, é preciso desenhar estratégias de implantação e estar consciente de que a gestão de conhecimento não é uma moda nem uma ferramenta de gestão, mas uma filosofia organizacional. Notou-se também que não há investimentos explicitados para a gestão do conhecimento, mas sim de modo informal, através de recursos destinados à qualificação profissional. De modo salutar,

Cavalcanti e Gomes (2011) denotam a importância dos investimentos em gestão do conhecimento, quando referenciam o relatório de 2010 OCDE, em que mais de 50% do total do PIB dos países desenvolvidos é obtido por meio de atividades ou instrumentos de gestão do conhecimento.

Para se ter uma ideia disso, numa questão em que os entrevistados podiam apontar todos os benefícios já alcançados ou esperados, com a adoção de gestão do conhecimento, a maioria dos entrevistados indicou que o melhor aproveitamento do conhecimento já existente na organização é um dos principais resultados obtidos com a gestão do conhecimento e, em segundo lugar, os profissionais elegeram a vantagem de diferenciação, em relação aos demais participantes do mercado.

Por fim, procurou-se investigar qual a importância dada pelos membros da organização às práticas de gestão do conhecimento. O Quadro 2 expressa algumas informações relevantes a respeito disso. Os resultados por si sós se tornam autoexplicativos e demonstraram com clareza a importância que todos percebem em relação à gestão do conhecimento.

Quadro 2 – Importância das práticas de gestão do conhecimento

Indicador	Muito relevante	Relevante	Pouco relevante
Identificar novas práticas de gestão do conhecimento	08	01	-
Determinar políticas e estratégias de gestão do conhecimento	09	-	-
Ajudar a integrar o conhecimento	07	02	-
Promover compartilhamento do conhecimento	09	-	-
Assegurar a acessibilidade ao conhecimento	09	-	-
Facilitar o trabalho colaborativo	09	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A partir dos dados analisados e descritos, verificou-se que a *empresa* reconhece a importância da gestão do conhecimento, mas adota de modo desconcentrado essas práticas de gestão. Isso ocorre pelo fato de que as ferramentas de gestão do conhecimento atuais ainda não são amplamente difundidas e entendidas, além do que se exige da organização um nível de maturidade e competência elevados, que permitam a construção de uma

cultura que promova o aporte de políticas e princípios estratégicos do conhecimento.

Ainda foi possível observar que a *empresa* busca a melhoria continuada e a excelência dos seus processos e procedimentos. Esta é uma busca perceptível por parte da *empresa* e observa-se haver cada vez mais uma postura voltada para a adequação diante das crescentes transformações que estão acontecendo. Isso tem sido impulsionado pelo avanço tecnológico e pela facilidade de comunicação em todos os níveis, mostrando que a gestão dos saberes, a valorização do conhecimento tácito e os métodos para a externalização do conhecimento estão se tornando cada vez mais necessários.

Como considerações, pode-se constatar que a criação e o gerenciamento do conhecimento consistem em um processo complexo e interminável, que necessita de inovação contínua e de um contexto adequado para se desenvolver, tanto na atuação do âmbito individual quanto do âmbito organizacional. Como o ambiente competitivo e as preferências dos clientes mudam constantemente, o conhecimento existente logo se torna obsoleto. Assim, cabe à empresa o papel de estar sempre formando estratégias de adaptação e inovação, para garantir assim a sua sobrevivência.

Considerações finais

O contexto competitivo e vivenciado pelas organizações exige das empresas cada vez mais flexibilidade, qualidade e inovação. Pensando assim, a gestão do conhecimento se tornou um diferencial estratégico para o desenvolvimento e a consolidação das empresas. De acordo com tais argumentos, entende-se que, tendo o conhecimento como um capital intangível e também como o principal ativo organizacional, a empresa obtém maiores possibilidades de se manter em um cenário de crescimento sustentado pela inovação contínua.

Os resultados indicaram que a *empresa* identifica a relevância da gestão do conhecimento como subsídio para a melhoria dos seus processos de relacionamento externos e internos, bem como a definição e execução das estratégias e seus resultados projetados. A par dos elementos de suporte,

comprovou-se que busca informações de fontes externas, apoia a troca de conhecimento entre os funcionários e adota formas de redução na perda de informação, na troca de funcionários. Porém, apesar de reconhecer a relevância das práticas e políticas de gestão do conhecimento, a organização não apresenta estruturas de trabalho com especificidades para o desenvolvimento desse processo. Essas atividades estão desfragmentadas na organização, concentradas principalmente no nível estratégico.

Este trabalho permitiu concluir que adotar as práticas da gestão do conhecimento, em uma organização, mostra que esta é uma atitude necessária para a diferenciação e para a sobrevivência sustentável, e não apenas como recurso de modelagem de processos.

Quando se pretende desenvolver um estudo, como o que se propôs neste caso, entende-se que algumas limitações emergem ao longo do processo. Inicialmente, expõe-se que o estudo requer uma análise de cunho teórico, o que prejudica o acesso às diferentes literaturas que possam contribuir para oferecer os subsídios para a construção das categorias de análise.

Outro ponto limitante é a questão dos instrumentos utilizados enquanto medidas para coleta, análise e investigação dos resultados. É preciso explicitar que o processo de investigação esteve estruturado na análise de opiniões pessoais, que sempre demandam um trato diferenciado, especialmente pelos vieses que qualquer pesquisa pode apresentar.

Como recomendações, foi possível abstrair elementos cuja finalidade centra-se no aperfeiçoamento das ideias sugeridas, dentre as quais se destacam a de desenvolver estudos adicionais em empresas de Santa Maria, que atuem no segmento de serviços contábeis, bem como em outras cidades do Estado do RS e em outras regiões do País, a fim de se definir uma proposta nacional de gestão do conhecimento para o setor; identificar e implementar o uso da gestão do conhecimento, na criação de parcerias integradas, objetivando maior nível de competitividade e pesquisar novos fatores inerentes à gestão do conhecimento, a partir de novos pressupostos teóricos e práticos que sejam adequados à realidade de cada organização.

Referências

- AUGIER, M.; KNUDSEN, T. The architecture and design of the knowledge organization. *Journal of Knowledge Management*, v. 8, n. 4, p. 6-20, 2004.
- BROWN, J. S.; DUGUID, P. Knowledge and organization: a social-practice perspective. *Organization Science*, v. 12, n. 2, p. 198-213, 2001.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. *Revista Produção*, v. 10, n. 2, p. 56-71, 2011.
- CHAE, B.; BLOODGOOD, J. M. The paradoxes of knowledge management: an eastern philosophical perspective. *Information and Organization*, v. 16, n. 1, p. 1-26, 2006.
- CHOO, C. W. *The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions*. New York: Oxford University Press, 2006.
- CORREA, A. M. R.; SARMENTO, A. *Knowledge management: key competences e skills for inovation e competitivenes*. France: Ceram Sophie Antipolis, 2003.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- JUNG, J.; CHOI, I.; SONG, M. An integration architecture for knowledge management systems and business process management systems. *Computers in Industry*, v. 58, n. 1, p. 21-34, 2007.
- KIM, Y. G.; YU, S. H.; LEE, J. H. Knowledge strategy planning: methodology and case. *Expert Systems with Applications*, v. 24, n. 3, p. 295-307, 2003.
- LEE, S. M.; HONG, S. An enterprise-wide knowledge management system infrastructure. *Industrial Management e Data Systems*, v. 102, n. 1, p. 17-25, 2002.
- LOBATO, D. M. *Estratégia de empresas*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. *Contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1994.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação do conhecimento da empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- OLIVEIRA, A. *Controladoria: fundamentos do controle empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2009.

A economia e o turismo compartilhando soluções

PEREIRA, H. J. Proposição de um modelo organizacional baseado no conhecimento: um estudo de caso em empresa pública. In: *Third international conference of the ibero-american academy of management. Anais ...* São Paulo, v. 1, p. 1-15, CD-ROM. Disponível em: <[www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0440_Proposicao20umModeloOrganizacionalBaseado no Conhecimento](http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0440_Proposicao20umModeloOrganizacionalBaseado%20no%20Conhecimento)>. Acesso em: 10 jan. 2015, 2003.

LIMA, E. Pinheiro de et al. An enterprise-wide knowledge management system infrastructure. *Industrial Management e Data Systems*, v. 102, n. 1, p. 17-25, 2002.

QUINN, J. B. Strategies for change. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *The strategy process: concepts and contexts*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

TERRA, J. C. C.; GORDON, C. *Portais corporativos: a revolução na gestão do conhecimento*. São Paulo: Negócio, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YEH, Y. J.; LAI, S. Q.; HO, C. T. Knowledge management enablers: a case study. *Industrial Management e Data Systems*, v. 106, n. 6, p. 793-810, 2006.

5

A motivação da compra de souvenirs na cidade mais italiana do Brasil

Carla Fantin*
Marlei Salete Mecca**

Resumo: O turismo fomenta o desenvolvimento econômico de determinada região, ao mesmo tempo em que valoriza a cultura e promove sua preservação. Nesse sentido, a análise do perfil do turista, quais são os *souvenirs* locais de sua preferência e a motivação da compra possibilitam a construção de estratégias para a comercialização dos mesmos. Desta forma, este estudo tem como objetivo caracterizar os hóspedes da cidade de Antônio Prado – RS, a cidade mais italiana do Brasil, que adquiriram *souvenirs* e motivação desta compra. Para isso, realizou-se um estudo de caso exploratório de caráter quali-quantitativo, através de entrevista semiestruturada com hóspedes dos hotéis da cidade. Verificou-se que a aquisição de *souvenirs* é realizada, principalmente, por mulheres, e que os produtos alimentícios são os mais adquiridos, seguidos de bebidas e do artesanato. Com relação à principal motivação da aquisição, o interesse do consumidor é apreciar o mesmo, com amigos e familiares, em seu retorno para casa.

Palavras-chave: Turismo. Comercialização. *Souvenirs*. Economia. Motivação.

Introdução

O turismo provoca fenômenos constantes, seja na economia, na cultura e na política, podendo valorizar os patrimônios naturais e culturais de determinado local, conforme as relações sociais entre a população e os visitantes.

Funari e Pinsky (2012) afirmam que as trocas de experiências entre os visitantes e a população local fazem parte da essência do turismo, já que os turistas anseiam por demonstrações típicas da identidade do local visitado, como a reprodução de objetos que estão ligados ao local visitado e ao visitante. Percebe-se o desejo do turista pela cultura do outro, sua ligação com a própria cultura e como a mesma pode ser materializada.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil, Contadora. Currículo:

<<http://lattes.cnpq.br/5853897760661171>>. E-mail: carlafantin.contadora@gmail.com

** Doutora. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Currículo: <<http://lattes.cnpq.br/7671104429839034>>. E-mail: msmecca@ucs.br

Nesse significado de materialização de um local, os *souvenirs* podem representar um destino turístico, tangibilizando as experiências lá vividas, sendo portador de um valor simbólico, que é inerente a cada indivíduo. (HORODYSKI, 2014). Os *souvenirs* funcionam como comprovação da viagem realizada, através da memória e da lembrança, que passa das mãos do turista para seus familiares na volta ao lar. Assim, o turista em seu retorno estará levando lembranças e satisfações atendidas, que revitalizarão suas energias para assumir as responsabilidades no dia a dia normal. Assim o *souvenir* carrega consigo a cultura do local visitado para o lar do turista, relembando momentos, histórias e emoções lá vividos, sendo objeto de vivificação de todos estes sentimentos.

Observa-se que a experiência turística pode ser mantida presente através do *souvenir*. Diante disso, Antônio Prado – RS, conhecida como a cidade mais italiana do Brasil, em virtude de sua arquitetura, gastronomia, dialeto e cultura, possui *souvenirs* relacionados a alimentos, a bebidas e ao artesanato, que procuram retratar a colonização italiana. Estes *souvenirs* são produzidos na própria cidade, sendo que sua comercialização movimenta a economia local.

Esse fato deu origem a este artigo, que tem como objetivo caracterizar os hóspedes dos hotéis existentes na cidade de Antônio Prado – RS, que adquiriram *souvenirs* em sua estadia na cidade e a motivação desta compra.

Primeiramente, será feita a revisão de literatura sobre os *souvenirs*, sua caracterização e relação com o turismo; em seguida se apresenta a metodologia, dá-se caracterização de Antônio Prado – a cidade mais italiana do Brasil; na sequência são apresentados resultados obtidos e críticas.

Souvenirs

Os *suvenirs* são objetos de tamanho reduzido, que expressam uma lembrança do local visitado e também auxiliam na divulgação da cidade, pois conferem ao turista o status social da visita. (MARTINEZ; SCHIRIAGATTI; SILVA, 2012).

Segundo Machado e Siqueira (2008), os *souvenirs* remetem a experiências, relembando histórias que compõem a vida de cada um, sendo

uma forma de concretizar as memórias já vividas. E Maffesoli (2005) aponta que o *souvenir*, como objeto de significado para seu produtor e para seu comprador, torna-se um elo de ligação diante das histórias individuais de cada um.

Verifica-se que o *souvenir* carrega consigo a relação entre o passado e o presente, materializado em um símbolo, seja ele uma lembrança ou um objeto, que remete às experiências vividas por seus apreciadores, em determinado momento de sua trajetória pessoal.

Os *souvenirs* podem ser encontrados sob a forma de artesanato, objetos de arte, manufaturas, artigos alimentícios e audiovisuais, que caracterizem as experiências vividas e as lembranças do local visitado. (HORODYSKI; MANOSSO; GÂNDARA, 2014).

Neste contexto, o *souvenir* gastronômico é representado por alimentos, que caracterizam determinada cultura, servindo como lembrança do lugar visitado; os mesmos servirão para presentes ou para recordação do local, valorizando sua cultura e divulgando o destino turístico. (PAULA, 2016).

A cultura é formada pelos afazeres rotineiros de um povo, não sendo uma atividade voltada para receber turistas. (GASTAL, 2002). Neste sentido, De Paula, Mecca e Gastal (2015) afirmam que o *souvenir* proporciona ao turista conhecimento sobre saberes, técnicas e expressões, aproximando o turista da cultura local, através das experiências vivenciadas naquele instante por ele. Deduz-se, assim, que o turismo e os *souvenirs* estão interligados, sendo de valia a análise do turismo neste contexto.

O turismo possui uma relação natural com o *souvenir*, pois o mesmo está presente na maioria das destinações turísticas, já que, conforme mencionado, possibilita a recordação de memórias, além de se tornar objeto de *status* para seu possuidor, gerando a “cobiça” de quem não esteve no local. Revela-se uma poderosa ferramenta de promoção do mesmo e divulgação do local visitado. (WILKINS, 2010).

O *souvenir* pode contribuir para fortalecer o vínculo emocional com um determinado lugar ou, pelo menos, ampliar as referências que alguém tenha sobre ele. Assim, constata-se que o *souvenir* é um estímulo à divulgação de uma localidade, já que sua comercialização, seja ele para o próprio consumo seja para presentear alguém, pode despertar o desejo de conhecê-la; nesta

perspectiva é importante que o *souvenir* comercializado, represente a cultura em que está inserido.

O *souvenir* não só gera desejo, ou seja, também cumpre a função publicitária, pois é um divulgador da cultura que representa. Por este motivo, é tão importante que quem está envolvido com a indústria do *souvenir* turístico seja muito cuidadoso com a mensagem que está comunicando através dos objetos. Esta função divulgadora é a criadora da imagem que representa. (NORRILD, 2004, p. 81, tradução da autora).

Portanto, percebe-se que o turismo tem o poder de proteger e valorizar o patrimônio material e imaterial, ao mesmo tempo em que a falta de planejamento pode ocasionar sua degradação, além de alienar valores e costumes tradicionais. (OLIVEIRA, 2005).

Com relação ao planejamento, segundo Guillaumon (2012), o turismo passou a ser entendido como uma indústria com grande potencial para gerar empregos e divisas, fortalecendo-se por meio da promoção da diversidade cultural, que pode estar associada às diversas culturas materiais e religiosas, confirmando o pensamento de Fernandes e Coelho (2002), de que o turismo promove o aumento da demanda por produtos de vários setores da economia; assim, a aquisição de produtos na localidade contribui para a elevação do número de empregos, mais receita para empresários, aumento da receita tributária e fixação da população no local. Assim, a comercialização de *souvenirs* pode promover o desenvolvimento econômico de determinado local, gerando empregos, renda e inclusão social.

Segundo Escalona (2006), a produção de *souvenirs* promove postos de trabalho e distribuição de renda entre os mesmos, à vista disto, há a geração de recursos e sua distribuição, melhorando as condições econômicas dos envolvidos na produção e comercialização do produto.

Neste sentido, analisar o perfil do turista que consome o *souvenir* se mostra válido, já que, através disto, será possível identificar características pessoais do consumidor: perfil dos compradores, itens preferidos por eles e motivos da aquisição. Desta maneira, auxiliando na visualização do quadro atual da comercialização de *souvenirs* na cidade de Antônio Prado – RS, possibilitando traçar de novos caminhos e atender a expectativa do turista.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e, em relação aos procedimentos, foi realizado um estudo de caso, de caráter quali-quantitativo, através da aplicação de questionário semiestruturado aos hóspedes dos hotéis de Antônio Prado – RS. Segundo Cervo (2007), estudo de caso é uma pesquisa sobre determinado grupo de pessoas, para examinar os aspectos variados em seu cotidiano e, segundo Gil (2002), estudo de caso é entendido como o estudo aprofundado de determinado tema, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento.

Esta pesquisa tem natureza exploratória, que, segundo Cervo (2007), descreve precisamente a situação e as relações existentes entre os elementos que o compõem. Dentro da pesquisa realizada, de enfoque quali-quantitativo, Demo (2012) afirma que a análise qualitativa é conceituada na ideia de intensidade, e Rodrigues (2007) afirma que a pesquisa quantitativa se vale da lógica matemática para realizar seus estudos, buscando, conforme Reis (2008), garantir resultados, evitar análises e interpretações distorcidas, transformando os números coletados em informações e dados.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

Antônio Prado: a cidade mais italiana do Brasil

O Município de Antônio Prado está localizado na Serra gaúcha, a 55 km de Caxias do Sul e 185 km de Porto Alegre. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO, RS, 2016). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Antônio Prado – RS, possuía em 2015 13.285 habitantes. A Figura 1 apresenta o mapa de localização de Antônio Prado.

Antônio Prado integra a microrregião denominada Rota Turística Uva e Vinho, que compreende cidades como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, entre outras de origem itálica.

Figura 1 – Mapa de localização de Antônio Prado – RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado (2016).

Antônio Prado foi fundada em 14 de maio de 1886, e hoje é considerada a cidade mais italiana do Brasil, conforme registro na Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul. Sua colonização foi realizada por imigrantes itálicos, que deixaram marcas na arquitetura e na cultura da cidade. Atualmente, Antônio Prado possui 48 casas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1989.

O tombamento – segundo o Iphan (2016), “[...]é o mais tradicional dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional [...]”, assim as casas tombadas de Antônio Prado asseguram a continuidade da história e da cultura da cidade e da região com o passar dos anos.

Antônio Prado valoriza o patrimônio arquitetônico e também a cultura popular, através das manifestações culturais do município, dos grupos folclóricos, do dialeto, da gastronomia e do artesanato. Alinhado a isso, promove festas: Noite Italiana e Fenamassa.

A Noite Italiana é realizada anualmente em agosto, tendo como objetivo remeter à alegria e à fartura dos imigrantes itálicos, por meio da gastronomia, música e diversão, ao som de vários grupos musicais.

Já a Fenamassa ocorre anualmente em outubro, no Centro Histórico de Antônio Prado, procurando valorizar a cultura e o patrimônio da cidade, tendo como tema central a gastronomia típica da região italiana e as inovações da culinária contemporânea, oferecendo aos seus participantes: atrações culturais, oficinas, passeios, exposições, museu da massa, entre outras atividades.

Em Antônio Prado, o turista encontra também a La Nostra Arte – Associação dos Artesãos de Antônio Prado – local que comercializa o artesanato local, já que a mesma dispõe de peças em crochê, macramê, bainha aberta, frivoletê, palha de trigo e milho, remetendo aos costumes italianos. Na La Nostra Arte também são comercializados alimentos e bebidas produzidos na cidade.

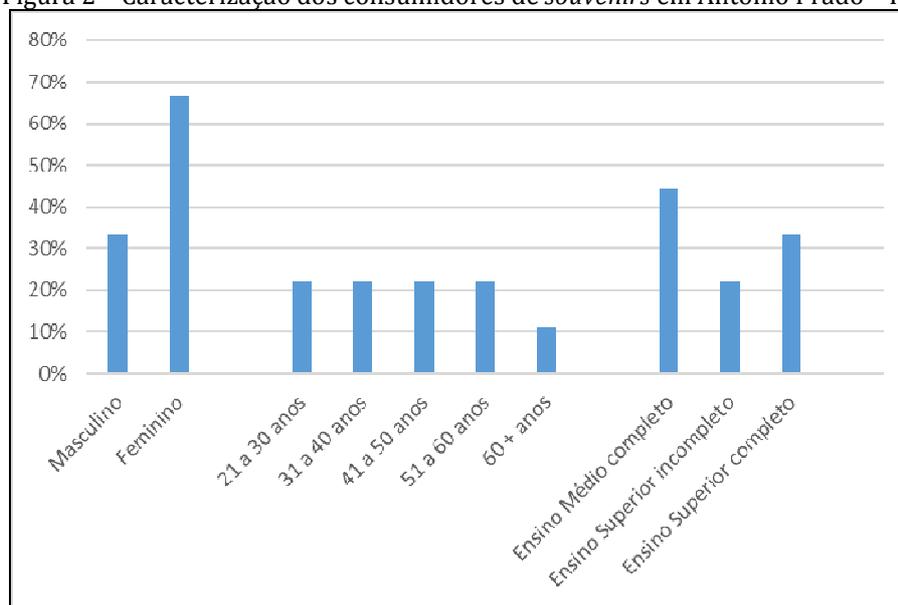
Antônio Prado também possui o título de Slow City – cidade do bem viver – conquistado em 19 de novembro de 2001, demonstrando sua preocupação com o desenvolvimento urbano sustentável, a qualidade de vida e bem-estar da população, em que a evolução acontece, sem que a identidade local se perca.

Estudo de caso

Para a realização desta pesquisa, foi aplicado um questionário com onze questões, para os hóspedes dos hotéis da cidade. Através desta, foi possível caracterizar os consumidores de *souvenirs*.

A Figura 2 apresenta a caracterização dos consumidores de *souvenirs* em Antônio Prado – RS.

Figura 2 – Caracterização dos consumidores de *souvenirs* em Antônio Prado – RS



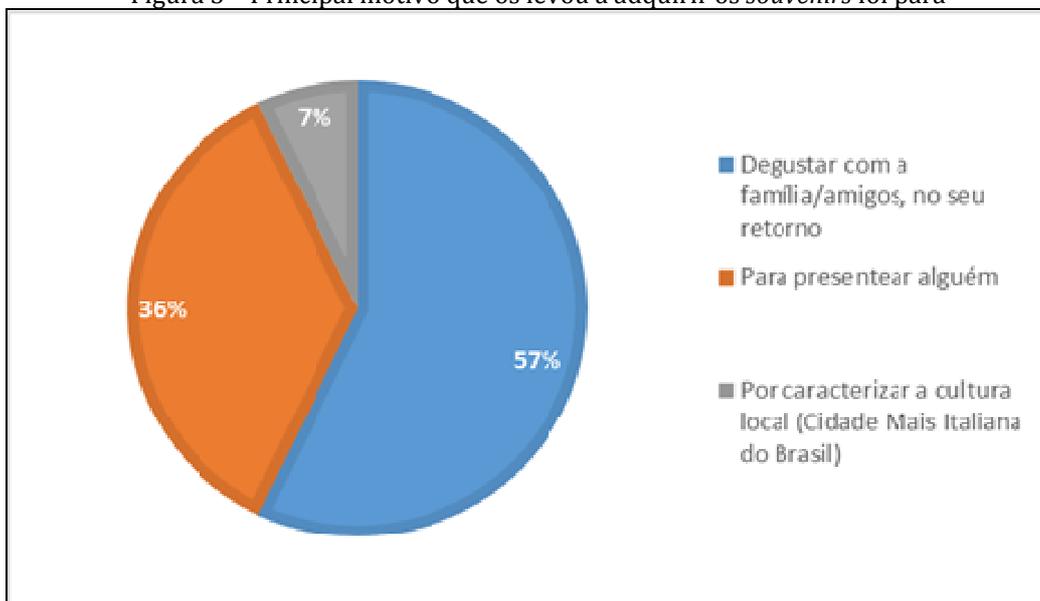
Fonte: Elaboração das autoras (2016).

Constata-se que as mulheres tendem a adquirir mais *souvenirs* do que os homens. As mesmas foram responsáveis por 67% das compras enquanto os homens por 33%. Com relação à idade, verifica-se homogeneidade, já que as faixas de 21 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos corresponderam, respectivamente, a 22,22% dos compradores de *souvenirs* e a faixa com mais de 60 anos representou 11,12% dos compradores. Verifica-se, assim, que o *souvenir* é um item de interesse de diferentes gerações, não estando atrelado a nenhuma faixa etária específica.

Com relação à escolaridade, 44,44% possuem Ensino Médio completo, 22,22% estão cursando o Ensino Superior, 33,33% possuem Ensino Superior completo, evidenciando que o *souvenir* não está atrelado a uma escolaridade específica, mas que está presente em todas elas.

A partir deste cenário, procurou-se descobrir qual era a motivação para a compra do *souvenir*. A Figura 3 revela que a principal motivação da compra é a degustação do *souvenir* com amigos e familiares, no retorno da viagem.

Figura 3 – Principal motivo que os levou a adquirir os *souvenirs* foi para



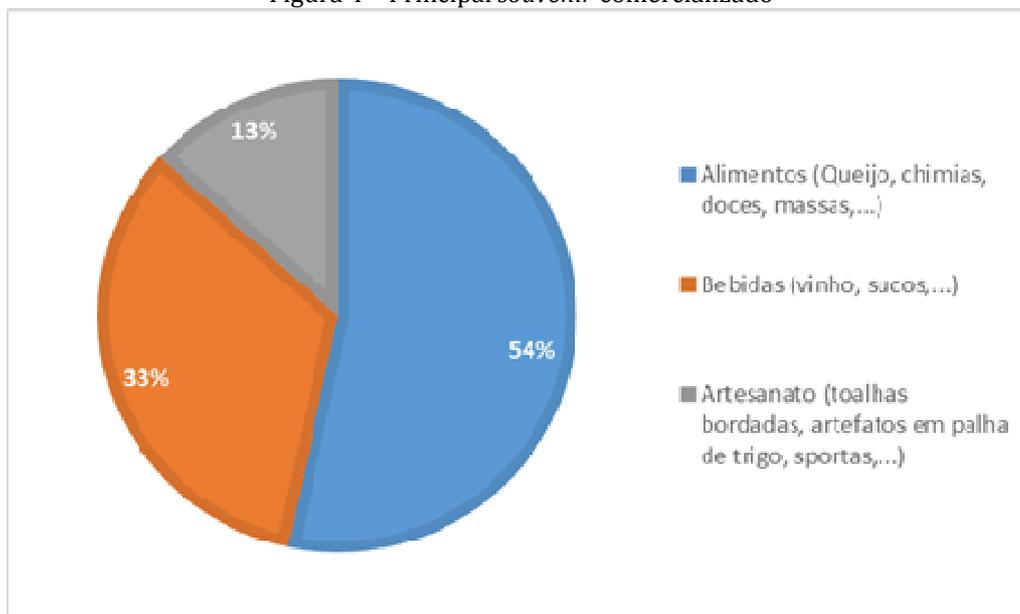
Fonte: Elaboração das autoras (2016).

Conforme exposto na Figura 3, o principal motivo que os levou a adquirir o *souvenir* em Antônio Prado foi para degustar com a família/amigos no seu retorno, correspondendo a 57% das respostas; em segundo lugar, com 36% da preferência, para presentear alguém e, em terceiro lugar, com 7% da preferência, por caracterizar a cultura local (Cidade Mais Italiana do Brasil).

Percebe-se que o desejo de degustar com a família/amigos no retorno e para presentear alguém estão associados com o desejo de levar um pouco da cidade consigo e compartilhar a mesma com pessoas próximas, para que também venham conhecer e apreciar os produtos da região. Desta forma, conforme já citado anteriormente, o vínculo emocional é fortalecido ou pelo menos as referências são ampliadas sobre este.

Também, buscou-se saber que tipo de *souvenir* era o mais adquirido entre os participantes desta pesquisa, sendo que o resultado desta questão, conforme a Figura 4, revela que o principal *souvenir* adquirido são alimentos (queijos, chimias, doces e massas, etc.), que atraíram 54% dos consumidores, seguido por bebidas (vinhos e sucos) com 33% dos consumidores e o artesanato (toalhas bordadas, artefatos em palha de trigo, sportas, etc.) com 13% dos consumidores.

Figura 4 – Principal *souvenir* comercializado



Fonte: Elaboração das autoras (2016).

Constata-se, assim, a ligação entre o paladar e o *souvenir* adquirido, desta maneira demonstra-se que Antônio Prado atrai turistas pela sua gastronomia. Portanto, ações de preservação destas tradições, dos saberes e sabores são pontos a serem mantidos e incentivados.

Observa-se, também, que alguns dos respondentes que adquiriram *souvenirs* optaram por mais de um tipo de *souvenir*, sendo que, conforme a Figura 5, 34% consumiram somente alimentos, 33% adquiriram alimentos e bebidas, 11% somente bebidas, 11% adquiriram alimentos e artesanato e 11% adquiriram alimentos, bebidas e artesanato.

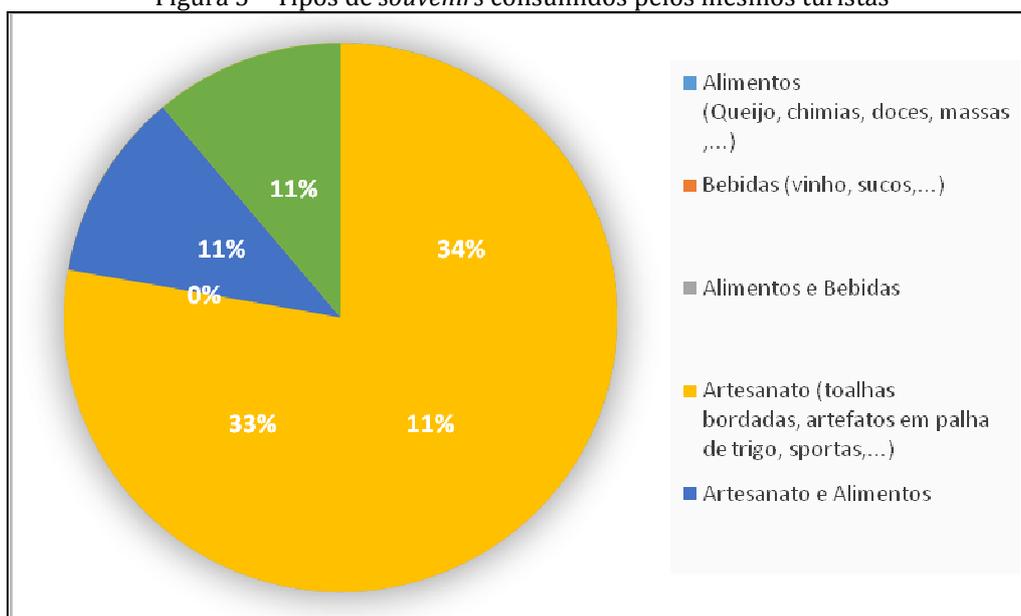
Diante deste cenário, nota-se que o artesanato é comercializado com outros *souvenirs*, como aconteceu com alimentos e bebidas; portanto, pode-se inferir que a comercialização do artesanato está atrelada à comercialização de alimentos e bebidas, sendo sugestivo que os mesmos sejam comercializados no mesmo espaço.

Observa-se que o turista que chega a Antônio Prado é um consumidor principalmente de produtos alimentícios, seguido de bebidas e do artesanato. É interessante a relação entre os *souvenirs* comercializados, pois percebe-se que os mesmos não são categorias que competem entre si, mas se

complementam e, conseqüentemente, suas vendas são ampliadas quando comercializadas em conjunto.

Diante deste cenário, verifica-se que os hóspedes de Antônio Prado – RS que adquiriram *souvenirs* são majoritariamente mulheres, a idade e o grau de instrução são aproximados uns dos outros; portanto, o *souvenir* é um item de interesse a diversas idades e a diversos graus de instrução.

Figura 5 – Tipos de *souvenirs* consumidos pelos mesmos turistas



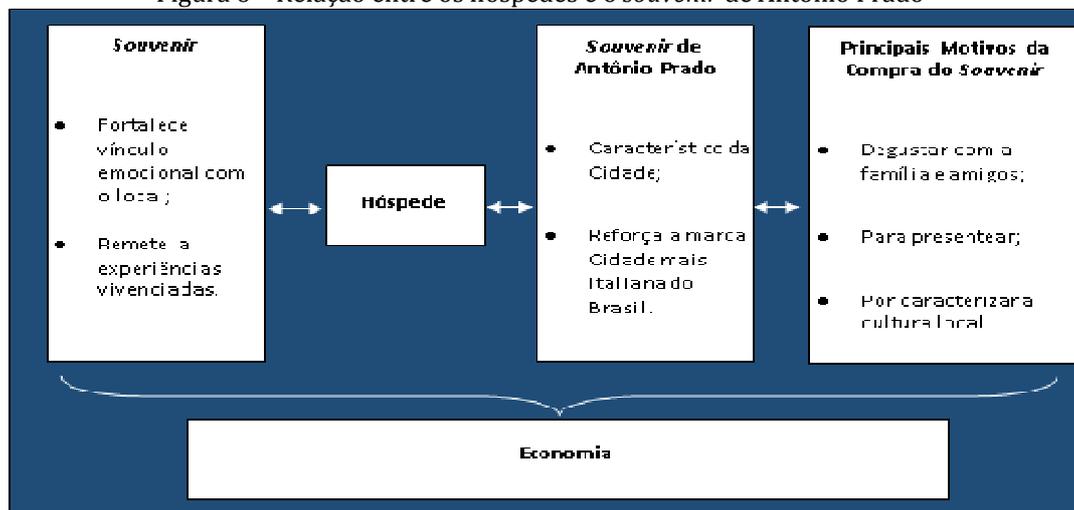
Fonte: Elaboração das autoras (2016).

Com relação à escolha do *souvenir*, verificou-se que o mais adquirido pelos participantes desta pesquisa foram alimentos (queijos, chimias, doces e massas, etc.). Faz-se, então, a relação entre Antônio Prado e sua gastronomia, que é representada fortemente pelas festas da Noite Italiana e da Fenamassa, que simbolizam a cultura italiana pela fartura e pelos alimentos típicos, sendo estes os que mais atraíram os entrevistados.

Com relação à motivação da compra, o principal objetivo dos entrevistados era degustar o mesmo com os familiares e amigos em seu retorno. Verifica-se, portanto, que o *souvenir* de Antônio Prado carrega consigo o desejo de seu possuidor desfrutá-lo com outros em sua presença; deste modo, serve como *status* ao seu comprador e também remete à cultura italiana e às lembranças vivenciadas na cidade. Na Figura 6, procura-se

demonstrar a relação entre os hóspedes, o *souvenir* e a economia de Antônio Prado.

Figura 6 – Relação entre os hóspedes e o *souvenir* de Antônio Prado



Fonte: Elaboração das autoras (2016).

Conforme a Figura 6 apresenta, o *souvenir* de Antônio Prado traz consigo as características da Cidade Mais Italiana do Brasil; seu consumidor, neste estudo, o hóspede, o adquiriu para degustar com a família e amigos, para presentear e por caracterizar a cultura local. Compreende-se então que o *souvenir* de Antônio Prado é visto como uma lembrança da cidade e dos momentos vividos nela, além de ser um objeto de distinção, já que está relacionado à degustação ou para presentear pessoas próximas.

Diante deste cenário, percebe-se a interligação entre o *souvenir*, oriundo da cultura italiana de Antônio Prado, com o turista que o adquire e, por consequência, movimenta a economia da cidade, gerando-lhe maiores recursos.

Críticas e recomendações

Através deste estudo, foi possível perceber que o *souvenir* adquirido em Antônio Prado está diretamente ligado à gastronomia italiana da cidade, já que a mesma é uma das características da Cidade Mais Italiana do Brasil.

Desta forma, *souvenirs* gastronômicos mostram-se produtos de interesse aos turistas; por isso, a manutenção e o incentivo à produção artesanal dos mesmos ganham destaque em seu possível crescimento e expansão. Também a criação de oficinas culinárias, em que o turista faz seu produto, pode ser uma nova forma de apresentação da gastronomia local ao visitante, que sairá da cidade sentindo-se pertencente a ela.

Na pesquisa, foi observado que a maioria dos consumidores do *souvenir* pretende regressar com ele para consumo posterior, ou para presentear alguém, à vista disso, investimentos em embalagens que assegurem que o produto não perca suas características, além de embalagens diferenciadas podem ser um atrativo a mais, para a aquisição do mesmo pelos turistas.

Ainda neste contexto, em que a maioria dos consumidores de *souvenir* pretendem regressar com o mesmo, é interessante a formulação de uma identidade própria do produto, para que ele transmita sua imagem – Antônio Prado, a cidade mais italiana do Brasil – a quem se destinar, promovendo assim a divulgação e a fixação da imagem da cidade.

Também é interessante que haja maior estrutura para a comercialização dos *souvenirs* em Antônio Prado – RS, pois hoje a comercialização, em sua maioria, é feita na casa do Artesão La Nostra Arte, que possui uma gama enorme de artesanato, porém alimentos e bebidas se mostram deficitários; desta forma, podem ser expandidos, além da implantação de degustações no local.

Pesquisas sobre *souvenirs* relacionadas à economia dentro do turismo se mostram escassas atualmente, por isso é interessante haver maiores estudos nesta área, beneficiando assim a cultura que é mantida e a economia que é movimentada.

A pesquisa cumpriu seu objetivo, pois caracterizou o hóspede de Antônio Prado, evidenciando que os alimentos têm maior preferência no momento da compra e a principal motivação para tal é a degustação com amigos e familiares em seu retorno para casa.

Referências

- CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papirus, 2012.
- ESCALONA, Emilia Garcia. De la reliquia al souvenir. *Revista de Filología Románica*, Madri, anexo 4, p. 399-408, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/view/RFRM0606220399A>>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. *Economia do turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- GASTAL, Susana (Org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUILLAUMON, Siegrid. *Tourism in territories of High religious density*. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 19, n. 63, p. 679-696, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492302012000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- HORODYSKI, G. S.; MANOSSO, F. C.; BIZINELLI, C.; GÂNDARA, J. M. G. A pesquisa narrativa na investigação das experiências turísticas relacionadas ao consumo de souvenirs: uma abordagem fenomenológica. *Turismo em análise*, v. 25, 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rta/article/download/80713/84360>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística – IBGE (2015). *Cidades: Antônio Prado/RS*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430080&search=rio-grande-do-sul|antonio-prado>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- MACHADO, Paula de Souza; SIQUEIRA, Euler. David. Turismo, consumo e cultura: significado e usos sociais do souvenir em Petrópolis-RS. *Revista contemporânea*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 2-18, 2008. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_10/contemporanea_n10_euler_david.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- MAFFESOLINI, Michel. *Le temos des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. Paris: La Table Ronde, 2005.
- MARTINEZ, Nadine Tamara; SCHIRIGATTI, Elisangela Lobo; SILVA, João Carlos Garzel. Cadeia produtiva do artesanato por meio do programa Ñandeva no Brasil voltado para o segmento

turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 309-322, dez. 2012.

Disponível em:

<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=685>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

NORRILD, Juana. *El mate como souvenir turístico en Argentina: su identidad funcional y ornamental*. La artesanía urbana como patrimonio cultural. Buenos Aires: Comisión para la preservación del patrimonio histórico cultural de la ciudad de Buenos Aires, 2004. p. 77-90.

OLIVEIRA, Anelize Martins. Turismo e desenvolvimento local: a cultura como elemento de aporte ao desenvolvimento da atividade. *Turismo – Visão e Ação*, v. 7, n. 1, p. 49-67, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/537>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PAULA, T. M.; MECCA, M. S. ; GASTAL, S. A. . Interfaces entre as características da economia criativa brasileira e a produção do souvenir gastronômico. XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015, Natal/RN. *Anais ... ANPTUR 2015*, 2015.

PAULA, Tauana Macedo de. *A economia criativa analisada na produção do souvenir gastronômico: um estudo sob o viés cultural*. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

Prefeitura Municipal De Antônio Prado – RS (2016). *Imprensa*. Disponível em: <<http://www.antonioprado.com.br/imprensa.php>>. Acesso em: 15 maio 2016.

REIS, Linda. G. *Produção de monografia: de teoria à prática*. Brasília: Senac, 2008.

RODRIGUES, Rui Martinho. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo: Altas, 2007.

WILKINS, Hugh. *Souvenirs: what and why we buy*. *Journal of travel research*, v. 50, n. 3, p. 239-247, maio 2010. Disponível em: <<http://jtr.sagepub.com/content/50/3/239>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

6

A problemática da maximização da industrialização advinda do hiperconsumo e os princípios da agricultura orgânica: perspectivas socioambientais para um desenvolvimento sustentável

Giovani Orso Borile *

David Pretto**

Cleide Calgaro***

Resumo: O presente estudo aborda a questão da agricultura atual fundada em perspectivas extrativistas e lesivas ao patrimônio ambiental e a necessidade de implantação de uma agricultura sustentável e ecologicamente mais saudável, demonstrando-se pelo método analítico as perspectivas socioambientalistas para um desenvolvimento agrícola menos degradante em uma sociedade altamente hiperconsumista. Por fim, traz-se a necessidade de implementação de políticas públicas de produção de alimentos voltadas à proteção ambiental.

Palavras-chave: Industrialização. Hiperconsumo. Agricultura orgânica. Socioambientalismo. Desenvolvimento sustentável.

Introdução

A sociedade contemporânea transformou-se em um centro de consumo em massa, e a prática do hiperconsumo ou consumo exacerbado perfaz-se em degradação dos ecossistemas e processos ecológicos. Diante da extrema maximização dos processos de industrialização, mostra-se necessária a implantação, mesmo que lenta e gradual, de um novo sistema agrícola, que minimize os resíduos provenientes do hiperconsumismo e que fomente o desenvolvimento agrícola de modo sustentável e viável.

* Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <<http://lattes.cnpq.br/9063196599611399>>. E-mail: goborile@ucs.br

** Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <<http://lattes.cnpq.br/4828788741160295>>. E-mail: davidpretto60@gmail.com

*** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia e Pós-Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. Atualmente é Professora na Universidade de Caxias do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Direito. CV: <<http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>>. E-mail: ccalgaro1@hotmail.com

O socioambientalismo, que prega o estudo e exame sociológico do pensamento ambientalista, em face do crescente hiperconsumismo e da degradação do ambiente, servirá de teoria propulsora à análise dos aspectos sociais e agrícolas da exploração de uma agricultura orgânica, como forma de minimização dos impactos ambientais.

No presente trabalho, objetiva-se a investigação e pesquisa dos sistemas sustentáveis de agricultura propagados pela modalidade orgânica, apoiados na ausência da utilização de produtos químicos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente, como fertilizantes, herbicidas, pesticidas e agrotóxicos, bem como os organismos geneticamente modificados.

Partindo-se dos princípios da agricultura orgânica, que instituindo um novo modelo de produção voltado à exclusão do uso de materiais e produtos sintéticos, preconizam o emprego da compostagem e de adubos e fertilizantes naturais, a rotação e consórcio de culturas, com empenho na aplicação de controle biológico de infestações combinados à preservação da fauna e biodiversidade local e a utilização de um manejo específico da superfície.

Objetiva-se a implementação de uma cultura agrícola racional, buscando-se a vitalidade e saúde do solo e mantendo-o sem o uso de agrotóxicos. É importante averiguar que uma nova perspectiva de agricultura, fundada no socioambientalismo, é formada a partir de decisões e escolhas que levarão à construção de uma sociedade ecologicamente estável e definitivamente mais saudável.

O método utilizado é o analítico. Entende-se que o socioambientalismo leva a humanidade a uma nova postura referente ao desenvolvimento ambiental e agrário, desenvolvendo-se, paulatinamente, políticas públicas de produção de alimentos voltada à proteção ambiental, considerando-se que esses alimentos têm qualidade elevada, se comparada a de alimentos comuns e convencionais.

Conclui-se que, diante de nossas escolhas com viés socioambiental, contribui-se de forma direta para o desenvolvimento de uma agricultura orgânica, saudável e sustentável, que ensejará o progresso e desenvolvimento de programas, em harmonia com a atividade e sem danos ao meio ambiente.

A problemática da maximização da industrialização advinda do hiperconsumo e os princípios da agricultura orgânica

A constante e crescente necessidade humana de consumir alimentos e matéria-prima, os quais são de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, vem se tornando uma questão repleta de complexidades e apresenta um dos grandes desafios da modernidade.

O desenvolvimento atual, cada vez mais, reclama a utilização e exploração dos bens naturais, exigindo-se, por consequência, elevadas quantidades produtivas e infindáveis recursos oferecidos pela natureza.

Sabe-se que o processo de produção agrícola apresenta um nível de impacto ambiental vultoso e que requer a tomada de medidas importantes para a resolução efetiva da constante atual, sendo que a problemática da agricultura solicita constantemente a adoção de mecanismos sustentáveis para a continuidade do desenvolvimento agrícola. Demonstra-se, portanto, no presente estudo, a necessidade de uma produção sustentável, que busque apresentar a necessidade de implantação de uma agricultura ecológica.

Por vezes, a questão do desenvolvimento agrícola sustentável se torna um empecilho para o mercado; todavia, diante dos inúmeros danos ambientais existentes na atualidade, é necessária a adoção de práticas ecológicas, que, porém, também necessitam ser produtivas e em grande volume, de modo a abastecer a demanda.

Essa necessidade da sociedade atual obriga os produtores rurais a utilizarem defensivos agrícolas capazes de eliminar pragas e ampliar o volume produtivo das plantações.

O manuseio destes defensivos se mostra inaceitável, diante das constantes lesões ambientais, porém, a grande demanda cativa os produtores, estimulando-os cada vez mais a aumentarem a produção e, conseqüentemente, abusarem da utilização e do consumo destes defensivos, prejudicando, assim, o equilíbrio ambiental.

O descontrole na aplicação destes agrotóxicos prejudica gradativamente a fauna e a flora, visto que, com o passar dos anos, a agressividade destes defensivos aumentou devido à resistência evolutiva das pragas e ervas daninhas, estimulando-se um desenvolvimento químico cada

vez maior e, por consequência, agredindo-se os ecossistemas com mais ferocidade.

Em meio a este cenário, vê-se a necessidade da aplicação de uma atividade menos nociva ao meio ambiente, evidenciando-se então o projeto de uma agricultura sustentável. Para isso, é imprescindível quebrar os paradigmas da sociedade consumerista, privilegiando-se o bem ambiental comum e preservando-se os recursos naturais, a saúde e resguardando-se um ecossistema ecologicamente equilibrado.

O fator que envolveu a mudança no avanço da tecnologia está embasado nas novas técnicas e na produtividade, dirigidas para uma melhora na produção agrícola, além de ser uma modernização ligada ao mercado de produção e uma constante busca de maximização de lucros. O mundo dispõe de riquezas naturais facilitadoras para o meio agrícola, como extensão de terras para o cultivo, abastecimento de água doce, energia solar em fartura e uma rica biodiversidade. Tais fatores condicionam a uma agricultura visada para a competitividade no mercado, conjuntamente acompanhada pela tecnologia, tornando-se um grande meio de produzir riquezas e alimentos.¹

A utilização da tecnologia na agricultura fez com que se desenvolvessem máquinas e equipamentos capazes de facilitar o trabalho, aumentando respectivamente a produção agrícola, sendo, sem dúvida, importante para o desenvolvimento e a evolução de toda a comunidade global, abastecendo e suprindo toda a sociedade com seus produtos, gerando empregos e, por conseguinte, produzindo grandes reflexos no desenvolvimento e progresso social.

Com a demasiada utilização da modernização na atividade agrícola, tende a ocorrer uma grande degradação dos ecossistemas, gerando danos e impactos ambientais de grande monta, provenientes de cortes de árvores e derrubadas de florestas, devido à utilização de máquinas que aceleram o procedimento, além da destruição da fauna naquelas regiões. Outro fator importante para a degradação do meio ambiente é o consumo de agrotóxicos

¹ LOPES, Maurício Antônio. *O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira*. Brasília: Embrapa, 2014. p.10.

em excesso; como leciona Peixoto² “[...] a produção de conhecimentos pelo sistema de pesquisa estava fortemente orientada para a produção de tecnologias associadas à utilização de máquinas agrícolas e de largo uso de fertilizantes e defensivos químicos”.

Sabe-se que os agrotóxicos servem como auxílio para obter-se maior produtividade e controle de organismos que destroem a produção; todavia, a utilização em grande escala e sem controle pode prejudicar todo o ecossistema, pois os impactos ambientais provenientes do consumo excessivo desses implementos são desastrosos. Conforme disserta Cezimbra,

são substâncias ou misturas de substâncias de natureza química ou biológica ou organismos vivos destinados a prevenir, controlar, destruir ou repelir qualquer forma de agente patogênico, animal ou vegetal que seja nocivo às plantas úteis e a seus produtos. Os agrotóxicos aplicados de modo indiscriminado e excessivo, levam ao aparecimento de pragas resistentes, que, por sua vez, requerem novos produtos para seu controle. Por outro lado, inimigos naturais das pragas são eliminados e pragas sem importância passam a ser principais por não terem mais seus predadores naturais.³

Uma situação preocupante é que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos. Para Godoy e Oliveira,⁴ “[...] o Brasil é o oitavo consumidor mundial de agrotóxicos”.

Evidencia-se que, mesmo a agricultura apresentando-se como um setor produtivo menos nocivo, a massificação de agrotóxicos utilizados nesta atividade prejudica todo o ecossistema, como informa Spadotto:⁵ “[...] a introdução de agrotóxicos no ambiente agrícola pode provocar perturbações ou impactos, porque pode exercer uma pressão de seleção nos organismos e alterar a dinâmica bioquímica natural, tendo como consequência, mudanças na função do ecossistema”.

² PEIXOTO, Sérgio Elísio. *Geração de tecnologia para o setor agrícola*. Cruz das Almas, BA: Embrapa, 1995. p. 12.

³ CEZIMBRA, Carina Moreira. *Uso de agrotóxicos ou produtos fitossanitários*. Petrolina, PE: Embrapa, 2014. p. 5.

⁴ GODOY, Rossana Catie Bueno de; OLIVEIRA, Maria Ionária de. *Agrotóxico no Brasil: processo de registro, riscos à saúde e programas de monitoramento*. Cruz das Almas, BA: Embrapa, 2004. p. 12.

⁵ SPADOTTO, Claudio A. et al. *Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2014. p. 13.

Desse modo, é possível entender o quanto é necessária a implantação de uma agricultura sustentável, como plataforma de proteção ao meio ambiente, conservando-se os ecossistemas pela efetivação de um modo agrícola saudável.

Perspectivas socioambientais para um desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade trata-se de uma proposta eficiente para o controle do desenvolvimento e a proteção ambiental, contribuindo de forma eficiente para a conservação e preservação dos ecossistemas, em concomitância com o desenvolvimento agrário.

A questão da agricultura e a necessidade de adoção de medidas sustentáveis e ecologicamente corretas têm tomado grande espaço na atualidade, fazendo com que surjam cada vez mais discussões acerca de quais medidas podem ser aplicáveis à problemática do desenvolvimento insustentável e a consequente degradação ambiental.

A necessidade de uma agricultura sustentável cresceu à medida que o homem despertou para as questões ambientais; essa modalidade de desenvolvimento agrícola procura conciliar o progresso agrário com a conservação e manutenção do equilíbrio ecológico, permitindo que os recursos naturais sejam mantidos intactos, ao mesmo tempo em que se produz alimentos mais saudáveis, não acarretando, portanto, danos ao meio ambiente, à saúde da população e tampouco à economia rural.

A agricultura sustentável prendeu a atenção de grande parte da comunidade global, visto que a referida busca com frequência minimiza os muitos impactos ambientais causados pela agricultura convencional massiva e intensiva, que tem abalroado o planeta com quantidades incontáveis de resíduos despejados no meio ambiente, provenientes da produção e comercialização de seus insumos e produtos.

Não há dúvidas de que a agricultura sustentável passa agora a desempenhar um papel fundamental nas políticas ambientais de desenvolvimento sustentável, uma vez que a agricultura convencional é uma

das principais responsáveis pelos danos e impactos aos quais o meio ambiente e riquezas naturais se sujeitam.

A agricultura, sob todos os aspectos, é imprescindível para o desenvolvimento humano e tecnológico; contudo, é necessário haver propostas e projetos que estimulem o avanço agrário com a máxima minimização de degradação dos recursos ambientais, visto que apenas dessa forma manter-se-á o ambiente em constante equilíbrio.

As demandas alimentares presentes na atualidade e a constante necessidade de produzir e consumir faz com que a produção agrícola aumente e, conseqüentemente, requer-se uma área maior de cultivo, uma produtividade mais eficiente, um aumento na utilização de maquinário e, ainda, a utilização cada vez mais crescente de defensivos agrícolas e agrotóxicos, o que maximiza danos ao ambiente. Portanto, a proposta da agricultura sustentável nada mais é do que desenvolver a atividade agrícola com um mínimo ou ausência total de impactos, através de práticas e medidas específicas para isso.

A implementação da agricultura sustentável vislumbra a quebra de paradigmas, e, no desenvolvimento das atividades agrícolas, é necessário atentar para novos procedimentos e sistemas de produção, como: entender e aplicar os princípios da agricultura orgânica, integrar a prática da lavoura com a pecuária e ainda com o plantio de árvores, conservar o solo e os recursos hídricos. Assim, proceder-se à recuperação de eventuais áreas que foram degradadas e ainda primar-se-á pela preservação dos recursos faunísticos e da diversidade biológica.

A agricultura sustentável deve observar três pilares centrais e fundamentais para o seu bom desempenho: inicialmente, ser uma agricultura ecologicamente equilibrada, depois economicamente viável e, por fim, socialmente justa; esses constituem os fundamentos da agricultura sustentável e sem os quais ela se torna inaplicável ou, se aplicável, infrutífera em seus resultados.

Primeiramente, menciona-se que todas as práticas agrícolas devem ser ecologicamente equilibradas, ou seja, a observância de parâmetros ambientais é obrigatória, como forma de reduzir-se o dano e impacto ao ambiente. Isso implica o abandono de tóxicos (agrotóxicos e defensivos

agrícolas) para manejo de pragas, bem como a aderência de adubos naturais e não mais químicos, ainda necessita-se: da implementação de energia limpa; do emprego da compostagem, de adubos e demais fertilizantes naturais; da rotação e do consórcio de culturas com empenho na aplicação de controle biológico de infestações combinados à preservação da fauna e biodiversidade local. Além disso, necessita-se da utilização de um manejo específico da superfície, objetivando-se a implementação de uma cultura agrícola racional, buscando-se a vitalidade e saúde do solo e mantendo-o sem o uso de agrotóxicos, como bem salienta Andrade e Casali:⁶ “[...] inserção de modelos agrícolas de base ecológica é estratégia viável à construção do desenvolvimento rural sustentável”.

Como segundo ponto a ser observado, menciona-se a necessidade de ser economicamente viável, ou seja, é necessário que o custo da produção não supere ou se iguale aos lucros; desse modo, a implementação da agricultura orgânica deve, necessariamente, trazer certa margem de lucro aos produtores que a ela aderirem.

Nesse sentido, Assad e Almeida lecionam que,

[...] considerando que a agricultura é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos, produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios, que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto.⁷

Assim, torna-se imprescindível para a boa efetivação da sustentabilidade que sejam inauguradas políticas de incentivo aos produtores, para o desenvolvimento dessa nova cultura, sejam incentivos ou isenções fiscais, auxílio financeiro ou ainda preços diferenciados, todos esses

⁶ ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de; CASALI, Vicente Wagner Dias. Homeopatia, agroecologia e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 6, n. 1, p. 50, 2011. Disponível em: < http://orprints.org/23094/1/Andrade_Homeopatia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁷ ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade contexto: desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, p.07, 2004. Disponível em: <<http://www.ufv.br/Der2/Eru451/Agricultura%20e%20sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

mecanismos, indubitavelmente, contribuem para o progresso da agricultura sustentável.

E como terceiro pilar pode-se mencionar o fato de que a agricultura deve ser socialmente justa, uma vez que as medidas tomadas devem ser de caráter igualitário e beneficiar a todos sem qualquer distinção ou, ainda, não pode conceder benefícios a determinados grupos ou pessoas em detrimento de outros. Busca-se, assim, certo nível de igualdade que venha a satisfazer as necessidades humanas, como a água, alimentação, o solo e o abrigo e que assegure uniforme acesso aos recursos naturais para todos os grupos sociais, sem qualquer distinção ou encargo. Acerca disso menciona Paterniani,⁸ que “[...] deve-se considerar, como já mencionado, que a atual geração está tomando o solo por empréstimo das gerações futuras, às quais ele deve ser devolvido com igual potencial produtivo e, se possível, melhorado”, caracterizando-se, assim, uma medida de justiça e igualdade.

No final, deve-se, indiscutivelmente, atentar para os projetos sociais, ambientais e governamentais que preconizam e oferecem suporte para a aplicação da agricultura sustentável, aproveitando-se, portanto, qualquer assistência, apoio e financiamento oportunizado pelo Estado, para a concretização das atividades agrícolas sustentáveis, procedendo-se, desse modo, à superação do antigo modelo extrativista e degenerativo, que não relevava a consciência ecológica, aderindo-se a medidas tecnológicas viáveis que permitam um desenvolvimento sem impactos, como propõem Deus e Bakonyi:

Entretanto a tecnologia busca alternativa e mecanismos para auxiliar o desenvolvimento agrário sem prejudicar o ambiente, isto é o que propõe as leis e conferências para o desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o uso de substâncias naturais para prevenir pragas em substituição dos agroquímicos que causam danos. A água, por exemplo, pode ser usada de uma forma mais racional com uso de irrigação ou fertirrigação por gotejamento, onde já foi comprovado uma grande economia de água e o desenvolvimento melhor das plantas em questão.⁹

⁸ PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 304, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15_n43_a23.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁹ DEUS, Rafael Mattos de; BAKONYI, Sonia Maria Cipriano. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 7, n. 7, p. 1.306, mar./ ago. 2012. Disponível em: < <http://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/5625>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Assim, a agricultura orgânica proporciona segurança alimentar, produtividade de alimentos, saúde, qualidade de vida e, principalmente, a conservação ambiental, sem comprometer a capacidade futura de exercício dessa atividade tão essencial para o desenvolvimento humano, mantendo-se o meio ambiente em equilíbrio e preservando-o para as presentes e futuras gerações.

Conclusão

Diante do exposto, é possível concluir que o ponto crucial da degradação ambiental está ligado à necessidade humana de consumo, a crescente demanda de material para a produção de alimentos e insumos e a pressão da atividade agrícola à produção demasiada, incentivando a aplicação de métodos de produção eficazes, porém, lesivos ao meio ambiente.

O que, de fato, mais prejudica a vida e o desenvolvimento dos ecossistemas é a utilização desenfreada de defensivos agrícolas agressivos. A necessidade de consumo e alimento da comunidade estimula o trabalho com maquinários sofisticados e potentes, auxiliando no processo de desmatamento para plantio em novas áreas, desequilibrando o andamento natural do meio ambiente, influenciando na qualidade do ar, do solo e da água.

A agricultura insustentável é certamente um péssimo caminho para ser seguido, sendo necessária a conscientização dos produtores rurais, visando a manutenção de um ecossistema ecologicamente equilibrado, preservando a vida para as presentes e futuras gerações.

Para isso, é necessária a aplicação de uma agricultura sustentável, fazendo com que cada produtor contribua para o bom andamento de atitudes conscientes, tendo em vista a utilização de defensivos orgânicos e métodos de trabalho ecologicamente corretos.

O sistema sustentável da agricultura orgânica proporciona a segurança alimentar e a tão necessária qualidade de vida. Para isso vê-se a importância de incentivos governamentais, que preconizam e oferecem suporte para a aplicação da agricultura sustentável, apoiando e estimulando a

conscientização sobre a importância que uma atividade rural, ecologicamente correta, tem sobre os benefícios entregues a toda sociedade.

Assim, conclui-se que, recebendo o incentivo necessário, será possível utilizar-se o desenvolvimento tecnológico a favor da agricultura sustentável, para que de forma menos nociva se possa manter a produtividade e qualidade, em harmonia com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Referências

ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de; CASALI, Vicente Wagner Dias. Homeopatia, agroecologia e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 6, n. 1, p. 50, 2011. Disponível em: < http://orgprints.org/23094/1/Andrade_Homeopatia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade contexto: desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, p.07, 2004. Disponível em: < <http://www.ufv.br/Der2/Eru451/Agricultura%20e%20sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CEZIMBRA, Carina Moreira. *Uso de agrotóxicos ou produtos fitossanitários*. Petrolina, PE: Embrapa, 2014.

DEUS, Rafael Mattos de; BAKONYI, Sonia Maria Cipriano. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*. v. 7, n. 7, p. 1.306, mar./ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/5625>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GODOY, Rossana Catie Bueno de; OLIVEIRA, Maria Ionária de. *Agrotóxico no Brasil: processo de registro, riscos à saúde e programas de monitoramento*. Cruz das Almas, BA: Embrapa, 2004.

LOPES, Maurício Antônio. *O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira*. Brasília: Embrapa, 2014.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 304, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a23.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PEIXOTO, Sérgio Elísio. *Geração de tecnologia para o setor agrícola*. Cruz das Almas, BA: Embrapa, 1995.

SPADOTTO, Claudio A. et al. *Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2014.

A representatividade do turismo no mercado de trabalho formal de Caxias do Sul, no período de 2006 a 2014

Lodonha Maria Portela Coimbra Soares*

Lucas Demeda**

Pablo Eduardo Vailatti***

Rute Martins Garcia Degrande#

Yasmin Zanesi##

Resumo: Este artigo avalia o setor do turismo em Caxias do Sul, tendo como base o mercado formal de trabalho da cidade, por meio da coleta e análise de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Entendendo o turismo como segmento importante e sustentável de geração de emprego e renda, buscou-se avaliar a dimensão dessa atividade econômica no município. Com base na breve descrição de um perfil do trabalhador do turismo; na movimentação do mercado de trabalho do setor no período 2006-2014; e na comparação de Caxias do Sul as cidades de Bento Gonçalves, Canela, Gramado e Farroupilha, constatou-se que o turismo, como atividade econômica, é pouco explorado no município. Por sua relevância econômica e posição central que ocupa na região, além de características socioculturais partilhadas com municípios vizinhos, Caxias deixa de aproveitar todo o potencial do segmento turístico, como gerador de emprego, em um momento de instabilidade e incerteza para os setores econômicos tradicionais (indústria e comércio).

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Emprego. Caxias do Sul. Turismo. Serra gaúcha.

1 Introdução

Este artigo busca avaliar a dimensão do setor do turismo na cidade de Caxias do Sul, com base no número de trabalhadores envolvidos nesse segmento. A escolha da análise por essa ótica se deu pelo entendimento de

* Mestra em Administração. Coordenadora do Observatório do Trabalho, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5459634273010526>>. *E-mail:* lmcoar@ucs.br

** Estudante de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista do Observatório do Trabalho da mesma instituição. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7400835600149966>>. *E-mail:* ldsantos2@ucs.br

*** Estudante de Ciências Econômicas na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista do Observatório do Trabalho da mesma instituição. *E-mail:* pevailatti@ucs.br

Estudante de Ciências Econômicas na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista do Observatório do Trabalho da mesma instituição. *E-mail:* rmgdegrande@ucs.br

Estudante de Ciências Contábeis na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista do Observatório do Trabalho da mesma instituição. *E-mail:* yzanesi@ucs.br

que, ao estudar a representatividade de atividades relacionadas ao turismo no mercado de trabalho do município, é possível ter uma ideia de sua importância econômica e social no âmbito local.

A maior parte da população ocupada em Caxias do Sul trabalha na Indústria da Transformação, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), compilados pelo Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A participação do setor na economia da cidade, porém, apresenta tendência de queda. Em 2011, 48,8% dos vínculos de trabalho formal correspondiam a esse segmento. Em 2014, último ano disponível no período de elaboração do trabalho, já eram 43,5%.

Esse cenário aponta para uma mudança estrutural na economia do trabalho na cidade, conforme apontam estudos da área. Experiências similares indicam que Caxias estaria passando por uma fase de seu desenvolvimento em que o setor de Serviços adquire maior importância. Nessa etapa, o turismo se apresenta como alternativa fundamental de contribuição ao crescimento do município. Percebe-se, porém, que o setor continua em segundo plano.

Apesar de ocupar o posto de maior cidade dentro da Região Metropolitana da Serra gaúcha, o turismo não é predominante como característica da cidade, como ocorre com alguns municípios vizinhos. Esse trabalho, então, busca contribuir com um primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor. Nesse sentido, os autores entendem que é necessário, inicialmente, que se construa um conhecimento sistemático sobre a própria cidade. Por isso, a presente proposta se apresenta como uma compilação e análise de dados sobre o segmento.

Essa meta se divide na elaboração de um breve perfil do trabalhador ligado ao turismo de Caxias do Sul; na análise do desenvolvimento do setor na última década; e na comparação de sua representatividade com municípios vizinhos selecionados. Espera-se, então, contribuir para o estudo da área, com fins de desenvolver a região, em consonância com o trabalho desenvolvido pelos autores, no Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul.

Referencial teórico: a importância econômica do turismo

O conceito de turismo utilizado neste trabalho é o desenvolvido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que o define basicamente como um deslocamento temporário motivado por razões não econômicas. Como a presente análise se concentra no âmbito econômico, mais especificamente no mercado de trabalho, não é necessário se estender sobre os aspectos teóricos do turismo em si. A seguir, busca-se apenas localizá-lo enquanto atividade produtiva.

Diversos autores concordam que, num cenário global cada vez mais dinâmico e conectado, o turismo se apresenta como alternativa crescente de desenvolvimento. De acordo com Oliveira,

o turismo aproveita os bens da natureza *sem consumi-los nem esgotá-los* (grifo nosso); emprega uma grande quantidade de mão-de-obra; exige investimentos de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais; proporciona o ingresso de divisas na balança de pagamentos; origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia do país; valoriza imóveis e impulsiona a construção civil. (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

É particularmente interessante o fato de que o turismo pode ser realizado sem grandes impactos à natureza, em comparação com outros setores. Ou seja, sua importância é ainda maior na medida em que a preservação do meio ambiente se torna um valor central nas sociedades contemporâneas.

Oliveira destaca ainda que “[...] o turismo é considerado como a atividade que oferece mais emprego do que qualquer outra atividade econômica em todo o mundo”. (OLIVEIRA, 2002, p. 61). Ele fundamenta sua afirmação com dados que mostram que na Europa, em períodos de crise do setor primário e secundário, a migração do emprego para o turismo e investimentos no setor mantiveram a economia dinâmica.

O setor também é reconhecido por seu potencial na criação de empregos indiretos. Um relatório da *World Travel & Tourism Council* (WTTC) aponta que o turismo foi responsável por gerar 3% dos empregos diretos e 8,4% dos indiretos no Brasil, em 2013.

Basicamente, o turismo se apresenta como uma maneira sustentável de criação de emprego e renda.

Metodologia

Para analisar o setor do turismo em Caxias do Sul, a partir da ótica do mercado de trabalho, serão utilizados dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A RAIS é considerada um censo do mercado de trabalho formal no Brasil, por abranger cerca de 97% desse universo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu um padrão para o que são consideradas atividades relacionadas ao turismo. Baseado na recomendação da entidade, classifica as atividades econômicas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Dentro dessa classificação, o Ministério do Turismo considera o grupo de Atividades Características do Turismo (ACTs) por meio da CNAE 2.0.¹ Essa é a classificação usada neste trabalho.

A primeira parte da análise consiste em um pequeno perfil do trabalhador do turismo, na cidade de Caxias do Sul, comparando algumas características dos profissionais do setor com o mercado formal da cidade em geral. Depois, será apresentada a evolução do setor, no município na última década – por meio da movimentação do emprego a cada dois anos. Finalmente, o mercado de trabalho do setor do turismo, em Caxias do Sul, é comparado com cidades vizinhas selecionadas: Bento Gonçalves, Canela, Farroupilha e Gramado. Elas foram definidas por sua proximidade e relevância nas regiões turísticas da Uva e Vinho e das Hortências.²

¹ Disponível em: <www.observatoriodoturismo.tur.br/paginas/showArq.php?id=187>.

² Zona composta por 33 municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul, definida pelo governo estadual. Disponível em: <http://www.setel.rs.gov.br/download/20140917095939anexo_vi__plano_de_desenvolvimento_do_rs.pdf>.

Análise: perfil do trabalhador do turismo em Caxias do Sul

O mercado de trabalho formal do turismo em Caxias do Sul é composto por 7.282 vínculos, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Postos de trabalho relacionados ao turismo (Caxias do Sul, 2014)

Vínculos das Atividades Econômicas Características do Turismo (ACTs) – Caxias do Sul (2014)		
CNAE 2.0 Divisão	CNAE 2.0 Classe	2014
49 – Transporte Terrestre	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	611
	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	971
50 – Transporte Aquaviário	Transporte por navegação de Travessia	0
	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	0
51 – Transporte aéreo	Transporte aéreo de passageiros regular	46
	Transporte aéreo de passageiros não-regular	0
55 – Alojamento	Hotéis e similares	648
	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	147
56 – Alimentação	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e Bebidas	4253
	Serviços ambulantes de alimentação	6
	Locação de automóveis sem condutor	48
77 – Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	35
	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0
79- Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	Agências de viagens e operadores turísticos	206
	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0
90 – Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	25
	Criação artística	0
91 – Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e Conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	0
	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	2
92 – Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	1
93 – Atividades esportivas e de recreação e lazer	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	137
	Parques de diversão e parques temáticos	20
	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	126
Total		7.282

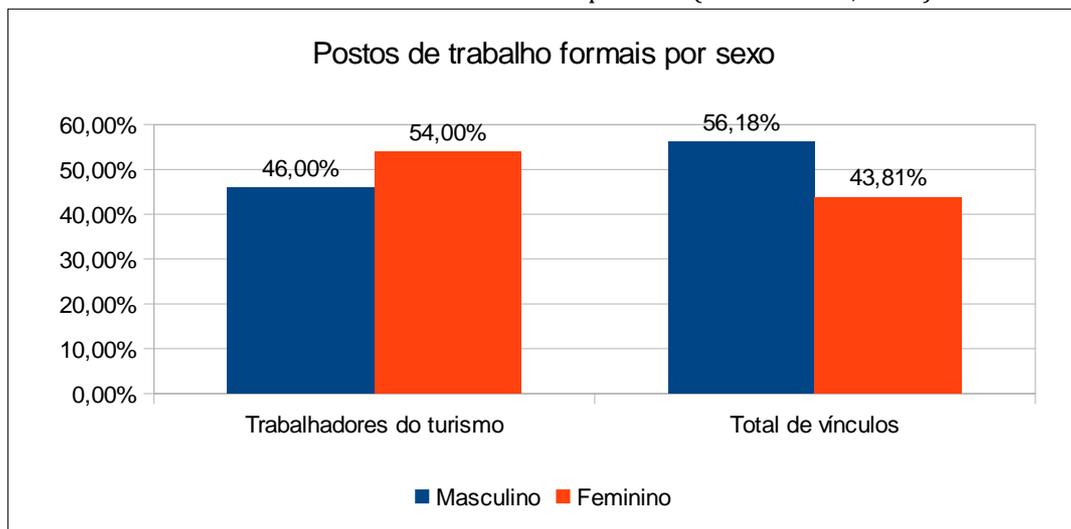
Fonte: Rais/MTPS

Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

A maioria dos postos de trabalho relacionados ao turismo está no setor de restaurantes (4.253 vínculos), seguido pelos serviços de transporte e alojamento. No total, o segmento turístico representa 4,08% de vínculos empregatícios da cidade. Os gráficos a seguir destacam algumas

características do trabalhador desse segmento, em comparação com as características do mercado de trabalho formal do município em geral.

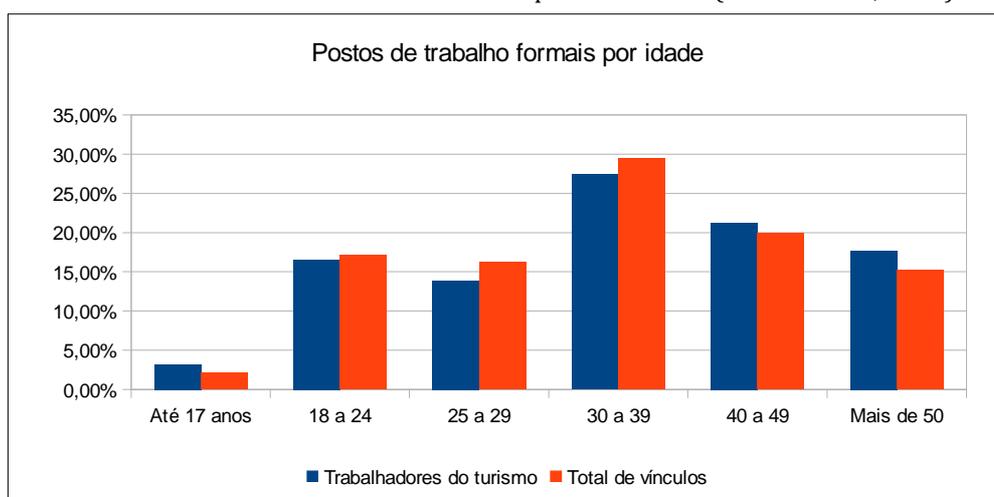
Gráfico 1 – Postos de trabalho formais por sexo (Caxias do Sul, 2014)



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

O Gráfico 1 mostra que a participação de mulheres nos setores analisados (54%) é maior do que entre a média de todos os vínculos da cidade (43,81%).

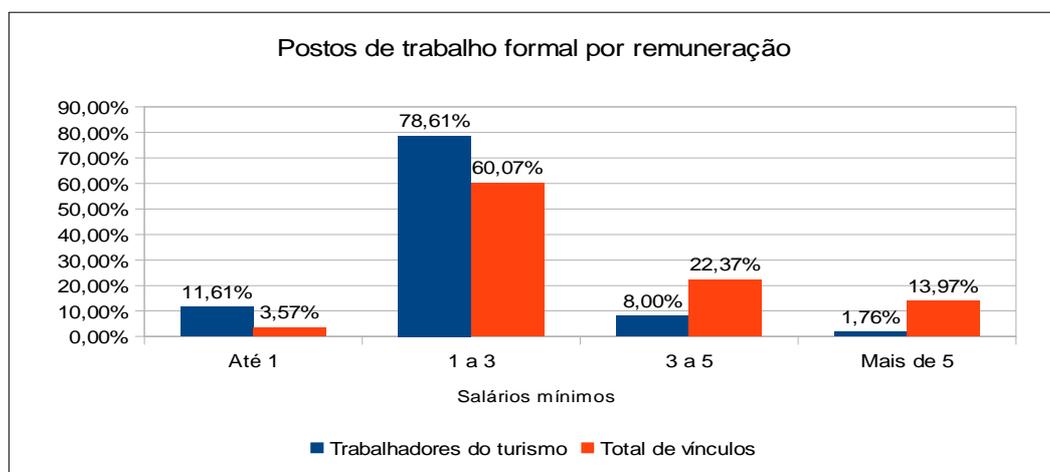
Gráfico 2 – Postos de trabalho formais por faixa etária (Caxias do Sul, 2014)



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

O Gráfico 2 apresenta os postos de trabalho divididos por faixa etária. Percebe-se que, na divisão por idade, os trabalhadores do turismo têm representatividade parecida com os trabalhadores em geral. O segmento parece representar a demografia do setor de Serviços, na cidade que detêm quase 30% dos vínculos.

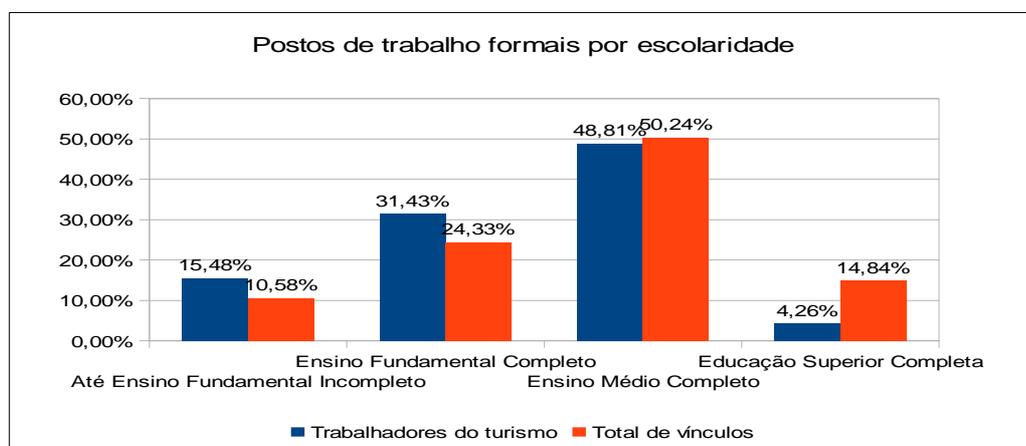
Gráfico 3 – Postos de trabalho formais por remuneração (SM) (Caxias do Sul, 2014)



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

O Gráfico 3 mostra que a quase totalidade dos postos analisados no turismo (90,22%) pagam até três salários-mínimos. Observa-se que apenas 8% dos trabalhadores do turismo recebem entre 3 e 5 salários-mínimos, e apenas 1,76% mais de cinco salários, enquanto entre os trabalhadores em geral esse percentual é de 13,97%.

Gráfico 4 – Postos de trabalho formais por escolaridade (Caxias do Sul, 2014)



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

O Gráfico 4 aponta que quase a metade dos trabalhadores, nos setores ligados ao turismo, possuem o Ensino Médio completo. Entre os níveis de escolaridade menor, eles têm participação relativa menor do que entre os trabalhadores em geral. A maior discrepância entre as duas categorias, porém, ocorre na faixa de Ensino Superior completo. Somente 4,26% dos trabalhadores do turismo atingem esse nível de escolaridade. Acredita-se que isso ocorra porque os setores mais representativos do turismo compõem as áreas de alimentação e hospedagem que, em geral, não demandam tanta especialização.

O apontado até aqui sugere um mercado de trabalho com maior participação feminina relativa, experiente, e com remuneração e escolaridade médias.

A movimentação do mercado de trabalho do turismo em Caxias do Sul

Esta sessão mostra a evolução dos setores analisados em Caxias do Sul, durante anos selecionados no período 2006-2014.³ A Tabela 2 mostra a evolução no número de vínculos formais de trabalho do segmento turístico e em geral.

³ A CNAE 2.0 entrou em vigor em 2006.

Tabela 2 – Vínculos de trabalho ligados ao turismo em Caxias do Sul (2006-2014)
Total de vínculos formais ligados ao turismo - Caxias do Sul (2006-2014)

Vínculos	2014	2012	2010	2008	2006
Trabalhadores do Turismo	7282	6641	5807	5273	4925
Total de vínculos	178384	179858	171472	156983	134994

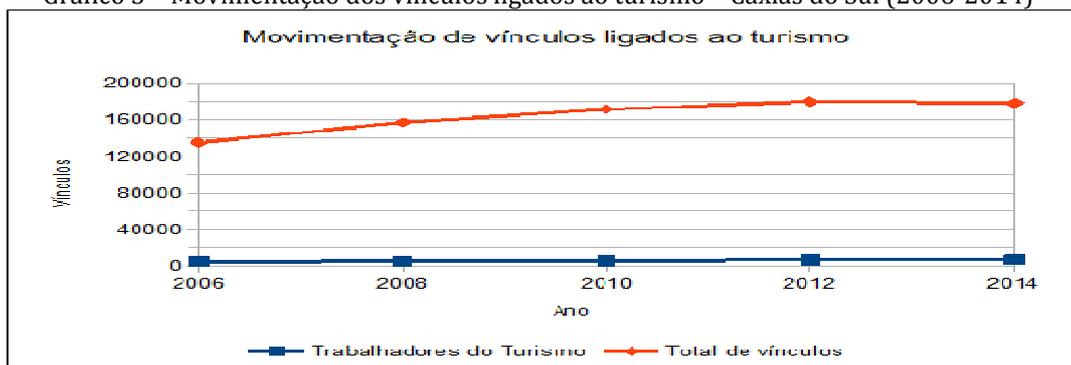
Fonte: RAIS/MTPS Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

Percebe-se, pelos dados, que os vínculos de trabalho formal relacionados ao turismo apresentam uma leve tendência de aumento desde 2006. Já o total de postos de trabalho da cidade apresentou diminuição entre 2012 e 2014, sinalizando uma desaceleração na economia, que se confirmaria em 2015-16, conforme dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged).

Em relação ao setor do turismo, o Caged mostra que, no início de 2015, o segmento começou a apresentar uma queda acentuada. De janeiro deste ano até agosto de 2016, são 528 vínculos a menos. Isso indica que as atividades turísticas foram fortemente afetadas pela crise econômica, que levou à retração do mercado de trabalho formal em todo o Brasil.

O Gráfico 5 ilustra os dados da Tabela 2.

Gráfico 5 – Movimentação dos vínculos ligados ao turismo – Caxias do Sul (2006-2014)



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

O Gráfico 5 ilustra o que foi explicado, observando-se que o segmento do turismo se manteve praticamente estável de 2006 a 2014, enquanto o

mercado formal de trabalho da cidade começou a apresentar forte desaceleração no final do período analisado.

A Tabela 3 mostra a participação dos vínculos relacionados ao turismo no mercado de emprego formal de Caxias de 2006 a 2014.

Tabela 3 – Participação do turismo no mercado de emprego formal de Caxias do Sul

Participação de vínculos do turismo no mercado de emprego formal – Caxias do Sul (2006 a 2014)										
	2014	Rel.	2012	Rel.	2010	Rel.	2008	Rel.	2006	Rel.
Turismo	7282	4,08%	6641	3,69%	5807	3,38%	5273	3,35%	4925	3,64%
Todos os setores	178384	100,00%	179868	100,00%	171472	100,00%	156983	100,00%	134994	100,00%

Fonte: RAIS/MTPS Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

Os dados mostram que a participação do turismo no mercado formal de Caxias do Sul era maior em 2006 do que nos anos seguintes. Até 2008 a representatividade do setor no mercado formal de trabalho da cidade caiu, recuperando lentamente o percentual inicial até 2012. Em 2014, o setor detinha 4,08% dos postos de trabalho do município, maior percentual do período.

O mercado de trabalho do turismo caxiense em relação à região

Aqui se começa uma comparação entre o mercado formal de trabalho do turismo em Caxias do Sul com seu correspondente em cidades da região selecionadas. Conforme a definição da prefeitura do município (2014), a cidade é destaque no segmento do turismo de negócios, devido à representatividade do setor industrial local.

Entre as cidades selecionadas para comparação, Gramado, Canela e Bento Gonçalves apresentam características similares de turismo gastronômico e cultural; Farroupilha apresenta um fluxo considerável de turistas anualmente por seu caráter de polo religioso. (GOVERNO do RS, 2012).

A Tabela 4 mostra a participação do turismo no mercado de trabalho formal das cinco cidades da região.

Tabela 4 – Participação do turismo no mercado formal de trabalho por cidade

	Bento Gonçalves	Canela	Caxias do Sul	Farroupilha	Gramado
Turismo	1614	1322	7282	727	4447
Participação	3,50%	13,95%	4,08%	2,69%	25,50%
Todos os setores	46066	9472	178384	26999	17435

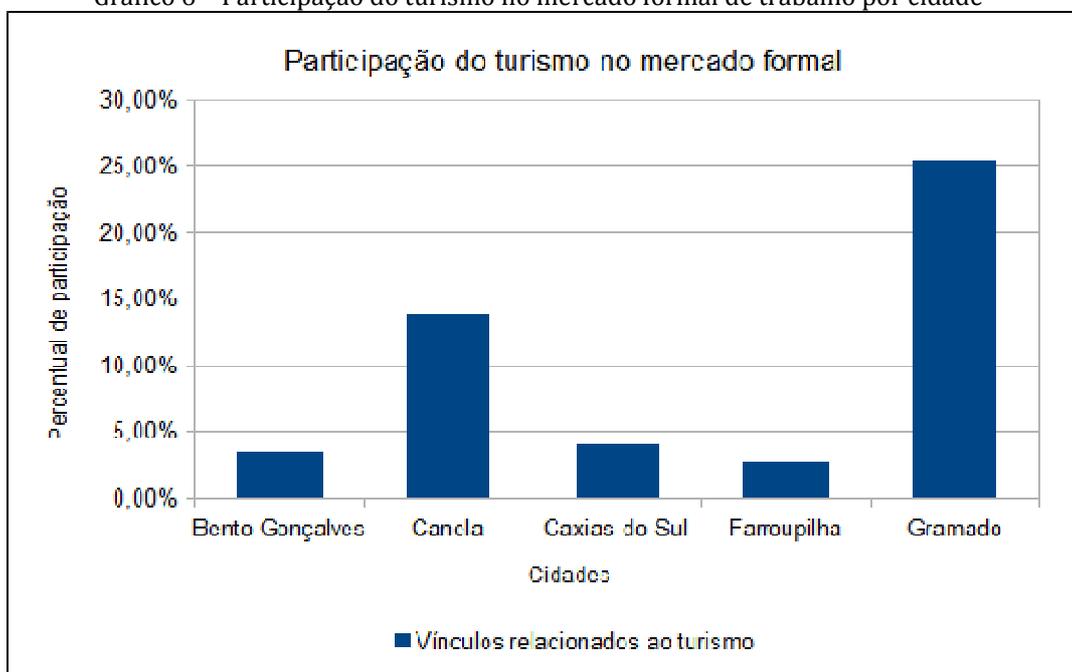
Fonte: RAIS/MTPS Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

Comparando a participação dos vínculos no ano de 2014 entre os municípios selecionados, observa-se que o turismo é fundamental para o mercado de trabalho de Canela (quase 14% dos vínculos formais) e Gramado, com cerca de um quarto da força de trabalho. Já os municípios da Região Turística da Uva e Vinho apresentam percentuais parecidos. Destaca-se a baixa participação do setor do turismo no mercado formal de Farroupilha. Isso pode ser explicado, talvez, pela característica do turismo da cidade, muito dependente da romaria anual ao Santuário de Caravaggio, o que provoca a abertura de vagas temporárias.

Em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, o setor do turismo tem representatividade quase idêntica (3,5% e 4,08%, respectivamente), apesar do primeiro município ser mais identificado com o turismo na região, sendo um dos três destinos gaúchos recomendados pelo Ministério do Turismo. (GOVERNO do RS, 2012).

O Gráfico 6 ilustra os dados da Tabela 3.

Gráfico 6 – Participação do turismo no mercado formal de trabalho por cidade



Fonte: RAIS/MTPS (2016) Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

No Gráfico 6, é evidenciada a representatividade que o turismo tem na geração de vínculos formais dos Municípios de Gramado e Canela, em contraponto com as outras cidades.

Considerações finais

O turismo é um setor indispensável para o desenvolvimento de qualquer economia contemporânea. Suas características se adequam perfeitamente à dinâmica de uma sociedade globalizada. Com base no apresentado até aqui, se conclui que Caxias do Sul não aproveita todo o potencial desse segmento.

Os dados analisados mostram um mercado de trabalho do turismo no município tradicional, predominantemente feminino, com escolaridade e remuneração médias, com possibilidade de expansão e especialização. Ao mesmo tempo, o setor se mostra sólido e relativamente resistente a leves variações do mercado de trabalho em geral. Ele parece ter sido, porém, duramente afetado pela prolongada desaceleração da economia entre 2015-2016.

Finalmente, fica evidenciado pelos números o investimento que as cidades de Gramado e Canela depositam no turismo, com resultados expressivos. Bento Gonçalves, apesar de ter um mercado de trabalho do turismo semelhante ao de Caxias, é referência no setor. Isso indica que, com maior investimento, Caxias do Sul poderia se inspirar nas experiências vizinhas, para dispor de uma alternativa de desenvolvimento sustentável social e ambientalmente ainda pouco explorada. Uma possível alternativa seria aproveitar a posição como maior cidade e centro da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, para concentrar serviços turísticos que englobam os municípios vizinhos, gerando desenvolvimento conjunto do setor.

Referências

ANDRADE, J. V. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1998.

Governo do RS. *Plano de desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul: 2012-2015*. Porto Alegre: Governo do Estado, 2012. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/conteudo/2449/plano-de-desenvolvimento-do-turismo-do-rio-grande-do-sul-2012-2015>>. Acesso em: 8 set. 2016.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO. *Boletim anual mulheres e mercado de trabalho 2016*: base de Dados RAIS 2014. 7. ed. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Boletim_Mulheres_2016.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

OLIVEIRA, A. P. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

Prefeitura de Caxias Do Sul. *Perfil Socioeconômico*. Caxias do Sul: Prefeitura de Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/desenv_economico/texto.php?codigo=234>. Acesso em: 6 set. 2016.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. *Brazil Benchmarking Report 2015*. 2015. Disponível em: <<https://www.wttc.org/-/media/files/reports/benchmark-reports/country-reports-2015/brazil--benchmarking-report-2015.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

8

Análise da gestão do conhecimento: um estudo no ramo da consultoria empresarial

Vanessa Somavilla *

Élio Sérgio Denardin**

Lucas Almeida dos Santos***

Vânia Medianeira Flores Costa#

Bruna de Vargas Bianchim##

Resumo: A gestão do conhecimento é o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos que são estratégicos para as organizações. O presente estudo, desenvolvido em uma empresa de consultoria da região central do Rio Grande do Sul, tem como objetivo analisar os principais aspectos relevantes para a gestão do conhecimento. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa e quantitativa; os dados foram coletados por meio de um questionário e pelas técnicas de pesquisa exploratória e descritiva. No que tange aos resultados, por ser uma empresa de consultoria empresarial, utiliza-se da gestão do conhecimento, que, ao analisá-los, percebeu que os principais benefícios obtidos, a partir da gestão, estão: melhor aproveitamento do conhecimento já existente, a otimização de processos, a diferenciação em relação às demais empresas e maior agilidade na tomada de decisão.

Palavras-chave: Conhecimento. Gestão do conhecimento. Capital intelectual. Consultoria empresarial.

Introdução

A gestão do conhecimento, também chamada por muitos autores como gestão do capital intelectual, está entre os temas mais discutidos atualmente, sendo que sua importância não é uma descoberta nova, pois, ao longo da história mundial, sempre foram destaque os homens que se encontravam na vanguarda do conhecimento. Não é desconhecido o fato de que, possuindo

* Graduada em Administração – Centro Universitário Franciscano – Unifra –
vanessa_somavilla@hotmail.com

** Mestre em Filosofia e docente no Centro Universitário Franciscano –
<<http://lattes.cnpq.br/3085877602194435>>. E-mail: eliodenardin@hotmail.com

*** Doutorando em Administração PPGA/UFSM e docente no Centro Universitário Franciscano. <<http://lattes.cnpq.br/1175673329333533>>. E-mail: luksantos@gmail.com

Doutora em Administração e professora do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFSM – vania.costa@ufsm.br

Acadêmica do curso de Administração – UFSM.

<<http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>>. E-mail: bruna.bianchim@gmail.com

conhecimento, mais facilmente pode-se triunfar perante os demais, cada vez mais vem se abordando o conhecimento como o principal ativo das organizações e da necessidade de compartilhá-lo como grande chave para vantagens competitivas e sucesso empresarial. (ZABOT; SILVA, 2002).

Na segunda metade do século XX, como observaram Lenzi e Kiesel (2009), surgiu a chamada era do conhecimento, caracterizada por várias mudanças em diversos campos da vida humana, econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e organizacionais nos quais o conhecimento e a informação passaram a ter papel preponderante.

Neste contexto, Davenport e Prusak (1998) abordam que cada vez mais líderes e consultores de empresas apontam o conhecimento como o principal ativo das organizações e como chave da vantagem competitiva sustentável. Trabalhadores do conhecimento, empresa criadora de conhecimento e capital intelectual tornaram-se termos recorrentes. Com isso, conferências e seminários sobre o assunto estão surgindo por toda parte. Verifica-se, no mundo dos negócios, um enorme entusiasmo com relação aos benefícios decorrentes de iniciativas ligadas ao conhecimento.

O mercado cada vez mais competitivo, em função do extraordinário avanço tecnológico e da globalização, levou as organizações a tornarem-se dependentes da qualidade do conhecimento que aplicam em seus processos empresariais. O desafio de utilizar o conhecimento residente na empresa, objetivando com isso criar vantagens competitivas, torna-se mais e mais um ponto crucial para sua sobrevivência. (ZABOT; SILVA, 2002).

No entanto, a gestão do conhecimento, na concepção de Snell (2009), consiste no conjunto de práticas que visam à descoberta e ao aproveitamento dos recursos intelectuais de uma organização; implica descobrir, desvendar, compartilhar e aproveitar totalmente os recursos mais preciosos que são o conhecimento, as aptidões, a sabedoria e os relacionamentos das pessoas. A principal função dos gerentes do conhecimento será identificar esses ativos, ajudando-as a gerar novas ideias e aproveitarem essas ideias em inovações bem-sucedidas.

Tendo em vista o tema relacionado à gestão do conhecimento, a presente pesquisa tem como problemática responder a seguinte questão:

Como se desenvolve o processo de gestão do conhecimento em uma empresa de consultoria atuante na região central do Rio Grande do Sul?

Visando responder a problemática levantada, a presente pesquisa contará com o objetivo geral de analisar os principais aspectos relevantes para gestão do conhecimento em uma empresa de consultoria. Com o intuito de atingir o objetivo geral e a sua complementação, de acordo com as etapas consecutivas, os objetivos específicos deste estudo são: identificar os principais conhecimentos que a empresa dissemina; levantar os meios utilizados pela empresa para construir o conhecimento e destacar os principais benefícios obtidos, a partir da gestão do conhecimento.

Ademais, a relevância do tema abordado justifica a presente pesquisa, uma vez que a gestão do conhecimento, que tem como foco os ativos intangíveis, está obtendo cada vez mais destaque perante as organizações, sendo disseminado através de seminários, conferências, entre outros meios para divulgação de sua importância, uma vez que esta vem se tornando uma vantagem competitiva e sustentável para as empresas. As organizações estão competindo na área do conhecimento, com isso este acaba tornando-se uma estratégia para a organização buscar um diferencial perante os concorrentes.

Da era da informação à era do conhecimento

Atualmente, existe o entendimento de que na sociedade pós-industrial, onde a economia assume um contexto global, a informação passou a ser entendida como um capital precioso, podendo ser comparado aos recursos materiais, financeiros e de produção. A importância da informação para as empresas é totalmente aceita, pois constitui um dos recursos cuja gestão e uso contribui diretamente para o sucesso do negócio. (LENZI; KIESEL, 2009).

Neste íterim, Zabet e Silva (2002) apontam a utilização da tecnologia da informação como parte integrante do processo de modificação das organizações, sendo necessário investir em inovações tecnológicas; utilizar sistemas de informações gerenciais; implementar o processo de mudança organizacional; utilizar o conhecimento como recurso estratégico e capacitar as pessoas para a adaptação à nova realidade. Enfatizam que a gestão do conhecimento reside, essencialmente, na capacidade de relacionar

informações estruturadas e não estruturadas, com regras constantemente modificadas e aplicadas pelas pessoas na empresa.

Para Stewart (1998), a tecnologia da informação acelera atividades como o acréscimo de colunas e linhas de números, mas uma empresa se torna realmente voltada para o conhecimento quando se conscientiza e se envolve no “nível mais profundo”, onde se busca a informação por seu próprio valor intrínseco e não apenas por automatizar e transmitir outras atividades. Nogas e Paladini (2013) ressaltam que apenas levantar e possuir um elevado número de informações não dá à empresa a certeza de que se tornará mais competitiva, mas quando essas informações, por meio de processos, são armazenadas, gerenciadas e disseminadas na empresa, criando uma cultura organizacional, ela passa a ter um diferencial estratégico perante seus concorrentes.

O conhecimento e sua criação

O surgimento de uma sociedade cada vez mais globalizada e interdependente tem se caracterizado por profundas mudanças geradas pelo conhecimento, como sendo o ativo de produção mais importante, diante dos ativos tradicionais de capital, tecnologia e mão de obra. (ZABOT; SILVA, 2002). Neste mesmo enfoque, Kanaane e Ortigoso (2001) colocam que se vive em uma era em que os problemas apresentados não podem ser resolvidos de forma tradicional, ou seja, é necessário saber gerenciar o conhecimento existente nos aspectos organizacionais, para a sobrevivência, manutenção e o desenvolvimento organizacional, além de ganhos de mercado.

Na concepção de Davenport e Prusak (1998), a confusão entre dado, informação e conhecimento provoca muitos dispêndios para as empresas, sendo necessário entender o que são esses três elementos: os dados são um conjunto de fatos, distintos e objetivos, relacionados a eventos, eles descrevem apenas parte daquilo que aconteceu, não fornecem julgamento nem interpretação e nem qualquer base sustentável para a tomada de ação, eles são matéria-prima essencial para a criação da informação. Logo, a informação busca mudar o modo como o destinatário vê algo, exercer algum impacto sobre seu julgamento e comportamento, sendo que a informação explica os dados, fazendo a diferença. Entretanto, o conhecimento existe

dentro das pessoas, faz parte da complexidade e da imprevisibilidade humanas, sendo que a mesma deriva da informação do mesmo modo que a informação deriva de dados.

A mera existência do conhecimento, em alguma parte da organização, é de pouca ajuda, pois ele só é um ativo corporativo valioso quando está acessível, e seu valor aumenta na proporção do grau de acessibilidade. (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Neste contexto, os mesmos autores enfatizam que existem cinco formas de se gerar conhecimento, estas: aquisição, recursos dedicados, fusão, adaptação e rede do conhecimento.

No entanto, Nonaka e Takeuchi (2008) apontam que existem dois tipos de conhecimento: o conhecimento explícito que pode ser expresso em palavras, sons ou números e compartilhado na forma de dados, manuais ou fórmulas científicas, sendo que pode ser transmitido rapidamente para os indivíduos, e o conhecimento tácito, que não é facilmente visível e explicável, pois é altamente pessoal e difícil de formalizar. O conhecimento tácito está enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, ou seja, nos valores, ideais, nas emoções que ele incorpora.

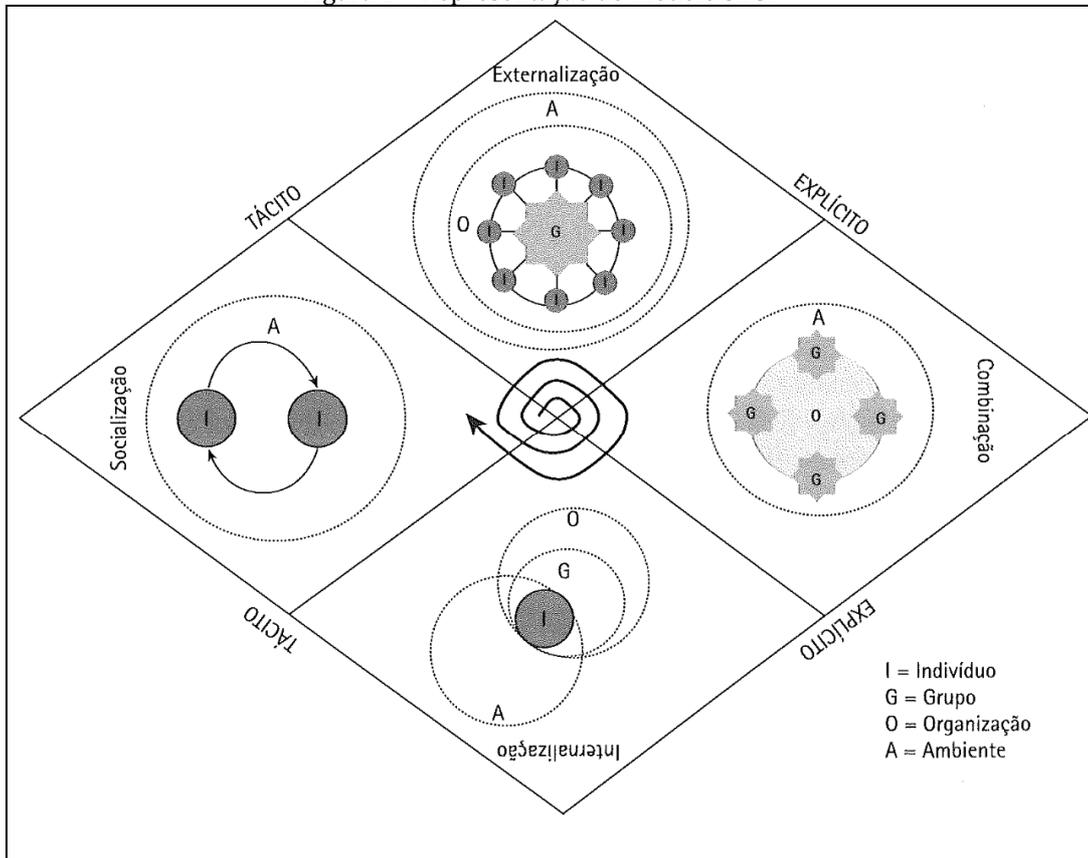
Segundo Nonaka e Takeuchi (2008) uma organização, cria e utiliza conhecimento convertendo o explícito em tácito e vice-versa; com isso, identificam-se quatro modos de conversão de conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização. Este ciclo se tornou conhecido como modelo de Socialização, Externalização, Combinação e Internalização (SECI), sendo que descreve como os conhecimentos tácito e explícito são amplificados em termos de quantidade e qualidade, assim como do indivíduo para o grupo e, então, para o nível organizacional.

A criação do conhecimento inicia com a socialização e passa através de quatro modos de conversão do conhecimento, formando uma espiral. A espiral também é amplificada à medida que passa para os níveis ontológicos, do indivíduo para o grupo e para a organização. A Figura 1 apresenta o modelo SECI de Nonaka e Takeuchi (2008), representado por Carvalho (2012).

Assim sendo, o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos, ou seja, uma organização não pode criar conhecimento por si mesma, sem os indivíduos. É de extrema importância que as organizações apoiem e

estimulem as atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos, ou que proporcionem os contextos apropriados para elas. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

Figura 1 – Representação do modelo SECI



Fonte: Carvalho (2012, p. 20).

Segundo Zabet e Silva (2002, p. 66), “[...] o conhecimento é, na verdade, um trunfo competitivo de extremo poder, e é de extrema importância não só na aquisição, como também em sua criação e transferência”. A importância do conhecimento não é uma descoberta nova. Desde os tempos mais remotos, sabe-se que os homens que detinham muito conhecimento eram os que se destacavam dos demais. O grande problema foi que, durante muito tempo, o acesso ao conhecimento era, na verdade, restrito a alguns privilegiados, e o próprio conhecimento era, muitas vezes, utilizado como meio de domínio e opressão.

Neste mesmo enfoque Davenport e Prusak (1998) abordam que o conhecimento pode propiciar uma vantagem sustentável, pois, com o tempo, os concorrentes quase sempre conseguem igualar o preço ou a qualidade dos produtos oferecidos por uma empresa. Enquanto isso, a empresa rica em conhecimento e gestora do capital intelectual poderá ter passado para um novo nível de criatividade, qualidade ou eficiência. A vantagem do conhecimento é sustentável porque gera retornos crescentes e dianteiras continuadas. Ao contrário dos ativos materiais que diminuem à medida que são usados, os ativos do conhecimento aumentam com o uso: ideias geram novas ideias e o conhecimento compartilhado permanece com o doador ao mesmo tempo que enriquece o receptor.

Gestão do conhecimento nas organizações

O conhecimento como ativo de produção mais importante das organizações está sendo o aspecto central da sociedade do século XXI, destacando-se dentre os ativos tradicionais como mão de obra, capital e tecnologia. Se antes o valor central era a produção em massa de mercadorias, valorizadas por sua materialidade, hoje o lugar central é ocupado pelas ideias, informações e pelos códigos digitais, valorizados em sua imaterialidade produtora de inovação, criatividade e serviço (ZABOT; SILVA, 2002, p. 13), uma vez que “[...] a gestão do conhecimento, também chamada por alguns autores de gestão do capital intelectual, está entre os temas mais discutidos atualmente”.

Para Kanaane e Ortigoso (2001), a gestão do conhecimento é o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos que são estratégicos na vida da empresa, ou seja, trata-se da administração dos ativos do conhecimento da organização. Na concepção de Pinto (2007), o tema central da gestão do conhecimento consiste em aproveitar os recursos que já existem na organização, para que as pessoas procurem, encontrem e empreguem as melhores práticas ao invés de tentarem criar algo que já havia sido criado. Procura agregar valor à informação, filtrando, resumindo e sintetizando; com isso, desenvolvendo um perfil de utilização pessoal que ajuda a chegar ao tipo de informação necessária para passar à ação.

Para Nogas e Paladini (2013), a gestão do conhecimento tem como objetivos: tornar acessíveis grandes quantidades de informação organizacional, permitir a identificação e o mapeamento dos ativos de conhecimento e informações ligados à qualquer organização; apoiar a geração de novos conhecimentos, proporcionando a criação de vantagens competitiva; dar vida aos dados tornando-os utilizáveis e transformando-os em informação essencial ao desenvolvimento pessoal e comunitário; organizar os dados de forma a torná-los compreensíveis, e aumentar a competitividade da organização, através da valorização de seus bens intangíveis.

Neste contexto, Snell (2009) coloca que um dos processos mais importantes da gestão do conhecimento é assegurar que as pessoas de diferentes setores da organização colaborem efetivamente entre si. Para isso é necessário uma comunicação produtiva entre diferentes setores, divisões e segmentos da organização. Para Lenzi e Kiesel (2009), a gestão do conhecimento envolve a identificação, consideração e análise dos ativos de conhecimento que estão disponíveis, além dos processos com eles interligados. A importância do papel da gestão do conhecimento deve ser o de gerenciar e criar formas de identificar, sintetizar, integrar e disseminar o conhecimento, tornando-o comum na empresa. As organizações, com as mudanças ocorridas no cenário organizacional, nas últimas décadas, passaram a defrontar-se com um novo modelo de gestão de seus recursos.

Segundo Tagliapietra e Miura (2003), os pontos que descrevem a gestão do conhecimento nas organizações são os seguintes:

- criação do conhecimento: busca transformar o conhecimento individual em conhecimento coletivo;
- utilização do conhecimento: uso da tecnologia através do incentivo à busca do conhecimento, ou seja, a criação de uma cultura de pesquisa para todos os colaboradores;
- retenção do conhecimento: pode ter dois sentidos: o de assimilar, que permite melhor compartilhamento e armazenamento do conhecimento para futuras aplicações e preservar o conhecimento, ou seja, o conhecimento gerado constitui patrimônio, podendo transformar-se em dinheiro.

- medição do conhecimento: é a diferença entre o seu valor de mercado e o seu valor patrimonial.

Para Rezende (2003), as organizações do conhecimento, nas quais a questão relacionada ao capital intelectual é mais acentuada, distinguem-se das organizações de serviço em função de seu nível de adaptação às necessidades do consumidor, possuindo como características diferenciadoras: o menor porte, como um todo ou das partes; a criatividade das soluções; a estrutura *ad hoc*; os níveis elevados de qualificação dos empregados; a ausência de economias de escala, e a presença de economias de escopo.

Segundo Davenport (2006), na última metade do século passado, a presença penetrante da informação e a chegada dos computadores criaram uma demanda por trabalhadores capazes de, em primeiro lugar, produzir as informações, depois extrair o significado delas para, então, agir a respeito. Para Klein (2002), na era pós-industrial, o sucesso de uma organização reside mais em suas capacitações intelectuais do que em seus ativos físicos. A capacidade de gerenciar o intelecto humano, e de convertê-lo em produtos e serviços úteis, está rapidamente se tornando a habilidade executiva crítica do momento.

No que tange ao capital intelectual, este abrange vários elementos intangíveis, além do próprio capital humano. O que se entende de tal procedimento é o fato de o capital intelectual ser relativo ao intelecto, que só os seres humanos possuem. Portanto, o capital intelectual abrange o elemento possuidor do recurso de conhecimento e tudo mais que é resultante da aplicação do conhecimento. (ANTUNES, 2000). Como enfatiza Stewart (1998) e Pinto (2007), o capital intelectual é a soma do conhecimento de todos os colaboradores em uma organização, proporcionando vantagem competitiva, que é a capacidade mental coletiva, é a capacidade de criar continuamente e proporcionar valor de qualidade superior. Constitui o conhecimento, a informação e a experiência que podem ser utilizados para gerar retornos em forma de riqueza.

Gracioli, Grohmann e Vieira (2005) apontam que o capital intelectual se divide em capital humano, capital estrutural e capital de clientes. Na

concepção de Klein (2002), o autor afirma que é por meio do capital intelectual das empresas – seu conhecimento, sua especialização, experiência e seus diversos ativos intangíveis, ao invés do capital tangível físico e financeiro – que cada vez mais determina suas posições competitivas.

Em se tratando da aprendizagem organizacional, outrora, nos anos 1990, o debate percorreu assuntos relacionados à aprendizagem individual *versus* organizacional. (RUAS; ANTONELLO; BOOF, 2008). Neste ínterim, os autores conceituaram a aprendizagem organizacional como sendo um processo contínuo de apropriação e geralmente de novos conhecimentos nos níveis individual, grupal e organizacional, envolvendo todas as formas de aprendizagem, tanto formais quanto informais. No contexto organizacional, alicerçado em uma dinâmica de reflexão e ação, as situações-problema são voltadas para o desenvolvimento gerencial.

Dessa forma, Klein (2002) coloca que todas as organizações aprendem, tenham elas escolhido isso conscientemente ou não. Algumas empresas promovem a aprendizagem organizacional, desenvolvendo capacitações, outras não fazem esforços focalizados; com isso, adquirem hábitos contraproducentes. Seja como for, todas as organizações aprendem.

Segundo Ruas, Antonello e Boof (2008), a aprendizagem organizacional pode ser dividida em dois grupos distintos: o prescritivo, formado principalmente pelos consultores que se interessam pela forma como as organizações devem fazer, e o analítico, formado pelos acadêmicos. Souza (1999, apud RUAS; ANTONELLO; BOOF, 2008) reconhece que a aprendizagem organizacional recentemente tem sido vista, como a busca para manter e desenvolver competitividade, produtividade e inovação, em condições tecnológicas e de mercado incertas.

Seguindo ainda a concepção dos mesmos autores, a aprendizagem organizacional ocorre na medida em que os membros da organização experenciam uma situação-problemática e a investigam empregando um olhar organizacional, conseguindo identificar as lacunas entre o esperado e os resultados de suas ações presentes. Harvard (2000) enfatiza que uma organização que aprende é a que dispõe de habilidades para criar, adquirir e transferir conhecimentos, e é capaz de alterar seu comportamento, de modo a refletir os novos conhecimentos e ideias.

Neste contexto Ruas, Antonello e Boof (2008) colocam que a aprendizagem organizacional e a gestão do conhecimento são dois conceitos desenvolvidos paralelamente na nova economia, além de declararem que a criação e a implementação de conhecimento são o propósito da aprendizagem organizacional. O processo de aprendizagem individual tem um impacto muito importante no conceito e nas práticas de aprendizagem organizacional, pois essa inicia-se a partir dos indivíduos. A especificidade da aprendizagem organizacional, em relação à aprendizagem individual, demonstra que a organização possui uma capacidade de aprender que lhe é própria, sendo passível de constituir fonte de influência sobre os indivíduos que por ela passam e sofrem influência de seus integrantes.

Metodologia

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa. Conforme Malhotra (2001), a pesquisa qualitativa é uma metodologia de pesquisa não estruturada, exploratória, que proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema. A pesquisa é considerada qualitativa, pois foram comentados os dados a partir da teoria. Seguindo a ideia do mesmo autor, a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados, as opiniões e informações que serão classificadas e analisadas posteriormente, utilizando-se técnicas estatísticas. A pesquisa é considerada quantitativa porque foram levantadas idéias, a partir das respostas dos colaboradores.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória para Gil (2010) proporciona maior familiaridade com o problema, tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, seu planejamento é bastante flexível. A pesquisa descritiva é aquela que possui como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou, fenômeno ou ainda, aquela que estabelece relações entre variáveis.

No que tange aos procedimentos técnicos, optou-se por estudo de caso, no qual, Fachin (2003) aponta que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Ademais, primeiramente realizou-se uma pesquisa

bibliográfica para a elaboração do referencial teórico. Posteriormente, seguiu-se para a aplicação do questionário, que foi realizado com a população da empresa, com o proprietário e mais os oito colaboradores de uma empresa de consultoria. O questionário contém 19 questões, sendo que duas são abertas e as demais fechadas, sendo utilizada uma escala *Likert* de cinco pontos. O questionário teve como base o estudo de E-Consulting Corp (2004). Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados com o auxílio do *software Sphinx Léxica V. 5*, sendo analisados sob a ótica qualitativa.

Análise dos resultados

A organização em que a pesquisa foi aplicada é uma empresa de consultoria, auditoria e treinamento, que busca conduzir organizações e pessoas ao sucesso. Oferecendo soluções em assessoria empresarial, auditoria e treinamentos que, ao serem aplicados, potencializam os resultados de seus clientes. A empresa está situada na região central do Rio Grande do Sul há mais de 10 anos, atendendo clientes de pequeno, médio e grande porte, dentre os quais destacam-se: Labimed, Eny, Vigillare, Expresso Medianeira, Dernapelle, John Deere, entre outras empresas da região.

A seguir, serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa, que foi realizada com o proprietário e todos os colaboradores da empresa, com base na seguinte escala: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo (3) Indiferente, (4) Concordo e (5) Concordo totalmente.

Verifica-se na Tabela 1 se a empresa possui uma política ou estratégia de gestão do conhecimento escrita/explicita.

Tabela 1 - Política ou estratégia de gestão do conhecimento escrita/explicita

Política escrita/ explícita	Frequência	(%)
Discordo totalmente	1	11,1%
Discordo	1	11,1%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	6	66,7%
Concordo totalmente	1	11,1%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A Tabela 1 mostra que 77,8% dos pesquisados concordam que a empresa possui uma política ou estratégia de gestão do conhecimento escrita/explícita, mas 22,2% discordam. Sugere-se que a organização continue divulgando a sua política de gestão do conhecimento, escrita para seus colaboradores e sempre que possível busque aprimorá-la.

Quando perguntados se a empresa possui uma cultura voltada a promover o compartilhamento de conhecimento, 77,8% concordam e 22,2% concordam totalmente, ou seja, 100% manifestaram-se favoráveis a um sistema de valores de conhecimento.

Quanto à empresa utilizar alianças estratégicas para adquirir conhecimento, 66,7% dos pesquisados concordam e 33,3% concordam totalmente que a organização adota parcerias. Embora os resultados sejam bastante positivos, sugere-se que a empresa busque sempre novas parcerias para aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos. Na Tabela 2, observa-se se a empresa dissemina conhecimento explícito que é mais objetivo e teórico.

Tabela 2 – A empresa dissemina conhecimento explícito

Conhecimento explícito	Frequência	(%)
Discordo totalmente	0	0,0%
Discordo	2	22,2%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	5	55,6%
Concordo totalmente	2	22,2%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se que 77,8% dos pesquisados concordam que a empresa dissemina conhecimento explícito que é mais objetivo e teórico, mas 22,2% discordam. Desse modo, para atingir os 22% que discordam, sugere-se que a organização busque aprimorar as formas com as quais dissemina o conhecimento explícito. O resultado demonstra o que afirmam Nonaka e Takeuchi (2008), de que o conhecimento explícito é expresso em palavras, sons ou números e compartilhado na forma de dados, manuais, sendo que pode ser transmitido rapidamente para os indivíduos.

O nível de percepção dos pesquisados, em relação à empresa disseminar conhecimento tácito é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – A empresa dissemina conhecimento tácito

Conhecimento tácito	Frequência	(%)
Discordo totalmente	0	0,0%
Discordo	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	8	88,9%
Concordo totalmente	1	11,1%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se que 88,9% dos pesquisados concordam e 11,1% concordam totalmente, ou seja, 100% afirmam que existe disseminação de conhecimento tácito na organização. Com isso, pode-se perceber que a empresa trabalha com conhecimento tácito que é mais subjetivo, ligado às experiências e à prática, diferenciando-se do conhecimento explícito que é mais objetivo e teórico, indo ao encontro do que afirmam Nonaka e Takeuchi (2008), de que o conhecimento tácito não é facilmente visível e explicável, pois é altamente pessoal e difícil de formalizar.

Na Tabela 4 verifica-se a percepção dos pesquisados, em relação à gestão do conhecimento ser uma responsabilidade de gerentes e executivos.

Tabela 4 – A gestão do conhecimento é uma responsabilidade de gerentes e executivos

Responsabilidade de gerentes e executivos	Frequência	(%)
Discordo totalmente	2	22,2%
Discordo	3	33,4%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	4	44,4%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quando questionados sobre gestão do conhecimento ser uma responsabilidade de gerentes e executivos, 44,4% dos pesquisados concordam, porém 55,6% discordam com esta variável. Sugere-se que a empresa busque saber o que leva os pesquisados a pensarem deste modo. Com estes dados, presume-se que os colaboradores revelam um comprometimento com a gestão do conhecimento. Contribuindo com essa ideia, E-Consulting Corp. (2004) coloca que não é de hoje que o conhecimento desempenha um papel importante, mas somente “saber muito” sobre alguma

coisa não proporciona por si só maior poder de competição para uma empresa, pois é quando o conhecimento é aliado à sua gestão que ele faz diferença.

Em relação à gestão do conhecimento ser uma responsabilidade dos funcionários, os resultados podem ser conferidos abaixo, na Tabela 5.

Tabela 5 – A gestão do conhecimento é uma responsabilidade de funcionários

Responsabilidade de funcionários	Frequência	(%)
Discordo totalmente	1	11,1%
Discordo	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	7	77,8%
Concordo totalmente	1	11,1%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme observado, 88,9% dos pesquisados concordam que a gestão do conhecimento é uma responsabilidade dos funcionários, seguida de 11,1% que discordam. Os dados levantados nesta tabela são coerentes com a tabela anterior, pois ressaltam o comprometimento dos colaboradores, dando a entender que todos participam da gestão do conhecimento.

A Tabela 6 indica se os pesquisados acham que a empresa recompensa o compartilhamento de conhecimento com incentivos monetários.

Tabela 6 – Recompensas ao compartilhamento de conhecimento com incentivos monetários

Recompensas com incentivos monetários	Frequência	(%)
Discordo totalmente	7	77,8%
Discordo	1	11,1%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	1	11,1%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se, a partir dos resultados obtidos, que a maioria dos pesquisados (88,9%) discorda que a empresa recompensa o compartilhamento de conhecimento com incentivos monetários. Com isso,

sugere-se que a organização busque avaliar a possibilidade de recompensar o compartilhamento de conhecimento com incentivos monetários, uma vez que o reconhecimento monetário pode ser um fator motivacional para maior desempenho dos colaboradores.

A Tabela 7 aponta se a empresa recompensa o compartilhamento de conhecimento com incentivos não monetários.

Tabela 7 – Recompensa o compartilhamento de conhecimento com incentivos não monetários

Recompensas com incentivos não monetários	Frequência	(%)
Discordo totalmente	2	22,2%
Discordo	2	22,2%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	5	55,6%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nota-se que 55,6% dos pesquisados concordam que a empresa recompensa o compartilhamento de conhecimento com incentivos não monetários, seguida de 44,4% que discordam. Os resultados desta tabela são mais positivos que a da anterior. Como existe um percentual relativamente alto dos que discordam, sugere-se que a empresa busque avaliar algumas possibilidades de aperfeiçoar as recompensas do compartilhamento de conhecimento com incentivos não monetários, como elogios, premiações, agradecimento, entre outros, que, em princípio, não geram custos para a organização indo ao encontro do que afirmam Nonaka e Takeuchi (2008), de que o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos, sendo que é de extrema importância que as organizações apoiem e estimulem as atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos, ou que proporcione os contextos apropriados para elas.

A Tabela 8 apresenta a percepção dos pesquisados em relação à empresa dedicar recursos para detectar e obter conhecimento externo e comunicá-lo dentro da organização.

Tabela 8 – Recursos para detectar e obter conhecimento externo

	Frequência	(%)
Discordo totalmente	0	0,0%
Discordo	1	11,1%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	8	88,9%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os resultados expostos, pode-se perceber que a maioria dos pesquisados (88,9%) concorda que a empresa regularmente dedica recursos para detectar e obter conhecimento externo e comunicá-lo dentro da organização. Portanto, a empresa está preocupada em obter novos conhecimentos para melhor qualificar seus colaboradores.

A Tabela 9 demonstra se a empresa provê treinamentos relacionados à gestão do conhecimento formalmente.

Tabela 9 – Treinamentos relacionados à gestão do conhecimento formalmente

Treinamentos formais	Frequência	(%)
Discordo totalmente	1	11,2%
Discordo	4	44,4%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	4	44,4%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se que 55,6% dos pesquisados discordam que a empresa provê treinamentos relacionados à gestão do conhecimento formalmente, mas 44,4% concordam. Com isso, sugere-se que a empresa busque avaliar se existe a necessidade de treinamentos formais relacionados à gestão do conhecimento. Em caso positivo, que fossem proporcionados os treinamentos. Entretanto, quanto à empresa oferecer treinamentos relacionados à gestão do conhecimento informalmente, constatou-se que 100% dos pesquisados concordam. Na Tabela 10, observa-se se a empresa não provê treinamentos relacionados à gestão do conhecimento.

Tabela 10 – A empresa não provê treinamentos relacionados à gestão do conhecimento

Treinamentos	Frequência	(%)
Discordo totalmente	4	44,5%
Discordo	2	22,2%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	3	33,3%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os resultados expostos, 66,7% dos pesquisados discordam que a empresa não provê treinamentos relacionados à gestão do conhecimento, mas 33,3% concordam. Os dados vêm complementar as informações referentes ao treinamento informal e formal, sendo que a maioria afirma que existe treinamento específico para a gestão do conhecimento, visando proporcionar melhor serviço de consultoria.

Ao serem questionados se a empresa incentiva os colaboradores experientes a transferirem seus conhecimentos a colaboradores novos, 66,7% dos pesquisados concordam e 33,3% concordam totalmente. Os dados demonstram que este é um fator positivo na organização, mas poderia ainda ser mais aperfeiçoado. Em relação à empresa oferecer treinamentos fora do ambiente de trabalho, a fim de manter as habilidades dos funcionários atualizadas, 55,6% dos pesquisados concordam e 44,4% concordam totalmente. Os colaboradores reconhecem que a empresa está preocupada com a qualificação profissional dos mesmos.

A pesquisa revela que a empresa, após um treinamento, avalia se o mesmo traz melhorias, pois 66,7% dos pesquisados concordam e 33,3% concordam totalmente, em si 100% manifestaram-se de modo favorável a este procedimento da empresa. Este dado demonstra uma preocupação da organização em controlar o seu investimento nos funcionários.

Quanto ao conhecimento ou às informações serem compartilhados por meio de trabalho em equipe na empresa, 77,8% dos pesquisados concordam e 22,2% concordam totalmente. Os dados demonstram que 100% dos colaboradores afirmam que há compartilhamento de conhecimento através do trabalho em equipe. Já em relação ao conhecimento ou às informações serem compartilhados por meio de manuais de treinamento, boas práticas de

trabalho, artigos e vídeos na empresa, 66,7% dos pesquisados concordam e 33,3% concordam totalmente. Com isso, observa-se que a organização busca compartilhar o conhecimento de várias formas.

A Tabela 11 aponta se é significativa a importância disponibilizada pela empresa, em relação à gestão do conhecimento.

Tabela 11 – Importância disponibilizada pela empresa em relação à gestão do conhecimento

Importância da gestão do conhecimento	Frequência	(%)
Discordo totalmente	0	0,0%
Discordo	2	22,2%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	6	66,7%
Concordo totalmente	1	11,1%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os resultados, pode-se perceber que 77,8% dos pesquisados concordam que é significativa a importância disponibilizada pela empresa, em relação à gestão do conhecimento. Entretanto, 22,2% discordam; com isso, sugere-se que a organização busque averiguar o que está induzindo alguns a discordarem, com o objetivo de evidenciar a relevância da gestão do conhecimento.

A Tabela 12 demonstra os resultados quanto à existência de empecilhos à transferência de conhecimentos dentro da empresa.

Tabela 12 – Empecilhos à transferência de conhecimentos dentro da empresa

Empecilhos à transferência de conhecimentos	Frequência	(%)
Discordo totalmente	1	11,1%
Discordo	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	5	55,6%
Concordo totalmente	3	33,3%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao observar a tabela, nota-se que 88,9% dos pesquisados concordam que há existência de empecilhos à transferência de conhecimentos dentro da empresa, mas 11,1% discordam totalmente. Tendo em vista que a maioria dos pesquisados acreditam que há empecilhos na transferência do

conhecimento, é necessário procurar identificar os empecilhos e encontrar uma solução para os mesmos.

A Tabela 13 mostra se a empresa avalia os resultados obtidos, a partir da gestão do conhecimento.

Tabela 13 – Avaliação dos resultados obtidos a partir da gestão do conhecimento

Avaliação dos resultados	Frequência	(%)
Discordo totalmente	4	44,4%
Discordo	4	44,5%
Indiferente	0	0,0%
Concordo	1	11,1%
Concordo totalmente	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme aponta a tabela, 88,9% dos pesquisados discordam que a empresa avalia os resultados obtidos, a partir da gestão do conhecimento. Como a maioria não percebe a avaliação, seria interessante averiguar os resultados obtidos, a partir da gestão do conhecimento, pois é pelos resultados que a empresa pode observar se a gestão do conhecimento está sendo eficaz e trazendo vantagem competitiva.

A Tabela 14 demonstra como os pesquisados entendem a gestão do conhecimento.

Tabela 14 – Entendimento sobre a gestão do conhecimento

Entendimento	Frequência	(%)
Filosofia corporativa de gestão de informações	5	55,6%
Política de Gestão do Conhecimento – sistema, política cultural corporativa	2	22,2%
Tecnologia que permite a gestão do conhecimento	1	11,1%
Modelagem de processos corporativos a partir do conhecimento gerado	1	11,1%
Estratégia de competição na área do conhecimento	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, que 55,6% dos pesquisados entendem a gestão do conhecimento como uma filosofia corporativa de gestão de informações; 22,2% entendem como uma política de gestão do conhecimento- sistema, política cultural corporativa; 11,1%

entendem como tecnologia que permite a gestão do conhecimento e o mesmo índice entende como modelagem de processos corporativos, a partir do conhecimento gerado. O entendimento do conhecimento envolve diversas dimensões, sendo que a maioria se posiciona no sentido mais amplo, como filosofia, política, e os outros, no sentido mais técnico e estratégico.

Contribuindo para essa idéia, Lenzi e Kiesel (2009) entendem que a gestão do conhecimento envolve a identificação, consideração e análise dos ativos de conhecimento que estão disponíveis, além dos processos com eles interligados. Também envolve o planejamento e controle das ações para desenvolvê-los, com a intenção de alcançar os objetivos da organização. A importância do papel da gestão do conhecimento deve ser de gerenciar e criar formas de identificar, sintetizar, integrar e disseminar o conhecimento, tornando-o comum na empresa. A Tabela 15 indica quais são as principais fontes para a aquisição do conhecimento e ferramentas para melhorar o desempenho da empresa.

Tabela 15 – Principais fontes para a aquisição do conhecimento e ferramentas para melhorar o desempenho da empresa

Fontes para a aquisição do conhecimento	Frequência	(%)
A própria empresa	5	55,6%
Clientes	6	66,7%
Fornecedores	3	33,3%
Concorrentes	2	22,2%
Consultorias	4	44,4%
Universidade	6	66,7%
Internet	5	55,6%
Outros agentes de relacionamento	2	22,2%

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações, devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados da tabela são apresentados com respostas múltiplas, percebendo-se, a partir dos resultados obtidos, que as principais fontes para a aquisição do conhecimento e ferramentas para melhorar o desempenho da empresa são os clientes, com 66,7%; as universidades com o mesmo percentual, a própria empresa e a internet com 55,6%, respectivamente, e 44,4% as consultorias. A organização busca conhecer as necessidades dos seus clientes, além de procurar conhecimento científico nas universidades e

na internet, que apresentam muitas informações. As fontes utilizadas pela organização são comuns atualmente, sendo fontes ricas de informação. A Tabela 16 aponta quais os meios mais utilizados na disseminação do conhecimento para as práticas de gestão.

Tabela 16 – Meios utilizados na disseminação do conhecimento para as práticas de gestão

Meios para a disseminação do conhecimento	Frequência	(%)
E- mail	2	22,2%
Internet	5	55,6%
Fóruns	6	66,7%
Multiplicadores do conhecimento	3	33,3%
Outras	1	11,1%

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os resultados expostos, percebe-se que os meios utilizados na disseminação do conhecimento para as práticas de gestão na empresa são os fóruns com 66,7%, a internet com 55,6%, os multiplicadores do conhecimento com 33,3% e o *e-mail* com 22,2%. A organização busca disseminar o conhecimento de diversas formas, que são aceitas como eficazes.

A Tabela 17 demonstra os resultados quanto à prática de conhecimento adotada pela empresa.

Tabela 17 – A prática de conhecimento adotada pela empresa

Prática de conhecimento	Frequência	(%)
Formal	2	22,2%
Informal	7	77,8%
Não tem	0	0,0%
Total	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao observar a Tabela 17, nota-se que 77,8 % dos pesquisados apontam que a prática de conhecimento seguida pela empresa é a informal, mas 22,2 % apontam que é a prática formal. Ou seja, a prática de conhecimento adotada pela organização, segundo os dados, é de maneira informal, sem muita burocracia, indo ao encontro do que enfatiza Snell (2009), de que um dos processos mais importantes da gestão do conhecimento é assegurar que

as pessoas de diferentes setores da organização colaborem efetivamente entre si; para tanto é necessário haver uma comunicação produtiva entre diferentes setores, divisões e segmentos da organização.

A Tabela 18 mostra os resultados quanto aos principais benefícios obtidos com a gestão do conhecimento.

Tabela 18 – Principais benefícios obtidos com a gestão do conhecimento

Benefícios obtidos	Frequência	(%)
Melhor aproveitamento do conhecimento já existente	7	77,8%
A diferenciação em relação às demais empresas	4	44,4%
Maior agilidade na tomada de decisão	4	44,4%
Otimização de processos	5	55,6%
Redução de custos	2	22,2%
Aumento de receitas	2	22,2%
Outro	1	11,1%

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido, às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme aponta a tabela 18, os principais benefícios obtidos com a gestão do conhecimento são o melhor aproveitamento do conhecimento já existente, com 77,8%, a otimização de processos com 55,6%, a diferenciação em relação às demais empresas com 44,4% e a maior agilidade na tomada de decisão com o mesmo percentual. A prática da gestão do conhecimento vem beneficiar o próprio conhecimento e a qualificação das pessoas que atuam na sua disseminação.

Lenzi e Kiesel (2009) colocam que a identificação, mensuração e avaliação do conhecimento parecem tornar-se chave para a gestão do conhecimento nas organizações, pois, a partir do entendimento de que a empresa consegue monitorar os resultados das ações, a mesma consegue avaliar possíveis cursos de ação, que vêm efetivamente melhorando o gerenciamento do negócio como um todo.

Em relação aos resultados obtidos, a partir da gestão do conhecimento na empresa, os pesquisados apontaram que são: a multiplicação de pessoas qualificadas, o aprendizado com uma base forte e eficiente, a maior capacitação dos colaboradores, a manutenção (retenção) do conhecimento gerado na empresa, a orientação e o direcionamento em relação aos objetivos da organização e a otimização de processos.

De acordo com Pinto (2007), a gestão do conhecimento consiste em aproveitar os recursos que já existem na organização, para que as pessoas procurem, encontrem e empreguem as melhores práticas, ao invés de tentar criar algo que já havia sido criado. Procura agregar valor à informação, filtrando, resumindo e sintetizando; com isso, desenvolve um perfil de utilização pessoal que ajuda a chegar ao tipo de informação necessária para passar à ação.

Na Tabela 19, observam-se os principais benefícios esperados com a gestão do conhecimento.

Tabela 19 – Principais benefícios esperados com a gestão do conhecimento

Benefícios esperados	Frequência	(%)
Melhor aproveitamento do conhecimento já existente	4	44,4%
A diferenciação em relação às demais empresas	4	44,4%
Maior agilidade na tomada de decisão	1	11,1%
Otimização de processos	6	66,7%
Redução de custos	3	33,3%
Aumento de receitas	5	55,6%
Outro	0	0,0%

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os dados analisados, os principais benefícios esperados com a gestão do conhecimento são a otimização de processos, com 66,7%, o aumento de receitas, com 55,6%, o melhor aproveitamento do conhecimento já existente, com 44,4%, e a diferenciação em relação às demais empresas com o mesmo percentual.

Quando questionado aos pesquisados quais sugestões os mesmos fariam à empresa, em relação à gestão do conhecimento, as propostas foram: compartilhar e formalizar mais informações importantes, criando uma boa base para funcionários novos; uniformizar e formalizar a plataforma de compartilhamento; definir níveis de informação; criar uma cultura organizacional mais voltada para a visão sistêmica; implantar recompensas por participação das pessoas e métodos para medir resultados; descrever um processo de gestão do conhecimento e ter um sistema específico para tal prática.

Conclusões

Este trabalho procurou analisar os principais aspectos relevantes da gestão do conhecimento em uma empresa de consultoria empresarial da região central do Rio Grande do Sul, com atuação em todo o estado. Assim, conseguiu-se alcançar os objetivos, visto que os resultados da pesquisa revelaram que a organização estudada utiliza a gestão do conhecimento, além de possuir uma cultura voltada a promover o compartilhamento de conhecimento, regularmente dedicar recursos para detectar e obter conhecimento externo e comunicá-lo dentro da organização, incentivar os colaboradores experientes a transferirem seus conhecimentos a colaboradores novos e oferecer treinamentos fora do ambiente de trabalho, a fim de manter as habilidades dos funcionários atualizadas.

Conclui-se, na referida pesquisa, que os principais conhecimentos que a empresa dissemina, são tanto o conhecimento tácito quanto o explícito e que os responsáveis pela gestão do conhecimento são os próprios funcionários. Quanto aos meios utilizados pela empresa, para transferir o conhecimento, o estudo indicou que os conhecimentos ou as informações são compartilhados por meio de trabalho em equipe, manuais de treinamento, boas práticas de trabalho, artigos e vídeos.

Em relação aos principais benefícios obtidos, a partir da gestão do conhecimento, os mesmos são: o melhor aproveitamento do conhecimento já existente, a otimização de processos, a diferenciação em relação às demais empresas e a maior agilidade na tomada de decisão. Ainda se destacam os principais benefícios esperados pelos pesquisados com a gestão do conhecimento, que são a otimização de processos, o aumento de receitas, o melhor aproveitamento do conhecimento já existente e a diferenciação em relação às demais empresas.

Sugere-se à empresa que continue divulgando sua política de gestão do conhecimento escrita para seus colaboradores e, sempre que possível, busque aprimorá-la, além de que procure recompensar o compartilhamento de conhecimento com incentivos monetários; busque sempre novas parcerias para adquirir novos conhecimentos, e melhore os adquiridos; ofereça treinamentos relacionados à gestão do conhecimento formalmente e avalie

os resultados obtidos, a partir desta gestão. Contudo, é necessário que a empresa se empenhe em saber os empecilhos à transferência de conhecimentos dentro da mesma, a fim de utilizar meios eficazes para aperfeiçoar a comunicação dos mesmos. Ainda, recomenda-se que sejam realizadas futuras pesquisas relacionadas à gestão do conhecimento na empresa, ou em outras organizações que adotem esta prática.

Referências

- ANTUNES, M. T. P. *Capital intelectual*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARVALHO, F. C. A. *Gestão do conhecimento*. São Paulo: Pearson, 2012.
- DAVENPORT, T. H; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DAVENPORT, T. H. *Pense fora do quadrado: descubra e invista em seus talentos para maximizar resultados da sua empresa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- E- CONSULTING. CORP. A gestão do conhecimento na prática. *HSM Management*, São Paulo, n. 42, jan./fev. 2004.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRACIOLLI, C.; GROHMANN, M. Z.; VIEIRA, K. M. *Impacto do capital intelectual na performance organizacional*. 2005. Artigo disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0905_0853.pdf> Acesso em: 21 abr. 2016.
- HARVARD BUSINESS REVIEW. *Gestão do conhecimento*. Trad. de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KANAANE, R.; ORTIGOSO, S. A. *Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano*. São Paulo: Atlas, 2001.
- KLEIN, D.A. *A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- LENZI, F. C.; KIESEL, M.D. *O empreendedor de visão*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MALHOTRA, N.K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- NOGAS, C.; PALADINI, E.P. A gestão do conhecimento como fator competitivo para empresas brasileiras exportadoras: um diferencial estratégico em tempos de crise. In: ENPPEX, 7., 2013, Paraná. *Anais...* Paraná, 2013.

- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- PINTO, E.P. *Gestão empresarial: casos e conceitos de evolução organizacional*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- RESENDE, J. F. *Balanced scorecard e a gestão do capital intelectual: alcançando a performance balanceada na economia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- RUAS, R.; ANTONELLO, C.S.; BOFF L.H. *Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- SENGE, P.M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SNELL, B. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- STEWART, T. A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TAGLIAPIETRA, O. M.; MIURA, M. N. Gestão do conhecimento: valorização dos negócios como fator de vantagem competitiva. *Revista ANGRAD*, v. 4, n. 4, 2003.
- ZABOT, J.B.M.; SILVA, L.C.M. *Gestão do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Aprendizagem e tecnologia: construindo a inteligência coletiva*. São Paulo: Atlas, 2002.

Análise socioeconômica da região metropolitana da Serra gaúcha

Maria Carolina Rosa Gullo*
Bruna Lazzari Chiminazzo**

Resumo: Este artigo tem o intuito de realizar uma análise socioeconômica da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, através da verificação dos indicadores econômicos e sociais dos municípios que a integram. Com isso, realizou-se uma pesquisa sobre a criação das Regiões Metropolitanas no Brasil, verificando as vantagens e desvantagens que elas apresentam. Ainda, verificou-se a formação da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, desde sua colonização até sua efetiva implantação. Por fim, realizou-se a análise do perfil socioeconômico da RMSG e, concluída esta etapa, verificou-se que a incipiente região metropolitana possui muitos desafios pela frente, mas que, em contrapartida, possui indicadores econômicos e sociais satisfatórios para promover o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Regiões Metropolitanas. Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

Introdução

A industrialização mundial, influenciada pela Revolução Industrial, trouxe consigo a rapidez no crescimento das cidades e uma intensa urbanização. Essa última intensificou-se devido ao êxodo rural, que, no Brasil, tornou-se mais evidente entre as décadas 1960 e 1980. Essa mudança foi responsável pela formação das aglomerações urbanas, as quais mais adiante viriam a ser regiões metropolitanas.

As regiões metropolitanas foram instituídas oficialmente no Brasil entre os anos de 1973-1974, conforme lei complementar do ano de 1973. Elas tiveram importância para a organização dos municípios, que estavam aglomerados uns aos outros, os quais apresentavam problemas de estrutura e compartilhavam entre seus cidadãos os serviços básicos ofertados. A criação dessas regiões proporcionou o desenvolvimento de políticas públicas

* Doutora em Economia pela UFRGS. Professora no Programa de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul. <<http://lattes.cnpq.br/9067253843234202>>. *E-mail:* crgullo@ucs.br.

** Formanda em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* blchiminazzo@ucs.br

de planejamento, com a finalidade de melhorar os serviços disponibilizados, além de permitir o desenvolvimento regional.

O Estado do Rio Grande do Sul, de 1973 a 2012, permaneceu com a sua única Região Metropolitana, a de Porto Alegre, que possui indústrias de grande porte e está posicionada estrategicamente próxima ao Mercosul. Já no ano de 2013, cria-se a segunda região metropolitana do estado, a da Serra gaúcha, localizada na faixa nordeste do RS.

A Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) inclui, em sua composição, treze municípios e seu objetivo é melhorar o planejamento regional, além de procurar atender as expectativas e necessidades dos municípios que a integram. Por isso, o objetivo deste artigo é realizar uma análise socioeconômica da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, abordando seu histórico, desde a colonização da região até a efetiva implantação da RMSG.

Origem das regiões metropolitanas

De acordo com Freitas (2009), as regiões metropolitanas originaram-se a partir da combinação dos processos de urbanização, metropolização¹ e conurbação,² que estão diretamente ligados à constituição das cidades e ao aumento da sua densidade demográfica. Posteriormente, as regiões metropolitanas seriam institucionalizadas pelo Poder Público.

Segundo Furtado, Krause e França (2013), as regiões metropolitanas brasileiras foram instituídas e controladas nacionalmente nos anos de 1973-1974, conforme Lei Complementar 14, de 1973, a qual instituiu oito regiões metropolitanas no ano de 1973³ e uma região metropolitana no ano de

¹ A Metropolização decorre da polarização de uma região ao redor de uma cidade grande que possui alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa cidade grande também é conhecida como metrópole e possui influência sobre as cidades que estão em seu entorno (FREITAS, 2009).

² O processo de conurbação decorre da fusão de dois ou mais tecidos urbanos em expansão. Mesmo que os limites territoriais permaneçam, suas áreas urbanas crescem até se tocarem, formando uma mancha urbana contínua. (SOUZA, 2003).

³ No ano de 1973 foram criadas as seguintes regiões metropolitanas no Brasil: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

1974,⁴ todas criadas a partir da capital de cada respectivo estado. O conceito de Região Metropolitana pode ser compreendido conforme descrição a seguir:

O conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota. Um conjunto de problemas de interesse comum, principalmente os de infraestrutura econômica e social, criam as motivações para a organização de instituições que procurem resolver ou orientar a solução dos problemas que tal concentração populacional pode criar. (GALVÃO et al., 1969, p. 55-56 apud FIRKOWSKI, 2013, p. 33).

De acordo com Garson, Ribeiro e Rodrigues (2010), a Constituição Brasileira de 1988 fez com que o governo federal passasse a responsabilidade da criação de novas regiões metropolitanas e organização das regiões metropolitanas já existentes para os estados, conforme o § 3º do art. 25.1.⁵ Essa alteração na constituição propiciou o aumento da quantidade de regiões metropolitanas no País, principalmente após o ano de 1994, conforme Barreto (2012).

A criação das regiões metropolitanas no Brasil trouxe consigo mudanças na estrutura urbana dos estados brasileiros. Conforme Castro (2006), as regiões metropolitanas possuem alto grau de industrialização, o que pode ser considerado uma vantagem, já que esse fato influencia seu desenvolvimento. Enquanto a taxa de crescimento no Brasil, entre os anos 1991-2000, foi de 1,63% ao ano, as regiões metropolitanas cresceram a 2,01% ao ano, fato que ressalta que a população brasileira procura, como lugar para moradia, cidades que concentram atividades econômicas dinâmicas.

Verifica-se também que as regiões metropolitanas possuem atrativos populacionais que intensificaram as migrações. O grande número de

⁴ No ano de 1974 foi criada a região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁵ Os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

habitantes inseridos nelas faz com que dificuldades para o setor público se tornem evidentes, já que não há quantidade suficiente de serviços básicos ofertados para toda a população instalada numa região metropolitana.

Magalhães (2010) relata que as regiões metropolitanas são as principais causadoras do desenvolvimento, porém é nelas também que os problemas são acumulados. As regiões metropolitanas apresentam deficiências de serviços básicos, como água e esgoto e de infraestrutura urbana, elevados índices de pobreza, problemas ambientais e de segurança.

Outra desvantagem que pode ser mencionada, referente às regiões metropolitanas, é que não foram estabelecidos critérios para os estados, na criação dessas regiões. Conforme Barreto (2012), existe uma ausência de critérios na institucionalização de novas regiões metropolitanas, pois elas são criadas de forma precoce e sem planejamento. O Estado de Santa Catarina pode ser mencionado como exemplo, pois criou regiões metropolitanas de forma precoce em sua extensão territorial e possui oito regiões metropolitanas, todas institucionalizadas após a Constituição de 1988 e sem planejamento por parte de seus criadores.

A urbanização ocorrida no Brasil influenciou a criação das regiões metropolitanas, as quais inicialmente foram criadas, a partir das capitais dos estados; porém, após a Constituição de 1988, que concedeu aos estados a autonomia de criação de regiões metropolitanas, as novas regiões também passam a ser criadas, a partir de cidades médias.

Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)

A imigração tornou-se necessidade aos italianos, após a unificação da Itália. Quando o Império brasileiro resolve povoar terras até então não cultivadas no Sul do País em 1870, as cidades italianas das regiões do Vêneto, da Lombardia e do Trentino-Alto Ádige, em que se encontrava a população mais pobre, veem na imigração o caminho para sua sobrevivência. Dessa forma, a partir de 1875, iniciam-se os movimentos migratórios de italianos para o Rio Grande do Sul. (FROSI; MIORANZA, 2009).

Fugidos da fome e da miséria e após uma longa viagem de navio, milhares de italianos chegam ao Brasil. De acordo com Luchese (2009), os

imigrantes italianos se direcionaram, em sua maioria, para o Rio Grande do Sul, para povoarem a região nordeste do estado, a qual até então não havia sido explorada.

Segundo Frosi e Mioranza (2009, p. 49) “[...] as terras selecionadas para a colonização italiana, no Nordeste do Rio Grande do Sul, situavam-se na Encosta Superior da Serra entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Taquari e da bacia do rio Caí”. Ainda segundo os autores, o primeiro grupo de imigrantes que chegou à região alojou-se na Colônia de Nova Palmira, onde atualmente é Nova Milano, distrito do Município de Farroupilha.

As primeiras colônias instaladas na Serra gaúcha foram a colônia de Caxias, que contempla os Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos, a Colônia Dona Isabel, que corresponde ao Município de Bento Gonçalves e a Colônia de Conde D’Eu, que se estendia por terras que hoje são os Municípios de Carlos Barbosa e Garibaldi.

A migração interna entre as colônias, muitas vezes por falta de estrutura entre a agricultura e o comércio, foi indício de uma integração entre os imigrantes. A comercialização dos produtos rompeu o isolamento da região e fez com que houvesse a necessidade de inter-relacionamentos socioeconômicos entre as colônias, conforme seus mercados se expandiam. (FROSI; MIORANZA, 2009). Com a emancipação das colônias, as quais tornam-se municípios e a chegada do trem aos municípios da Serra, as distâncias entre a região e a capital, bem como com outros centros urbanos do país, foram diminuídas. Houve também maior desenvolvimento da região através da possibilidade de escoamento da produção pelas vias férreas. (MACHADO, 2005).

Através da Constituição de 1988, os estados passaram a ter o direito de criar e organizar regiões metropolitanas. No entanto, conforme Soares (2013), o Rio Grande do Sul criou somente a Região Metropolitana de Porto Alegre e três aglomerações Urbanas, a Aglomeração Urbana do Sul (AUSul), a Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNe) e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte.

A Aglomeração Urbana do Nordeste foi originada a partir da Lei Estadual Complementar 10.335, datada de 28/12/1994, e tem como objetivo articular ações públicas de interesse da região, para promover seu

desenvolvimento e planejamento. A Universidade de Caxias do Sul (UCS), conjuntamente com a fundação IBGE-RS, realizou os primeiros estudos sobre a aglomeração nos anos 70. Já na década seguinte, houve a intervenção do governo estadual e dos poderes Executivo e Legislativo dos municípios pertencentes à Aglomeração. A participação dos municípios foi autorizada através de leis municipais, nos anos de 1995 e 1996. A AUNe organiza-se por meio dos Comitês Deliberativo e Técnico. (AUNe, 2009).

A Figura 1 representa a divisão territorial da AUNe. A aglomeração é composta por 10 municípios: Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Santa Tereza e São Marcos.

No ano de 2013, conforme Lei Complementar 14.293, foi instituída a Região Metropolitana da Serra Gaúcha, que corresponde à antiga Aglomeração Urbana do Nordeste. A região abrange os municípios que já estavam inseridos na AUNe acrescidos os de Antônio Prado, Ipê e Pinto Bandeira. Portanto, ela abrange em sua extensão o total de 13 municípios. (SEPLAN, 2016).

Figura 1 – Mapa da Aglomeração Urbana do Nordeste do RS



Fonte: AUNe-RS (2016).

Conforme Soares (2013), a RMSG é o segundo conjunto urbano do estado, com mais de 700 mil habitantes. A cidade polo da região é Caxias do Sul, que concentra diversas indústrias e um importante setor de comércio e serviços; além disso, o município é polo da indústria metalomecânica.

Ainda segundo o autor, a estrutura urbana da RMSG apresenta um processo de conurbação entre os Municípios de Caxias do Sul e Farroupilha e uma mancha urbana única entre Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Já a sustentação da região deve-se aos Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves, que concentram mais de 80% do PIB da aglomeração.

Indicadores da região metropolitana da Serra gaúcha

Os indicadores são importantes instrumentos utilizados para analisar e compreender a situação de uma nação. Conforme Lourenço e Romero (2002), os indicadores econômicos são utilizados para medir o comportamento das diferentes variáveis e fenômenos de um sistema econômico de um país. Além disso, eles subsidiam a tomada de decisões estratégicas dos agentes públicos e privados.

Segundo Jannuzzi (2012), um indicador social é aquele que informa sobre os aspectos da realidade social e sobre as mudanças sociais que estão ocorrendo em uma nação. Ele também subsidia as atividades de planejamento e elaboração de políticas sociais, por parte do governo e, além disso, permite o monitoramento das condições e da qualidade de vida da população pelo Poder Público.

Indicadores econômicos

Para a análise dos indicadores econômicos da RMSG, serão considerados os dados de população e urbanização, PIB total e PIB *per capita*, além do valor agregado bruto dos setores econômicos.

A Região Metropolitana da Serra Gaúcha é composta por treze municípios e possui uma população total de 735.276 habitantes (IBGE, 2010), dentre os quais 59,20% residem no Município de Caxias do Sul. O município também detém a maior taxa de urbanização da região metropolitana, que é de 96,30%, enquanto o Município de Monte Belo do Sul possui o menor

percentual de população residente da zona urbana, em torno de 28,80%. A Tabela 1 apresenta a população total residente na RMSG, subdividindo-a em população residente na zona urbana e na zona rural. Além disso, é apresentada a taxa de urbanização dos municípios da região.

Tabela 1 – População total, urbana e rural e taxa de urbanização da RMSG no ano de 2010⁶

Municípios da RMSG	População (Hab.)	População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização (%)
Antônio Prado	12.833	9.235	3.598	72,00
Bento Gonçalves	107.278	99.069	8.209	92,30
Carlos Barbosa	25.192	19.992	5.200	79,40
Caxias do Sul	435.564	419.406	16.158	96,30
Farroupilha	63.635	55.053	8.582	86,50
Flores da Cunha	27.126	20.855	6.271	76,90
Garibaldi	30.689	27.211	3.478	88,70
Ipê	6.016	2.913	3.103	48,40
Monte Belo do Sul	2.670	770	1.900	28,80
Nova Pádua	2.450	732	1.718	29,90
Pinto Bandeira	-	-	-	-
Santa Tereza	1.720	627	1.093	36,40
São Marcos	20.103	17.598	2.505	87,50
Total	735.276	673.461	61.815	

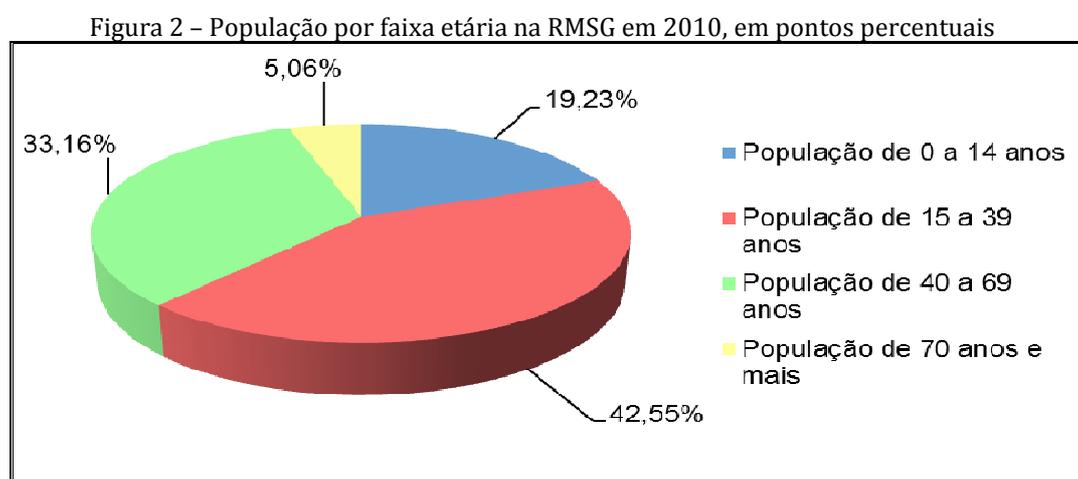
Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE (2010).

Obs.: Os dados de Pinto Bandeira ainda estão inclusos aos dados de Bento Gonçalves, pois a emancipação do município ocorreu apenas em 2013.

Na Tabela 1, observa-se que 91,60% da população da RMSG está instalada na zona urbana dos municípios, enquanto somente 8,40% da população reside na zona rural. Verifica-se também que somente os Municípios de Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Tereza possuem a maioria de seus habitantes residindo na zona rural.

⁶ Optou-se pela utilização dos dados de 2010, pois somente com os dados do censo é possível a separação entre população residente na zona urbana e rural. O Município de Pinto Bandeira somente emancipou-se em 2013 e sua população total estimada para o ano de 2015, segundo o IBGE é de 2.824 habitantes.

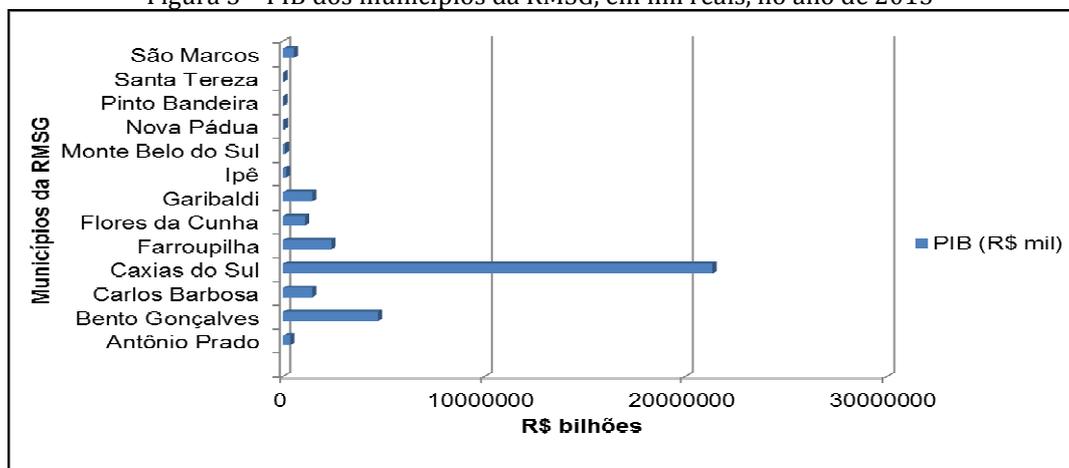
A distribuição populacional por faixa etária da RMSG é representada conforme Figura 2. Nela observa-se que o maior percentual corresponde à população com idade entre 15 e 39 anos, a qual representa 42,55% do total de residentes na região, conforme dados de 2010. O menor percentual corresponde à população com idade acima de 70 anos. Por fim, verifica-se que a RMSG pode ser considerada uma região metropolitana com a predominância de indivíduos jovens, tendo em vista que 61,78% dos habitantes possuem até 39 anos de idade.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de IBGE (2010).

A cidade-polo da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, representada por Caxias do Sul, possui indicadores expressivos em comparação aos demais municípios da região metropolitana. Além de deter a maior população e a maior taxa de urbanização da RMSG, Caxias do Sul possui elevada representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) da região metropolitana, em torno de 63,13%, de cuja origem provém 42,83% da indústria e 56,14% de serviços. Esses números explicam a alta taxa de urbanização do município e, por conseguinte, da RMSG. Em seguida, encontra-se o Município de Bento Gonçalves, com 14% do PIB da RMSG. Além disso, a RMSG representa 10,21% do PIB total do RS.

Figura 3 – PIB dos municípios da RMSG, em mil reais, no ano de 2013

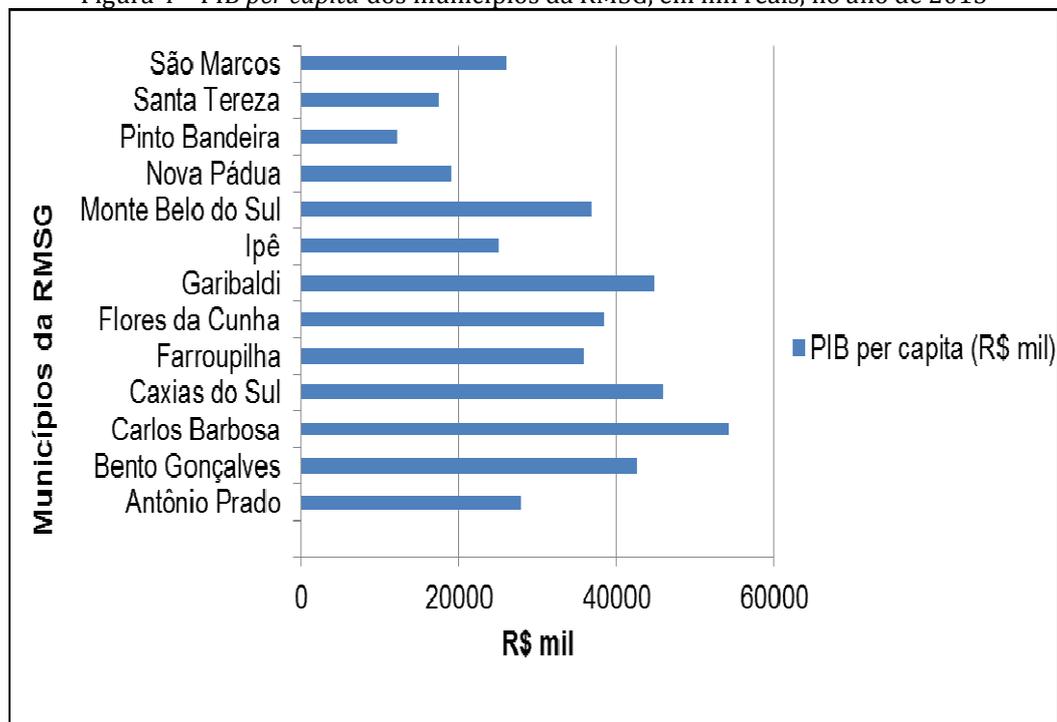


Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de FEE (2013).

Em contrapartida, verifica-se que os municípios que detêm as menores porcentagens do PIB são Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Pinto Bandeira e Santa Tereza. Eles também concentram as menores populações e as menores taxas de urbanização da RMSG.

Em relação ao PIB *per capita*, a disparidade entre Caxias do Sul e os demais municípios da RMSG não é tão elevada. O PIB *per capita* é obtido através da divisão do PIB total do município pelo número de residentes; dessa forma, verifica-se que o município que detém o maior PIB *per capita* é Carlos Barbosa, com R\$ 54.212,00, enquanto Caxias do Sul ocupa o segundo lugar com R\$ 45.883,00. Já o PIB *per capita* médio da RMSG é de R\$ 32.794,00, enquanto o do RS é de R\$ 29.657,00.

Figura 4 – PIB *per capita* dos municípios da RMSG, em mil reais, no ano de 2013



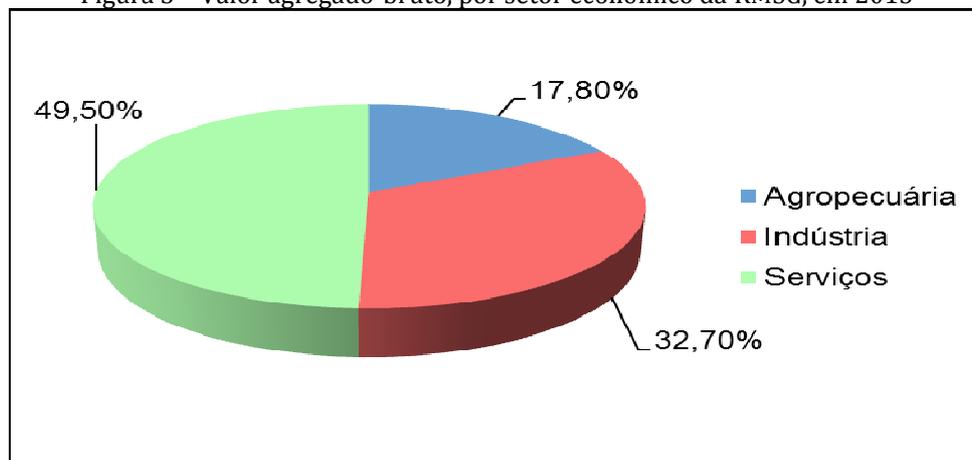
Fonte: Elaborada pela autora a partir de FEE (2013).

Nos setores econômicos da RMSG, observa-se que o setor de serviços possui elevada participação no Valor Agregado Bruto⁷ da região, com 49,50% do total. Em seguida, encontra-se a indústria com 32,70% no VAB, o qual é importante principalmente nos Municípios de Carlos Barbosa, Monte Belo do Sul e Garibaldi.

O setor agropecuário, apesar de conter o menor percentual no VAB da RMSG, para alguns municípios é de extrema importância, como é o caso de Ipê, Nova Pádua, Pinto Bandeira e Santa Tereza, que possuem mais de 35% de suas atividades produtivas relacionadas ao setor. A Figura 5 representa graficamente o VAB por setor econômico da RMSG.

⁷ Os percentuais de cada setor econômico por município da RMSG podem ser verificados no anexo B.

Figura 5 – Valor agregado-bruto, por setor econômico da RMSG, em 2013



Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Assim como a RMSG, o estado do RS possui como setor econômico mais representativo o de serviços, seguido pela indústria e posteriormente pela agropecuária, com valores de 65,57%, 24,34% e 10,09%, respectivamente.

Após a análise dos indicadores econômicos da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, observou-se que o Município de Caxias do Sul detém o maior percentual em quase todos os indicadores analisados, quando comparado aos demais municípios da região. A única exceção é observada no PIB *per capita*, que o detentor do maior percentual nesse indicador é o Município de Carlos Barbosa, seguido por Caxias do Sul, com uma diferença de 1,96% entre seus valores.

Conforme exposto anteriormente, os indicadores sociais são importantes para verificar a realidade social de um país ou região. Dessa forma, na próxima sessão serão apresentados os indicadores sociais da RMSG.

Indicadores sociais

Para a análise dos indicadores sociais da RMSG, serão examinados os dados de expectativa de vida ao nascer, coeficiente de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, taxa de aprovação, reprovação e abandono escolar. Além disso, serão expostos os dados relacionados ao emprego formal, ao saneamento básico e o Idese dos municípios.

A expectativa de vida ao nascer dos indivíduos residentes na RMSG é em média de 75,90 anos, sendo que a maior expectativa se encontra no Município de Farroupilha, com 76,68 anos e a menor no Município de Ipê, com 74,88 anos. Observa-se que, nesse indicador, não há muita variação entre os dados dos municípios da região, pois todos apresentam expectativa de vida ao nascer superior a 74 anos e inferior a 77 anos.

Em relação ao coeficiente de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), observa-se uma desigualdade entre os municípios da RMSG. A média para a região é de 10,97 mortes por mil nascidos vivos, e o Município de Flores da Cunha apresenta o menor coeficiente de mortalidade com 6,37. Em contrapartida, está o Município de Ipê, que apresenta o elevado coeficiente de mortalidade de 29,41 mortes por mil nascidos vivos. Os números obtidos refletem a disparidade existente na área da saúde nos municípios.

De acordo com SEADE (2012), o coeficiente de mortalidade infantil aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 10 mortes a cada mil nascidos vivos. Ainda segundo o autor, para que o valor aceitável seja obtido pelos municípios, o investimento em programas como o pré-natal e a assistência ao recém-nascido deve ser ampliado e, além disso, o atendimento às crianças deve se estender aos seus primeiros meses de vida. Em relação à RMSG, observa-se que a média desse coeficiente está próxima ao valor aceitável, porém individualmente grande parte dos municípios da RMSG ainda deve melhorar seus coeficientes, pois possuem valores superiores a 10 mortes a cada mil nascidos.

A taxa de analfabetismo é outro importante indicador social a ser analisado. A RMSG possui uma taxa média de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 3,34%, a qual é inferior às taxas de analfabetismo do RS que é de 4,50%, e a do Brasil que é de 9,60%. O município que detém a menor taxa de analfabetismo é Bento Gonçalves, com 2,23%. Em contrapartida, encontra-se o Município de Ipê, que está entre os cinco municípios menos populosos da RMSG, mas que possui uma taxa de analfabetismo de 6,30%.

Sobre os indicadores educacionais da RMSG, serão verificadas as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no Ensino Fundamental e Médio. Todos os municípios da RMSG possuem escolas públicas em seu

território urbano, enquanto somente oito municípios⁸ possuem escolas particulares. Em relação à zona rural, ela abrange apenas escolas públicas e, somente Antônio Prado e Caxias do Sul possuem escolas de Ensino Médio inseridas nela. Por outro lado, o Município de Nova Pádua é o único que não possui escolas na zona rural. A tabela abaixo demonstra as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar por município da RMSG e por nível de instrução.

Na Tabela 2, verifica-se que a taxa de aprovação média dos municípios da RMSG é maior no nível fundamental (91,5%), em comparação ao nível médio (83,3%). O município que detém a maior taxa de aprovação, no Ensino Fundamental e Médio é Santa Tereza. O Município de Nova Pádua também possui o maior índice de aprovação no Ensino Médio. As menores taxas de aprovação são encontradas nos municípios de Ipê, no Ensino Fundamental e em Caxias do Sul, no Ensino Médio.

Referente às taxas de reprovação e abandono escolar, observa-se que permanece a mesma situação de anteriormente, o nível fundamental possui taxas melhores em comparação ao nível médio. O município que possui a menor taxa de reprovação nos dois níveis é Santa Tereza; em compensação, as maiores taxas encontram-se em Pinto Bandeira e Farroupilha. O Município de Ipê possui as maiores taxas de abandono escolar, fato que pode ser influenciado por ele possuir uma população predominantemente rural e uma economia agrícola. Já as menores taxas de abandono escolar, ou seja, iguais a zero, encontram-se nos Municípios de Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Pinto Bandeira e Santa Tereza.

⁸ Os municípios que possuem escolas particulares são: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e São Marcos.

Tabela 2 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono escolar, nos níveis fundamental e médio dos municípios da RMSG, em pontos percentuais

Municípios da RMSG	Taxa de aprovação		Taxa de reprovação		Taxa de abandono	
	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Antônio Prado	88,1	79,3	11,4	14,1	0,5	6,6
Bento Gonçalves	88,7	76,4	10,4	18,5	0,9	5,1
Carlos Barbosa	94,4	84,7	5,4	10,9	0,2	4,4
Caxias do Sul	91,2	72,5	7,9	19,7	0,9	7,8
Farroupilha	92,5	73,6	7,1	22,6	0,4	3,8
Flores da Cunha	89,6	84,5	9,5	10,8	0,9	4,7
Garibaldi	92,3	73,8	7,7	21,8	0	4,4
Ipê	86,5	84,2	10,6	6,2	2,9	9,6
Monte Belo do Sul	97,2	98,6	1,9	1,4	0,9	0
Nova Pádua	94,9	100	5,1	0	0	0
Pinto Bandeira	87,4	83,1	12,6	10,8	0	6,1
Santa Tereza	98,6	100	1,4	0	0	0
São Marcos	88,3	72,6	11,3	21,2	0,4	6,2
Total	91,5	83,3	7,87	11,1	0,61	4,51

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Inep (2014).

As escolas de ensino privado possuem taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar melhores em comparação com as escolas públicas. Enquanto a taxa de aprovação em escolas privadas no nível fundamental é de 98,34%, nas escolas públicas, esta taxa cai para 92,13%. No Ensino Médio, a disparidade é mais visível, pois enquanto as escolas particulares possuem 95,93% de aprovação, as escolas públicas possuem 83,31%.

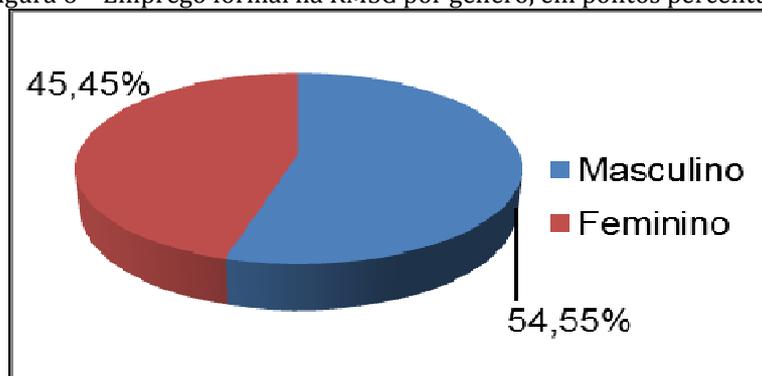
A taxa de reprovação, no Ensino Fundamental, nas instituições particulares, é de 1,66% e no médio de 4,01%, enquanto nas escolas públicas, essa taxa é de 7,20% no Ensino Fundamental e de 12,03% no Ensino Médio. As taxas de abandono escolar na rede particular são inferiores a 0,10% e na rede pública são superiores a 0,66%.

Por fim, verifica-se que a RMSG possui taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar satisfatórias em relação ao RS e ao Brasil. A taxa de aprovação média da RMSG é 91,5% e 83,3% nos dois níveis de ensino analisados, enquanto no RS esses valores correspondem a 87,7% e 76,1%, e no Brasil a 89,2% e 80,3% nos dois níveis de ensino, respectivamente. Em relação à taxa de reprovação escolar, a RMSG possui níveis similares ao Brasil, que possui 8,6% de reprovação, no nível fundamental e 12,1% no nível médio. Já essa taxa em nível estadual é maior que os da RMSG e do Brasil, ou seja, reprova-se mais em âmbito estadual.

Em relação à taxa média de abandono escolar, os indicadores da RMSG são melhores que os do RS e do Brasil. Para o Ensino Fundamental, na RMSG esse indicador é de 0,61% em média e para o Ensino Médio é 4,51%, também em média; para o RS, 1,2% e 7,9%, em média, respectivamente. Enquanto para o Brasil os valores são 2,2% e 7,6%, em média.

Outro importante indicador social a ser analisado é o emprego. Em relação à RMSG, foram verificados os dados de emprego formal, ou seja, com carteira assinada nos municípios que a compõem. Conforme MTE (2016), no ano de 2010, a RMSG possuía o total de 278.665 pessoas com emprego formal, já no ano de 2014, esse número passa para 302.336 trabalhadores com vínculo empregatício.

Figura 6 – Emprego formal na RMSG por gênero, em pontos percentuais



Fonte: Elaborada pela autora a partir de MTE (2014).

Conforme a Figura 6, observa-se que na RMSG o percentual de homens com emprego formal é superior ao das mulheres. O único município que possui mais mulheres com emprego formal, em comparação com os homens, é Monte Belo do Sul com 51,29% de mulheres empregadas. Nos demais municípios, a presença masculina predomina no mercado, porém com pouca variação.

Em relação à faixa etária dos empregados formais na RMSG, predominam, no mercado, trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos, os quais correspondem a 28,73% do total de empregados na região. Os menores percentuais de empregados formais encontram-se nas faixas etárias inferiores a 15 anos de idade e superiores a 65 anos ou mais, as quais em conjunto correspondem a apenas 1,09% da população total. Na RMSG, a

população com idade entre 10 e 39 anos corresponde a 64,80% de empregados formais, os quais são considerados como indivíduos em idade ativa.⁹

Conforme MTE (2016), a remuneração média entre os municípios da RMSG, no ano de 2014, varia entre R\$ 1.468,33 e R\$ 2.318,01. O menor valor corresponde ao município de Ipê e o maior a Caxias do Sul, este que também concentra a maioria dos trabalhadores formais da região. Já o município de Pinto Bandeira concentra o menor número de trabalhadores formais, mas possui uma renda média de R\$ 1.861,49, é superior ao menor valor recebido na região.

O setor que possui a maior remuneração média na RMSG é a administração pública com o valor médio de R\$ 3.631,44. Esse setor representa o maior rendimento em sete municípios que compõem a região metropolitana. Os demais municípios possuem a maior remuneração média no setor de serviços industriais de utilidade pública com a renda média de R\$ 3.101,46. O menor valor de remuneração média por setor, na RMSG, é de R\$ 1.284,49 e encontra-se na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, valor que, conforme demonstrado anteriormente, representa o menor percentual VAB da região.

Os dados relacionados ao saneamento básico da RMSG serão verificados através das informações sobre o abastecimento de água e tratamento de esgoto. Conforme SNIS (2016), o abastecimento de água na região é feito principalmente na zona urbana, que possui 98,80% de sua população recebendo água tratada. No entanto, somente 35,83% dos residentes na zona rural possuem abastecimento de água feito por prestadores de serviço. Acredita-se que a população não atendida pelos prestadores usufrua de poços artesianos individuais e/ou coletivos para disporem de água. A RMSG possui 90,49% de sua população urbana atendida com abastecimento de água no ano de 2010,¹⁰ conforme demonstra a Tabela 3.

⁹ Conforme Pinho et al. (2011), o critério para definição de idade ativa varia de um país para outro. No Brasil, adota-se 10 anos como limite mínimo para idade ativa na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e acima de 15 anos de idade para a Pesquisa Mensal do Emprego.

¹⁰ Optou-se pela utilização dos dados de 2010 para comparação das informações referente à população total, urbana e rural, porém já existem dados mais atualizados quanto ao abastecimento de água e esgoto nos municípios relacionados.

Tabela 3 – População total e urbana atendida com abastecimento de água no ano de 2010

Municípios da RMSG	População total (Hab.)	População urbana atendida com abastecimento de água
Antônio Prado	12.833	8.965
Bento Gonçalves	107.278	98.996
Carlos Barbosa	25.192	18.541
Caxias do Sul	435.564	419.406
Farroupilha	63.635	52.857
Flores da Cunha	27.126	20.855
Garibaldi	30.689	26.072
Ipê	6.016	2.180
Monte Belo do Sul	2.670	770
Nova Pádua	2.450	732
Pinto Bandeira	-	-
Santa Tereza	1.720	-
São Marcos	20.103	16.008
Total	735.276	665.382

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de SNIS (2010).

Obs.: Os dados de Pinto Bandeira ainda estão inclusos nos de Bento Gonçalves, pois a emancipação do município ocorreu apenas em 2013. Os dados de Santa Tereza não foram disponibilizados.

As informações referentes ao esgotamento sanitário dos municípios da RMSG estão disponibilizadas somente para os municípios de: Caxias do Sul, Monte Belo do Sul e Nova Pádua, os quais em conjunto somam o total de 340.028 habitantes atendidos com esgotamento sanitário. Eles representam somente 46,24% da população total atendida, o que demonstra que mais de 50% da população não possui esse tipo de atendimento em seu local de residência.

Para medir o nível de desenvolvimento dos municípios gaúchos, é utilizado o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), que analisa a situação socioeconômica dos municípios em relação à educação, renda e saúde. De acordo com Wink Júnior et al. (2013, p. 21), o índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 melhor é o nível de desenvolvimento. Além disso, os municípios são classificados pelo índice em três categorias: baixo desenvolvimento, com valores até 0,499, médio desenvolvimento, com índices entre 0,500 e 0,799 e alto desenvolvimento, com valores superiores ou iguais a 0,800.

Em relação aos municípios da RMSG, o destaque é Carlos Barbosa que ocupa a primeira colocação no Idese com 0,882, o que é o maior do estado.

Além disso, o município ocupa a segunda e terceira colocação nos blocos relacionados à renda e à educação, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Idese dos municípios da RMSG, em 2013

Municípios da RMSG	Educação		Renda		Saúde		Idese	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Antônio Prado	0,683	294 ^o	0,772	90 ^o	0,860	135 ^o	0,772	138 ^o
Bento Gonçalves	0,756	102 ^o	0,854	20 ^o	0,886	50 ^o	0,832	11 ^o
Carlos Barbosa	0,834	3 ^o	0,935	2 ^o	0,876	73 ^o	0,882	1 ^o
Caxias do Sul	0,699	259 ^o	0,861	17 ^o	0,870	98 ^o	0,810	45 ^o
Farroupilha	0,741	137 ^o	0,795	63 ^o	0,863	127 ^o	0,800	71 ^o
Flores da Cunha	0,710	226 ^o	0,831	29 ^o	0,868	102 ^o	0,803	63 ^o
Garibaldi	0,784	42 ^o	0,893	9 ^o	0,866	112 ^o	0,848	6 ^o
Ipê	0,657	342 ^o	0,726	151 ^o	0,823	284 ^o	0,736	246 ^o
Monte Belo do Sul	0,791	29 ^o	0,751	118 ^o	0,868	104 ^o	0,803	61 ^o
Nova Pádua	0,782	48 ^o	0,685	223 ^o	0,918	1 ^o	0,795	87 ^o
Pinto Bandeira	0,687	284 ^o	0,557	435 ^o	0,852	175 ^o	0,699	349 ^o
Santa Tereza	0,697	265 ^o	0,711	182 ^o	0,857	148 ^o	0,755	189 ^o
São Marcos	0,772	70 ^o	0,742	133 ^o	0,854	163 ^o	0,790	97 ^o
Total	0,738	-	0,778	-	0,866	-	0,794	-

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir de FEE (2013).

Na Tabela 4, observa-se também que o Município de Garibaldi encontra-se entre os dez primeiros colocados com Idese de 0,848, nível considerado como de alto desenvolvimento. De acordo com FEE (2013), entre os municípios com menos de 3 mil habitantes, destaca-se Nova Pádua, que detém a primeira colocação no bloco relacionado à saúde, com valor superior a 0,900.

O Município de Bento Gonçalves também possui uma classificação considerável, pois ocupa a décima primeira colocação na tabela com Idese de 0,832. Ao comparar somente com os municípios com mais de 100 mil habitantes, ele ocupa a primeira colocação, seguido de perto por Caxias do Sul, que está na quarta posição com Idese de 0,810. Esses municípios também são destaque nos blocos relacionados à renda e à saúde, por possuírem indicadores superiores a 0,800, considerados como de alto desenvolvimento.

Os municípios da RMSG possuem uma média de 0,794 no Idese, a qual é superior à média do estado de 0,747. Na RMSG, percebe-se também que os valores do Idese dos municípios variam de 0,699, no Município de Pinto

Bandeira com o pior desempenho e 0,882, no Município de Carlos Barbosa que detém o melhor desempenho da região.

Ao analisar os indicadores sociais da RMSG, verifica-se a existência de heterogeneidade entre os municípios que a integram. O Município de Ipê detém uma população com pouco mais de seis mil habitantes, possui a maior taxa de analfabetismo e o maior coeficiente de mortalidade infantil da região, os quais podem ser explicados em parte pelo fato de o município possuir mais de 50% de sua população total, residindo na zona rural e sua economia ser predominantemente agrícola.

Em contrapartida, Caxias do Sul, a cidade-polo da RMSG, é a mais urbanizada, possui a menor taxa de analfabetismo e a segunda maior expectativa de vida da região, com 76,58 anos. Além disso, é um dos poucos municípios que possui esgoto sanitário e abastecimento de água para toda a sua população. Portanto, pode-se considerar que o município apresenta melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Após análise dos indicadores econômicos e sociais da RMSG, observou-se que a região apresenta diversidade entre os municípios que a compõem. Alguns municípios possuem população predominantemente residindo na zona urbana e outros na zona rural; porém, em sua maioria, predomina o setor de serviços como gerador de riqueza. Na sessão seguinte, são apresentados os resultados esperados para a RMSG.

Resultados esperados para a RMSG

A Região Metropolitana de Londrina possui características semelhantes à RMSG, como, por exemplo, sua cidade-polo é média. Escolheu-se a RML, para o comparativo, pelo fato de ela ser a primeira região metropolitana criada no interior de um estado brasileiro.

A RML localiza-se no Norte do Estado do Paraná e foi instituída pela Lei Complementar 81, em 17 de junho de 1998, composta originalmente por seis municípios. Ano após ano, diversos municípios passaram a integrar a RML e, no ano de 2013, a região metropolitana já contava com 25 municípios em sua composição.

Fresca (2012) destaca que a incorporação de municípios na RML atende interesses políticos dos deputados estaduais, que buscam aumentar sua base

eleitoral. Além disso, o ingresso de novos municípios na RM permite também que mais recursos para a saúde e outros setores sejam destinados a ela.

A RML foi criada com o objetivo de atrair maiores investimentos, proporcionar a integração e atender os interesses dos municípios, porém poucas atitudes foram efetivadas para maior integração. Além disso, Londrina polariza a RM por possuir uma grande oferta de bens e serviços, além de um mercado de trabalho diversificado. (NASCIMENTO; BARROS, 2007).

Segundo Castro (2006), o estado e os municípios que compõem uma RM não possuem capacidade de sozinhos de comandarem políticas públicas, pois necessitam do auxílio de recursos federais. Para ele, a RML não possui incentivo no desenvolvimento de políticas públicas, devido ao seu estatuto não ter sido executado.

O autor ainda ressalta que os atores governamentais enaltecem que soluções devem ser buscadas para os problemas dos municípios na RML; porém, na prática, isso não ocorre, evidenciando certa inércia na parte governamental. Desde a criação da RML, não se formaram os conselhos deliberativo e consultivo na região metropolitana, os quais conduziriam à política metropolitana. O autor ainda expõe que pesquisas demonstram que a RML não configura uma dimensão metropolitana, mas sim uma aglomeração urbana.

Domingos (2010) afirma que a RML possui problemas decorrentes da aglomeração urbana, os quais se expandiram devido ao aumento populacional na região. Esse fato salienta a necessidade de comprometimento, por parte do Poder Público, para que haja planejamento e administração integrada para o avanço da região e a solução dos problemas existentes nela.

Conforme ocorre na RML, a principal vantagem de criação da RMSG é a captação de recursos para projetos regionais, os quais auxiliarão no seu desenvolvimento. Além disso, o repasse de recursos, por parte do governo federal, seria ampliado para programas sociais, e esses recursos também contribuiriam para melhorias na mobilidade urbana dos municípios.

Após a análise dos indicadores econômicos e sociais da RMSG, verificou-se que ela possui indicadores semelhantes ao Estado do Rio Grande do Sul. Em ambos, a população urbana corresponde a mais de 80% do total, porém a

RMSG possui um número menor de indivíduos residentes na zona rural (8,40%), enquanto o estado possui 14,90%. A distribuição por faixa etária também se assemelha, pois em ambos a população mais representativa possui idade entre 15 e 39 anos.

O PIB total da RMSG representa 10,21% do PIB total do estado. Conforme dados da FEE (2013), o PIB *per capita* médio da RMSG é de R\$ 32.794,00, superior ao do RS, que possui valor de R\$ 29.657,00. Esse fato demonstra o potencial de crescimento e desenvolvimento da RMSG. Em relação ao VAB, também se encontra semelhança, pois o setor de serviços corresponde ao maior percentual de participação na economia estadual e na RMSG.

Em seus indicadores sociais, a RMSG apresenta valores superiores ao RS nos dados relacionados à expectativa de vida, taxa de analfabetismo e nas taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. O único indicador em que o estado é mais eficiente que a RMSG é no coeficiente de mortalidade infantil. Isto ocorre, pois o Município de Ipê tem um coeficiente de mortalidade infantil bastante alto, frente aos demais municípios, distorcendo a média.

Nas informações relacionadas ao Idese da RMSG, observa-se a heterogeneidade entre os municípios que a integram, pois a região abriga municípios com colocações variadas, entre a 1ª e a 349ª colocação. O Idese médio da RMSG de 0,794 é superior ao do estado, que é de 0,747, fato que evidencia o bom desempenho dos municípios da Serra gaúcha.

Pode-se considerar como uma meta para a RMSG adequar as desigualdades existentes entre os municípios que a integram, em prol do desenvolvimento da região. Espera-se que, dessa forma, os interesses comuns dos municípios sejam atendidos e melhorem a organização da RMSG.

Conforme Soares 2013, a RMSG, que corresponde à antiga Aglomeração Urbana do Nordeste, é uma das aglomerações industriais mais dinâmicas do Brasil. No entanto, o autor ressalta que a maioria das regiões metropolitanas brasileiras não possui tradição de cooperação, fato que constituiu um desafio para elas, pois os problemas de planejamento urbano e territorial tendem a se agravar, se não houver a união das gestões municipais.

Através da experiência em outras regiões metropolitanas, formadas a partir de cidade médias, como é o caso da RMSG, espera-se que essa região alcance os objetivos pelos quais se cria uma região metropolitana. Além disso, espera-se que o Poder Público se comprometa a efetuar um planejamento e uma gestão regional adequada, para que a Região Metropolitana não seja somente uma nomeação, mas que traga melhorias aos municípios e promova o desenvolvimento.

Considerações finais

As regiões metropolitanas no território brasileiro começaram a ser analisadas ainda na Constituição de 1967, porém foram oficialmente instituídas entre os anos de 1973 e 1974 em todo o território, a partir das capitais dos estados. Elas foram criadas com o objetivo de planejar o território, atender as necessidades dos municípios que as integram, através da prestação de serviços, além de atrair repasses de recursos da união.

A Constituição brasileira de 1988 concedeu aos estados a autonomia de criação e organização de regiões metropolitanas e, a partir do ano de 1994, observou-se um aumento significativo no número de regiões metropolitanas brasileiras. Com essa concessão, as cidades médias brasileiras ganharam importância na participação econômica do País e, além disso, permitiu que elas pudessem ser consideradas cidade-polo para a criação de novas regiões metropolitanas.

A primeira região metropolitana a ser instituída, no interior de um estado, foi a Região Metropolitana de Londrina, no ano de 1998. Seguindo essa mesma linha, no ano de 2013 é criada a Região Metropolitana da Serra Gaúcha, formada a partir de uma cidade média do interior do Estado do Rio Grande Sul. Inicialmente era uma aglomeração urbana que agrupava dez municípios em sua composição.

O objetivo principal deste artigo foi analisar o perfil socioeconômico da RMSG, dado pela análise dos indicadores econômicos e sociais dos municípios que compõem a região. No decorrer dele, através da análise dos indicadores, verificou-se a existência de heterogeneidade entre os municípios

que integram a região e a predominância de Caxias do Sul em alguns indicadores.

Após a análise dos dados, verificou-se que a média da RMSG no Idese é superior à média do Estado do Rio Grande do Sul. O principal destaque é o Município de Carlos Barbosa, que possui o melhor Idese do estado no total, e a segunda e terceira colocação nos blocos relacionados à renda e à educação respectivamente. Além disso, verificou-se que, na média, pode-se considerar a RMSG como uma região de médio desenvolvimento; porém, se os indicadores forem analisados individualmente por município, percebe-se que existe uma variação de valores, e que alguns municípios, em determinados blocos, atingem o nível de alto desenvolvimento.

A incipiente Região Metropolitana da Serra Gaúcha, formada por uma população predominantemente urbana, com a maioria de seus residentes em idade ativa, possui indicadores satisfatórios para o seu desenvolvimento. Verifica-se que algumas disparidades existentes entre os municípios devem ser analisadas e melhoradas para o bom desempenho da região. Para que o desenvolvimento da região seja atingindo, é necessário planejamento e uma gestão administrativa adequada, e soluções para os problemas existentes sejam encontradas, para que haja melhorias nos indicadores sociais dos municípios que detêm os piores números e que, dessa maneira, a região se desenvolva de forma eficaz, visando os interesses dos municípios envolvidos.

Referências

AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE – AUNe. *Sobre a AUNe. 2009*. 2016. Disponível em: <http://www.aune.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=4>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BARRETO, Ilson Juliano. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). *Espaço e Economia*, a. I, n.1, 2012. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/374>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

CASTRO, Henrique Rezende de. *A Região Metropolitana na Federação Brasileira: estudo do caso de Londrina, Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DOMINGOS, Thiago Augusto. *Metrópole e região metropolitana: reflexões sobre a Região Metropolitana de Londrina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: Conciliação ou divórcio? In: FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro (Ed.; Coord.); FRANÇA, Karla Christina Batista de (Ed.; Coord.). *Território metropolitano, políticas municipais*: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, 2013.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. *Hum@nae*, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/54>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FRESCA, Tânia Maria. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de londrina – PR: uma aproximação. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, a.14, v. 1, n. 23, p. 167-191, 1º sem. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/3706/2575>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

FROSI, Viltalina Maria. MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educ, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. *Indicadores*. Idese. Resultados do Idese – 2013. 2013. Disponível:<<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/destaques/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. *Indicadores*. Idese. Série histórica nova metodologia. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>>. Acesso em 20 abr. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. *Perfil socioeconômico*. Municípios. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FUNDAÇÃO SEADE. *Relatório Estadual de Acompanhamento 2012*: objetivos de desenvolvimento do milênio. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/analises_estudos/1473/>. Acesso em: 24 abr. 2016.

FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro (Ed.; Coord.); FRANÇA, Karla Christina Batista de (Ed.) (Coord.). *Território metropolitano, políticas municipais*: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, 2013.

GARSON, Sol; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. Regiões metropolitanas do Brasil. *Observatório das metrópoles*, Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/observatorio_RMs2010.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *População por situação de domicílio (população presente e residente)*. 2015. Disponível em: <<http://www.seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>>. Acesso em: 29 out. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Indicadores Educacionais*. Educação básica. Taxas de Rendimento. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 5. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, 2012.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. Indicadores econômicos. In: _____. *Economia empresarial*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves: 1875 a 1889*. Curitiba: CRV, 2009.

MACHADO, Cesar Pires. *Buona gente: marcha para o sul*. Porto Alegre: EST, 2005.

MAGALHÃES, Fernanda. *Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades* (Ed.). Washington, D.C, Estados Unidos da América: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAN. Perfil Socioeconômico 2015 Serra. 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. *CAGED Estatístico*. 2016. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

NASCIMENTO, Gustavo; BARROS, Omar Neto Fernandes. Análise socioeconômica da Região Metropolitana de Londrina e Arco Norte. *Atlas digital da região metropolitana de Londrina*. Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/atlasrml/publicacoes/anais/5766_Nascimento_Gustavo.pdf>. Acesso em: 8 maio 2016.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org.). *Manual de economia*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Série Histórica*. 2016. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em 15 abr. 2016.

SOARES, Paulo Roberto. Região Metropolitana ou aglomeração urbana? O debate no Rio Grande do Sul. *Revista e-metropolis*. [on-line]. Ano 4, Edição 15. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2013, dezembro 2013. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=816:regi%C3%A3o-metropolitana-ou-aglomera%C3%A7%C3%A3o-urbana?-debate-no-rio-grande-do-sul&Itemid=181&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUZA, Marcelo L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WINK JÚNIOR, Marcos Vinicio et al. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) e pobreza extrema: um cenário para municípios gaúchos. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto alegre, v. 40, n. 2, p. 19-32, 2013.

Caminhos do audiovisual na Serra gaúcha: apontamentos sobre o desenvolvimento da produção na cidade de Caxias do Sul

Álvaro Benevenuto Júnior*
Eduardo Borile JR**
Ivana Almeida da Silva***
Júlia Varella Chiaradia#
Micaela Regina Sousa##

Resumo: Na busca de maior entendimento da produção audiovisual da Serra gaúcha, especialmente, na cidade de Caxias do Sul, torna-se relevante refletir e esclarecer os processos que envolvem o uso dos recursos que permitem seu desenvolvimento, assim como os agentes econômicos envolvidos e suas particularidades. Desse modo, o artigo procura definir e identificar os agentes econômicos incentivadores da produção audiovisual em Caxias do Sul e os caminhos necessários para que se estabeleçam relações com os agentes econômicos produtores, sujeitos à utilização destes recursos, na busca do desenvolvimento local. O estudo foi realizado a partir da abordagem exploratória, com base na pesquisa bibliográfica, no uso da internet e em entrevistas semiestruturadas com agentes econômicos incentivadores e produtores caxienses.

Palavras-chave: Produção audiovisual. Agentes econômicos. Desenvolvimento local. Caxias do Sul.

Introdução – Caxias do Sul: uma cidade cultural?

Caxias do Sul é um município gaúcho distante 130 km de Porto Alegre, com população estimada em 475 mil habitantes.¹ Frequentemente, a cidade é

* Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2005). Pós-doutor em Comunicação (UCB, 2014). Professor de Produção Audiovisual e Jornalismo para Televisão, no curso de Jornalismo da UCS. Coordenador da pesquisa PDet Serra. *E-mail:* afmbenej@ucs.br

** Estudante de Graduação 9º semestre do curso de Jornalismo da UCS, pesquisador voluntário na pesquisa PDet Serra. *E-mail:* ebjunior1@ucs.br

*** Doutora em Práticas e Culturas da Comunicação (PUCRS, 2014). Professora de Estética, Semiótica e Pesquisa Publicitária, nos cursos de Comunicação Social da UCS. Coordenadora da pesquisa PDet Serra. *E-mail:* iasilva@ucs.br

Estudante de Graduação 4º semestre do curso de Publicidade e Propaganda da UCS, bolsista BIC-UCS na pesquisa PDet Serra. *E-mail:* jvchiaradia@ucs.br

Estudante de Graduação 6º semestre do curso de Publicidade e Propaganda da UCS, pesquisadora voluntária na pesquisa PDet Serra. *E-mail:* mrsousa2@ucs.br

¹ Estimativa do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Conforme Censo 2010, a população do município era de 435.564.

referenciada como “berço do trabalho”, principalmente pelas metalúrgicas locais fundadas por descendentes de imigrantes italianos. A adesão a esta matriz produtora transformou a cidade no segundo polo metalomecânico do País, definindo, por várias décadas, o futuro profissional de relevância para a população economicamente ativa.

O setor metalomecânico, nas duas últimas décadas, esteve instável. Nesse mesmo tempo, a produção cultural cresceu notadamente, colocando na pauta do desenvolvimento as demandas de fomento às atividades e de campanhas de formação de plateia. E, neste movimento, a população nativa mais jovem que vislumbra outras áreas de atuação, e habitantes advindos de outras localidades – cidades ou estados, e assim acostumados com outra realidade, reclamam a carência de mais espaços (públicos ou privados) de fomento à cultura.

A receita consolidada de Caxias do Sul, para o exercício econômico-financeiro de 2016, foi estimada em, aproximadamente, dois bilhões e 26 milhões de reais (já subtraídas as deduções fiscais).² Desse valor, cerca de cinco milhões de reais, equivalente a 0,25%³ do total, são destinados à cultura.

A cidade possui ações, programas e projetos, que abrangem a área urbana e rural do município. No entanto, as principais formas de apoio à cultura são obtidas através de projetos financiados pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC)⁴ e, principalmente, pelo Financiamento da Arte e Cultura Caxiense (Financiarte).⁵

O município serrano já foi premiado com o título de ‘Capital Brasileira da Cultura 2008’ e recebeu o 1º lugar no índice de Gestão Municipal em Cultura, que avalia 5.562 cidades brasileiras. Atualmente, na área da cultura, destaca-se o Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho (que abriga um memorial, uma sala de cinema, um salão de arte, uma sala de exposições e

² De acordo com a Lei Municipal 8.030, de 10 de dezembro de 2015, que estima a receita fixa do município para o exercício de 2016.

³ Conforme Lei Municipal 4592/1996 e 5944/2002.

⁴ Lei Municipal de Incentivo à Cultura 4.592/96, concede incentivo fiscal para a realização de projetos culturais à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município de Caxias do Sul.

⁵ Financiamento da Arte e Cultura Caxiense – criado pela Lei 6.967, de 30 de julho de 2009, tem por finalidade prestar apoio financeiro a projetos que visem ao fomento e ao estímulo à produção artística e cultural, no Município de Caxias do Sul.

uma sala de teatro), e a Casa de Cultura Percy Vargas de Abreu e Lima (com a Biblioteca Pública Municipal, uma sala de teatro e uma galeria de arte). Estes são os principais espaços de difusão cultural na cidade.

Outro ponto de destaque em Caxias do Sul é o Largo da Estação Férrea, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (Iphae), localizado no histórico Bairro de São Pelegrino (chamado de Campo dos Bugres, à época da imigração). O espaço carrega consigo um forte simbolismo histórico. Neste local, no dia 1º de junho de 1910, Caxias do Sul recebeu o primeiro trem, e foi elevada à categoria de cidade.

O município possui também algumas entidades que valorizam a produção cultural local. A Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2001. Ela realiza palestras, passeios, exposições e apoia projetos de interesse público, relativos à preservação, difusão e ao acesso aos bens culturais. A Associação dos Livreiros Caxienses, fundada em 2010, tem como finalidade o fomento e a difusão do livro, além de discutir e fortalecer o mercado de livros na cidade.

Nos últimos anos, a Cultura tem sido debatida e um dos centros destas discussões está no reconhecimento das atividades culturais, como ações econômicas. A cultura mexe com um sem-número de profissionais que dela sobrevivem. Isto tem acontecido no âmbito das políticas internacionais de sustentabilidade, nas quais as possibilidades estão sendo exploradas, o que até então não acontecia. A cidade de Xangai, na China, pode ser citada como um exemplo da aplicação de políticas de desenvolvimento e fomento da indústria criativa no ambiente urbano. Com a criação de um sistema público-cultural, houve uma impulsão na indústria cultural da cidade, que foi aprimorada pelo fomento governamental ao desenvolvimento da indústria.

O Governo Municipal de Xangai fez uma clara afirmação de que o desenvolvimento das indústrias criativas seria uma das principais indústrias da transição econômica e do desenvolvimento da cidade durante o período do 12º Plano de Cinco Anos (2010-2015). De acordo com o Centro de Indústria Criativa de Xangai, 6.110 empresas de 30 países entraram em um dos 80 parques da indústria criativa (2,5 milhões de metros quadrados) da cidade, criando oportunidades de emprego para mais de 80.000 pessoas. Em 2009, as indústrias criativas de Xangai realizaram um aumento de 114,9 bilhões de yuans em volume de negócios, o que representa quase 17,6 por cento de aumento em relação ao ano anterior. Em 2009, o volume de negócios total das indústrias

criativas foi responsável por 7,7% do PIB da cidade. (RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2010, p. 48).

A cultura, além de auxiliar no desenvolvimento de melhor qualidade de vida, atua como uma importante ferramenta no desenvolvimento social, principalmente em casos de vulnerabilidade social, como é o caso de grande parte das cidades brasileiras.

Sobre a produção audiovisual em Caxias do Sul

Quando o assunto é cultura, de certa forma, dentro deste contexto, inserem-se setores de atividade, nos quais a criatividade é peça-chave fundamental e, segundo Howkins (2013), torna-se deste modo um produto econômico de valor.

Num contexto ampliado, sabe-se que o campo da economia é a grande força que move os sistemas da sociedade. Neste campo, até recentemente, houve uma subvalorização de recursos intangíveis, como a cultura, como insumo de desenvolvimento. Nesse sentido, inclusive sob o entretenimento de Adam Smith, que entendia que atividades econômicas vinculadas à cultura, arte, entretenimento não conseguiam contribuir para a geração de riquezas por produzirem serviços que, por sua vez, não estavam vinculados à cadeia produtiva e, desta forma, não geravam valor agregado. A natureza intangível destas atividades fazia com que as mesmas se esvaíssem ao serem produzidas e consumidas. (CARDOSO; FREDER apud BUETTGEN; FREDER, 2015, p. 68).

A área do audiovisual, e aqui destaca-se o cinema, aponta para uma possibilidade de franco desenvolvimento, especialmente quando se pensa a América Latina. Há inúmeras produtoras de conteúdos audiovisuais especializadas no atendimento do mercado publicitário, de festivais e estúdios fotográficos que trabalham com registros audiovisuais de eventos sociais e outros de pequeno porte (coberturas de feiras, convenções, seminários, entre outros). Diante da crise econômica, essa área sempre se mostra presente no cenário mundial:

[...] as indústrias criativas poderiam ser uma ferramenta para promover a recuperação econômica caso sejam implementados mecanismos adequados para atrair investidores, encontrar financiamento privado

alternativo e estimular o empreendedorismo e comércio criativos. (RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2010, p. 56).

No Brasil, há deficiências estatísticas sobre oferta, demanda e acesso aos produtos e serviços culturais oferecidos em território nacional. Apesar dos esforços e investimentos para a produção de pesquisas e relatórios sobre o setor, verificados a partir das ações que resultaram na aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), nas duas primeiras décadas só século XX, percebe-se que, diante desse contexto, há limitação para a formulação de políticas culturais direcionadas nos níveis regional e municipal.

Uma pista da indústria do audiovisual produzido no Rio Grande do Sul é a existência de produtoras de médio e pequeno porte, a ocorrência de cursos de formação profissional (tanto bacharelado como o técnico), emissoras regionais de televisão, os canais comunitários, universitários e legislativos (municipal e estadual).

Uma forte referência na região da Serra gaúcha está presente para o desenvolvimento de uma indústria do audiovisual na região: o Festival de Cinema de Gramado. O evento, criado para fomentar a valorização do cinema nacional, apresenta uma categoria específica para produções realizadas no estado, sejam curtas ou longas metragens, isso desde 1973.

Mesmo assim, diante desse cenário, ainda se constata que os produtos criativos produzidos na região estão, frequentemente, sujeitos à incerteza, visto que a avaliação do espectador está, geralmente, baseada em produtos “consumíveis”. O acesso ao que é produzido na região é limitado e pouco conhecido.

A avaliação do consumidor é extremamente difícil de prever porque não se baseia em critérios objetivos; o gosto é adquirido através do consumo e está sujeito a uma variedade de fatores, incluindo cultura, moda, autoimagem e estilo de vida. Os distribuidores normalmente assumem a função de promover o produto final para o consumidor. (RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2010, p. 89).

No caso da cidade de Caxias do Sul, a produção audiovisual passa por um momento de grande transformação. Existe parte de uma produção que vem sendo feita com financiamento público, e que, nos últimos anos, tem se

desenvolvido com a vigência através de Leis de Incentivo, e que acabaram gerando possibilidades mais concretas e sólidas aos produtores, aumentando assim a oferta de obras para uma plateia ainda em formação.

Segundo o produtor Robinson Cabral, no município a produção maior ocorre no gênero documentário. Isso inicialmente por conta da busca das tradições históricas e do registro da diversidade de influências culturais na região, o que leva produtores a expressarem um pensamento “mais antigo, ligado à técnica”, segundo Cabral, cujo propósito é documentar a parte histórica, cultural e tradicional da Serra. Já os produtores com um pensamento mais “contemporâneo” buscam inovar e experimentar a linguagem cinematográfica e, portanto, necessitam produzir até alcançar o entendimento da mesma.

Geralmente a arte trabalha numa linha que antecipa a história, ela propõe formas de olhar e propõe linguagem, portanto carecemos em convergir o que é produzido, com o público e com uma valorização de uma lei de incentivo.(CABRAL, 2016, s.p.).

A formação de público em Caxias do Sul vem sendo trabalhada aos poucos, como afirma Cabral: “[...] cinema se faz também formando público, não somente produzindo”. A realização de mostras, competitivas ou não, como os projetos Cinema de Verão e Cinema de Inverno, acontecem anualmente e tem como objetivo a formação de público para o cinema, assim como descentralizar os eventos culturais, pois as exposições acontecem em variados pontos da cidade. O Cinema de Verão costuma exibir clássicos, e o Cinema de Inverno mostra produções que são baseadas na vida de grandes artistas da história, por exemplo.

Em termos de mostra competitiva, há o Cineserra, evento anual que elege as melhores produções entre as inscritas, em um certame regional e estadual, e promove a exibição dessas produções. Promove também a premiação dos vencedores conforme as categorias estipuladas, assim como realiza *workshops*.

Outros eventos e oficinas envolvendo a área também vem sendo feitos, com o intuito de fortalecer e unificar o segmento. A Sala de Cinema Ulysses Geremia, localizada no Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás

Filho, é uma das responsáveis por desenvolver atividades e exibir filmes alternativos às grandes produções ligadas aos cinemas comerciais.

Ao mesmo tempo em que existe um cenário muito criativo e em franco desenvolvimento, percebe-se ainda a necessidade de uma profissionalização maior, havendo carência de profissionais capacitados em todas as etapas: produção, roteirização, direção, edição, atuação, direção de arte. Outra demanda a ser atendida é a de distribuição do material produzido. Existe produção, mas encontra-se dificuldades na distribuição, como Cabral alerta. Também há a falta de preparo dos espectadores, para que assim haja o engajamento de público local para as produções regionais:

O cenário de Caxias do Sul está se transformando. Percebo que, desde que a estruturação do *Financiarte* (em 2009, como *Fundo Pró Cultura*) houve um 'gás' na produção da cidade. Atualmente, há muito mais gente produzindo, no entanto, ainda é um mercado que está se estruturando. Ainda existem áreas, desse processo, que são carentes, como, por exemplo, roteiristas e diretores de arte. Todo mundo quer dirigir. A qualificação profissional está em constante crescimento existe bastante gente produzindo. Vejo um cenário muito otimista, apesar das carências e dos ajustes necessários. O *Financiarte* vem proporcionando auxílio financeiro aos realizadores que não teriam essa oportunidade, visto que não haveria patrocinadores. Há carência em Caxias do Sul, ou seja, faltam produtores. Digo isso, pois, no meu entender, esse profissional sabe sobre todo o projeto. O produtor deve estar presente desde o início do trabalho. Como em Caxias não há tantos recursos, essas são as funções do produtor: ele é o primeiro a se envolver no projeto e o último a se desvincular dele. Geralmente, ele faz tudo isso, desde orçamentos até contratações e, obviamente, acumula funções. Conheço poucos produtores que têm esse olhar de acompanhar a produção como um todo. Falta sim, em Caxias, mas é compreensível, pois é difícil formar-se como esse profissional. (CASAGRANDE, 2016, s.p.).

Percebe-se uma vontade de desenvolver materiais também por parte de alunos, tanto de escolas, como de universidades. Mesmo não dispendo de uma preparação nem de equipamentos profissionais, possuem visão e sensibilidade para realizar obras audiovisuais.

As pessoas estão se formando a partir da prática. Pergunto: onde as pessoas podem aprender cinema aqui em Caxias? Não tem cursos para capacitar esses profissionais. As pessoas aprendem, no máximo, em algumas disciplinas da Universidade que trabalham com o audiovisual. Eu, por exemplo, nunca tive oportunidades e recursos para ir para um

grande centro, como São Paulo, apenas para estudar. É necessário trabalhar a formação na cidade (CASAGRANDE, 2016, s.p.). Quem não é produtor também está produzindo, alunos estão produzindo coisas maravilhosas, e às vezes mais legais que aqueles caras quarentões que estão há 30 anos no mercado fazendo coisas repetitivas e maçantes já, caindo na publicidade (CABRAL, 2016, s.p.).

Agentes econômicos envolvidos na produção audiovisual caxiense

Agentes econômicos, a partir de suas decisões e ações, influenciam um meio econômico. O estado, as empresas e a família podem ser considerados agentes econômicos. Segundo Bordieu (2005), é a partir de um campo econômico que se criam forças nas quais encontramos agentes que “deformam” espaços de vizinhança. Os agentes econômicos definem-se pelo volume e pela estrutura de um capital específico que possuam, situando-se assim em determinados ramos ou setores.

No caso de nossa abordagem, ao discutir com o audiovisual em Caxias do Sul, tentamos situar os agentes econômicos em dois grupos: os agentes econômicos incentivadores públicos e os agentes econômicos produtores. Todos eles envolvem, de certa forma, o uso de uma determinada força, com base em um determinado tipo de capital, influenciando assim o desenvolvimento da cidade e região. Os agentes econômicos incentivadores trabalham com um capital de cunho financeiro e permitem, com o uso de verbas públicas, a realização de projetos relacionados à área do audiovisual.

Os agentes econômicos produtores estariam ligados ao capital cultural, pelo viés da produção de bens, bem este de caráter cultural/artístico e técnico. Tanto os incentivadores como os produtores estão ligados por um bem simbólico, que é o filme.⁶ Assim, movimentam forças, e podemos refletir sobre a distribuição de recursos e processos envolvidos. O público, os cidadãos da cidade, seriam os consumidores, e sentiriam os efeitos desses campos de força em contato com o filme.

A cidade de Caxias do Sul, por meio da Secretaria da Cultura, dispõe de dois mecanismos de incentivo à produção artística e cultural da cidade, são

⁶ Considera-se a obra em questão como filme, apesar de seu suporte tecnológico ser vídeo. Não vale entrar em debates acerca do suporte e da característica da obra, pois não interessa à discussão deste texto.

eles: a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e o Financiamento da Arte e Cultura Caxiense (Financiarte). Segundo a diretora do Departamento de Incentivo à Cultura, Clarissa Rossi, não chegam a 20%, em todo o Brasil, prefeituras que tenham mecanismos de financiamento de projetos como Caxias, que tem dois.

A LIC permite que empresas contribuintes do ISSQN⁷ e do IPTU⁸ destinem parte desses impostos para iniciativas culturais em vez de destiná-los para a prefeitura. A LIC tem um teto de 60 mil via renúncia fiscal. Inicialmente, o proponente deve protocolar a proposta na Secretaria da Cultura, que o encaminhará para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura (Comic).

Um representante da comissão lê e se apropria dos detalhes do projeto para depois passar ao restante da comissão, que avalia e faz os ajustes técnicos e orçamentários que forem necessários. Se o projeto for habilitado, ele estará apto a captar entre as empresas dispostas a destinar parte de seus impostos a esses projetos culturais, em troca terá a divulgação do nome da empresa nos projetos, quando forem realizados, e isenção fiscal.

Para quem não tem experiência com produção há alguns detalhes no edital que não são comuns. Por exemplo: unidade de medida para edição. O que temos que usar? Até entender que edição é por hora, por exemplo, demora-se. Tem algumas perguntas que, para quem não é muito familiarizado, sofre um pouco para entender. Não é difícil, mas entendendo a linguagem é tranquilo. É burocrático, sim, mas nada do outro mundo. A Secretaria Municipal da Cultura apoia. Assim, em caso de dúvidas, tem esse suporte. A reclamação vem porque não é fácil, mas é compreensível. No entanto, o edital dá um passo a passo de como preencher. É necessário ir atrás. Se ficar esperando, reclamando, dizendo que é difícil, não vai sair do lugar. A documentação exigida já é uma barreira superada, ou seja, os produtores se qualificaram. No último edital (2016), comentaram que havia muitos projetos bons, mas não havia verba para todos. Ainda tem alguns que são mal escritos, mas os proponentes têm deixado mais claro os projetos. (CASAGRANDE, 2016, s.p.).

A Comic é formada por representantes de entidades culturais da cidade, como representante da área audiovisual; quem atualmente ocupa este lugar é o coordenador da Unidade de Cinema e Vídeo da Secretaria da Cultura, Conrado Heoli.

⁷ Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza.

⁸ Imposto Predial e Territorial Urbano.

O Financiarte, diferente da LIC, é um incentivo que tem a verba provinda diretamente do orçamento da prefeitura. Após o projeto ser protocolado, ele passa pela Comissão de Avaliação, Seleção e Fiscalização (CASF), que avalia a proposta e habilita ou não, podendo exigir mudanças para a aprovação. A partir disso, os projetos habilitados recebem o recurso financeiro, de até 35 mil reais, para investir nesse projeto, tendo que prestar contas de todos os gastos e seguir o roteiro do projeto apresentado, não podendo fazer modificações sem autorização prévia da comissão, que também fiscaliza o processo até o final.

A comissão avaliadora é formada por cinco pessoas para cada segmento, sendo duas indicadas pela Secretaria Municipal da Cultura e as outras três que se inscrevem; se houver mais de três interessados em participar da comissão, é feita uma eleição. É exigido que os envolvidos na avaliação tenham, no mínimo, dois anos de experiência na área que vão avaliar.

As produções que recebem os fundos não são, necessariamente, as melhores. Depende muito do caso. O valor não é garantia de qualidade. Já trabalhei em diferentes projetos, mas com o *Financiarte*, a diferença é que podemos pagar cachê e contratar profissionais mais qualificados. Já vi trabalhos com grandes orçamentos e equipes, mas com qualidade inferior aos independentes. Ter acesso ao *Financiarte* interfere, sim, no prazo de produção, pois a partir do momento que se paga por um serviço, se tem um compromisso maior. Assim, é mais fácil planejar e conduzir a produção. Sem dinheiro é mais difícil de se exigir a qualidade do trabalho. (CASAGRANDE, 2016, s.p.).

Sempre quando tu requer verba pública, tanto em *LIC* quanto em *Financiarte*, que é uma verba mais direta, ele vai ter mais burocracia do que se fosse fazer com os próprios recursos. Os recursos públicos têm uma série de legislações que eles são obrigados a seguir, e isso acaba engessando um pouco o processo criativo de execução da proposta. Quando se apresenta a proposta, se apresenta um roteiro daquilo que tu deseja fazer, no meio da execução, coisas podem surgir, só que a gente tem que cuidar para que a proposta não mude o seu perfil que foi aprovado. Quando tu apresenta o projeto, tu concorreu com outros com uma ideia, se tu chegar lá no final com outra muito diferente daquela que inicialmente tu apresentou, aquela pode dar uma discrepância em relação a concorrência do edital, talvez se tu tivesse apresentado aquela proposta no final no início ela poderia não ter sido aprovada. Então se pede que o plano de trabalho que é apresentado seja cumprido na íntegra, porque se não na hora de se prestar contas dos recursos recebidos pode ser que a prestação não seja aprovada. (ROSSI, 2016, s.p.).

A título de conclusão

As aproximações entre os agentes econômicos produtores e os agentes econômicos incentivadores denotam que a difusão audiovisual em Caxias do Sul apresenta arestas a serem aparadas. Com base nas entrevistas realizadas, especialmente, percebe-se a necessidade de investimento, especialmente, em formação para a produção. O acesso facilitado aos equipamentos não necessariamente significa a apropriação da linguagem audiovisual e todo seu potencial. Sabe-se que as áreas que compõem o processo de criação audiovisual necessitam dialogar para que o resultado seja satisfatório.

Isso torna as temáticas escolhidas, em termos de projetos apresentados, muitas vezes, focadas na abordagem do documentário, com forte apelo à tradição cultural da região. Isso não deve ser encarado como um problema, mas entende-se que o universo da produção audiovisual é rico e as possibilidades de relatos são imensas. O que parece é que a falta de ousadia é reflexo também da falta de conhecimento técnico.

Percebe-se que o fomento governamental, a partir de seus agentes econômicos incentivadores, é vital para a manutenção e o fortalecimento da produção audiovisual, no caso de Caxias do Sul. O mercado audiovisual caxiense, entendido a partir de seus agentes econômico-produtores, necessita de iniciativas, tanto por parte de seus pares, como por meio de incentivos, para que não apenas o campo da produção seja beneficiado, mas também o da exibição e distribuição, conseqüentemente. Desse modo, a cadeia produtiva, de caráter cinematográfico, permitirá não só um benefício com foco na produção, mas que se perde em áreas também vitais do trabalho cinematográfico, que envolvem, segundo Barone (2009), o vértice da distribuição e exibição. Onde estas obras financiadas serão distribuídas e exibidas, de que forma, com que intensidade?

Aí volta-se ao ponto sobre o embate de forças que se configura nesses dois campos: incentivadores e produtores. Inicialmente, o produtor parece ser o lado mais frágil, mas não se pode esquecer do espectador. Ficando à mercê de produções impostas por salas de cinemas em *shoppings centers*, que trazem o cinema comercial, global e palatável dos “grandes estúdios”, perde-

se em muitos casos a riqueza da produção local e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento de sua cidade.

Referências

BARONE, J. G. *Cenários tecnológicos e institucionais do cinema brasileiro na década de 90*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Revista Política e Sociedade*, n. 6, abril, 2005.

BUETTGEN, John Jackson; FREDER, Schirlei Mari. *Economia criativa: inovação, cultura, tecnologia e desenvolvimento*. Curitiba: Juruá, 2015.

CABRAL, Robinson. *Entrevista concedida pelo produtor audiovisual a Júlia Varella Chiaradia e Micaela Sousa*. Caxias do Sul, 7 de julho de 2016.

CASAGRANDE, Marcelo. *Entrevista concedida pelo produtor audiovisual a Eduardo Borile Jr*. Caxias do Sul, 11 de julho de 2016.

HEOLI, Conrado. *Entrevista concedida pelo diretor do setor do audiovisual a Júlia Varella Chiaradia e Micaela Sousa*. Caxias do Sul, 7 de julho de 2016.

IBGE. Caxias do Sul. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS. *Os Agentes Económicos*. 2016. Disponível em: <http://www.apb.pt/sistema_financeiro/os_agentes_economicos>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. *Secretaria de Gestão e Finanças*. Lei Orçamentária Exercício 2016. 2016. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/gestao_financas/1048/02_Lei_8030_2015.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. *Secretaria da Cultura*. Apresentação. 2016. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=547>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ROSSI, Clarissa. *Entrevista concedida pela secretária municipal de Cultura a Micaela Sousa*. Caxias do Sul, 11 de julho de 2016.

UNESCO. *As indústrias criativas impulsionam as economias e o desenvolvimento, segundo o Relatório da ONU*. 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/creative_industries_boost_economies_and_development_shows_un_report/#.V4VnuLgrLIU>. Acesso em: 11 jul. 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento*. – Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc ; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

VALIATI, Leandro. *Economia da cultura e cinema*. Brasil: Terceiro Nome, 2010.

Caracterização das rotas e roteiros turísticos na Região das Hortênsias, no Rio Grande do Sul

Bianca da Silva Trindade*

Pedro de Alcântara Bittencourt César **

Silvio Luiz Gonçalves Vianna***

Resumo: O desenvolvimento de rotas e roteiros tem sido utilizado como um elemento constitutivo do processo de desenvolvimento regional em diversos pontos do Brasil. Há, por parte do governo federal, uma série de incentivos neste sentido. Com base neste contexto, a presente pesquisa objetiva identificar as políticas públicas adotadas pelas localidades integrantes da Região Turística das Hortênsias, bem como avaliar a estrutura das instâncias de governança envolvidas na gestão desses processos. Para alcançar esses objetivos, foi elaborada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, feita com base em informações disponibilizadas pelo *site* da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Setel-RS). Os resultados apresentados na pesquisa apontam para uma relevante contribuição das instâncias de governança local na formalização e gestão das rotas e roteiros, o que tem acelerado e sedimentado o processo do desenvolvimento da atividade turística em toda a região.

Palavras-chave: Turismo. Rotas e roteiros turísticos. Políticas públicas. Região turística das Hortênsias.

1 Introdução

O Brasil apresenta características continentais, devido à sua extensão territorial, que abrange 8.516.767 km², revelando uma quantidade significativa de contrastes regionais, que geram a necessidade de

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Bolsista do Projeto Capes/MI, vinculado ao Edital 055/2013 – Pró-Integração, AUXPE 3159/2013. Link Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6864637550102711>>. E-mail: biancat.turismo@gmail.com

** Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado/Doutorado e no Centro de Artes e Arquitetura da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Link Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0900226519393513>>. E-mail: pabcesar@ucs.br

*** Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado/Doutorado, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq direcionado à pesquisa em Turismo e Desenvolvimento Regional, vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS). Link Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2627794239193071>>. E-mail: slgvianna@ucs.br

desenvolvimento de processos de planejamento e definição de políticas públicas específicas para cada região. Estas, por sua vez, têm por objetivo maior o estímulo ao desenvolvimento regional, por meio de ações voltadas à economia, à promoção de ações sociais e culturais e melhorias nos diversos aspectos que envolvem as localidades e suas comunidades. Para compreender como ocorrem esses processos, torna-se necessário conhecer a realidade e as potencialidades da região que se pretende estudar.

Partindo das premissas expostas acima, optou-se pela Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, para a elaboração do presente estudo. Uma vez que a mesma é reconhecida, nacionalmente, como uma das regiões brasileiras com maior diversidade de oferta turística. Com belas paisagens e uma infraestrutura privilegiada, esta região destaca-se por impulsionar a economia, de acordo com as diferentes microrregiões que a integram. Esta região foi subdividida pelo governo do estado em três microrregiões: Serra, Campos de Cima da Serra¹ e Hortênsias (SETEL-RS, 2016).

Neste estudo, é dado destaque à Microrregião das Hortênsias, que integra uma das vinte e sete regiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul. A mesma é composta por cinco municípios:² Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. A Microrregião apresenta um clima subtropical, temperatura média anual de 15°C, com as estações do ano bem-definidas e perspectiva de invernos com neve. Sua paisagem é composta por morros, montanhas, capões, vales cortados por rios, campos verdes e por florestas de araucárias. (SETEL-RS, 2016a).

O setor turístico apresenta-se bem-estruturado e possui uma gama de atrativos, com destaque aos segmentos de turismo cultural, de aventura, rural, ecoturismo, negócios e eventos, que contribuem diretamente para o desenvolvimento turístico regional. Neste sentido, o turismo na microrregião constitui-se em dois eixos: a oeste (com predominância de atrativos culturais, que proporcionam melhor aproveitamento econômico por parte das localidades); e a leste (onde se destaca o turismo rural e o ecoturismo,

¹ Identificada pelo Ministério do Turismo do Brasil, como Região Uva e Vinho.

² Delimitação do Ministério do Turismo do Brasil e Setel-RS, mas pela divisão do Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento), esta microrregião contempla as localidades de Cambará do Sul e Jaquirana.

direcionados às belezas naturais existentes). As localidades de Canela, Gramado e Nova Petrópolis, no eixo oeste, destacam-se pela organização da gestão turística, recebendo turistas tanto nacionais quanto internacionais. (SETEL-RS, 2016).

Com o intuito de fomentar o desenvolvimento turístico regional, a partir das potencialidades que a microrregião apresenta, foram constituídas rotas e roteiros turísticos que integram e possibilitam estruturar, organizar e divulgar os atrativos e as potencialidades de cada região e/ou localidade.

Atualmente, o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, por meio do módulo operacional 7 – Roteirização turística, determina quais são os procedimentos necessários para estruturação de rotas e roteiros, visando dotá-los de todos os elementos necessários para seu desenvolvimento de maneira eficaz. (BRASIL, 2007b).

O objetivo desta pesquisa é a identificação das políticas públicas adotadas pelas localidades envolvidas e também a análise da estruturação dos órgãos de governança, responsáveis pela gestão das rotas e dos roteiros ligados às destinações turísticas envolvidas, que fazem parte integrante da Microrregião das Hortênsias.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, feita com base em informações disponibilizadas no *site* da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

O presente estudo encontra-se estruturado em quatro partes. A primeira, contempla a introdução que apresenta a contextualização do assunto e da área a ser estudada, bem como mostra os objetivos da pesquisa e quais os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolvê-la.

A segunda parte traz o conjunto de conceitos teóricos que auxiliam no entendimento de como se desenvolve o processo de formulação de políticas públicas associadas à constituição de rotas e roteiros voltados ao desenvolvimento regional. Na terceira parte, é apresentada uma análise do conjunto de políticas públicas existentes na microrregião das Hortênsias, em função das rotas e dos roteiros que a compõem. Encerra-se este trabalho com as considerações finais, que mostram a importância das instâncias de governança local para o efetivo crescimento de toda a região.

Políticas públicas de turismo para a formação das rotas e roteiros

As políticas públicas direcionadas ao turismo vêm obtendo destaque nas discussões acadêmicas, em função do interesse demonstrado pelos órgãos governamentais (a partir de publicações como o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil) e pela sociedade civil. Considerando sua importância para o turismo, torna-se necessário aprofundar o conhecimento quanto às ações e aos programas desenvolvidos para o setor e suas principais interferências.

Os estudos de Hall (2001, p. 26) mostram que as Políticas Públicas “[...] são antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político”.

Neste sentido, a política pública tem papel importante no desenvolvimento das atividades turísticas, pois aponta direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo, baseadas em necessidades identificadas de acordo com as restrições impostas pelo mercado e pelo conjunto de recursos existentes, além de maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos. (HALL, 2001).

Lohmann e Panosso Neto (2008) afirmam que as políticas públicas são planos, diretrizes, regulamentos, normas e, notadamente, decisões, que expressam a intenção do Poder Público em intervir em determinada demanda. Para o campo do turismo, as políticas públicas podem ser entendidas como o direcionamento dado pelo governo federal, estadual, municipal ou regional para o desenvolvimento da atividade turística, após ter consultado os representantes do setor turístico e da sociedade.

Dessa forma, as políticas públicas deverão ser integradas ao desenvolvimento turístico local, buscando o melhoramento das atividades, com o intuito de que venham a contribuir para o desenvolvimento da localidade.

Assim, segundo Barretto (2003, p. 33), as políticas públicas direcionadas ao turismo devem “[...] propiciar o desenvolvimento harmônico desta atividade”. Portanto, fica sob a responsabilidade do estado a organização de uma “[...] superestrutura jurídico-administrativa (secretarias

e similares) cujo papel é planejar e controlar [...]” os investimentos que o estado realiza, os quais permitem o avanço da iniciativa privada, por meio da construção de equipamentos e prestação de serviços, devendo essa administração pública criar mecanismos que assegurem o retorno, em forma de benefícios à população. (BARRETO, 2003, p. 33).

Para Beni, a política de turismo pode ser compreendida como:

[...] o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. Ela deverá nortear-se por três grandes condicionamentos – o cultural, o social e o econômico. (2000, p. 101).

Deste modo, compete à política de turismo, orientar e coordenar as iniciativas públicas e privadas voltadas a esse setor, adaptando-se às reais necessidades de desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade, para garantir que o mesmo seja uniforme e orgânico à atividade turística nacional.

As políticas de turismo constituem ações para um processo de planejamento, que busca estabelecer um conjunto de ações para atingir um objetivo específico e que, em última instância, deverá beneficiar a todos. Ações que possam conduzir ao desenvolvimento econômico de uma localidade em termos de cultura, patrimônio histórico e recursos naturais.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), os objetivos a serem atingidos, de acordo com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, são: melhorar a qualidade dos produtos turísticos; diversificar a oferta; estruturar os destinos; ampliar e qualificar mercados turísticos; aumentar a inserção competitiva dos produtos turísticos no mercado; e ampliar o consumo dos produtos turísticos no mercado. Tendo como princípio básico o envolvimento e a participação da comunidade local.

Desta maneira, as políticas de turismo baseiam-se nos desempenhos econômicos, social e ambiental de produtos e serviços turísticos, pautando-se nos princípios de respeito à legislação vigente, garantia dos direitos das populações locais, consideração com o patrimônio cultural e com os valores

locais, estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos e garantia da qualidade dos produtos e serviços.

Observa-se que o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 propõe uma gestão descentralizada nos arranjos institucionais, desempenhando um papel decisivo na implementação dos programas e das ações em seus diversos níveis (nacional, estadual, regional e municipal), para alcançar as metas e os objetivos para o desenvolvimento do turismo no País. (BRASIL, 2007).

De acordo com o Ministério do Turismo (2007a), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, enfatiza a importância do planejamento e da formulação de estratégias, a fim de possibilitar as transformações regionais do turismo, promovendo a viabilidade de roteiros integrados entre os municípios e as regiões diversas, aproveitando de forma sustentável o potencial turístico de cada localidade.

Tendo isso em vista, com o Programa de Regionalização do Turismo busca-se “[...] subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros, como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional”. (BRASIL, 2007a, p. 07).

De acordo com o Ministério do Turismo, a regionalização

[...] impulsiona uma melhor distribuição de renda, promove a inclusão social e possibilita a participação, no planejamento regional, dos municípios que não são dotados de potencial relevante para o turismo, fazendo com que eles busquem sua agregação no processo de desenvolvimento do turismo, por meio de suas potencialidades, peculiaridades e capacidade produtiva. (BRASIL, 2007a, p. 10).

Para alcançar os objetivos e as metas do Programa, o Ministério estabelece canais de interlocução com as Unidades Federativas (UFs), por meio dos Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, apoiados pelos Fóruns Estaduais de Turismo e pelas Câmaras Temáticas de Regionalização Estaduais. Assim, os Órgãos Oficiais de Turismo das UFs relacionam-se com as regiões turísticas, por meio das Instâncias de Governança Regionais (organizações responsáveis por coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo na região turística) e com os municípios, mediante

os Órgãos Municipais de Turismo e seus colegiados locais, como os Conselhos Municipais de Turismo.

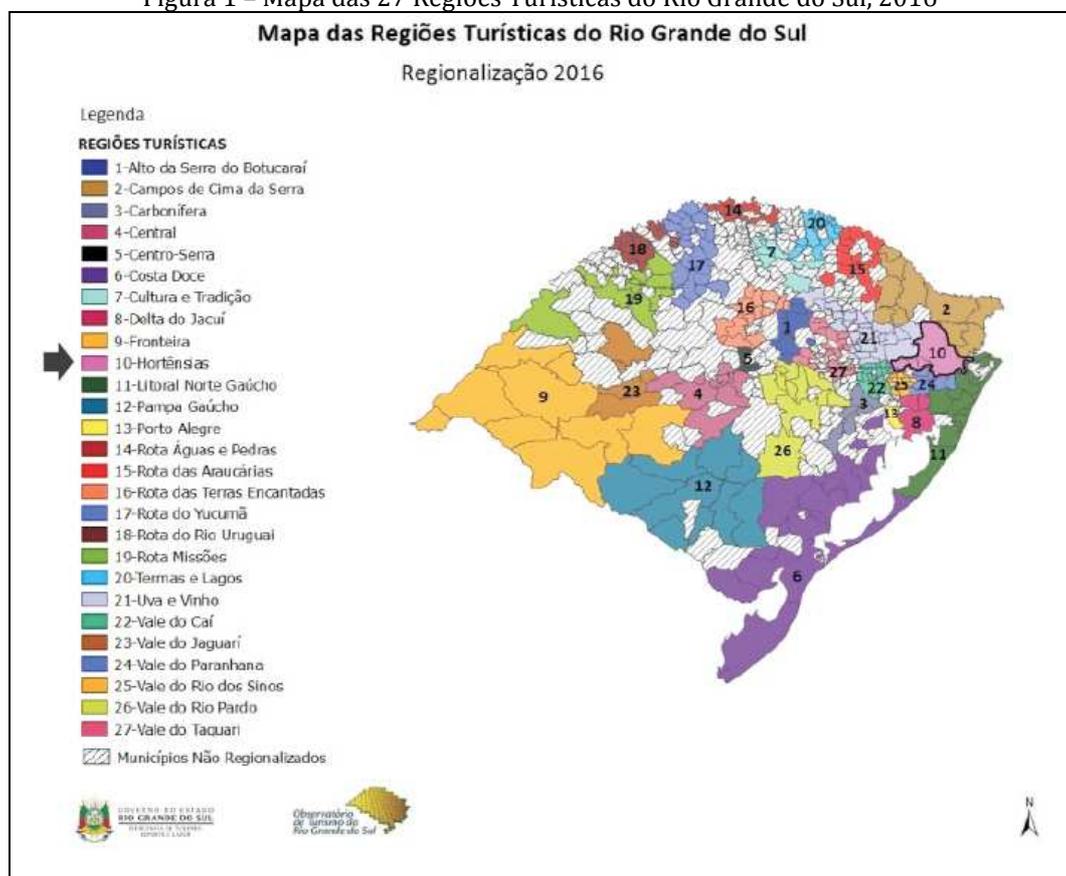
Dentro do atual cenário de organização e estruturação das orientações de regionalização para a formação e definição de regiões turísticas, o Ministério do Turismo define região turística como o “[...] espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e de definirem um território”. (BRASIL, 2007a, p. 29).

Na perspectiva de realizar as metas definidas do Programa de Regionalização do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, com o intuito de desenvolver e potencializar as regiões, apresenta o mapa com a nova divisão das regiões turísticas, composto por 27 regiões (Figura 1).

Neste sentido, para que a implementação do Programa aconteça é necessário haver a participação do Poder Público, da iniciativa privada, do terceiro setor e da comunidade, com o intuito de promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada região e/ou localidade. (BRASIL, 2007a).

Diante disso, o Programa de Regionalização apresenta nove módulos operacionais: Sensibilização; Mobilização; Institucionalização da Instância de Governança Regional; Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Sistema de Informações Turísticas; Roteirização Turística; Promoção e Apoio à Comercialização e Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.

Figura 1 – Mapa das 27 Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul, 2016



Fonte: Adaptado pelos autores de SETEL-RS (2016).

Assim, o módulo de maior relevância para o presente estudo é o Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística, que descreve as vantagens de elaborar roteiros, as atribuições de todos os envolvidos no processo, da iniciativa privada e dos parceiros, além de apresentar a proposta da Roteirização, e sugerir os passos para estruturação dos roteiros turísticos. (BRASIL, 2007b).

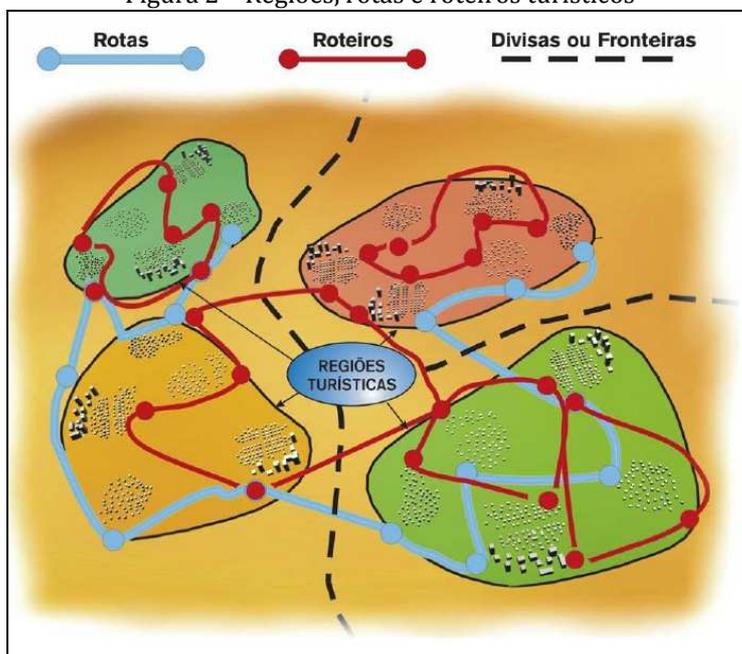
Desta maneira, a roteirização apresenta caráter participativo, direciona a mobilização social, a construção e interação de todos os autores envolvidos, além da inclusão social, o resgate e a preservação de bens culturais e naturais nas regiões, por conferir realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização.

Neste sentido, o Ministério do Turismo afirma que a roteirização pode auxiliar a formulação dos processos ligados à identificação, à elaboração e à consolidação de novos roteiros turísticos. Além disso, visa determinar a necessidade de aumentar os investimentos nos projetos em andamento, tanto no que tange à melhoria da estrutura atual, quanto na melhoria dos serviços turísticos oferecidos. (BRASIL, 2007b, p. 12).

Tendo isso em vista, para desenvolver uma região e explorar suas riquezas naturais, culturais e históricas, as localidades estão buscando como alternativa rotas e roteiros turísticos, pois podem ser considerados como uma das principais formas de contextualizar os atrativos existentes em uma localidade e, conseqüentemente, de potencializar seu poder de atratividade. (BAHL, 2004).

O Ministério do Turismo define rota turística como “[...] percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística”. Neste sentido, as rotas podem ser entendidas como mecanismos de governança, sinalizadoras entre regiões, direcionadas à cooperação dos atores envolvidos, para a fomentação e ordenação do turismo em regiões turísticas. (BRASIL, 2007b, p. 28).

Figura 2 – Regiões, rotas e roteiros turísticos



Fonte: Brasil (2007b, p. 12).

Já os roteiros turísticos podem ser definidos como “[...] um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe confere identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turísticas das localidades que formam um roteiro”. Estes, por sua vez, são entendidos como produtos turísticos e para se inserirem no mercado precisam se constituir como itinerários, ou seja, uma sequência de atividades e narrações, uma multiplicidade de interpretações, que configurem uma experiência turística. (BRASIL, 2007b, p. 13).

Ancorando com as informações em vista, uma região turística poderá apresentar várias rotas e roteiros, interconectados entre as localidades, que contemplam vários produtos e serviços turísticos (Figura 2).

As rotas e o roteiro turístico podem ser ferramentas utilizadas para a leitura da realidade do local a ser visitado, pois o turista acaba conhecendo somente alguns pontos. Pois, essa localidade, antes desconhecida e com seus componentes desarticulados, torna-se fácil consumo, quando inserida nos roteiros.

Dessa forma, para Tavares (2002), as rotas turísticas tendem a ser entendidas como instrumentos privilegiados de organização e divulgação do turismo, que devem se constituir em polos catalisadores das potencialidades que as regiões podem oferecer, como forma de ampliar a permanência do turista no local e, conseqüentemente, aumentar seus gastos, funcionando como alavancas do desenvolvimento local e regional.

Segundo Bahl (2004), os roteiros turísticos sustentam-se na descentralização da gestão e na promoção da regionalização da atividade turística, pois demonstram as potencialidades turísticas de cada região, que se caracterizam por uma identidade comum, constituída por um patrimônio histórico-material e imaterial e recursos naturais em torno dos quais a comunidade deverá se mobilizar por um ideal comum, em um processo de cooperação e sinergia.

Neste sentido, para Brambatti (2002), os roteiros constituem o eixo e a diretriz de planos estratégicos de desenvolvimento, pois orientam investimentos públicos e privados, e redirecionam as atividades, estabelecem prioridades e cronogramas. Isto torna possível, por meio da formulação de

roteiros, a construção da identidade que a região busca para unificar as localidades.

Com o desenvolvimento de rotas, ou de roteiros turísticos, as localidades têm a possibilidade de apresentar, de forma organizada e estruturada, a gastronomia local, os meios de hospedagem, o artesanato local e as produções agroindustriais, ou seja, o patrimônio material e imaterial, possibilitando o surgimento de uma fonte de renda para a região.

Análise das rotas e roteiros turísticos da Região das Hortênsias, no Rio Grande do Sul

Com o intuito de identificar as principais características das rotas e roteiros existentes na Região Turística das Hortênsias e também analisar sua inserção no atual Programa Nacional de Regionalização – Roteiros do Brasil, levou-se em consideração compreender a diferenciação conceitual de rotas e roteiros, para verificar as disparidades existentes entre eles. Em seguida, buscou-se identificar rotas e roteiros na região, de acordo com suas características.

Neste estudo, foram identificadas quatro rotas que perpassam as localidades que compõem a Região das Hortênsias: Rota da Truta; Rota Romântica; Rota Cervejeira da Serra Gaúcha e Rota Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul. Conforme pode ser observado por intermédio do Quadro 1.

Como se pode constatar, a Rota Romântica obteve destaque por integrar o maior número de localidades, além integrar as cinco localidades da região em estudo. As rotas restantes apresentaram um número menor, integrando somente um terço das localidades da região.

As rotas da Truta, Cervejeira da Serra Gaúcha e Caminhos Temperados apresentaram como principal órgão de governança a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado, conforme determinam os princípios traçados pelo Programa Nacional de Regionalização. Pode-se observar que somente a Rota Romântica está vinculada à Associação dos Municípios da Rota Romântica (AMRR), apresentando uma integração intersetorial, com todos os atores envolvidos na atividade turística das localidades.

Quadro 1 – Rotas turísticas – Região das Hortênsias

NOME DA ROTA	NOME DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	ÓRGÃO DE GOVERNANÇA	SEGMENTAÇÃO
Rota da Truta	Bom Jesus, Cambará do Sul, São José dos Ausentes, Canela e Gramado	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do RS	Turismo de Pesca e Gastronômico
Rota Romântica	Canela , Cambará do Sul, Dois Irmãos, Ivoti, Nova Petrópolis , Novo Hamburgo, Picada Café , São Leopoldo, Morro Reuter, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval, Gramado , Estância Velha, São Francisco de Paula e Linha Nova	Associação dos Municípios da Rota Romântica- AMRR	Turismo Cultural e Ecoturismo
Rota Cervejeira da Serra Gaúcha	Canela , Gramado e Nova Petrópolis	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do RS	Turismo Gastronômico
Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul	Bento Gonçalves, Porto Alegre, Viamão, Canela , Cambará do Sul, Nova Petrópolis , Caxias do Sul e Garibaldi	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do RS	Turismo Cultural

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

No que tange às características de segmentação, constatou-se que todas as rotas apresentaram um apelo aos aspectos históricos, culturais e geográficos. A Rota da Truta apresenta seu potencial turístico, a partir dos segmentos de turismo de pesca e gastronômico, destacando a importância da pesca responsável, preocupação com a preservação das espécies e do ecossistema, além de valorizar a tradição e a cultura da região.

As segmentações identificadas na Rota Romântica foram o turismo cultural e de ecoturismo, que destacam a preservação dos valores históricos, culturais e naturais da região. A Rota Cervejeira da Serra Gaúcha destaca-se pela segmentação de turismo gastronômico, em que enfatiza a produção industrial de cervejas na região. Já a Rota Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul enfatiza o segmento de turismo cultural, valorizando as potencialidades históricas e culturais das localidades que integram a rota.

Desta forma, a caracterização das rotas na Região das Hortênsias evidencia a estrutura destas, além de apresentar a realidade turística, a organização e a integração das localidades na região. Aponta também a importância da cooperação de todos os autores envolvidos, para a formação e ordenação das atividades turísticas, nos processos de roteirização.

A Região das Hortênsias apresenta onze roteiros turísticos que realizam a promoção e comercialização das potencialidades e dos atrativos das localidades. Neste sentido, os roteiros demonstraram uma identidade comum constituída pelos patrimônios histórico-culturais e recursos naturais de cada localidade, abordados em suas temáticas. Como analisado, percebe-se que a localidade de São Francisco de Paula não está inserida em nenhum dos roteiros identificados na região, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Roteiros turísticos na Região das Hortênsias

NOME DO ROTEIRO	NOME DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	SEGMENTAÇÃO	OPERACIONALIZAÇÃO
Caminho da Fé	Picada Café	Turismo religioso	-
Caminho das Graças	Canela	Turismo religioso	-
Cooperativa Pia	Nova Petrópolis	Turismo cultural e gastronômico	-
O Quatrilho	Gramado	Turismo cultural e gastronômico	-
Raízes Coloniais	Gramado	Turismo cultural	-
Recanto dos Pioneiros	Nova Petrópolis	Turismo cultural	-
Roteiro Criativo Várzea- Serra Grande	Gramado	Turismo cultural	-
Roteiro do Cooperativismo	Nova Petrópolis	Turismo cultural	-
Roteiro Rural Alemães do Sul	Nova Petrópolis	Turismo rural	Rota Cultural Turismo Zeppelin Agência de Viagens e Turismo
Roteiro Agroturismo- Tour no Vale	Gramado	Turismo cultural	Rota Cultural Turismo
Roteiro Internacional de Ecoturismo- Bichos do Brasil e Cânions do Brasil	Cambará do Sul e Gramado	Ecoturismo e turismo de aventura	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Para contextualizar e potencializar os atrativos histórico-culturais e as riquezas naturais existentes nas localidades, os roteiros apresentaram os seguintes segmentos: turismo religioso; turismo cultural e gastronômico; turismo rural; ecoturismo e turismo de aventura. Com destaque à

segmentação de turismo cultural, pela região apresentar uma multiplicidade de interpretações que configuram em experiências turísticas.

Em relação à operacionalização, somente dois dos roteiros identificados são comercializados por agências. Assim, evidencia-se a falta de operacionalização dos roteiros existentes na Região das Hortênsias, dificultando a comercialização destes produtos turísticos. Como afirma César (2016, p. 432), “[...] produtos turísticos, que poderiam estar consolidando estruturas regionais”.

Os roteiros caracterizados na Região das Hortênsias evidenciaram os atrativos histórico-culturais, naturais e gastronômicos. Além de apresentarem de forma organizada e estruturada as potencialidades da região, constituindo-se como alavancas para o desenvolvimento turístico-regional.

Considerações finais

Cada vez mais o setor turístico torna-se uma alternativa para contribuir com os órgãos ligados à governança pública, na busca pelo desenvolvimento regional, pois agrega aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais em uma determinada localidade e/ou região. Neste sentido, as políticas públicas direcionadas ao setor desempenham ações e programas voltados ao desenvolvimento turístico das regiões do País.

Atualmente, o Ministério do Turismo pretende alcançar os objetivos e as metas em prol do desenvolvimento turístico nacional, por meio do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil. Para que suas ações sejam executadas, é necessário o envolvimento e a atuação de todos os autores envolvidos direta e indiretamente na atividade turística das regiões e/ou localidades.

O presente estudo enfatizou, no primeiro momento, compreender a estruturação das políticas públicas direcionadas ao setor turístico, com ênfase no Programa de Regionalização, destacando o Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística, para caracterizar as rotas e os roteiros existentes na Região Turística das Hortênsias, no Estado do Rio Grande do Sul. Observou-se que, no *site* da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do estado, as rotas e os

roteiros turísticos estão sendo divulgados de maneira conjunta, o que acaba dificultando, para o visitante/internauta a diferenciação entre um e outro.

Enquanto as rotas são desenvolvidas por órgãos e entidades de fomento ao turismo, com a finalidade de auxiliar na ordenação do setor turístico, os roteiros são produtos turísticos, que evidenciam a temática local, sendo operacionalizados e comercializados por agências receptoras.

Portanto, a caracterização das rotas e dos roteiros existentes na região evidenciou a falta de mobilização social, por parte dos atores envolvidos (público, privado e comunidade local), com o setor turístico, necessitando de articulações diretas e indiretas, além de divulgação e comercialização dos produtos e serviços, para direcionar a região ao desenvolvimento turístico.

Referências

- BAHL, M. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Prottexto, 2004.
- BARRETTO, M. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas: Papirus, 2003.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 3. ed. São Paulo: Ed. do Senac, 2000.
- BRAMBATTI, L. E. *Roteiros de turismo e patrimônio histórico*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano nacional de turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão*. Brasília, 2007.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. *Introdução à regionalização do turismo*. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007a.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. *Módulo Operacional 7 – Roteirização turística*. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007b.
- CESAR, P. A. B. (2016). Roteiros turístico-culturais na Serra gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico-memorial. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 416-434, set./dez. 2016.
- HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

A economia e o turismo compartilhando soluções

SETEL-RS – Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul. *Mapa 27 Regiões Turísticas do Estado*. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/lista/501/27-Regioes-Turisticas>>. Acesso em: ago./set. 2016.

_____. *Roteiros turísticos*. Porto Alegre, 2016a. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/roteiros>>. Acesso em: ago./set. 2016.

TAVARES, A. M. *City tour*. São Paulo, SP: Aleph, 2002.

12

Diagnóstico de clima organizacional em uma cooperativa de crédito

Jaime Peixoto Stecca*
Fabiana Letícia Pereira Alves Stecca**
Marcia Helena dos Santos Bento***
Gustavo Fontinelli Rossés#
Carla Rosane da Costa Sccott##

Resumo: Esta pesquisa procurou detectar o clima organizacional de uma cooperativa de crédito, variável que influencia na produtividade das organizações. Para tal, realizou-se um estudo em uma cooperativa de crédito da Região Central do RS, onde 75 colaboradores foram pesquisados. Os resultados foram expressos em 12 categorias: 1) cooperação no trabalho, 2) aplicação da missão, visão e valores, 3) reconhecimento e incentivo percebidos, 4) comprometimento organizacional, 5) gestão do desempenho, 6) incentivo à inovação, 7) estrutura, processos e ambiente de suporte, 8) comunicação, 9) atuação do superior imediato, 10) alta liderança, 11) carreira e desenvolvimento e 12) motivação, papéis e responsabilidade. Os resultados indicaram a existência de um clima organizacional favorável à produtividade, evidenciando elevado comprometimento organizacional e afinidade com a alta liderança. Os fatores com possibilidades de melhorias do clima organizacional apontam para questões relacionadas à missão e aos valores, à carreira e ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Clima organizacional. Cooperativas de crédito. Produtividade.

Introdução

Medir a produtividade não é um desafio desproporcional às organizações. Por produtividade entende-se comumente a relação existente entre a produção e os meios utilizados para tal. Ou seja, quando se consegue

* Doutor em Administração USP. Professor na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/6367717512879713>>. *E-mail:* jaime@ufsm.br

** Mestra em Engenharia da Produção UFSM. Professora da Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/9292087857275654>>. *E-mail:* fabiana@ufsm.br

*** Mestra em Engenharia da Produção UFSM. Professora na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/0071543186264982>>. *E-mail:* marciabento@politecnico.ufsm.br

Doutor em Extensão Rural UFSM. Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/9238425770636022>>. *E-mail:* gustavo@politecnico.ufsm.br

Mestra em Engenharia de Produção. Professora no Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana. <<http://lattes.cnpq.br/2403423270664920>>. *E-mail:* carla.sccott@iffarroupilha.edu.br

“produzir mais com menos”, mais produtividade há. Porém, o que parece simples no conceito reveste-se de um desafio todo especial na prática. Quais são os meios utilizados na produção? Além de máquinas, equipamentos e matéria-prima, há que se considerar o papel do ser humano, do funcionário nestes índices. Acreditamos, ao elaborar este estudo, contribuir para que a organização conheça o seu clima organizacional, representado por suas diferentes facetas, proporcionando à mesma uma ferramenta gerencial útil na correção de políticas e práticas de gestão de pessoas. Também desafiamos neste estudo a escolher uma organização peculiar: a sociedade cooperativa. Num misto de socialismo e capitalismo, as cooperativas vivem o dilema de proporcionar a lucratividade, através da oferta de facilidades aos cooperados, combinando esta lucratividade com o trabalho coletivo, com a educação para o associativismo, com a consciência do trabalho em conjunto.

A emergência de uma sociedade baseada no conhecimento é a explicação mais sucinta da importância que as pessoas adquiriram no moderno processo de geração de riquezas. É ilusório imaginar que os ativos tangíveis não possuem mais valor. Mas é igualmente ilusório imaginar que as formas de gestão destes ativos permitem concebê-los sem a interferência da intangibilidade. A indústria não morreu, apenas travestiu-se de imaterialidade e esta realidade alcança também as organizações cooperativas. O valor maior agregado aos ativos tangíveis modernos dá-se, na maioria das vezes, pela reunião de aspectos não materiais, como marca, imagem, aceitação, *status*, etc. E o grande responsável pela maior parte destes aspectos é o conhecimento, gerador de vantagens competitivas.

Bohlander, Snell e Sherman (2005), ao salientarem o papel das pessoas na geração de vantagens competitivas sustentáveis, enumeram quatro critérios relacionados à gestão de pessoal: a) os recursos devem ter valor – as pessoas são fonte de vantagem competitiva quando aprimoram a eficiência ou a efetividade da empresa; b) os recursos devem ser diferenciados – as pessoas são fonte de vantagem competitiva quando habilidades, conhecimentos e competências não estão igualmente disponíveis aos concorrentes; c) os recursos devem ser difíceis de imitar – pessoas são fontes de vantagens competitivas, quando suas capacidades e contribuições não podem ser imitadas pelos outros; e d) os recursos devem ser organizados –

pessoas são fonte de vantagem competitiva quando seus talentos podem ser combinados e empregados para atuar em novas atribuições ao serem incumbidas delas.

Neste contexto, as pessoas assumem um caráter diferencial estratégico, como já foi salientado por Bohlander, Snell e Sherman (2005) e o estudo das práticas de gestão destas pessoas na organização torna-se justificável e necessário. Sendo assim, podemos definir como proposta deste estudo diagnosticar o clima organizacional de uma cooperativa de crédito, a partir de seus colaboradores. Como objetivos específicos, pretendemos apontar os aspectos relevantes, que permitem um diferencial à organização, e os aspectos carentes de maiores cuidados, que podem servir de balizadores para melhorias na gestão.

Satisfação no trabalho e clima organizacional

Os primeiros teóricos organizacionais já procuraram identificar fatores que determinavam o envolvimento do trabalhador com a atividade laboral, em que os clássicos consideravam aspectos monetários e físicos do trabalho como únicos satisficentes. Estudos mais aprofundados da psicologia do trabalhador identificou que a satisfação destes advém, mais que dos aspectos externos, dos aspectos internos relativos ao trabalho.

Pode-se conceituar satisfação no trabalho como estado emocional positivo ou de prazer que resulta da avaliação que um empregado faz do seu trabalho ou de sua experiência no trabalho. (LOCKE, 1976). A satisfação envolve aspectos representativos de uma situação ou circunstância laboral, tais como salários, promoções, reconhecimento, benefícios, horas trabalhadas, condições de trabalho, desempenho, habilidades e conhecimento utilizado. Estas interpretações produzem um sentimento de aprovação ou de desaprovação, afeição ou antipatia que forma a atitude de satisfação ou de insatisfação com e no trabalho. Adicionalmente, um trabalho que pode ser considerado satisfatório é aquele que oferece a oportunidade de obter as principais metas desejadas pelo trabalhador. (TAMAYO, 2001). Ainda na tentativa de discutir satisfação no trabalho, sublinhamos a linha de pensamento de Locke (1976 apud WAGNER III e HOLLENBECK, 2001), que

afirma ser a satisfação fruto da combinação de três componentes-chave: valores, importância dos valores e percepção.

Podem ser compreendidos como *valores* aquilo “que uma pessoa deseja obter consciente ou inconscientemente”. O autor continua o raciocínio diferenciando valores de necessidades, classificando o primeiro como “exigências subjetivas”, enquanto o segundo, ao seu entendimento, pode ser chamado de “exigências objetivas”, já que as necessidades são consideradas essenciais à manutenção da vida e os valores existem na mente das pessoas, interpretados como um “alimento da alma” ou “desejo da mente”. (LOCKE, 1976 apud WAGNER III e HOLLENBECK, 2000).

De posse de tais informações, é possível discutirmos clima organizacional em si, que é o reflexo coletivo da satisfação dos indivíduos com o trabalho. Em Coda et al. (2009) encontramos um arrazoado dos principais conceitos de clima organizacional dispostos de forma cronológica, que permitem ao leitor uma ideia da evolução deste mesmo conceito e a visão de diferentes pensadores. Reproduzimos aqui, então, com esta intenção.

O objetivo do estudo do clima organizacional é justamente identificar o nível de satisfação dos trabalhadores. O instrumento que possibilita o levantamento do clima organizacional de uma determinada organização é chamado de Pesquisa de Clima Organizacional. A proposta da expressão *clima organizacional* é procurar condensar em um conceito todas as facetas das relações interpessoais vividas no ambiente da organização. O que as pessoas acham, pensam, sentem e convivem e como isto interfere no cotidiano do trabalho. Como os cooperadores percebem seu ambiente de trabalho, se estão satisfeitos e motivados também são fatores que compõem o clima organizacional. Segundo Altmann (2000), a adoção de ferramentas de monitoramento do clima organizacional pode trazer benefícios à organização, entre os quais podemos destacar: a) maior envolvimento dos funcionários com relação ao seu ambiente de trabalho, este envolvimento se reflete em maior satisfação, redução de ausências e melhoria de desempenho; b) a pesquisa de clima, realizada em datas predeterminadas, permite a manifestação dos funcionários sobre o ambiente de trabalho, favorecendo a comunicação intraorganizacional e o suprimento de informações ao corpo gerencial; c) oportunidade de comparação entre as características do

ambiente de trabalho da organização com o de outras organizações; e d) proatividade da gerência, antecipando e solucionando problemas relativos aos funcionários e/ou do ambiente de trabalho, prevenindo o surgimento de situações críticas que normalmente influenciam negativamente o fluxo normal de atividade das equipes.

Nota-se que a preocupação da organização com a medição e o gerenciamento do clima organizacional pode auferir vantagens como as já citadas acima. Muitas destas vantagens apresentam clara relação com o alcance dos objetivos traçados no planejamento estratégico. Ao detalharmos estas vantagens apontadas por Altmann (2000), relacionando-as aos objetivos da empresa, destacamos o envolvimento dos funcionários – decisivo no sucesso do empreendimento.

Metodologia

Para a consecução deste trabalho, analisou-se o sistema de gestão de pessoas da cooperativa de crédito Alephcredi (nome fictício), focando-se no diagnóstico do clima organizacional. Seguindo essa proposta, considera-se este estudo uma pesquisa classificada como quantitativa e exploratório-descritiva. Cervo e Bervian (2006) consideram que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem a interferência do pesquisador, desenvolvendo-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta documentado. Para Gil (2002), a característica mais importante desse tipo de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Além de ser uma pesquisa descritiva, é também exploratória. Piovesan e Temporini (1995) definem pesquisa exploratória, na qualidade de parte complementar da pesquisa central, como o estudo preliminar realizado com o escopo de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se almeja conhecer. Completam ainda dizendo que a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela está inserida.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto de questões fechadas, que foi aplicado à totalidade de colaboradores da organização. O total das questões está apresentado de forma alternada nas tabelas que demonstram os resultados, categorizadas de acordo com o que se propõe a inquirir. No momento da pesquisa, trabalhavam na cooperativa 92 colaboradores. O número de respondentes foi 75, que se posicionaram entre “discordância” e “concordância” com as afirmações apresentadas. A organização-alvo deste estudo é uma grande cooperativa de crédito da região central do Rio Grande do Sul, associada a um significativo sistema de crédito cooperativo brasileiro. A partir dos dados coletados, a análise dos resultados possibilitou o diagnóstico do clima organizacional, demonstrando seus aspectos positivos e negativos, que, após análise individual, as categorias foram apresentadas em grupo para salientar estes mesmos aspectos.

Análise dos resultados

Na sequência, são apresentados os resultados obtidos. Optou-se por dividi-los em doze assuntos, a saber: 1) cooperação no trabalho, 2) aplicação da missão, visão e valores, 3) reconhecimento e incentivos percebidos, 4) comprometimento organizacional, 5) gestão do desempenho, 6) incentivo à inovação, 7) estrutura, processos e ambiente de suporte, 8) comunicação, 9) atuação do superior imediato, 10) alta liderança, 11) carreira e desenvolvimento e 12) motivação, papéis e responsabilidade. A divisão permitirá discutir as questões de forma mais didática

A Tabela 1 apresenta quatro questões relativas à percepção dos funcionários com a cooperação encontrada no ambiente de trabalho. Pelos resultados, pode-se perceber que mais de 70% dos entrevistados consideram haver cooperação. Entende-se que as informações são repassadas corretamente (87% concordam); há sentimento de cooperação (76% concordam), a equipe recebe apoio necessário das áreas às quais depende (72%) e existe colaboração entre as empresas do sistema Alephcredi (para 77% dos entrevistados), em que se considerou ser a cooperação um dos pontos fortes da organização.

Tabela 1 – Percepção em relação à cooperação no trabalho

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Eu tenho as informações que preciso para fazer o meu trabalho eficazmente.	01	12	87
Há cooperação e trabalho de equipe dentro do meu grupo.	01	23	76
Minha equipe de trabalho recebe o apoio necessário das áreas que dependemos.	07	21	72
Existe colaboração entre as empresas do ALEPHCREDI.	07	16	77
Média	04	18	78

Fonte: Pesquisa (2016).

Observa-se na Tabela 2 que, para 73% dos entrevistados, o conjunto de princípios e valores organizacionais são praticados, destacando a internalização da missão pelos funcionários, de modo que 84% deles alegaram conhecer o conjunto de princípios e valores organizacionais. O compartilhamento de objetivos entre empresa e funcionários é crucial para o bom desempenho do desenvolvimento estratégico; dessa maneira, 97% dos funcionários vê o futuro do Alephcredi com otimismo.

Tabela 2 – Aplicação da missão, da visão e dos valores do Alephcredi

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
O conjunto de princípios e valores organizacionais são praticados.	04	23	73
Eu conheço o conjunto de princípios e valores organizacionais.	01	15	84
Eu vejo o futuro do ALEPHCREDI com otimismo.	00	3	97
Média	1,7	13,6	84,7

Fonte: Pesquisa (2016).

Observando-se os resultados apresentados na Tabela 3, pode-se afirmar que 89% dos entrevistados asseveram que as atividades desempenhadas estão de acordo com o cargo que ocupam e os 11% restantes preferiram não se manifestar. Quando questionados se seu superior imediato lida de forma apropriada com pessoas que apresentam baixo desempenho, repetidamente 73% responderam positivamente e 19% não opinaram. Considerando o salário um incentivo monetário, a pesquisa aponta que 18% dos entrevistados consideram que seu salário não está de acordo com o trabalho que realizam; destaca-se ainda que 36% permaneceram neutros na resposta.

Ainda discorrendo sobre os dados, pode-se perceber que são considerados pontos positivos pelos colaboradores os aspectos relativos ao reconhecimento por parte do superior imediato; 72% dos entrevistados

opinaram haver. Ainda como pontos positivos, salientamos os benefícios oferecidos – 73% consideram competitivos – e a clareza dos critérios de remuneração, onde 70% afirmam considerá-los devidamente claros. Ressalta-se a opinião negativa predominante em relação à remuneração percebida. Do total, 42% dos entrevistados não se sentiram esclarecidos o suficiente ou preferiram não opinar quanto à adequação da remuneração. Ainda neste quesito, notamos que 32% dos entrevistados afirmaram não concordar com a adequação da remuneração, ou seja, desejam receber mais. Apenas 26% consideram apropriados os seus vencimentos.

Tabela 3 – Percepção em relação a reconhecimento e incentivos

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Minhas atividades estão de acordo com o cargo que ocupo.	0	11	89
Meu superior imediato lida de forma apropriada com pessoas que apresentam baixo desempenho repetidamente.	8	19	73
O meu salário está de adequado com o trabalho que realizo.	18	36	46
Meu superior imediato reconhece quando realizo um bom trabalho.	11	17	72
Considerando o cargo que ocupo, eu considero minha remuneração adequada.	32	42	26
Os benefícios oferecidos são competitivos em relação ao mercado.	05	22	73
Os critérios de remuneração são claros.	08	22	70
Média	11,7	24,2	64,1

Fonte: Pesquisa (2016).

Estudos apontam que apenas o comprometimento organizacional por parte dos colaboradores não garante a satisfação no trabalho. Esta satisfação é fruto de uma via de mão dupla. O funcionário e a organização colaboram para que ela aconteça. Mas um alto grau de comprometimento pode ser um “sintoma” de que os colaboradores estão com graus de satisfação elevados.

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, pode-se observar que o Alephcredi possui alto nível de comprometimento organizacional, pois 95% dos funcionários participantes da pesquisa sentem-se orgulhosos por trabalhar na instituição e 89% recomendam a cooperativa como sendo um bom lugar para trabalhar, apresentando assim um forte desejo de se manter membro da organização, característica marcante no comprometimento. A pesquisa ainda apontou que 96% dos entrevistados recomendam o Alephcredi como sendo um bom lugar para investir e 91% acreditam que os resultados da pesquisa serão utilizados de maneira positiva.

Tabela 4 – Comprometimento organizacional

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Eu sinto orgulho de trabalhar no ALEPHCREDI.	00	5	95
Eu recomendo o ALEPHCREDI como sendo um bom lugar para investir.	00	4	96
Eu recomendo o ALEPHCREDI como sendo um bom lugar para trabalhar.	00	11	89
Eu acredito que os resultados da pesquisa serão usados de maneira positiva.	03	06	91
Média	0,8	6,4	92,8

Fonte: Pesquisa (2016).

A Tabela 5 apresenta as percepções dos entrevistados em relação à gestão do desempenho adotada pelo Alephcredi. Percebeu-se que, para os colaboradores, existe relação entre o desempenho individual e a remuneração percebida (59%) e oportunidades apresentadas (88%). Também são considerados justos os critérios para avaliação dos funcionários para 59% dos entrevistados. Estes dados evidenciam estar correta a política de gestão de desempenho dos funcionários, permitindo aos mesmos a sensação de que seu esforço será reconhecido e recompensado.

Tabela 5 – Percepção em relação à gestão do desempenho

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Quanto melhor meu desempenho, melhor será minha remuneração.	12	29	59
Os critérios utilizados para avaliar o desempenho são justos.	11	30	59
Quanto melhor meu desempenho, maiores serão minhas oportunidades.	04	08	88
Média	9,0	22,3	68,7

Fonte: Pesquisa (2016).

Os trabalhadores do Alephcredi também foram questionados sobre os incentivos que recebem para a inovação e como percebem a postura da empresa em relação à questão. A Tabela 6 apresenta os resultados, e se pode destacar que 80% dos entrevistados consideraram-se encorajados a encontrar novas ou melhores formas de realizar suas tarefas. Pressupõe-se, através deste percentual, que a empresa procura valorizar a iniciativa dos mesmos. Quando interrogados sobre a imagem inovadora da empresa, 62% destacaram ser o Alephcredi inovador nos processos internos, com vistas à

melhoria no trabalho. Destaca-se que, apesar do percentual acima ser considerado satisfatório, ainda há um número expressivo de 28% (neutros) e 10% (não concordantes) dos entrevistados a ponderar que a empresa não inova nem menos em processos internos para melhoria no trabalho. A inovação, já amplamente discutida na literatura especializada, é um fator determinante de competitividade e a pergunta proposta não procura analisar a cultura inovativa dominante na organização, mas apenas aspectos novos em processos cotidianos.

Tabela 6 – Incentivo à inovação

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Sou encorajado a encontrar novas ou melhores formas de fazer as coisas.	04	16	80
A empresa é inovadora nos métodos e processos internos para melhorar a eficácia no trabalho.	10	28	62
Média	7,0	22,0	71,0

Fonte: Pesquisa (2016).

Fez também parte da pesquisa a percepção dos trabalhadores em relação à estrutura da organização, seus processos adotados e o ambiente de suporte às atividades. Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram que 85% dos entrevistados concordam que estrutura organizacional adotada facilita o alcance dos objetivos; 74% consideram a pressão recebida pela realização do trabalho adequada; 81% atestam ter o trabalho um fluxo bem-organizado; 84% consideram que a quantidade de trabalho é a esperada; 73% ponderam não existir barreiras significativas que impeçam a realização do trabalho, e 76% acreditam que as condições de trabalho facilitam a produtividade. Acredita-se ser conveniente ressaltar, respeitando os dados auferidos na pesquisa, a percepção dos entrevistados.

Tabela 7 – Percepção quanto à estrutura, processos e ambiente de suporte

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
A estrutura organizacional facilita a realização dos objetivos do ALEPHCREDI.	01	14	85
A pressão que recebo para realizar meu trabalho é adequada.	03	23	74
Os fluxos de trabalho são bem organizados.	01	18	81
A quantidade de trabalho esperada por mim é adequada.	07	09	84
Não existem barreiras significativas que me impeçam de realizar um trabalho.	03	24	73
As condições de trabalho facilitam eu ser tão produtivo quanto posso ser.	01	23	76
Média	2,7	18,5	78,8

Fonte: Pesquisa (2016).

Os colaboradores foram questionados quanto à sua percepção em relação à comunicação praticada pela empresa. Como demonstra a Tabela 8, 85% dos entrevistados a consideram eficaz e 88% afirmam terem tido ciência em relação à estratégia e às metas do negócio. Os demais percentuais ajudam a compreender tal afirmação. Ao serem perguntados se são informados pelo superior imediato sobre mudanças que podem afetar no trabalho, 80% responderam que sim. Da mesma forma, 71% alegaram ser estimulados a expressar o seu ponto de vista, o que denota haver um canal eficiente de comunicação entre as gerências intermediárias. Outro dado levantado foi em relação aos resultados obtidos. Em 95% das respostas, os colaboradores afirmaram conhecer os resultados alcançados, através dos canais formais de comunicação da empresa.

Tabela 8 – Percepção quanto à comunicação

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
A estratégia e as metas do negócio foram comunicadas a mim.	00	12	88
Os meios de comunicação interna utilizados são eficazes.	03	12	85
Meu superior imediato informa sobre mudanças que podem afetar meu trabalho.	01	19	80
Sou estimulado a expressar meu ponto de vista.	08	21	71
Os colaboradores são informados sobre os resultados obtidos periodicamente.	00	05	95
Média	2,4	13,8	83,8

Fonte: Pesquisa (2016).

A Tabela 9 demonstra que 81% dos entrevistados consideram ser tratados com justiça pelos seus superiores imediatos, 86% acreditam que o superior imediato age de acordo com o que fala, ou seja, é coerente, e 89% confiam em seu superior imediato. Estes dados igualmente ajudam a compreender a eficácia – aos olhos dos entrevistados – dos processos de comunicação da Alephcredi. Mas extrapolando a demanda comunicação, podemos afirmar que a confiança depositada nos superiores (nenhum índice está abaixo de 80%) contribui para a criação de um clima organizacional favorável.

Tabela 9 – Percepção quanto ao superior imediato

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Meu superior imediato trata a todos com justiça, sem favoritismos.	05	14	81
Meu superior imediato age de acordo com o que fala.	03	11	86
Eu confio no meu superior imediato.	01	10	89
<i>Média</i>	<i>3,0</i>	<i>11,7</i>	<i>85,3</i>

Fonte: Pesquisa (2016).

Ao mesmo tempo em que se buscou criar uma relação entre comunicação e confiança no superior imediato, esperamos ser conveniente continuar a relação trazendo a percepção dos entrevistados em relação à alta liderança da organização. Os dados demonstram, de acordo com a Tabela 10, haver, assim como com o superior imediato, uma forte confiança nos líderes da organização; 91% afirmam que são claros os papéis e as responsabilidades; 89% também dizem estar claras as prioridades, e 89% consideram as estratégias e metas condizentes com o momento atual. Mas ressaltam-se os altos percentuais de percepção quanto à ética – 99% acreditam que a Alephcredi é ética em seus negócios – e 96% confiam na alta liderança da empresa. Como se tratou de clima organizacional, pode-se afirmar, respeitando as respostas dos questionados, que a empresa possui um corpo funcional sensibilizado e confiante na liderança.

Tabela 10 – Percepção quanto à alta liderança

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
São claros os papéis e responsabilidades no processo de tomada de decisão.	01	08	91
O ALEPHCREDI é ético em seus negócios.	00	01	99
As prioridades em relação ao que precisa ser feito para atingir resultados estão claras.	01	10	89
Eu confio na alta liderança da empresa em que trabalho.	00	04	96
Considerando o momento atual, acredito que as estratégias e metas estão corretas.	01	10	89
Média	0,6	6,6	92,8

Fonte: Pesquisa (2016).

Os colaboradores também foram convidados a manifestar sua percepção em relação à carreira e às possibilidades de desenvolvimento oferecidas pela empresa. Como positivos, salienta-se a percepção de possibilidade de crescimento profissional – 82% acreditam que elas existem, e a preocupação do superior imediato com a preparação do subordinado para novos desafios – 71% afirmam haver esta preocupação. Também como positivo, destaca-se a orientação do superior imediato quando de erro do subordinado – 80% alegam que o superior orienta no sentido de proporcionar o desenvolvimento pessoal. Como aspectos negativos, salienta-se a incapacidade do Alephcredi de atrair e reter talentos. Para 51% dos entrevistados, a empresa não demonstra possuir a capacidade de atrair talentos e para 44% não há capacidade de retê-los. Da mesma forma, foi apontado como negativa a inexistência do hábito dos superiores imediatos dialogarem com os subordinados sobre seus pontos fortes e fracos e as necessidades de desenvolvimento.

Tabela 11 – Carreira e desenvolvimento

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
Existem possibilidades de crescimento profissional no ALEPHCREDI.	05	13	82
Meu superior planeja ações de desenvolvimento, visando preparar-me para novos desafios.	08	21	71
O ALEPHCREDI é hábil em atrair colaboradores altamente qualificados.	22	34	51
O ALEPHCREDI é hábil em reter colaboradores altamente qualificados.	15	34	44
Quando cometo eventuais erros, meu superior orienta-me para meu desenvolvimento.	03	17	80
Meu superior imediato conversa comigo sobre meus pontos fortes e necessidades de desenvolvimento.	15	21	64
Média	11,3	23,3	65,4

Fonte: Pesquisa (2016).

Dos entrevistados, 82% concordaram em haver no Alephcredi condições para que se motivem e, conseqüentemente, deem o máximo de rendimento no trabalho. Para 85% das pessoas, o trabalho realizado é motivador e, em 80% das respostas, os entrevistados concordaram haver relação entre o desempenho da atividade e as qualificações e habilidades do ocupante do cargo. Considerou-se conveniente ressaltar estes aspectos. Um trabalho motivador e desafiador é um importante aliado para a organização cumprir suas determinações, e os percentuais parecem refletir claramente uma política de transparência na gestão de pessoas da organização.

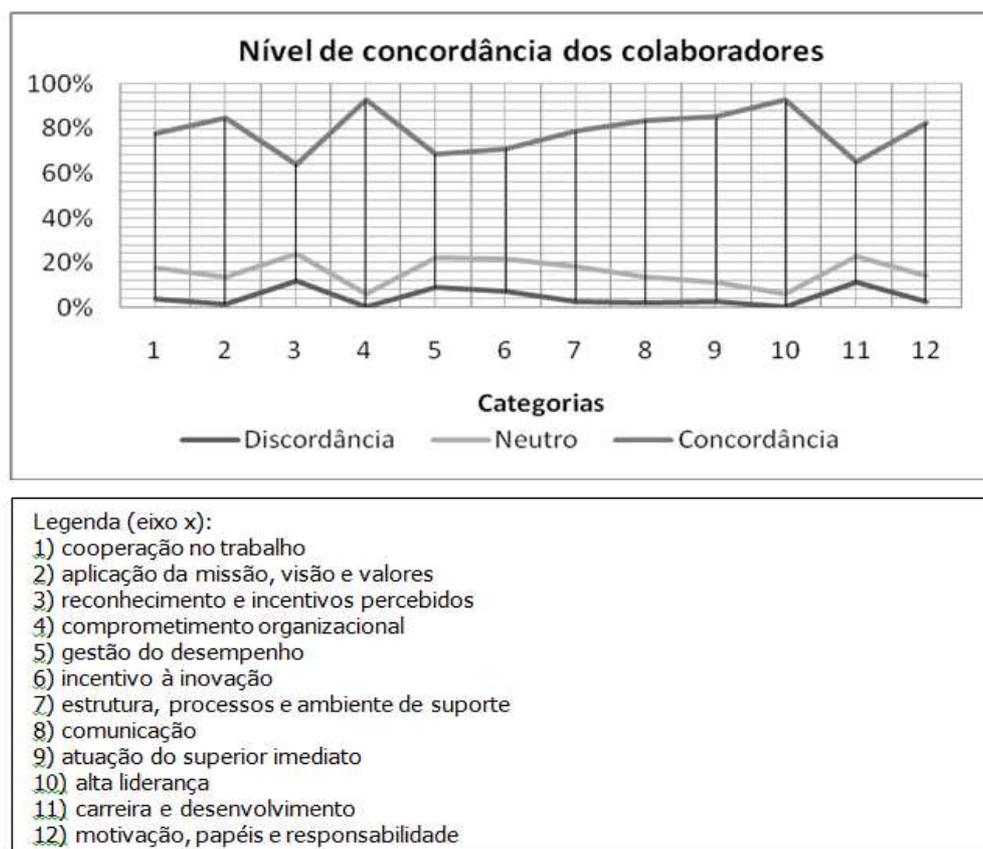
Tabela 12 – Motivação, papéis e responsabilidade

<i>Questão</i>	<i>Discordo (%)</i>	<i>Neutro (%)</i>	<i>Concordo (%)</i>
O ALEPHCREDI apresenta condições de eu motivar-me para dar o máximo em meu trabalho.	05	13	82
O trabalho que realizo é motivador e interessante.	00	15	85
As atividades que desempenho <u>permitem</u> que eu faça bom uso de minhas qualificações e habilidades.	04	16	80
Média	3,0	14,7	82,3

Fonte: Pesquisa (2016).

Como se percebe, os índices de maior concordância são os relativos ao comprometimento organizacional e à confiança na alta liderança. Os de maior discordância, apesar de não ultrapassarem 15%, são reconhecimento e incentivos percebidos e carreira e desenvolvimento. Os índices de maior neutralidade coincidem com os de discordância. Condensando-se os resultados e apresentando de forma resumida, os resultados podem ser observados a seguir, na Figura 1.

Figura 1 – Resumo dos resultados



Fonte: Pesquisa (2016).

Com base nestas considerações, entendeu-se que as correlações entre as categorias estudadas permitiram promover informações complementares sobre diferentes aspectos estudados, na medida em que procurou detectar o clima organizacional de uma cooperativa de crédito, variável que influencia a produtividade das organizações.

Conclusão

Esta pesquisa procurou diagnosticar o clima organizacional de uma cooperativa de crédito, identificando os sentimentos dos colaboradores em relação ao seu local de trabalho. É importante debruçar-nos sobre esta questão – o clima organizacional – porque o trabalho é um referencial do

indivíduo. Com o advento de uma sociedade organizacional, a ocupação deixa de ser apenas uma fonte de sustento e passa a determinar a posição social, a aceitação pelo grupo, o *status* do indivíduo frente à sociedade em que vive. Também, pelas cada vez maiores atribuições, o trabalho deixa de ser mais uma e torna-se a principal atividade humana, relacionada com sucesso, autoestima e realização.

Ao analisar o ambiente de trabalho da Alephcredi, apontaram-se os estudos para aspectos tais como: cooperação, aplicação da missão, visão e valores, reconhecimento e incentivos percebidos, comprometimento organizacional, gestão do desempenho, incentivo à inovação, estrutura, processos e ambiente de suporte, comunicação, atuação do superior imediato, alta liderança, motivação e papéis e responsabilidade.

Respeitando estes quesitos e analisando mais cada um, foram verificados como aspectos favoráveis: a) a percepção de existência de cooperação no trabalho, em que o grupo alega possuir as informações necessárias para executar as tarefas, cooperar entre si, receber o apoio condizente e contribuir para a colaboração entre as empresas constituintes do sistema Alephcredi; b) a aplicação da missão, visão e dos valores da organização, que são alegadamente conhecidos, bem como seus princípios. É positivo também, ao se considerar ainda este quesito, o otimismo quanto ao futuro da organização; c) o sentimento de ser reconhecido e ter incentivos condizentes, quando notamos que há boa reação em relação a benefícios e critérios de remuneração. Ressalta-se, todavia, que a remuneração não é considerada adequada; d) a existência de funcionários comprometidos, cuja esmagadora maioria considera-se orgulhosa de trabalhar ali, recomendando a instituição como um bom lugar de investir e trabalhar, e) uma estrutura organizacional adequada, com suporte que permite a realização das propostas. Salienta-se existir, segundo os entrevistados, condições de trabalho condizentes com o que se espera do funcionário, permitindo que realizem as tarefas de acordo com o esperado; f) processos de comunicação eficazes, cujas estratégias e metas são conhecidas e praticadas, nas quais falhas são apontadas, no sentido de promover a melhoria e os funcionários são estimulados a se expressarem sem o risco de retaliação; g) a boa imagem do superior imediato, em que o favoritismo não existe. Há coerência entre

falar e agir e também confiança nas chefias; h) a confiança na alta liderança, havendo a ideia de trabalhar em local ético e clareza nas responsabilidades na tomada de decisão; i) ambiente considerado estimulante à motivação, de forma que os funcionários se sintam compelidos a dar de si, motivem-se e percebam o trabalho como interessante, e usem suas qualificações e habilidades.

Além disso, percebeu-se como aspectos a serem melhorados, segundo dados da pesquisa: a) a remuneração dos funcionários, que apontam ser inadequada à função ou não evoluir proporcionalmente ao desempenho apresentando; b) o descuido quanto à carreira e o desenvolvimento do funcionário, que, apesar de acreditarem ser possível crescer na organização, afirmar a mesma não ter condições de atrair e reter os talentos disponíveis. Descuido também das chefias imediatas que, não obstante estarem próximas aos subordinados, descuidam no *feedback* construtivo, que leva ao crescimento profissional. Por fim, salienta-se a visão dos colaboradores em relação à sua contribuição no alcance dos objetivos da cooperativa; a esmagadora maioria sente-se contribuinte e corresponsável pelo sucesso da organização.

De forma geral, conclui-se que os resultados da investigação trouxeram contribuições relevantes para as pesquisas, que têm como propósito analisar o clima organizacional como variável influenciadora na produtividade das organizações.

Referências

ALTMANN, R. *Forecasting your organizational climate. Journal of Property Management*. Chicago: v. 65, n. 4, p. 62-65, julho/agosto de 2000. Disponível em <www.umi.com/proquest>. Acesso em: 12 dez. 2001.

BIALOSKORSKI, N. S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. (Org.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.

BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Thomson, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

A economia e o turismo compartilhando soluções

CODA, R. et al. Nada mais prático que uma boa teoria! Proposição e validação de modelo de clima organizacional. In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2002.

LOCKE, E. A. The nature and causes of job satisfaction. In: DUNNETTE, M. D. *Handbook of industrial and organizational psychology*. Chicago: Rand McNally, 1976. p. 1297-1349.

MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1994.

PACHECO, A. P. R. et al. Competências essenciais: modelos de concepção. In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 2009.

PINHO, D. B. Lineamento da legislação cooperativa brasileira. *Manual de cooperativismo*. São Paulo: CNPq, 1996. v. 3.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimentos metodológicos para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 4, agosto 1995. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010>. Acesso em: 21 jun. 2008.

OCB. Organização das cooperativas brasileiras. *O cooperativismo no Brasil*. Brasília: OCB, 1996.

QUEIROZ, A. C. S., ALBUQUERQUE, L. G. Análise do ambiente organizacional. In: ALBUQUERQUE, L. G.; LEITE, N. P. (Org.). *Gestão de pessoas: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TAMAYO, A. Prioridades axiológicas, atividade física e estresse ocupacional. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 127-147, 2001.

WAGNER III, A. J.; HOLLENBECK, J. R. *Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2000.

Disciplina e ordenamento no espaço urbano: uma análise do Código de Posturas do Município de Bento Gonçalves/RS

Vinícius Triches*

Resumo: O Código de Posturas é um instrumento jurídico importante para o ordenamento e a disciplinação das posturas a serem adotadas pela população de um município, em prol de buscar um desenvolvimento que venha a atender os critérios relativos às necessidades dos agentes públicos e privados. O objetivo fundamental do presente estudo é realizar uma análise do Código de Posturas, do Município de Bento Gonçalves, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Realizou-se, neste sentido, uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, visando entender a história e o desenvolvimento deste Código no Brasil e na Europa, bem como refletir sobre o Código implementado no município citado. Verificou-se que o Código da cidade gaúcha é amplo, com detalhamento relevante das posturas municipais a serem adotadas por seus munícipes, as quais são respeitadas, mas que, como qualquer normatização, pode ser melhorada, visando atualizá-la para atender da melhor maneira os anseios populares.

Palavras-chave: Código. Disciplina. Posturas. Ordenamento. Município.

Introdução

A preocupação com a disciplinação e o ordenamento dos espaços urbanos é um dos temas mais recorrentes das gestões públicas municipais, em tempos longevos bem como nos atuais. É responsabilidade do gestor público que se institua, promova e fiscalize a aplicação de leis que atendam a estas necessidades, com o fim de refletir sobre questões como o uso de espaços públicos, o funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais, a promoção da higiene, a mobilidade individual e coletiva e a proteção ao sossego da população, por exemplo.

Tal necessidade surgiu devido ao processo acelerado de urbanização e industrialização, ocorrido nos países de desenvolvidos e subdesenvolvidos ao longo dos últimos duzentos anos, período com maior fluxo migratório de

* Bacharel em Ciências Econômicas (UFRGS). Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior (Uninter). Mestre em Economia (UFSC). Doutorando em Psicologia Social (UK/Argentina). Professor na Faculdade da Serra Gaúcha (FSG/Bento Gonçalves), no curso de Gestão Financeira. <<http://lattes.cnpq.br/9470704356311909>>. E-mail: vinicius.triches@fsg.edu.br.

população em direção às cidades, oriundo do campo, fez com que surgissem novas demandas, bem como potencializou as já existentes dentro da esfera de decisões e ações políticas a serem tomadas pelos gestores municipais.

Cabe aos gestores então que tenham, relativamente ao planejamento e à tomada de decisão, conhecimentos e competências para exercerem de forma consciente e eficiente suas atribuições, em que a devida importância sobre as diferentes formas de legislação urbana é um dos fatores fundamentais para a melhor compreensão dos direitos e deveres de cada cidadão. Também deve ser lembrada que os gestores devem ter preocupação em entender as peculiaridades da esfera urbana envolvida, com a adoção de políticas que observem as possíveis situações de risco a serem evitadas.

Entretanto, deve-se lembrar que é mais do que necessário um permanente espaço para a atualização das práticas de gestão pública a serem adotadas, visto que, segundo Carvalho (2000), as formas de legislação urbana, como qualquer instrumento jurídico, tendem a estar sempre atrasadas ou defasadas, em relação às realidades que pretendem querer regular. É mais do que necessário então o fomento à reflexão, em que se crie uma cultura com base na necessidade de discutir o processo de aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos municipais.

Dentre o conjunto de leis que versam sobre as questões urbanas, ou seja, as de competência do município, está o Código de Posturas, instrumento legal que dá suporte ao ordenamento e à disciplinação dos espaços urbanos, de acordo com fatores que remetem a diferentes normas para o adequado convívio social.

O objetivo fundamental do presente artigo é apresentar e refletir sobre a normatização oriunda do Código de Posturas nas esferas municipais, buscando analisar uma situação específica, ou seja, o Código de Posturas do Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Tal município é um dos polos expressivos da área industrial, comercial e agrícola do estado, tendo uma população de 112.318 habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 29.353,00, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2010.

Na busca dos objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa exploratória, que utilizou como recursos metodológicos a pesquisa

bibliográfica e documental, sendo a primeira representada por livros e artigos científicos e jornalísticos de cunho eletrônico, e a segunda a própria legislação documental vigente do município, no caso o seu Código de Posturas.

O trabalho divide-se em três partes fundamentais. A primeira destaca a origem, a evolução e os conceitos fundamentais que permeiam o entendimento do instrumental jurídico representado pelo Código de Posturas. A segunda apresenta o Código e Posturas, do Município de Bento Gonçalves, destacando a sua divisão fundamental, o seu processo de atualização e algumas indagações oriundas da leitura e análise do documento, de acordo com a abordagem teórica proposta. A terceira e última parte apresenta as principais conclusões da pesquisa realizada.

Código de posturas: origem, evolução e conceitos fundamentais

A palavra *postura*, em uma rápida consulta a um dicionário, tem relação, no que se refere aos seus diferentes significados, a algum tipo de posição parcial ou total do corpo ou, ainda, a um aspecto físico ou expressão fisionômica. Também pode ser entendida como a percepção de um determinado ponto de vista relativo a uma maneira de agir ou pensar. Entretanto, no que tange aos objetivos deste trabalho, relaciona-se a um tipo de preceito manual escrito, que obriga os habitantes de um município ao cumprimento de determinados deveres relativos à ordem pública.

Faria (2010) vai mencionar que é na Europa, a partir do Império Napoleônico, no início do século XIX, período de grande crescimento da urbanização e industrialização, onde serão dados os primeiros passos na postulação de normas de caráter cada vez mais rígido sobre os procedimentos de conduta dos cidadãos e o uso dos bens urbanos, bem como a regulamentação de padrões relativos à higiene e salubridade das áreas públicas e construções. Tais normas, regras e imposições de penalidades aos infratores receberam o nome, tanto em Portugal, como no Brasil, de Código de Posturas, em que muitos assuntos são tratados:

[...] entre eles o controle de animais soltos, os vendedores de ruas, a licença de comerciar, o policiamento da cidade, o regulamento do trânsito e do tráfego, o horário de funcionamento do comércio, o controle de certas atividades profissionais (mascates, farmacêuticos e dentistas, por exemplo), assuntos ligados à saúde, como a vacinação, higiene pública e de certas atividades (matadouros, chiqueiros), organização dos cemitérios, proibição de despejos de restos nas ruas, licença para construir e tantos outros. (FARIA, 2010, p. 01).

Já Schmachtenberg (2008), na mesma linha que Faria (2010), destaca que os Códigos de Posturas ou Posturas Municipais são elementos originados da necessidade de um novo delineamento jurídico que pudesse reestruturar as relações sociais e de produção, como também a própria convivência nas cidades.

Teria sido desta forma que, no início do século XIX, com base na percepção do espaço urbano, como causador de problemas humanos, acabou por ser alvo de profissionais como legisladores, engenheiros e médicos que começaram a criar leis e códigos para evitar a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino e a própria população local.

A imposição dos Códigos de Posturas pode ser entendida para o autor, então, como uma medida urbanística que visava neste período municiar a cidade de um mecanismo regulador para a prevenção dos efeitos nocivos que incidissem sobre o espaço urbano. Assim, com a introdução de “[...] uma tentativa de normalizar, normatizar e regulamentar a sociedade através de uma constante vigilância sobre os atos e comportamentos dos indivíduos” (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 6), buscava-se criar um novo modelo de cidade mais moderno e adaptado às exigências do processo de crescimento urbanístico, de acordo com as mudanças econômicas, sociais e políticas, que caracterizavam este período. As posturas podem ser então assim entendidas:

[...] como uma forma de prevenção e controle do espaço urbano, um mecanismo regulamentador para que este espaço não se tornasse um ambiente infeccioso, minando as possibilidades de ocorrência de problemas relacionados à saúde pública e principalmente vigiar, regulamentar a população para que esta não potencialize suas atitudes contra a ordem e moral pública e coloque em perigo a sociedade. (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 06).

Relativamente ao Brasil, este teria tido suas primeiras discussões a respeito da disciplinação e o ordenamento municipal ainda em seu período colonial, momento este que os pequenos povoados e vilas já teriam demandado iniciativas próprias governamentais, sendo elas o estabelecimento de regras e normas, que deveriam atender os padrões éticos, culturais e morais da época, de acordo com Faria (2010), na busca de facilitar a convivência dos seus habitantes.

Com a criação da primeira Constituição brasileira, datada de 1824, logo após a Independência, aparece a citação textual de que é competência das Câmaras de Vereadores exercer as funções municipais, com foco em formação de suas próprias posturas policiais, a aplicação de suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições. É desta forma que se dava autonomia para o município instituir sua própria lei para o trato da postura dos seus munícipes, segundo Faria (2010).

O autor afirma que esta novidade, oriunda da Carta de 1824, vai representar um avanço, visto que eram inexistentes neste período qualquer tipo de legislação que atentasse aos problemas e interesses do município, não somente na esfera local, como também nos níveis estadual e federal. Cabe lembrar que as normalizações fundamentais somente surgiriam em períodos posteriores, como as que regulamentam as leis trabalhistas, o Código Civil e de Obras, dentre outras.

Apesar da perda de importância que será atribuída nos períodos posteriores, quando se verificará a criação de novas leis municipais, o Código de Posturas continuará sendo elemento de destaque dentro do ordenamento jurídico municipal, em que mais uma vez a Constituição (no caso, a de 1988) retomará a importância da gestão e do planejamento das cidades, valorizando as posturas para o seu pleno desenvolvimento, ainda de acordo com Faria (2010).

Atualmente, conforme destacado por Santos (2013), o Código de Posturas é um elemento de regulação das medidas de polícia administrativa, higiene, ordem pública e de funcionamento dos estabelecimentos (comerciais, industriais e prestadores de serviços), como também das ações comerciais de caráter eventual e ambulante, com base na determinação de relações entre o Poder Público e a população local.

O Código de Posturas do Município de Bento Gonçalves/RS: divisão, atualização e principais indagações e reflexões

O Código de Posturas do Município de Bento Gonçalves é datado de 4 de outubro de 1969, de acordo com consulta ao próprio documento, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Sady Fialho Fagundes, de acordo com a Lei Municipal 313.

É composto de cinco títulos, subdivididos em um total de 24 capítulos, os quais se relacionam a uma totalidade de 186 artigos.

O primeiro título versa sobre as disposições gerais deste regramento jurídico municipal. Destacam-se, então, de acordo com os capítulos, as disposições preliminares, as infrações e penas a serem instituídas, os autos de infração e o processo de execução.

Já o segundo título destaca as questões associadas à higiene pública. Além das disposições gerais sobre o tema, são apresentadas as principais considerações relativas à higiene das vias públicas, a higiene das habitações, a higiene da alimentação e a higiene dos estabelecimentos.

O terceiro título destaca as principais considerações relativas à polícia de costumes, à segurança e à ordem pública. É ali que estão normatizadas as questões associadas à moralidade e ao sossego público, dos divertimentos públicos e dos locais de culto em solo municipal.

O quarto título apresenta as considerações relativas ao ordenamento do trânsito público, na esfera municipal, sendo este o título com maior número de capítulos, num total de oito. São mencionadas então as medidas referentes aos animais, à extinção de insetos nocivos, empachamento (ação ou efeito de obstruir ou impedir a circulação) das vias públicas, inflamáveis e explosivos, queimadas e cortes de árvores e pastagens, exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e extração de areia, bem como as normatizações relativas aos muros e cercas e de fixação de anúncios e cartazes.

O quinto e último título destaca a normatização referente ao funcionamento dos estabelecimentos industriais e comerciais. É neste título que estão apresentados os capítulos que remetem ao licenciamento dos estabelecimentos industriais e comerciais e determina horários de funcionamento. Também, é nesta parte que são colocadas as questões

relacionadas à aferição de pesos e medidas e a sessão única, esta contendo a disposição final do regramento municipal.

Rápida pesquisa em sítios eletrônicos permite verificar que, ao longo dos últimos anos, algumas atualizações foram realizadas no conjunto de regras relativas a posturas no Município de Bento Gonçalves. Tal demanda é oriunda, conforme explicou Carvalho (2000), ao atraso ou defasagem das legislações em vários casos relativamente a algum tipo de realidade que esta vise a regular.

Uma das situações é o Decreto 7.422, datado de 29 de outubro de 2010, que dispõe sobre a publicidade e propaganda no perímetro urbano, através de Lei Municipal da mesma data, segundo Bento Gonçalves (2010). Mais recentemente, também é encontrada aprovação, por parte da Câmara de Vereadores do município, relativas ao ano de 2014, de questões associadas à:

1. disciplinação do uso abusivo de aparelhos de som ligados em automóveis e caminhonetes parados ou estacionados nas ruas, avenidas e outras áreas públicas ou privadas;
2. definição das praças Vico Barbieri e Centenário, como espaços para a prática esportiva.

Também é importante, quando da leitura e análise do Código, perceber que este documento demanda modificação, no sentido de atender às mais recentes atualizações na Língua Portuguesa, consubstanciadas nas reformas ortográficas dos anos de 1971 e 2009. Não que este detalhe inviabilize o mérito das questões tratadas, mas pode servir como elemento para a sua incompreensão, em algumas situações específicas.

Outro questionamento oriundo da análise de qualquer documento de cunho jurídico é a busca de uma relação entre a instituição de uma lei ou código específico e sua aplicação cotidiana, ou seja, a relação entre a teoria e a prática referente à normatização. Percebe-se que, em linhas gerais, há o cumprimento às principais questões elencadas no Código de Posturas do município, de acordo com a observação histórica realizada pelo presente pesquisador, residente na localidade.

Entretanto, o desrespeito, por parte da coletividade, a algumas questões específicas contidas, quando da instituição do Código, também podem ser mencionadas, sendo uma delas o fato de que somente será na década inicial do século XX que, por lei municipal específica, a proibição do ato de fumar em casas de diversões públicas foi efetivamente cumprida.

Tal desrespeito ao Código também é realizada pelos próprios agentes públicos, quando se observa a proibição ao corte ou danificação de árvores nos logradouros, jardins e parques públicos. Há comumente na cidade um questionamento, por parte da população, relativo aos atos da Secretaria do Meio Ambiente do município, que tem adotado historicamente ações que parecem não atender a legislação vigente.

Existem ainda elementos constituintes do Código que remetem à realidade econômica e social do município, do ano de 1969, e que, considerando que se passaram 47 (quarenta e sete) anos, podem soar estranhos e até bizarros quando de sua leitura. Tal fato acontece porque estes retratam elementos de uma cidade que não mais existe, momento em que esta era caracterizada por uma recente urbanização e pela falta de separação entre as atividades econômicas (agrícolas, comerciais e industriais), no que se refere a sua localização (áreas urbanas e rurais).

São exemplos desta realidade a proibição à criação ou engorda de porcos e gados no perímetro urbano, a não permissão da passagem ou do estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade e a proibição de criar abelhas nos locais de maior concentração urbana, criar galinhas em porões e no interior das habitações, e criar pombos nos forros das casas de residência.

Conclusão

Diante do exposto, concluiu-se que o Código de Posturas representou e representa um elemento jurídico imprescindível para o ordenamento e a disciplinação das cidades ao longo dos tempos, atendendo à necessidade de determinar critérios, direitos e deveres para um melhor relacionamento entre os munícipes.

Tais critérios têm relação com as normatizações elencadas pelo Código referentes às ações relacionadas à higiene, ordem pública, tratamento a ser

dado às propriedades, no que se refere à conservação e utilização, aos horários dos estabelecimentos comerciais e industriais, dentre outros. Com a adoção de parâmetros justos e eficientes, relativos à convivência social, econômica e política, bem como à efetiva aplicação da lei relativa, à cidade tende a ter um desenvolvimento que possibilite melhores oportunidades para o conjunto de sua população.

Foi de acordo com esta percepção que o Município de Bento Gonçalves, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, criou o seu Código de Posturas no ano de 1969, momento em que demandava maior planejamento e estruturação das suas relações econômicas e sociais, dado que passava por um processo de urbanização e industrialização até então não ocorrido.

Tal código é ainda vigente nos dias atuais, mesmo que já tenham se passado praticamente cinco décadas da sua criação. Verificou-se que o documento do município gaúcho é amplo, atendendo a variados critérios importantes para a regulação das posturas em seu território, bem como em linhas gerais é respeitado e atendido nas ações diárias de particulares e agentes públicos. Entretanto, como qualquer ordenamento jurídico, contém suas falhas e imperfeições, algumas delas relacionadas à falta de sua atualização e outras referentes ao seu próprio cumprimento, dada a impossibilidade instrumental de fiscalização, ou mesmo o interesse de efetivá-lo em sua totalidade na prática.

Referências

BENTO GONÇALVES. *Código de Posturas do município de Bento Gonçalves, Lei Municipal nº 313, 4 de outubro de 1969*. Disponível em: <

<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/downloads/desenvolvimento-economico/6.Lei-Municipal-313-1969-Codigo-Posturas.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BENTO GONÇALVES. *Decreto 7.422, de 29 de outubro de 2010*. 2010. Disponível em: <

<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/downloads/desenvolvimento-economico/7.Decreto-7422-2010-Codigo-Posturas.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES. *Câmara aprova modificações no Código de Posturas do município*. 2014. Disponível em: <

<http://www.camarabento.rs.gov.br/institucional/noticias/camara-aprova-modificacoes-no-codigo-de-posturas-do-municipio>>. Acesso em: 17 maio 2016.

A economia e o turismo compartilhando soluções

CARVALHO, P. F. de. Instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de (Org.). *Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania*. Rio Claro: Unesp, 2000.

FARIA, R. M. *A origem das posturas municipais*. 2010. Disponível em: <<http://www.posturastere.com.br/post-origem.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SANTOS, L. *Convite à cidadania: saiba pra que serve e porque é importante o Código de Posturas do município*. 2013. Disponível em: <<http://www.sistemampa.com.br/noticias/cidade/convite-a-cidadania-saiba-pra-que-serve-e-porque-e-importante-o-codigo-de-posturas-do-municipio>>. Acesso em: 20 maio 2016.

SCHMACHTENBERG, R. Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir. Vestígios do passado: a história e suas fontes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. *Anais ...* Porto Alegre, 2008.

14

Economia compartilhada como via alternativa para o desenvolvimento econômico: uma abordagem teórica

Jéssica de Bispo Ribeiro*
Lodonha Maria Portela Coimbra Soares**

Resumo: A inovação pode ser considerada um dos principais elementos do crescimento e desenvolvimento econômico. Este trabalho buscou analisar as características que contribuíram para o surgimento de um novo fenômeno econômico e social denominado Economia Compartilhada, que tem como base a inovação. Além disso apresentou os fundamentos básicos da economia, que estão envolvidos diretamente com o fenômeno. Dessa forma, fez-se uma análise bibliográfica da Economia Compartilhada e a evolução dos seus conceitos, suas aplicações e a sua estrutura, utilizando o método teórico-descritivo. Destacando o fenômeno com uma alternativa para o crescimento e desenvolvimento das nações. Ademais, expôs exemplos da aplicabilidade no Brasil e no mundo.

Palavras chave: Inovação. Desenvolvimento. Consumo colaborativo. Economia colaborativa. Econômica compartilhada.

Introdução

A inovação é um motor eficiente para elevar os níveis de bem-estar dos indivíduos, gerados conseqüentemente pelo desenvolvimento e crescimento. Porém, sabe-se que não é possível atender a todas as necessidades e desejos dos indivíduos, pois os recursos disponíveis são escassos.

Mesmo com a evolução da humanidade, os problemas fundamentais da economia não mudam, pois, na mesma proporção que as necessidades dos seres humanos são sanadas, novas necessidades e desejos surgem. Desta maneira é necessário o surgimento de novas soluções para que as economias continuem crescendo e se desenvolvendo, sem exaurir todos os recursos.

A invenção da internet possibilitou a gênese de um fenômeno econômico que pode ser visto como uma solução para amenizar a ociosidade

* Acadêmica de Economia, na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Autora da monografia Economia Compartilhada como via alternativa para o Desenvolvimento Econômico: uma abordagem teórica, na qual fundamenta-se o presente artigo. *E-mail:* jbribeiro1@ucs.br.

** Mestra em Economia pela UFRGS e coordenadora de monografias da UCS. Orientadora da monografia supracitada. *E-mail:* lmpcsoar@ucs.br.

dos bens e, conseqüentemente, diminuindo a escassez dos mesmos, a economia compartilhada. Ela é baseada na inovação e na colaboração e pode ser vista como uma via alternativa para o crescimento e desenvolvimento das nações. Pois, através da inovação, possibilita que as pessoas gerem renda através da redução da ociosidade de seus bens.

Com base nas considerações acima, este trabalho tem o objetivo de demonstrar as origens, definições e exemplos deste novo movimento econômico e social.

Economia compartilhada

A sociedade passou ao longo dos anos por diversas modificações, que vão do âmbito econômico ao social. A globalização é um desses fenômenos, que teve grande impacto no desenvolvimento mundial. Pois, de acordo com Bartelson (2000), esse fenômeno é responsável pela diminuição de fronteiras entre países não apenas físicas, mas sociais, culturais, econômicas e tecnológicas. Essa diminuição de fronteiras possibilitou ao mundo um avanço enorme.

O encurtamento das fronteiras possibilitou o aumento de trocas entre os países, favorecendo o comércio entre eles. Como o desenvolvimento da tecnologia, as fronteiras diminuíram mais ainda. A invenção da internet possibilitou um aumento na interação humana, fazendo com que surgissem novos movimentos sociais e econômicos.

Gênese do novo movimento econômico

As revoluções tecnológicas sempre impulsionaram e revolucionaram o mundo, principalmente a partir da Revolução Industrial. Mas foi somente durante Segunda Guerra Mundial e após ela, que os grandes passos foram dados no desenvolvimento tecnológico. Principalmente com a invenção do primeiro computador programável, e do transistor, fonte da microeletrônica. Segundo Castells (2007), no século XX a invenção do transistor foi o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação. Porém, defendendo que de fato, só na década de 1970, as novas tecnologias da

informação difundiram-se amplamente acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo a um novo paradigma.

Em meados dos anos 1980, os microcomputadores passaram a atuar em rede, com uma mobilidade cada vez maior, devido aos computadores portáteis.

Essa versatilidade extraordinária e a possibilidade de aumentar a memória e os recursos de processamento, ao compartilhar a capacidade computacional de uma rede eletrônica, mudaram decisivamente a era dos computadores nos anos 90, ao transformar o processamento e armazenamento de dados centralizados em um sistema compartilhado e interativo de computadores em rede. Não foi apenas todo o sistema de tecnologia que mudou, mas também suas interações sociais e organizacionais. (CASTELLS, 2007, p. 80).

Outro fator que possibilitou os grandes avanços para o desenvolvimento das de redes nessa época foi o desenvolvimento da integração dos computadores em rede, juntamente com os avanços na área das telecomunicações.

Na área das telecomunicações, o que desencadeou a sua revolução foi a combinação dos roteadores e computadores eletrônicos com as novas conexões que surgiam na época. Conforme descrito por Castells (2007), foi com o desenvolvimento e avanço da optoeletrônica (transmissão por fibra ótica e *laser*), combinada com arquiteturas avançadas de comutação e roteamento, que nasce a base para a internet.

A internet propriamente dita só foi chamada assim durante a década de 1980. Apesar de ter a contribuição dos movimentos da evolução da rede de computadores, ela nasceu devido a uma fusão entre a estratégia militar, com a cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação. A internet é fruto de uma das instituições de pesquisa mais inovadoras do mundo, as ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançadas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos das Américas). A ARPA, na década de 1950, movida pelo desenvolvimento tecnológico dos soviéticos, empreendeu em ousadas iniciativas que viriam a mudar a história e anunciaram a chegada da era da informação. A internet surgiu como um conceito de sistema de comunicação invulnerável a ataques nucleares. (CASTELLS, 2007).

Quando a primeira rede de computadores entrou em funcionamento em 1º de setembro de 1969, recebeu o nome de Arpanet, ela deixou de ser usada apenas para fins militares e passou a ser compartilhada com centro de pesquisas. Com o avanço a Arpanet, foi se desenvolvendo cada vez mais com a colaboração de diversas instituições, até que, na década de 1980, passou a se chamar Internet.

Segundo Castells (2007, p. 82), “[...] a convergência de todas as essas tecnologias eletrônicas no campo da comunicação interativa levou a criação da Internet, talvez o mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação”.

A evolução da tecnologia, principalmente na área da eletrônica, e os avanços nas tecnologias da informação causaram uma revolução na sociedade. Conforme descrito por Castells, essas mudanças impactaram diretamente a economia.

O capitalismo (especificamente as principais empresas e governos dos países do G-7) passou por um processo substancial de reestruturação organizacional e econômica no qual a nova tecnologia da informação exerceu um papel fundamental e foi decisivamente moldada pelo papel que desempenhou. Por exemplo: o movimento empresarial que conduziu a desregulamentação e a liberalização da década de 1980 foi decisivo na reorganização e crescimento das telecomunicações, sobretudo depois do desmembramento da ATT, em 1984. Por sua vez, a disponibilidade de novas redes de telecomunicações e de sistemas de informação preparou ao terreno para a integração global dos mercados financeiros e a articulação segmentada da produção e do comércio mundial. (CASTELLS, 2007, p. 98).

Como pode ser visto, o desenvolvimento da tecnologia teve participação fundamental para o processo de reestruturação socioeconômica dos anos 80. Desta maneira, surgiu o que é descrito na literatura como sociedade em rede.

A economia em rede

A evolução dos meios de comunicação, assim como a invenção da internet, possibilitou o avanço da economia a uma nova era, que Tapscott (1997) chamou de Era da Inteligência em rede, e que foi descrita por outros autores com nomes diferentes.

Na visão de Tapscott (1997) o fluxo de informações na antiga economia era físico, pois usava-se dinheiro, cheques, fatura. E também analógicos, devido às transmissões por rádio e televisão, plantas, mapas, fotografias, partituras e propagandas via mala direta. Este novo fluxo definia a nova economia como economia digital, dentro da era da inteligência em rede.

Na nova economia a informação em todas as suas formas tornou-se digital- reduzida a bits armazenados em computadores e correndo na velocidade da luz por redes. Usando esse código binário dos computadores, as informações e as comunicações transformam-se em uns e zeros digitais. O novo mundo de possibilidades então criado é tão significativo quando a invenção da própria linguagem, o antigo paradigma em que ocorriam todas as interações físicas. (TAPSCOTT, 1997, p.8).

Como pode ser visto, Tapscott (1997), sugere mudança de paradigma, assim como quando ocorreu a criação da linguagem. Com essas novas invenções, mudou-se drasticamente a economia, que passou do meio físico, para o meio digital movimentando muito mais rápido do que jamais havia se movimentado antes.

Outro ponto levantado pelo autor é que esta nova economia também é uma economia do conhecimento. Cada vez mais e mais o valor agregado é criado pelo cérebro do que pela força. Como dito por Tapscott (1997, p. 10): “A nova economia é também uma economia do conhecimento, baseada na aplicação do *know-how* humano a tudo o que produzimos e como produzimos. Na nova economia, mais e mais valor agregado será criado pelo cérebro e não pela força”.

O autor faz uma comparação dos agentes que eram importantes em cada fase da economia mundial.

A existência dos “estrangeiros virtuais” aponta para o papel das redes nesta nova era. Na era agrícola, o que importava era o arado e a mula. Na era industrial, aço, motores, combustível e estradas reinavam absolutos. Na era da Inteligência em Rede, silício, microcomputadores e estradas de fibra de vidro tão finas quanto o cabelo estão possibilitando que seres humanos de todo o planeta apliquem seu *know-how* a cada aspecto da produção e da vida econômica. (TAPSCOTT, 1997, p.10).

Como pode ser visto, o autor faz menção ao *know-how* que é aplicado na produção econômica. Isto significa que o conhecimento de como fazer as coisas começou a ser compartilhado, devido à aproximação que a criação da internet trouxe para as pessoas. O autor ainda completa dizendo que “[...] esta é uma era de interligação de rede não apenas da tecnologia, mas também dos seres humanos, organizações e sociedades”. (TAPSCOTT, 1997, p. 10).

Com os avanços feitos na área de tecnologia de informação, houve a aproximação das pessoas e o desenvolvimento acelerado da economia e de novos negócios. Estes movimentos deram início a uma nova organização mundial, tanto nas relações pessoais como nas relações econômicas.

O surgimento dessa nova forma de economia tem dois motivos principais, conforme descritos por Castells: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a da tecnologia a favor do poder.

O surgimento da sociedade em rede se deve a dois fatores principais: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reempalhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder. (CASTELLS, 2007, p. 98).

Desse movimento surgiu de uma nova economia global, com características bem definidas e que podem ser facilmente observadas pelos indivíduos. Suas características fundamentais, que foram observadas, é que se trata de um sistema baseado em troca e uso da informação por todos os envolvidos no sistema. Sendo ela definida então como informacional, global e em rede.

É informacional por que a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nação) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão se organizando em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre os agentes econômicos. É rede porque, novas condições históricas, a produtividade é gerada. E a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2007, p. 119).

Com uma ótica diferente, Castells, Yochai Benkler, indica um novo formato baseado na autonomia dos signos sociais. Conforme Branco (2009), Benkler mostra um novo sistema emergente, chamado por ele de “economia da informação em rede”. Sua maior característica é a ação individual descentralizada que tem um papel fundamental nesse novo sistema, diferente do que acontecia na economia industrial.

Na visão de Benkler (2006 apud BRANCO, 2009), os aspectos que permitiram a criação deste novo sistema foram dois. O primeiro aspecto diz respeito à digitalização da produção simbólica dos seres humanos. O autor percebe basicamente que as redes de informação, por onde transitam bens simbólicos, deram novo valor às formas do saber que não são substituíveis e que não são formalizáveis. Tornando assim o conhecimento a principal força produtiva da economia, que cada vez mais é uma economia baseada em bens imateriais, como na produção de informação (serviços financeiros, contabilidade, *software*, ciência), cultura (filmes, música) e manipulação de símbolos.

A economia passa a ser baseada no imaterial está se tornando uma economia da comunicação e é nesse terreno basicamente comunicacional que Benkler demonstra o potencial das redes para a formação de uma sociedade livre e produtiva, sob novas condições tecnológicas e econômicas.

Conforme Branco (2009), o segundo aspecto notado por Benkler é a mudança para um ambiente de comunicação construído sobre processadores de baixo custo e com alta capacidade, todos conectados a uma rede – este fenômeno é associado à internet. Isto possibilita que alguém, em qualquer parte do mundo, que esteja conectado, deseja fazer algo criativo em um computador conectado à internet, poderá fazê-lo sozinho ou em cooperação com outros. Este capital físico tem características que diferem do carvão e do trabalho braçal, que caracterizaram a economia industrial e estruturaram as bases dos pensamentos sobre a produção econômica no século XX.

E é devido à segunda mudança, como ressalta o autor em seu livro, que permite que este novo movimento tenha uma função crescente na produção descentralizada sem estar dentro do sistema de mercado, nos setores de informação e cultura. Graças à comunicação de baixo custo e aos processadores com preços acessíveis, que são base para a produção de

informação, criou-se condições para colaborações sustentáveis e compartilhamento de recursos baseados em recursos comuns e não nos antigos arranjos institucionais baseados na propriedade.

Como pode ser visto, diversos autores colocam que o motor desta nova economia é o conhecimento, que passa a ser compartilhado e mais acessível a qualquer pessoa que tenha conexão com a internet. Tudo isso só é possível devido à conexão histórica entre a base de conhecimentos e informações da economia, e a seu alcance global que, por sua vez, só foi possível devido à globalização e sua estrutura organizada em rede, possibilitando assim a criação de um sistema econômico distinto.

Todas as mudanças ocorridas na área da tecnologia da informação favoreceram o aumento da produtividade, fazendo com que o progresso econômico fosse impulsionado; fazendo com que os ganhos e os investimentos nessa área aumentassem cada vez mais, possibilitando que esta área evoluísse muito.

Desta maneira, este novo fenômeno econômico, juntamente com a evolução constante que sofre a tecnologia da informação, dá base para a criação de novos sistemas e organizações econômicas. Pois os mesmos mudaram a forma de os indivíduos se relacionarem, compartilhando e fazendo novas conexões para aumentar seus conhecimentos. Desta nova relação dos indivíduos, podemos ver o surgimento e o desenvolvimento de novos movimentos econômicos, que afetam diretamente o consumo e a produção. Um desses movimentos que podem ser observados é o desenvolvimento da economia compartilhada.

A evolução da economia compartilhada

A economia compartilhada é um fenômeno que cresceu rapidamente, a partir do início do século XXI. Cada vez mais pessoas reconhecem o universo de possibilidades que as várias plataformas desta nova economia, baseada na colaboração e no compartilhamento, oferecem à sociedade.

Este modelo é sinônimo de mudança, e esta mudança vai do perfil de consumo das pessoas até o perfil das empresas envolvidas nesse novo mercado. Este novo movimento econômico ainda está florescendo, mas o que tudo indica irá perdurar vindo a colaborar com o modelo econômico atual.

A economia compartilhada tem origem a partir da evolução dos movimentos econômicos e sociais provocados pelas modificações que a sociedade passou, com o desenvolvimento das redes. Este novo movimento¹ econômico tem várias facetas que serão apresentadas neste item.

É notável que houve uma evolução dos termos relacionados a este novo movimento econômico, pois são adotados novos meios de conectividade. Usam-se plataformas para conectar pessoas que querem coisas e outras que querem se desfazer de coisas.

Consumo colaborativo

Segundo a teoria desenvolvida por Bostman (2015), o “consumo colaborativo” é definido como “a reinvenção de comportamentos-transação tradicionais do mercado, como empréstimo, troca, partilha, presente via tecnologia, que se realiza de maneira e em escala que não foi possível antes da internet”. Ou seja, para a autora só pode ser considerado consumo colaborativo aquelas transações de compra, venda ou troca, que não seguem os padrões e comportamentos tradicionais. Além disso, é importante considerar que este comportamento é possibilitado pelos novos meios de troca de bens ou ativos, que se tornam mais eficientes devidos às inovações que possibilitou às pessoas.

Outro ponto fundamental levantado pela autora é que nesses mercados há um princípio fundamental subjacente desta nova modalidade da economia, o “*idling capacity*”, traduzido livremente para “marcha lenta”. Trata-se do poder da tecnologia para revelar e desbloquear o valor social, econômico e ambiental de ativos subutilizados, ou seja, o poder da tecnologia de valorar serviços que antes não eram utilizados.

Segundo a autora, o consumo colaborativo pode ser visto em três diferentes sistemas. Os sistemas de produtos e serviços, o estilo de vida colaborativo e os mercados de redistribuição. Estes mercados possibilitam que as pessoas possam acessar e compartilhar produtos e serviços, sem a necessidade de possuí-los.

¹ Estes movimentos foram estudados e analisados pela autora australiana Rachel Bostman, a maior estudiosa do assunto, que definiu conceitos da economia compartilhada. O presente item tem como base a referida autora.

Conforme a análise de Bostman, há nichos no mercado que possibilitam que haja essas trocas entre pessoas em todas as partes do globo. Estes modelos de transação demonstram como eles são apresentados aos indivíduos. Eles estão definidos conforme abaixo, de acordo com Bostman (2015):

Business-to-business: é o modelo em que as empresas podem rentabilizar a capacidade de marcha lenta de seus ativos existentes e movimentar o valor com outras empresas. Um exemplo disso é o aplicativo *Cohealo*, que proporciona aos hospitais reduzir a ociosidade de seus equipamentos médicos, emprestando mediante um pagamento o uso desses equipamentos por outros hospitais.

Business-to-consumer: são os modelos nos quais as empresas possuem bens e facilitam as transações entre os usuários que têm acesso ao aplicativo. Um exemplo deste mercado é o *Zipcar*, que funciona como uma locadora de carros. Diferente das locadoras tradicionais, o *Zipcar* tem carros espalhados pelas cidades, nos pontos mais movimentados como as universidades. Os cadastrados são aqueles em uma espécie de rede social e possuem um cartão que abre os veículos e lá dentro eles encontram as chaves. Os usuários podem ir até onde precisam e após isso devolvem o carro. Através de um aplicativo, os usuários localizam o carro vazio mais próximo, fazem a reserva e podem fazer o que precisam.

Peer-to-peer: traduzidos livremente para mercados de pessoa para pessoa. Neste modelo os bens pertencem diretamente a indivíduos ou a um grupo de indivíduos. Um exemplo deste mercado, é o *Blablacar* que é um aplicativo de caronas. Neste aplicativo você oferece carona às pessoas e divide os custos da viagem com elas. Você divulga seu destino e o custo aproximado da viagem e as pessoas que têm interesse o contatam. Neste modelo reduz-se a ociosidade de seus bens.

Peer-to-business-to-peer: são os modelos onde os indivíduos disponibilizam seus bens atrás da plataforma de uma empresa já existente e oferece ao público em geral. Um exemplo deste modelo de mercado é o *EasyCarclub*, que é uma plataforma onde qualquer pessoa pode cadastrar seu veículo para ser alugado por algumas horas, dias ou semanas por outras pessoas.

Economia compartilhada

Com o avanço do consumo colaborativo, surgiu a definição da economia compartilhada, como um sistema econômico baseado no compartilhamento de bens ou serviços, de forma gratuita ou mediante uma taxa diretamente aos indivíduos. (BOSTMAN, 2015).

A economia compartilha é baseada em mercados *peer-to-peer*, que dependem das conexões sociais de cada indivíduo. Neste caso, os indivíduos envolvidos podem ser microempresários, pessoas comuns que queiram algo ou que estão dispostas a oferecer um bem ou serviço.

Na economia compartilhada, o compartilhamento ocorre por meio de plataformas. Essas plataformas são responsáveis por interligar aqueles que têm com aqueles que querem. São mecanismos digitais para facilitar a troca entre as pessoas.

Pode-se usar a empresa e plataforma brasileira “*Tem açúcar*” como exemplo da economia compartilhada. Nesta plataforma você pode se conectar com pessoas próximas a você. Com a rede formada, são feitos empréstimos. Por exemplo, você precisa de uma furadeira e não precisa comprar um bem apenas para ter acesso à sua utilidade, nesse caso você reduz a ociosidade do bem emprestado. Ou o caso do aplicativo americano *Cohealo*, em que os hospitais podem disponibilizar seus equipamentos ociosos para que outros hospitais possam utilizá-lo.

Nesses dois casos, pode-se observar que há a redução da ociosidade dos bens compartilhados pelas plataformas. Nestes casos, um dos principais problemas da economia começam a ser diminuídos, pois os bens que são escassos também são ociosos. Com a ajuda dos aplicativos, há a redução da ociosidade, diminuindo o problema com a insuficiência de recursos.

Outro ponto levantado por Bostman é que este modelo dá poder as pessoas, possibilitando que elas mesmas ganhem e guardem dinheiro através do uso de seus bens ou serviços que possam prestar.

Economia colaborativa

Definida pela autora referida como “[...] um sistema econômico de redes e mercados descentralizados que desbloqueia o valor dos ativos subutilizados pelas necessidades e que têm, de maneira que ignoram os

intermediários tradicionais correspondentes”. Ou seja, é uma economia descentralizada, que tem o valor dos seus ativos diretamente ligados com as necessidades que serão atendidas. Outra característica importante deste movimento é que as trocas ou transações de compra e bens de serviços são feitas de maneiras não convencionais. Pois são feitas por meio de redes sociais, aplicativos e diversas outras plataformas, e a distribuição não ocorre somente por meios tradicionais.

Este modelo vem da evolução do consumo colaborativo, que se transformou rapidamente ao longo dos últimos anos. Segundo Bostman (2009), “[...] acredito que estamos no início de uma revolução colaborativa que será tão significativa como a revolução industrial”.

Como exemplo para este modelo pode-se verificar que são empresas que não têm intermediários tradicionais que mudam a dinâmica do mercado alterando a oferta e a demanda. Por exemplo, o aplicativo *Uber* permite às pessoas solicitarem transporte diretamente de motoristas ligados ao *Uber*, que estiverem na proximidade. Outros exemplos são a plataforma europeia *The Food Assembly*, que é uma plataforma que promove a ligação entre o pequeno agricultor e os consumidores, sem um intermediário. E a plataforma americana *UpCounsel*, que oferece um serviço que possibilita que as pessoas encontrem e contratem um advogado com um preço acessível.

A economia colaborativa e compartilhada pode ser viabilizada também através de modelos, mecanismos de mercado e os agentes que atuam nesta nova economia. Além dos citados, os meios e os agentes podem ser descritos como:

- **plataformas:** a rede, de mercado ou outro mecanismo digitalmente habilitado usado para facilitar uma troca;
- **provedores:** pessoas do lado da oferta dos mercados que fornecem bens e serviços;
- **clientes:** as pessoas no lado da demanda de um mercado querendo bens e serviços;
- **sellers:** que são os fornecedores que fazem a venda final dos produtos e serviços. Eles não precisam necessariamente ser os produtores ou fabricantes de bens e serviços;

- **micro-assalariados:** as pessoas que tomam uma série de tarefas ou 'shows', a fim de fazer uma renda complementar;

- **microempresários:** as pessoas que têm o poder de fazer ou economizar dinheiro, oferecendo seus ativos existentes, ou serviços para outras pessoas;

- **makers:** as pessoas que criam de forma independente produtos. Elas podem usar a internet para financiar e levar produtos ao mercado.

Já os mecanismos de mercado, que são utilizados para que haja a criação, produção ou distribuição de produtos e serviços, são:

- **cocriação:** é quando as empresas convidam especialistas externos ou até mesmo clientes para contribuírem na produção ou concepção de bens e serviços;

- **coabitação:** acontece quando pessoas que têm residências particulares que optam por formar uma comunidade que compartilha as instalações da moradia; facilitam assim a interação social e o compartilhamento da responsabilidade;

- **cooperativas:** empresas ou organizações que são propriedade conjunta de seus membros, com os lucros e benefícios compartilhados entre eles. Por exemplo, cooperativas comunitárias locais;

- **co-working:** grupos de trabalhadores independentes que escolhem para compartilhar espaços de escritório e recursos. Este meio, além de possibilitar a interação social, reduz os custos dos trabalhadores independentes;

- **commons à base de produção entre pares:** as pessoas se unem, de livre e espontânea vontade. Sem ter qualquer nível de hierarquia ou estrutura organizacional, para colaborar nos mais diversos projetos de sua preferência, a fim de alcançar um resultado comum;

- **crowdfunding:** é um tipo de financiamento coletivo, onde um grande e diversos grupos de pessoas contribuem com dinheiro para financiar projetos de variadas formas. Podem ser causas, ideias ou produtos que eles acreditam e estejam dentro do seu interesse;

- **crowdsourcing:** um grande grupo de pessoas que estão dispostas a fornecer dados para uma determinada tarefa, ideal ou problema de graça ou mediante pagamento de uma taxa.

A inovação pode ser vista como o motor para a criação deste novo fenômeno econômico e social. Pois a evolução do modelo de consumo colaborativo possibilitou a criação de novos mercados, chegando à economia colaborativa, q possibilita o uso de formas antigas de trocas, como o escambo que acontecem por meio de plataformas inovadoras. Isto só é possível, pois o modelo é baseado na descentralização de mercados e na valorização dos bens, de acordo com as necessidades que ele atende. Com isso, a pose passa a ser substituída pelo uso, os indivíduos passam a consumir bens e serviços pela sua utilidade. Resultado deste novo comportamento é a redução da ociosidade dos bens ampliando o acesso a bens escassos.

Considerações finais

Percebe-se que o desenvolvimento das tecnologias possibilita a troca entre as pessoas. Com o uso das inovações tecnológicas, há a aproximação com os indivíduos, o que desencadeou uma nova organização social em rede. Por isso a internet passou a ser uma ferramenta de empoderamento das pessoas. Com o aumento das comunicações, foi possível o crescimento em diversas áreas.

Na economia, desencadeou-se um novo movimento econômico, que só foi possível devido ao fácil acesso à venda, compra, troca ou doação de bens e serviços, por meios não tradicionais. Desta maneira, movimenta a economia e favorece o desenvolvimento e o crescimento onde este indivíduo estiver inserido.

Relacionando o crescimento econômico, o mesmo se dá também através da inovação. Associando o conceito de inovação com o do consumo colaborativo, pode-se verificar que há uma ligação direta, pois, em ambas as definições, é necessário que haja mudanças significativas nos processos, deixando de lado os processos tradicionais e criando processos novos e mais eficientes. Desta forma, pode-se concluir que é imprescindível para a economia compartilhada que haja inovação.

O desenvolvimento deste movimento econômico favoreceu a criação de novos mercados e de novas práticas de negócios. Como pode ser visto nos mercados *Peer-to-peer*, que são mercados nos quais qualquer pessoa

interessada pode participar. Observando os perfis das plataformas, aplicativos entre outros meios, é possível verificar que a maneira de consumir está mudando: pois passa-se a consumir a utilidade dos bens, deixando de lado a necessidade de posse dos mesmos. Ocorre um incremento nos itens que podem ser compartilhados, o que demonstra que há um interesse crescente da população em compartilhar seus bens ociosos.

É neste contexto que surge a economia compartilhada, que pode ser vista como uma via alternativa para o crescimento e desenvolvimento das sociedades.

Referências

BARTELSON, J. *Three concepts of globalization. International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 180-196, 2000. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.470.4780&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BLABLACAR. Disponível em: <<https://www.blablacar.com.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BRANCO, Cláudia (Org.); MATSUZAKI, Luciano Yoshio (Org.). *Olhares em rede*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em: <<http://www.culturaderede.com.br/olharesdarede.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Cengage Learning, 2005. ISBN 9788522104246.

BOSTMAN, Rachel. *O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo* / Rachel Botsman, Roo Rogers ; tradução: Rodrigo Sardenberg.- Porto Alegre: Bookman, 2011. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BOSTMAN, Rachel. *The sharing economy: dictionary of commonly used terms*. Out. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@rachelbotsman/the-sharing-economy-dictionary-of-commonly-used-terms-d1a696691d12#.2guvlgofh>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 10.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 3 v.

COHEALO. Disponível em: <<http://cohealo.com/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

COLLABORATIVE ECONOMY. Disponível em: <<http://collaborativeconomy.com>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento econômico: de Lao tse a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2001.

FRIEDMAN, Thomas L. *O lexis e a oliveira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- JEVONS, William Stanley; MENGGER, Carl. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- JONES, Charles I. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KRUGMAN, Paul R. *Globalização e globobagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- OCDE. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT *Oslo Manual: Proposed Guidelines for Collecting and Interpreting Technological Innovation Data*. Paris, OCDE, 2005.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Frascati Manual 2002: Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development*. OECD, 2002.
- O'SULLIVAN, M. Finance and innovation. In: FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. (Ed.). *The Oxford handbook of innovation*. Oxford: Handbooks Online, 2006.
- OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.
- PARKIN, Michael. *Economia*. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.
- PAZ, Pedro; RODRÍGUEZ, Octavio. *Modelos de crescimento econômico*. Botafogo, RJ: Fórum, 1972.
- RACHEL BOSTMAN. Disponível em: <<http://rachelbotsman.com/thinking/>>. Acesso em 10 mar. 2016.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 1961.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1997.
- TAPSCOTT, Don. *Economia digital: promessa e perigo na era da inteligência em rede*. Rio de Janeiro: Makron Books, 1997.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. *Wininomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- TEM AÇUCAR. Disponível em: <<http://www.temacucar.com/>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- EASY CAR CLUB. Disponível em: <<https://carclub.easycar.com/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

A economia e o turismo compartilhando soluções

THE FOOD ASSEMBLY. Disponível em: <<https://thefoodassembly.com/en>>. Acesso em: 15 maio 2016.

UBER. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt/>>. Acesso em: 30 mar. 2016

UPCOUNSEL. Disponível em: <<https://www.upcounsel.com/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

ZIPCAR. Disponível em: <<https://www.zipcar.com/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

15

Estresse no trabalho: implicações dos conflitos trabalho/família e família/trabalho

Rita de Cássia Trindade dos Santos*
Vânia Medianeira Flores Costa**
Marcia Zampieri Grohmann***
Bruna de Vargas Bianchim#
Damiana Machado de Almeida##

Resumo: O presente estudo objetiva investigar as possíveis relações entre o conflito trabalho-família e família-trabalho com o estresse no trabalho. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo descritiva e causal por meio dos questionários de estresse no trabalho de Paschoal e Tamayo (2008) e o conflito trabalho/família e família/trabalho de Bastos e Aguiar (2014). Os resultados obtidos confirmaram a hipótese da relação entre as variáveis estudadas, a interferência família-trabalho explica 15,3% da variação do estresse no trabalho, já o conflito trabalho-família 12,4%. Assim, conclui-se que as demandas familiares interferem no desempenho das responsabilidades no trabalho, bem como o trabalho tem implicações no contexto familiar, e ambos contribuem para o estresse.

Palavras-chave: Estresse. Estresse no trabalho. Conflito trabalho/família. Conflito família/trabalho.

Introdução

Liberato et al. (2001, p. 1) definem o conceito de estresse como “[...] pressão, tensão ou insistência, portanto, estar estressado quer dizer estar sob pressão ou estar sob a ação de estímulo insistente”. Para isso, o autor destaca

* Graduada em Administração. Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/0203083920075858>>. *E-mail:* rita.santos0606@gmail.com

** Doutora em Administração. Professora Associada no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>>. *E-mail:* vania.costa@ufsm.br

*** Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas. Professora Associada no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/6154967504992274>>. *E-mail:* marciaz@gmail.com

Acadêmica no curso de Graduação em Administração. <<http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>>. *E-mail:* bruna.bianchim@gmail.com

Doutoranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/5642167686175158>>. *E-mail:* dimyalmeida@gmail.com

que qualquer estímulo, que tenha como consequência um conjunto de respostas orgânicas, mentais, psicológicas e/ou comportamentais, relacionadas com mudanças fisiológicas padrão e estereotipadas, alterando a função da glândula suprarrenal e do sistema nervoso autônomo-simpático, pode ser identificado como estressor. O estado de estresse estaria, portanto, relacionado com a resposta de adaptação.

Castro et al. (2009) afirmam que o estresse é uma realidade que atinge os trabalhadores e, em longo prazo, pode levar ao desgaste e esgotamento físico, além de diminuir o interesse pelo próprio trabalho. Por isso, torna-se relevante identificar como o estresse está inserido na vida das pessoas e nas organizações, buscando suas causas e graus de intensidade.

Além da relevância do tema para a saúde do trabalhador e do impacto de seu desempenho para a empresa, o presente estudo tem como público-alvo funcionários de um restaurante universitário, de uma instituição de Ensino Superior pública, em sua maioria com nível de escolaridade básico (fundamental ou médio). Silva (2006), ao discorrer sobre cargos mais estressantes, aponta que, segundo a psiquiatria, pessoas que não estão em cargos de chefia convivem mais com a insegurança crescente nas grandes cidades, o que pode contribuir ainda mais para o estresse.

Os aspectos da relação entre trabalho e família podem ser considerados como fatores relevantes, no que diz respeito ao estresse ocupacional. Isso se deve ao fato de que os empregados são instigados por seu ambiente de trabalho a dar respostas adaptativas a determinadas situações, o que pode exceder a habilidade de enfrentamento do colaborador frente a essas questões, constituindo-se assim a relação entre trabalho e família uma variável situacional capaz de influenciar o estresse ocupacional. Isto porque não se restringem a demandas do ambiente de trabalho, mas podem influenciar a percepção dos estressores. (PASCHOAL; TAMAYO, 2005).

No decorrer dos anos, a percepção sobre as relações familiares e suas consequências na vida cotidiana sofreram algumas alterações. Segundo Pinto (2003), nas relações de trabalho a vida privada não era vista como fator de interferência, visto que a relação entre esses dois elementos dificilmente era discutida pela gestão. Souza (2007) constatou que o conflito entre trabalho e

família reflete negativamente tanto na satisfação com o trabalho como na satisfação com a família.

Em função da interdependência entre trabalho e família, conciliar as demandas que surgem de cada uma dessas realidades, na busca de um equilíbrio, torna-se desafiante. Família e trabalho, como duas dimensões centrais na vida do indivíduo, são essenciais para uma vida satisfatória. Porém, na forma como o mercado de trabalho está configurado, o grau de dificuldade para esse equilíbrio aumenta. (BASTOS; AGUIAR, 2008; BRANDÃO, 2013).

Assim, para este estudo define-se o seguinte problema de pesquisa: O conflito trabalho-família e família-trabalho tem implicações sobre o estresse no trabalho? Para responder a esse questionamento, tem-se por objetivo geral investigar as possíveis relações entre o conflito trabalho-família e família-trabalho com estresse no trabalho.

Estresse: breves considerações

Papini e Pinto (2000) salientam o quanto a compreensão sobre o conceito de estresse se tornou parte do cotidiano, chegando até mesmo a uma definição de senso comum, impulsionada por vezes pelos meios de comunicação em massa causando mal-entendidos acerca do tema. Os autores afirmam que o estilo de vida atual coloca os indivíduos diante de exigências desconhecidas em que suas reações podem tender a um desgaste no organismo, aumentando o nível tensional resultando em alterações psicofisiológicas.

No entanto, os estudos sobre o estresse e suas implicações biológicas foram postulados por Seyle (1950), que definiu o estresse como aquele que ocasiona diferentes reações na estrutura e na composição química do corpo frente a um agente estressor, o que provocaria uma adaptação geral. Essas reações adaptativas compõem o que o autor denomina Síndrome de Adaptação Geral (SAG) formado por três fases evolutivas: alarme, reações físicas e psicológicas de autopreservação; resistência, cansaço e desgaste físico e por último a exaustão; incidência de doenças físicas ou emocionais,

prova de que a “energia de adaptação” é finita, embora a exaustão não seja necessariamente irreversível.

No entanto, procurando apropriar-se da temática, Lazarus (1993) destaca que diferentes foram as concepções sobre o estresse que procuraram explicar suas causas e implicações. Na tradição médica, em que se encontra Selye, conforme mencionado, o estresse é tratado como um conjunto de fatores psicológicos e reações fisiológicas a agentes nocivos. Apesar da diversidade de interpretações, é possível identificar alguns elementos essenciais que compõem o estado de estresse:

a) um agente externo ou interno causal; b) a avaliação (racional ou do sistema fisiológico) que distingue o que é benigno ou nocivo; c) processos utilizados pela mente ou pelo corpo, de enfrentamento às demandas estressantes; d) um complexo padrão de efeitos no corpo e na mente, reação ao estresse.

Assim, o processo do estresse é permeado tanto pela dimensão fisiológica quanto psicológica, isso porque diante dos mesmos agentes estressores as reações dos indivíduos eram diferentes. Por essa razão, é necessário considerar as diferenças individuais nas variáveis motivacionais e cognitivas que, de alguma forma, interferem na relação entre o estressor e a reação do indivíduo. (LAZARUS, 1993).

Margis et al. (2003, p. 72) salientam, a partir de literatura sobre o tema, que as situações ambientais podem ser causadoras de estresse sendo denominadas eventos de vida estressores. O processo de enfrentamento a esses eventos baseia-se nos componentes cognitivo, comportamental e fisiológico dos indivíduos, que procuram eliminar ou solucionar a situação estressora. Para esses autores, se a resposta ao estresse ocasionar um esgotamento dos recursos dos sujeitos, esses estarão predispostos ao aparecimento de transtornos de ansiedade “[...] o desenvolvimento de um transtorno está diretamente relacionado à frequência e duração de respostas de ativação provocadas por situações que o sujeito avalia como estressoras para si”.

Paschoal e Tamayo (2004) afirmam que a busca de um conceito sobre o estresse ocupacional, tendo como ponto de partida os estressores organizacionais, permite a classificação do estudo em duas grandes

abordagens: a ocupacional que estaria mais relacionada ao ambiente de trabalho como estressor, e a geral, relacionada a aspectos gerais na vida do indivíduo.

Estresse no trabalho

Conforme Pascoal e Tamayo (2004), o estresse ocupacional tem sido definido como um processo estressores-respostas por ser considerado um enfoque completo e de maior consistência. Estudos mostram que as percepções dos indivíduos sobre o ambiente de trabalho são fundamentais para considerá-lo ou não como um estressor.

O estresse ocupacional pode ser definido, portanto, como um processo em que o indivíduo percebe demandas do trabalho como estressores, os quais, ao exceder sua habilidade de enfrentamento, provocam no sujeito reações negativas. (PASCOAL; TAMAYO, 2004 p. 46).

O desempenho da atividade laboral proporciona tanto aspectos positivos como negativos. A satisfação em relação ao salário, ambiente de trabalho, relações interpessoais, entre outros elementos, acarretam o crescimento psicológico e a realização pessoal do ser humano, pois, além de gerar recursos econômicos, o trabalho pode favorecer a autoestima. Porém, da mesma forma, o exercício do trabalho pode revestir-se de aspectos negativos por suas especificidades operacionais transformando-se em fonte de estresse gradualmente desgastante. (VAZ, 2002).

Assim, as respostas aversivas frente aos estímulos do ambiente de trabalho podem levar a uma tensão nas relações humanas, sociais e hierárquicas. As características individuais interferem nesse processo, na medida em que modelam a percepção do colaborador sobre o ambiente, como participante do nível de estresse experimentado e concebido como um estressor. (COSTA; MARTINS, 2009; NEGELISKII; LAUTERT, 2011).

Nunes e Calais (2011) apontam que, no campo dos estudos, o estresse tem sido pesquisado em diferentes profissões, aliado ao potencial de estresse específico para as funções exercidas. Profissionais de uma classe econômica mais favorecida, tais como: juízes, funcionários públicos, professores, psicólogos e médicos têm sido o principal público alvo na temática. Parece

correto afirmar que esperar diferentes resultados de uma população da classe trabalhadora menos favorecida e sem exigências de uma formação acadêmica, seja possível.

Pascoal e Tamayo (2004) desenvolveram um instrumento de pesquisa sobre o estresse no trabalho, que pudesse ser aplicado a diversos ambientes organizacionais e variadas ocupações. O objetivo é mensurar o nível de estresse, tendo por base elementos comuns da literatura: sobrecarga de trabalho, conflito entre papéis, ambiguidade de papéis, relacionamento interpessoal no trabalho, fatores de desenvolvimento na carreira e autonomia/controle no trabalho.

Conflito família-trabalho e trabalho-família

Greenhaus e Beutell (1985) indicam que o conflito família-trabalho (CTF) acontece quando os indivíduos acreditam que as exigências da função do trabalho interferem nas exigências das funções familiares e vice-versa. As variantes de CTF são formadas por três formas específicas de conflito: (a) o conflito baseado no tempo; (b) o conflito baseado na tensão; e (c) o conflito baseado no comportamento. Sendo que o conflito baseado no tempo assume duas formas: (1) as pressões de tempo podem tornar fisicamente impossível o cumprimento das expectativas decorrentes de outro papel; (2) quando um indivíduo está fisicamente dedicado a um papel, as pressões oriundas do outro domínio podem dificultar a realização com satisfação do primeiro papel.

Brandão (2013) destaca que após a contribuição de Frone et al. (1992), o conflito trabalho-família avançou na compreensão não mais sendo considerado apenas sob uma abordagem unidirecional, mas bidirecional, ou seja, além da relação de interferência do trabalho na família, pode haver a interferência da família no trabalho. Desse modo, tanto o trabalho pode interferir na vida familiar como essa pode interferir no trabalho.

Investigações sobre uma possível influência do conflito família/trabalho e valores do trabalho com o estresse ocupacional foram realizadas por Pascoal e Tamayo (2005), com funcionários de uma instituição bancária. Os resultados encontrados não sustentaram a hipótese de haver impacto dos valores no trabalho com o estresse ocupacional, já a

interferência família-trabalho sobre o estresse ocupacional obteve relação positiva, constatando-se que quanto maior o escore de interferência família/trabalho, maior o de estresse.

Considerando o exposto acima a respeito das interferências da família no trabalho e suas consequências, foram elaboradas duas hipóteses para essa pesquisa.

– hipótese 1: a interferência do trabalho na família possui relação positiva e significativa com o estresse no trabalho;

– hipótese 2: a interferência da família no trabalho possui relação positiva e significativa com o estresse no trabalho.

As hipóteses apresentadas advêm de estudos nos quais elementos como: *turnover*, horas de trabalho, estilos de liderança e a relação entre dimensões pessoais e organizacionais foram discutidos sob a perspectiva da interferência das demandas familiares no trabalho. (PINTO, 2003; BRANDÃO, 2013; GRAMACHO, 2012; CARVALHO, 2012).

Método

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo descritiva e causal. Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo. Caracteriza-se descritiva pelo fato de objetivar descrever características de determinado fenômeno ou pela possibilidade de estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. (GIL, 2002; VERGARA, 2006).

A organização objeto foi um restaurante universitário situado na cidade de Santa Maria, que possui um quadro funcional de 150 colaboradores. Por se tratar de uma população pequena, optou-se pelo conceito de Malhorta (2006) que diz ser mais adequada a esse tamanho de população a utilização de um censo.

Para o estresse no trabalho, utilizou-se o modelo proposto por Paschoal e Tamayo (2008) da versão reduzida da escala de estresse no trabalho, unifatorial e composta de 13 questões, elaboradas a partir dos estressores citados frequentemente na literatura (sobrecarga de trabalho, conflito entre papéis, ambiguidade de papéis, relacionamento interpessoal no trabalho,

fatores de desenvolvimento na carreira e autonomia/controle no trabalho). Para as investigações sobre a interferência do trabalho na família e da família no trabalho, foi utilizado o modelo proposto por Bastos e Aguiar (2014), com escala bifatorial em que as cinco primeiras questões dizem respeito ao CTF e as outras cinco sobre o CFT, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Escala de Conflito Trabalho e Família

Dimensão	Definição	Itens
Interferência do trabalho na família	Tipo de conflito entre papéis, no qual as demandas de trabalho, além do tempo dedicado a ele e da tensão gerada por ele, interferem no desempenho das responsabilidades familiares.	1 a 5
Interferência da família no trabalho	Tipo de conflito entre papéis, no qual as demandas da família, além do tempo dedicado a ela, interferem no desempenho das atividades operacionais.	6 a 10

Fonte: Bastos e Aguiar (2014).

A parte inicial do questionário objetivou identificar o perfil sociodemográfico dos respondentes como: gênero, idade, escolaridade, estado civil, possuir filhos, vínculo, tempo na empresa e carga horária de trabalho semanal. Já a segunda parte, formada pelos dois modelos acima citados, buscou verificar o conflito trabalho-família e família-trabalho dos respondentes e o estresse no trabalho. Os testes estatísticos utilizados para responder aos objetivos da pesquisa são descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Objetivos e testes estatísticos

Objetivo	Teste estatístico
Mapear o perfil dos respondentes	Análise descritiva de frequências
Validação do modelo	Análise fatorial
Teste das hipóteses	Regressão linear

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O tratamento de dados foi efetuado com o apoio do *software* SPSS versão 20. Para a análise, primeiramente analisou-se o perfil dos respondentes por meio da análise descritiva de frequências. Na sequência, a validação do modelo foi realizada por meio da Análise Fatorial Exploratória e do *Alpha de Cronbach*, bem como o *Kaiser-Meyer-Olkin Measure (KMO)* of *Sampling Adequacy*, e o teste de esfericidade de *Barlett*. Finalmente, para o

teste das hipóteses sobre a interface entre Conflito Família-Trabalho e Conflito Trabalho-Família, com o estresse no trabalho, utilizou-se análise de regressão bivariada, técnica estatística que examina os possíveis impactos entre uma variável independente e uma variável dependente, bem como o grau de explicação de uma em relação à outra. A aplicação do instrumento foi realizada de forma presencial, nas três unidades que formam o restaurante universitário (Campus I, Campus II e Centro), conforme as disponibilidades de horários de cada colaborador, por meio de formulários impressos.

Resultados

A partir dos dados coletados e tendo em vista o objetivo definido para o estudo, segue a descrição das análises dos resultados organizadas em: (1) apresentação do perfil dos respondentes e (2) validação do modelo e (3) teste das hipóteses.

Perfil dos respondentes

A amostra pesquisada é composta por 102 colaboradores do Restaurante Universitário, provenientes das três unidades que integram a empresa (Campus I, Campus II e Centro). Na sequência, são apresentados os dados que compõem o perfil da amostra.

No que se refere ao sexo dos respondentes, há uma predominância do sexo feminino, com 57,8% (n=59), em relação ao sexo masculino (42,2%) (n=43). Quanto à idade dos respondentes, visualiza-se na Figura 2 que cerca de 38,8% (n=39) possuem entre 30 a 50 anos; 31,6% (n=33) possuem idade entre 20 a 30 anos e 29,6% (n= 30) possuem idade entre 50 a 70 anos.

No que diz respeito à escolaridade dos respondentes, percebe-se que a maioria 60,8% (n=62) possui o Ensino Médio; 20,6% (n=21) cursaram Ensino Superior e 18,6% (n=19) concluíram apenas o Ensino Fundamental. Em relação ao estado civil dos respondentes, 49,5% (n=50) são casados, 32,7% (n=34) são solteiros e 17,8% (n=18) marcaram a opção “outros” conforme descrito na Figura 4. Quando questionados sobre se possuíam filhos, 64,4% (n=66) afirmaram que sim e apenas 35,6% (n=36) afirmaram não ter filhos.

Outro aspecto levantado foi o tempo de serviço na instituição; a maioria (73,5%) (n=75) possui menos de 10 anos de empresa; 15,7% (n=16) estão na empresa há mais de 20 anos e 10,8% (n=11) possuem vínculo entre 10 a 20 anos. Sobre a composição dos vínculos empregatícios, no Restaurante Universitário, obteve-se que 66,3% (n=67) são contratados de empresa terceirizada; 31,7% (n=33) possuem vínculo empregatício com a instituição federal e apenas 2% (n=2) são estagiários. Quanto à carga horária desempenhada semanalmente pelos respondentes, 71,3% (n=73) trabalham 40 horas ou mais e o restante 28,7% (n=29) trabalham até 30 horas semanais.

Validação do modelo

Dentre as técnicas multivariadas de análise estatística, a análise fatorial é uma técnica que permite analisar relações latentes para um grande número de variáveis, de modo a condensar as informações em um conjunto menor de fatores. Tal análise pode ser tanto exploratória, quando se busca identificar as possíveis relações entre um conjunto de variáveis, como confirmatória, quando se pressupõe, com base na literatura sobre o assunto, uma determinada estrutura para as variáveis. (HAIR et al., 2005).

Nessa pesquisa realizou-se uma validação dos modelos de estresse no trabalho proposto por Paschoal e Tamayo (2004) e conflito trabalho/família-família/trabalho de Bastos e Aguiar (2014) por meio de análise fatorial confirmatória e do *alpha de Cronbach*. Analisaram-se os valores de comunalidades que, segundo Hair et al. (2005, p. 108), “representam a quantia da variância explicada pela solução fatorial para cada variável”. Nesses valores, o pesquisador pode especificar o valor da variância de cada variável que deve ser levada em consideração. Neste caso optou-se por considerar pelo menos metade da variância, sendo excluídas todas as variáveis com comunalidades inferiores a 0,50, por não possuírem explicação suficiente, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Variáveis extraídas de comunalidades inferiores a 0.5

Fator	Variáveis
Conflito Trabalho/Família	Os meus deveres no trabalho me levam a mudar meus planos para as atividades familiares
Conflito família/trabalho	Por causa das demandas da minha família, não consigo fazer as coisas que preciso no trabalho
	Minha vida doméstica interfere nas minhas responsabilidades no trabalho, como chegar no horário, cumprir tarefas e jornada de trabalho
Estresse no trabalho	A forma como as tarefas são distribuídas em minha área tem me deixado nervoso
	A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante
	Sinto-me incomodado por ter que realizar tarefas que estão além da minha capacidade
	Tenho me sentido incomodado com a deficiência nos treinamentos para capacitação profissional
	Fico de mau-humor por me sentir isolado na organização
	A competição no meu ambiente de trabalho tem me deixado de mau-humor

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Os testes iniciais para a realização das análises fatoriais ainda incluíram o *Kaiser-Meyer-Olkin Measure (KMO) of Sampling Adequacy*, que mede a adequação dos dados para a realização da análise fatorial, de acordo com a intensidade de associação entre as variáveis com valores entre 0,5 e 1 conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Valores para o teste de KMO

Valor do teste	Análise fatorial	Correlação entre variáveis
Entre 1 e 0,9	Satisfatória	Alta
Entre 0,7 e 0,8	Média	Média
Entre 0,6 e 0,7	Razoável	Razoável
Menor que 0,5	Insatisfatória	Baixa

Fonte: Pestana e Gagero (2003).

Já o teste de esfericidade de Bartlett avalia a significância geral da matriz de correlação, em que se busca testar a hipótese de a matriz de correlação ser a matriz identidade, ou seja, que não haja correlação perfeita entre as variáveis.

Para o construto CTF o KMO apresentou valor igual a 0,791, sugerindo que os dados estão adequados para análise fatorial realizada, e o teste de esfericidade de Bartlett rejeitou a hipótese nula de matriz de correlação

identidade, ou seja, com significância menor que 0,05, indicando que há correlação perfeita sinalizando que é possível o seguimento da análise fatorial. O construto CFT apresentou KMO igual a 0,647 e teste de esfericidade de Bartlett também inferior a 0,05. O modelo de estresse no trabalho formado por um único construto apresentou KMO igual a 0,824 e teste de esfericidade de Bartlett, com significância menor que 0,05, indicando que há correlação perfeita. Os índices obtidos sinalizaram que é possível o seguimento da análise fatorial

Na etapa de extração dos fatores mais significativos, utilizou-se o critério dos autovalores (*eigenvalues*), que representa a quantidade de variância nas variáveis originais, e que está associada a um fator, considerando-se apenas variáveis com valor de *eigenvalue* acima de 1,0; e a porcentagem da variância explicada pelos fatores de forma cumulativa, cujo nível satisfatório, de acordo com Malhotra (2001), fica em torno de 60%. Para analisar a confiabilidade dos constructos, utilizou-se teste de confiabilidade *alfa de Cronbach* que, de acordo com Pestana e Gageiro (2003), valores entre 0,6 e 0,7 apontam consistência interna fraca; entre 0,7 e 0,8, razoável; entre 0,8 e 0,9, boa; e muito boa para valores de alfa superiores a 0,9. Os três fatores encontrados nesta pesquisa apresentaram valores de consistência interna, dentro dos limites aceitáveis.

O total de variância explicada pelo modelo conflito trabalho/família foi de 68,28%; o construto família/trabalho totalizou 60% de variância explicada e o modelo de estresse no trabalho teve um total de 60,52% de variância explicada.

O fator conflito trabalho/família composto por quatro variáveis apresentou cargas fatoriais entre 0,734 e 0,841; já o alfa de Cronbach obteve valor igual a 0,893, o que aponta uma boa consistência interna. O total de variância explicada pelo modelo foi de 68,28%, ou seja, um nível satisfatório para realização da análise, conforme descritos no Quadro 5.

Quadro 5 – resultados para o fator CTF

Variáveis do fatores analisados	Carga	Alfa de Cronbach	Variância explicada
Conflito Trabalho/Família			
As demandas do meu trabalho interferem na minha vida familiar	0,841	0,893	68,28%
Devido à quantidade de tempo que dedico ao trabalho, tenho dificuldade em cumprir minhas responsabilidades	0,829		
Por causa das demandas do meu trabalho, não consigo fazer as coisas que quero fazer em casa.	0,893		
As pressões do meu trabalho restringem a liberdade de planejar as minhas atividades familiares	0,734		

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O fator conflito família/trabalho, composto por três variáveis, apresentou cargas fatoriais entre 0,793 e 0,804; já o alfa de Cronbach obteve valor igual a 0,647 o que aponta consistência interna. O total de variância explicada pelo modelo foi de 60%, ou seja, um nível satisfatório para realização da análise conforme descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados para o fator CTF

Conflito família/ trabalho			
CFT06- As demandas da minha família interferem nas minhas atividades de trabalho	0,804	0,647	60%
CFT07- Eu preciso adiar atividades de trabalho por causa de demandas que surgem quando estou em casa	0,720		
CFT10- As pressões geradas pela minha família interferem no meu desempenho no trabalho	0,793		

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O fator estresse no trabalho composto por seis variáveis (falta de confiança; deficiência na divulgação; pouca valorização; poucas perspectivas de crescimento; tarefas abaixo da capacidade; e falta de compreensão) apresentou cargas fatoriais entre 0,738 e 0,827 já o alfa de Cronbach obteve valor igual a 0,824 o que aponta boa consistência interna. O total de variância explicada pelo modelo foi de 60,52%, ou seja, um nível satisfatório para realização da análise conforme descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Estresse no trabalho

Estresse no trabalho			
E13- Tenho me sentido incomodado com a falta de confiança de meu superior sobre o meu trabalho	0,749		
E14- Sinto-me irritado com a deficiência na divulgação de informações sobre decisões organizacionais	0,743		
E18- Fico irritado por ser pouco valorizado por meus superiores	0,827	0,824	60,52%
E19- As poucas perspectivas de crescimento na carreira tem me deixado angustiado	0,798		
E20- Tenho me sentido incomodado por trabalhar em tarefas abaixo do meu nível de habilidade	0,808		
E22 - A falta de compreensão sobre quais são minhas responsabilidades nesse trabalho tem causado irritação	0,738		

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Teste das hipóteses

A problemática principal deste estudo consiste em investigar as possíveis relações entre o conflito trabalho-família e família-trabalho com o estresse no trabalho. Com base no referencial teórico apresentado, foram elaboradas duas hipóteses testadas por meio da análise de regressão linear bivariada, que é uma técnica estatística que examina informações sobre a relação entre uma variável independente e uma variável dependente, daí fazendo previsões. (HAIR et al., 2005). Valores da variável independente são examinados e o comportamento da variável dependente é observado. Com base no referencial teórico, bem como no modelo adotado, este estudo definiu como variável independente a interferência do trabalho na família e a interferência da família no trabalho, e como variável dependente o estresse no trabalho. Essa análise possibilitou identificar o quanto a interferência do trabalho na família e da família no trabalho (variável independente) explica o estresse no trabalho (variável dependente) dos colaboradores pesquisados.

Inicialmente, cada grupo de assertivas foi transformado em um único fator, levando em consideração os resultados da análise fatorial-exploratória. Nesse sentido, para a representação do fator estresse no trabalho, foram consideradas apenas as variáveis E13, E14, E18, E19, E20 e E22; para representação do fator interferência do trabalho na família, foram consideradas as variáveis CTF01, CTF02, CTF03 e CTF04; para a representação do fator interferência da família no trabalho, consideradas as

variáveis CFT6, CFT7 e CFT10 e C18. As médias para cada fator são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas dos constructos

Fatores	Média	Σ
Estresse no Trabalho	2,06	0,92
CTF	1,96	0,85
CFT	1,57	0,54

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

De posse das médias que representam os fatores, realizaram-se duas regressões lineares bivariadas para teste das hipóteses. Segundo Hair et al. (2005), o primeiro passo no exame do modelo de regressão é verificar se ele é estatisticamente significativo, utilizando a estatística F. Para haver significância estatística, é preciso haver probabilidade $< 0,05$ de os resultados serem obra do acaso. Existindo uma relação entre as variáveis, é preciso examinar se a relação é positiva ou negativa. Na regressão linear bivariada, isso é feito com a observação do coeficiente de regressão não padronizado (β). Para finalmente quantificar a explicação da variável dependente pela variável independente, analisa-se o coeficiente de determinação R^2 .

Para testar a normalidade dos modelos, realizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov*(KS), sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal. Segundo Hair et al. (2005), o ideal é que os resíduos não apresentem desvios substanciais, representando a normalidade. Para detectar se há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos em um modelo de regressão, foi aplicado o teste *Durbin Watson*, devendo este atender o pressuposto da covariância nula. (PESTANA; GAGEIRO, 2003).

A primeira hipótese – H1: A interferência do trabalho na família possui relação positiva e significativa com o estresse no trabalho – foi testada e confirmada. O exame de significância obtido com a aplicação do teste F revelou que o modelo de regressão é estatisticamente significativo, comprovando a influência da variável independente sobre a variável dependente. (PESTANA; GAGEIRO, 2003). O nível de significância de 0,000 significa que as chances são zero de que os resultados do modelo de regressão devam-se a eventos aleatórios, em vez de uma relação verdadeira. (HAIR et al., 2005). O coeficiente de regressão não padronizado positivo (β

=0,397) indica que a relação entre a motivação e a satisfação é positiva e é interpretado como: “para cada unidade de aumento no CTF, o estresse no trabalho aumentará 0,365 unidade”. Assim, pode-se dizer que o CTF acarretará um aumento positivo ($\beta = 0,397$) e significativo (sig.=0,000) no estresse no trabalho a um percentual de 12,4% ($R^2 = 0,124$). Isso significa que 13,3% da variação do estresse no trabalho podem ser explicados a partir das interferências do trabalho na família (Tabela 4).

Tabela 4 – Regressão linear entre CTF e estresse no trabalho

R	R ²	R ² just	Erro	F	Sig	β	Durbin-watson
0,365	0,133	0,124	0,878	13,969	0,000	0,397	1,897

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

No teste Durbin Watson foi atendido o pressuposto da inexistência de autocorrelação dos resíduos, pois o teste apresentou valor de 1,897, dentro do intervalo sugerido por Gujarati (2000) de 1,63 a 2,37. O teste de *Kolmogorov-Smirnov*(KS) apresentou nível de significância inferior a 1% (sig.=0,000), rejeitando a hipótese nula de normalidade dos resíduos, conforme pode ser visualizado na Tabela 5.

Tabela 5 – Teste de normalidade

Kolmogorov-Smirnov (KS)	Estatística	Df	Sig.
Resíduo não-padronizado	0,125	0,93	0,000

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Essa primeira hipótese, de que as demandas do trabalho que afetam as responsabilidades familiares explicam 12,4% do estresse no trabalho, projeta-se como um novo caminho para considerar a bidirecionalidade do CTF/CFT, em que ainda são poucos os estudos nessa dimensão. Apesar de autores como Netemeyer, Maxham e Pullig (2005) e Furtado et al. (2012) corroborarem esse resultado, em seus estudos, nos quais ficou demonstrada a existência de uma relação positiva entre conflito trabalho-família e estresse ocupacional.

A segunda hipótese – H2: A interferência da família no trabalho possui relação positiva e significativa com o estresse no trabalho – foi também confirmada, pois apresentou um nível de significância do índice F de 0,000 e

coeficiente de regressão não padronizado positivo ($\beta=0,675$). Para quantificar a explicação do estresse no trabalho pela CFT, observa-se o coeficiente de determinação R^2 , que apresentou valor de 0,162. Assim, pode-se dizer que a interferência da família no trabalho explica 15,3% da variação total no estresse no trabalho dos pesquisados. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Regressão linear entre CFT e estresse no trabalho

R	R ²	R ² just	Erro	F	Sig	β	Durbin-watson
0,402	0,162	0,153	0,849	17,784	0,000	0,675	1,918

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

No teste Durbin Watson foi atendido o pressuposto da inexistência de autocorrelação dos resíduos, pois o teste apresentou valor de 1,918, dentro do intervalo sugerido por Gujarati (2000) de 1,63 a 2,37. O teste de *Kolmogorov-Smirnov*(KS) apresentou nível de significância inferior a 1% (sig.=0,000), rejeitando a hipótese nula de normalidade dos resíduos, conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 – Teste de normalidade

Kolmogorov-Smirnov (KS)	Estatística	Df	Sig.
Resíduo não padronizado	0,177	0,94	0,000

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Os resultados obtidos, que confirmam a segunda hipótese, a de que as demandas da família em tensão com as responsabilidades do trabalho possuem relação e impactam no estresse no trabalho, corroboram estudos de Paschoal e Tamayo (2005), ampliando a explicação de 8,4% para 15,3% da variação total do estresse no trabalho.

Conclusão

O presente estudo teve como propósito investigar as possíveis relações entre o conflito trabalho-família e família-trabalho com o estresse no trabalho. A partir da análise dos resultados obtidos, conclui-se que as hipóteses sobre a interferência do trabalho na família e da família no trabalho

ter relação positiva e significativa com o estresse no trabalho foram confirmadas.

Conclui-se que a dimensão referente às demandas, que surgem na família e acabam por interferir no desempenho das responsabilidades no trabalho, explica 15,3% do estresse no trabalho. Esse resultado vem ao encontro de estudos anteriores, como o realizado por Paschoal e Tamayo (2008), que identificaram eventos como: mudar os planos no trabalho, sair mais cedo para atender a compromissos familiares e trabalhar de mau humor pensando na família podem comprometer o desempenho nas atividades profissionais. Esses fenômenos podem interferir indiretamente no processo de estresse, favorecendo a negatividade, irritação e ansiedade.

A interferência das demandas do trabalho sobre as responsabilidades familiares, conflito trabalho/família, também possui impacto significativo no estresse no trabalho responsável por 12,4% da variação total desse fenômeno. Tal resultado vem ao encontro de estudos anteriores como o de Netemeyer, Maxham e Pullig (2005), sobre a relação positiva entre conflito trabalho/família e o estresse no trabalho e a confirmação de Furtado, Farjado e Holperin (2012) das demandas de trabalho como antecedente do conflito trabalho-família.

Assim, a presente pesquisa quer contribuir na compreensão da interface entre conflito trabalho/família e família/trabalho e suas implicações no estresse no trabalho, tanto teoricamente como na prática, como subsídio para a gestão de pessoas nas organizações. Conforme Furtado, Farjado e Holperin (2012), elucidar essas questões viabiliza a formulação de estratégias que auxiliem os colaboradores a integrarem as responsabilidades e exigências da vida profissional e familiar. As limitações do estudo residem no tamanho da amostra que foi constituída apenas por 102 respondentes não atingindo o censo total. Para pesquisas futuras, sugere-se reaplicar a pesquisa em amostras maiores, utilizando-se outros fatores além do CTF/CFT para explicação sobre o estresse no trabalho, além de uma análise que identifique os diferentes níveis de estresse.

Referências

- BASTOS, A. V. B; AGUIAR, C. V. N. Conflito trabalho-família. In: SIQUEIRA, M. M. M. *Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre, 2014. p. 123-131.
- BRANDÃO, D. P. *Conflito trabalho-família e intenções de turnover na profissão de cientista em Portugal: o caso do ITQB*. 2013. 50 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos) – School of Economics & Management Lisbon, Lisboa, 2013.
- CASTRO, A. G; BUENO, I; LIMA, L. P; PRADO, M. P; VASQUEZ, G. Estresse no Trabalho. *Secretariado em Revista*, Ponta Grossa, p. 12-19. 2009. Disponível em: <http://www.iessa.edu.br/cursos/secretariado/revista_eletronica.pdf#page=12>. Acesso em: 13 maio 2016.
- COSTA, D. T.; MARTINS, M. C.F. Estresse em profissionais de enfermagem: impacto do conflito no grupo e do poder do médico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 45, n. 5, out. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a23.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.
- FURTADO, L. M. G. P.; FAJARDO, B. A. G.; HOLPERIN, M. M.; Novas perspectivas da relação trabalho-família: uma análise multigrupo a partir do setor de atuação. In: Encontro de Administração Pública e Governo. 2012, Bahia. *Anais...* Bahia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG335.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRAMACHO, P. C. V. G. *Conflito trabalho-família: importância das horas de trabalho e relação com o Burnout e o Engagement*. 2012. 37 f. Dissertação (Mestrado integrado em psicologia) – School of Economics & Management Lisbon, Lisboa, 2012.
- GREENHAUS, J. H.; BEUTELL, N. J. Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, v. 10, n. 1, p. 76-88, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258214?_redirected>. Acesso em: 13 maio 2016.
- HAIR, J. et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- LAZARUS, R. S. Early Approaches to Stress. *Annu. Rev. Psychol*, Califórnia, v. 44, p. 1-21, 1993. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.ps.44.020193.000245>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- LIBERATO, H. L.; BALLSTAEDT, E. H.; ABRIL, J. D.C.J. *Estresse no trabalho*. 2001. 52 f. Especialização (em Medicina do Trabalho) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- _____. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

MARGIS, R. et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 25 suppl.1, abr. 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a08v25s1.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

NEGELISKII, C.; LAUTERT, L. Estresse laboral e capacidade para o trabalho de enfermeiros de um grupo hospitalar. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 606-613, 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/pt_21.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

NETEMEYER, R. G.; MAXHAM III, J. G.; PULLIG, C. Conflicts in the Work-Family Interface: Links to Job Stress, Customer Service Employee Performance, and Customer Purchase Intent. *Journal of Marketing*, v. 69, n. 2, p. 130-143, 2005.

NUNES, C. A. O. T.; CALAIS, S. L. Vulnerabilidade ao estresse no trabalho e percepção de suporte familiar em porteiros: um estudo correlacional. *Psico-USF*, Itajiba, v. 16, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2011.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Validação da escala de estresse no trabalho. Estudos em Psicologia. *Estudos de Psicologia*. Brasília, v.9, n.1, p. 45-52. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22380.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Impacto dos valores laborais e da interferência família – trabalho no estresse ocupacional. *Revista de psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 173-180, maio/ago. 2005.

PAPINI, J. C. M.; PINTO, M. L. S. *Estresse e trabalho*. 2000. 148 f. Especialização (em Medicina do Trabalho) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. G. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2003.

PINTO, A. M. G. L. R. S. O conflito trabalho-família e suas implicações pessoais e organizacionais. *Gestin*, Castelo Branco, p. 89-97, 2003.

SELYE, H. Stress and the general adaptation syndrome. *British Medical Journal*, Londres, jun. 1950.

SILVA, C. P. T. *Estresse no trabalho*. 2006. 42 f. Monografia (Pós Graduação em Gestão de Recursos Humanos) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2006.

VAZ, S. A. *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra: Edições Minerva, 2002.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

Estudo de caso em uma empresa revendedora de defensivos agrícolas: aliando gestão de pessoas e desenvolvimento rural

Ana Claudia da Rosa*
Jeferson Rodrigo Andres**
Marcia Zampieri Grohmann***
Amanda Carolina de Oliveira#

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo de caso, por meio de um diagnóstico e propostas de melhorias nas ações de gestão de pessoas (recrutamento e seleção, análise e descrição dos cargos, treinamento, higiene e segurança no trabalho), em uma empresa revendedora de defensivos agrícolas localizada em um município da Região da Campanha gaúcha. O diagnóstico baseou-se no referencial teórico proposto para avaliar os pontos referentes à área de gestão de pessoas. Espera-se que a empresa analisada utilize as sugestões de melhoria propostas, para que assim possa aprimorar seus processos da gestão de pessoas, além disso, também é esperado que a pesquisa seja utilizada como base para o diagnóstico e propostas de melhorias em outras empresas que atuam no segmento do agronegócio, as quais contribuem de forma significativa para o desenvolvimento rural do Brasil.

Palavras-chave: Agronegócio. Desenvolvimento rural. Estudo de caso. Gestão de pessoas. Propostas de melhorias.

Introdução

De acordo com Melo e Silva (2014), os estudos que envolvem o tema desenvolvimento econômico, sobretudo nas primeiras fases desse processo, ressaltam a importância do setor agrícola. Conforme o mesmo autor, o setor agrícola desempenha funções que têm por objetivo dar suporte ao processo

* Bacharel em Administração pela UFSM. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFSM. <Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1039707288631252>>. *E-mail:* ana.claudiadarosaa@gmail.com

** Técnico em Agropecuária pela Escola Técnica Estadual Celeiro (ETEC). Bacharel em Administração pela Unicesumar. Consultor Especialista em Vendas, com ênfase nas culturas de soja e milho pela Syngenta. *E-mail:* jeferson.andres@hotmail.com

*** Bacharel em Administração pela UFSM. Mestra em Engenharia de Produção pela UFSM. Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC. Professora no curso de Administração da UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6154967504992274>>. *E-mail:* marciazg@gmail.com

Bacharel em Administração pela UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2278974211972308>>. *E-mail:* amandac.oliveira@hotmail.com

de industrialização, fornecendo uma base para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, e dessa forma o desenvolvimento rural pode ser interpretado como um passo intermediário para a realização do desenvolvimento industrial e crescimento da economia do País.

Inserido no contexto agrícola, o agronegócio é formado por fornecedores de bens e serviços vinculados à atividade rural, bem como produtores agrícolas, processadores, transformadores e distribuidores que estão presentes na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. (ARAUJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990). Assim, o agronegócio pode ser definido como um sistema complexo, do qual fazem parte dezenas de segmentos, dentre eles fornecedores de defensivos e implementos, empresários rurais, processadores agroindustriais, distribuidores, atacado, varejo e consumidor, além do ambiente institucional (legislação, governo, etc.) e serviços de apoio (transporte e armazenamento). (DUARTE, 2005).

Em termos econômicos, conforme notícia divulgada pelo Portal G1 (2016), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmou que o agronegócio brasileiro ganhou participação na economia do País em 2015, com uma parcela de 23% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ante 21,4% em 2014. Além disso, de acordo com uma notícia divulgada pelo Canal Rural (2016), representantes do setor acreditam que o agronegócio deve obter um bom desempenho ao longo de 2016, sendo que analistas concordam que, de forma geral, o desempenho do agronegócio brasileiro terá um crescimento entre 1,5% e 2,2%.

Dessa forma, Duarte (2005) afirma que as empresas fornecedoras de defensivos agrícolas constituem um importante elo entre o agronegócio e o desenvolvimento rural e, devido à relevância do mercado do agronegócio brasileiro e à globalização da economia, essas empresas devem fazer uma revisão completa de suas práticas e conceitos de gestão.

Inserido nessa temática, o presente artigo tem como objetivo fazer um diagnóstico da área de gestão de pessoas de uma empresa, que compõe um dos elos do agronegócio, sendo a empresa revendedora de defensivos agrícolas, estando localizada em um município da Região da Campanha gaúcha. Dessa forma, após efetuar o diagnóstico das ações realizadas na área de gestão de pessoas, são propostas sugestões de melhorias para o

aprimoramento nos seguintes tópicos: recrutamento e seleção, análise e descrição dos cargos, treinamento, higiene e segurança no trabalho.

Para atingir o objetivo almejado, o presente artigo é apresentado em quatro momentos. No primeiro momento, é realizada uma revisão teórica acerca da gestão em empresas agrícolas, bem como são apresentados os tópicos presentes na gestão de pessoas. Em seguida, a metodologia utilizada no trabalho é apresentada, sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva, por meio da técnica de estudo de caso. Na terceira parte, são apresentados os resultados (caracterização da empresa, diagnóstico realizado e sugestões de melhorias). Por fim, é feita uma avaliação final do estudo de caso realizado, apresentando suas principais contribuições.

Gestão em empresas agrícolas

De acordo com Scatena (2012), a administração de empresas pode ser definida como a ação de dar direção, além de administrar, através de um conjunto de princípios, normas e funções, as quais propiciam a ordem do funcionamento de organizações. E conforme a mesma autora, em decorrência da complexidade e das incertezas inerentes ao mundo atual, o conhecimento sobre administração e gestão empresarial passou a ser extremamente importante para as atividades humanas relacionadas com as funções administrativas.

Conforme Bateman e Snell (1998), a gestão empresarial caracteriza-se como um processo que busca concretizar objetivos organizacionais, através do trabalho com pessoas e recursos, sendo que as principais funções da gestão empresarial são o planejamento, a implementação e o controle das atividades. Assim sendo, os autores afirmam que o planejamento busca especificar os objetivos a serem atingidos, bem como decidir as ações adequadas para alcançar tais objetivos, já a implementação refere-se à execução das ações previamente identificadas e planejadas, por meio da alocação dos recursos disponíveis, e a função-controle tem o intuito de assegurar que os objetivos planejados sejam atingidos, por meio do monitoramento das atividades e da execução de ações corretivas, caso sejam necessárias.

Dessa forma, Lourenzani, Souza Filho e Bãnkuti (2003) afirmam que os princípios e as funções da administração também são aplicáveis para o setor agropecuário. Para Santos e Marion (1996), os fatores que afetam os resultados das empresas pertencentes ao agronegócio podem ser de natureza externa ou interna. Assim, para os autores, os fatores externos (preço dos produtos, o clima, as políticas agrícolas, etc.) apresentam caráter incontrolável por parte do administrador, mas é preciso conhecê-los para que se possa tomar decisões ajustadas às condições favoráveis ou desfavoráveis. E os mesmos autores afirmam que os fatores internos, aqueles ligados aos recursos humanos, ao planejamento da produção, aos recursos financeiros e ao planejamento de marketing, são diretamente controlados pelo administrador, por meio de procedimentos gerenciais. Portanto, quanto maior o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da empresa, maiores serão as chances de melhorar os resultados.

Assim sendo, conforme citado anteriormente, no presente estudo realizou-se um diagnóstico da área de gestão de pessoas de uma empresa que pertence ao agronegócio, sendo a empresa revendedora de defensivos agrícolas. Na sequência são apresentados os tópicos presentes na gestão de pessoas, os quais serviram de base para o diagnóstico e as propostas de melhorias para a empresa objeto do presente estudo.

Gestão de pessoas

A administração de recursos humanos ou gestão de pessoas pode ser definida como o campo da administração que utiliza as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar as funções de procura, desenvolvimento, manutenção e utilização da força de trabalho, com o intuito de atingir as metas de uma organização. (JUCIUS, 1983). Dessler (2003) também afirma que a gestão de pessoas se refere às práticas e às políticas necessárias para conduzir os aspectos relacionados às pessoas no trabalho de gerenciamento, especificamente a contratação, o treinamento, a avaliação, a remuneração e o oferecimento de um ambiente bom e seguro aos colaboradores da empresa.

Além disso, segundo Chiavenato (2010), a gestão de pessoas se responsabiliza pelo suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de todo

o capital humano da empresa. Portanto, as principais funções da administração de gestão de pessoas, segundo o mesmo autor, são:

- suprir a necessidade da empresa dos talentos e competências necessários utilizando a técnica de recrutamento e seleção;
- reter na empresa os seus talentos humanos, por meio de remuneração, dos benefícios sociais e da higiene e segurança do trabalho;
- desenvolver as pessoas, através de treinamento e desenvolvimento.

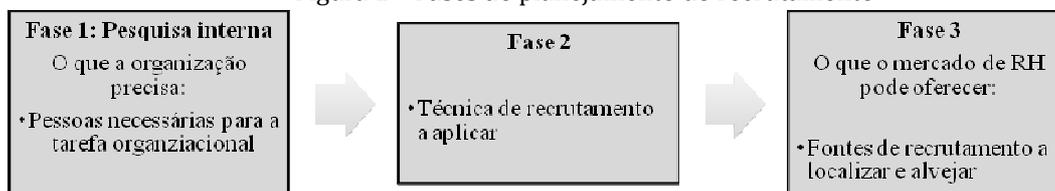
Portanto, na presente pesquisa, foram selecionados os seguintes temas para serem abordados na empresa em que será realizada a análise das ações referentes à administração de gestão de pessoas:

- recrutamento e seleção de pessoal;
- análise e descrição dos cargos;
- treinamento;
- higiene e segurança do trabalho.

O recrutamento define-se como um conjunto de técnicas e procedimentos que objetivam atrair candidatos potencialmente qualificados, que possuam um perfil adequado para ocupar os cargos da empresa. (CHIAVENATO, 2009b). Durante esse processo, deve-se informar aos candidatos sobre quais são as características necessárias para o desempenho do cargo, bem como sobre o plano de carreira que a organização pode oferecer aos seus colaboradores. (ANTONIO, 2013).

De acordo com Chiavenato (2004), o objetivo do recrutamento é atrair candidatos e, para que seja eficaz, deverá atrair um número suficiente de candidatos, para abastecer o processo de seleção. Assim, o autor afirma que o recrutamento é um “sistema de informação”, que visa à divulgação de oferta de oportunidades de emprego ao mercado de recursos humanos. Entretanto, antes de iniciar o recrutamento de candidatos, torna-se necessário efetuar um planejamento das necessidades presentes e futuras de capital humano dentro da organização. (ANTONIO, 2013). Desta forma, na Figura 1, são especificadas as fases em que ocorre o planejamento do recrutamento.

Figura 1 – Fases do planejamento do recrutamento



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2009b, p. 70).

Assim sendo, após realizar o planejamento das necessidades de capital humano dentro da organização, o processo de recrutamento pode ter início, podendo ser realizado através de dois meios: recrutamento interno e o recrutamento externo. (CHIAVENATO, 2009b). Segundo Dutra (2006), o recrutamento interno é realizado sobre os candidatos que já estão trabalhando dentro da organização, para promovê-los ou transferi-los para outras atividades mais complexas ou mais motivadoras. E o mesmo autor ressalta que o recrutamento externo se inicia com a abertura de uma vaga para busca de candidatos no mercado de trabalho. Assim, é realizado quando se almeja preencher o cargo vago com candidatos externos à organização, os quais são atraídos através das técnicas de recrutamento. Segundo Chiavenato (2004), o recrutamento externo recorre a várias técnicas:

- arquivo de currículos dos candidatos que os enviaram espontaneamente ou arquivados de anteriores recrutamentos;
- anúncios em jornais ou revistas;
- apresentação de candidatos pelos colaboradores da organização;
- agências de recrutamento;
- cartazes ou anúncios na portaria das organizações;
- sindicatos;
- universidades e escolas;
- empresas que atuam no mesmo ramo de atividade e com as quais se estabelece cooperação mútua.

No recrutamento externo, Chiavenato (2009b) menciona que para ser eficaz necessita atrair um número suficiente de candidatos para abastecer adequadamente o processo de seleção; assim sendo, a função do recrutamento é suprir a seleção de candidatos.

Uma vez que a organização já tenha o grupo de candidatos atraído pelo recrutamento, pode-se dar início ao processo de seleção e, assim, para a maioria dos empregadores, o formulário de inscrição é o primeiro passo nesse processo. (DESSLER, 2003). Dessa maneira, o formulário deve ser bem elaborado, pois representa uma boa maneira de obter rapidamente dados precisos sobre os candidatos. (DESSLER, 2003).

A seleção é o processo pelo qual uma empresa escolhe, de uma lista de candidatos, aquele que possui a maior quantidade de competências desejadas para a ocupação do cargo. (CHIAVENATO, 2004). Assim, a busca entre os candidatos aos cargos existentes nas empresas tem como objetivo manter ou elevar a eficiência e o desempenho do pessoal, bem como a eficácia da organização. (ANTONIO, 2013). Para Chiavenato (2009b), a seleção é um processo de decisão que comporta os seguintes modelos de comportamento:

- modelo de seleção: um candidato por vaga ou vários candidatos para uma vaga;
- modelo de classificação: vários candidatos para várias vagas.

De acordo com Chiavenato (2009b), a seleção necessita apoiar-se em algum padrão ou critério para alcançar sua validade, ou seja, esse padrão ou critério se obtém a partir das características do cargo a ser preenchido. Desta maneira, o autor afirma que o ponto de partida é a obtenção de informações sobre o cargo, as quais podem ser obtidas de cinco maneiras: descrição e especificação do cargo, aplicação da técnica dos incidentes críticos, requisição de empregado, análise do cargo no mercado e hipótese de trabalho.

Com as informações a respeito do cargo que precisa ser preenchido, o próximo passo é a escolha das técnicas de seleção adequadas para conhecer e escolher os candidatos. (CHIAVENATO, 2006). Para Chiavenato (2006), as técnicas de seleção são agrupadas em cinco categorias: entrevistas; provas de conhecimento ou capacidade; testes psicotécnicos; testes de personalidade; técnicas de simulação. E, segundo o mesmo autor, essas técnicas de seleção permitem um rastreamento das características pessoais dos candidatos, através de amostras de seu comportamento. Porém, na prática, deve-se escolher mais de uma técnica de seleção e assim envolver entrevistas de triagem, entrevistas técnicas, provas de conhecimentos, provas de

capacidade, testes psicotécnicos, testes de personalidade e técnicas de simulação. (ANTONIO, 2013).

Segundo Milkovich e Boudreau (2000, p. 338), o treinamento pode ser definido como “processo sistemático para promover a aquisição de habilidades, regras, conceitos ou atitudes que resultem em uma melhoria da adequação entre as características dos empregados e as exigências dos papéis funcionais”. E conforme os mesmos autores, existe uma crescente evidência de que os investimentos em treinamento resultam no aumento da lucratividade, se analisados em longo prazo.

Devido à atual divisão do trabalho e uma conseqüente especialização das funções, as necessidades básicas de recursos humanos para as empresas são definidas através da análise de cargos. (CHIAVENATO, 2009a). E, segundo Pontes (2006), esta análise é formada pela descrição e a especificação do cargo.

Souza (2005) define cargo como o conjunto de funções que apresenta a mesma natureza e complexidade, já a função é o agregado de tarefas atribuídas a cada indivíduo que está inserido na organização. Para o mesmo autor, ao serem elaborados os cargos levam em consideração diversos aspectos: estratégias, processos, estrutura, pessoas e não apenas as tarefas atribuídas. Castro (2001) menciona que, para avaliar e poder analisar de maneira mais eficiente os cargos, é possível observar alguns elementos desde a titulação de cargos, sua estruturação, especificação e descrição.

Chiavenato (2009a) afirma que as descrições de cargo relacionam as tarefas, os deveres e as responsabilidades do cargo, já as especificações de cargos se preocupam com os requisitos necessários ao ocupante. Para Gil (2001), a descrição de cargos “é a exposição ordenada das tarefas ou atribuições de um cargo. Ela busca descrever o que o ocupante do cargo faz, como faz e por que faz”. E Oliveira (2007) afirma que a descrição de cargos é um processo que tem por objetivo determinar, através de observação e estudo, os fatos ou elementos que compõem a natureza de um cargo e que o tornam distinto dos outros cargos existentes na organização.

Segundo Chiavenato (2009a), o objetivo das especificações é estudar e definir todos os requisitos qualitativos, as responsabilidades envolvidas, bem como as condições exigidas pelo cargo, para seu desempenho adequado.

Conforme o autor, geralmente as especificações concentram-se em quatro áreas de requisitos: requisitos mentais, requisitos físicos, responsabilidades envolvidas e condições de trabalho. Assim, cada uma dessas áreas é dividida em vários fatores de especificações, os quais são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Fatores de especificações do cargo

Fatores de especificações	
Requisitos mentais	<ol style="list-style-type: none">1. Instrução essencial2. Experiência anterior essencial3. Adaptabilidade ao cargo4. Iniciativa necessária5. Aptidões necessárias
Requisitos físicos	<ol style="list-style-type: none">1. Esforço físico necessário2. Concentração visual3. Destreza ou habilidade4. Compleição física necessária
Responsabilidades por	<ol style="list-style-type: none">1. Supervisão de pessoal2. Material, ferramental ou equipamento3. Dinheiro, títulos ou documentos4. Contatos internos e externos5. Informações confidenciais
Condições de trabalho	<ol style="list-style-type: none">1. Ambiente de trabalho2. Riscos

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2009a, p.73).

De acordo com Chiavenato (2009a), os métodos mais utilizados para descrição e especificações de cargos são: observação direta, questionário, entrevista direta e métodos mistos. Pontes (2006) afirma que a entrevista é o melhor método para a obtenção dos dados pertinentes, para se realizar a análise dos cargos. Assim, a entrevista consiste em recolher os elementos relativos ao cargo que se pretende analisar, através de um contato direto e verbal com seu ocupante ou com seu supervisor direto. (CHIAVENATO, 2009a).

Desta maneira, Dessler (2003) afirma que as informações da análise formam a base para as várias atividades inter-relacionadas da área de gestão de pessoas. O mesmo autor cita como exemplo: informações sobre as obrigações do trabalho podem ser a base para a criação de programas de treinamento, e informações sobre as características humanas necessárias para o desempenho do trabalho servem de base para a decisão de que tipo de profissional recrutar e selecionar.

Para Chiavenato (2004), a higiene no trabalho está vinculada às condições ambientais de trabalho que garantem a saúde física e mental, e também com as condições de saúde e bem-estar dos indivíduos que fazem parte da empresa. Do enfoque de saúde física, conforme o mesmo autor, o local de trabalho engloba a área de ação da higiene do trabalho, envolvendo aspectos relacionados à exposição do organismo humano a agentes externos (ruído, ar, temperatura, umidade, luminosidade e equipamentos de trabalho). Portanto, o autor menciona que para conquistar um ambiente de trabalho agradável é fundamental ter condições ambientais físicas que atuem positivamente sobre todos os sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar), bem como condições psicológicas e sociológicas saudáveis. E para o autor, os principais componentes do programa de higiene do trabalho são:

- ambiente físico: iluminação, ventilação, temperatura, ruídos, conforto;
- ambiente psicológico: relacionamentos agradáveis, atividade motivadora e agradável, eliminação de estresse, envolvimento pessoal e emocional;
- saúde ocupacional: assistência médico-preventiva.

Já no que tange à segurança no trabalho, Chiavenato (2004) afirma que ela envolve três áreas principais: prevenção de acidentes, prevenção de incêndios e prevenção de roubos. Portanto, conforme o autor, a segurança no trabalho objetiva a antecipação para que os riscos do trabalho sejam minimizados e, assim sendo, os gestores precisam avaliar todas as situações de risco com as quais os colaboradores possam estar envolvidos, para realizar a conscientização e minimizar os riscos de acidentes.

Procedimentos metodológicos

O objetivo da atual pesquisa é realizar um levantamento das características, bem como propor melhorias nas ações pertencentes à administração de gestão de pessoas em uma empresa revendedora de defensivos agrícolas, localizada em um município da Região da Campanha gaúcha. Assim, com o intuito de atingir o objetivo proposto, este estudo apresenta natureza qualitativa. Segundo Godoy (1995), a pesquisa

qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem utiliza ferramentas estatísticas na análise dos dados. O mesmo autor também afirma que este tipo de estudo engloba a obtenção de dados, através do contato direto do pesquisador com a situação que está sendo estudada.

Desta maneira, a pesquisa também é de caráter descritivo. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), os estudos descritivos medem, avaliam, ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado; assim sendo, uma pesquisa de cunho descritivo seleciona uma série de questões e mede ou coleta informações referentes a cada uma delas, para descrever a pesquisa.

Com relação aos procedimentos técnicos, a coleta de dados realizou-se por meio da técnica de estudo de caso. Segundo Gil (2002), o estudo de caso objetiva o conhecimento amplo e detalhado, por meio de uma análise profunda de um ou de poucos objetos de pesquisa. Além disso, Yin (2005) afirma que o estudo de caso é utilizado quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos, sendo que o pesquisador se baseia em várias fontes de evidências. E, de acordo com o mesmo autor, os dados para os estudos de caso podem vir de seis fontes: documentos (pesquisa documental), registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Dessa maneira, na coleta dos dados utilizaram-se os seguintes procedimentos: acompanhamento das rotinas diárias através da observação direta, pesquisa documental (documentos provenientes da empresa) e entrevistas. Dessa forma, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os sócios-proprietários, e também com os consultores de negócios seniores, os quais apresentam maior conhecimento da estrutura organizacional e das rotinas da empresa. Assim, não foi estabelecido um roteiro para as entrevistas, e os entrevistados foram questionados referente aos seus conhecimentos com relação à empresa, permitindo traçar quais são as características e quais devem ser os aspectos a melhorar nas ações voltadas à área de gestão de pessoas.

Após a coleta dos dados, por se tratar de uma pesquisa qualitativa e descritiva, a interpretação dos dados deu-se pelo procedimento de análise de conteúdo. Tal processo é definido por Bardin (2014), como uma técnica para

ler e interpretar o conteúdo de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal; assim, a análise de conteúdo não deixa de ser uma interpretação baseada nas percepções do pesquisador quanto aos dados analisados.

Resultados e discussões

Para apresentar os resultados da presente pesquisa, este tópico encontra-se dividido em três etapas: (1) caracterização da empresa; (2) diagnóstico das ações da administração de gestão de pessoas; (3) sugestões de melhoria para as ações da administração de gestão de pessoas.

Caracterização da empresa

A empresa objeto deste estudo foi fundada há mais de 30 anos, em um município da Região da Campanha gaúcha, e atualmente apresenta estrutura familiar de médio porte e oferece soluções integradas para o segmento do agronegócio (defensivos agrícolas e assistência técnica para as lavouras). O mercado-alvo da empresa são os produtores rurais das culturas de soja, milho, arroz, canola e cevada de municípios também localizados na Campanha gaúcha. Além disso, nos dias atuais a empresa é constituída por três sócios-proprietários, além de oito colaboradores, e sua estrutura física é formada pela loja (escritório), por depósito e frota de veículos.

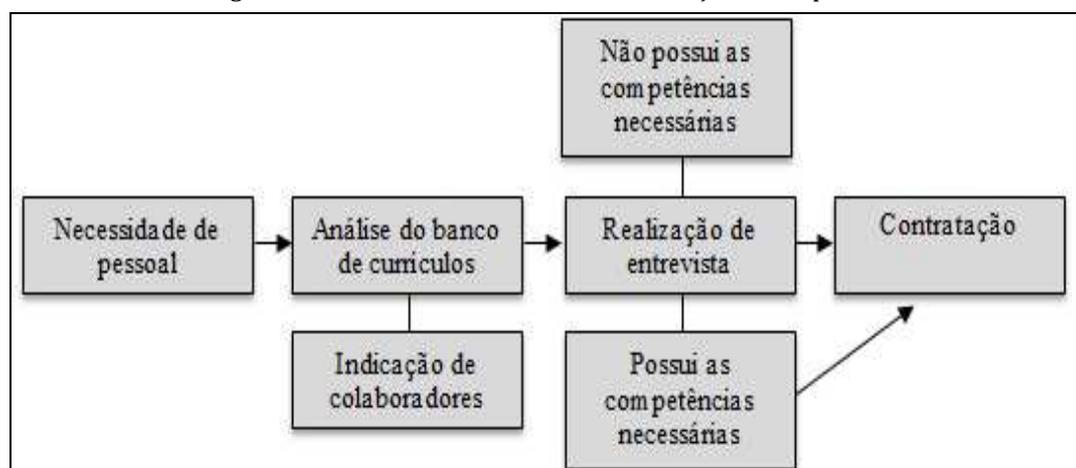
Diagnóstico das ações da área de gestão de pessoas

Como citado anteriormente, o atual estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico e propor melhorias nas seguintes ações de gestão de pessoas da empresa objeto deste estudo: recrutamento e seleção de pessoal, análise e descrição dos cargos, treinamento, higiene e segurança do trabalho.

Dessa maneira, na realização do diagnóstico, com relação ao recrutamento e à seleção de pessoal, verificou-se que o recrutamento pode ser externo ou interno, feito conforme a necessidade de pessoal (em caso de alguma demissão, por exemplo), sendo realizado através de arquivos de currículos de candidatos que os deixaram na empresa, bem como através da

indicação de pessoas pelos colaboradores da empresa. Já na seleção pode haver vários candidatos para uma vaga, bem como apenas um candidato disputando uma vaga. Então, para realizar a seleção, o diretor operacional da empresa realiza uma entrevista com o(s) candidato(s) para a análise das suas competências, para assim verificar se ele está apto para o cargo. O processo de recrutamento e seleção pode ser verificado na Figura 2.

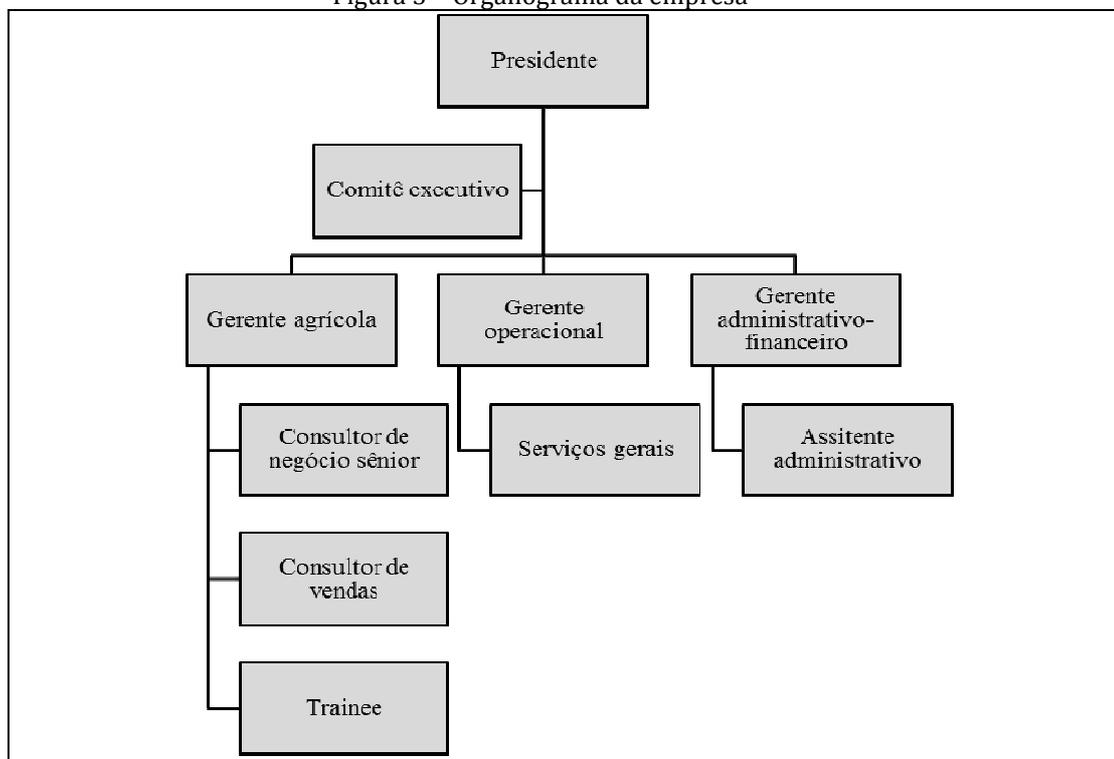
Figura 2 – Processo de recrutamento e seleção da empresa



Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Referente à análise e descrição dos cargos, evidenciou-se que atualmente a empresa é composta por onze colaboradores: um diretor-presidente (fundador e sócio da empresa), três gerentes (dois são sócios), quatro consultores seniores, dois assistentes administrativos e um responsável pelos serviços gerais. O organograma da empresa é apresentado na Figura 3. Ressalta-se que atualmente a empresa não possui colaboradores *trainees*.

Figura 3 – Organograma da empresa



Fonte: Adaptada do Manual de Cargos e Funções da Empresa (2013).

Assim, como é possível observar, devido ao seu pequeno quadro de funcionários e por ser familiar, a empresa possui apenas três departamentos. Além disso, a empresa possui um Manual de Cargos e Funções (2013), que descreve as atribuições de cada cargo. Portanto, na sequência, discute-se sobre as atribuições de cada cargo.

O diretor-presidente é responsável por: presidir a empresa, estabelecendo políticas e desafios ao comitê executivo; aprovar o resultado das reuniões e acompanhar e avaliar o desempenho da empresa. O comitê executivo, formado pelos três sócios-proprietários (diretor-presidente e dois gerentes), deve representar a empresa, zelar pelo interesse dos sócios e estabelecer estratégias e normas.

A gerência é formada por dois sócios-proprietários, e um dos filhos do diretor-presidente. Assim, com relação aos gerentes, o gerente operacional é responsável pelos aspectos relacionados ao marketing comercial, bem como pela logística da empresa, além de auxiliar os demais gerentes e realizar

atividades inerentes à área de gestão de pessoas (recrutamento e seleção de pessoal). O gerente administrativo-financeiro é responsável pelas rotinas contábeis e financeiras da empresa, realizando de forma simples, sem o auxílio de instrumentos eletrônicos, o processo de comissões dos consultores. E o gerente comercial-agrícola é responsável pelas compras com fornecedores, e pelo processo de vendas com os consultores. Os assistentes administrativos dão suporte às atividades administrativas da empresa, como, por exemplo: emissão de notas fiscais.

Os consultores de negócio seniores são responsáveis pela comercialização dos defensivos agrícolas e atendimento dos grandes clientes (maiores produtores). Já os consultores de vendas possuem as mesmas funções dos consultores de negócios seniores; entretanto, seu foco é o atendimento dos demais clientes. Assim, todos os consultores recebem, além do salário fixo, comissão proporcional às suas vendas. E os *trainees* são responsáveis por dar suporte e apoio aos consultores de negócio. Por fim, os colaboradores de serviços gerais são responsáveis pela limpeza e organização das instalações físicas da empresa.

Sobre os treinamentos ofertados pela empresa, pôde-se constatar que esta proporciona diversos treinamentos para os seus consultores de negócios seniores e consultores de vendas, nos quais são abordados conteúdos referentes ao atendimento aos clientes, conhecimento dos produtos e técnicas de venda.

Por fim, no que tange aos aspectos relacionados à higiene e segurança no trabalho, evidenciou-se que a empresa possui Certificado Estadual de Registro de Empreendimento de Agrotóxicos e Afins, Alvará Municipal de Licença Para Localização, Certificado de Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem), Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios. Assim, verifica-se que a empresa atende a legislação e proporciona um ambiente seguro (físico) aos seus colaboradores. Além disso, devido à cultura organizacional da empresa, há um agradável ambiente psicológico, onde todos procuram manter um bom relacionamento. Com relação à prevenção de acidentes, é ofertado aos consultores de vendas, os quais transportam e manuseiam as embalagens dos produtos (agrotóxicos), treinamento referente ao transporte de cargas perigosas. Sobre a prevenção

de roubos, a empresa é monitorada 24 horas por uma empresa de segurança, e possui portão eletrônico e alarme, proporcionando maior segurança. E toda mercadoria que se encontra no estoque (defensivos) possui seguro.

Portanto, tendo como base o diagnóstico realizado na administração de gestão de pessoas da empresa, foram definidos os pontos fortes, bem como os pontos que necessitam de melhorias, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo dos pontos fortes e a melhorar das ações da área de gestão de pessoas

Atividade	Pontos fortes	Pontos a melhorar
Recrutamento e seleção de pessoal	Baixa rotatividade	O gestor responsável não possui cursos de formação para selecionar novos colaboradores
Análise e descrição do cargo	A empresa possui o Manual de Cargos e Funções, com a descrição e especificação de todos os cargos	O Manual de Cargos e Funções está desatualizado
Treinamento	Oferecimento de diversos cursos de capacitação para os consultores	Apenas os consultores realizam treinamentos
Higiene e segurança no trabalho	Agradável ambiente de trabalho (psicológico e físico), bem como o atendimento da legislação	A empresa não oferece plano de saúde aos seus colaboradores. Além disso, não realiza avaliações e <i>feedbacks</i> de maneira adequada com os colaboradores (ambiente psicológico)

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Sugestões de melhoria para as ações da área de gestão de pessoas

Referente ao processo de recrutamento e seleção de pessoal, evidenciou-se que o recrutamento só ocorre quando há necessidade de pessoal, e a empresa tem baixa rotatividade; assim, não é necessário aperfeiçoamento das técnicas de recrutamento e seleção. Mas, sugere-se que o gestor responsável pelo recrutamento e seleção realize cursos voltados à gestão de pessoas, para que, assim, haja um aperfeiçoamento acerca da análise das competências dos candidatos.

Com relação à descrição e especificação dos cargos, concluiu-se que o manual que a empresa possui pode ser atualizado. Portanto, é sugerido que o manual seja elaborado de acordo com o modelo proposto por Chiavenato (2009a, p. 73), que foi apresentado no Quadro 1, no qual constam os requisitos mentais, requisitos físicos, as responsabilidades e condições de trabalho, para que assim se torne mais amplo e aborde todas as dimensões

envolvidas em cada cargo. E, para obter os dados do manual dos cargos, podem ser realizadas entrevistas com seus colaboradores, para assim elencar todas as atribuições de cada cargo.

Nos aspectos tangíveis à oferta de treinamentos pela empresa, é sugerido que a mesma proporcione a todos os seus colaboradores treinamentos referente ao atendimento aos clientes, pois todos eles, de alguma maneira, possuem contato com os clientes, como, por exemplo: quando um cliente liga ou visita a empresa.

Por fim, sobre a higiene e segurança no trabalho sugere-se à empresa ofertar a todos os colaboradores treinamentos sobre o manuseio dos produtos, a prevenção de incêndios e prevenção de acidentes. Além disso, também se sugere a elaboração de um manual para ser distribuído a todos os colaboradores sobre essas temáticas. Outra sugestão é o investimento na saúde ocupacional e ofertar um plano de saúde aos seus colaboradores, pois, devido ao contato com os produtos tóxicos, torna-se essencial a realização de consultas médicas anuais e um bom plano de saúde, para evitar possíveis contaminações. Com relação ao ambiente psicológico, sugere-se que os gestores comecem a realizar avaliações com seus colaboradores, com o objetivo de: avaliar seu desempenho, aumentar sua motivação, melhorar os aspectos pessoais e profissionais. Para isso, a empresa pode contratar uma empresa terceirizada especialista em gestão de pessoas, bem como os gestores podem realizar cursos voltados à realização de avaliações com seus colaboradores. Assim, os colaboradores poderão realizar entrevistas com uma psicóloga para a sua constante avaliação, sendo que a periodicidade das entrevistas será definida pelos gestores. Além disso, também se sugere que os gestores responsáveis pela empresa realizem treinamentos referentes à retenção e ao aperfeiçoamento de seus colaboradores, para que, assim, os gestores possam realizar *feedbacks* de maneira mais adequada.

Portanto, de maneira sintética, no Quadro 3 são expostos os pontos a melhorar e as respectivas sugestões de melhorias, nas ações da área de gestão de pessoas da empresa objeto do presente estudo.

Quadro 3 – Sugestões de melhoria propostas para as ações da área de gestão de pessoas

Atividade	Pontos a melhorar	Sugestões de melhoria
Recrutamento e seleção de pessoal	O gestor responsável não possui cursos de formação para selecionar funcionários	O gestor responsável realize cursos para aperfeiçoar a seleção de novos colaboradores
Análise e descrição do cargo	O Manual de Cargos e Funções está desatualizado	Atualização do Manual de Cargos e Funções com base no modelo proposto por Chiavenato (2009a, p. 73)
Treinamento	Apenas os consultores realizam treinamentos	Proporcionar a todos os colaboradores treinamentos sobre atendimento aos clientes
Higiene e segurança no trabalho	A empresa não oferece plano de saúde aos seus colaboradores. Além disso, os gestores não realizam avaliações de desempenho e os <i>feedbacks</i> não são realizados de maneira adequada com os colaboradores (ambiente psicológico)	<ul style="list-style-type: none"> • Ofertar a todos os colaboradores treinamentos sobre o manuseio dos produtos, prevenção de incêndios e prevenção de acidentes; e elaboração de um manual sobre essas temáticas; • Investimento na saúde ocupacional e ofertar um plano de saúde aos colaboradores; • Gestores comecem a realizar avaliações de desempenho com os seus colaboradores, por meio de cursos ou contratação de empresa terceirizada especialista em gestão de pessoas; • Gestores realizem treinamentos referentes à realização de <i>feedbacks</i> de maneira adequada, para proporcionar retenção e aperfeiçoamento de seus colaboradores.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Considerações finais

O objetivo da presente pesquisa foi realizar um diagnóstico e propor melhorias nas ações pertencentes à área de gestão de pessoas em uma empresa revendedora de defensivos agrícolas, localizada em um município da Campanha gaúcha. Assim, com base no referencial teórico apresentado, fez-se um levantamento das características da empresa, em ações cabíveis à administração de gestão de pessoas.

Com base na metodologia utilizada na empresa objeto de estudo, pode-se alcançar o objetivo a que se propôs este estudo. Assim, a pesquisa apresentou natureza qualitativa e descritiva, através da técnica de estudo de

caso. Para isso, a coleta de dados realizou-se através do acompanhamento das rotinas diárias da empresa, pesquisa dos documentos da empresa, bem como a realização das entrevistas semiestruturadas com os consultores e os sócios-proprietários.

Dessa maneira, diversos aspectos positivos foram visualizados, durante a realização do diagnóstico da empresa. E, devido a esses aspectos, pode-se compreender que a empresa objeto da presente pesquisa possui diferenciais competitivos nas suas ações de gestão de pessoas, mas, também através do diagnóstico realizado, evidenciou-se algumas necessidades de melhorias.

Em um primeiro momento, realizou-se a caracterização da empresa, verificando que ela está há mais de 30 anos no mercado, oferecendo soluções integradas para o agronegócio, sendo revendedora de defensivos agrícolas e prestadora de assistência técnica nas lavouras. Dessa forma, a empresa atende a produtores rurais que se encontram nas cidades da região; conta com onze colaboradores e tem sua estrutura física composta por loja, depósito e frota de carros.

Na sequência, realizou-se o diagnóstico das ações realizadas na área de gestão de pessoas, abordando as seguintes temáticas: recrutamento e seleção de pessoal; análise e descrição dos cargos; treinamento; higiene e segurança no trabalho. E, dentre as sugestões de melhoria, foi proposta a realização de treinamentos para melhorar a análise das competências dos candidatos; realização de treinamento para todos os colaboradores sobre atendimento ao cliente; atualização do Manual de Cargos e Funções da empresa; a oferta de um plano de saúde para os colaboradores e acompanhamento da saúde ocupacional; contratação de uma empresa especialista em gestão de pessoas, para realizar constantes avaliações com os colaboradores, bem como a realização de cursos, por parte dos gestores, para poderem avaliar seus colaboradores; e, por fim, sugeriu-se que os gestores realizem treinamentos para que possam melhorar a realização de *feedbacks* junto aos seus colaboradores.

Como limite da presente pesquisa, destaca-se a realização de um diagnóstico empresarial apenas nas ações voltadas à administração de gestão de pessoas, em apenas uma empresa. Portanto, como sugestão para novos estudos na empresa, destaca-se a realização de diagnósticos nas demais áreas

e processos administrativos, para que, assim, a empresa tenha uma visão sistêmica acerca de todas as suas áreas de gestão. Além disso, também se sugere a realização de estudos de casos em outras empresas pertencentes ao setor agrícola, para que as análises possam servir de base para auxiliar a gestão e atuação de empresas nesse setor.

Dessa maneira, espera-se que a empresa analisada utilize as sugestões de melhoria propostas, para que assim possa aprimorar seus processos, no que tange às suas ações de gestão de pessoas e, assim, aumentar seu diferencial competitivo no mercado no qual está inserida. Além disso, espera-se que este estudo de caso possa servir de base para que sejam realizados o diagnóstico e propostas de melhorias em outras empresas que atuam no segmento do agronegócio, as quais contribuem de forma significativa para o desenvolvimento rural do Brasil.

Referências

ANTONIO, S. dos P. *Análise do processo de recrutamento e seleção de pessoas para empresas públicas de Benguela – Angola*. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2013.

ARAUJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. *Complexo agroindustrial: o “Agribusiness Brasileiro”*. Agroceres: São Paulo, 1990.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: LDA, 2014.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, J. V. de A. *Um estudo sobre cargos e salários nas empresas de sociedade Ltda.: prestadoras de serviço contábil na cidade de Picos-PI*. 2001. 59 f. Monografia (Curso de Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2001.

CHIAVENATO, I. *Gerenciando com pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I. *Recursos humanos: o capital humano das organizações*. São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, I. *Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados*. 6. ed. Barueri: Manole, 2009a.

CHIAVENATO, I. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos a empresa*. 7. ed. Barueri: Manole, 2009b.

CHIAVENATO, I. *Iniciação à administração de recursos humanos*. 4. ed. Manole: Barueri, 2010.

- DESSLER, G. *Administração de recursos humanos*. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- DUARTE, L. *Agronegócio brasileiro e mercados globalizados*. 17 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/agronegocio-brasileiro-e-mercados-globalizados/10510/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- DUTRA, J. S. *Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2006.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas, 2001.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- JUCIUS, M. *Administração de pessoal*. Saraiva: São Paulo, 1983.
- LOURENZANI, W.L.; SOUZA FILHO, H.M.; BANKUTI, F.I. Gestão da empresa rural: uma abordagem sistêmica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 4., 2003, Ribeirão Preto. *Anais ...* Ribeirão Preto: USP, 2003.
- MELO, C. O. de; SILVA, G. H. da. Desenvolvimento rural dos municípios da região sudoeste paranaense: uma proposta de medida através da análise fatorial. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 16, n. 1, p. 33-45, 2014.
- MESMO com crise, agronegócio projeta desempenho positivo em 2016, *Canal Rural*, 4 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/mesmo-com-crise-agronegocio-projeta-desempenho-positivo-2016-61128>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, A. de. *Manual de descrição de cargos e salários*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PONTES, B. R. *Administração de cargos e salários*. 11. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- REUTERS BRASIL. PIB do agronegócio ganha espaço na economia brasileira em 2015, diz CNA, *Portal G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/12/pib-do-agronegocio-ganha-espaco-na-economia-brasileira-em-2015-diz-cna.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, G.J.; MARION, J.C. *Administração de custos na agropecuária*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SCATENA, M. I. C. *Ferramentas para a moderna gestão empresarial: teoria, implementação e prática*. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- SOUZA, M. Z A. *Cargos, carreiras e remuneração*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Feiras de Caxias do Sul: elementos do desenvolvimento econômico e social

Francisco Carlos Vieira de Sá*
Vania Beatriz Merlotti Herédia**

Resumo: Este artigo é um recorte do referencial teórico de uma pesquisa, que trabalha com o turismo de eventos de negócio em Caxias do Sul. O objetivo deste trabalho é o citar alguns dos principais eventos de negócio promovidos em Caxias do Sul desde o seu surgimento e relacioná-los com o desenvolvimento econômico da cidade. Inicialmente, são abordados os conceitos de feiras de negócio, eventos e turismo de eventos. Na sequência, a história dos eventos de negócio em Caxias do Sul é contada em três fases: as primeiras feiras agroindustriais, a Festa da Uva como principal vitrina e as Feiras de Negócio de 1987 até os tempos atuais. Por fim, é realizada uma breve discussão sobre as possibilidades de Caxias do Sul intensificar ainda mais a promoção de feiras de negócio.

Palavras-chave: Feiras de negócio. Turismo. Caxias do Sul.

Introdução

Caxias do Sul, localizada no centro geográfico da região da Serra gaúcha, é a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul. Conhecida por sua forte economia, a cidade é um polo industrial de significativa relevância no contexto econômico gaúcho e brasileiro. O município possuía, em 2015, uma população estimada de 474.853 pessoas, o que lhe permite ser classificado como cidade média (entre 100 mil e 500 mil habitantes).¹ Em pesquisa realizada pela agência *Austen Rating* em 2015,² Caxias do Sul é apontada

* Mestrando em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7310712035135703>>. *E-mail:* fcvs@ucs.br.

** Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Professora titular na Universidade de Caxias do Sul. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>>. *E-mail:* vbmhered@ucs.br.

¹ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510>>. Acesso em: 11 maio 2016.

² Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/10/caxias-do-sul-e-eleita-a-melhor-cidade-do-rio-grande-do-sul-e-a-5-do-brasil-4882511.html>>. Acesso em: 31 maio 2016.

como a melhor cidade do Rio Grande do Sul e a quinta melhor cidade do Brasil. A pesquisa teve base em índices sociais, fiscais, econômicos e digitais.

A indústria é considerada a principal força econômica da cidade. As informações estatísticas mais recentes disponíveis demonstram que, em 2012, a representatividade da indústria foi de 42,83% sobre o total do PIB caxiense, enquanto no Rio Grande do Sul esse índice foi de 24,34%.³ Merece destaque a indústria metalomecânica. Caxias do Sul conta com indústrias de carrocerias de ônibus, veículos, implementos, guindastes, talheres, dentre muitos outros, demonstrando a diversificação do setor.⁴

No entanto, a chegada de uma forte crise econômica já em 2014 comprometeu essa posição da cidade. A indústria metalomecânica, até então a principal base econômica de Caxias do Sul, apresentou no ano de 2015 um prejuízo de quase 30% (DEMOLINER, 2016, p. 4), e tem demonstrado sinais de saturamento. Demissões tem ocorrido em massa. Muitas pessoas têm voltado às suas cidades de origem. Percebe-se que Caxias do Sul não pode depender exclusivamente da indústria metalomecânica ou precisa renovar sua matriz econômica.

A cidade possivelmente tem potencial para apostar no turismo, especialmente relacionado a eventos e negócios. Conforme Demoliner (2016, p. 4), o sucesso da Festa da Uva de 2016 serviu para fortalecer essa ideia diante de alguns setores da cidade, que defendem que o turismo pode ser uma alternativa para Caxias do Sul. Além de trazer benefícios econômicos com o ingresso de divisas por parte de turistas, as feiras de negócio podem contribuir para a visibilidade de Caxias do Sul, projetando sua indústria para todo o País, o que provavelmente contribui significativamente para os negócios.

Em um breve estudo sobre a História de Caxias do Sul, é possível perceber que a realização de eventos acompanha a história e o desenvolvimento da cidade desde o seu surgimento. O escoamento da produção sempre foi uma das principais preocupações do empresariado

³ Disponível em: <<http://www.cic-caxias.com.br/perfil/perfil/frames.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

⁴ Disponível em:

<https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

caxiense, que desde o início da história da cidade promove e apoia a realização de feiras e eventos com essa característica.

Este artigo se propõe a analisar e descrever brevemente o processo de realização de feiras de negócio em Caxias do Sul desde o início da imigração italiana, em 1875, numa demonstração de suas tradições.⁵ Com isso, busca-se verificar a associação existente entre a promoção de eventos e o desenvolvimento econômico da cidade, bem como a averiguação da atual situação e as tendências para o futuro.

Feiras de negócio: conceitos e interfaces com o turismo

As feiras fazem parte do nosso cotidiano. Convivemos diariamente com esse tipo de evento que, muito mais do que uma oportunidade de compra e venda, representa também um espaço de trocas, de conhecimento e de relacionamentos. Há vários séculos, as feiras já vem ganhando espaço e relevância social e econômica. De acordo com Matias (2013, p. 17), as feiras comerciais surgiram ainda na Idade Média, como uma forma de facilitar o acesso a produtos que atendiam necessidades básicas, como alimentos e vestimentas.

No período em que as feiras aconteciam, alguns privilégios e liberdades eram concedidos. As hostilidades e guerras eram suspensas, os jogos proibidos eram permitidos e condições eram criadas para facilitar e garantir as trocas e a subsistência dos eventos. Dentre as feiras que aconteciam com mais regularidade, merecem destaque as realizadas na região de Champagne, na França, que data do ano 427 d.C. Conforme Matias (2013, p. 18), as feiras duravam em torno de 6 a 7 semanas e movimentavam o mercado internacional durante praticamente o ano todo. “As feiras eram organizadas de tal forma que colocavam os produtos e os mercados da França, dos Países Baixos e do Vale do Reno em contato com os da Provença, Espanha, Itália, África e Oriente”. Vale destacar que a Itália não somente participava das

⁵ Para trabalhar as tradições, fez-se uso do conceito de invenção das tradições de Eric Hobsbawm quando o autor diz que para manter um costume que está perdendo seu lugar é necessário reinventar as tradições, dando um vigor novo a elas.

feiras intensamente como também foi sede de duas dentre as mais importantes feiras do período medieval: as feiras de Ferrara e de Parma.

Os benefícios consequentes das feiras despertaram o interesse de outras localidades. Por seu intermédio, as pessoas entravam em contato com as novidades que estavam sendo produzidas, tanto de origem nacional como internacional, o que propiciava a comercialização dos produtos e gerava riquezas. (MATIAS, 2013, p. 19). Muitas pessoas se deslocavam graças às feiras, que se tornaram cada vez mais numerosas com o passar do tempo, formando as bases para o que, futuramente, seria o Turismo de Eventos.

Os eventos, por sua vez, fazem parte do cotidiano social. Em diversas oportunidades, pessoas participam de inaugurações, congressos, feiras, aniversários, casamentos, formaturas, posses de cargos públicos, eventos esportivos especiais, dentre inúmeros outros tipos de evento. Por serem tão frequentes em nossa vida e estarem inseridos em nosso meio cultural, os eventos provocam diversas interferências sociais.

As contribuições dos eventos vão além dos índices econômicos. De acordo com Canton (in PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2013), os eventos colaboram para uma das principais barreiras enfrentadas pelo turismo: a sazonalidade. Conforme a autora, os eventos possibilitam que as localidades turísticas recebam seus públicos durante o ano todo. Para as localidades que não se consideram turísticas, os eventos se tornam uma das raras oportunidades de receber turistas, que, por sua vez, levarão consigo outros benefícios, conforme ressalta Canton (in PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2013, p. 197):

- a) ampliar o consumo e, em consequência, o rendimento no núcleo receptor, visto que o participante de eventos geralmente aproveita a viagem para compras e passeios e costuma gastar mais que o turista comum. Em alguns casos, o turista de eventos prolonga sua estadia para além da duração do evento;
- b) estabilidade de emprego no setor turístico, possibilitando também a qualificação de mão de obra;
- c) promoção da cidade e região receptoras, por meio das estratégias de divulgação do próprio evento;
- d) formação de imagem para o destino turístico, o que fornece vantagens competitivas e aumenta o interesse pelo local;

- e) aumento da arrecadação por parte do governo, o que pode levar a mais melhorias na infraestrutura e em mais atrações de qualidade;
- f) pulverização de benefícios entre a iniciativa privada – saem ganhando os empreendimentos alimentícios, meios de transporte, locais de lazer, dentre muitos outros.

Considerando o envolvimento de tantas pessoas em um universo de incontáveis tipos de eventos, fica evidente que eles podem “contribuir de forma significativa para a utilização dos equipamentos e serviços turísticos das regiões promotoras dos mesmos, bem como para a divulgação de seus diversos atrativos” (BRITTO; FONTES, 2002, p. 30). Com esse cenário, pode-se definir o turismo de eventos como “o segmento de turismo que cuida dos vários tipos de eventos que se realizam dentro de um universo amplo e diversificado”. (BRITTO; FONTES, 2002, p. 30). De acordo com as autoras, o segmento possui a finalidade de planejar e organizar a recepção de toda a demanda turística gerada pelos eventos, bem como o de fortalecer a imagem da localidade receptora.

As feiras de negócio constituem um dos diversos tipos de evento existente. Elas podem ser consideradas exposições públicas “[...] com o objetivo de venda direta ou indireta, constituída de vários estandes, montados em lugares especiais, onde se colocam produtos e serviços”. (MATIAS, 2013, p. 121), “[...] abrangendo os setores econômicos da indústria, comércio, agricultura, pecuária e tecnologia”. (BENI, 2008, p. 343). Diferentemente de uma feira de hortifrutigranjeiros, uma feira de negócios envolve interesses corporativos, bem como relacionamentos de compra e venda entre empresas, geralmente indústrias.

No entanto, cada público de interesse envolvido com uma feira de negócios enxerga esse tipo de evento com outros olhos. Para algumas empresas, trata-se de uma oportunidade de estar em evidência diante dos concorrentes. Para outros, a feira é a oportunidade de encontrar clientes e fornecedores de diversos lugares compartilhando os mesmos espaços. Muitos visitam feiras com o objetivo de fazer novos negócios, procurando compras e vendas vantajosas para sua empresa, além de novidades nas linhas de produtos. (PALHARES; PANOSSO NETTO, 2012, p. 103). Em entrevista ao jornal

Pioneiro,⁶ o presidente da Plastech Brasil, Orlando Marin, confirma essa posição, afirmando que as vendas são apenas a “superfície” do evento. Uma feira permite estabelecer contatos, fechar parcerias, se apresentar no mercado, enxergar o que o concorrente está fazendo e, a partir disso, desafiar a própria criatividade a fazer melhor.

Caxias do Sul é uma cidade onde as feiras de negócio estão presentes desde o início de sua história. Possivelmente, essas feiras andaram lado a lado com o desenvolvimento econômico e social da cidade, conforme será destacado a seguir.

As primeiras feiras agroindustriais de Caxias do Sul

A história de Caxias do Sul começa a se desenvolver em 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes à região. Até então, o que hoje chamamos de Serra gaúcha consistia em terras devolutas do Império brasileiro. A intenção do governo era de “[...] ocupar o Sul do Brasil com homens brancos, trabalho livre e acesso à terra para fins de colonização”. (HERÉDIA, 2007, p. 16).

O Rio Grande do Sul recebeu imigrantes de dois polos distintos, ou seja: da “Lombardia de um lado e o Vêneto do outro, carregando elementos do Trentino e do Friuli”. (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 37). O governo imperial destinou terras para esses imigrantes no nordeste do estado e na região central do Planalto. O primeiro grupo se estabeleceu nos Fundos da Colônia Palmira, chamada hoje Nova Milano e nessa data criaram mais três núcleos, denominados de Colônia Caxias, Dona Isabel e Conde d’Eu. (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 38).

Já no início da década de 1880, em um curto espaço de tempo, a então “Villa de Caxias do Sul” já ocupava a posição de centro comercial da região. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 14). Com isso, surgiu a necessidade de possibilitar meios para escoar produtos e facilitar negócios. Por esse motivo,

⁶ Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2015/08/plastech-deste-ano-em-caxias-registra-o-maior-publico-da-historia-da-feira-4835505.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

os imigrantes resolveram empregar uma das mesmas táticas de venda de produtos produzidos na colônia que conheciam na terra de origem: a feira.

A primeira feira agroindustrial caxiense ocorreu em 1881, chamada de Exposição Agroindustrial de Caxias, com o objetivo de “[...] organizar e preparar a participação da Colônia na exposição brasileira-alemã a realizar-se em Porto Alegre, no mesmo ano”. (MACHADO, 2001, p. 228). Foram expostos e comercializados produtos agrícolas, agroindustriais e manufaturados, como ferramentas, vinho, grapa e utensílios domésticos. A segunda edição do evento aconteceu em 1886, como preparação para a exposição de Berlim. (MACHADO, 2001, p. 228). Em 1898, houve a realização da terceira edição da Exposição Agroindustrial, com o intuito de arrecadar recursos para a Igreja Matriz.

De acordo com Machado (2001, p. 229), conforme a “Villa” ia crescendo e se desenvolvendo economicamente, os produtores locais sentiam a necessidade de participar de feiras e exposições, sempre visando atingir mercados consumidores cada vez mais distantes. Caxias do Sul participou dos principais eventos promovidos na capital gaúcha, tais como a Exposição-Feira de 1901.

Nos anos seguintes, a união de esforços entre o setor público e o privado trouxe para a cidade facilidades como o trem, novas estradas, meios de comunicação, eletricidade, entre outros, o que possibilitou um desenvolvimento ainda maior de Caxias do Sul, reconhecida oficialmente como cidade, em 1910. (MACHADO; HERÉDIA, 2001). As feiras agroindustriais acompanhavam de perto este desenvolvimento, apresentando a cada ano novos produtos fabricados na cidade, contemplando não somente produtos de origem agrícola, mas também industrial.⁷ Em 1912, aconteceu a Exposição Agropecuária de Caxias do Sul e, em 1913, foi realizada a Exposição Agrícola e Industrial de Caxias. Conforme Machado (2001, p. 230), o fato de esse evento ter contado com a participação de todos os municípios da região era um indício da liderança que o município tinha diante das demais comunidades regionais. Os eventos foram bem prestigiados e considerados

⁷ Disponível em: <http://www.caxiasdosul.tur.br/evento/festa_da_uva-caxias_do_sul-24-1-7-13.html>. Acesso em: 15 set. 2015.

um sucesso. Aconteceram mais duas expedições naquela década, respectivamente em 1916 e em 1918. (MACHADO, 2001, p. 233-234).

Já em 1925, ano do cinquentenário da imigração italiana, foi realizada a Exposição Municipal Agrícola, Industrial e Artística de Caxias do Sul. Esse evento recebeu mais de 20 mil visitantes e contou com aporte financeiro do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (MACHADO, 2001, p. 234).

A colônia Caxias tornou-se em pouco tempo a sede da colonização italiana. Em confronto com as outras duas colônias, que haviam sido planejadas anteriormente, pela localização e grau de articulação dos imigrantes com a Diretoria da Colônia, Caxias cresceu de forma rápida e dinâmica. No período de 1920 a 1930, era perceptível o crescimento da atividade empresarial e o desenvolvimento da indústria. As antigas oficinas se fortaleceram, enquanto que as vinícolas receberam apoio do Poder Público e se consolidaram. Outros setores, como de alimentação e móveis, cresceram à medida que a área do consumo aumentava. (MACHADO, 2001, p. 238).

Todas as exposições e feiras agroindustriais, que aconteceram entre 1881 e 1930, eram de responsabilidade da Intendência. Posteriormente, as lideranças empresariais assumiram o controle e a organização do evento, que ganhou o perfil de festa. Assim começa a história da Festa da Uva.

Festa da Uva: a vitrina dos negócios caxienses

Em 1931, Joaquim Pedro Lisboa e um grupo de empresários propuseram a criação de uma festividade específica para os produtos que até então destacavam e caracterizavam a cidade: a Festa das Uvas, que acontece até hoje com o nome de Festa da Uva.⁸ A ideia inicial era a de melhorar a qualidade da uva e do vinho produzidos em Caxias do Sul. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 51).

Com o sucesso da primeira edição e o entusiasmo dos organizadores, a segunda Festa da Uva aconteceu no ano seguinte, organizada pela Associação dos Comerciantes (atual CIC) e patrocinada pela prefeitura de Caxias do Sul. Desde então já eram percebidas diversas vantagens obtidas graças ao evento,

⁸ Disponível em: <http://www.caxiasdosul.tur.br/evento/festa_da_uva-caxias_do_sul-24-1-7-13.html>. Acesso em: 15 set. 2015.

em especial no que diz respeito a evidenciar a prosperidade da localidade e divulgar e promover produtos locais. Conforme Machado e Herédia (2001, p. 52), investimentos foram realizados, de modo que a Festa da Uva ganhou espaço próprio e desfiles em carros alegóricos. Houve investimentos significativos em publicidade, e os anúncios sobre a festa se estenderam até as imprensas paulista e carioca.

De acordo com Santos (2003, p. 45-46), a ideia de lazer e festividade sempre esteve vinculada ao evento, embora a tradicional Feira Agroindustrial integre a Festa da Uva desde então. O evento “[...] passou a ter conotação de comemoração da colheita, ritual que faz parte da cultura de origem do imigrante, onde o camponês cultuava certos ritos ligados à terra, a fim de festejar os resultados de seu trabalho vinculado à natureza”. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 51-52). Vale lembrar que, ao menos nas primeiras três décadas após a imigração, a Itália, que outrora havia praticamente expulsado seu povo mais pobre do seu país, preocupou-se em criar na região um clima de “italianidade”. As colônias cresceram rapidamente e muitos costumes que eram tradições⁹ na Itália foram mantidos pelos imigrantes.

A edição de 1937 da Festa da Uva apresentou uma expansão da Feira Agroindustrial, que até hoje integra o evento, apresentando uma diversidade cada vez maior de produtos caxienses. Os resultados econômicos provenientes da festa não tardaram a aparecer. As exportações aumentaram

⁹ É necessário destacar que uma tradição pode ser definida como “um universo de significações coletivas no qual as experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos no caos são reportadas a uma ordem imutável, necessária e preexistente aos indivíduos e aos grupos”. (HERVIEU-LÉGER apud CANDAU, 2008, p. 121). A tradição inventada, por sua vez, corresponde a práticas de natureza ritual ou simbólica que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBSBAWM, 1997, p. 10). Essas tradições podem ser formalmente institucionalizadas e construídas, ou podem surgir em um momento difícil de determinar, mas geralmente se estabelecem rapidamente. Caxias do Sul pode ter passado por momentos de invenção de tradições durante a sua história, especialmente no período em que a Itália procurou criar o clima de italianidade. Em meio à linha tênue entre as tradições “reais” e as tradições inventadas (afinal, toda a tradição pode ser considerada inventada), há ainda que se distinguir tradições e costumes. As tradições se caracterizam pela invariabilidade: “O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”. (HOBSBAWM, 1997, p. 11). Os costumes, por sua vez, não impedem as inovações, tendo como função “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história”. (HOBSBAWM, 1997, p. 11).

(sobretudo do vinho) e a qualidade dos produtos e serviços ofertados cresceu significativamente. Graças à boa divulgação do evento nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, Caxias do Sul vinha conquistando novos mercados consumidores de seus produtos, fortalecendo ainda mais sua indústria. (MACHADO, 2001, p. 247-251).

Assim, tanto o setor público como as entidades privadas da cidade investiram cada vez mais na Festa da Uva. Pavilhões específicos foram construídos para o evento à medida que ele se expandia. Criou-se a tradição de o evento ser inaugurado pelo presidente da República. Um dos desfiles alegóricos da Festa da Uva de 1972 veio a ser a primeira transmissão a cores da televisão brasileira, o que denota a determinação dos organizadores e da cidade como um todo em divulgar Caxias do Sul, seus produtos e suas capacidades.

Com o passar das décadas, Caxias do Sul estabeleceu-se como polo metalomecânico de destaque no cenário nacional. A Festa da Uva foi, por muito tempo, a principal vitrina desse setor e cresceu ainda mais como evento, o que incentivou a construção do Parque de Exposições Mário Bernardino Ramos, conhecido como Pavilhões da Festa da Uva.

No entanto, ao mesmo tempo em que a Festa da Uva se expandiu, o evento ganhou cada vez mais conotação de evento de lazer. Assim, com o desenvolvimento econômico da cidade, “[...] os empresários entenderam que era melhor fazer investimentos em feiras setoriais, expondo seus produtos em eventos de negócio específicos que passaram a ser realizados no próprio parque da Festa da Uva”. (SANTOS, 2003, p. 47).

Nesse contexto, desde a década de 80 acontecem na cidade eventos de negócio de renome, tais como a Plastech e a Mercopar.

As feiras de negócio – de 1987 até os dias atuais

O início da realização de feiras de negócio temáticas e setoriais, reeditadas anual ou bianualmente, ocorreu na segunda metade da década de 1980. Merecem destaque a Fenamalha (Feira Nacional da Malharia e Vestuário), iniciada em 1987, a Febramec (Feira Brasileira de Mecânica), iniciada em 1988 e a Mercopar, que teve início em 1992. (TOMAZZONI, 2002, p.

16). De lá para cá, diversos outros eventos de negócio tiveram como sede os Pavilhões da Festa da Uva, a saber: Transtec, Tecnoplast, Mercoarte, Brasilmaq, Barato de Natal, entre outras. (SANTOS, 2003, p. 54-57).

Atualmente, duas feiras de renome nacional acontecem em Caxias do Sul: a Mercopar e a Plastech Brasil.

A Mercopar – Feira de Subcontratação e Inovação Tecnológica – acontece anualmente desde 1992. Promovida pelo Sebrae/RS (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul) em parceria com a Hannover Fairs Sulamérica, a feira é considerada a maior da América Latina nesse segmento e é vista como uma oportunidade única de interação e estímulo à competitividade entre empresas de todos os portes, dos setores de “[...] automação industrial, borracha, eletroeletrônico, energia e meio ambiente, metal mecânico, movimentação e armazenagem de materiais, plástico e serviços industriais”. (MERCOPAR, 2013). A edição de 2015 contou com 25 mil visitantes e é tida como referência por diversos empreendedores. Geralmente, as reservas em hotéis caxienses são realizadas um ano antes do evento e muitos participantes precisam, inclusive, hospedar-se em localidades vizinhas.

Com semelhante relevância em seu setor, a Plastech Brasil – Feira de Tecnologias para Termoplásticos, Termofixos, Moldes e Equipamentos acontece no atual formato desde 2007 e é realizada em anos ímpares. A edição de 2015 contabilizou também 25 mil visitantes, sendo o maior público já registrado.¹⁰

Índices otimistas como esse podem mascarar uma realidade contraditória. Importantes feiras mudaram de sede. Merece destaque a Febramec – Feira Brasileira da Mecânica e Automação Industrial. Sendo uma das principais feiras do ramo no País, o evento aconteceu em Porto Alegre em 2013. Conforme Dini e Sartor (2012), o principal fator que contribuiu para a mudança de sede foi a busca por melhores condições de acessibilidade (especialmente no que diz respeito ao aeroporto, visto que muitos participantes viriam de fora do País) e de hospedagem. Além disso, há muitos

¹⁰ Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2015/08/plastech-deste-ano-em-caxias-registra-o-maior-publico-da-historia-da-feira-4835505.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

meios de hospedagem na cidade. Também são apontados como motivos a busca por melhor infraestrutura e a concorrência com a Mercopar. A Fenamalha mudou sua sede para Nova Petrópolis ainda no início da primeira década de 2000. (TOMAZZONI, 2002). Possivelmente, não haverá a realização de uma nova edição da Plastech em 2017, de modo que somente a Mercopar fica praticamente isolada como feira de negócio relevante, com sede em Caxias do Sul.

Considerando as atuais deficiências do turismo, em especial no ramo de negócios e eventos, bem como a possibilidade de considerar o turismo como alternativa econômica para Caxias do Sul, surgiu a necessidade de ampliar diálogos e de propor novas soluções. No dia 23 de setembro de 2015, houve uma oportunidade de reunir os atores do cenário turístico caxiense em um mesmo espaço: o Fórum do Trade Turístico de Caxias do Sul.¹¹

O fórum¹² teve como tema “O Turismo que Queremos Construir” e teve como principal objetivo a atualização do Plano Municipal do Turismo de Caxias do Sul. Após a realização de duas palestras, os participantes se dividiram em mesas e discutiram, em cada uma delas, assuntos predeterminados. A mesa em que o autor desta pesquisa se encontravam discutiu sobre a infraestrutura da cidade, realizando a discussão dos pontos que precisavam ser melhorados. No final do evento, cada grupo pôde explanar suas ideias e sugestões, que futuramente serviriam para complementar o Plano Municipal do Turismo.

Os diferentes grupos presentes nesse fórum apresentaram ideias muito semelhantes. A maioria acredita que o potencial turístico de Caxias do Sul se encontra no segmento do Turismo de Eventos de Negócio. Também é de comum acordo que é na infraestrutura que estão as maiores necessidades da

¹¹ Disponível em:

<https://www.caxias.rs.gov.br/comunicacao/noticias_ler.php?codigo=35470>. Acesso em: 12 mar. 2016.

¹² O evento contou com 73 participantes, incluindo a secretária de turismo da época, Drica de Lucena, o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), João Leidens, o presidente do Caxias Convention & Visitors Bureau, Pedro Sehbe e o presidente da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), Jorge Capelari, bem como representantes de outras entidades, trabalhadores de empresas ligadas ao ramo e alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, incluindo um dos autores deste artigo.

cidade, tais como estradas adequadas, um aeroporto que supra a demanda, a sinalização turística, o preparo dos estabelecimentos para receber turistas e a existência de centros de eventos melhor estruturados.

No entanto, os discursos apontavam os problemas, mas não as soluções práticas nem as responsabilidades por elas. O fórum conseguiu reunir as principais demandas, mas ninguém assumiu qualquer tipo de compromisso para que ações fossem tomadas. Dessa forma, ainda não é possível verificar que providência Caxias do Sul irá tomar para melhorar a promoção de eventos de negócio. Tampouco há indícios de que há investimentos em uma nova matriz econômica. Entretanto, percebe-se que a ideia de investir em eventos de negócios na cidade está em pauta e pode gerar novas atitudes no futuro.

Considerações parciais

Em uma situação econômica de profunda crise, muito se tem discutido sobre o rumo econômico que Caxias do Sul deveria tomar para continuar se desenvolvendo econômica e socialmente. O momento é ideal para refletir o que deu certo no passado e saber em que investir no futuro. Nesse sentido, um estudo detalhado sobre a história desse município pode fornecer informações valiosas a respeito de como chegamos até aqui e que medidas do nosso passado podem inspirar a tomada de decisões no presente.

As feiras agroindustriais, a Festa da Uva e as feiras de negócio promovidas em Caxias do Sul são um dos exemplos que podem ser melhor analisados. Eventos como esses cumpriram diversos papéis na história econômica e social da cidade. Graças a eles os produtores tiveram a chance de expor, comercializar e escoar sua produção. As feiras criaram a possibilidade de inovar ainda mais em seus produtos. Como esses eventos foram bem-sucedidos e até hoje atraem cada vez mais pessoas, novos mercados consumidores foram alcançados. A visibilidade da cidade e de sua produção tornou-se cada vez maior e, com isso, Caxias do Sul foi se desenvolvendo rapidamente. Seria ingênuo afirmar que o município se desenvolveu principalmente graças à promoção de eventos. Mas

provavelmente as feiras tiveram (e têm ainda) significativa participação nesse processo.

Como os objetivos dos promotores desses eventos sempre estiveram alinhados com o desejo de conquistar novos clientes e mercados, pouco se tem estudado a respeito dos benefícios que os visitantes desses eventos podem trazer à cidade, ao utilizarem a estrutura voltada ao turismo. É possível que o setor público e as entidades empresariais de Caxias do Sul não tenham voltado sua atenção para a movimentação econômica que o evento em si pode representar para a cidade, no que diz respeito aos deslocamentos dos visitantes.

Conforme foi possível constatar neste estudo, no passado o município investia fortemente nos seus eventos. Aparentemente, há a necessidade de voltar novamente os olhos para os eventos da cidade, especialmente as feiras de negócio. Como se pode perceber, a promoção de eventos na cidade pode desempenhar um duplo papel daqui para frente. Por um lado, a divulgação das feiras de negócio pode atrair ainda mais os olhares para Caxias do Sul, o que pode resultar novamente na conquista de novos mercados e o retorno do crescimento econômico. Por outro lado, diante de um adequado planejamento turístico, que envolva todos os setores da cidade, a economia pode ser fortalecida com a presença e a circulação de turistas, o que pode gerar uma nova fonte de recursos para Caxias do Sul.

Para que essa ideia se torne realidade, faz-se necessário conscientizar não somente os empresários, mas também as principais entidades de classe, o setor público, empresas do ramo turístico, dentre outros. O principal desafio nesse sentido é o de identificar quais são as necessidades atuais referentes à promoção de eventos e ao turismo de feiras de negócios, bem como apontar as ações concretas que podem ser tomadas e quem deverá se responsabilizar por elas. Desse modo é possível acreditar que Caxias do Sul se valerá novamente de sua tradição, a de promover eventos para retomar seu desenvolvimento.

Referências

BRITTO, J. FONTES, N. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Trad. de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANTON, A. M. Evento: um potencializador de negócios. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri: Manole, 2009. Disponível em: <http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520427071/pages/_7>. Acesso em: 19 maio 2016.

CAXIAS DO SUL É ELEITA A MELHOR CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL E A 5ª DO BRASIL. Pioneiro, Caxias do Sul, 20 de out. 2015. Seção Notícias. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/10/caxias-do-sul-e-eleita-a-melhor-cidade-do-rio-grande-do-sul-e-a-5-do-brasil-4882511.html>>. Acesso em: 31 maio 2016.

CAXIAS DO SUL: Perfil Socioeconômico. Caxias do Sul: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC). Apresenta informações sobre o perfil socioeconômico de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.cic-caxias.com.br/perfil/perfil/frames.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016;

DEMOLINER, A. Turismo como alternativa. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 7 de mar. 2016. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

DINI, J. T.; SARTOR, B. 19ª Febramec será realizada em nova data e novo local. *Jornal Brasil On-Line*, 9 de jul. 2012. Disponível em: <<http://jornalbrasil.com.br/noticia/19-febramec-sera-realizada-em-nova-data-e-novo-local.html>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

FESTA DA UVA. *Caxias do Sul. tur. br*, Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxiasdosul.tur.br/evento/festa_da_uva-caxias_do_sul-24-1-7-13.html>. Acesso em: 28 de Mar. 2016.

FÓRUM discute do Trade Turístico de Caxias discute atualização do Plano Municipal do Turismo. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 23 de set. 2015. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/comunicacao/noticias_ler.php?codigo=35470>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FROSI, V.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Movimento, 1975.

HERÉDIA, V. B. M. *SIMECS: 50 anos*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Sul, Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MACHADO, M. A. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

_____; HERÉDIA, V. B. M. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

A economia e o turismo compartilhando soluções

MATIAS, M. *Organização de eventos: procedimentos e técnicas*. 6. ed. Barueri/SP: Manole, 2013; Disponível em:
<<http://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520435816/pages/-14>>.
Acesso em: 29 mar. 2016.

MERCOPAR. FEIRA DE SUBCONTRATAÇÃO E INOVAÇÃO INDUSTRIAL, 22, 2013, Caxias do Sul. *Informações sobre o evento*. Hannover Fairs Sulamérica Ltda. e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), 2013.

PLASTECH DESTES ANOS, EM CAXIAS, REGISTRA O MAIOR PÚBLICO DA HISTÓRIA DA FEIRA. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 28 de ago. 2015. Seção Notícias. Disponível em:
<<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2015/08/plastech-deste-ano-em-caxias-registra-o-maior-publico-da-historia-da-feira-4835505.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SANTOS, V. F. *O Turismo de eventos em Caxias do Sul: a influência dos eventos de lazer e dos eventos de negócios no desenvolvimento do turismo local*. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Caxias do Sul, 2003.

TOMAZZONI, E. L. *Organização de feiras de negócios: um modelo de gestão para as feiras de negócios de Caxias do Sul*. 2002. 278 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Caxias do Sul, 2002.

Fidelidade em cooperativa agropecuária: um estudo de caso

Gustavo Fontinelli Rossés*

Marcelo Tomazi**

Fabiana Letícia Pereira Alves Stecca***

Douglas Cavalheiro de Oliveira#

Carla Rosane da Costa Sccott##

Resumo: Esse estudo teve como objetivo avaliar a fidelidade dos cooperados numa cooperativa agropecuária gaúcha quanto à entrega ou não de sua produção, na safra 2012/2013. Utilizou-se o método qualitativo, desenvolvido através de um estudo de caso na Cooperativa Triticola Sepeense Ltda. (Cotrisel). O estudo consistiu de uma pesquisa aplicada (bibliográfica, documental e direta), de caráter exploratório, visando gerar informações de aplicação prática a respeito dos motivos que levaram os cooperados a depositarem parcial ou totalmente sua produção de soja na cooperativa. O estudo permitiu concluir que os principais fatores que estimularam a fidelidade dos associados estão relacionados com a confiança, a honestidade e a credibilidade da cooperativa, pontualidade nos pagamentos, estrutura de armazenagem, assistência técnica, prazo de pagamento dos insumos para safra (financiamento do cooperado), afinidade com a cooperativa, distribuição das sobras líquidas conforme estatuto social e contratos de troca-troca (grão por insumos).

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperativas agropecuárias. Fidelidade.

Introdução

As cooperativas agropecuárias ocupam lugar de destaque no agronegócio brasileiro, com números expressivos em relação ao volume de produção comercializado, número de associados, exportação de produtos e

* Doutor em Extensão Rural UFSM. Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/9238425770636022>>. *E-mail:* gustavo@politecnico.ufsm.br

** Técnico em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. Engenheiro Agrônomo na Cotrisel. <<http://lattes.cnpq.br/3290705952075824>>. *E-mail:* mtomazi@cotrisel.com.br

*** Mestre em Engenharia de Produção UFSM. Professora na Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/9292087857275654>>. *E-mail:* fabiana@ufsm.br

Técnico em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico da UFSM. *E-mail:* douglas@cotrisel.com.br

Mestre em Engenharia de Produção. Professora no Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguiana. <<http://lattes.cnpq.br/2403423270664920>>. *E-mail:* carla.sccott@iffarroupilha.edu.br

empregos gerados. Conforme dados da OCB (2012), o segmento do cooperativismo agropecuário é composto por 1.523 cooperativas, 969.541 cooperados e 155.896 empregados.

De acordo com o aspecto social e econômico, o cooperativismo se consolidou como um sistema de geração de renda e de inclusão social, a um universo superior a 10 milhões de cooperados. A grande dimensão econômica do sistema cooperativista é inegável, visto que, neste mesmo ano, as cooperativas brasileiras registraram um resultado recorde em vendas ao Exterior, alcançando US\$ 6,1 bilhões em exportações, com crescimento de 39,8% em relação ao ano anterior (OCB, 2012).

Segundo Waack e Machado (1999, p. 149), “tão grande quanto esses números apresentados são os desafios crescentemente enfrentados por todo o sistema cooperativista, para sobreviver no novo ambiente competitivo e manter-se fiel ao cumprimento de seus princípios doutrinários”.

Em sua analogia, Rosalem et al. (2009) comentam que o cooperativismo tem como desafios, resgatar a cultura cooperativista que vem sendo esquecida pelos seus membros, necessidade de capacitação profissional dos executivos e profissionais das cooperativas, bem como dos cooperados. Ainda, relata que a união está dando lugar aos interesses particulares. Os cooperados estão perdendo a motivação, a participação e o comprometimento com a cooperativa.

Nesse sentido, a fidelidade dos cooperados é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de uma organização cooperativa. Para Mógliã et al. (2004, p. 1), “a fidelidade e reciprocidade dos associados são comportamentos baseados em compromissos, responsabilidades e obrigações”. Simioni et al. (2009) contribuem definindo lealdade no âmbito cooperativo, como o cumprimento de um compromisso ético e moral com os demais membros da sociedade cooperativa.

Nos últimos anos, no Município de Restinga Sêca-RS, a cultura da soja apresentou enorme crescimento em área plantada, de produtividade e de valorização do grão no mercado. Juntamente com esse crescimento, ocorreu um acirramento muito forte com os concorrentes (empresas mercantis e outras cooperativas), no que se refere ao recebimento e à comercialização da soja. Muitos destes instalaram unidades de recebimento deste cereal, dentro

da área de atuação da cooperativa, tendo como consequência o aumento da infidelidade por parte dos cooperados. A cooperativa perdeu parte dos grandes produtores de soja para as empresas privadas, atraídos por benefícios econômicos imediatos, prometidos.

Assim sendo, consiste, no objetivo geral deste estudo, identificar os motivos que levaram os cooperados da Cotrisel – Unidade de Restinga Sêca-RS, a depositarem sua produção de soja na cooperativa. Nesse sentido, o presente artigo estudará o aspecto do comprometimento quanto à decisão do associado de entregar ou não sua produção à cooperativa.

O estudo divide-se em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda parte, com base na literatura consultada, buscou-se um breve histórico das origens do cooperativismo, definição de alguns termos e levantamento de hipóteses sobre os fatores determinantes do grau de comprometimento dos cooperados com a cooperativa. A metodologia utilizada é descrita na terceira seção. A discussão dos resultados obtidos compõe a quarta seção. Finalmente, a seção 5 relata as considerações finais do estudo.

Revisão bibliográfica

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) traz a seguinte descrição de cooperativa:

É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. (OCERGS, 2012, p. 1).

O cooperativismo defronta-se agora com novos desafios. Um deles diz respeito à questão social e econômica, visto que o mesmo nasceu sob a ótica da cooperação, ajuda mútua e de solidariedade. Porém, é preciso encontrar razões para seguir cooperando dentro de uma sociedade predominantemente mercantilista, como a nossa. As cooperativas disputam “[...] a lealdade de seus associados tanto com outras cooperativas como com as empresas privadas, devendo oferecer elementos que proporcionem

satisfação, confiança e valores, que se constituem em condutores à lealdade”. (SIMIONI et al., 2009, p. 741).

Simioni et al. (2009) destacam que os gestores de cooperativas precisam “pensar capital e agir social”. Os mesmos necessitam compreender que ninguém se associa a uma cooperativa simplesmente porque é bonito. A motivação, na maioria das vezes, é financeira, ou seja, obtenção de vantagens competitivas perante as empresas tradicionais. O espírito é social, mas a motivação é capital. Para Mógliã et al. (2004, p. 9), “[...] a relação do cooperado com a cooperativa deve considerar o interesse econômico do cooperado, motivação esta que pode preponderar em determinadas situações”.

A infidelidade dos cooperados é um problema sério, que compromete a situação econômica da cooperativa, podendo levá-la a dificuldades financeiras e autoliquidação. Segundo Faria (1995), a falta de espírito associativo, o baixo nível cultural e a desinformação fazem com que os cooperados não percebam as vantagens de ser um cooperado, gerando um ambiente desagradável, onde a insatisfação e a desunião acabam prevalecendo.

Em seu estudo sobre fidelidade e lealdade com uma cooperativa agropecuária gaúcha, Melesko (2012) concluiu que os principais fatores que contribuíram para a lealdade dos associados estão relacionados com a confiança e a credibilidade da cooperativa, boa qualidade da assistência técnica, bom atendimento e bom preço dos produtos oferecidos pela cooperativa. O mesmo estudo apontou também, como fatores inibidores da lealdade, os descontos praticados pela cooperativa na hora da entrega da produção, convívio familiar e informal com comerciantes da região e os contratos de “soja verde” oferecidos pela concorrência.

Para Mógliã et al. (2004), em seus estudos com uma Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Orlandia (Carol), na safra 2001/02, concluíram que a entrega de soja acima de 70% na Carol se deu pelos seguintes motivos, respectivamente: entrega habitual na cooperativa, afinidade com a cooperativa, confiabilidade, assistência técnica permanente no campo, balança, classificação e presença da cooperativa o ano todo ao lado do produtor. Os mesmos autores revelaram, nesse estudo, os principais

motivos da infidelidade com a Carol, a saber: obtenção de melhor preço pela soja no concorrente, ajuda no frete por parte do concorrente, outras modalidades comerciais propostas por empresas da região, cliente habitual do concorrente e financiamento do cooperado por outras empresas.

Através de um estudo de caso com uma cooperativa de granjeiros, no Estado de Minas Gerais, Rosalem et al. (2009) verificaram que os cooperados foram unânimes em relação à importância de sua fidelidade com a cooperativa. No entanto, na prática, as obrigações não estão sendo exatamente cumpridas. Algumas cooperativas, em anos de excesso de produção, não conseguem absorver todo o produto oriundo de seu quadro associativo, desobrigando-os a serem totalmente fiéis. Tal fato contribui para um afastamento de parte de seus cooperados, sendo mais difícil e oneroso para a cooperativa reconquistá-los posteriormente.

Simioni et al. (2009), trabalhando com cooperativas agropecuárias, de infraestrutura, de serviços e de crédito, nas regiões oeste e Planalto Sul-catarinense, e região de Campinas (SP), concluíram que na percepção dos cooperados as variáveis mais importantes na manutenção da lealdade dos mesmos são, respectivamente: atendimento ao cooperado, confiança na cooperativa, qualidade, prazo de pagamento, crédito dos cooperados, imagem da organização, preço e condições de pagamento. As variáveis que mais interferem na ação dos cooperados estão vinculadas a valores mercantis (preço, crédito e condições de pagamento), com exceção do atendimento e da confiança.

Outra revelação importante da pesquisa diz respeito à interpretação sobre fidelidade, quanto aos dirigentes da cooperativa; o cooperado fiel é aquele que comercializa toda sua produção com a cooperativa; participa das reuniões, assembleias e dos eventos; confia e defende a cooperativa; cumpre seus deveres e exige seus direitos, conforme o estatuto; e valoriza a cooperativa. Em contrapartida, na percepção dos cooperados, ser fiel é comprar e vender na cooperativa. A perspectiva de lealdade, presente no discurso dos dirigentes, é mais ampla e envolve a dimensão cognitiva e afetiva, ao resgatar os princípios do cooperativismo como orientadores da relação entre cooperados e cooperativa. (SIMIONI et al., 2009).

A fidelidade de cooperados em cooperativas agropecuárias, no cenário atual do agronegócio brasileiro, passa em primeira estância pela superação de um dilema: resgate dos valores cooperativistas de igualdade e ajuda mútua. Assim, é necessário que os interesses individuais sejam subordinados aos interesses da organização cooperativa.

A deslealdade, na percepção dos dirigentes, ocorre nas situações em que o cooperado encontra-se com dificuldades financeiras, determinadas por atrasos de pagamento de seus financiamentos. Nestes casos, a comercialização da produção com a cooperativa implica no “sequestro” da receita em função dos débitos presentes, situação em que o cooperado busca outras opções para a solução de seus problemas. Outra causa de deslealdade é a ocorrência de preços melhores em outras empresas, seja para a compra de insumos ou para a comercialização de sua produção. (SIMIONI et al., 2009, p. 757).

O estudo de Simioni et al. (2009) concluiu que a maior parte da ocorrência de deslealdade, na compreensão dos cooperados, ocorre principalmente quando ele encontra preços mais competitivos em outros estabelecimentos.

Através da literatura consultada, principalmente as obras de Melesko (2012), Simioni et al. (2009) e Mógliã et al. (2004), formularam-se hipóteses que poderão interferir na fidelização de associados em cooperativas agropecuárias, a serem apresentadas no item metodologia.

Metodologia

Esse estudo foi realizado na Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda. (Cotrisel), mais precisamente na sua filial nº 3, situada no Município de Restinga Sêca, Estado do Rio Grande do Sul. Tal unidade de negócio conta atualmente com 1.158 sócios ativos. Destes, 341 cooperados depositaram, parcial ou totalmente, sua produção de soja na cooperativa, na safra 2012/13. A pesquisa documental apontou ainda que, dos 341 cooperados, 244 possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), perfazendo 71,55% dos depositantes de soja na cooperativa. Em contrapartida, 97 cooperados depositantes de soja não tinham DAP, totalizando 28,45% dos produtores.

A sigla Pronaf significa Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A Cotrisel, através de uma parceria com a Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (Cotrijuc) remunera o associado produtor de soja e detentor da DAP, em R\$1,00/saca de 60 kg, além do preço de tabela. Esse benefício começou a vigorar na safra 2012/13 e já apresentou reflexos positivos no volume de recebimento da cooperativa, tendo em vista que a maioria dos produtores de soja do município e que depositam na cooperativa, são pequenos produtores.

Metodologicamente, utilizou-se o qualitativo, para qualificar os motivos que levaram os cooperados a depositarem sua produção de soja na cooperativa. Dentre esses métodos qualitativos, o estudo de caso tem grande relevância. No entendimento de Gil (2010), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de modo que permita um conhecimento amplo e detalhado dos fatos.

Esse estudo de caso se valeu da pesquisa bibliográfica, com o intuito de identificar os fatores interferentes na fidelidade dos cooperados da Cotrisel. Desse modo, se constituí nas hipóteses do problema de pesquisa, descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas, foco de análise para a verificação do grau de relevância sobre a fidelidade dos cooperados da Cotrisel e nº de proposições estudadas

N	Variáveis	Hipóteses	Nº de proposições estudadas
01	A Confiança, a credibilidade e honestidade da cooperativa.	Compromisso em fornecer insumos e receber a produção do cooperado, bem como a pontualidade nos pagamentos. Nível de confiança estabelecida entre o associado e os dirigentes diretamente ligados a ele.	Proposições 01 e 02.
02	Marketing	Investimento em marketing voltado para seu cooperado, demonstrando os benefícios que a Cotrisel pode proporcionar.	Proposição 03.
03	Preço	Preços pagos aos cooperados na comercialização da soja e preço dos insumos.	Proposições 04, 05, 06 e 07.
04	Descontos / Quebra técnica	Influência dos descontos/quebra técnica na fidelidade de cooperados.	Proposições 08 e 09.
05	Incentivos econômicos	Concessão de incentivos econômicos para maior fidelização dos cooperados.	Proposição 10.
06	Assistência Técnica	O atendimento personalizado do cooperado influencia na sua fidelidade com a Cotrisel?	Proposição 11.
07	Estrutura de Recebimento	O serviço de armazenagem e de recebimento da cooperativa tem interferido na fidelidade dos cooperados?	Proposições 12 e 13.
08	Endividamento	Verificar se o endividamento do cooperado aumenta sua infidelidade com a cooperativa.	Proposição 14.
09	Contratos de troca-troca	A prática de contratos de troca-troca traz benefícios aos cooperados e aumenta o recebimento de grãos pela cooperativa?	Proposição 15.
10	Afinidade e hábito	Hábito de depositar na cooperativa ou afinidade com o concorrente.	Proposições 16 e 17.
11	Prazo	O fornecimento de insumos com prazo safra, afeta a fidelidade dos cooperados?	Proposições 18 e 19.
12	Praça	A localização do armazém da cooperativa está interferindo na fidelidade?	Proposições 20 e 21.
13	Distribuições das Sobras	A devolução parcial das sobras líquidas interfere na fidelidade?	Proposição 22.

Fonte: Adaptado de Bialoskorski Neto (2002); Melesko (2012); Mógliã et al. (2004) e Simioni et al. (2009).

Com o intuito de mensurar percentualmente a fidelidade do associado, depositário de soja na Cotrisel, na safra 2012/13, criou-se um parâmetro de classificação da fidelidade, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Parâmetro de classificação da fidelidade dos cooperados da Cotrisel

Percentual de fidelidade na entrega de soja na safra 2012/13			
Até 25,0%	De 25,01% a 50,0%	De 50,01% a 75,0%	Acima de 75,0%
Infiel (I)	Pouco Fiel (PF)	Moderadamente Fiel (MF)	Fiel (F)

Fonte: Dados dos autores da pesquisa.

A cooperativa adota atualmente seu próprio critério de fidelidade, e se considera cliente fiel aquele que deposita 100% da sua produção na cooperativa. A este, quando ela vende insumos para sua produção agrícola, concede desconto de 4%. No entanto, esse critério tem ocasionado alguns desgastes na relação cooperado X cooperativa. Para fins de estudo, seguir-se-á a classificação definida no Quadro 2. Através de uma investigação detalhada sobre área plantada com soja na última safra, média de produtividade obtida e entrega efetiva na cooperativa, conseguiu-se mensurar o percentual de fidelidade de cada cooperante.

A fim de verificar a relevância das variáveis interferentes na fidelidade dos cooperados, num terceiro momento realizou-se uma pesquisa direta ou de campo, por meio de um questionário estruturado com algumas questões abertas e fechadas. Tal instrumento de pesquisa foi aplicado aos cooperados, produtores de soja que depositaram parcial ou totalmente sua produção na cooperativa, na safra agrícola 2012/13.

Segundo Gil (2010), nos questionários estruturados, se estabelece uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis, para todos os respondentes. O modelo de avaliação propôs escala de opiniões sobre as afirmativas propostas, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Modelo de avaliação com escala de opiniões

Escala de opiniões				
Sem Opinião (SO)	Discordo Totalmente (DT)	Discordo Parcialmente (DP)	Concordo Parcialmente (CP)	Concordo Totalmente (CT)

Fonte: Adaptado de Likert (1976, p. 212 apud GIL, 2010, p. 144).

Foi realizada amostragem não probabilística por cotas, em que, em primeiro passo, classificou-se a população de depositantes em “associado com DAP” e “associado sem DAP”. Num segundo momento, através da

pesquisa documental, fixou-se o número de indivíduos de cada classe que responderam os questionários, ou seja, 69,4% de “Associado com DAP” e 30,6% de “Associado sem DAP”. Posteriormente, os indivíduos foram selecionados de acordo com o maior volume de soja depositado na cooperativa, seguido da disponibilidade e acessibilidade do cooperante em responder o questionário.

Resumidamente, na coleta de dados e informações, utilizou-se como técnicas de pesquisa a aplicação de questionário estruturado junto aos cooperados, a análise de documentos e material bibliográfico. Dessa maneira, responderam os questionários 25 “associados com DAP” e 11 “associados sem DAP”, totalizando 36 cooperados, ou seja, 10,6% da população inicial que era de 341 cooperados depositantes de soja.

Assim, foi possível analisar os dados com base numa análise estatística e descritiva percentual dos dados obtidos, utilizando como subsídio o referencial teórico. Além disso, foram realizadas as análises descritivas. Para tanto, procedeu-se a análise das informações qualitativas, que foi feita sob a ótica da análise de conteúdo e ao longo do processo de discussão dos resultados, no qual estas informações serviram como elementos de aprofundamento e entendimento dos resultados.

Dessa forma, entendeu-se que as correlações entre as categorias permitiram promover informações complementares sobre diferentes aspectos estudados quanto à fidelidade na Cotrisel.

Resultados e discussões

Do ponto de vista da análise dos resultados, intentou-se averiguar o grau de fidelidade dos cooperados na Cotrisel. A maioria dos respondentes (33,3%) revelou que fidelidade com a cooperativa significa “depositar a produção na cooperativa”. Para 25%, “comprar os insumos e depositar a produção”. Outros 19,4% definiram fidelidade como sendo “comprar os insumos e depositar a produção com frequência”. “Trabalhar com a cooperativa acima de tudo, independentemente de quaisquer erros e/ou acertos” é a opinião de 11,1% dos cooperados. Para 2,8% dos associados entrevistados, fidelidade “significa uma relação em que a cooperativa tenha

preferência nas transações comerciais, desde que pratique preços e condições iguais ou melhores que as oferecidas pelo concorrente”. Outros 2,8% conceituaram fidelidade como uma “política de preços e ajuda aos cooperados”. “Uma relação de parceria, onde o cooperado compra os insumos e deposita sua produção na cooperativa” é a opinião de 2,8%. “Depositar toda produção e comprar boa parte dos insumos na cooperativa” outros 2,8%. E, por fim, 2,8% corroboram com a opinião de que fidelidade é “uma relação baseada em vantagens para ambos”.

Os resultados neste estudo são semelhantes aos obtidos por Simioni et al. (2009), pois 91,6% dos cooperados entrevistados apresentaram conceito de fidelidade similar, isto é, comprar os insumos e depositar a produção.

Com o auxílio de proposições abertas, investigou-se qual a área plantada pelo cooperado com soja na safra 2012/13, qual foi sua média de produtividade obtida na referida safra e, por último, qual foi o volume de soja (sacas) depositada na cooperativa. Assim sendo, conseguiu-se mensurar com exatidão o percentual de fidelidade de cada cooperante.

Com base nos resultados obtidos, verificou-se, de maneira geral, que 63,9% dos cooperados entrevistados foram fiéis à cooperativa quanto à entrega de soja, 16,7% foram moderadamente fiéis, 11,1% foram pouco fiéis e, por fim, 8,3% foram infiéis.

Outros resultados permitiram constatar que 68% dos cooperados entrevistados foram fiéis quanto à entrega de soja, 20% foram moderadamente fiéis, 4% foram pouco fiéis e, por fim, 8% foram infiéis.

O estudo apontou que 88% dos associados com DAP, foram moderadamente fiéis a fiéis com a cooperativa, no que se refere à entrega de soja na safra 2012/13. Em contrapartida, somente 63,6% dos associados sem DAP foram moderadamente fiéis a fiéis. Percebeu-se, portanto, maior fidelidade dos pequenos produtores em comparação com os grandes produtores de soja, no município de Restinga Sêca-RS.

Com o intuito de apontar quais os principais motivos que levaram os associados da Cotrisel – Unidade de Restinga Sêca-RS, a entregar sua produção de soja na cooperativa, na safra 2012/13, tomou-se como base o uso de 13 fatores condicionantes de fidelidade, cujos resultados estão descritos no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Nível de concordância dos cooperados em relação às afirmativas propostas

N	Afirmativas	Variáveis	Avaliação Percentual				
			CT	CP	DP	DT	SO
01	A confiança, a honestidade e a Credibilidade da Cotrisel é fator decisivo, na hora de entregar minha produção de soja nesta cooperativa.	A confiança, a honestidade e a credibilidade	91,7	8,3	0,0	0,0	0,0
02	A pontualidade no pagamento, por parte da cooperativa, é fator preponderante, quando decido entregar minha produção de soja.	A confiança, a honestidade e a credibilidade	91,7	8,3	0,0	0,0	0,0
03	O uso de incentivos econômicos (um bônus a mais sobre o preço de tabela, para aquele associado que depositar 100% da produção de soja na cooperativa) aumentaria o comprometimento deste, fazendo com que entregasse toda sua produção.	Incentivos econômicos à fidelidade	86,1	13,9	0,0	0,0	0,0
04	O serviço de armazenagem da produção me deixa satisfeito.	Estrutura de armazenagem da soja	80,6	13,9	2,8	0,0	2,8
05	Um atendimento personalizado, por parte da assistência técnica, durante todo o ciclo da cultura, planejando as atividades (manejo da área, aquisição de insumos, adubação básica e de cobertura, tratos culturais e colheita) aumenta o comprometimento dos associados com a cooperativa.	Assistência técnica	80,6	11,1	5,6	2,8	0,0
06	O fornecimento de insumos (adubos, sementes, diesel, herbicidas, inseticidas, fungicidas, entre outros) com prazo de pagamento para safra, é um fator importante, tendo em vista a fidelidade dos cooperados.	Prazo de pagamento dos insumos	77,8	19,4	2,8	0,0	0,0
07	Tenho por hábito entregar minha produção na COTRISEL.	Afinidade com a cooperativa	72,2	22,2	2,8	0,0	2,8
08	A devolução parcial das sobras líquidas (25%), após cada exercício social, contribui para a fidelidade dos associados.	A distribuição das sobras líquidas	63,9	30,6	5,6	0,0	0,0
09	Uma mudança nos padrões de classificação da soja, quando do recebimento (descontos de umidade e de impurezas), faria com que eu entregasse mais este cereal para a Cotrisel.	Descontos / quebra técnica	61,1	16,7	13,9	8,3	0,0

10	A prática de contratos de troca-troca (grãos por insumos), efetuado pela cooperativa, traz benefícios aos cooperados. Portanto, essa prática aumenta a entrega de soja na cooperativa.	Contratos de troca-troca	58,3	30,6	2,8	0,0	8,3
11	O fornecimento de insumos necessários para a produção de soja, com preços competitivos no mercado (igual ou inferior aos da concorrência), influencia a fidelidade dos cooperados, fazendo com que entregue a maior parte de sua produção de soja.	Preço dos insumos	55,6	27,8	8,3	5,6	2,8
12	Se o preço da soja for superior no concorrente, mesmo assim entrego minha produção na COTRISEL, pois não seria certo abandonar minha cooperativa nesse momento.	Preço pago pela soja	52,8	25,0	13,9	8,3	0,0
13	O preço pago pela cooperativa, quando comercializa a soja, atende minha expectativa.	Preço pago pela soja	44,4	41,7	11,1	2,8	0,0
14	A cooperativa necessita investir mais em marketing voltado para seu cooperado, demonstrando os benefícios que a Cotrisel pode proporcionar. Dessa forma, o seu comprometimento com a cooperativa aumentaria, depositando ainda mais sua produção de soja.	Marketing	44,4	41,7	8,3	5,6	0,0
15	Maior agilidade no recebimento e na descarga da soja faria com que os cooperados entregassem mais este cereal na Cotrisel.	Estrutura de recebimento da soja	44,4	38,9	11,1	2,8	2,8
16	Os descontos praticados pela cooperativa (quebra técnica), no momento da entrega da produção de soja, afetam minha fidelidade com a cooperativa.	Descontos / quebra técnica	44,4	25,0	11,1	16,7	2,8
17	Uma ajuda no frete seria indispensável, pois minha lavoura de soja fica mais perto do concorrente e por consequência, mais distante do armazém da Cotrisel.	Praça de recebimento da soja	27,8	30,6	8,3	13,9	19,4
18	Entrego minha produção de soja na cooperativa porque está localizada próxima à minha lavoura.	Praça de recebimento da soja	16,7	22,2	8,3	38,9	13,9

19	Tenho afinidade com o concorrente, por isso não entrego parcial ou totalmente, minha produção na cooperativa.	Afinidade	13,9	11,1	5,6	41,7	27,8
20	O preço pago pela cooperativa, quando comercializo a soja, me propicia vantagens econômicas, influenciando positivamente minha decisão de entregar toda produção de soja na cooperativa.	Preço pago pela soja	8,3	30,6	19,4	41,7	0,0
21	Fui financiado pelo concorrente e assim devo entregar minha produção de soja a ele.	Prazo de pagamento dos insumos	8,3	2,8	5,6	55,6	27,8
22	Tenho dívidas na COTRISEL. Se eu entregar parte ou toda minha produção de soja na cooperativa, a mesma ficará "bloqueada" até o pagamento da minha dívida. Dessa forma, não tenho depositado na cooperativa.	Endividamento	5,6	5,6	2,8	44,4	41,7

Legenda: CT = Concordo Totalmente; CP = Concordo Parcialmente; DT = Discordo Totalmente; DP = Discordo Parcialmente; SO = Sem Opinião.

Fonte: Dados da pesquisa dos autores (2016).

Ao observar o quadro acima, é possível afirmar que a confiança, a credibilidade, a honestidade, a segurança e a pontualidade nos pagamentos são importantes valores cooperativistas, reconhecidos pelo seu quadro associativo, constituindo-se num diferencial competitivo desta. O estudo apontou que os principais fatores, que levaram os cooperados a depositar a soja na cooperativa, referem-se à confiança, honestidade e a credibilidade. A credibilidade está relacionada com a pontualidade nos pagamentos. Esse resultado está de acordo com aquele obtido por Melesko (2012), que concluiu que o principal fator condicionante para a lealdade dos associados está relacionado com a confiança e a credibilidade da cooperativa.

Simioni et al. (2009), trabalhando com cooperativas nas regiões oeste e no Planalto Sul-catarinense, e região de Campinas (SP), concluíram que o fator confiança na cooperativa é fundamental para a manutenção da lealdade.

Os entrevistados revelaram haver necessidade de investimento em marketing. Concordaram totalmente com essa afirmativa, 44,4% dos respondentes. Outros 41,7% concordaram parcialmente. Esse marketing refere-se a uma presença maior da cooperativa na comunidade do interior,

participando das festividades. Também se relaciona com as visitas técnicas na propriedade (assistência técnica), ligar para o cooperado quando se tem uma oportunidade de negócio diferenciada, brindes com intuito de promover a cooperativa.

Fazendo um paralelo entre as afirmativas quatro e cinco, conclui-se que, apesar de o preço pago pela cooperativa atender as expectativas dos cooperados, percebeu-se que o preço não é o grande motivador para que os associados depositem sua soja. Os fatores confiança, credibilidade, honestidade e segurança possuem influência bem mais significativa do que a variável preço. Alguns cooperados fizeram algumas considerações sobre a afirmativa cinco, a saber: *“deposito independentemente de preço”, “se depositar a soja, quando necessitar de financiamento para safra, a cooperativa ajuda”, “deposito pela segurança que a cooperativa me propicia”, “uma solução seria a cooperativa diferenciar preço, porém como fica o pequeno produtor. Não concordo muito com isso”*.

De acordo com os estudos de Simioni et al. (2009), a maior parte das ocorrências de deslealdade, na compreensão dos cooperados, ocorre principalmente quando o produtor encontra preços mais competitivos em outros estabelecimentos. Assim sendo, a cooperativa necessita estar atenta ao mercado, com preços competitivos e propiciando vantagens econômicas aos cooperados, sempre com o objetivo de aumentar o volume de recebimento de soja.

O estudo revelou que 83,3% concordam parcial ou totalmente com a afirmativa sete: *“o fornecimento de insumos com preços competitivos interfere na fidelidade do cooperado”*. Um dos respondentes fez a seguinte consideração: *“A venda de insumos cria um vínculo que culmina com a entrega da produção”* e, *“se comprar de terceiros, pode acabar não depositando sua soja na cooperativa”*. Com esse comentário percebe-se a importância desta variável. Esse resultado obtido pela pesquisa vai ao encontro do relatado por Melesko (2012), pelo qual os bons preços dos produtos oferecidos pela cooperativa interferem positivamente na fidelidade dos cooperados.

Outra questão evidenciada tratou dos descontos praticados. Assim sendo, os descontos praticados pela cooperativa, na hora da entrega da

produção, é fator inibidor à lealdade do cooperado. Esse resultado vai ao encontro ao resultado obtido por Melesko (2012).

Um dos respondentes sugeriu que, no *ticket* da balança, após pesar a tara do caminhão, deveria aparecer a quantidade de quebra técnica, em quilograma, para que o produtor pudesse identificar facilmente o quanto foi descontado.

Outra questão investigou a importância de um atendimento personalizado, por parte da assistência técnica, durante todo o ciclo da cultura, planejando as atividades (manejo da área, aquisição de insumos, adubação básica, entre outros), com relação ao aumento do comprometimento dos associados com a cooperativa. O resultado obtido é similar ao relatado por Melesko (2012), para quem o bom atendimento e a boa qualidade da assistência técnica contribuem para a lealdade dos associados. Alguns entrevistados relataram que seria importante para a cooperativa ter um vendedor externo, com o objetivo de vender e de entregar os insumos. Outros entrevistados relataram que é preciso melhorar os preços dos insumos comercializados pela cooperativa.

Para Simioni et al. (2009), trabalhando com cooperativas agropecuárias, de infraestrutura, de serviços e de crédito, nas regiões oeste e do Planalto Sul-catarinense, e região de Campinas (SP), na percepção dos cooperados a variável mais importante, na manutenção da lealdade dos mesmos, é o atendimento ao cooperado.

Mesmo concordando que o serviço de armazenagem da soja atende as expectativas, muitos entendem que uma agilidade na descarga é bem-vinda, pois há muita pressão dos caminhoneiros na hora de transportar a produção. Assim sendo, é necessário um trabalho com os caminhoneiros, procurando demonstrar o empenho e a preocupação com o recebimento.

As proposições 14, 15, 16 e 17 apontaram resultados que estão de acordo com Mógliã et al. (2004), que destacam o hábito de depositar a produção em cooperativa, como um fator importante para a manutenção da fidelidade dos cooperados.

Além disso, a importância do financiamento do cooperado, com prazo de pagamento para a safra, é um fator relevante, tendo em vista a fidelidade dos cooperados. Os resultados evidenciaram a importância dessa variável.

Dentre os respondentes, 77,8% concordaram totalmente e 19,4%, parcialmente. Esse resultado vai de encontro ao descrito por Simioni et al. (2009). O nível de discordância parcial foi de apenas 2,8%.

Outra questão expressa no Quadro 4 apontou que o fato de a cooperativa estar mais próxima da lavoura do associado, tendo em vista o recebimento da soja, foi significativamente importante para apenas 16,7% dos entrevistados. Para 22,2%, a importância foi parcial. Outros 47,2% discordaram parcial ou totalmente com a afirmativa acima, fazendo ponderações como a seguinte: *“Se o restaurante é bom, mesmo que seja distante da minha casa, a gente dá um jeito de ir almoçar.”* Nesse sentido, o que mais motiva o associado a depositar sua produção refere-se à confiança, à honestidade, à credibilidade, à pontualidade, boa estrutura de armazenagem, assistência técnica, prazo de pagamento dos insumos (financiamento do cooperado), afinidades com a cooperativa, distribuição das sobras, de acordo com o estatuto social e contratos de troca-troca.

Conclusão

No final deste estudo, percebeu-se que 63,9% dos cooperados entrevistados foram fiéis à cooperativa quanto à entrega da soja, na safra 2012/13. Outros 16,7% foram moderadamente fiéis, 11,1% foram pouco fiéis e, por fim, 8,3% foram infiéis. Ainda, a pesquisa abordou a fidelidade dos associados com DAP e sem DAP, separadamente. Os resultados indicaram que 88% dos associados com DAP foram moderadamente fiéis à cooperativa. Em contrapartida, somente 63,6% dos associados sem DAP foram moderadamente fiéis a fiéis. Encontrou-se, portanto, maior fidelidade dos pequenos produtores em comparação com os grandes produtores de soja, no Município de Restinga Sêca – RS.

O estudo mostrou que a confiança, a honestidade e a credibilidade da cooperativa, a pontualidade nos pagamentos, a estrutura de armazenagem, a assistência técnica, o prazo de pagamento dos insumos para safra (financiamento do cooperado), o hábito de entregar a produção na cooperativa, a distribuição das sobras líquidas, conforme estatuto social e

contratos de troca-troca (grão por insumos) foram os principais fatores que estimularam a fidelidade cooperados da Cotrisel, respectivamente.

Por fim, o estudo mostrou ainda, como fatores que desestimularam a fidelidade, os descontos praticados pela cooperativa na hora da entrega da produção de soja, o preço pago pela cooperativa não é muito atrativo (muitas vezes o cooperado encontra preços mais competitivos em outros estabelecimentos), e uma agilidade maior no recebimento e na descarga da soja. As variáveis envolvendo financiamento do cooperado por outras empresas e dívidas com a cooperativa, como fator inibidor da lealdade, citados por outros pesquisadores, nesse estudo, não lograram significância maior.

Referências

BIALOSKORSKI NETO, S. (Org.). *Cooperativas: um ensaio sobre eficiência econômica, contratos e fidelidade*. Ribeirão Preto, ago. 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserir_out2002/Trabalhos%20Apresentados/Contratos%20e%20Fidelidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

COTRISEL – Cooperativa Triticola Sepeense Ltda. *Empresa*. São Sepé-RS. Disponível em: <<http://www.cotrisel.com/empresa.php>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

FARIA, V. P. de. Produção e cooperativas de produtores de leite no Brasil. In: Seminário as Cooperativas e a Produção de Leite no Ano 2000, Belo Horizonte. *Anais ...* Belo Horizonte: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, 1995. p. 13-19.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2010.

MELESKO, B. M. *Fidelidade e lealdade: uma relação dos cooperados com sua cooperativa*. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão de Cooperativas da UNIJUÍ – Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul – DACEC – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/556/Bruno%20Mateus%20Melesko.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 out. 2013.

MOGLIA, L. C.; PARADA JUNIOR, I.; BIALOSKORSKI NETO, S.; MARCHI, D. *Fidelidade e reciprocidade do cooperado: o caso da CAROL*. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/04P261.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

OCERGS. *Cooperativismo: conceitos e princípios*. Porto Alegre, RS. 2012. 9 p. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

ROSALEM, V; SILVA, E. A. Gestão de cooperativas: um estudo sob o olhar do cooperado. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, Minas Gerais, MG, v. 1, n. 1, 2009. Universidade Federal de Goiás Universidade Federal de Viçosa. Disponível em:

<<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/3#Ur45unKA3IU>>. Acesso em: 10 set. 2013.

SIMIONI, F. J.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E.; SPERS, E. E.; ARAUJO, Z. A. S. de. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. *RESR*, Piracicaba, SP, v. 47, n. 3, p. 739-765, jul./set. 2009 – Impressa em outubro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 set. 2013.

SERIGATI, F. C.; AZEVEDO, P. F. de; ORELLANO, V. F. *Fidelidade em cooperativas: um estudo empírico com as cooperativas paulistas*. FGV-EESP, São Paulo, SP, Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1218.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

WAAK, R. S.; MACHADO FILHO, C. P. *Administração estratégica em cooperativas agroindustriais*. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares – PENZA/FEA/USP – Ribeirão Preto-SP. 1999. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/arquivo/13.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

Finanças comportamentais: um estudo bibliométrico nas revistas científicas nacionais

Bruna Felin Cerezer*
Alexandre Mayer Macagnan**
Andreas Dittmar Weise***
Lynceo Falavigna Braghirolli#

Resumo: Nas últimas décadas, houve a ascensão do tema finanças comportamentais, fazendo com que muitos pesquisadores se dedicassem à investigação do comportamento dos investidores e quais as consequências que este comportamento gera no dia a dia do mercado financeiro. Com isso, o presente estudo tem como objetivo realizar o levantamento dos artigos sobre o tema finanças comportamentais nas revistas científicas nacionais, no período de 2004 a 2015, tornando possível verificar se há interesse entre os pesquisadores brasileiros em compreender o comportamento dos indivíduos em relação as suas decisões financeiras. O procedimento metodológico utilizado no presente trabalho é caracterizado como pesquisa bibliométrica. Como resultado são apresentados quais os autores que mais publicaram artigos, quais as revistas mais procuradas para publicar sobre o tema, em quais anos que houve maior número de publicações, entre outros.

Palavras-chave: Finanças comportamentais. Bibliometria. Revistas científicas brasileiras.

Introdução

Finanças Comportamentais é uma área de estudos que tem como escopo analisar os aspectos psicológicos dos indivíduos no processo de tomada de decisões, no que diz respeito às suas finanças pessoais. Houve, nas últimas três décadas, a ascensão do tema finanças comportamentais, o que fez com que muitos estudiosos se dedicassem à investigação, por compreenderem o comportamento dos investidores e suas consequências no mercado financeiro. (HIRSHLEIFER, 2015).

Os primeiros estudos sobre o comportamento dos investidores partiram da Moderna Teoria de Finanças, com os princípios da Teoria Econômica

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/4123084820974107>>. E-mail: brunacerezer@hotmail.com

** Acadêmico no curso de Graduação em Engenharia de Produção/UFSM. <<http://lattes.cnpq.br/5109424940000244>>. E-mail: xandemacagnan@hotmail.com

*** Doutor em Engenharia Civil/UFSC. <<http://lattes.cnpq.br/1329623071793399>>. E-mail: mail@adweise.de.

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <<http://lattes.cnpq.br/2992623886366532>>. E-mail: lynceo@gmail.com

Neoclássica, surgindo então uma nova teoria financeira, a das Finanças Comportamentais. Esta teoria, partindo da premissa de que os indivíduos não se comportam de forma estritamente racional, acredita que esses tomam suas decisões sob a influência de aspectos emocionais. (YOSHINAGA; RAMALHO, 2014).

Com o crescimento do interesse dos pesquisadores em entender a forma como os indivíduos se comportam no processo de tomada de decisão, referente aos seus investimentos, o presente estudo tem como objetivo realizar o levantamento dos artigos sobre o tema finanças comportamentais nas revistas científicas nacionais, no período de 2004 a 2015. Pode-se com isso verificar se há o interesse entre os pesquisadores brasileiros em compreender o comportamento dos indivíduos, em relação as suas decisões financeiras.

O presente estudo é caracterizado como bibliométrico quanto aos procedimentos metodológicos. De acordo com Teixeira, Ywamoto e Medeiros (2013), estudos bibliométricos têm como foco a mensuração e a compreensão da produção científica sob a ótica de um contexto específico; a bibliometria se vale da análise da produção científica, mediante categorias específicas. Os autores complementam que a análise da produtividade dos autores também é avaliada no levantamento bibliométrico, levando em conta quais os autores que mais publicam, bem como quais os autores mais citados nas produções científicas.

A presente pesquisa apresentará a seguir, na segunda seção, o referencial teórico sobre finanças comportamentais e, em seguida, na terceira seção, a metodologia utilizada no estudo. Na quarta seção é apresentada a análise e discussão dos resultados e por fim, na quinta e última seção, as considerações finais do estudo.

Referencial teórico

O referencial teórico é composto por apenas uma seção que tratará do tema finanças comportamentais. Nesta seção será explicado o que se trata na teoria de finanças comportamentais e como se deu o surgimento da mesma e apresentado o quão importante é compreender o comportamento dos indivíduos em relação ao processo de tomada de decisões financeiras pessoais.

Finanças comportamentais

Primeiramente, estudiosos criaram a teoria financeira tradicional, pela qual se acreditava que os mercados estão sujeitos ao comportamento irracional dos investidores, considerando que o mercado se comporta de maneira irracional, a partir do momento em que muitos investidores apresentam comportamento otimista e, com isso, ficando dispostos a pagar mais do que os ativos valem, ou pessimistas, quando não estão dispostos a pagar o que os ativos valem. (MACEDO; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

Em resumo, a teoria de finanças tradicionais crê na irracionalidade do mercado, o que permite que o investidor, considerado totalmente racional, crie estratégias através da construção de carteiras de investimentos, cujos retornos possam ser superiores à média do mercado. (PASSOS; PEREIRA; MARTINS, 2012).

Markowitz (1952), ao publicar seu estudo intitulado *Portfolio selection*, que foi considerado um artigo importante, pois gerou o nascimento das finanças modernas. O importante artigo fala sobre a moderna teoria de portfólio, esclarecendo que os investimentos apresentam um retorno esperado e uma variância de prováveis resultados. O autor considerou o resultado como desejável e a variância como indesejável, e montou com isso um modelo de programação capaz de maximizar os retornos e minimizar a variância.

Dando continuidade aos estudos sobre finanças modernas, Fama (1970) evidenciou que, em mercados onde há um grande número de investidores bem informados, os investimentos serão precificados de modo a refletir todas as informações disponíveis, surgindo com isso a hipótese de mercado eficiente. A hipótese de mercado eficiente considera que um mercado seja eficiente quando seus participantes precificam ativos baseados em todas as informações disponíveis sobre fatos que possam influenciar o retorno deste ativo no mercado. (GABRIEL; RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Em um terceiro momento, surge a teoria da utilidade esperada. Yoshinaga e Ramalho (2014) explicam que a mesma é uma das teorias decorrentes das finanças comportamentais, que se fundamenta no fato de que o valor das coisas não pode ser medido pelo seu preço, mas sim pela utilidade que proporciona ao investidor. Desta forma, a utilidade está associada ao grau de benefício final proporcionado.

A teoria da utilidade esperada demonstra que, se um conjunto de condições for satisfatório, a escolha do investidor racional corresponderá à maximização da função-utilidade esperada. Segundo as finanças racionais, os investidores tomam decisões de acordo com a teoria da utilidade esperada, desde que as probabilidades forem conhecidas ou puderem ser estimadas. (SILVA, 2014).

Por fim, em 1979, os autores Kahneman e Tversky iniciaram estudos sobre a teoria do prospecto com a publicação de um artigo que apresenta uma crítica à teoria da utilidade esperada, apresentando um modelo chamando de teoria do prospecto. Os autores afirmavam que decisões entre perspectivas de risco apresentam vários efeitos incompatíveis com os princípios da teoria da utilidade, pois os indivíduos estão propensos a ariscar escolhas que envolvem perdas certas e demonstram aversão ao risco em escolhas que envolvem a certeza de ganhos.

Haubert, Lima e Herling (2012) esclarecem que a aversão à perda se fundamenta na constatação de que a dor pela perda é maior do que a satisfação obtida por um ganho equivalente. Os autores ressaltam que este conceito pode ser confundido com a aversão ao risco, onde, na verdade, a aversão à perda é mais acentuada que as decisões relacionadas ao risco do investimento.

Por meio de estudos relacionados à psicologia, com a finalidade de compreender a maneira como os fatores psicológicos poderiam afetar o processo de tomada de decisão dos indivíduos, em relação às suas finanças, surgem as finanças comportamentais. (CAMARGO, 2015). Para Anache e Laurence (2013), o principal objetivo das finanças comportamentais é apontar que existem limites à racionalidade e que ocorrem com frequência significativa.

Santos e Barros (2011) afirmam que o comportamento dos investidores é muito mais complexo do que modelos econômicos e financeiros podem julgar, razão que fez surgir as Finanças Comportamentais, que visam contribuir para o entendimento da mente do investidor e o por quê de o mesmo se comportar de maneira irracional, no processo de tomada de decisão.

Já Dieupart-Ruel et al. (2013) conceituam finanças comportamentais como uma área de estudo sobre o comportamento dos investidores e suas consequências sobre o investimento, o processo de tomada de decisões e a

formação de preços. Diante disso, finanças comportamentais possivelmente podem explicar o comportamento de determinados preços de ativos, levando em consideração que o impacto dos fatores comportamentais irracionais, tanto individuais como coletivos, são sentidos por todo o mercado.

Yoshinaga e Ramalho (2014) complementam afirmando que finanças comportamentais têm como premissa o fato de que os investidores não se comportam de forma totalmente racional, pois os mesmos são influenciados por aspectos emocionais. Alguns fatores são: otimismo, aversão à perda, deixar se influenciar por amigos ou familiares, basear-se em fatos ocorridos no passado, em relação aos seus investimentos, entre outros.

Procedimentos metodológicos

Na elaboração do presente estudo, cujo intuito é realizar um levantamento dos artigos publicados sobre finanças comportamentais em revistas nacionais, adotou-se quanto ao objetivo uma pesquisa descritiva, e quanto ao método de coleta de dados, caracteriza-se como uma pesquisa bibliométrica.

Sobre pesquisa descritiva, Vergara (2014) explica que a mesma apresenta as características de uma população ou fenômeno. Gil (2009) esclarece que uma pesquisa descritiva tem como principal intenção a descrição de fenômenos, características de uma determinada população e também o fato de estabelecer relação entre as variáveis pesquisadas.

Quanto à pesquisa bibliométrica, Coutinho (2013) diz que a mesma é uma técnica estatística que, partindo da análise da literatura publicada em dado domínio científico, procura caracterizá-la em termos de autores, problemática da pesquisa, quais revistas publicam mais artigos sobre o tema, entre outros.

No que se refere à coleta de dados, a mesma foi realizada nos *websites* das revistas nacionais, a partir da consulta de artigos que continham no título: resumo ou, nas palavras-chave, a expressão “finanças comportamentais”. Os artigos encontrados foram organizados com o auxílio do Microsoft Excel®, sendo deles coletadas informações como: título, autores, objetivo do estudo, ano da publicação, classificação da revista, instituições

dos autores, se as mesmas são administradas de forma privada ou pública, estado de origem dos autores e quais os autores citados. Ainda com o auxílio do Microsoft Excel,[®] foram elaborados gráficos e tabelas visando analisar da melhor maneira os dados coletados.

Análise e discussão dos resultados

Com base nos dados coletados por meio dos *websites* das revistas científicas brasileiras, foi possível identificarem quais revistas haviam artigos publicados que continham a expressão “finanças comportamentais”. Encontrou-se um total de 28 artigos. Foram verificadas as instituições de ensino de origem dos autores, a forma de administração dessas instituições e o estado das mesmas, como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Local de origem dos autores

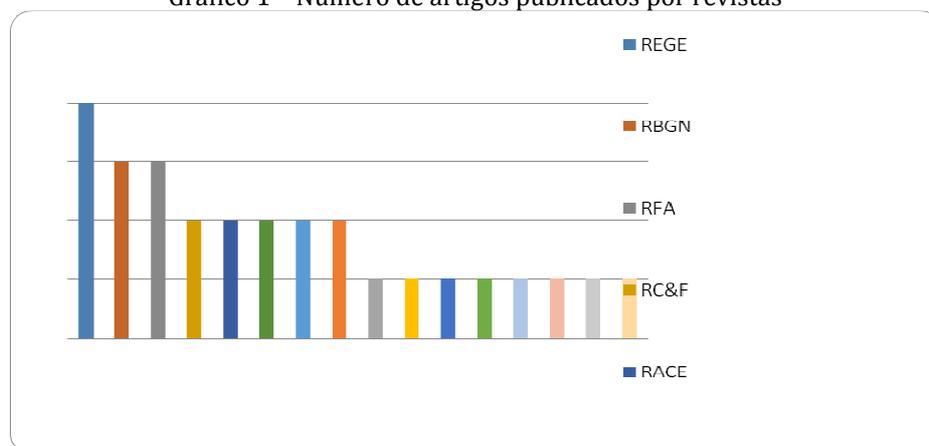
Instituição	Administração da instituição	Estado da Federação	Número de autores
UFSC	Pública	Santa Catarina	23
PUC-SP	Privada	São Paulo	7
USP	Pública	São Paulo	6
UFU	Pública	Minas Gerais	6
UnB	Pública	Distrito Federal	5
UFPB	Pública	Paraíba	4
UFRN	Pública	Rio Grande do Norte	4
UFPE	Pública	Pernambuco	4
PUC-PR	Privada	Paraná	4
UNP	Privada	Rio Grande do Norte	2
Centro Univ. Fecap	Privada	São Paulo	2
Favip	Privada	Paraíba	2
UnB	Pública	Brasília	1
Unipê	Privada	Pernambuco	1
FAL	Privada	Rio Grande do Sul	1
Univale	Privada	Santa Catarina	1
Faculdades Pitágoras	Privada	Espírito Santo	1
UFES	Pública	Espírito Santo	1
UFG	Pública	Goiás	1
UPM	Privada	São Paulo	1
IES-Grande Florianópolis	Privada	Santa Catarina	1
FIA	Privada	São Paulo	1
Unochapecó	Pública	Santa Catarina	1
FURB	Privada	Santa Catarina	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016).

No Quadro 1, é possível perceber que a maioria, 23 autores, são estudantes da UFSC, uma instituição pública de Santa Catarina. Em segundo lugar, com 7 autores, está a PUC de São Paulo, uma instituição privada. Pode-se ainda analisar que os demais autores que pesquisam sobre o tema finanças comportamentais são de diversos estados do Brasil, como Minas Gerais, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros apresentados no Quadro 1.

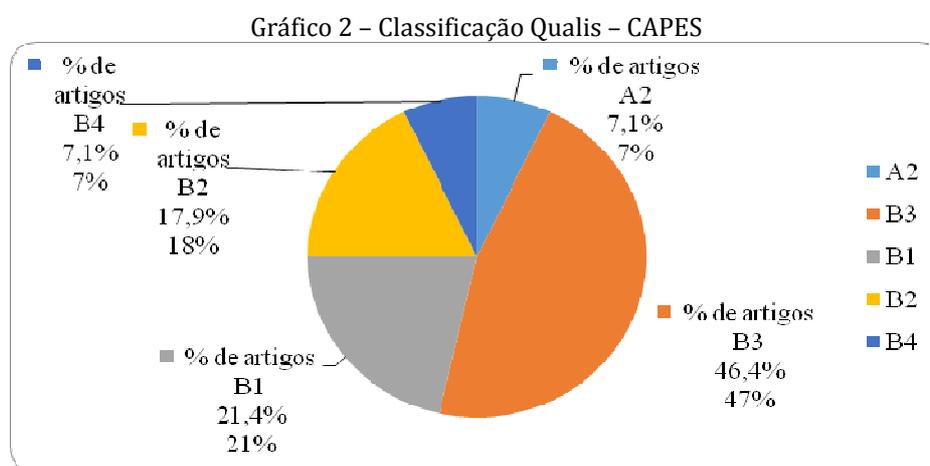
O Gráfico 1 apresenta quais as revistas científicas, bem como a quantidade de artigos que apresentavam a expressão “finanças comportamentais”. As revistas são apresentadas no Gráfico 1 com suas siglas, cujos nomes são: RC&F – Revista Contabilidade & Finanças; RECFin – Revista Evidenciação Contábil & Finanças; Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ; RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios; RCC- Revista Contemporânea de Contabilidade; RCO – Revista de Contabilidade e Organizações; RUC – Revista Universo Contábil; REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade; RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia; RIC – Revista de Informação Contábil; RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundac; Revista de Produção Online; REEN – Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios; RCA – Revista de Ciências da Administração; RFA – Revista de Finanças Aplicadas, e a REGE – Revista de Gestão.

Gráfico 1 – Número de artigos publicados por revistas



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Ao analisar o Gráfico 1, pode-se concluir que a revista que mais apresentou estudos referentes ao tema pesquisado foi a REGE, com 4 artigos, em seguida com 3 artigos apresentam-se as revistas RFA e RBGN, as demais revistas apresentam cerca de 2 ou 1 artigo cada uma. Já o Gráfico 2 evidencia a classificação, de acordo com a Qualis – CAPES (2014) da área de conhecimento de ciências sociais e exatas das revistas, que publicaram artigos sobre finanças comportamentais.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

De acordo com o Gráfico 2, a maioria (46,43%) dos artigos foi publicada em revistas de classificação B3; em revistas de classificação B1 foram publicados 21,43% dos artigos, em revistas B2 foram 17,86% dos artigos publicados, 7,14% dos artigos foram publicados em revistas A2, os demais artigos 7,14% foram publicados em revistas B4.

A seguir no Quadro 2 serão apresentados os objetivos dos estudos, suas respectivas revistas, autores e ano da publicação.

Quadro 2 – Análise realizada nos artigos publicados nas revistas

Revista	Autores	Objetivo do estudo	Ano
RC&F	RABELO JÚNIOR, T. S.; IKEDA R. H.	Verificar a importância da arbitragem para a hipótese dos mercados eficientes.	2004
RC&F	SANTOS, J. O. dos; SANTOS, J. A. R. dos	Destaca as principais características de mercados eficientes.	2005
RCC	MACEDO JÚNIOR, J. S.; MARCON, R.; MENEZES, E. A.; NUNES, P.	Efeito Dotação – uma tendência comportamental investigada neste estudo.	2007
REPeC	ARAÚJO, D. R. de; SILVA, C. A. T.	Verificar como se dá a evolução do processo decisório de alunos ao longo do curso de ADM.	2007
REGE	YOSHINAGA, C. E.; OLIVEIRA, R. F. de; SILVEIRA, A. M. da; BARROS, L. A. B. de C.	Apresenta uma introdução sucinta aos conceitos fundamentais da área de Finanças Comportamentais	2008
REGE	FAMÁ, R.; CIOFFI, P. L. de M.; COELHO, P. A. R.	Entender o ambiente que favoreceu o desenvolvimento das finanças comportamentais e verificar anomalias e eficiências no mercado de capitais brasileiro.	2008
RBGN	MARINHO, R. F.; LAGIOIA; U. C. T.; MACIEL, C. V.; RODRIGUES; R. N.	Replicar a investigação empírica desenvolvida por Kahneman e Tversky.	2009
RIC	REINA, D.; DOROW, A.; MACEDO JÚNIOR, J. S.; REINA, D. R. M.; NUNES, P.	Verificar se a heurística da ancoragem e a tomada de decisão sob risco.	2009
Revista prod. online	PICCOLI, P. G. R.; SILVA, W. V. da; SOUZA, A.; DEL CORSO, J. M.	Analisa a possível existência do chamado Efeito Momento, dentro do mercado de capitais brasileiro, entre janeiro de 2005 e julho de 2008.	2009
REGE	VIEIRA, T. R. C.; PEREIRA, A. N.	Mapeamento preliminar da produção brasileira em finanças comportamentais, publicado nos eventos e periódicos.	2009
RCO	MELO, C. L. L de; SILVA, C. A. T.	Verificar se o gênero, a idade e a ocupação exercem influência no nível de aversão à perda.	2010
RACEF	DOROW, A.; MACEDO Jr., J. S.; NUNES, P.; REINA, D.; REINA, D. R. M.	Investigar qual o efeito da heurística da ancoragem em estimativas numéricas, sob a perspectiva da avaliação em investimentos imobiliários.	2010
REEN	LUCENA, W. G. L.; MELO, E. G. de; RABELO, V. V.; MARCELINO, G. F.	Identificar junto aos empresários do ramo de confecções do agreste seu perfil e quais iniciativas os levam às tomadas de decisão.	2010
RFA	MALUF, L. A.	Discute-se os aspectos comportamentais do que passa na mente de investidores e profissionais de instituições financeiras.	2010

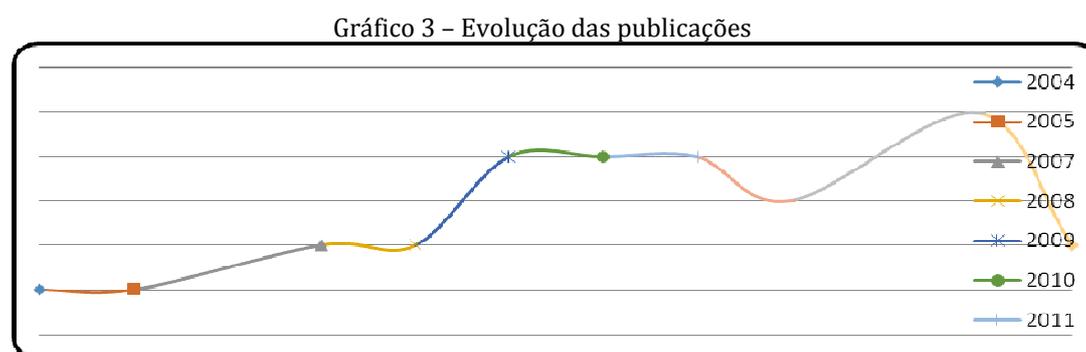
A economia e o turismo compartilhando soluções

Revista Cont. Mest. UERJ	LEONE, R. J. G.; ALVES, W. H. de L.	Analisar, por meio de uma pesquisa descritiva e quantitativa, as exigências de prêmio por parte dos alunos do curso de Economia da UFPB.	2011
RBGN	SANTOS, J. O dos; BARROS, C. A. S.	Compreender a lógica do processo de tomadas de decisão financeira, de parte do segmento de pessoas físicas no Brasil.	2011
RACE	GUBIANI, C. A.; LAVARDA, C. E. F.	Mapear as publicações sobre finanças comportamentais nos anais do Congresso USP, Anpcont, Enanpad e Semead de 2000 a 2009.	2011
RACE	OLIVEIRA, J. D. V.; SILVA, C. A. T.	Verificar a influência de notícias econômicas no comportamento agregado do mercado brasileiro, no período de 1995 a 2008.	2011
Revista Cont. Mest. UERJ	LEONE, R. J. G.; GUIMARÃES, T. C.	Identificar e compreender as ilusões cognitivas responsáveis pelos erros sistemáticos de avaliação dos investidores.	2012
REEN	HAUBERT, F. L. C.; LIMA, M. V. A de; HERLING, L. H. D.	Compreender o comportamento dos estudantes de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , quanto à sua atuação em investimentos com base nas finanças comportamentais.	2012
REGE	PIMENTA; D. P.; BORSATO, J. M. L. S.; RIBEIRO, K. C. de S.	Verificar se as decisões dos investidores, analistas e profissionais de investimento são influenciadas pelo viés de excesso de confiança e pelas características sociodemográficas desses indivíduos.	2012
RECFin	VASCONCELOS, A. F.; ANTUNES, G. A.; SILVA, C. A. T.	Testar as hipóteses da <i>Prospect Theory</i> a partir do questionário desenvolvido por Thaler e Johnson (1990).	2014
RBGN	YOSHINAGA, C. E.; RAMALHO, T. B.	Replicar a investigação empírica do artigo seminal de Kahneman e Tversky (1979).	2014
RCA	HERLING, L. H.; MORITZ, G. de O.; COSTA, A. M.; MORITZ, M. O.	Evidenciar como estão organizados os estudos em administração financeira e qual é o paradigma que dá sustentação às teorias apresentadas até a atualidade, contextualizando como a administração financeira é organizada dentro da Ciência da Administração, em termos históricos e evolutivos.	2014
RCA	HAUBERT, F. L. C.; LIMA, C. R. M. de; LIMA, M. V. A. de;	Compreender o comportamento dos estudantes de pós-graduação <i>stricto sensu</i> portugueses quanto à sua atuação em investimentos, com base nas finanças comportamentais.	2014
RFA	SILVA, M. R. da; NAKAMURA, W. T.	Estudar o impacto da confiança gerencial sobre a estrutura de capital, utilizando uma amostra setorializada de empresas brasileiras.	2014
RUC	GOMES, A. C. C.; MÓL, A. L. R.; SOUTO, M. C. de B.	Testar a existência de sub-reação e sobre-reação, verificando ainda se haveria simetria nos ativos de primeira e segunda	2015

		linha, do mercado acionário brasileiro.	
RFA	OLIVEIRA, T. A. de; PEIXOTO, F. M.; FAGUNDES, A. F. A.	Verificar a influência da heurística da ancoragem e sua possível relação com as estimativas de preços de imóveis realizadas pelos corretores profissionais de imóveis.	2015

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

O Quadro 2 apresenta os objetivos dos estudos publicados sobre o tema finanças comportamentais, em que se pode verificar que a maioria das pesquisas diz respeito ao comportamento dos investidores e às influências dos fatores comportamentais, no processo de tomada de decisão. Já no Gráfico 3 pode-se analisar a evolução das publicações sobre o tema finanças comportamentais entre os anos de 2004 até 2015.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

Pode-se analisar, no Gráfico 3, os anos de publicação dos artigos, sendo que, no ano de 2014, a maioria, ou seja, cinco artigos foram publicados, nos anos de 2009, 2010, 2011 houve a publicação de quatro artigos em cada ano, em 2012 três artigos, já em 2007, 2008 e 2015 dois artigos e, nos anos de 2004 e 2005, apenas um artigo em cada ano foi publicado.

Serão apresentados, no Quadro 3, os autores que publicaram mais de um artigo no período de 2004 a 2015, nas revistas científicas nacionais sobre o tema finanças comportamentais.

Quadro 3 – Autores que mais publicaram no período

Autor	Nº de publicações
SILVA, C. A. T.	4
MACEDO JÚNIOR, J. S.	3
NUNES, P.	3
DOROW, A.	2
REINA, D. R. M.	2
REINA, D.	2
HAUBERT, F. L. C	2
LIMA, M. V. A. de.	2
YOSHINAGA, C. E.	2
LEONE, R. J. G.;	2
HERLING, L. H.	2
SANTOS, J. O dos.	2

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

Pode-se verificar, no Quadro 3, que o autor que mais fez publicações sobre finanças comportamentais, entre os anos de 2004 e 2015, foi Silva, com um total de quatro publicações, em seguida com três publicações aparecem os autores Macedo Júnior e Nunes, os demais autores elencados no Quadro 3 realizaram duas publicações. Os demais autores, que aparecem no Quadro 2, fizeram apenas uma publicação sobre finanças comportamentais em revistas científicas nacionais.

No Quadro 4, serão apresentados os estudos mais citados nos artigos analisados neste trabalho; foram contabilizados apenas os trabalhos citados mais de 10 vezes em artigos sobre o tema.

Quadro 4 – Trabalhos referenciados mais citados

Ordem	Artigos
1º	KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. <i>Science</i> v. 185:1124–1131, 1974.
2º	JACOWITZ, K. E., & KAHNEMAN, D. Measures of anchoring in estimation tasks. <i>Personality and Social Psychology Bulletin</i> , 21, 1161-1166. (1995)
3º	BERNSTEIN, P. L. Desafio dos deuses: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
4º	SHLEIFER, Andre. Inefficient Markets: an introduction to Behavioral Finance. Oxford: University Press, 2000.
5º	MOSCA, A. Investimento sob Medida, Ibep, 74-82, 2006.
6º	NORTHCRAFT, G. B., & NEALE, M. A. Experts, Amateurs, and Real Estate: An Anchoring and Adjustment Perspective on Property Pricing Decisions. <i>Organizational Behavior and Human Decision Processes</i> , 39(1), 84–97. (1987)
7º	MALMENDIER, U. & TATE, G. CEO Overconfidence and corporate investment. <i>Journal of Finance</i> vol. 60, pp. 2660-2700. (2005).

8º	SIMON, H. A. A behavioral model of rationality choice. Quarterly Journal of Economics, Cambridge, v. 69, n.1, p. 99-118, 1955.
9º	JEGADEESH, N. & TITMAN, S. Profitability of Momentum Strategies: An evaluation of alternative explanations, Journal of Finance, V-56, N-2, p.699, 2001.
10º	FERREIRA, et al. A Aplicação das finanças comportamentais no processo de tomada de decisão dos investidores no mercado de capitais. II SEMINÁRIO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, Recife, Artigo 14, setembro 2008. Anais... Recife, 2008.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

Como demonstra o Quadro 4, os autores Kahneman, D. e Tversky, A. (1974) foram os mais citados nos artigos sobre finanças comportamentais, em seguida aparecem Jacowitz, K. E., e Kahneman, D. (1995) e os demais pesquisadores interessados pelo tema, cujos trabalhos foram utilizados em base bibliográfica para os artigos encontrados nas revistas científicas pesquisadas.

Considerações finais

Com base nos dados coletado e apresentados anteriormente, pode-se afirmar que a maioria, ou seja, 23, dos autores são pesquisadores da UFSC, instituição de ensino pública do Estado de Santa Catarina. A revista que mais apresentou artigos sobre o tema finanças comportamentais foi a REGE – Revista de Gestão, onde foram publicados quatro artigos. Os dados ainda proporcionam informações referentes à classificação das revistas, de acordo com a Qualis – CAPES (2014) da área de ciências sociais e exatas, nas quais pode-se verificar que a maioria dos artigos foram publicados em revistas cuja classificação é B3.

Quanto aos anos em que houve mais publicações de artigos sobre finanças comportamentais, é possível afirmar que foi no ano de 2014; neste ano, foram publicados cinco artigos. Já no que se refere aos autores que mais publicaram em revistas científicas no período pesquisado, verificou-se que 12 autores publicaram mais de um artigo sobre o tema, destacando-se Silva C. A. T. que publicou quatro artigos no período.

E, por fim, a pesquisa possibilitou a análise dos trabalhos mais citados nos artigos sobre o tema pesquisado: Kahneman, D. e Tversky, A., com sua publicação do ano de 1974, foram os mais citados nos artigos publicados nas

revistas científicas analisadas. Vale resaltar que finanças comportamentais é um tema que gera diversas discussões, o que faz surgir o interesse em pesquisar sobre o assunto. Sugere-se para futuras pesquisas, seguindo na mesma metodologia de pesquisa bibliométrica, a realização de uma pesquisa em revistas internacionais, sobre o que está sendo estudado na área de finanças comportamentais, nos últimos anos.

Referências

ANACHE, Marcelo; LAURENCEL, Luiz da Costa. Finanças comportamentais: uma avaliação crítica da moderna teoria de finanças. Rio de Janeiro: *Revista CADE*, v.12, n. 1, p. 80-120, 2013.

ARAÚJO, Daniel Rosa de; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Aversão à perda nas decisões de risco. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 1, n. 3, art. 3, p. 45-62, set/dez. 2007.

CAMARGO, Bruna Faccin et al. Contabilidade mental e finanças comportamentais: estudo com colaboradores de uma empresa cerealista. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 65-91, 2015.

COUTINHO, Clara Pereira. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2013.

DIEUPART-RUEL, Laura, et al. Effect of behavioral finance on gold price trend. *International Journal of Trade, Economics and Finance*, Singapura, Ásia, v. 4, n. 3, jun. 2013.

DOROW, Anderson; JÚNIOR, Jurandir Sell Macedo; NUNES, Patrícia; REINA, Donizete; REINA, Diane Rossi Maximiano. Finanças comportamentais: A heurística da ancoragem e da tomada de decisão sob risco em investimentos imobiliários. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2010.

FAMA, Eugene Francis. *Efficient capital markets: a review of theory and empirical work*. *The Journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417, Cambridge, Maio, 1970.

FAMÁ, Rubens; CIOFFI, Patrícia Leite de Moraes; COELHO, Paula Augusta Rodrigues. Contexto das Finanças Comportamentais: anomalias e eficiência do Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 65-78, abr./jun. 2008.

GABRIEL, Fernanda Sousa; RIBEIRO, Rafael Borges; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa. Hipóteses de mercado eficiente: um estudo de eventos a partir da redução do IPI. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. UNEB, Salvador, v. 3, n. 1, p. 36-52, jan./abr. 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Anna Cecília Chaves; MÓL, Anderson Luiz Rezende; SOUTO, Moisés Cirilo de Brito. Análise da sobre-reação e sub-reação nos ativos de primeira e segunda linha do mercado acionário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 85-109, jul./set. 2015.

GUBIANI, Clésia Ana; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Perfil da produção bibliográfica sobre Finanças Comportamentais e Teoria do Prospecto. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 163-184, jul./dez. 2011.

HAUBERT, Fabricio Luis Colognes; LIMA, Marcus Vinicius Andrade; HERLING, Luiz Henrique Debei. Finanças comportamentais: um estudo com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu da grande Florianópolis. *Revista Eletrônica Estratégia e Negócio*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 171-199, maio/ago. 2012.

HAUBERT, Fabricio Luis Colognese; LIMA, Marcus Vinicius Andrade De; LIMA, Carlos Rogério Montenegro de Lima. Finanças Comportamentais: uma investigação com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu portugueses. *Revista de Ciências da Administração*, Santa Catarina, v. 16, n. 38, p. 183-195, abr. 2014.

HERLING, Luiz Henrique; MORITZ, Gilberto De Oliveira; COSTA, Alexandre Marino; MORITZ, Mariana Oliveira. Finanças Corporativas: sua organização e base epistemológica. *Revista de Ciências da Administração*, Santa Catarina, v. 16, n. 39, p. 179-193, ago. 2014.

HIRSHLEIFER, David. *Behavioral Finance. Annual Review of Financial Economic*. v. 7, California, 2015.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Prospect theory: an analysis of decision under risk. Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-29, mar. 1979.

LEONE, Rodrigo José Guerra; ALVES, Willelberg Harley de Lima. Interpretação das exigências de prêmio por alunos de economia: um experimento de finanças comportamentais na UFPB. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 2-18, jan./abr. 2011.

LEONE, Rodrigo José Guerra; GUIMARÃES, Thiago Cavalcanti. O comportamento financeiro durante e após a crise financeira de 2008 sob a ótica da teoria dos prospectos. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 119-140, set./dez. 2012.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MELO, Elienaide Gomes de; RABELO, Virginia de Vasconcelos; MARCELINO, Gileno Fernandes. Os efeitos comportamentais na tomada de decisão dos gestores de micro e pequenas empresas: um estudo em empresas do ramo de confecções. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, Santa Catarina*, v. 3, n. 2, jul./dez. 2010.

MACEDO Jr., Jurandir Sell; KOLINSKY, Régine; MORAIS, José Carlos Junça de. *Finanças comportamentais: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões*. São Paulo: Atlas, 2011.

MACEDO Jr., Jurandir Sell; MARCON, Rosilene; MENEZES, Emílio Araujo; NUNES, Patrícia. Teoria dos Prospectos: um estudo do Efeito Dotação. *Revista Contemporânea de Contabilidade, Santa Catarina*, v. 1, n. 8, p. 11-28, jul./dez., 2007.

MALUF, Larissa Ayres. O que influencia a mente do investidor ao tomar suas decisões de investimento. *Revista de Finanças Aplicadas*, São Paulo, v. 1, mai. 2010.

- MARINHO, Rogher Fellipe; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; MACIEL, Carolina Veloso; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Finanças comportamentais: um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 383-403, out./dez. 2009.
- MARKOWITZ, Harry. *Portfolio selection*. *Journal of Finance*, v. 7, n. 1, p. 77-91, jun. 1952.
- MELO, Clayton Levy Lima de; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Finanças comportamentais: um estudo da influência da faixa etária, gênero e ocupação na aversão à perda. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 3-23, jan./abr. 2010.
- OLIVEIRA, Joana D'Arc Vieira; SILVA, César Augusto Tibúrcio. O que move o mercado acionário brasileiro?. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 295-312, jul./dez. 2011.
- OLIVEIRA, Thalita Alves de; PEIXOTO, Fernanda Maciel; FAGUNDES, André Francisco Alcântara. Impacto da Heurística da Ancoragem na Estimativa de Preços de Imóveis por Corretores Profissionais. *Revista de Finanças Aplicadas*, São Paulo, v. 2, 2015.
- PASSOS, Janduhy Camilo; PEREIRA, Vinicius Silva; MARTINS, Vidigal Fernandes. Contextualizando a pesquisa em finanças comportamentais: uma análise das principais publicações nacionais e internacionais que abrange o período de 1997 a 2010. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, v. 1, n. 1, p. 38-60, 2012.
- PICCOLI, Pedro Guilherme Ribeiro; SILVA, Wesley Vieira da; SOUZA, Alceu; CORSO, Jansen Maia Del. A existência do efeito momento no mercado de capitais brasileiro no período compreendido entre 2005 e 2008. *Revista Produção Online*, Santa Catarina, v. 9, n. 3, 2009.
- PIMENTA, Daiana Paula; BORSATO Jaluza Maria Lima Silva; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa. Um estudo sobre a influência das características sócio-demográficas e do excesso de confiança sobre as decisões dos investidores, analistas e profissionais de investimento à luz das finanças comportamentais. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 263-280, abr./jun. 2012.
- RABELO JÚNIOR, Tarcísio Saraiva; IKEDA, Ricardo Hirata. Mercados eficientes e arbitragem: um estudo sob o enfoque das finanças comportamentais. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, n. 34, p. 97-107, jan./abr. 2004.
- REINA, Donizete; DOROW, Anderson; MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell; REINA, Diane Rossi Maximiano; NUNES, Patrícia. Behavioral finance: um estudo sobre a correlação entre a heurística da ancoragem e a tomada de decisão sob risco em investimentos. *Revista de Informação Contábil*, Pernambuco, v. 3, n. 2, p. 83-98, abr./jun. 2009.
- SANTOS, José Odálio dos; BARROS, Carlos Augusto Silva. O que determina a tomada de decisão: razão ou emoção? *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 7-20, jan./mar., 2011.
- SANTOS, José Odálio dos; SANTOS, José Augusto Rodrigues dos. Mercado de capitais: racionalidade versus emoção. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, n. 37, p. 103-110, jan./abr. 2005.

SILVA, Eduardo de Sá. *Árvore de decisão nos projetos de investimento*. Porto, Portugal: Vida Econômica, 2014.

SILVA, Marcos Roberto Alves da; NAKAMURA, Wilson Toshiro. Indicadores de Confiança e Estrutura de Capital – uma Abordagem Setorizada no Brasil. *Revista de Finanças Aplicadas*, São Paulo, v. 2, 2014.

TEIXEIRA, Maria Luiza Mendes; IWAMOTO, Helga Midori; MEDEIROS, Ana Lúcia. Estudos bibliométricos em administração: discutindo a transposição de finalidade. *Administração: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro: v. 14, n. 3, p. 423-452, jul./ago./set. 2013.

VASCONCELOS, Adriana Fernandes de; ANTUNES, Gustavo Amorim; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Avaliação de perdas e ganhos nas decisões financeiras: uma investigação à luz da *prospect theory*. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 22-38, jan./abr. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA, Thaís Roberta Correia; PEREIRA, Antônio Nunes. Finanças Comportamentais no Brasil: um estudo bibliométrico (2001-2007). *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 45-59, out./dez. 2009.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; OLIVEIRA, Raquel Freitas de; SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; BARROS, Lucas Ayres B. de C. Finanças Comportamentais: uma introdução. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 25-35, jul./set. 2008.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; RAMALHO, Thiago Borges. Finanças Comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 16, n. 53, p. 594-615, out./dez. 2014.

Gestão de condomínios: a experiência do trabalho técnico-social no loteamento Campos da Serra

Maria Carolina Rosa Gullo*
Diego Quevedo Costa**
Renan Padilha Nunes***

Resumo: O objetivo deste artigo é relatar a experiência do Trabalho Técnico Social realizado em famílias de baixa renda, contempladas para as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa Um, no Loteamento Campos da Serra, em Caxias do Sul/RS, com foco na identificação, capacitação e acompanhamento da gestão condominial. Para isso, utilizou-se uma abordagem descritiva sobre os principais aspectos históricos das políticas habitacionais implementadas no País e da abordagem do Trabalho Técnico Social, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: Políticas habitacionais. Gestão de condomínios. Trabalho técnico social.

Introdução

Este estudo busca contribuir para a necessidade de acompanhamento dos gestores condominiais nos programas habitacionais para famílias de baixa renda, considerando os impactos que a moradia verticalizada tem ocasionado neste cenário. Habitados com moradias horizontalizadas, sem custos financeiros para o pagamento dos serviços de infraestrutura básica, as famílias têm encontrado dificuldades de sustentação das novas despesas.

Por outro lado, as equipes de gestão dos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa Um, encontram muitas dificuldades para garantir a sustentabilidade dos condomínios. Os condôminos são impactados com despesas até então desconhecidas, como a taxa condominial, por exemplo.

* Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Orientadora. *Currículo Lattes:* <lattes.cnpq.br/9067253843234202>. *E-mail:* mcrgullo@gmail.com.

** Acadêmico do curso de Administração pela Universidade de Caxias do Sul. *Currículo Lattes:* <lattes.cnpq.br/8664413013426299>. *E-mail:* diegoqcosta@gmail.com

*** Acadêmico do curso de Administração pela Universidade de Caxias do Sul. *Currículo Lattes:* <lattes.cnpq.br/1041376777476381>. *E-mail:* rpnunes05@gmail.com.

Portanto, o objetivo do artigo é evidenciar a importância da gestão condominial para estes programas de moradias populares, com breve histórico das políticas habitacionais e do processo de formação, capacitação e acompanhamento das equipes de gestão de três residenciais implantados no Loteamento Campos da Serra, no Município de Caxias do Sul/RS, no ano de 2014.

Histórico das políticas habitacionais no Brasil

A demanda habitacional inicia-se, no Brasil, a partir da Abolição da Escravatura, em 1888. Com o sentimento de homem livre, os escravos libertos passam a buscar sobrevivência nas cidades e, a partir de então, surge o despreparo em termos de políticas públicas que atendam esta população. (HOLZ, 2008; MONTEIRO, 2008).

No final do século XIX e início do século XX, com o movimento imigratório e a nascente industrialização brasileira, o crescimento populacional sobe de maneira significativa e atreladas a ela a necessidade de moradia e de demais serviços urbanos. Surgem os cortiços e as favelas, marcados pelas condições precárias de habitação. (HOLZ, 2008; MONTEIRO, 2008).

Os governos da República Velha (1889-1930) pouco se preocuparam no sentido de produzir habitações, privilegiando a produção de casas para operários, a partir de concessões de crédito e isenções fiscais para a iniciativa privada, e estes, objetivando rendimentos por meio da construção ou da aquisição de casas de aluguel. (BONDUKI, 1994). Naquele período, cresce o número de vilas operárias, propriedade das indústrias fabris da época, como forma de moradia para seus funcionários e também como elemento mediador entre as relações de trabalho. (BLAY, 1985).

A partir da década de 30, o governo populista se preocupa em garantir o apoio dos trabalhadores e das empresas, como forma de impulsionar a economia da época. A habitação se demonstra como problema a ser resolvido e também como forma de ajudar a massa trabalhadora, pois o aluguel impactava significativamente na renda destas famílias, bem como a necessidade de uma política de proteção ao inquilinato. (BONDUKI, 1994).

Surgem, nessa mesma década, os Institutos de Aposentadorias e Pensões com a premissa de organizar o sistema previdenciário da época e de assistência à produção de moradia própria para seus associados. (ALVES, 2010).

Em 1946, o governo cria a Fundação Casa Popular (FCP), com o objetivo de centralizar as políticas de habitação da época. Embora sem sucesso e marcado pelo entrave com outros órgãos, o programa representou uma ação que dá início ao pensamento de habitação como fator social. (BONDUKI, 1994). Com o golpe militar, em 1964, surge o Banco Nacional de Habitação (BNH), extinguindo a FCP por ser considerada uma instituição fracassada e atrelada às ideias de seus fundadores. Assim, o BNH é criado com a intenção de promover a produção de casas populares. Azevedo (1988) cita que, neste projeto, encontrava-se a ideia de que a casa própria poderia desempenhar um papel importante em transformar o trabalhador, que até então contestava, em um aliado da nova ordem.

Como meio de captação de recursos para o financiamento de novas moradias, é criado o Sistema Financeiro Nacional (SFH), vinculado ao BNH. Santos refere-se ao SFH como

[...] um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja idéia central era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária. (1999).

O SFH consistia de recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), através das cadernetas de poupança e de títulos imobiliários, e da arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os recursos do SBPE financiavam os empreendimentos e as construtoras, enquanto estes se responsabilizavam pela venda ao consumidor final. O consumidor, basicamente de renda média e alta, se comprometia com o pagamento da habitação em agentes financeiros. (SANTOS, 1999).

A arrecadação do FGTS se destinava à produção de casas de interesse social através das COHABs (Companhias de Habitação), sob a égide do Poder Público estadual ou municipal. Azevedo (1988) cita, entre as principais

funções das COHABs, o papel de coordenação e fiscalização das empresas que participavam da produção deste modelo de moradia, de acordo com “as prioridades estabelecidas pelos governos locais”. (SANTOS, 1999, p. 13). O custo de venda destas unidades era menor, devido à padronização das habitações e de despesas de comercialização.

O SFH sofreu um período turbulento, devido à situação macroeconômica marcada no início da década de 80, como a inflação, o aumento constante da população urbana, a falta de controle na gestão dos recursos e também por não conseguir atingir seu objetivo inicial, que era atender à demanda de habitação para as faixas salariais mais baixas (de 1 a 3 salários-mínimos). Com o fim do regime militar, em 1985, esperava-se do novo governo uma reestruturação do BNH, o que não aconteceu por motivos políticos, sendo extinto em 1986. (BONDUKI, 2008).

A partir de 1986, a Caixa Econômica Federal incorpora o BNH “tornando a questão habitacional uma mera política setorial para esta instituição, que não possuía qualquer tradição com relação ao tema” (BOTEGA, 2007, p. 70). Até 1995, este período é marcado por um recesso em relação às políticas habitacionais, sofrendo reestruturações e redução de recursos, na tentativa de equalizar a dívida deixada pelo BNH.

Já no governo FHC, acontece a retomada dos financiamentos com recursos do FGTS, um exemplo deles é o Pró-Moradia, com o intuito de financiar ou melhorar as condições de habitação para a população de baixa renda. Em 1999, surge o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), através de convênios com municípios acima de 100.000 habitantes, viabilizando a construção e aquisição de novas moradias para famílias com renda de até três salários-mínimos.

Em 2003, com o intuito de reunir os programas e as demandas habitacionais, é criado o Ministério das Cidades, responsável pelas políticas de desenvolvimento urbano, ações e programas de urbanização, habitação, saneamento, transporte e de subsídio à habitação popular. (BRASIL, 2003). Um ano após, é criado também o Sistema Nacional de Habitação (SNH), com a premissa de elaborar um planejamento habitacional em nível federal, estadual e municipal, considerando o déficit habitacional e as metas a serem atingidas. (RUBIN; BOLFE, 2014). Desta forma, o Plano Local de Habitação de

Interesse Social (PLHIS), exigência da Lei 11.124, de 16 de julho de 2005, constituiu um conjunto articulado de diretrizes que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacional, com o objetivo principal de contribuir com os municípios na formulação dos Planos Locais de Habitação, com foco na habitação de interesse social, para que estes construam, com os agentes sociais, um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional.

Um grande marco neste novo modelo e, já na gestão do então presidente Lula, é o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), como forma de financiamento da habitação popular. Gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, o PMCMV é dividido em três faixas de acesso, conforme a renda familiar bruta: de 0 a 3 salários-mínimos (faixa um); de 3 a 6 salários-mínimos (faixa dois) e de 6 a 10 salários-mínimos (faixa três), constituindo uma importante ferramenta de promoção do crescimento econômico do País e de redução do déficit habitacional.

O Programa Minha Casa Minha Vida, no Município de Caxias do Sul

O Poder Público do Município de Caxias do Sul, desde 1952, desenvolve políticas de acesso à moradia popular para famílias de baixa renda. Até o ano de 2010, ano em que o Município de Caxias do Sul elaborou o PLHIS, o déficit habitacional quantitativo do município era de 5230 domicílios (PLHIS, 2010), enquanto se havia produzido 5.050 lotes populares, divididos em 47 empreendimentos entre loteamentos, conjuntos, cooperativas habitacionais e condomínios populares.

Historicamente, a política habitacional do Município de Caxias do Sul era desenvolvida através do Fundo da Casa Popular (Funcap), que destinava 5% do orçamento municipal para a habitação popular, atendendo famílias com renda entre zero a três salários-mínimos. Em 2009, o município aderiu ao Programa Minha Casa Minha Vida/ Caxias Minha Casa, com a doação de terra e infraestrutura em uma área do município, hoje denominada como Loteamento Campos da Serra.

O loteamento, localizado na zona leste de Caxias do Sul, conta com dez condomínios residenciais, gerando um total de 1.320 unidades habitacionais.

A seleção para a ocupação destas moradias seguiu os critérios do Ministério das Cidades e do Município de Caxias do Sul, com anuência do Conselho Municipal de Habitação, observando-se os seguintes critérios: a) renda familiar bruta de até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais); b) residentes em área de risco ou insalubres; c) vulnerabilidade social; d) mulheres como responsáveis pelo núcleo familiar; e) pessoas com deficiência; f) famílias residentes em Caxias do Sul há pelo menos 10 (dez) anos, comprovados; g) famílias com ônus de aluguel (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – PROJETO TÉCNICO SOCIAL, 2009).

Com a construção destes empreendimentos, o Poder Público conseguiu zerar os inscritos que aguardavam na fila do então Funcap, além dos selecionados pelo Programa Minha Casa Minha Vida/Caxias Minha Casa, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação de Caxias do Sul.

O Trabalho Técnico Social no Programa Minha Casa Minha Vida

Com o intuito de preparar e acompanhar as famílias, durante o período de pré e pós-ocupação das moradias beneficiadas pelos programas habitacionais, o Ministério das Cidades destina um percentual de dois por cento do total dos empreendimentos para a execução do Trabalho Técnico Social (TTS), que compreende:

[...] um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

A divisão das ações do Trabalho Técnico Social em quatro eixos visa atingir uma amplitude de capacitações específicas, com a finalidade de preparar os novos moradores para os desafios de morar verticalmente, compreendendo a dimensão das novas obrigações individuais e coletivas e das obrigações financeiras advindas com a nova modalidade habitacional. Os

eixos são: I – mobilização, organização e fortalecimento; II – acompanhamento e gestão social da intervenção; III – educação ambiental e patrimonial; IV – desenvolvimento socioeconômico. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

As famílias contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida para os empreendimentos do Loteamento Campos da Serra participaram das atividades do Trabalho Técnico Social. Este estudo terá como foco as famílias contempladas no ano de 2014 para as unidades habitacionais dos Residenciais Campos da Serra V (240 famílias), Residencial Campos da Serra VI (140 famílias) e Residencial Campos da Serra VII (100 famílias). As atividades do TTS foram executadas durante um período de dezoito meses, sendo que as atividades de pré-ocupação foram desenvolvidas em quatorze encontros de capacitação, pela equipe de professores, funcionários e acadêmicos da Fundação Universidade de Caxias do Sul, através de contrato/convênio com o Município de Caxias do Sul. (SECRETARIA DA HABITAÇÃO – CAXIAS DO SUL, 2016).

A metodologia de trabalho observou o conhecimento individual e a formação de consenso com trabalhos em grupo, nos temas relacionados à mudança de atitude em relação ao meio ambiente, patrimônio e cuidados com a saúde, melhoria da qualidade de vida, compreensão sobre questões de gênero, respeito às minorias e às diferenças, busca de autonomia e protagonismo social, desenvolvimento de liderança, incentivo ao trabalho e renda e incremento de novos canais de participação e controle dos empreendimentos. (PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, 2014). Os encontros foram realizados aos sábados, permitindo a participação de todas as famílias selecionadas para os três empreendimentos.

No decorrer do processo do TTS, as atividades passam a envolver a organização e a administração dos futuros condomínios, através da escolha das equipes de gestão, compostas por síndicos, conselho consultivo, líderes de torre/bloco e demais voluntários, destacando, desta forma, o perfil de liderança do residencial.

A gestão condominial e o trabalho técnico social

A gestão condominial dentro do TTS tem vistas à reflexão do viver coletivamente e os elementos necessários para a administração destes residenciais, construindo referências e práticas para novo modelo de morar.

Nesta fase do trabalho, as famílias passam a tomar decisões sobre o futuro do condomínio, harmonizando as expectativas individuais em prol do pensamento do viver em coletividade. Schwartz (2009) enfatiza que a cultura do viver verticalmente é uma prática recente, o que pode demorar a formação de opinião quanto ao modo de viver adequadamente ou, então, de respeito ao direito dos demais condôminos.

Durante os encontros de pré-ocupação, os beneficiados foram instigados a analisar e compreender a convenção de condomínio. Rezende (2005) exemplifica a convenção de condomínio como principal documento que instrumentaliza as relações dentro de um edifício. Este documento, derivado do latim *conventionone*, tem como premissa básica regular as normas internas para o convívio harmônico entre os moradores, estabelecendo parâmetros de direitos, deveres e obrigações, forma de administrar e outras questões inerentes ao condomínio. (RACHKORSKY, 2009). Pelo fato de que os condomínios do Loteamento Campos da Serra estão dentro da faixa um do PMCMV, a Caixa Econômica Federal disponibiliza a Convenção de Condomínio padrão para todos os empreendimentos construídos com recursos FAR (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). A equipe do TTS buscou, como forma de atingir a compreensão da convenção de condomínio, a aplicação de dinâmicas de grupo, através de situações concretas, permitindo a reflexão sobre a importância de normas relacionadas à convivência coletiva.

Com vistas à gestão condominial e durante os encontros de pré-ocupação, iniciou-se a primeira fase de formação das equipes de gestão dos residenciais Campos da Serra V, Campos da Serra VI e Campos da Serra VII. Estas pessoas foram apontadas pelo grande grupo como líderes, por apresentarem habilidades de argumentação e de influir na tomada de decisões, formando, desta forma, as primeiras lideranças. Blanchard (2011) afirma que a liderança deve ter um propósito muito maior do que o alcance de resultados, mas sim encontrar o que é melhor para todos os envolvidos, o que é o objetivo principal neste momento.

Nestes grupos, as ações do TTS voltaram-se para a orientação quanto à administração dos residenciais, capacitando para as necessidades e os desafios da primeira gestão. Foram aprofundados os conceitos norteadores do convívio, a importância do consenso no processo decisório, comunicação clara com exposição pedagógica, discussão no grupo de líderes e com todos os condôminos dos aspectos significativos da convenção de condomínio e contratação de serviços para o condomínio, entre outros. (PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, 2014).

Após definidos pelos beneficiários as prioridades de melhoria no condomínio, caracterizadas como despesas de pré-ocupação, os líderes se organizaram para prospectar fornecedores e levantarem orçamentos para a aquisição de itens julgados como necessário para o condomínio, como, por exemplo, instalação de antena coletiva de TV, portão eletrônico, braços hidráulicos (para fechamento automático das portas de acesso às torres), instalação de circuito interno de câmeras de monitoramento, convidando para apresentarem seus produtos e propostas para os líderes que, se validadas, levavam as propostas para a aprovação nas assembleias. Após o sorteio das unidades habitacionais e da data definitiva de entrega do empreendimento, os líderes priorizaram a formalização da equipe de gestão, líderes de torre, da constituição do valor da taxa condominial e data de vencimento, valor do fundo de reserva e de caixa, além da contratação da empresa administradora de condomínio.

O TTS intensificou o acompanhamento dos moradores, no período de pós-ocupação, com atividades estimuladoras do pertencimento, fortalecimento de vínculos, valorização patrimonial, adoção de novas práticas e hábitos ambientais sustentáveis, ao mesmo tempo em que desenvolveu encontros específicos para a capacitação dos gestores, com foco financeiro e contábil, acompanhando os gestores semanalmente. Os encontros foram realizados no salão de festas do condomínio, com duração média de uma hora e meia.

A complexidade da gestão condominial, nos primeiros meses de ocupação, extrapolou a situação financeira e contábil do condomínio, vez que os gargalos de gerenciamento do bem-estar dos condôminos esbarravam em situações que, aparentemente, teriam uma resolução simples, como a

ocupação das vagas de garagem, o descarte correto dos resíduos nas lixeiras do condomínio, o barulho, o não fechamento das portas das torres e do portão de acesso, horários de ocupação do salão de festas, entre outros. Estes fatores contribuíram para desagregar as equipes de gestão de dois dos três residenciais que foram trabalhados, ocasionando a troca de síndicos.

Resultados alcançados

A metodologia de inserção dos aspectos de gestão junto às equipes de gestão dos três residenciais, objetos deste estudo, permitiu a observação de alguns diferenciais nas competências sociais e comportamentais dos síndicos. No Condomínio Residencial Campos da Serra VI, onde o síndico imprimiu uma gestão democrática com a descentralização das atividades de gestão entre os demais integrantes da equipe, observou-se a participação efetiva, com reuniões semanais, transparência, acompanhamento dos índices de inadimplência, cumprimento da convenção de condomínio, criação de comissões para o cuidado e a organização de eventos, oficinas e manutenção dos espaços coletivos. Em decorrência, o bem-estar dos moradores fica evidente e, como consequência, se consolidavam as finanças do condomínio. Cada morador conseguia visualizar onde os recursos estavam sendo aplicados.

Por outro lado, nos condomínios Campos da Serra V e VII, as equipes submetidas à mesma capacitação se desagregaram, desgastando os síndicos e suas equipes. Mesmo que a convenção de condomínio defina as competências legais e que podem ser exercidas unilateralmente, a recomendação da equipe do TTS é de que as decisões em todos os níveis deveriam, ao menos no primeiro ano, ser submetidas e aprovadas pelos moradores, para garantir a confiança e o pertencimento ao novo local de moradia. A percepção de que uma pessoa ou um grupo de pessoas está decidindo pelos moradores, principalmente questões que acarretam despesas financeiras, geram desconfiança e descrédito no condomínio e na equipe de gestão.

A troca dos síndicos foi inevitável no Residencial Campos da Serra V, optando pela contratação de um síndico profissional, coincidentemente, o síndico do Residencial Campos da Serra VI. No Residencial Campos da Serra

VII, outros dois moradores foram eleitos síndicos, que não conseguiram atender as necessidades dos condôminos. Hoje, os Residenciais Campos da Serra V, VI e VII são administrados pelo síndico do Residencial Campos da Serra VI, que constituiu uma empresa para administrar os condomínios de baixa renda, gerando oportunidade de trabalho e renda dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Considerações finais

Percebe-se que os programas habitacionais resolveram ou, ao menos, minimizaram o déficit habitacional de Caxias do Sul. No entanto, estes programas exigem uma adaptação por parte dos novos condôminos, tendo em vista o tipo de habitação que tinham antes e despesas financeiras com as quais não estavam habituados, como o caso da taxa condominial e, em alguns casos, as taxas de energia elétrica e água.

Mas, com a decisão da Caixa Econômica Federal, braço financeiro dos programas, de destinar parte dos recursos financeiros para a realização de um trabalho técnico social, com o objetivo de preparar as famílias para viver em um local diferente, em um tipo de habitação desconhecida por muitos e com pessoas que nunca tinham visto antes, os conflitos tendem a ser minimizados.

É neste ímpeto que o trabalho de capacitação para a gestão condominial tem contribuído para propiciar melhor qualidade de vida para os condôminos, ao identificar lideranças, capacitá-las para a gestão financeira e social das novas moradias.

E, como todo processo em construção, o TTS tem conseguido bons resultados em alguns condomínios, mas em outros as dificuldades encontradas para a resolução dos conflitos têm prejudicado os resultados finais.

Referências

ALVES, M. H. A. F. *Inventário da produção habitacional no Brasil*. Sustentabilidade e Inovação na Habitação Popular: o desafio de propor modelos eficientes de moradia. São Paulo: Companygraf, 2010.

Azevedo, S. *Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____; ANDRADE, L. A. G. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BLAY, E. A. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

HOLZ, S.; MONTEIRO, T. V. A. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, 2008, Barcelona. Diez Años de Cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. *Anais ...*, 2008.

BLANCHARD, K. et al. *Liderança de Alto Nível: Como criar e liderar organizações de alto desempenho*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 1998.

_____. *Política Habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas do governo Lula*. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BOTEGA, L. R. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional. *Espaço Plural*, Cascavel, v. 17, p. 65-72, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1619/1308>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. *Lei 10.683*, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CUNHA, W. S. *Modos de uso e configuração espacial do residencial Atalaia: Programa Minha Casa Minha Vida em Governador Valadres, MG*. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014. *Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. SETOR DE REASSENTAMENTOS URBANOS. *Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social*, 2014.

RACHKORSKY, M. *Tudo o que você precisa saber sobre condomínios*. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZENDE, E. N. *Condomínio em edifício de acordo com a lei 10.391/04*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O Desenvolvimento da Habitação Social no Brasil. *Ciência e Natura*, Universidade Federal de Santa Maria, [s.l.], v. 36, n. 2, p. 201-213, 14 maio 2014.

SANTOS, C. H. M. *Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: Ipea, 1998.

SCHWARTZ, R. B. O. Avaliação de desempenho da administração de condomínios residenciais. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gerenciamento de Facilidades) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://poliintegra.poli.usp.br/library/pdfs/b2998b894230062ca2a1b3bba662c0f1.pdf>>.
Acesso em: 15 ago. 2016.

HABITAÇÃO, Secretaria de. *Secretaria Municipal de Habitação do Município de Caxias do Sul*. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/habitacao>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Identificação e caracterização de *clusters* de turismo do Rio Grande do Sul: uma análise exploratória a partir dos dados do Censo de 2010

Jayme Tolpolar Anchante*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar possíveis candidatos a *clusters* no setor de turismo do Rio Grande do Sul. Nossa hipótese é de que alguns locais desenvolvem o setor de turismo mais que outros, o que leva à formação de *clusters* ou arranjos produtivos locais. Como metodologia, calcularemos duas medidas de concentração de empregos no setor de turismo para as sete mesorregiões do Estado e municípios do nordeste rio-grandense: o Quociente Locacional e o Horizontal Clustering. Nossa fonte de dados é o Censo Demográfico de 2010 e a Estrutura Territorial de 2015. A mesorregião de maior destaque foi a Metropolitana de Porto Alegre, tendo 16% mais empregos em turismo que a média do estado. Diversos municípios do nordeste rio-grandense se destacaram, em especial Nova Prata e São Marcos, que apresentaram índices elevados em ambas as medidas. Concluímos, portanto, que, em nível de mesorregião, não há indicações de que haja clusterização no turismo; porém, em nível municipal, há evidências de que haja na mesorregião nordeste.

Palavras-chave: Cluster. Quociente locacional. Turismo. Mercado. Dados em seção cruzada.

Introdução

O turismo é uma atividade relevante tanto para o setor de serviços quanto para a economia local como um todo. Em pequenos/médios municípios, que não possuem uma vantagem industrial ou extrativista, o turismo pode criar um impulso dinâmico capaz de gerar empregos e renda.

A criação do turismo propriamente dito, ou seja, o desejo das pessoas de conhecer um local distinto daquele em que se está habituado, é geralmente motivado por um atrativo turístico: paisagens, atividades e formações histórico-culturais, criados pela natureza ou pelo homem. A Organização Mundial do Turismo apontou que, em 2001, cerca de 670 milhões de pessoas viajaram, estimando que esta cifra aumente para 1,6 bilhão de pessoas em 2020. (SANCHES, 2001).

* Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrando em Economia Aplicada, do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV). *E-mail:* jayme.anchante@ufv.br

O setor turístico é bastante diverso, tendo vários fins e sendo composto por diferentes subsetores. Existe o turismo cultural, de negócios e eventos, náutico e de praia, ecoturismo (de esportes, como trilhas, cicloturismo, montanhismo, etc.), acadêmico (curso de línguas e outros de educação formal). Além disso, é formado, principalmente, pelos subsetores de hospedagem, restaurantes, agências de viagem, transporte, etc.

O Rio Grande do Sul apresenta-se como uma região de enorme potencial para o turismo. Possui praias ao longo de toda sua faixa litorânea; parques como o Parque Nacional de Aparados da Serra (Cânion do Itambezinho), o Parque Nacional da Serra Geral (Cânion Fortaleza), o Parque Nacional da Lagoa do Peixe e o Parque Natural das Aves; neve na região Nordeste (São José dos Ausentes, Bom Jesus e Cambará do Sul); diversas atrações culturais, especialmente na capital, Porto Alegre; a maior laguna da América do Sul, Lagoa dos Patos; o Museu das Missões em São Miguel das Missões; eventos anuais como o Festival de Cinema e o Natal Luz de Gramado, dentre outros.

A hipótese do trabalho é a de que algumas regiões – e dentro delas, alguns municípios – do estado possuem maior predisposição natural ao turismo e, por isso, desenvolveram mais este setor. Assim, espera-se encontrar uma concentração acima da média de empregos em determinadas economias, sendo este um indicativo de que o local possui um *cluster* (também conhecido como distrito industrial, rede ou arranjo produtivo local) no setor de turismo.

Assim, o objetivo do presente trabalho é identificar quais mesorregiões do Rio Grande do Sul e quais municípios da região nordeste rio-grandense são possíveis candidatos a *clusters*, no setor de turismo. A região nordeste foi selecionada por ser historicamente bastante visitada, por conta de, mas não somente, atrações como o Vale dos Vinhedos e o Parque Nacional de Aparados da Serra.

O Vale dos Vinhedos – situado entre os Municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi – possui um tipo bastante particular de turismo: o enoturismo, fundamentado em viagens que são motivadas pela apreciação de aroma, sabor e degustação de vinhos, bem como das tradições e tipicidade das localidades que produzem essa bebida. A região foi a

primeira do Brasil a conquistar a Indicação Geográfica de Procedência na produção de vinhos em 2001, prática tradicional em outras localidades, como Bordeaux e Champagne na França e Porto em Portugal. (VALDUGA, 2007).

O Rio Grande do Sul já é um estado consagrado na produção de vinhos no Brasil. As empresas gaúchas comercializam 19,8 milhões de litros de vinhos finos e 207,6 milhões de litros de vinhos de mesa, dados de 2015 do Instituto Brasileiro do Vinho. (IBRAVIN, 2016). Entretanto, ainda possui um grande potencial a ser explorado, tanto na forma de comercialização de produtos quanto em enoturismo.

O presente artigo está subdividido em cinco seções, além da presente introdução. A segunda seção trata da revisão de literatura de *clusters*, turismo, enoturismo e sobre a região nordeste rio-grandense. A terceira seção trata da metodologia de identificação dos *clusters*. A quarta seção aborda os dados disponíveis para o estudo. A quinta seção expõe os principais resultados da pesquisa. A sexta e última seção discorre sobre as principais conclusões do estudo.

Revisão de literatura

O início da literatura sobre *clusters* remonta ao trabalho de Marshall (1920), que identificou três principais fatores que produzem externalidades, as quais poderiam levar à concentração industrial: mercados de trabalho especializado desenvolvidos, transbordamento de conhecimento e tecnologia e emergência de transações secundárias. Atualmente, tem-se a definição de *cluster* entendida como “concentração geográfica de empresas interconectadas, fornecedores especializados, provedores de serviços, firmas em indústrias relacionadas, e instituições associadas (como universidades, agências classificadoras e associações de comércio), em campos particulares que competem, mas também cooperam”. (PORTER, 1998, p. 197).

O trabalho de Fernandes e Lima (2006) analisou o Polo Médico de Recife (PMR), no ano de 2001. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os autores afirmam que o PMR (atendimento efetuado por médicos e outros profissionais da saúde) empregava cerca de 20,1 mil pessoas em 1,8 mil estabelecimentos, podendo chegar a contabilizar

34.715 pessoas em 3.089 estabelecimentos, se forem contabilizados setores relacionados ou complementares (como comércio de medicamentos, artigos médicos e ortopédicos, compradores de planos de saúde, etc.).

Bueno (2006) analisou o arranjo produtivo local, metalomecânico de Ponta Grossa. Utilizando dados da Rais e do Cadastro de Informações Fisco-Contábeis de 2003, o autor calculou as medidas de Quociente Locacional e o Gini Locacional, além de verificar o nível de emprego, número de estabelecimentos, exportação, participação do setor no total de vendas e compras do Estado do Paraná e tamanho das empresas.

O trabalho de Souza e Silveira Neto (2009) buscou identificar a existência de *clusters* de turismo no Nordeste, além de apontar características da mão de obra, como gênero, raça, idade, grau de rendimento, escolaridade e informalidade. Os Quocientes Locacionais foram calculados, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2002-2005. Uma das grandes desvantagens deste estudo é o nível de desagregação, pois todos os resultados foram apresentados em nível de estado, não sendo possível identificar possíveis potencialidades de municípios/microrregiões/mesorregiões. Além disso, o trabalho possui uma séria restrição temporal, foi considerado apenas o período 2002-2005, sendo que a PNAD é realizada regularmente desde 1967, apesar de sofrer algumas mudanças metodológicas ao longo das décadas.

Nierdele (2009) discute o potencial controverso das Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento excludente, tendo como principal análise a região do Vale dos Vinhedos. O autor cita como exemplo o fato de que somente algumas grandes vinícolas – Miolo, Cordelier e Marco Luigi – comercializam diretamente seus produtos em supermercados, enquanto as demais vinícolas dependem em grande parte da venda direta a turistas. Além disso, o foco no produto em lugar da região, a distribuição desigual das rendas advindas da Indicação Geográfica e a individualização *versus* cooperação, dentro da ótica mercadológica, são alguns dos outros problemas destacados.

Valduga (2007) faz uma extensa revisão sobre a história, importância e caracterização do turismo, arranjos produtivos locais e, principal objeto do trabalho, do enoturismo. Ademais, o autor aplicou a empresas turísticas do

Vale dos Vinhedos um questionário que analisa três elementos: marca regional, faturamento e enoturismo. O enoturismo representa 35% do faturamento de vinícolas, 80% de restaurantes e 95% de queijarias. Os entrevistados citaram como motivos para o volume de vendas a cultura, a qualidade e a marca da região.

Schneider e Fialho (2000) discutem a emergência de atividades não agrícolas na região rural do Rio Grande do Sul. Esta forma de atividade vem ganhando destaque ao longo do anos, ao mesmo tempo em que o setor agropecuário perde em importância relativa, de acordo com os dados das PNADs 1981-1992. Uma das alternativas destacadas pelos autores é o turismo rural, que gera empregos diretamente, além de desenvolver outros setores locais e criar empregos de forma indireta. Por fim, um estudo de caso é analisado para a Rota Colonial de Dois Irmãos, que dispõe de pousadas, pesque-pagues, passeios a cavalo, artesanato e cervejaria artesanal, entre outros.

Metodologia

A identificação de *clusters* será realizada utilizando o Quociente Locacional (QL). Em linhas gerais, ele é uma medida objetiva que busca calcular o nível de especialização de determinada sub-região, em relação a uma indústria, *cluster*, grupo demográfico, etc. Define-se o seu cálculo como:

$$QL = \frac{\frac{E_{ij}}{E_j}}{\frac{E_{in}}{E_n}} \quad (1)$$

Em que QL é o Quociente Locacional; E_{ij} é o emprego do setor i na sub-região j ; E_j é o total de emprego na localidade j ; E_{in} é o total de emprego do setor i na região n ; e E_n é o total de emprego na região n . Em outras palavras, a primeira razão é a participação do setor de i na sub-região j ; enquanto a segunda razão é a participação do mesmo setor i na região total. Assim, o QL será igual a 1, caso a sub-região j seja tão especializada quanto a região; QL será menor que 1, se a sub-região j for menos especializada que a região; finalmente, QL será maior que 1, caso a sub-região j seja mais especializada que a região total.

O QL será calculado para dois diferentes níveis de agregação geográfica. Primeiramente, a análise será feita para cada mesorregião (Ej) relativamente ao Rio Grande do Sul como um todo (En). Assim, busca-se saber se a mesorregião nordeste rio-grandense é mais especializada em turismo que as demais mesorregiões.

No segundo nível de agregação, o cálculo da QL será feito para cada município (Ej) relativamente à mesorregião nordeste rio-grandense (En). Desagrega-se a análise para as municipalidades. Assim, busca-se saber quais municípios destacam-se no setor de turismo, em relação à mesorregião nordeste.

O setor de trabalho considerado será o de “varejo” ligado ao turismo (Ei), ou seja, os bens e serviços que são vendidos diretamente ao consumidor final. Os subsetores considerados, pertencentes ao grande grupo chamado de turismo, serão os empregos ligados à hotelaria, à alimentação, a serviços turísticos e ao transporte. Por exemplo, trabalhadores ligados à fabricação de automóveis não serão considerados para nossos fins; porém, a titulação de motoristas de táxi será incluída. Para uma relação de todos os empregos incluídos e sua categorização, conforme o dicionário do Censo Demográfico 2010, consultar o Anexo.

Uma medida alternativa que será calculada é o *Horizontal Clustering* – HC (FINGLETON; IGLIORI; MOORE, 2003), a qual busca conhecer a intensidade ou proximidade geográfica das atividades, pois a medida de cluster é indicada por determinada unidade de área. Ela agrega uma nova informação em relação ao QL, pois a proximidade é importante para redução do custo de transporte, disseminação de conhecimento e fortalecimento da cadeia produtiva. Assim, ela será calculada da seguinte maneira:

$$HC = \frac{E_{ij}}{A_j} \quad (2)$$

Em que HC é a medida de *Horizontal Clustering*. Quanto maior HC, mais concentrada é determinada atividade, seja em termos de emprego, renda ou produto. Eij é o número de empregos no setor i na localidade j. O setor considerado é o de turismo e as localidades, as mencionadas nos parágrafos anteriores em que discutimos o QL. Aj é a área da localidade j, medida em km².

Um dos vieses que podem surgir com o cálculo dos quocientes é com respeito aos “grandes municípios”. Por serem mais dinâmicos e com maior renda, eles podem apresentar altos quocientes, que podem estar pouco relacionados com um setor de turismo desenvolvido. Por exemplo, o fato de possuir uma grande extensão territorial e parcela significativa de população empregada, pode desenvolver um setor de alimentação independente do turismo – trabalhadores almoçam “na rua” em vez de retornarem à residência. Assim, os quocientes devem ser importantes indicadores, mas devem ser observados com ressalva.

Fonte e tratamento dos dados

Os dados utilizados no presente trabalho foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e as informações sobre a área territorial (IBGE, 2015). Discutiremos brevemente as características de ambas bases de dados, assim como sua utilização no estudo.

O primeiro Censo do IBGE foi realizado em 1872; porém, o processo de amostragem foi introduzido apenas a partir de 1960, desde quando vem sendo realizado decenalmente. O Censo de 2010 está dividido em quatro seções distintas: domicílio, pessoa, emigração e mortalidade. O presente trabalho utiliza a seção sobre a pessoa. Nela, há informações sobre local de residência, migração, educação, trabalho, renda, fertilidade, etc. Para o estudo, utilizaremos as variáveis de código do município e da mesorregião, ocupação e o peso amostral da pessoa.

Para a área territorial, o processamento dos valores foi feito de acordo com a estrutura político-administrativa vigente em 1º/7/2015. Tendo em vista que o atual Município de Pinto Bandeira era um distrito do Município de Bento Gonçalves, durante o Censo Demográfico de 2010, sendo emancipado em primeiro de Janeiro de 2013, sua área territorial foi adicionada a Bento Gonçalves para o cálculo dos quocientes.

O principal ajuste necessário na base de dados foi a exclusão dos indivíduos que reportaram ocupações maldefinidas – titulação utilizada pela relação de códigos do Censo Demográfico 2010 (44.693 observações). Assim,

a população total do Rio Grande do Sul, por exemplo, diferirá do normalmente reportado (10.693.929).

A seguir apresentaremos, na Tabela 1, o número de trabalhadores nos setores de hotelaria, alimentação, serviços turísticos e transporte, assim como o emprego total, a população e a área de cada mesorregião do Rio Grande do Sul. Todos os dados foram ponderados de acordo com a variável de peso amostral, fornecida pela própria base de dados do Censo Demográfico.

Tabela 1 – Emprego nos setores selecionados, população e área das mesorregiões do RS em 2010

Mesorregião	Hotela- ria	Alimen- tação	Serviços turísticos	Trans- porte	Emprego total	População	Área
Noroeste rio- grandense	23.166	18.472	275	23.719	1.014.528	1.891.702	64.938,84
Nordeste rio- grandense	10.754	15.056	404	16.178	567.128	1.010.937	25.830,63
Centro ocidental rio- grandense	5.245	6.291	79	6.856	243.013	518.566	25.939,75
Centro oriental rio- grandense	7.534	8.736	144	9.362	428.363	759.624	17.197,21
Metropolitana de Porto Alegre	61.315	71.041	1.995	79.351	2.246.218	4.579.277	29.831,18
Sudoeste rio- grandense	6.112	8.713	148	9.394	286.748	692.379	62.685
Sudeste rio- grandense	8.901	10.965	185	12.819	383.775	878.100	42.344,89
Rio Grande do Sul	123.028	139.276	3.230	157.678	5.169.774	10.330.585	268.767,5

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010); Estrutura Territorial 2015 (IBGE, 2015).

Notamos inicialmente que a mesorregião Metropolitana se destaca em termos de emprego: possui cerca de metade dos setores selecionados, do emprego total assim como da população; já em termos de área, representa pouco mais de 10% do total do Estado. A porção norte do Estado – Noroeste de Nordeste – vem a seguir com cerca de um quarto de emprego dos setores selecionados assim como um quinto do emprego total e da população. A parte sul – sudoeste e sudeste – e central – centro ocidental e centro oriental – possuem entre 10 e 15% do emprego em setores selecionados cada uma,

assim como cerca de 15% do emprego total e da população cada; porém, a mesorregião central possui 16% da área do estado, enquanto o sul possui 39%.

Dado o número de municípios e o tamanho da tabela, os dados dos municípios da mesorregião nordeste rio-grandense estão expostos no final do texto no Anexo B. Ela é uma região bastante diversa, composta por duas cidades de médio porte – Caxias do Sul e Bento Gonçalves – e com maioria de pequenos municípios, grande parte dos quais não possui qualquer emprego no setor definido como serviços turísticos.

Resultados

Apresentamos a seguir as duas tabelas de resultados em que calculamos as medidas de Quociente Locacional e Horizontal Clustering, conforme exposto na metodologia. A Tabela 2 traz as informações das medidas por setores selecionados, assim como totais, para as sete mesorregiões do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Quociente Locacional por setor e total e *Horizontal Clustering* por mesorregião, 2010

Mesorregião	Quociente Locacional					HC total
	Hotelaria	Alimentação	Serviços turísticos	Transporte	QL total	
Noroeste rio-grandense	0,96	0,68	0,43	0,77	0,79	1,01
Nordeste rio-grandense	0,80	0,99	1,14	0,94	0,91	1,64
Centro ocidental rio-grandense	0,91	0,96	0,52	0,93	0,93	0,71
Centro oriental rio-grandense	0,74	0,76	0,54	0,72	0,74	1,50
Metropolitana de Porto Alegre	1,15	1,17	1,42	1,16	1,16	7,16
Sudoeste rio-grandense	0,90	1,13	0,83	1,07	1,04	0,39
Sudeste rio-grandense	0,97	1,06	0,77	1,10	1,05	0,78

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010); Estrutura Territorial 2015 (IBGE, 2015).

Podemos ver que a mesorregião Metropolitana se destaca em todas as medidas, especialmente na de HC. Podemos interpretá-las da seguinte forma: o QL total da região Metropolitana, por exemplo, indica que ela possui 16% mais empregos em turismo que a média do estado, e o HC total permite afirmar que a região possui 7,16 empregos no turismo por km². Quanto ao Quociente Locacional, destacam-se ainda o nordeste rio-grandense em serviços turísticos; o sudoeste e o sudeste em alimentação, transporte e no QL total. Para o HC, possuem uma densidade de empregos maior que a unidade as mesorregiões noroeste, nordeste, centro oriental e metropolitana.

A Tabela 3 traz informações sobre o QL e HC totais de cada município da mesorregião nordeste rio-grandense. De forma a não prejudicar a visualização da tabela, optou-se por omitir as informações por setores selecionados, porém é importante notar que a maioria dos municípios não possuía quaisquer empregos em serviços turísticos, conforme mostra o Anexo B. Os demais setores estavam distribuídos de forma “harmônica” entre os municípios.

Tabela 3 – Quociente Locacional e *Horizontal Clustering* por municípios da mesorregião nordeste rio-grandense, 2010

Municípios	QL	HC	Municípios	QL	HC	Municípios	QL	HC
André da Rocha	1,29	0,20	Flores da Cunha	0,97	4,10	Nova Roma do Sul	0,60	0,71
Anta Gorda	0,44	0,54	Garibaldi	0,98	7,71	Paraí	0,46	1,20
Antônio Prado	0,71	1,25	Guabiju	0,93	0,48	Pinhal da Serra	1,16	0,14
Arvorezinha	0,89	1,38	Guaporé	0,73	2,51	Protásio Alves	0,51	0,24
Bento Gonçalves	1,10	12,72	Ilópolis	0,36	0,63	Putinga	0,66	0,62
Boa Vista do Sul	0,67	0,88	Ipê	0,93	0,44	Santa Tereza	0,49	0,54
Bom Jesus	1,15	0,16	Itapuca	0,29	0,16	São Francisco de Paula	1,08	0,24
Cambará do Sul	1,39	0,27	Jaquirana	0,60	0,09	São Jorge	6,73	0,74
Campestre da Serra	0,78	0,21	Lagoa Vermelha	10,78	0,82	São José dos Ausentes	1,42	0,12
Capão Bonito do Sul	0,69	0,06	Montauri	0,36	0,34	São Marcos	8,63	2,76
Carlos Barbosa	0,82	4,37	Monte Alegre dos	0,76	0,12	São Valentim do Sul	0,45	0,51

Caxias do Sul	0,75	7,67	Campos Monte Belo do Sul	0,73	1,14	Serafina Corrêa	1,13	4,18
Coronel Pilar	0,25	0,24	Muitos Capões	0,73	0,07	União da Serra	0,26	0,15
Cotiporã	0,34	0,39	Nova Alvorada	0,73	0,70	Vacaria	1,23	1,16
Dois Lajeados	0,47	0,58	Nova Araçá	0,72	1,82	Veranópolis	0,84	2,76
Esmeralda	0,70	0,09	Nova Bassano	0,74	1,32	Vila Flores	0,78	0,98
Fagundes Varela	0,38	0,36	Nova Pádua	0,25	0,33	Vista Alegre do Prata	1,15	0,75
Farroupilha	0,91	6,70	Nova Prata	7,89	3,09			

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010); Estrutura Territorial 2015 (IBGE, 2015).

Em relação ao QL total, destacam-se especialmente os Municípios de Lagoa Vermelha, São Marcos, Nova Prata e São Jorge. Apresentamos aqui uma breve exposição das atividades destes municípios no turismo. Lagoa Vermelha possui alguns atrativos, como o Parque da Lagoa, o Memorial do Profeta São João Maria, igrejas, pesque-pague, além de sediar eventos como o Rodeio Internacional, Festa Nacional do Churrasco, entre outros. (PREFEITURA DE LAGOA VERMELHA, 2016). O Município de São Marcos possui como atrativos o Monte Calvário, Vales do Rio São Marcos e do Rio das Antas, além de participar da Rota da Uva e do Vinho. (PREFEITURA DE SÃO MARCOS, 2016). Nova Prata possui como atrativos o Complexo Hidrotermal Caldas de Prata, o Horto Florestal, museus e igrejas. (PREFEITURA DE NOVA PRATA, 2016). São Jorge não possuía quaisquer informações sobre turismo no *site* oficial de sua prefeitura. (PREFEITURA DE SÃO JORGE, 2016).

Em relação ao HC total, destacam-se principalmente os Municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e Farroupilha. Bento Gonçalves possui como atrativo principal o Vale dos Vinhedos, mas também os Caminhos de Pedra, o Vale do Rio das Antas, a Rota Cantinas Históricas e a Rota Rural Encantos de Eulália. (PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES, 2016). Garibaldi possui atrativos ligados ao enoturismo, como o Vale dos Vinhedos, a Estrada do Sabor e a Rota dos Espumantes, também o passeio de Maria Fumaça, o passeio da Barragem, o Tim-Tim e a Rota Religiosa. (PREFEITURA DE GARIBALDI, 2016). Caxias do Sul possui como atrativos a vila Ana Rech, os

Caminhos da Colônia e do Interior, o distrito de Criúva, o Caminho do Imigrante e o Vale Trentino. (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2016). Farroupilha possui como atrativos o Parque Santa Rita e dos Pinheiros, o Salto Ventoso, igrejas, santuários, museus, além de ser um grande produtor de uvas e vinhos, estando em processo de obtenção da Indicação de Procedência, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Uva e Vinho (Embrapa, 2016).

Conclusão

O principal objetivo do trabalho era identificar os *clusters* de turismo das mesorregiões do Rio Grande do Sul, assim como dos municípios do nordeste rio-grandense. Tendo em vista o papel do turismo como possível impulsionador econômico de cidades com potencial turístico, é importante apontar e focar a política pública para desenvolvimento destas regiões.

Utilizamos dados do Censo Demográfico de 2010 e da Estrutura Territorial de 2015, para calcular o Quociente Locacional e uma medida de Horizontal Clustering. Dentre as mesorregiões, a que mais se destacou foi a Metropolitana de Porto Alegre, porém, provavelmente, isto se deve ao fato de esta região ser a mais populosa e desenvolvida do estado, o que chamamos na metodologia de viés dos “grandes municípios”. As outras mesorregiões apresentaram quocientes modestos, com exceção de setores isolados de algumas delas. Concluimos, portanto, que, neste nível de agregação geográfico, no ano de 2010, não há evidências de clusterização do turismo no estado.

Para os municípios do nordeste rio-grandense, vimos que alguns apresentaram quocientes bem acima da região, como Lagoa Vermelha e Bento Gonçalves. Destacamos ainda que os municípios de Nova Prata e São Marcos aparecem em ambos os índices, com um quociente entre os dez maiores da mesorregião, razão pela qual apontamos estes dois municípios como verdadeiros *clusters* no setor de turismo. Assim, concluimos que, em nível municipal, para o ano de 2010, há evidências de existência de *clusters* do turismo no estado.

Reconhecemos a limitação de nossos resultados, em especial quando comentamos o possível viés que poderia surgir do cálculo dos quocientes. Portanto, para pesquisas futuras seria importante incluir uma seção dedicada à análise da composição dos empregos no turismo, por sexo, raça ou cor, idade, escolaridade e renda, entre outras possibilidades. Ainda, seria informativa a comparação entre os Censos Demográficos anteriores a 2010, especialmente o de 2000. Poder-se-ia também agregar aos Censos dados de outras pesquisas de emprego, como a Rais e a Pesquisa Mensal do Emprego.

Referências

ACERENZA, M. A. *Administração do turismo*. Bauru: Edusc, 2002.

ACERENZA, M. A. *Promoción turística: un enfoque metodológico*. 3. ed. México: Trillas, 1996.

ANDERECK, K. L.; VALENTINE, K. M.; VOGT, C. A.; KNOPF, R. C. A cross-cultural analysis of tourism and quality of life perceptions. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 15, n. 5, p. 483-502, 2007.

ALTENBURG, T.; HILLEBRAND W.; MEYER-STAMER, J. Building Systemic Competitiveness – concept and cases studies from Mexico, Brazil, Paraguay, Korea an Thailand. *Reports and Working Papers*, Berlin: German Development Institute, mar, 1998. Disponível em: <<http://www.meyer-stamer.de/1998/sysco98.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BUENO, A. M. *Arranjos produtivos locais: análise da caracterização do APL de Ponta Grossa com base nos indicadores*. Agosto de 2006. 108f. Dissertação de (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa. 2006.

EMBRAPA. *Indicações Geográficas de vinhos finos do Brasil*. 2016. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/tecnologias/ig/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FERNANDES, A. C.; LIMA, J. P. R. Cluster de serviços: contribuições conceituais com base em evidências do pólo médico do Recife. *Nova Economia*, v. 16, n. 1, p. 11-47, 2006.

IBGE. *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra – Rio Grande do Sul*. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/RS.zip>. Acesso em: 31 ago. 2016.

IBGE. Área territorial brasileira. 2015. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/area_territoriais/2015/AR_BR_RG_UF_MUN_2015.xls>. Acesso em: 3 set. 2016.

IBRAVIN. *Estatísticas – Comercialização de vinhos: empresas do Rio Grande do Sul*. 2016. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/admin/arquivos/estatisticas/1458840676.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

MARSHALL, A. *Principles of economics*. London: Macmillan, 1920.

NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009. Porto Alegre. *Anais ...*, Porto Alegre, 2009.

PORTER, M. E. *On Competition*. Boston: Harvard Business Review Books, 1998.

PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES. *Rotas turísticas*. 2016. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/roteiros-turisticos/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. *Portal do turista*. 2016. Disponível em: <<http://www.caxias.tur.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE FARROUPILHA. *Atrações turísticas*. 2016. Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br/novo/atracoes-turisticas/>> Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE GARIBALDI. *Rotas e atrativos*. 2016. Disponível em: <<http://www.turismogaribaldi.com.br/rotas-atrativos/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE LAGOA VERMELHA. *Turismo*. 2016. Disponível em: <<http://www.lagoavermelha.rs.gov.br/municipio/turismo/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE NOVA PRATA. *Turismo*. 2016. Disponível em: <<http://www.novapratarars.com.br/site/conteudo.php?id=235&menu=14&submenu=235>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE SÃO JORGE. *Turismo*. 2016. Disponível em: <<http://saojorge1.hospedagemdesites.ws/index.php/pt/o-municipio/conheca-a-cidade/pontos-turisticos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PREFEITURA DE SÃO MARCOS. *Turismo*. 2016. Disponível em: <<http://www.saomarcos.rs.gov.br/?ir=turismo>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANCHO, A. (Org.). OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000. p. 15-50.

SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. da M. Identificação e caracterização de clusters potenciais de turismo no Nordeste: uma análise exploratória a partir de dados da PNAD. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 2, n. 1, p. 106-134, 2009.

VALDUGA, V. O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos. 2007.151f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2007.

Anexo A – Relação de empregos considerados no setor de turismo segundo o Código de Ocupações do Censo Demográfico de 2010 (ordem crescente do Código)

Código do Censo 2010	Titulação	Grupamento
1411	Gerentes de hotéis	Hotelaria
1412	Gerentes de restaurantes	Alimentação
3434	Chefes de cozinha	Alimentação
4221	Trabalhadores de agências de viagem	Serviços turísticos
4223	Trabalhadores de serviços de transporte	Transporte
4224	Recepcionistas de hotéis	Hotelaria
5111	Auxiliares de serviço de bordo	Transporte
5112	Fiscais e cobradores de transporte público	Transporte
5113	Guias de turismo	Serviços turísticos
5120	Cozinheiros	Alimentação
5131	Garçons	Alimentação
5132	Atendentes de bar	Alimentação
5212	Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	Alimentação
5246	Balconistas dos serviços de alimentação	Alimentação
8321	Condutores de motocicletas	Transporte
8322	Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	Transporte
8331	Condutores de ônibus e bondes	Transporte
9112	Trabalhadores de limpeza no interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	Hotelaria
9411	Preparadores de comidas rápidas	Alimentação
9412	Ajudantes de cozinha	Alimentação
9621	Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas	Hotelaria

Fonte: Elaboração própria com base no Código de Ocupações do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Anexo B – Número de empregos (setores selecionados do turismo), emprego total, população e área de municípios da região nordeste rio-grandense, 2010 (por ordem alfabética dos municípios)

Município	Hotelaria	Alimentação	Serviços Turísticos	Transporte	Emprego total	População	Área
André da Rocha	11	33	0	21	674	1.203	324,33
Anta Gorda	27	37	0	67	4.018	5.951	242,96
Antônio Prado	95	213	0	126	8.191	12.647	347,62
Arvorezinha	35	123	0	216	5.639	9.913	271,64
Bento Gonçalves	1.073	1.886	64	1.799	58.758	101.925	379,14
Boa Vista do Sul	19	28	0	35	1.629	2.675	92,93
Bom Jesus	133	162	0	118	4.793	11.227	2624,67
Cambará do Sul	122	78	17	104	3.092	6.381	1208,65
Campestre da Serra	36	26	0	49	1.908	3.194	538,00
Capão Bonito do Sul	10	13	0	9	623	1.706	527,12
Carlos Barbosa	341	379	12	272	16.335	24.353	229,99
Caxias do Sul	4.766	6.951	241	7.140	227.506	417.403	1652,31
Coronel Pilar	8	4	0	13	1.324	1.640	105,45
Cotiporã	38	10	0	19	2.605	3.709	172,38
Dois Lajeados	13	25	0	39	2.199	3.099	133,37
Esmeralda	18	27	0	31	1.449	2.903	829,77
Fagundes Varela	4	8	0	37	1.713	2.492	134,29
Farroupilha	658	847	0	919	35.568	60.672	361,68
Flores da Cunha	161	458	0	498	15.427	25.350	272,61
Garibaldi	396	339	14	548	17.656	29.366	168,14
Guabiju	23	13	0	35	1.017	1.539	146,90
Guaporé	215	196	8	328	13.599	21.627	297,66
Ilópolis	38	24	0	11	2.707	3.950	116,48
Ipê	64	103	0	96	3.791	5.796	599,25
Itapuca	2	5	0	22	1.334	1.809	184,67
Jaquirana	28	22	0	28	1.731	4.023	907,94
Lagoa Vermelha	416	311	12	302	12.920	26.560	1263,50
Montauri	5	11	0	12	1.036	1.498	82,08
Monte Alegre dos Campos	24	13	0	31	1.196	3.087	549,74
Monte Belo do Sul	11	28	0	40	1.454	2.519	69,60
Muitos Capões	9	39	0	39	1.585	2.901	1197,93
Nova Alvorada	20	37	0	48	1.932	2.958	148,94

A economia e o turismo compartilhando soluções

Nova Araçá	30	54	0	52	2.544	3.872	74,70
Nova Bassano	111	119	0	50	5.091	8.676	211,61
Nova Pádua	25	6	0	3	1.787	2.436	103,24
Nova Prata	327	340	0	134	13.580	22.603	258,87
Nova Roma do Sul	34	52	0	20	2.366	3.322	149,05
Paráí	68	44	0	34	4.233	6.717	121,45
Pinhal da Serra	10	14	0	38	716	2.090	438,09
Protásio Alves	5	24	0	12	1.068	1.958	172,82
Putinga	59	41	0	28	2.608	3.998	205,05
Santa Tereza	11	3	0	26	1.085	1.629	73,98
São Francisco de Paula	193	295	9	293	9.796	19.893	3264,49
São Jorge	22	28	5	32	1.730	2.627	118,05
São José dos Ausentes	27	7	0	104	1.303	3.078	1173,95
São Marcos	133	202	0	372	10.960	19.276	256,25
São Valentim do Sul	8	15	0	24	1.383	2.114	91,90
Serafina Corrêa	175	220	0	288	8.084	13.662	163,28
União da Serra	8	1	0	11	1.027	1.412	130,99
Vacaria	450	689	22	1.304	26.851	58.652	2124,58
Veranópolis	181	385	0	232	12.639	22.153	289,43
Vila Flores	48	21	0	37	1.829	3.160	107,82
Vista Alegre do Prata	10	47	0	32	1.039	1.506	119,33
Nordeste Rio-Grandense	10.754	15.056	404	16.178	567.128	1.010.937	25.830,63

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010); Estrutura Territorial 2015 (IBGE, 2015).

Investigação das publicações sobre gestão de custos no período de 2006 a 2015 no Congresso Brasileiro de Custos

Iliane Colpo*

Flaviani Souto Bolzan Medeiros**

Bruna Felin Cerezer***

Andreas Dittmar Weise#

Resumo: A atual dinâmica do ambiente de negócios exige dos gestores a busca constante de novas ferramentas para conseguir se manter competitivo no mercado. Para isso, um dos meios utilizados é a adequada gestão dos custos empresariais, de tal forma tornando-o estratégico. Sendo assim, par fins de investigação sobre a temática, o presente artigo teve como objetivo realizar um levantamento dos trabalhos publicados sobre gestão de custos no Congresso Brasileiro de Custos, do período de 2006 a 2015. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa bibliométrica, do tipo descritiva e bibliográfica. Os resultados revelam que o tema gestão de custos nas empresas de comércio e serviços foi o que teve o maior número de publicações, com média de 2,8 artigos por evento. Ao analisar as palavras-chaves, percebe-se um interesse pela gestão dos custos interorganizacionais e pelo método de custeio ABC. Além disso, como local de estudo em termos de aplicação, vislumbra-se o setor da administração pública.

Palavras-chave: Custos. Gestão. Bibliometria. Evento científico. Congresso Brasileiro de Custos.

Introdução

É perceptível que, em função do aumento da competitividade, da inserção de novas tecnologias a todo o momento e, conseqüentemente, maiores níveis de exigência por parte dos clientes, isso acarreta uma mudança na forma de conduzir os negócios, no ambiente de mercado. Por isso, de modo geral, as organizações precisam de ferramentas que as auxiliem, a fim de manterem certa vantagem perante seus concorrentes,

* Mestra em Engenharia de Produção/UFSC. <<http://lattes.cnpq.br/3609862957945768>>.

E-mail: ilicolpo@gmail.com

** Mestra em Engenharia de Produção/UFSC. Especialista em Finanças/Unifra. UFSC.

<<http://lattes.cnpq.br/4607360594925765>>. *E-mail:* flaviani.13@gmail.com

*** Mestranda em Engenharia de Produção/UFSC.

<<http://lattes.cnpq.br/4123084820974107>>. *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com

Doutor em Engenharia Civil/UFSC. UFSC. <<http://lattes.cnpq.br/1329623071793399>>. *E-mail:* mail@adweise.de

quando o próprio mercado estimula tal concorrência o que, por sua vez, faz com que as empresas adotem estratégias inovadoras. (MOREIRA et al., 2015).

Nesse sentido, Souza, Rasia e Almeida (2011) esclarecem que o processo de gestão exige informações de variados tipos – tanto quantitativo-financeiras, não financeiras e qualitativas – em que, entre as informações quantitativas, as de custos têm um papel estratégico na competitividade e enfrentamento da competição pelas empresas.

Sendo assim, para que seja possível estimar de forma adequada os custos nas organizações, é importante ter informações sobre as áreas dessa empresa, bem como os respectivos processos produtivos que compõem essa organização. (MALAQUIAS; MALAQUIAS, 2014). Paula e Gomes (2015) vão além ao considerarem fundamental também ter o conhecimento dos custos dos fornecedores e clientes; dessa forma, identificando-os ao longo da cadeia de valor, na tentativa de reduzi-los e, assim, proporcionar uma vantagem competitiva.

Portanto, percebe-se o quanto é indispensável a devida gestão dos custos pelas empresas, já que os mesmos podem proporcionar um diferencial ao serem usados de forma estratégica. Contribuindo nesse sentido, através da divulgação de trabalhos na área, o Congresso Brasileiro de Custos é o principal evento de custos empresariais no país e oportuniza uma integração entre os mais variados públicos, desde pesquisadores, professores e estudantes até empresários, consultores, entre outros. (CBC, 2016).

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva realizar um levantamento dos trabalhos publicados sobre gestão de custos no Congresso Brasileiro de Custos, do período de 2006 a 2015. Ao considerar tamanha importância dos custos, no contexto dos negócios, é relevante investigar as tendências do que vem sendo discutido tanto no meio acadêmico como no empresarial, em termos de gestão dos custos, em um evento que é destaque no Brasil, ao ser o principal divulgador de pesquisas na área.

Além desta introdução, este artigo tem seu desenvolvimento em mais quatro seções, a saber: na segunda seção consta o referencial teórico adotado com uma breve discussão acerca da Gestão de Custos, como, também, a respeito do Congresso Brasileiro de Custos. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos seguidos, visando ao alcance do objetivo

proposto. A quarta seção, por sua vez, remete à análise e a discussões dos resultados e a quinta e última seção contempla as considerações finais.

Referencial teórico

O embasamento teórico é exibido em dois tópicos, sendo que o primeiro aborda a gestão de custos, apresentando de forma sucinta o seu surgimento e sua importância nas organizações. O segundo mostra um breve histórico do Congresso Brasileiro de Custos e suas áreas temáticas referentes às pesquisas científicas.

Gestão de custos

Os sistemas de análises de custos, de acordo com Dias (2014), originaram-se no período da Revolução Industrial, o que resultou na contabilidade de custos nas organizações, onde com o passar do tempo esses sistemas, juntamente com a gestão de custos, passaram por diversos aperfeiçoamentos. O autor enfatiza que o surgimento de tecnologias possibilitou formas mais precisas de determinação e avaliação dos custos relacionados à atividade empresarial, oferecendo maior suporte a uma tomada de decisão objetiva e fundamentada.

No Brasil, foi na década de 90 que, com a abertura do mercado nacional para produtos de empresas estrangeiras que chegou ao país o conceito de concorrência internacional. Mas somente no Plano Real, em 1994, os índices inflacionários tornaram-se razoáveis, criou-se uma necessidade de conhecimento e controle empresarial. Este novo ambiente fez com que as empresas passassem a ter necessidade de informações variadas, afinal, a sobrevivência em um ambiente competitivo requer conhecimento diversificado sobre o que se está produzindo e de que forma este produto está sendo comercializado; neste contexto o conhecimento de custos tornou-se fundamental para uma adequada gestão empresarial. (PINTO et al., 2008).

Para Callado, Callado e Almeida (2014), o gerenciamento dos custos tem sido amplamente utilizado e considerado pelos gestores de diversos setores econômicos, como uma das ferramentas gerenciais mais úteis, tanto para o controle de operações quanto no suporte à tomada de decisões. Em

um ambiente competitivo, os gestores devem estar aptos a identificar ameaças e oportunidades que estejam surgindo para subsidiar a apuração, mensuração e análise de seus custos.

Muniz (2010) admite que a competitividade é atualmente um dos maiores desafios para as organizações, sendo a gestão de custos considerada uma importante ferramenta que oferece sustentação para a competitividade empresarial. E acrescenta que as empresas não devem apenas preocupar-se com a medição dos custos, mas, também, com uma gestão de custos que dê suporte no processo de tomada de decisão.

Nos dias atuais, encontra-se nas empresas um conflito entre a relevância dos custos na tomada de decisão e os novos desafios que surgem para a gestão dos sistemas de custos, pois se deve ter um sistema de custos que forneça informação para um bom gerenciamento de recursos, os custos dos produtos e as respectivas cadeias de valor. (BRAGA, 2012). Erthal, Mareth e Treter (2013) complementam que, para tomar decisões mais corretas em curto, médio e longo prazo, é necessário realizar periodicamente revisões nos sistemas de avaliação dos custos aplicados na gestão.

Diante do atual cenário econômico, é fundamental que as empresas trabalhem controle de custos, a fim de reduzir os riscos do negócio e assegurar um preço competitivo de seus produtos. (HEINZEN; MARQUES; ZONATTO, 2015). A partir do momento em que a organização passa a gerenciar de melhor maneira seus custos, visando à minimização de desperdícios de insumos utilizados em seus processos de produção e, após calcular o custo de cada produto, é possível satisfazer os fins para os quais foi designada, ou seja, um resultado financeiro positivo. (PIOTROVICZET et al., 2012).

Congresso Brasileiro de Custos

O Congresso Brasileiro de Custos é considerado o principal evento ligado à área de custos empresariais do Brasil. A sua primeira edição ocorreu no ano de 1994 e aconteceu na cidade de São Leopoldo-RS, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Desde então, o Congresso é realizado anualmente pela Associação Brasileira de Custos, sendo a sua próxima edição, o XXIII Congresso Brasileiro de Custos, a realizar-se no mês de novembro de 2016, na cidade de Porto de Galinhas-PE.

O Congresso é um dos principais meios de divulgação da produção técnico-científica da especialidade e áreas afins, visando proporcionar a interação entre a comunidade acadêmica, pesquisadores, empresários, consultores, contadores, administradores e demais profissionais atuantes nesta área. Recebeu a classificação de E1 pela Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A realização do Congresso Brasileiro de Custos tem como principais objetivos: debater o grande desafio da área de custos, bem como a importância da gestão de custos nas relações interempresariais; intensificar o desenvolvimento na área de gestão de custos no Brasil; estabelecer uma ligação entre estudos acadêmicos e aplicações em organizações, demonstrar as dificuldades encontradas para a implantação de gestão de custos, debater os temas relevantes da área, abordando tanto em aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, extensão, como no exercício profissional e em questões institucionais; a divulgação da produção técnico-científica da área; e fortalecer a integração entre empresas e instituições de ensino e de pesquisa. Os trabalhos científicos enviados para o Congresso, a partir do evento de 2011, devem estar enquadrados em sete áreas temáticas, a saber:

- *metodologias de ensino e pesquisa em custos*: são apresentados estudos com instrumentos, ferramentas e métricas desenvolvidas ou adaptadas visando melhorar o ensino e a pesquisa na área de custos;
- *custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*: área destinada às pesquisas que usam metodologias de custeio na controladoria, no processo de planejamento e controle empresarial, na gestão estratégica e no apoio à tomada de decisões;
- *métodos quantitativos aplicados à gestão de custos*: cujos estudos referem-se à incorporação de métodos estatísticos, matemáticos e de pesquisa operacional para melhorar a gestão de custos;
- *custos aplicados ao setor privado e terceiro setor*: apresentam-se pesquisas com metodologias de custeio desenvolvidas ou adaptadas às necessidades de áreas específicas do setor privado e do terceiro setor, tais como: agronegócio, estatais, ONGs, entre outros. Engelage, Zanin e Moura (2015) ressaltam a importância de conhecimento dos custos em empresas do

ramo do agronegócio, pois este conhecimento aumentará os resultados financeiros e trará embasamento à tomada de decisão. Complementam ainda que o controle dos custos trará uma redução de desperdícios e maior competitividade à organização, isso porque este ramo está em constante crescimento;

- *custos aplicados ao setor público*: esta área tem como foco as metodologias de custeio desenvolvidas ou adaptadas às necessidades do setor público. Silva, Carneiro e Ramos (2015) explicam a importância da gestão de custos no setor público, pois uma especialização responsável pela implantação e desenvolvimento contábil dentro do órgão público e a promover integração por meio de informações que ajudarão os gestores na tomada de decisão;

- *contribuições teóricas para a determinação e a gestão de custos*: trata-se de uma área temática onde são expostos avanços teóricos que acrescentem melhorias aos métodos de determinação, mensuração e gestão dos custos; e

- *abordagens contemporâneas de custos*: apresentam-se estudos que incorporem tendências na área de custos, como no caso: custos logísticos, custos da qualidade, custos intangíveis, custos ambientais, custos de transação etc. Nesta área temática apresentam-se também custos interorganizacionais, que Souza e Rocha (2009, p. 25) definem como “[...] um processo cooperativo de gerenciamento de custos que inclui outras organizações de uma cadeia de valor além da própria empresa”.

Além disso, é relevante ressaltar que, no ano de 2015, o XXII Congresso Brasileiro de Custos recebeu pela sétima vez o selo “Carbom Free”, por compensar as emissões de gases do efeito estufa, gerados na organização e realização do evento, realizando o plantio de árvores nativas da mata atlântica, em uma área de mata ciliar degradada.

Procedimentos metodológicos

Partindo do objetivo de realizar um levantamento dos trabalhos publicados sobre gestão de custos no Congresso Brasileiro de Custos do período de 2006 a 2015, adotou-se uma pesquisa descritiva quanto aos

objetivos, bibliográfica acerca do objeto e bibliométrica em relação aos procedimentos de coleta. Sendo assim, no que tange ao estudo descritivo, Andrade (2010) esclarece que, nesse tipo de pesquisa, os fenômenos são observados, registrados e analisados como também classificados e interpretados, sem qualquer tipo de interferência por parte do pesquisador. No caso da bibliográfica se busca desenvolver a pesquisa tendo como base a coleta a partir de informações obtidas em materiais já elaborados sejam em livros, artigos científicos, etc. (RAMPAZO; NONAKA, 2011).

A respeito da bibliometria, segundo Araújo e Alvarenga (2011), esta retrata tanto o comportamento como o desenvolvimento de determinada área do conhecimento ou campo científico, por meio de seus indicadores. Muniz Jr., Maia e Viola (2011) acrescentam que a análise bibliométrica no começo se restringia na medida de livros, envolvendo itens do tipo quantidade de palavras, edições e exemplares e, com o passar do tempo, contemplou outros tipos de documentos, como artigos publicados em periódicos, bem como o estudo da produtividade de autores e citações.

Sobre a coleta de dados, a mesma foi realizada no *website* do Congresso Brasileiro de Custos, a partir de uma consulta nos anais do evento, nas edições de 2006 a 2015, sendo selecionados os artigos que continham no título, no resumo ou nas palavras-chave a expressão “gestão de custos”. Desta forma, foram computados 210 artigos por conterem a referida descrição.

Em um segundo momento, foi organizado, com o auxílio de planilhas do Microsoft Excel,[®] contemplando cada edição do evento, informações do tipo: o título, a área e as palavras-chave utilizadas em cada trabalho. Além das planilhas, foi utilizado para a confecção da nuvem de palavras e frequência o *software* Word Cloud Generator.

O Congresso Brasileiro de Custos foi escolhido para fins de análise em função da sua representatividade na área de custos empresariais no Brasil. Por ser um evento de grande porte, permite várias discussões entre os mais variados públicos, sendo uma excelente oportunidade: (a) por um lado, de o meio acadêmico apresentar suas teorias e pesquisas contemplando as temáticas de interesse da área; e (b) por outro lado, os indivíduos atuantes no mercado mostrarem o que está acontecendo em termos práticos. Dessa

forma, tornando-se um meio de troca de conhecimentos muito enriquecedor para ambas as partes.

Análise e discussão dos resultados

Para análise sob o tema de Gestão de Custos, o presente trabalho é apresentado em dois contextos: (a) o primeiro traz de forma quantitativa as publicações nas áreas definidas pelo evento; e (b) no segundo, são abordadas as palavras-chave dos artigos selecionados. Em posse de tais dados, serão exibidas as tendências observadas no Congresso Brasileiro de Custos, sob a temática da Gestão de Custos.

Publicações sob Gestão de Custos nas áreas do Congresso Brasileiro de Custos

O Congresso Brasileiro de Custos apresentou, nos anos de 2006 a 2010, dezesseis temáticas principais para que os autores submetessem seus trabalhos; a partir de 2011, esse temário foi resumido a sete abordagens. Não houve perda das temáticas mas uma aglomeração das mesmas.

Dessa forma, para análise dos dados, os trabalhos submetidos ao evento do período de 2011 a 2015, em temáticas aglomeradas, foram segregadas com base no resumo do trabalho apresentado. A Tabela 1 apresenta as temáticas mencionadas e o respectivo total de artigos no período de 2006 a 2015, e evidencia o total de cada área, a média de publicações nos 10 anos, assim como o percentual em relação ao total das publicações.

Tabela 1 – Quantitativo nas temáticas do CBC no período de 2006 a 2015

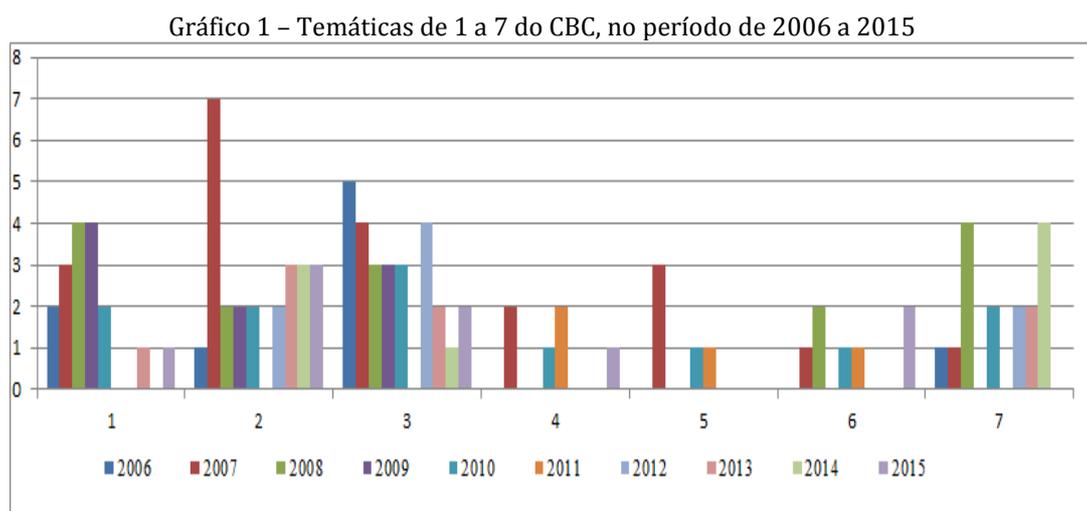
Temática	Total	Média	%
1. Gestão de Custos para Micros, Pequenas e Médias Empresas	17	1,7	8,10%
2. Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios	25	2,5	11,90%
3. Gestão de Custos no Setor Governamental	27	2,7	12,86%
4. Gestão de Custos e Tecnologia da Informação	6	0,6	2,86%
5. Controladoria	5	0,5	2,38%
6. Novas Tendências aplicadas à Gestão de Custos	7	0,7	3,33%
7. Desenvolvimentos Teóricos em Custos	16	1,6	7,62%
8. Gestão Estratégica de Custos	27	2,7	12,86%
9. Gestão de Custos nas Empresas de Comércio e Serviços	28	2,8	13,33%
10. Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos	19	1,9	9,05%
11. Aplicação de Modelos Quantitativos na Gestão de Custos	11	1,1	5,24%
12. Gestão de Custos Logísticos e nas Cadeias Produtivas	5	0,5	2,38%
13. Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social	7	0,7	3,33%
14. Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual	2	0,2	0,95%
15. Gestão de Custos Terceiro Setor	8	0,8	3,81%
Total	210	21	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016).

Verifica-se na Tabela 1 que a temática de gestão da qualidade foi a única em que não foram encontrados trabalhos no período analisado no contexto de gestão de custos. A temática de gestão de custos, nas empresas de comércio e serviços, é a que tem maior número de publicações – com média de 2,8 artigos por evento – e é seguido pelas temáticas de gestão estratégica de custos e gestão de custos no setor governamental, com 2,7 de média nas publicações.

Já a temática sob a perspectiva da gestão de custos, com menor percentual de publicações, com 0,95%, é a de gestão do conhecimento e capital intelectual. Também apresentam pequeno índice de publicações neste tema a área de controladoria e a gestão de custos logísticos e nas cadeias produtivas. Porém, estes dados representam 10 anos de eventos, em função disso no Gráfico 1 são apresentadas as áreas e suas publicações por ano de evento, na busca de verificar a tendência de cada tema nos períodos analisados. O Gráfico 1 apresenta os dados por temática nos anos estudados.

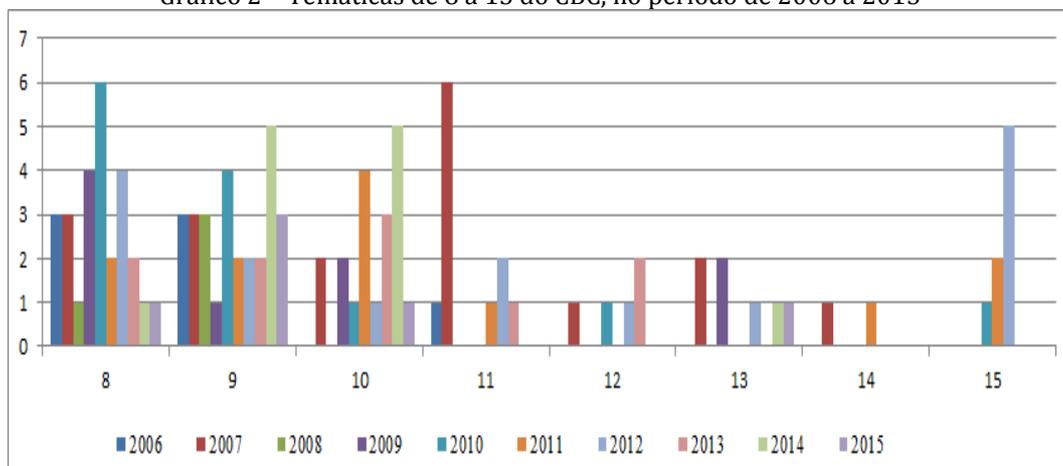
O número na linha horizontal do gráfico representa as temáticas conforme apresentado na Tabela 1. Para melhor visualização, as temáticas foram divididas em dois gráficos. Sendo assim, o Gráfico 1 apresenta os dados por temáticas de 1 a 7 nos anos considerados para fins de análise.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2016).

No Gráfico 1 nota-se que nenhuma das temáticas apresentadas tiveram publicações em todos os eventos. O tema 2 (Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios) e o 3 (Gestão de Custos no Setor Governamental) somente não contaram com publicações no ano de 2011. A temática 1 (Gestão de Custos para Micros, Pequenas e Médias Empresas) teve publicações sequenciais de 2006 a 2010 e, após, apenas se observou publicações em 2013 e 2015. A seguir, o Gráfico 2 apresenta as demais temáticas de sequência 8 a 15.

Gráfico 2 – Temáticas de 8 a 15 do CBC, no período de 2006 a 2015



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016).

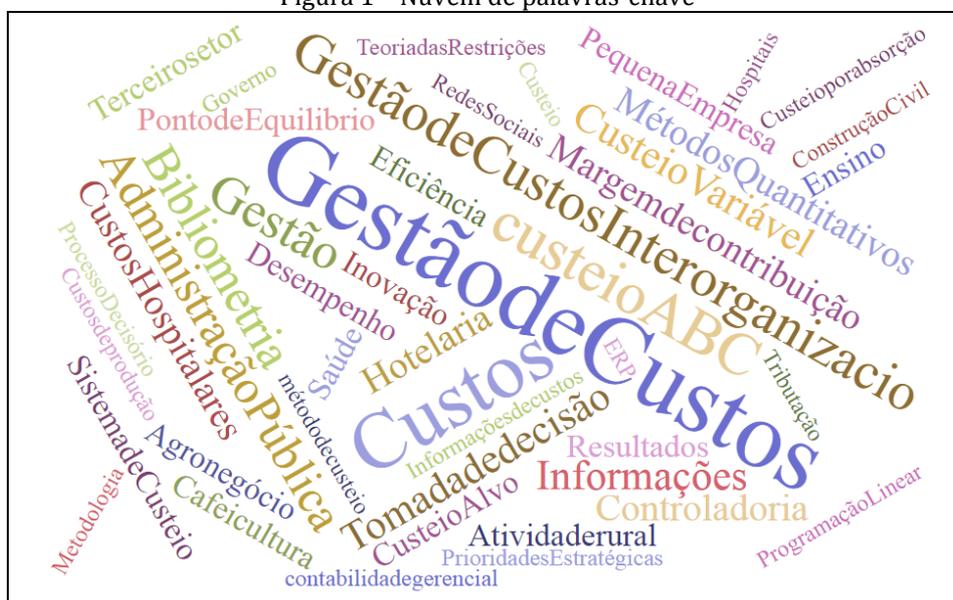
A temática 8 (Gestão Estratégica de Custos) e a temática 9 (Gestão de custos na empresas de comércio e serviços) foram as únicas que, em todas as edições do evento, tiveram trabalhos no contexto da gestão de custos. A temática 9 apresenta maior número de artigos nos últimos dois anos do evento, quando comparados com a temática 8. A temática 10 (Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos) não aparece em duas edições 2006 e 2008. Observando a Tabela 1 e os Gráficos 1 e 2, pode-se constatar que a área 2 (Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios), apesar de não ter publicações no ano de 2011, foi a única que chegou a ter sete artigos publicados numa única edição do evento – no ano de 2007.

Sobre as tendências das publicações no período analisado, elas ficam centradas em seis temáticas das dezesseis sugeridas pela comissão organizadora do congresso, são elas: 1 (Gestão de Custos para Micros, Pequenas e Médias Empresas), 2 (Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios), 3 (Gestão de Custos no Setor Governamental), 8 (Gestão Estratégica de Custos), 9 (Gestão de Custos nas Empresas de Comércio e Serviços) e 10 (Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos).

Palavras-chave dos artigos publicados na temática Gestão de Custos

As palavras-chave representam o tema dentro da área e uma importante forma de informar ao leitor sobre o assunto que será tratado de forma simples e direta. Dessa forma, buscou-se analisar, através de uma nuvem de palavras, quais teriam maior frequência, denotando a tendência dos trabalhos publicados de 2006 a 2015 no evento. A Figura 1 apresenta as 60 palavras-chave com maior repetição. Ao todo, foram contabilizadas 660 palavras sendo unidas para melhor observação dos resultados.

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2016).

Nota-se na Figura 1 que a palavra-chave que mais se destaca é a própria gestão de custos, tema central da área estudada. Além disso, é possível perceber a tendência do tema gestão de custos ligados aos métodos de custeio ABC, custeio variável, os custos para tomada de decisão, custeio-alvo e em menor número o custeio por absorção. Quanto ao local do estudo, aparece a administração pública, os hospitais, a hotelaria, pequenas empresas, agronegócios, a construção civil e atividade rural.

Com certa ênfase, também se observa a Gestão de Custos Interorganizacionais, as informações, a controladoria, o desempenho, a

inovação e tomada de decisão. Demonstra-se assim os principais interesses nas áreas. Ademais, o método de pesquisa bibliometria se apresenta entre as 60 palavras com maior frequência nas palavras-chave, identificadas nos trabalhos publicados no período considerado para fins de estudo.

Considerações finais

A competitividade está em todos os setores e, para conseguir se manter no mercado, toda e qualquer empresa precisa encontrar meios de se destacar perante a concorrência, usando para tal ferramentas de apoio nas tomadas de decisão, bem como métodos que possibilitem o devido controle dos recursos cada vez mais escassos. Nesse contexto, os custos merecem muita atenção e cuidado por parte das organizações, visando alcançar um bom resultado financeiro a preços atraentes, na visão do seu público-alvo.

Dessa forma, o presente trabalho, ao considerar essa importância da gestão adequada dos custos, no contexto dos negócios, buscou investigar as tendências do que vem sendo discutido tanto no meio acadêmico como empresarial no Congresso Brasileiro de Custos no período de 2006 a 2015. Sendo assim, constatou-se que, entre as temáticas apresentadas, não foi encontrada publicação no tema gestão da qualidade.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que, apesar da gestão dos custos ser importante e necessária em qualquer segmento e, no caso das micro e pequenas empresas as mesmas estarem em evidência no cenário empresarial, a temática 1 – Gestão de Custos para Micros, Pequenas e Médias Empresas – teve uma redução nas publicações ao longo do período analisado.

Entretanto, embora tenha ocorrido essa diminuição dos artigos publicados, a mesma permanece ainda como uma tendência em termos de publicações no evento. Inclusive, tal temática segue acompanhada pela 2 (Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios), 3 (Gestão de Custos no Setor Governamental), 8 (Gestão Estratégica de Custos), 9 (Gestão de Custos nas Empresas de Comércio e Serviços) e 10 (Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos), identificando, assim, as seis principais tendências de publicações no Congresso Brasileiro de Custos.

Ao findar este estudo, acredita-se que novos possam ser realizados, visando contribuir com outras discussões em uma área fundamental nas organizações. Nesse sentido, para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação da pesquisa em outros eventos e/ou periódicos na busca da comparação dos resultados aqui encontrados. Além disso, outra sugestão é verificar o perfil dos autores, assim como as principais metodologias aplicadas para trabalhos na área de gestão de custos.

Referências

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. *Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.

BRAGA, B. da R. Uma metodologia de modelagem da arquitetura de processos para a gestão da estrutura de custos e aplicação aos negócios do Banco Central do Brasil. *Revista Uniabeu*, Belford Roxo, v. 5, n. 10, p. 197-214, maio/ago. 2012.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. *Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 204-217, jan./jun. 2014.

CBC. Congresso Brasileiro de Custos. *Apresentação*. São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.abcustos.org.br/congresso/view?ID_CONGRESSO=25>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DIAS, F. J. C. *Gestão de custos diários*. 2014. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

ENGELAGE, E.; ZANIN, A.; MOURA, G. D. de. Análise de custos na suinocultura: suinocultores X empresas integradoras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22., 2015, Foz do Iguaçu. *Anais ... Foz do Iguaçu*: CBC, 2015.

ERTHAL, F. S.; MARETH, T.; TRETER, J. Gestão de custos e a influência dos rateios para a tomada de decisão. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 155-171, 2013.

HEINZEN, C.; MARQUES L.; ZONATTO, V. C. da S. Métodos de distribuição dos custos conjuntos no beneficiamento de arroz: uma análise sob a ótica da teoria da agência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22., 2015, Foz do Iguaçu. *Anais ... Foz do Iguaçu*: CBC, 2015.

MALAQUIAS, F. F. de O.; MALAQUIAS, R. F. Gestão de custos e gestão logística: o papel dos sistemas de informação. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 93-111, maio/ago. 2014.

MOREIRA, A. K. X. de A.; OLIVEIRA, C. A. da G.; FURLAN, P. V. D.; BRITO, E. de; GAIO, L. E. Determinantes dos custos em empresas do setor moveleiro. *ABCustos São Leopoldo*, v. 10, n. 1, p. 51-72, jan./abr. 2015.

MUNIZ JÚNIOR, J.; MAIA, F. G. M.; VIOLA, G. Os principais trabalhos na teoria do conhecimento tácito: pesquisa bibliométrica 2000-2011. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., 2011, São Paulo. *Anais ... São Paulo: Simpoi*, 2011.

MUNIZ, L. da S. *Práticas de gestão estratégica de custos adotadas por empresas brasileiras*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

PAULA, H. A. de; GOMES, J. S. Gestão estratégica de custos: estudos de casos em empresas industriais do setor de construção naval localizadas no estado do Rio de Janeiro. *ABCustos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2015.

PINTO, A. A. G.; LIMEIRA, A. L.; SILVA, C. A. dos S.; COELHO, F. S. *Gestão de custos*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PIOTROVICZ, J.; KUASOSKI, M.; ROMAN, E. F.; ATAMANCZUK, M. J.; KLOSOWSKI, A. L. M. Apuração dos custos por procedimentos: um estudo de caso no Hospital Sagrado Coração de Jesus de Prudentópolis/PR. 2012. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2., 2012, Ponta Grossa. *Anais ... Ponta Grossa: Conbrepro*, 2012.

RAMPAZO, A. V.; NONAKA, H. *Pesquisa em negócios*. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2011.

SILVA, N. dos R. da; CARNEIRO, A. de F.; RAMOS, E. G. Controladoria no setor público: uma comparação entre as leis de criação em quatro dos maiores municípios de Rondônia e a literatura. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 73-87, maio/ago. 2015.

SOUZA, B. C. de; ROCHA, W. *GCI: ações coordenadas entre clientes e fornecedores para otimizar resultado*. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, M. A. de; RASIA, K. A.; ALMEIDA, L. B. de. Práticas de gestão estratégica de custos adotadas por empresas brasileiras de segmentos do agronegócio. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais ... Rio de Janeiro: EnANPAD*, 2011.

Mapeamento das competências dos colaboradores: um estudo de caso no setor de logística

Edvir Schio*

Elio Sérgio Denardin**

Lucas Almeida dos Santos***

Vânia Medianeira Flores Costa#

Bruna de Vargas Bianchim##

Resumo: Para alcançar seus objetivos, as empresas precisam tornar-se eficientes e eficazes diante da concorrência, necessitando investir no desenvolvimento de competências, alocando cada colaborador com as competências necessárias para o cargo que estão assumindo. O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, por meio da percepção dos colaboradores. No entanto, realizou-se um estudo de caso, com uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, numa empresa atuante no ramo de logística da região central do Rio Grande do Sul, na qual aplicou-se um questionário aos colaboradores da empresa, totalizando uma amostra de 27 questionários válidos. Este estudo foi importante para que a empresa conhecesse as competências dos seus colaboradores, e quais as que ainda necessita desenvolver, uma vez que, dos resultados obtidos, a competência com maior importância foi a voltada para os clientes, enquanto a de relações interpessoais necessita ser melhor trabalhada, para que possa ser utilizada como estratégia para o sucesso pessoal e organizacional dos colaboradores.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Mapeamento de competências. Colaboradores.

Introdução

O tema da gestão de pessoas (GP) vem ganhando visibilidade nas últimas décadas, diversificando-se as abordagens e o foco das preocupações para as organizações e para a pesquisa acadêmica. De acordo com alguns autores, a intensificação da competição e a necessidade de agilidade na realização dos negócios, entre outros fatores, desloca o foco da gestão, que

* Bacharel em Administração e acadêmica do curso de Ciências Contábeis – Unifra – <<http://lattes.cnpq.br/3820630245151075>>. *E-mail:* edschio@hotmail.com

** Mestre em Filosofia e Docente no Centro Universitário Franciscano – <<http://lattes.cnpq.br/3085877602194435>>. *E-mail:* eliodenardin@hotmail.com

*** Doutorando em Administração PPGA/UFSM e docente no Centro Universitário Franciscano. <<http://lattes.cnpq.br/1175673329333533>>. *E-mail:* luksantos@gmail.com

Doutora em Administração e professora no Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/UFSM. *E-mail:* vania.costa@ufsm.br

Acadêmica do curso de Administração – UFSM.

<<http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>>. *E-mail:* bruna.bianchim@gmail.com

passa do controle dos processos para o controle dos resultados, o que coloca maior responsabilidade sobre o trabalho nas mãos de cada trabalhador (LEGGE, 1995; PFEFFER, 1998; STOREY, 2001) e demanda novas formas de gestão de pessoas.

No que tange às características da gestão de pessoas, no âmbito das organizações, percebe-se uma permanente sujeição a fatores ambientais, sejam eles econômicos, sociais, demográficos ou empresariais. Com isso, na medida em que ocorrem mudanças no contexto, tornam-se necessárias adaptações da gestão de pessoas, na forma de novas políticas e práticas. Essas políticas e práticas, que surgem para assegurar a superação dos desafios futuros, representam as tendências para a gestão de pessoas, ou seja, a maneira pela qual os profissionais e organizações pretendem reagir e transformar esses desafios em oportunidades. (BARRETO et al., 2010). Com o passar do tempo, isso leva as organizações a modificarem sua forma de gerir recursos humanos, constituindo modelos de gestão vinculados às suas condições contextuais. São exemplos disso, o tradicional modelo de gestão de pessoas do “departamento de pessoal”, o modelo estratégico de gestão de pessoas e o modelo articulado por competências. (FISCHER, 2002).

O processo que as empresas estão vivendo, em termos de transformações para a competitividade, caracteriza-se por modificações rápidas, intensas e abrangentes. Como reflexo dessas mudanças, nota-se uma valorização das pessoas, o que está atribuído, entre outras coisas, à necessidade que as empresas têm de oferecer retornos mais rápidos e que abrangem questões complexas, como as novas formas de organização do trabalho e a postura das pessoas, na busca de práticas mais efetivas. (DUTRA, 2009).

Durante a década de 60, são percebidas as primeiras fissuras nos modelos de gestão de pessoas, centrados no paradigma taylorista/fordista, que se preocupava basicamente com a operacionalização de captação, treinamento, informações, entre outros. Na década de 70, segundo Dutra (2009) é que surgem críticas mais fundamentadas, gerando, assim, bases para uma ruptura profunda com os princípios que sustentavam as políticas e práticas de gestão de pessoas, passando a interferir nos processos da

organização e sendo requisitada como parceira para o desenvolvimento organizacional.

Logo, na década de 80, houve uma transição de referenciais tanto teórico-conceituais como técnico-instrumentais, vivendo-se uma crise na área de gestão de pessoas, originando uma reflexão em que foi concluído que não se sabia gerenciar pessoas. Assim, a gestão de pessoas começa a assumir papel estratégico na internalização de novos conceitos de pensar das pessoas e na geração de valor para a organização; já os anos 90 foram muito ricos em aprendizado, sobre novas propostas e experiências.

A gestão de pessoas é essencial para as organizações, relaciona-se diretamente com os interesses e as aspirações da empresa e dos seus colaboradores, sendo que, para trabalhar com pessoas precisa-se conhecer o comportamento humano, os sistemas e as práticas disponíveis para construir uma força de trabalho qualificada e motivada. Além disso, as pessoas hoje desempenham um papel central para a empresa obter vantagem competitiva, pois o seu sucesso está no estabelecimento de um conjunto de competências essenciais. (BOHLANDER; SNELL; SHERMAN, 2005).

Diante do exposto, o presente estudo debruça-se acerca da seguinte problemática de pesquisa: como o processo de desenvolvimento de competências influencia a gestão de pessoas no âmbito organizacional? Com o intuito de responder e sustentar a problemática abordada, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, por meio da percepção dos colaboradores.

Assim sendo, torna-se necessário, também, mapear as competências organizacionais e individuais que são relevantes para o bom desempenho dos colaboradores, descrevendo as competências que os colaboradores possuem e quais necessitam desenvolver, uma vez que tais fatores influenciam o desempenho desta frente às estratégias organizacionais. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso, em uma organização atuante no ramo de logística da região central do Rio Grande do Sul, atendendo em nível nacional.

Como forma de aprofundar o conhecimento acerca da temática proposta, apresenta-se a seguir o referencial teórico voltado para a gestão de pessoas e gestão por competências, servindo de base para a construção dos resultados e alcance do objetivo proposto.

Gestão de pessoas

As empresas têm evoluído de um processo decisório autoritário – paternalista para um consensual – participativo. Entretanto, somente aquelas que já ultrapassaram os limites do consenso estão adaptando sua cultura para a mudança, garantindo a participação de todos que se interessarem pela questão do processo decisório e sendo capaz de aceitar os erros honestos, estimular e manter condições para elevar a autoestima das pessoas. (COUTINHO; KALLÁS, 2005).

Com isso, percebe-se que a forma de gerenciar pessoas pelas organizações vem passando por profundas transformações, com um grande esforço em repensar o papel das pessoas e das organizações, nas relações de trabalho, uma vez que as pessoas são consideradas pelas empresas como um insumo, ou seja, como um recurso a ser administrado. (DUTRA, 2009). Por outro lado, Bohlander, Snell e Sherman (2005) elucidam a necessidade de se conhecer o comportamento dos colaboradores, pois estes desempenham um papel mais central para a empresa obter vantagem competitiva, estando o sucesso da empresa no estabelecimento de um conjunto de competências essenciais para o cumprimento de suas estratégias organizacionais.

Chiavenato (2010) explica que as pessoas são o principal diferencial competitivo que mantêm e promovem o sucesso organizacional. Constituem-se a competência básica da organização, estando esta, investindo nas pessoas para utilizá-las plenamente em suas atividades de produção e serviços, pois dependem das pessoas para alcançar sucesso. Para Lacombe (2009), as organizações já observaram a importância das pessoas e da forma como são administradas, pois não se pode esquecer que elas são seres humanos que querem ter qualidade de vida, têm outros vínculos e que seus objetivos não coincidem integralmente com os da organização.

Noutra perspectiva, as pessoas passam a mobilizarem-se mais pela autonomia e liberdade em suas escolhas de carreira e desenvolvimento pessoal e profissional, possuem maior eficiência na comunicação e amplitude do seu tempo de vida produtiva, maior expectativa de vida, estando em contínua atualização e ganho de competências, com aumento da

competitividade profissional. Esse quadro vem gerando grande pressão por novas formas de abordar a gestão de pessoas, por parte das organizações e trazendo algumas premissas, como: o desenvolvimento da organização está diretamente relacionado à sua capacidade em desenvolver pessoas, quesito este que está relacionado à aprendizagem organizacional, pois o desenvolvimento das pessoas deve estar centrado nas próprias pessoas respeitando a sua individualidade. (DUTRA, 2009).

Ainda, o autor supracitado aponta que a gestão de pessoas também deve oferecer à empresa uma visão clara sobre o nível de contribuição de cada colaborador, a percepção do que a empresa pode oferecer em retribuição no tempo, em que essa abrangência não é apenas às pessoas que estabelecem vínculo formal de emprego com a organização, mas todas as que mantêm algum tipo de relação com a empresa.

Vasconcelos (2002) complementa que as principais relações entre organização e meio ambiente podem ser assim resumidas quando a organização e seu ambiente estão em estado de dependência mútua, interagindo continuamente, possibilitando que esta se adapte às restrições impostas pelos seus ambientes, uma vez que as organizações são compostas por subsistemas interdependentes, cujas interações devem ser coordenadas. Porém, Chan e Lee (2007) e Chou (2011) ressaltam que a empresa necessita estabelecer suas próprias capacidades, em busca da criação de conhecimentos para responder às dinâmicas mercadológicas e adquirir vantagem competitiva de forma sustentável.

Gestão por competências

A competência pode ser entendida como a combinação do conhecimento tácito e o conjunto de habilidades para a realização de ações produtivas, e apresenta três dimensões: conhecimento, habilidade e atitude (CHA), abrangendo os aspectos técnicos, de conhecimento e de atitudes frente ao trabalho (CHANG JÚNIOR; SANTOS, 2009). Com isso, vale salientar que a organização deve ainda criar métodos de remuneração atrelados ao desempenho e à capacidade de adquirir competências individuais, e também ao desempenho da empresa no curto e longo prazo. (BENTO DE SÁ et al., 2013).

Ainda, Bento de Sá et al. (2013) consideram as competências como os resultados das sinergias positivas que ocorrem, quando os ativos e os recursos da empresa são catalisados pelas competências das pessoas, formando um conjunto de capacidades desenvolvidas, de acordo com a cultura da organização, buscando o alcance dos objetivos e garantindo a sustentabilidade no mercado. Assim, estas são responsáveis pela transformação do conhecimento técnico em resultados, sendo necessária a presença de lideranças, meio de comunicação eficiente e eficaz, comprometimento das pessoas e um espaço aberto à criação.

Conforme Leme (2009) existem várias definições para competências. Ele inicia definindo como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que afetam a maior parte do trabalho de uma pessoa, e que se relaciona com seu desempenho no trabalho. Apresenta também que este conceito afeta parte considerável da atividade de alguém, que se relaciona com seu desempenho, que pode ser medido segundo padrões preestabelecidos, e pode ser melhorado por meio de treinamento e desenvolvimento. E ainda considera competência como um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Outrora, Porter (1980) considerava que a vantagem competitiva tem origem na criação de valor que a empresa entrega a seus clientes, seja ela na forma de preços mais baixos ou mesmo em benefícios oferecidos que sejam percebidos pelos consumidores como mais valiosos que o preço maior cobrado. De acordo com Queiroz e Albuquerque (2009), uma empresa que possui recursos e competências valiosos, raros e difíceis ou caros de imitar, e consegue explorá-los por meio de sua estratégia, obterá retorno do seu capital investido acima da média do seu setor durante determinado tempo. Para que essa vantagem ocorra, é necessário que exista uma desvantagem de custo significativa por parte dos concorrentes da organização, que tentarão imitar as competências organizacionais.

O gerenciamento, quando fundamentado em competências ou gestão por competências, torna-se uma ferramenta que caracteriza a identificação das competências essenciais, as habilidades e informação causadora da

eficácia profissional e também o preenchimento da qualificação de cada contribuinte para funções estabelecidas, fornecendo recursos fundamentais para o aperfeiçoamento dessas capacidades. (BELFORT; SANTOS; TADEUCCI, 2012).

Diante disso, o que se espera é um quadro de colaboradores mais talentosos e mais produtivos, haja vista a gestão por competências proporcionar maior produtividade, assertividade, ambientes participativos e motivacionais, comprometimento de todo o nível hierárquico, gerências e equipes mais fortalecidas e maior valorização do capital humano. Assim sendo, Ruas (2005) se posiciona demonstrando o exercício da competência por meio do Quadro 1.

Nesse sentido, percebe-se que as capacidades (habilidades, conhecimentos e atitudes) são os meios viáveis para o desempenho da competência, que se encontra intrinsecamente ligada ao nível de envolvimento com a tarefa delegada. (MASCARENHAS, 2008).

Quadro 1 – Competência *versus* qualificação

Qualificação	Competência
Relativa estabilidade da atividade econômica	Baixa previsibilidade de negócios e atividades
Concorrência localizada	Intensificação da abrangência da concorrência
Lógica predominante: indústria (processos e padrões de produção previstos)	Lógica predominante: serviços (eventos)
Emprego formal e base sindical	Relações de trabalho informais e flexíveis; crise dos sindicatos
Organização tradicional do trabalho, com base em postos definidos e tarefas prescritas e programadas	Novas formas organizacionais que destacam o trabalho com base em metas, a delegação de responsabilidade e a multifuncionalidade
Foco no processo	Foco nos resultados
Ênfase na aprendizagem de circuito simples	Estímulo à aprendizagem de circuito duplo

Fonte: Adaptado de Ruas (2005, p. 37).

Segundo Rabaglio (2010), há um melhor entendimento para os ingredientes da competência, sendo que o conhecimento tanto pode ser para o cargo – que se refere à necessidade de formação acadêmica, conhecimentos técnicos e específicos exigidos pelo cargo, assim como também para o

candidato – que se refere à particularidade de sua formação como: escolaridade, idiomas, informática, para atender as necessidades do cargo. Para as habilidades busca-se no profissional, experiência, prática, domínio do conhecimento, pois alguns cargos precisam de agilidade e muita experiência nas atribuições. Para a atitude considera-se valores, emoções, sentimentos demonstrados através do comportamento humano, que torna possível a identificação do perfil comportamental necessário para cada cargo. No Quadro 2 apresenta-se o desdobramento do CHA.

Quadro 2 – Desdobramento do CHA

Conhecimento	Saber	Competência Técnica
Habilidade	Saber Fazer	
Atitude	Querer Fazer	Competência Comportamental

Fonte: Leme (2009, p. 18).

Observa-se no Quadro 2, que o “saber” e o “saber fazer” (conhecimento e habilidade respectivamente) são as competências técnicas, enquanto o “querer fazer” (atitude) é a competência comportamental. Ainda, segundo Leme (2009), as competências podem ser divididas em dois grupos: as competências técnicas e as competências comportamentais. Com relação à primeira, é tudo o que o profissional precisa saber para ser um “especialista” tecnicamente e desempenhar a sua função, como: idiomas; sistemas de computação; ferramentas, entre outros. A segunda é tudo o que o profissional precisa demonstrar, o seu diferencial competitivo, como, por exemplo: criatividade, flexibilidade, foco em resultados e no cliente, organização, planejamento, liderança, entre outras.

O termo competência, na concepção de Zarifian (2001), pode ser empregado em diversos segmentos nos mais diversificados níveis de tratamento pessoal. Implementado é usualmente utilizado nos diversos campos da administração, para atribuir a alguém poder para decidir questões. O que se sabe é que, mesmo na época de ideologias tayloristas, as empresas já tinham o hábito de procurar desenvolver, em seus funcionários, habilidades necessárias para determinadas tarefas. Recentemente, alguns autores fazem menção a atitudes relacionadas ao trabalho na premissa de

que, em um ambiente dinâmico e competitivo, não é possível considerar o trabalho como um conjunto de tarefas de atividades predefinidas estáticas.

Pelo exposto, observa-se que a preocupação está em desmitificar a competência do conceito de qualificação, integração e coordenação de um conjunto de habilidades, conhecimento e atitudes, que determinava os requisitos associados à descrição ao cargo ou função. Não ficando mais preso à descrição da função a ser desempenhada ou a um processo ordenado e burocrático, as empresas passaram a adquirir uma posição mutável, para acompanhar as mudanças do dia a dia e, para isso, se exige profissionais que atendam perfis baseados em combinações de capacidades complexas. (RUZARRIN, 2002).

Segundo Gramigna (2007), cada competência requer habilidades para desempenhá-las; dessa forma, para defini-las é trabalhado um grupo de competências-suporte, que são aquelas que possibilitam sustentação às técnicas exigidas para cumprir funções específicas, e no qual o domínio de determinadas competências leva profissionais e empresas a fazerem diferença no mercado. Na concepção da autora, existem três modelos básicos que são: Competência Individual, Organizacional e Específica.

No que tange à competência individual, Fleury e Fleury (2001) apontam que esta é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes que afetam a maior parte do trabalho de uma pessoa, e que se relacionam com o desempenho no trabalho; a competência pode ser mensurada, quando comparada com padrões estabelecidos e desenvolvida por meio de treinamento.

Ainda, segundo Chang Jr. e Santos (2009), as competências individuais estão relacionadas ao comportamento e às atitudes das pessoas e envolvem: liderança, relacionamento interpessoal, iniciativa, orientação para resultados, motivação, criatividade, capacidade de negociação, capacidade de decisão, atuação estratégica, cooperação, adaptação, flexibilidade e comprometimento com a organização.

Quanto às Competências Organizacionais e Específicas, Chang Jr. e Santos (2009) observam que estas são representadas pelo conjunto de processos, funções, tecnologias, normas e talentos que possibilitam às empresas se organizarem para produzir bens e serviços com qualidade,

eficiência, com um determinado custo, participando de uma fatia do mercado interno e externo, bem como a reagir a fatores externos, que influenciam sua atuação. A identificação dessas competências deve ser realizada não só no nível estratégico da empresa, como também deve ser desdobrada em competências específicas, tanto no nível tático como no operacional.

Segundo Leme (2009), competência organizacional é a competência necessária para que a organização trabalhe alinhada com a sua missão, visão, valores e estratégia, ou seja, são as competências que a empresa precisa para manter-se competitiva no mercado. Para isso, é importante determinar as competências de cada função, a fim de defini-las para então poder buscar, nos colaboradores, as competências necessárias para o bom desempenho da função. As competências específicas estão ligadas a diversas áreas do conhecimento e foram aprendidas com a interação entre pessoas ou por informações disponíveis de forma explícita, por meio de livros, relatórios, cursos, meios eletrônicos, entre outros. (CHANG JÚNIOR; SANTOS, 2009).

Resende (2000) afirma que a identificação e definição de competências essenciais deve considerar os fatores de sucesso que estão relacionados a: diferencial e renovação tecnológica; características e dificuldades encontradas na manutenção de clientes já conquistados; importância das boas relações com os fornecedores; adaptabilidade às condições de mercado; logística de distribuição; eficiência operacional; importância da função do *marketing* e importância estratégica do fator humano.

Metodologia

O presente estudo, desenvolvido numa empresa do ramo de logística da região central do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, por meio da percepção dos colaboradores, configura-se como um estudo de caso, que, segundo Bowditch e Buono (2004), trata-se de um método que envolve uma análise profunda de um ou mais pesquisadores, em relação a um grupo ou uma organização.

No que tange aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como quantitativa, que conforme Santos e Candeloro (2006), faz com que o

pesquisador consiga dados subjetivos, assim como outros níveis da consciência da população estudada, não tendo anseio de mensurar as variáveis, mas de analisar qualitativamente essas informações adquiridas. As pesquisas quantitativas têm o objetivo de mensurar algumas variáveis, e após transformá-las em tabelas, quadros ou figuras, de forma a ilustrar os dados alcançados.

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva, pois, de acordo com Bastos (2009), a pesquisa exploratória é o início de todo o trabalho científico, pois busca aumentar as informações sobre o assunto em questão e ilustrar com pesquisas bibliográficas e estudo de caso. A pesquisa descritiva tem o princípio de que os fatos devem ser analisados, classificados e interpretados, sem haver interferência do pesquisador; desta forma, são realizadas investigações de levantamento, podendo ser desenvolvidas nas ciências sociais e humanas, levantando investigações sobre vários quesitos, como opiniões e mercado.

Ademais, o presente trabalho abordou, também, uma base conceitual acerca da gestão de pessoas e competências organizacionais, como forma de sustentar a problemática proposta e o objetivo estipulado, sendo dessa forma, de caráter bibliográfico. Complementando, a pesquisa foi realizada com base em um questionário composto de 10 questões fechadas, sendo 4 do perfil, 4 sobre competências; a questão 7 contém 3 perguntas, estruturadas por meio de uma escala *Likert* de cinco pontos.

Destarte, realizou-se inicialmente uma entrevista semiestruturada com a direção da empresa, para mapear as competências exigidas pela organização. Posteriormente, foi aplicado um questionário no local de trabalho a uma população de 31 colaboradores da empresa participante, no qual, apenas 27 questionários foram considerados válidos para análise. A partir da coleta de dados da pesquisa, os mesmos foram processados no programa Sphinx Léxica V-5 e analisados os indicadores quanto às competências, os de maior relevância considerados na organização.

Análise dos resultados

A presente pesquisa baseou-se em mapear como são desenvolvidas as competências de uma empresa da região central do Rio Grande do Sul, atuante no ramo de logística. Dessa forma, a empresa em foco também atende o setor de atacado (para grandes redes) e varejo (para o público em geral), além do fornecimento para órgãos públicos através da participação em licitações. A organização possui diversos clientes em potencial que são responsáveis por grande parte de seu faturamento, como restaurantes e pizzarias, assim como minimercados, e grandes redes supermercadistas que movimentam o setor de distribuição de alimentos.

Contudo, na primeira abordagem com a direção da empresa, procurou-se levantar as competências que a organização necessita para o desempenho das funções pelos colaboradores. Constatou-se que a empresa ainda não possui uma relação formal das competências, nem um setor de Gestão de Pessoas estruturado, porém tem interesse em determinar as competências mais necessárias para o desempenho das funções, pontuando algumas necessárias, sendo: a responsabilidade, o trabalho em equipe, foco no cliente e o comprometimento. Entretanto, a empresa tem interesse em desenvolver as demais competências em seus colaboradores e incentiva a participação dos mesmos em cursos de qualificação e palestras.

A primeira questão exposta na Tabela 1 mostra que 74,10% consideram muito importante o desenvolvimento das competências na empresa, e observou-se que 25,90% dos pesquisados acham importante esse desenvolvimento.

Tabela 1 – A importância do desenvolvimento de competências na organização

A importância do desenvolvimento de competências	Freq.	%
Muito importante	20	74,1%
Importante	7	25,9%
Pouco importante	0	0,0%
Nada importante	0	0,0%
Total	27	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A importância do desenvolvimento das competências mostrada na pesquisa vem ao encontro do pensamento de Queiroz e Albuquerque (2009), que a coloca em evidência ao referir-se implicitamente à competitividade, destacando que o ambiente empresarial é caracterizado por transformações rápidas e constantes, onde as mudanças tecnológicas, a globalização da economia, a competição entre as empresas, países e força de trabalho, fatores esses que geram impactos significativos na gestão das organizações.

As competências que os colaboradores já desenvolveram são mostradas na Tabela 2.

Tabela 2 – As competências que você já desenvolveu

As competências que você já desenvolveu	Freq.	%
Criatividade	12	44,4%
Empreendedorismo	7	25,9%
Visão Sistêmica	22	81,5%
Negociação	19	70,4%
Organização e Planejamento	20	74,1%
Foco em Resultado	9	33,3%
Foco no Cliente	20	74,1%
Cultura da Qualidade	8	29,6%
Liderança	6	22,2%
Tomada de Decisão	11	40,7%
Comunicação	24	88,9%
Trabalho em Equipe	22	81,5%
Relacionamento Interpessoal	22	81,5%
Flexibilidade	11	40,7%
Trabalhar sob pressão	13	48,2%
Total	27	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se na Tabela 2 que, entre as competências mais desenvolvidas, destacam-se a comunicação com 88,90%, seguida do trabalho em equipe, do relacionamento interpessoal e da visão sistêmica, ambas com 81,50% respectivamente, evidenciando-se ainda o foco no cliente e a organização e o planejamento com 74,10% cada uma e ainda a negociação com 70,40%. Por outro lado, menor destaque na liderança com 22,20% e no empreendedorismo com 25,90%, que se entende por tratar-se de funcionários que, em sua maioria, não ocupam cargos de gerência ou de

liderança. Mesmo assim, sugere-se que sejam oferecidos incentivos aos colaboradores, para tornarem-se líderes e também que estimule o conhecimento e desenvolvimento do empreendedorismo. Os conhecimentos que podem ser desenvolvidos, no entender de Chang Jr. e Santos (2009), abrangem os aspectos técnicos, de conhecimento e de atitudes frente ao trabalho.

A Tabela 3 apresenta quais as competências que são exigidas para o desempenho das funções, e observa-se que se salientam as seguintes: foco no cliente com 81,5%, comunicação com 74,1%, negociação e trabalho em equipe com 70,4%, respectivamente, organização e planejamento e foco no resultado com 63,0% cada uma e, ainda, a cultura da qualidade com 59,30%. Observa-se também que apenas 14,8% dos colaboradores consideram que o trabalho sob pressão é exigido pelo cargo.

Tabela 3 - As competências exigidas para o desempenho das funções

As competências exigidas para desempenho das funções	Freq.	%
Criatividade	9	33,3%
Empreendedorismo	7	25,9%
Visão Sistêmica	10	37,0%
Negociação	19	70,4%
Organização e Planejamento	17	63,0%
Foco em Resultado	17	63,0%
Foco no Cliente	22	81,5%
Cultura da Qualidade	16	59,3%
Liderança	10	37,0%
Tomada de Decisão	11	40,7%
Comunicação	20	74,1%
Trabalho em Equipe	19	70,4%
Relacionamento Interpessoal	14	51,9%
Flexibilidade	13	48,2%
Trabalhar sob pressão	4	14,8%
Total	27	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações, devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O reconhecimento por parte dos colaboradores, de desenvolverem competências para executarem suas tarefas, é um fator positivo, pois, com as exigências desse mercado competitivo, segundo a percepção de Leite e Albuquerque (2009), cada vez mais as competências tornam-se necessárias

para o indivíduo juntamente com a capacidade, em que se tornam aliadas para estruturar e orientar os recursos para fins produtivos e que forneçam vantagem competitiva na organização.

Ainda, pode-se dizer que para executar um trabalho com nível superior de qualificações e desempenho, com conhecimento, habilidade e atitudes, são necessárias as competências, pois estas afetam a maior parte dos profissionais e relacionam-se diretamente com o bom desempenho. (DUTRA, 2009).

De acordo com a Tabela 4, as competências que os colaboradores ainda têm que desenvolver mais são: o empreendedorismo com 70,4%, a liderança com 66,7%, a criatividade com 44,4% e tomada de decisão. Diante do que já foi exposto pelas exigências do mercado, sugere-se que seja desenvolvido um projeto de envolvimento dos colaboradores na organização, a fim de instigá-los a desenvolver essas competências.

Tabela 4 – As competências que você ainda não desenvolveu

As competências que você ainda não desenvolveu	Freq.	%
Não resposta	1	3,7%
Criatividade	12	44,4%
Empreendedorismo	19	70,4%
Visão Sistêmica	5	18,5%
Negociação	4	14,8%
Organização e Planejamento	3	11,1%
Foco em Resultado	4	14,8%
Foco no Cliente	4	14,8%
Cultura da Qualidade	6	22,2%
Liderança	18	66,7%
Tomada de Decisão	9	33,3%
Comunicação	1	3,7%
Trabalho em Equipe	1	3,7%
Relacionamento Interpessoal	0	0,0%
Flexibilidade	7	25,9%
Trabalhar sob pressão	7	25,9%
Total	27	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O interesse em desenvolver tais competências vem ao encontro do pensamento de Gramigna (2007), pois o domínio de determinadas competências leva profissionais e organizações a fazerem diferença no

mercado. Sendo assim, sugere-se que para auxiliar no desenvolvimento das competências que os colaboradores ainda não desenvolveram, sejam feitas reuniões mensais ou semanais, incentivando-os a traçarem planos para o futuro, planejar e criar metas para a realização, além do incentivo à leitura de livros, revistas, jornais e até mesmo despertar o interesse por algum curso na área da competência a ser desenvolvida.

Na Tabela 5, percebe-se como são definidas as competências que os colaboradores possuem ou necessitam desenvolver; 77,8% apontam que estas são definidas por meio da avaliação do conhecimento do colaborador.

Tabela 5 – Definição das competências que os colaboradores possuem ou necessitam desenvolver

As competências que o colaborador possui ou necessita desenvolver	Freq.	%
Através de avaliação do conhecimento do colaborador	21	77,8%
Através da solicitação ao gestor por cursos de seu interesse	5	18,5%
Outra forma	1	3,7%
Total	27	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Assim, as competências da organização e das pessoas que nela trabalham são definidas pela gestão por competências e, segundo Ruano (2009), ela trabalha para poder proporcionar orientação para os esforços e aprendizado desenvolvendo, avaliando e planejando nas diversas áreas da empresa, como a organizacional, individual e gerencial, para que juntos consigam atingir os resultados planejados pela organização, otimizando o trabalho e colocando a empresa à frente da concorrência. Para isso, sugere-se que seja feito um teste de conhecimento específico, de acordo com a função, a fim de avaliar quais são as dificuldades encontradas pelo colaborador e, a partir daí, orientar para o treinamento específico para desenvolver tal competência.

Quanto à preparação do profissional ou do colaborador hoje, exposto na Tabela 6, tem-se que 88,9% acreditam que a preparação do profissional é boa e 7,4% acham que a preparação do profissional é regular.

Tabela 6 – A preparação do profissional

Avaliação da preparação do profissional	Freq.	%
Excelente	1	3,7%
Boa	24	88,9%
Muito boa	0	0,0%
Regular	2	7,4%
Ruim	0	0,0%
Total	27	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A preparação do profissional, conforme o pensamento dos autores Chang Jr. e Santos (2009), pode-se mensurar, hoje, pois as competências estão relacionadas ao comportamento e às atitudes das pessoas, assim como à qualidade e à agilidade do desempenho de suas atividades no decorrer do dia.

A Tabela 7 mostra os benefícios das competências na percepção dos colaboradores, que destacam, por ordem de prioridade, o melhor desempenho e agilidade da equipe com 92,6%, seguido da segurança no desempenho do trabalho com 74,1%, maior confiança no relacionamento gestor-equipe 59,3% e melhor relacionamento interpessoal 40,7%.

Tabela 7 – Os benefícios das competências

Quais os benefícios das competências	Freq.	%
Melhor desempenho e agilidade da equipe	25	92,6%
Segurança no desempenho do trabalho	20	74,1%
Maior confiança no relacionamento gestor-equipe	16	59,3%
Melhor relacionamento interpessoal	11	40,7%
Outras	0	0,0%
Total	27	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nota-se que as empresas passaram a reconhecer as competências como um ativo intangível, valorizando o treinamento contínuo dos colaboradores, pois, segundo Prahalad (1997), o conhecimento implícito é instigado através do treinamento e novas habilidades vão surgindo e são aprendidas, desenvolvidas e melhoradas, e com isso beneficiam as organizações.

A Tabela 8 foi analisada de acordo com o grau de importância das competências da escala Likert, avaliando as escalas em: 1 – Nada Importante – 2. Pouco importante – 3. Indiferente – 4. Importante – 5. Muito Importante.

Tabela 8 – O grau de importância das competências

Competências	Nada Importante		Pouco Importante		Indiferente		Importante		Muito Importante		Total	
	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%
Criatividade	0	0	1	3,7	0	0	20	74,1	6	22,2	27	100
Empreendedorismo	0	0	5	18,5	3	11,1	11	40,7	8	29,6	27	100
Visão Sistêmica	1	3,7	2	7,4	0	0	16	59,3	8	29,6	27	100
Negociação	0	0	0	0	2	7,4	8	29,6	17	63,0	27	100
Organização e Planejamento	0	0	2	7,4	2	7,4	13	48,2	10	37,0	27	100
Foco em Resultado	0	0	0	0	4	14,8	10	37,0	13	48,2	27	100
Foco no cliente	0	0	0	0	1	3,7	5	18,5	21	77,8	27	100
Cultura da Qualidade	0	0	3	11,1	2	7,4	15	55,6	7	25,9	27	100
Liderança	0	0	3	11,1	2	7,4	17	63,0	5	18,5	27	100
Tomada de decisão	0	0	0	0	1	3,7	10	37,0	16	59,3	27	100
Comunicação	0	0	1	3,7	0	0	11	40,7	15	55,6	27	100
Trabalho em equipe	0	0	1	3,7	0	0	8	29,6	18	66,7	27	100
Relacionamento Interpessoal	1	3,7	3	11,1	0	0	12	44,4	11	40,7	27	100
Flexibilidade	0	0	0	0	1	3,7	16	59,3	10	37,0	27	100
Trabalhar sob Pressão	0	0	1	3,7	3	11,1	15	55,6	8	29,6	27	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com o apresentado na Tabela 8, dentre a classificação como Muito Importante, nota-se que o foco no cliente foi considerado o mais importante dentro deste quesito, com 77,8% de aprovação dos respondentes, seguido do trabalho em equipe com 66,7%, a negociação com 63,0% dos respondentes, a tomada de decisão ficou em quarto lugar com 59,3% e em quinto lugar com 55,6% a comunicação, no *ranking* de importância.

As competências consideradas Importantes pelos colaboradores foram, a criatividade com 74,1%, seguida da liderança com 63,0%, a visão sistêmica e a flexibilidade com 59,3%, respectivamente, e a cultura da qualidade e trabalhar sob pressão, ambas com 55,6% cada uma.

Além disso, classificou-se como indiferente o foco em resultado com 14,8%, o empreendedorismo e trabalhar sob pressão com 11,1%, a negociação, a organização e planejamento, a cultura da qualidade e a liderança, ambas com 7,4%. Como pouco importante, classificou-se o

empreendedorismo com 18,50%, a cultura da qualidade, a liderança e o relacionamento interpessoal, ambas com 11,1%.

Dessa forma, percebe-se que competência é um conjunto de qualificações que o indivíduo possui para executar um trabalho com nível superior de desempenho. Seguindo a linha de raciocínio de Dutra (2009), observa-se que as competências que os colaboradores consideraram mais importantes vêm ao encontro das competências que são exigidas na empresa, a primeira destacada é o foco no cliente, já que a empresa trabalha no ramo de atacado e varejo, atendendo dezenas de clientes diariamente. Outra competência que se destaca é o trabalho em equipe, já que as entregas são dispostas com duplas de motorista e ajudante de motorista e, ainda, destaca-se a negociação, que também é utilizada diariamente por todos na organização, cada um em seu setor negociando/combinando como fazer as tarefas e atividades, de forma que beneficie a maioria.

Conclusões

As organizações estão passando por processos de transformações para garantir a competitividade, caracterizadas por mudanças rápidas, intensas e abrangentes. Como reflexo dessas mudanças, nota-se uma maior valorização das pessoas, o que está atribuído, entre outras coisas, à necessidade que as organizações têm de oferecer respostas mais rápidas e que abrangem questões complexas, como as novas formas de organização do trabalho e a postura das pessoas na busca de práticas mais efetivas.

O foco deste trabalho baseou-se na gestão de pessoas, numa empresa do ramo de logística, assim como o mapeamento das competências organizacionais e individuais que são relevantes para o bom desempenho dos colaboradores, no qual percebeu-se que a descrição e a percepção das competências, por parte dos colaboradores, ajudam a identificar as competências que os colaboradores necessitam desenvolver, de acordo com as estratégias da organização.

Para identificar o processo de desenvolvimento de competências na empresa, procurou-se mapear as competências organizacionais, e destacaram-se o comprometimento, o trabalho em equipe, o foco no cliente, a

negociação e a responsabilidade. Buscou-se também identificar quais são as competências individuais que são relevantes para o bom desempenho dos colaboradores e constatou-se que as competências que a empresa exige estão todas relacionadas à área de atuação da empresa, tais como: foco no cliente, comunicação, negociação e trabalho em equipe, dessa forma, conclui-se que a empresa está conseguindo conscientizar e desenvolver essas competências de forma satisfatória, a fim de manter-se competitiva.

Entre as competências que, na percepção dos gestores, já estão desenvolvidas, evidencia-se a comunicação, o foco no cliente, o trabalho em equipe, o relacionamento interpessoal a visão sistêmica, negociação, organização e o planejamento, a flexibilidade e trabalhar sob pressão. Observa-se que as competências desenvolvidas pelos colaboradores estão vindo ao encontro das exigidas pelo cargo; portanto, a empresa está conseguindo recrutar e selecionar colaboradores com o perfil desejado.

Com base na análise desenvolvida, identificaram-se as competências que os colaboradores necessitam desenvolver, que são: a criatividade, a liderança, o empreendedorismo e a tomada de decisão. De acordo com as estratégias da organização, foi possível observar que os colaboradores estão integrados com o cargo e têm as competências pertinentes às suas funções, uma vez que possuem a maioria das competências relacionadas ao desempenho de funções comerciais, que é a atividade da empresa e estão desprovidos das competências gerenciais, como tomadas de decisão, a liderança o empreendedorismo, que são competências mais exigidas nos cargos de gestão.

Dessa forma, sugere-se que a empresa desenvolva projetos/atividades que estimulem os colaboradores a buscarem o conhecimento das competências que ainda falta desenvolver, a fim de torná-los profissionais completos e também para que possa formar seus próprios líderes, de acordo com a necessidade da organização. Além de incentivar a leitura e a traçar planos para o futuro, planejar e criar metas para a realização, e até mesmo despertar o interesse por algum curso na área da competência a ser desenvolvida. Dessa forma, minimiza as dificuldades encontradas no desempenho das funções, formando um quadro de colaboradores

capacitados que atenda eficiente e eficazmente as exigências do mercado, mantendo a empresa competitiva.

Deixa-se como sugestão que este trabalho pode ser aplicado em outras empresas, a fim de contribuir para o conhecimento das competências existentes na empresa e quais devem ser desenvolvidas pelos seus colaboradores e gestores.

Referências

BARRETO, L.M.T.S, et al. Gestão de pessoas: projetando desafios e tendências para 2015. In: ENEO -ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 4., 2010. *Anais ...*, 2010. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo463.pdf>> Acesso em: 10 de jun. 2016.

BASTOS, R. L. *Ciências humanas e complexidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BELFORT, R.M.; SANTOS, E.F.M.N.; TADEUCCI, M.S.R. Gestão por competências: um novo modelo de gerenciamento. *Revista UNI*, v. 2, n. 2, p. 39-53, 2012.

BENTO DE SÁ, F.; BENTO, K.G.R.; ZIVIANI, F.; FERREIRA, M.A.T.F. Práticas de gestão do conhecimento: um estudo em organizações mineiras. *Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 3, n. 1, p. 114-131, 2013.

BOHLANDER, G. W.; SNELL, S; SHERMAN, A. *Administração de recursos*. São Paulo: Atlas, 2005.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CHAN, Y.; LEE, S. Capabilities, processes, and performance of knowledge management: a structural approach. *Human Factors and Ergonomics in Manufacturing*, v. 17, n. 1, p. 21-41, 2007.

CHANG JUNIOR, J.; SANTOS, S.B.S. Análise do ambiente organizacional. In: ALBUQUERQUE, L. G.; LEITE, N. P. (Org.). *Gestão de pessoas: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 27-48, cap. 3.

CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHOU, C. M.A Framework for aligning strategic positioning and knowledge management system. *Information Technology Journal*, v. 10, n. 8, p. 1954-1600, 2011.

COUTINHO, A. R.; KALLÁS, D. (Org.) *Gestão estratégica: experiências e lições de empresas brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2005.

DUTRA, J. S. *Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2009.

FISCHER, A.L. Um resgate conceitual e teórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Gente, 2002.

- FLEURY, A.; FLEURY, M.TL. *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeças caleidoscópico da indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.
- GRAMIGNA, M. Rita. *Modelo de competências e gestão de talentos*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- LACOMBE, F. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LEGGE, K. *Human resource management: rhetorics and realities*. Chippenham: MacMillan Business, 1995.
- LEME, R. *Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, avaliação e mensuração de resultados de treinamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.
- MASCARENHAS, A. O. *Gestão estratégica de pessoas: evolução, teoria e crítica*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- PFEFFER, J. *The human equation*. Harvard Business School Press: Pioneira thomson Learning, 1998.
- PORTER, M. E. *Competitive strategy*. New York, Free Press, 1980.
- PRAHALAD, C.K. A competência essencial. *HSM Management*, São Paulo, n. 1, p. 6-11, 1997.
- QUEIROZ, A.C.S.; ALBUQUERQUE, L.G. Análise do ambiente organizacional. In: ALBUQUERQUE, L.G.; LEITE, N.P. (Org.). *Gestão de pessoas: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 2, p. 17 -26.
- RABAGLIO, M.O. *Gestão por competência: ferramentas para atração e captação de talentos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- RESENDE, E. *O livro das competências: desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- RUANO, A. M. *Gestão por competências: uma perspectiva para a consolidação da gestão estratégica de recursos humanos*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- RUAS, R. Gestão por competências. Uma contribuição à das organizações. In: RUAS, R. et al. *Os novos horizontes da gestão. Aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- RUZZARIN, R. *Gestão por competências: indo além da teoria*. Porto Alegre. Sebrae/RS, 2002.
- SANTOS, V.; CANDELORO, R. *Trabalhos acadêmicos*. Porto Alegre: AGE, 2006.
- STOREY, J. *Developments in the management of human resources*. London: Blackwell Business, 2001.
- VASCONCELOS, F.C. Racionalidade, autoridade e burocracia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002. *Anais Recife*, 2002, p. 1-15.
- ZARIFIAN, P. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

Mercosul: estado e infraestrutura em direção à integração

Luiz Valdemir Ribas da Cruz Júnior*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a importância da infraestrutura no processo de integração regional entre os países membros do Mercosul, considerando aspectos relevantes como a influência do Estado e a importância dos territórios na construção de uma unidade regional. A infraestrutura pode ser uma importante estratégia na construção de um território integrado. A integração regional entre os países membros do bloco necessita ser repensada. A infraestrutura surge como alternativa e reforço da estrutura comercial e política através do elo territorial.

Palavras-chave: Mercosul. Infraestrutura. Estado. Território. Integração.

Introdução

Com o fim da Guerra Fria aproximando-se, uma nova ordem mundial começava a despontar como sistema vigente. O movimento neoliberal “[...] foi inaugurado no Chile no período do ditador Pinochet; entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados”. (GENNARI, 2001, p. 32). Na América Latina, o neoliberalismo ficou evidente a partir de 1989, através do chamado Consenso de Washington.

Segundo Batista (1994, p. 18), os objetivos do Consenso de Washington “[...] eram a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação”, forte contraposição ao Estado desenvolvimentista do período anterior. Eram ainda objetivos “[...] a abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capital de risco”. Nestes dois pontos, observa-se claramente a intenção neoliberal de predominância do mercado, como regulador das relações econômicas internas e externas. No Brasil, passa-se a contestar a maneira escolhida para introduzir o sistema neoliberal.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE Unisinos) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2057342424272246>>. E-mail: luizvrc.jr@gmail.com

A força neoliberal está ligada a um fenômeno presente na literatura atual: a globalização. Dentre as possíveis definições para sua melhor compreensão, descreve-se como “[...] um fenômeno ao mesmo tempo amplo e limitado: amplo, porque ela cobre transformações políticas, econômicas e culturais; limitado, porque não se trata de um processo completo e terminado, e ele não afeta a todos da mesma maneira”. (MELLO, 1999, p. 165). Assim, as relações entre distintos lugares passam a ser mais curtas, mais rápidas e mais eficientes e, conseqüentemente, obrigam setores estagnados a inovarem, no sentido de poderem competir com os mesmos setores de países mais avançados.

Dentre as mudanças ocorridas nesta nova fase do capitalismo mundial, a ampliação e intensificação do comércio internacional, a serem seguidas pela interdependência entre os Estados, e a integração por meio de blocos econômicos, começam a se destacar, concepções que carregam intrinsecamente, neste caso, o teor neoliberal. Desta forma, um primeiro passo e característica comum dos países, na década de 1990, foi buscar associações pelas quais fossem eliminadas as barreiras comerciais, ou seja, o predomínio do mercado nestas relações. Assim, ao se eliminarem as barreiras aos bens, eliminar-se-iam os empecilhos à movimentação de fatores produtivos como o capital e o trabalho.

Destaca-se, como fonte alternativa ao modelo de integração apresentado, o neoliberal, a teoria estruturalista de integração. Os estruturalistas propõem uma integração social. Nesta visão, as instituições deveriam inserir todas as populações de forma mais justa possível, no processo de integração entre os países, criando instituições que possibilitassem essa inserção. Conforme Schneider (2005, p. 33), a teoria em questão “[...] propõe uma integração regional planejada, dirigida, organizada, planificada pelos Estados Nacionais”. Assim, percebe-se o papel ativo do Estado nacional como agente da integração, contrapondo-se à teoria de mercado.

No final da década de 1990, Cervo e Bueno (2010, p. 457) apresentam uma alternativa às teorias apresentadas, ressaltando o surgimento de um novo paradigma, o “Estado logístico”, que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras, ajudando-as a

operarem no Exterior, para equilibrar os benefícios da interdependência. Assim, Estado e empresariado trabalham em conjunto, enfrentando as dificuldades impostas pela globalização e buscando uma posição assertiva na arena do comércio internacional. O papel do Estado logístico é o de oferecer a condição para que a sociedade tenha condições de empreender e competir no comércio internacional. O Estado deve “preparar o terreno” para que a sociedade ofereça as possibilidades de empreender. Cervo e Bueno (2010, p. 494) assinalaram que “logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças de mercado e poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo”. Neste novo conceito, o Estado atua em prol de outros setores econômicos e sociais.

Ainda que haja divergências quanto à natureza e ao papel do Estado na integração, sabe-se que esta pode dar-se via contiguidade territorial ou através de acordos intergovernamentais. (ALMEIDA, 2005). Os objetivos destes podem ser variados, desde assuntos comerciais, políticos, econômicos até assuntos militares, bélicos, etc. Assim, determina-se grande fator de relevância e importância ao território, como fator de inserção de determinada região na economia internacional. Desta forma, pode-se dizer que “[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social”. (SANTOS, 2002, p. 15).

Cervo e Bueno (2010) assinalaram que, na década de 1990, foi colocada em xeque a relevância do Estado nacional e que, a partir do século XXI, contrariando as expectativas, o Estado passa a desempenhar funções anteriores à transição dos anos 1990 e até mesmo desempenhando novas funções. Antes da década de 1990, havia um Estado desenvolvimentista, responsável por todos os setores da economia e fomentador de desenvolvimento. A partir de 1990, há um *Estado normal*, ou seja, com as políticas neoliberais o Estado passa a exercer suas funções mínimas no setor econômico. E, desde o final da década de 1990, nota-se um Estado logístico. Neste tipo de Estado, o país fica responsável pela inserção competitiva dos núcleos produtivos nacionais, fornecendo infraestrutura de qualidade, incentivando os produtores nacionais voltados ao mercado externo e interno.

Em uma concepção neoliberal, o território é o campo de conexão entre os Mercados – entendam-se todos os tipos de aspectos, como natureza, informação, ideias, ciências, informação, política – e a sociedade civil. (SANTOS, 2002). Desta forma, o local conecta-se ao global por meio do mercado. Neste caso, Santos estabelece que “[...] quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade as redes é o Mundo” e que “[...] quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo de mercado”. (SANTOS, 2002, p. 18). Esta concepção neoliberal não é única nem absoluta, pois se admite outras óticas de análise da função do território em conectar o local ao global.

Ainda se questiona a atuação do Estado nacional sobre o território, pois se percebe uma “transnacionalização” deste (SANTOS, 2002). Nota-se o uso do território por dois meios: local e global. O meio local é caracterizado por uma personalidade comum, pois possui características próprias do ambiente, desde aspectos físicos e humanos até aspectos institucionais que refletem a possibilidade de convergência entre aqueles que se localizam sobre o mesmo local. O global caracteriza-se pela definição das regiões por suas posições em uma estrutura mais vasta. (BENKO, 2002).

A globalização promoveu a abertura de fronteiras entre os países. Conforme Santos (2002, p. 16) “[...] as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”. Deve-se, assim, explorar essa continuidade entre os territórios, de modo a facilitar o elo entre estes e os pontos distantes, as verticalidades. O modelo da União Europeia deve ser levado em consideração. Junior e Silveira (2007) demonstraram que o setor de transportes exerceu papel importante na consolidação da União Europeia e que as atividades empregadas nos variados modais entre os países são responsáveis por grande emprego de mão de obra.

A nova organização social permite que espaços locais, com características próprias, possam conectar-se com os demais espaços ao redor do mundo. Desta forma, retoma-se o debate sobre o papel do Estado Nacional, pois se percebe que as técnicas ligadas aos transportes e comunicações datam da segunda Revolução Industrial, em que houve propagação de técnicas e ferramentas que permitissem a difusão da

produção para outros destinos mais distantes, permitindo a regionalização da produção, estimulando a integração e a dissolução das fronteiras nacionais. (MOREIRA, 2007).

Assim sendo, busca-se entender a dialética da eficácia do Estado nacional sobre o território e a inserção local via redes globais de informação. Benko (2002, p. 62) explora o sentido de redes, dizendo que estas são as “[...] relações interempresariais das quais se definiu a governança para além do mercado”. Essas redes estão conectadas via era de informação, encurtando, assim, distâncias geográficas e aproximando similitudes produtivas, empresariais e políticas. Neste caso, emerge um debate sobre o papel do Estado nas redes, já que este não influi no processo de governanças destas, não ao menos no âmbito do local.

Conforme Santos (2002), espaços contíguos ou em redes são os mesmos espaços, mas com funcionalidades diferentes; se, no primeiro, as normas são geradas no local sobre o domínio da técnica, no segundo há a imposição política e ideológica do espaço, o espaço global que impõe sua política e ideologia, sua racionalização. No topo da hierarquia, ou como melhor define, Santos (2002, p. 18), está o *Mundo*, que tem o controle das redes, e este mundo é o “mercado universal e dos governos mundiais”. Este governo mundial está baseado em organizações internacionais e governamentais, organizações financeiras, universidade mundiais, órgãos fomentadores de pesquisa, entre outros, que têm o poder de investir forte em pesquisa, fundamentando conceitos de seus interesses e minando o conceito de Estado territorial.

Assim, propõe Santos (2002), que, ao mesmo tempo em que as verticalidades crescem em torno do grande capital, estas podem, também, unir-se horizontalmente, retomando a base de vida comum e gerenciando suas próprias normas locais. Neste caso, “[...] cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres permitidos pela ciência, tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto”. (SANTOS, 2002, p. 19). Desta forma, os blocos regionais são outra face de uma inserção globalizada.

Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir a importância da infraestrutura no processo de integração regional entre os países membros

do Mercosul, considerando aspectos relevantes, como a influência do Estado e a importância dos territórios, na construção de uma unidade regional. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica de diferentes correntes teóricas, que permitiu analisar como a infraestrutura insere-se no contexto de alternâncias destas teorias, ao longo dos anos na América Latina e, especialmente, nos países do Mercosul. Além desta introdução, que apresentou as diferentes percepções do uso do Estado na construção da territorialidade única na região, estão presentes no art. a seção 2, em que se discutirá a importância da infraestrutura na integração dos territórios. Na seção 3, serão apresentados benefícios e desafios que a infraestrutura, na região do Mercosul enfrenta. Por fim, na seção 4 são feitas as considerações finais.

Integração física dos territórios: a importância da infraestrutura

Entre os objetivos do Mercosul, está “[...] criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”. De forma complementar “[...] busca-se a adoção de uma política externa comum, coordenação de posições conjuntas em foros internacionais [...]”, entre outros (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991). O fato de se pensar em criar uma área entre os países já supõe um novo território, ou seja, “[...] há mudanças nos limites físicos, econômicos e políticos e, assim, a partir da abertura, da abolição de barreiras domésticas, este novo recorte coloca-se como uma superação da escala nacional”. Ao mesmo tempo, cria-se um território fechado frente a outros. (ARROYO, 2002, p. 308).

A globalização e processos de integração caminham lado a lado. Estes estão articulando-se de modo que a sociedade civil avance sobre o poder do Estado. (CICCOLELLA, 2002). Os objetivos de integração por blocos econômicos deixam claro que há busca por uma inserção competitiva em conjunto. O Estado possui papel importante na competitividade das empresas (ARROYO, 2002); neste caso, os Estados membros do bloco têm como responsabilidade promover uma inserção competitiva de suas firmas.

Assim, destaca-se o conceito de “competitividade sistêmica”, que estabelece que os “[...] esforços individuais das firmas devem estar

acompanhados por inumeráveis aspectos que conformam seu entorno”, aqui são citados: infraestrutura física, aparato científico e tecnológico, recursos para o sistema educacional, financiamento, incentivos; e em boa parte este se dá através “da presença ativa do Estado”. (ARROYO, 2002, p. 312).

A integração física é parte de todo um processo de integração mais amplo, pois a redução de barreiras comerciais, por si só, não é suficiente para a verificação de um aumento nos fluxos comerciais. Como parte da integração física, um desenvolvimento infraestrutural torna-se a base de um conjunto de medidas necessárias para a inserção competitiva de determinado território na economia internacional, ou seja, “[...] a provisão de infraestrutura de transportes torna a região mais atrativa a investimentos”. (HERRMANN, 2012, p. 23).

Desta forma, a infraestrutura e o comércio internacional andam lado a lado na inserção competitiva de um país, no comércio internacional. A infraestrutura, apesar de não levada em consideração em muitos aspectos, contribui com o desenvolvimento econômico e social. Conforme Sánchez e Tomassian (2012, p. 7). “A provisão eficiente de serviços de infraestrutura é um dos aspectos mais importantes de uma estratégia de desenvolvimento, tanto nos níveis nacionais como nos regionais”. Muitas vezes, a temática da infraestrutura fica fora de debates públicos e das próprias políticas públicas sociais e econômicas, quando, na verdade, é o elo entre o desenvolvimento econômico e o social. Assim, segundo Sánchez e Tomassian (2012), a infraestrutura atuaria como elo territorial, econômico e social. A infraestrutura, assim, apresenta potencial de melhora nos termos de conexão entre os territórios, redução de custos de transporte, mobilidade e logística e a competitividade dos setores que operam no comércio internacional, ao mesmo tempo em que permitem melhoras nos índices de desenvolvimento, facilitando o acesso de regiões pobres ao seu entorno e serviços fundamentais. (SÁNCHEZ; TOMASSIAN, 2012).

Desta forma, desconsiderar o papel da infraestrutura e seus serviços é não apostar nos seus resultados econômicos e sociais, além de desconsiderar a união dos territórios e suas populações, objetivo em uma integração entre países. Aproveitar-se do espaço, de forma eficiente, para conectar-se a outras regiões facilita o comércio e reduz os custos de transporte. Em uma região

dotada de uma infraestrutura completa, facilita-se a concorrência, reduzindo o tempo de espera e custo de transporte, além de significativa melhora da qualidade e eficiência, que se reflete em ganhos de produtividade e competitividade para o nacional e o regional, para as empresas e, conseqüentemente, para o país. (SANCHÉZ; WILMSMEIER, 2005).

Por infraestrutura entendem-se todos os setores necessários para movimentar a economia e seu entorno, desde energia, telecomunicações, transportes, combustível e saneamento. Assim, neste caso, o sistema de transportes contribui para a mobilidade entre dois pontos ou mais, distante territorialmente ou inseridos em espaços geográficos diferentes, conectando populações e empresas a serviços diferenciados, em outras regiões e a novos mercados. Assim, investir em qualidade, infraestrutura e no sistema de transportes, do ponto de vista econômico, beneficia vários setores, tais como expansão de mercado e benefícios de economias de escala, aglomeração, aumento de eficiência, dada a maior concorrência, e economia de recursos e tempo de deslocamento para consumidores. (ALONSO, SÁNCHEZ; WILMSMEIER, 2005).

Integração territorial: para além dos ganhos comerciais

Percebe-se que há uma falta de integralidade nas políticas de infraestrutura regional entre os países do Mercosul. No entanto, sobressaem-se algumas movimentações em direção à temática, como em Brasília, 2000, o encontro que daria o impulso para a criação da União de Nações Sul-Americana (Unasul); em 2008, onde também ficou definida a criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), que visa apoiar o desenvolvimento da infraestrutura, econômico e social na região. (IIRSA, 2013). Ainda que a Iirsa amplie o conjunto de análise deste trabalho, os países membros do Mercosul são parte da Unasul e ambos são complementares no resultado final, integrar. Assim, a Iirsa prevê acordos setoriais ligados às diversas áreas da infraestrutura, como setor de comunicações, energias e de transportes, por meio de um desenvolvimento sustentável. O objetivo desta iniciativa é fomentar o processo de integração entre os países da América do Sul, por meio da rede infraestrutural, ou seja,

busca-se eliminar os gargalos recorrentes neste setor na região; fomentar o comércio intrarregional e promover uma inserção competitiva dos países no comércio internacional. Para que estes objetivos sejam alcançados, são necessárias medidas harmônicas entre os países, de forma a eliminar as barreiras institucionais hoje existentes. (IRSA, 2013).

Observa-se que, com a criação da Iirsa, os países da região atentaram-se à necessidade de políticas de integração para a manutenção competitiva da região. Assim, ainda dentro do âmbito da Iirsa, foram criados grupos de análises setoriais para identificar aspectos burocráticos e normativos que atrasam as políticas públicas de integração entre os países e, em consequência, a integração concreta de projetos e investimentos nas áreas mais deficitárias. Sánchez e Tomassian (2012, p. 54) apontam que a Iirsa cumpre seu objetivo inicial, mas é necessária a continuação e a manutenção dos projetos da Iirsa, pois além da necessidade de realizar um intenso trabalho relativo à difusão da Iirsa na sociedade, também é preciso melhorar sua complementaridade com as dimensões econômicas e políticas de integração regional existentes na América do Sul.

Agrega-se a esta iniciativa conjunta e integrada dos países outras medidas capazes de aliviar os gargalos e permitir fluidez de mercadorias na região, por meio de uma infraestrutura de transportes que favoreça uma logística competitiva. Assim, na década de 1990, a influência do movimento neoliberal nos países da região do Mercosul, aliado com as sucessivas crises econômicas causadoras de instabilidades, permitiu que, quase simultaneamente, os países adotassem medidas de transferência de parte das responsabilidades das áreas de infraestrutura ao setor privado. Santiago (2011) aponta que os modais concessionados foram importantes, no sentido de atrair investimentos e gestão privada para o setor de infraestrutura de transportes, mas que a totalidade de vias concessionadas representa, no máximo, 1% da malha rodoviária da América do Sul. Nesta modalidade, o ente privado que ficará responsabilizado pela concessão da rodovia, por exemplo, tem o direito de aplicar cobranças sobre os usuários que cubram seus custos de manutenção e investimento. Essa política foi aplicada praticamente em todos os países da América do Sul e, especialmente, nos

países do Mercosul. Políticas de concessão semelhantes também foram aplicadas às ferrovias, a portos e aeroportos.

Assim, ao concessionar parte das responsabilidades ao setor privado, há uma desoneração do setor público, ao qual cabe a função de fiscalizar os serviços prestados. Sanchéz e Tomassian (2012) apontam que, a partir destas políticas de concessões, se verificou que grandes parcelas dos investimentos se direcionavam aos setores de energia e telecomunicações e, em menor escala, ao setor de transportes. Em relação às rodovias, os investimentos, por parte do setor privado, não são suficientes, já que atendem uma minoria de rodovias, ainda que tenha sido registrado um aumento na parcela de investimentos direcionados ao setor de transportes.

Sanchéz e Wilmsmeier (2005) afirmam que, de forma geral, os investimentos públicos foram retraídos na década de 1990 e os investimentos privados não conseguiram substituir ou repor a diferença deixada pela retração do setor público, o que teria impacto direto com a diminuição do crescimento econômico da região. Apontam ainda outro problema, que é a debilidade institucional dos países. Ao optar pela concessão, devem estar claros os riscos em geral aos quais ambas as partes (pública e privada) serão submetidas. Geralmente, o país da região tem arcado com estes riscos por falta de estrutura fiscalizadora e ineficiência ao estabelecer contratos. Assim, deve-se buscar uma melhor eficiência do setor institucional, por meio de mecanismos de controle da relação de transferência de responsabilidades, onde Sanchéz e Wilmsmeier (2005, p. 36) complementam assinalando que a demanda por investimento em infraestrutura impõe elevados recursos e prazos longos; entretanto, os países estão sujeitos a variações nas estabilidades econômicas, políticas, jurídicas. Tais problemas inibem os investimentos privados no setor.

Políticas integradas entre os países da região e uma condição institucional eficiente, e que ofereça segurança aos investidores privados, atuam em consonância com políticas públicas voltadas ao setor. Neste contexto, mais recentemente tem-se discutido, juntamente com os demais problemas apontados, a falta de políticas sustentáveis na área de infraestrutura, principalmente, no setor de transportes. Atribui-se ao transporte grande importância, e em certa parte responsabilidade, pela

discussão em torno do meio ambiente e do impacto dessa nova realidade econômica, industrial e globalizante, onde o papel do transporte é cada vez mais importante e cada vez mais protagonista, no debate sobre os aspectos ambientais.

Os países da região do Mercosul têm tardado na adoção de políticas de infraestrutura, que visem um melhor desempenho no setor de transportes em relação à sustentabilidade destas funções. Uma melhor sustentabilidade do setor de infraestrutura, além de atender os requisitos de controle dos efeitos ambientais, permite melhor desempenho da competitividade e produtividade dos transportes e da logística, uma vez que se utilizar-se-á a melhor maneira possível e rentável os recursos disponíveis. Sanchéz e Wilmsmeier (2005, p. 38) apontam que “[...] na atualidade o transporte é responsável por 28% das emissões de CO₂, principal componente do efeito estufa”. Assim, evidencia-se a predominância de um modal de transporte extremamente contaminante, o rodoviário.

A evolução pela escolha rodoviária na mobilidade de pessoas e mercadorias, em detrimento de outros modais, atua diretamente na deterioração ambiental. Sanchéz e Tomassian (2012) apontaram que, em uma economia em que o mercado predomina, a mobilidade sustentável estaria baseada em um sistema de transportes no qual a eficiência e o cálculo dos preços sobre o transporte estariam mensurados sobre três pilares: volume, qualidade e tarifas. Mas, sabe-se que os efeitos causados pela utilização excessiva de um modal geram custos externos de transportes e que não estão agregados na forma atual de contabilização dos custos de transporte na região. Desta forma, por exemplo, ao predominar o transporte rodoviário, conforme assinalaram Sanchéz e Tomassian (2012, p. 40), os custos externos gerados estariam ligados a “[...] congestionamentos, acidentes, ruídos, contaminação atmosférica, mudanças climáticas, danos à natureza, ocupações territoriais e efeitos ambientais suplementares”.

Neste caso, volta-se à ineficiência institucional na promoção de políticas que promovam o desenvolvimento da infraestrutura adequada, eficiente e competitiva na região. Quando se trata de sustentabilidade, Sanchéz e Tomassian (2012) apontam que se verifica o atraso na adoção de políticas sustentáveis nos países da América do Sul, escassez de vontade política na

implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e aos transportes, falta de continuidade de políticas e ações já iniciadas, incerteza de mudanças políticas, excesso de pressão, *lobbies* políticos e a grande presença de interesses setoriais, o que ocasiona desequilíbrio entre os modais. Assim, todos os fatores mencionados alteram os custos e a competitividade da região.

Desta forma, os países da região do Mercosul, e na América do Sul em geral, devem atentar-se à sustentabilidade ligada ao setor de transportes. Sánchez e Tomassian (2012, p. 31) apresentam o conceito de “comodalidade, que deve ser entendido como alternativa que busca a eficiência na distribuição modal de transporte e seus serviços, para cada viagem e grupo de viagens”. Essa distribuição estaria ligada ao aproveitamento máximo de cada meio de transporte e à combinação deste com outros meios de transporte, fazendo com que o transporte seja “[...] eficiente e sustentável de acordo com as necessidades particulares do transporte e a distância a ser percorrida”. Ainda na linha descrita pelos autores, a comodalidade é um conceito que abarca e complementa os conceitos de multimodalidade e intermodalidade, pois se concentra, além de aspectos jurídicos e de regulação de operações, na “[...] eficácia e eficiência do serviço de transporte, como sistema integral e constituinte da cadeia logística”. Assim, políticas que visem uma mobilidade sustentável passam diretamente pelo desenvolvimento econômico, social e agem em direção à promoção do diálogo entre os países sobre o assunto, que é de extrema importância, no que diz respeito à preservação ambiental.

Considerações finais

Dentro das perspectivas propostas neste trabalho, observou-se um caráter evolutivo no papel do Estado, como fomentador da integração na região do Mercosul. Inicialmente, apresentou-se a teoria neoliberal, movida substancialmente pelo mercado. Nesta, o Estado teria papel mínimo e a integração se ajustaria por meio da eliminação das barreiras comerciais entre os membros do bloco. Na segunda perspectiva, apresentou-se a teoria estruturalista, que traz o conceito de Estado forte, ou seja, o Estado seria o

responsável por organizar e inserir a sociedade em blocos econômicos. E, na última perspectiva, demonstrou-se o Estado logístico, que seria um equilíbrio entre o papel do Estado e o setor privado. Nesta perspectiva, o Estado seria o responsável por fornecer os meios para que o setor empreendedor e empresarial-nacional possa participar da corrente de comércio internacional, cabendo a estes a responsabilidade de produção, qualidade e parte da competitividade do produto final.

Percebe-se, no caso dos países membros do Mercosul, a partir da bibliografia que fundamenta este trabalho, que o processo de integração territorial passa pelas três perspectivas. Inicialmente, fomentado pela perspectiva neoliberal, o bloco visto como uma alternativa de ampliação dos mercados nacionais, deu a entender que este pensamento não se aplicaria na forma esperada na região e entendeu-se a necessidade de trazer de volta para o Estado a responsabilidade de promover esta integração. Retomado o papel do Estado como eixo central das políticas de integração, os países, principalmente o Brasil, aplicam a política de Estado logístico, com fortes investimentos em setores considerados estratégicos para a promoção de crescimento econômico e a busca de parcerias com a iniciativa privada, para a realização de investimentos em infraestrutura.

Ao criar-se o Mercosul, automaticamente cria-se um novo território. Em uma concepção neoliberal, este novo território seria a conexão entre os mercados dos países membros. Assim, este novo território integrado e dinâmico, caracterizado pela contiguidade territorial entre os países membros, apresenta semelhanças físicas, produtivas e institucionais, que facilitam a convergência entre estes países. Dessa forma, o local estaria apto a conectar-se às redes globais de comércio, como resultado da “nova” globalização, movida pela informação. A aproximação entre o local e o global, entendida, neste caso, como o mercado, seria eminente e benéfica às relações comerciais entre os países. O Mercosul nasce na prerrogativa neoliberal, em benefício do comércio e acaba deixando de lado setores estratégicos, importantes para a integração além do comércio, como desenvolvimento de instituições conjuntas, políticas de desenvolvimento conjuntas, políticas de integração produtiva.

Mas, para que ocorra o escoamento da produção destes países, entre eles e com o restante do mundo, é necessária uma infraestrutura que suporte esta nova realidade e, neste ponto, entra o papel do Estado. Só o mercado não seria suficiente para dinamizar as relações entre os países membros do Mercosul, ou até mesmo destes com outros países da América do Sul e de outros pontos do mundo. Todavia, as relações comerciais são uma importante ferramenta de crescimento econômico e cabe aos países buscarem melhor inserção nestas relações. Ao reforçar a aproximação, natural devido à contiguidade territorial, e formal do ponto de vista institucional, os países membros do bloco colocam-se em uma escala além do nacional. A partir disto, são necessárias políticas públicas comuns, oriundas das instituições nacionais e instituições comuns do bloco, que fomentem a interação entre os países membros.

A partir da formação desta nova localidade, frente a outras regiões do mundo, são necessárias medidas que promovam a integração para além das relações comerciais. Neste caso, a infraestrutura exerce um papel importante como elo de sustentação deste novo território. Ao trazer para o debate o tema da infraestrutura, não se desmerece a importância das relações comerciais, mas as amplia não em detrimento de outros setores importantes, mas em complemento destes. Ao conectar dois territórios, por meio de uma rede completa de infraestrutura, mais especificamente infraestrutura de transportes, abrem-se novas oportunidades econômicas; possibilita-se o crescimento; promove-se desenvolvimento e se oferece à população novas oportunidades. Assim, a infraestrutura aproxima territórios distantes, promove trocas comerciais, promove mudanças sociais, porque facilita o acesso das populações aos recursos antes indisponíveis ou com qualidade inferior; promovem o acesso a novos meios de produção, além de terem a chance de expandir negócios entre estes dois pontos.

Apontada a importância da infraestrutura, há outro fator, intimamente ligado ao primeiro, que atua como importante vetor de competitividade produtiva dos países. A logística atua em benefício das relações comerciais e de uma inserção competitiva dos países no comércio internacional. É ela que define o meio mais eficiente pelo qual dois territórios serão integrados. No caso da América do Sul em geral, e do Mercosul, em específico, demonstra-se

as dificuldades institucionais dos países, para melhor aproveitarem ganhos potenciais de uso.

Como visto, os países tratam setores estratégicos de infraestrutura de forma separada, isolada, como políticas nacionais; assim, têm dificuldades em encontrar um sistema de transporte eficiente e competitivo para o bloco. A isto, creditam-se políticas unimodais aplicadas nestes locais, ou seja, dá-se demasiada preferência a um determinado modal, em detrimento de outros. Um sistema de infraestrutura de transportes eficientes, facilitador do papel logístico, deve empregar-se política multimodal, utilizando todos os aspectos disponíveis, de modo que se busque redução dos custos de frete e práticas de transportes sustentáveis, que reduzam a emissão de poluentes, sendo o frete um dos grandes responsáveis pelo valor final do produto.

Destarte, não se atrela à ineficiência competitiva dos países da região do Mercosul apenas a falta de infraestrutura. Existem outros fatores que contribuem para a elevação do custo final do frete, como barreiras de ordem natural e institucional. Destaca-se o grande problema institucional que emperra o setor de infraestrutura de transportes e logística na região. Há um grande atraso de investimentos nesta área, preponderância de determinado modal, problemas burocráticos e legais. Grande parte dos problemas enfrentados diz respeito à má-gestão institucional, responsável por este setor. Isto encarece a produção e dificulta uma inserção competitiva no comércio internacional. Os países integrados devem atentar-se para a nova realidade que os cerca. Assim, é responsabilidade dos governos buscar soluções conjuntas que articulem os territórios de forma eficiente e que estes se aproveitem destes fatores, em busca de crescimento e desenvolvimento econômico.

Referências

- ALMEIDA, P. R. *O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do MERCOSUL e da Alca*. Ensaio. São Paulo: Aduaneira. 2005.
- ARROYO, M. MERCOSUL: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: SANTOS, Milton (Org.); SOUZA, Maria Adélia (Org.); SILVEIRA, Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX. *Caderno Dívida Externa*, n. 6, 2. ed., nov. 1994.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BRASIL. *Decreto Legislativo 350*. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado do Mercosul). Brasília, 21 de nov. de 1991.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. 2. reimp. Brasília: Ed. da UnB, 2010.
- CICCOLELLA, P. J. Desconstrução/reconstrução do território no âmbito do MERCOSUL e do Corredor Andino. In: SANTOS, M. (Org.); SOUZA, M. A. (Org.); SILVEIRA, L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo, e abertura econômica do Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 13. n. 1(21), p. 30-45, 2001.
- GOEBEL, D. A competitividade externa e a logística doméstica. In: CASTELAR, A.; MARKWALD, R.; PEREIRA, L. V. *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: Ed. BNDES, 2002.
- HERRMANN, F. D. *Infraestrutura de transportes: alavanca da economia*. 2012. Dissertação (Graduação em engenharia civil) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- IIRSA. Iniciativa para a integração Regional Sul-Americana. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- JUNIOR, U. C. Teoria Geral da Integração: Em busca de um modelo alternativo. In: MERCADANTE, A. A. (Org.); JUNIOR, U. C. (Org.); ARAÚJO, L. R. (Org.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá. 2007.
- JUNIOR, N. F.; SILVEIRA, M. A intermodalidade na Europa e no Brasil. O porto de Pederneiras – SP como ponto nodal. *Geografia em atos*, Presidente Prudente, n. 7, v. 2, p. 42-57, 2007.
- MELLO, V. C. Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Rev. bras. polít. int.* [online], v. 42, n. 1, p. 157-181, 1999.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Rev. Eletrônica de ciências sociais e outras ciências*, v. 1, n. 1, p. 55-70. 2007.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A.; SILVEIRA, L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANCHÉZ, R.; TOMASSIAN, G. C. *Unasul: Infraestrutura para a integração regional*. (LC/L.3408-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2012. Publicación de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3045/1/S2012340_pt.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SANCHÉZ, R.; WILMSMEIER, G. Provisión de infraestructura de transporte en América Latina: experiencia reciente y problemas observados. *Serie Recursos Naturales e Infraestructura*, n. 94 (LC/L.2360-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2005. Publicación de las Naciones Unidas. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/6290-provision-de-infraestructura-de-transporte-en-america-latina-experiencia-reciente>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SANTIAGO, P. B. *Infraestrutura: experiência na América Latina*. Brasília, DF. CEPAL, 2011. Escritório no Brasil/IPEA. (Textos para discussão CEPAL – IPEA, 35). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20947>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SCHNEIDER, F. B. *Integração Regional e capital social*. 2005. 173p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil, 2005.

TOMASSIAN, G. C.; PERÉZ, G.; SÁNCHEZ R. Políticas integradas de infraestructura, transporte y logística: experiencias internacionales y propuestas iniciales. *Serie Recursos Naturales e Infraestructura*, n. 150 (LC/L.3226-P/E), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2010. Publicación de las Naciones Unidas. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6350/S1000312_es.pdf;jsessionid=1286DE468D7BF56A33A52ABC3BA5A86D?sequence=1>. Acesso em: 18 ago. 2016.

O agronegócio brasileiro: uma análise do complexo soja e das perspectivas comerciais com a China*

Angélica Massuquetti**

Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso***

Caroline Silva Santos#

Priscila Ferreira Rocha##

Letícia Guarnieri Moretto###

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a evolução das exportações do agronegócio brasileiro, no período 2004-2014, por destinos e por produtos. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a coleta de informações, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre os principais destinos e produtos do agronegócio comercializados pelo Brasil com o restante do mundo (valor e volume exportado). Os resultados revelaram que a China é o principal parceiro comercial do Brasil e que o complexo soja é o segmento mais importante do agronegócio brasileiro. Por fim, a desaceleração da economia chinesa impactará nas exportações do agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: Agronegócio. Exportação. Soja. Brasil. China.

* Este artigo integra o Projeto *Relações Comerciais Agrícolas Internacionais: Regionalismo ou Multilateralismo*, coordenado pela Profa. Dra. Angélica Massuquetti (PPGE Unisinos).

** Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792291J1>>. E-mail: angelicam@unisinos.br

*** Economista pelo curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4337266T2>>. E-mail: rafaelaostermann@gmail.com

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Probic Fapergs 2015-2016. Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8465421H6>>. E-mail: carolssantos93@gmail.com

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Pibic CNPq 2015-2016. Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8405560D9>>. E-mail: priscila.rochaferr@gmail.com

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Unibic Unisinos 2015-2016/2016-2017. Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8341657Y7>>. E-mail: leticiamoretto@yahoo.com.br

Introdução

As exportações totais do Brasil, em 2000, eram formadas por 40,5% de produtos primários e de produtos intensivos em recursos naturais. Já em 2014, esse grupo representou 64,4% do comércio brasileiro com o mundo. As exportações brasileiras, em 2014, alcançaram o valor de US\$ 225,1 bilhões e apenas os produtos primários¹ representaram 45,2% deste total. Além disso, os principais parceiros comerciais do Brasil, também em 2014, foram a China, os Estados Unidos da América (EUA), a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), representando, em conjunto, 61,5% do total comercializado dos produtos brasileiros com o mundo. (MDIC, 2016).

A maior participação dos produtos primários nas exportações nacionais tem sido investigada em estudos na área de comércio internacional, como nas pesquisas desenvolvidas por Posser e Massuquetti (2014), Avila (2012) e Sonaglio et al. (2010), que encontraram evidências do processo de reprimarização no Brasil, nos anos 2000. O Brasil é o quinto maior exportador mundial de produtos agropecuários (FAO, 2016) e as exportações do agronegócio brasileiro representaram, em 2014, 43% do total comercializado pelo país com o restante do mundo.² (MAPA, 2016a).

De acordo com Casagrande, Ilha e Führ (2012), após a abertura comercial brasileira, na década de 1990, o Brasil buscou expandir o comércio externo por meio de novos parceiros, além dos já tradicionais – EUA, UE e Mercosul.³ Com o fim do sistema de bandas cambiais e com a adoção de um

¹ Nesta classificação estão incluídos os produtos agrícolas, os minerais e os energéticos.

² A evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio, no período 2004-2014, pode ser observada no Anexo 1.

³ Vale et al. (2015) analisaram o comércio internacional e o agronegócio no Brasil, buscando identificar a importância dos parceiros comerciais nas exportações de *commodities* agrícolas. O empenho brasileiro no setor agrícola, buscando maior liberalização comercial, contrapõe-se com o protecionismo de alguns países. Segundo os autores, mudanças independentes nas exportações agrícolas são capazes de provocar estímulos de crescimento econômico com efeitos multiplicadores para todo o sistema produtivo brasileiro, sendo que a economia brasileira é altamente dependente da comercialização de *commodities*. Os resultados macroeconômicos de simulações realizadas no estudo revelaram que um aumento de 10% nas exportações de bens agrícolas, para diferentes destinos, levariam a uma variação positiva no Produto Interno Bruto (PIB), com exceção da África do Sul e do Peru, e os resultados seriam positivos na balança comercial para todos os destinos. Sobre os resultados de comércio, as maiores variações positivas nas exportações de *commodities* agrícolas seriam para a China (R\$ 967,35 milhões), UE (R\$ 931,25 milhões) e EUA (R\$ 258,17 milhões). Para

regime cambial menos rígido, foi possível aumentar o volume exportado pelo Brasil. Em 2009, a China ultrapassou os EUA e passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil. No ano seguinte, em 2010, o volume comercializado pelo Brasil para a China cresceu 46,57%, em relação ao ano anterior. O país asiático também é um dos principais compradores dos produtos exportados pelo Rio Grande do Sul.

Feistel e Missaggia (2014) ressaltaram que as relações comerciais entre o Brasil e a China apresentaram um crescimento superior à elevação do comércio do Brasil com o mundo, entre 2000 e 2010. Entretanto, a pauta de exportações brasileira para o país é concentrada em produtos básicos, como minérios, oleaginosas e combustíveis minerais. Os autores também analisaram a estrutura do intercâmbio entre o Rio Grande do Sul e a China, a fim de identificar os produtos que apresentam vantagens comparativas, concluindo que a forte demanda por *commodities* agrícolas e produtos primários contribuiu para a primarização das exportações gaúchas.

Massuquetti et al. (2013) também estudaram as relações comerciais agrícolas entre Brasil e China nos anos 2000, visto que a industrialização e a urbanização chinesa elevaram sua demanda por matérias-primas e alimentos, respectivamente. No período 2000-2011, as exportações brasileiras para a China passaram de US\$ 441 milhões para US\$ 14 bilhões, sendo a soja o principal produto comercializado pelo Brasil. Segundo Magalhães et al. (2015), em 2011, a China foi o principal consumidor mundial de soja, importando mais de 50,82 milhões de toneladas do produto.

Portanto, considerando a importância da participação das *commodities* agrícolas na pauta exportadora do país, o objetivo do artigo é analisar a evolução das exportações do agronegócio brasileiro, no período 2004-2014, por destinos e por produtos, com ênfase em seu principal parceiro comercial: a China. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a coleta de informações, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre os principais destinos e produtos do agronegócio comercializados pelo Brasil com o restante do mundo (valor e volume exportado).

as exportações de produtos agroindustriais, as maiores variações ocorreriam para UE (R\$ 1416,84 milhões), Rússia (R\$ 523,68 milhões) e China (R\$431,99 milhões).

O artigo está estruturado em seis seções, considerando a introdução ao tema de pesquisa. Na segunda seção, foram abordados os principais destinos e, na terceira, os principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil. Na quarta seção, é examinado o complexo soja. Na quinta seção, são relatadas as perspectivas para este segmento (produção e exportação) e para as relações comerciais entre Brasil e China. Por fim, na sexta seção, são apresentadas as principais conclusões do estudo.

Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro

Nesta seção, são apresentados os principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro, no período 2004/2014. Como se observa na Tabela 1, dentre os vinte principais destinos das exportações deste segmento, apenas dez apresentaram uma variação positiva na sua participação, no período analisado, sendo esses países responsáveis por 41,65% do total exportado em 2014. Em relação aos três primeiros destinos das exportações nacionais, pode-se notar que, em 2004, EUA, com 14,75%, e Países Baixos, com 9,53%, eram os principais parceiros comerciais, enquanto, em terceiro lugar, ficava a China, com a participação de 7,59% nas exportações do agronegócio brasileiro. Já em 2014, o maior intercâmbio era liderado pela China, com 22,81%, bem acima do segundo e do terceiro colocados, que apresentam 7,24% e 6,33%, respectivamente.

Tabela 1 - Exportações do agronegócio brasileiro por destinos - 2004/2014

País de destino	2014		2004		Variação em p.p. (2014/2004)
	Valor (US\$ milhão)	Part. (%)	Valor (US\$ milhão)	Part. (%)	
China	22.066	22,81	2.963	7,59	15,22
EUA	7.000	7,24	5.759	14,75	-7,51
Países Baixos	6.128	6,33	3.719	9,53	-3,20
Rússia	3.653	3,78	1.540	3,95	-0,17
Alemanha	3.476	3,59	1.948	4,99	-1,40
Venezuela	3.045	3,15	333	0,85	2,30
Hong Kong	3.021	3,12	647	1,66	1,46
Japão	2.857	2,95	1.378	3,53	-0,58
Itália	2.485	2,57	1.584	4,06	-1,49
Bélgica	2.115	2,19	1.149	2,94	-0,75
Arábia Saudita	2.089	2,16	608	1,56	0,60
Espanha	2.003	2,07	1.219	3,12	-1,05
Coreia do Sul	1.950	2,02	500	1,28	0,74

A economia e o turismo compartilhando soluções

Egito	1.807	1,87	380	0,97	0,90
Indonésia	1.668	1,72	252	0,65	1,07
Emirados Árabes Unidos	1.663	1,72	457	1,17	0,55
França	1.607	1,66	1.305	3,34	-1,68
Tailândia	1.494	1,54	302	0,77	0,77
Vietnã	1.486	1,54	27	0,07	1,47
Reino Unido	1.475	1,52	1.399	3,58	-2,06
Outros	23.658	24,45	11.565	29,63	-5,18
Total	96.748	100,00	39.035	100,00	---

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a).

Ao observar que a China se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, na Tabela 2 são apresentados os produtos do agronegócio nacional exportados para o país asiático, no período 2004/2014.

Em 2004, o total comercializado foi de US\$ 2,96 bilhões, passando para US\$ 22,06 bilhões, após uma década. Dentre os produtos, destacam-se os do complexo soja. Embora já fosse o principal produto exportado para a China em 2004, houve um significativo aumento das quantidades do mesmo para o ano de 2014. O volume passou de 6,56 bilhões de quilos para 33,17 bilhões de quilos.

Em 2014, outros dois agrupamentos de produtos foram significativos nas exportações para a China, sendo eles: produtos florestais e complexo sucroalcooleiro. Mesmo ainda bem distantes da representatividade do complexo soja, ambos os agrupamentos de produtos apresentaram aumento relevante na quantidade comercializada desde 2004. Os primeiros passaram de 1,16 bilhão de quilos, em 2004, para 3,80 bilhões de quilos, em 2014, enquanto o complexo sucroalcooleiro passou de 595 mil quilos, em 2004, para 2,28 bilhões de quilos, em 2014.

Tabela 2 – Exportações do agronegócio brasileiro para a China por produtos – 2004/2014

Produtos	2014		2004	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)
Animais vivos (exceto pescados)	0,0	0,0	0,0	0,0
Bebidas	0,8	0,3	0,1	0,1
Cacau e seus produtos	0,4	0,1	0,2	0,3
Café	9,7	2,7	1,3	0,7
Carnes	521,2	228,5	40,9	65,7
Cereais, farinhas e preparações	5,0	25,9	0,0	0,0
Chá, mate e especiarias	1,1	0,1	0,2	0,0
Complexo soja	17011,6	33173,3	2115,2	6561,0
Complexo sucroalcooleiro	880,0	2281,5	0,2	0,6
Couros, produtos de couro e peleteria	828,3	205,0	196,3	61,0
Demais produtos de origem animal	4,5	0,1	0,7	0,2
Demais produtos de origem vegetal	53,4	29,1	7,3	6,7
Fibras e produtos têxteis	371,5	217,4	31,4	43,0
Frutas (inclui nozes e castanhas)	0,8	0,2	0,5	0,3
Fumo e seus produtos	333,7	43,7	101,9	27,6
Lácteos	0,0	0,0	0,3	0,2
Pescados	6,7	1,3	1,8	0,4
Plantas vivas e produtos de floricultura	0,1	0,0	0,0	0,0
Produtos alimentícios diversos	5,4	0,9	3,3	0,7
Produtos apícolas	0,9	0,1	1,5	0,0
Produtos florestais	1887,0	3804,9	425,8	1162,3
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	0,0	0,0	0,2	0,0
Produtos oleaginosos (exclui soja)	68,3	195,3	0,9	1,5
Rações para animais	0,3	0,2	1,9	3,0
Sucos	75,6	37,1	31,0	38,0
Total	22066,2	40247,8	2963,1	7973,2

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a).

Sobre o complexo sucroalcooleiro, o principal representante é o açúcar bruto. A importação realizada pela China de açúcar bruto, em 2013, chegou a 4,2 milhões de toneladas, dos quais cerca de 80% eram de produção brasileira. A quantidade superou o maior importador do produto brasileiro à época, os EUA. Segundo Mapa (2014), no ano de 2013, a China foi responsável por 23,6% das exportações agropecuárias brasileiras, representando um aumento de 4,3 pontos percentuais, em relação ao ano anterior. Sendo assim, os valores monetários das transações apresentaram crescimento de US\$ 16,10 bilhões para US\$ 20,48 bilhões, de 2012 para 2013, passando para US\$ 22,06 bilhões, em 2014.

Ainda no ano de 2013, o crescimento das exportações agropecuárias brasileira para a China foi maior do que o crescimento total das exportações do setor, que tiveram evolução de 3,9%, enquanto as exportações para o país

asiático cresceram 27,3%. Com essa participação, o Brasil foi responsável por 19,1% do valor total adquirido em produtos agropecuários, pela China. Somente os agrupamentos complexo soja e complexo sucroalcooleiro representaram 93,3% das exportações agropecuárias do Brasil para a China, nesse ano.

Embora grande importadora do agronegócio brasileiro, a China também representa parte importante das importações para o setor no Brasil. Ainda de acordo com o Mapa (2014), em 2013 as importações brasileiras provenientes do agronegócio chinês correspondiam a US\$ 874,90 milhões, que também representava crescimento em relação ao ano anterior, de 24,9%. Os principais produtos adquiridos, no ano, foram: feijões secos (US\$ 207,16 milhões), filés de peixes congelados (US\$ 151,28 milhões), alho (US\$ 113,41 milhões), rações para animais domésticos (US\$ 65,46 milhões), peixes secos, salgados ou defumados (US\$ 34,07 milhões) e miudezas de carne suína (US\$ 31,39 milhões).

É notória, portanto, a importância da participação do país asiático nas relações comerciais do agronegócio brasileiro e como esse crescimento se deu de forma relativamente rápida. Em apenas uma década, a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, em produtos de grande importância na pauta brasileira, como o complexo soja.

Principais produtos exportados pelo agronegócio brasileiro

Na Tabela 3 são apresentados os produtos do agronegócio brasileiro exportados no período 2004/2014. No ano de 2014, o total exportado, em valores monetários, foi de US\$ 96,74 bilhões, enquanto que, no ano de 2004, foram apenas US\$ 39,03 bilhões, ou seja, houve um crescimento de 247,85% no valor exportado no período. Vale ressaltar que os produtos: soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e café, juntos, representaram 78,38% do valor exportado pelo agronegócio no ano de 2014. Em 2004, eles representavam 72,27% do valor exportado pelo Brasil.

Tabela 3 – Exportações do agronegócio brasileiro por produtos – 2004/2014

Produtos	2014			2004			Variação em p.p. (2004/2014)
	Valor (US\$ milhão)	Part. (%)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Part. (%)	Peso (kg milhão)	
Animais vivos (exceto pescados)	742,2	0,77	305,9	19,1	0,05	7,7	0,72
Bebidas	428,0	0,44	207,7	169,3	0,43	112,9	0,01
Cacau e seus produtos	337,4	0,35	79,8	320,0	0,82	135,6	-0,47
Café	6661,9	6,89	2071,1	2058,0	5,27	1493,8	1,61
Carnes	17429,3	18,02	6382,0	6265,6	16,05	4439,1	1,96
Cereais, farinhas e preparações	4641,4	4,80	22136,0	910,8	2,33	6647,5	2,46
Chá, mate e especiarias	485,4	0,50	81,0	133,5	0,34	99,7	0,16
Complexo soja	31403,5	32,46	60710,4	10041,5	25,72	36240,4	6,73
Complexo sucroalcooleiro	10366,9	10,72	25257,5	3153,4	8,08	17782,2	2,64
Couros, produtos de couro e peleteria	3449,0	3,56	512,6	2887,1	7,40	424,4	-3,83
Demais produtos de origem animal	647,5	0,67	259,1	221,1	0,57	225,9	0,10
Demais produtos de origem vegetal	1015,3	1,05	434,5	416,7	1,07	1198,5	-0,02
Fibras e produtos têxteis	1841,8	1,90	873,5	1444,7	3,70	636,6	-1,80
Frutas (inclui nozes e castanhas)	841,3	0,87	733,7	620,7	1,59	954,9	-0,72
Fumo e seus produtos	2501,9	2,59	476,2	1425,8	3,65	592,8	-1,07
Lácteos	345,4	0,36	86,0	113,0	0,29	77,3	0,07
Pescados	207,2	0,21	32,2	427,0	1,09	104,9	-0,88
Plantas vivas e produtos de floricultura	23,8	0,02	6,4	25,4	0,06	8,6	-0,04
Produtos alimentícios diversos	551,2	0,57	271,5	282,0	0,72	288,6	-0,15
Produtos apícolas	103,8	0,11	25,4	50,4	0,13	21,1	-0,02
Produtos florestais	9950,7	10,29	17148,4	6693,6	17,15	14352,6	-6,86
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	96,3	0,10	116,8	51,2	0,13	111,0	-0,03
Produtos oleaginosos (exclui soja)	268,8	0,28	457,6	114,4	0,29	252,9	-0,02
Rações para animais	239,5	0,25	193,3	49,5	0,13	92,9	0,12
Sucos	2168,3	2,24	2024,7	1141,4	2,92	1675,2	-0,68
Total	96747,9	100,00	---	39035,3	100,00	---	---

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a).

O complexo soja apresentou a maior participação nas exportações do agronegócio brasileiro. Foram exportados 36,24 bilhões de quilos, em 2004, e 60,71 bilhões de quilos no ano de 2014. Em valores monetários, no período, as exportações passaram de US\$ 10,041 bilhões para US\$ 31,40 bilhões. Entre 2004 e 2014, a participação deste produto no total das exportações do agronegócio teve a maior variação, que foi de 6,73 pontos percentuais. O complexo sucroalcooleiro apresentou a segunda maior variação positiva no período em análise, sendo ela de 2,64 pontos percentuais. No ano de 2004, a participação do produto no total exportado pelo agronegócio foi de 8,08% e, em 2014, ela subiu para 10,72%. Em unidades monetárias, as exportações passaram de US\$ 3,15 bilhões para US\$ 10,36 bilhões. No ano de 2004, foram exportados 17,78 bilhões de quilos e, no ano de 2014, a quantidade passou para 25,25 bilhões de quilos comercializados.

O produto carnes também ampliou a quantidade exportada, passando de 4,43 bilhões de quilos, em 2004, para 6,38 bilhões de quilos, em 2014. Entre 2004 e 2014, em valores monetários, as exportações passaram de US\$ 6,26 bilhões para US\$ 17,42 bilhões. Sua participação no total exportado passou de 16,05%, em 2004, para 18,02%, em 2014. A participação de produtos florestais no total das exportações do agronegócio brasileiro apresentou a maior variação negativa (6,86 pontos percentuais), no ano de 2014, o produto representava 10,29% do total exportado, enquanto que, em 2004, sua participação era de 17,15%. No primeiro ano da análise, foram exportados 14,35 bilhões de quilos do produto, já em 2014, a exportação correspondeu a 17,14 bilhões de quilos. Em valores monetários, as exportações passaram de US\$ 6,69 bilhões para US\$ 9,95 bilhões. Por fim, a participação do produto café na exportação total do agronegócio brasileiro, em 2004, foi de 5,27% e, em 2014, passou a representar 6,89% do total exportado pelo agronegócio. No início do período analisado, foram exportados 1,49 bilhão de quilos do produto e, em 2014, a quantidade foi de 2,17 bilhões de quilos. Em valores monetários, no período, as exportações passaram de US\$ 2,05 bilhões para US\$ 6,66 bilhões.

O complexo soja, portanto, foi o principal segmento exportado pelo agronegócio brasileiro durante o período 2004/2014. Ele é formado por soja em grãos, farelo de soja, óleo de soja em bruto, óleo de soja refinado e demais

óleos de soja. Na próxima seção, analisam-se as exportações de cada segmento do complexo soja por destino.

Exportações do complexo soja

Na Tabela 4, identificam-se as exportações do complexo soja para destinos selecionados. Juntos, os dez primeiros países do *ranking* participaram de 72% do volume total exportado pelo Brasil, em 2004, elevaram esta participação para 86%. No período analisado, os principais destinos do complexo soja foram Países Baixos e China.

Em 2004, Países Baixos representam 21% das exportações, enquanto que a China foi o maior destino das exportações em 2014, representando 55% do total exportado pelo Brasil. Também é possível observar a evolução do valor total exportado para o mundo que, em unidades monetárias, passou de US\$ 10,04 bilhões para US\$ 31,40 bilhões, correspondente a uma variação positiva de 212,74%.

Tabela 4 - Exportações do complexo soja para destinos selecionados - 2004/2014

Países*	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$)	Peso (kg)
China	17011,6	33173,3	2115,2	6561,0	704,27	405,62
Países Baixos	2904,0	5452,7	1891,1	7696,7	53,56	-29,15
Espanha	1314,9	2631,9	564,3	2208,7	132,99	19,16
Tailândia	1232,3	2461,6	230,6	919,6	434,43	167,68
Alemanha	1121,9	2136,9	744,2	2697,9	50,75	-20,79
França	958,5	2023,5	717,5	3197,0	33,60	-36,71
Indonésia	715,8	1386,4	100,0	417,0	615,66	232,48
Coreia do Sul	610,0	1245,8	105,4	458,7	478,80	171,59
EUA	542,0	1065,6	180,1	591,5	200,99	80,15
Itália	427,6	819,7	356,3	1357,3	20,01	-39,61
Demais Países	4564,9	8313,1	3036,8	10135,2	50,32	-17,98
Total	31403,5	60710,4	10041,5	36240,4	212,74	67,52

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) *Ranking* de 2014.

Na Tabela 5 são apresentados os países de maior relevância para as exportações do produto soja em grãos, durante o período em análise. O principal destino deste produto, no período 2004/2014, foi a China. No primeiro ano analisado, o país asiático representava 30% da quantidade total

comercializada com o Exterior, já em 2014, ele representa 71% do volume total, com um expressivo crescimento de 575%.

O valor total exportado para o mundo, no ano de 2004, foi de US\$ 5,38 bilhões e evoluiu para US\$ 23,27 bilhões, em 2014. Assim, observa-se uma variação positiva de 331,91%, nas exportações de soja em grãos para o mundo.

Tabela 5 – Exportações da soja em grãos para destinos selecionados – 2004/2014

Países*	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$)	Peso (kg)
China	16615,1	32664,3	1621,7	5678,0	924,53	475,28
Espanha	1072,9	2120,3	418,3	1542,2	156,49	37,49
Países Baixos	1013,1	2000,4	952,4	3569,1	6,37	-43,95
Tailândia	626,4	1244,3	94,6	326,9	561,95	280,68
Estados Unidos	538,1	1061,8	72,2	241,8	645,76	339,04
Taiwan (Formosa)	379,6	724,7	232,5	841,0	63,27	-13,83
Alemanha	327,2	650,1	498,2	1635,5	-34,34	-60,25
Japão	299,8	581,1	97,3	381,0	208,17	52,49
Rússia	296,2	547,1	0,0	0,0	-	-
Itália	249,7	462,2	240,3	862,3	3,91	-46,40
Demais Países	1855,0	3632,6	1160,9	4159,6	59,80	-12,67
Total	23273,1	45688,8	5388,4	19237,4	331,91	137,50

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) Ranking de 2014.

As exportações do produto farelo de soja para o mundo, com destaque para os dez países de maior relevância, são exportadas na Tabela 6. Os Países Baixos foram o principal destino do produto farelo de soja no período 2004/2014. No primeiro ano analisado, o destino representou 28% da quantidade total do produto comercializada com o Exterior e, em 2014, reduziu sua participação para 25%. Em relação ao total comercializado com o mundo, identifica-se uma redução no volume de farelo de soja exportado pelo Brasil: foram 14,48 bilhões de quilos, em 2004, e 13,71 bilhões de quilos, em 2014. Contudo, o valor total exportado foi de US\$ 3,27 bilhões, em 2004, evoluindo para US\$ 7 bilhões, em 2014. Assim, verifica-se uma variação positiva de 114,03% no valor total exportado para o mundo.

Tabela 6 – Exportações do farelo de soja para destinos selecionados – 2004/2014

Países	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$)	Peso (kg)
Países Baixos	1890,4	3452,0	907,8	4068,0	108,24	-15,14
França	858,6	1831,6	667,5	3021,5	28,62	-39,38
Alemanha	794,7	1486,8	246,0	1062,3	223,11	39,95
Indonésia	715,8	1386,4	100,0	417,0	615,66	232,48
Tailândia	605,9	1217,3	136,0	592,8	345,67	105,36
Coreia do Sul	394,2	820,0	82,7	396,0	376,40	107,09
Eslovênia	273,7	579,0	11,0	54,8	2392,66	956,75
Espanha	241,2	510,0	139,2	652,6	73,26	-21,86
Itália	177,9	357,5	115,6	494,0	53,88	-27,63
Vietnã	138,9	287,2	0,0	0,0	-	-
Demais Países	909,5	1788,6	865,2	3726,8	5,12	-52,01
Total	7000,8	13716,5	3271,0	14485,8	114,03	-5,31

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) *Ranking* de 2014.

Os destinos do produto óleo de soja em bruto, com destaque para os dez países de maior relevância, no período 2004/2014, são exibidos na Tabela 7.

No ano de 2004, a Índia representava apenas 12% do volume nacional exportado, enquanto a China era o principal destino, com participação de 35%. Já em 2014, a Índia tornou-se o maior destino deste produto, com participação de 36% da quantidade total exportada pelo Brasil, e a China assumiu a segunda maior participação, 33%. Em relação ao total comercializado com o mundo, verifica-se uma variação negativa de 13,58% do valor e também uma redução de 94,2 milhões na quantidade do produto exportada para o Exterior.

Tabela 7 – Exportações do óleo de soja em bruto para destinos selecionados – 2004/2014

Países	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$)	Peso (kg)
Índia	366,5	423,9	131,7	249,6	178,35	69,80
China	338,9	395,1	422,9	750,6	-19,86	-47,37
Bangladesh	87,9	106,5	51,0	94,4	72,32	12,82
Argélia	81,7	103,2	0,0	0,0	-	-
Irã	34,2	45,8	331,8	634,6	-89,70	-92,79
Egito	31,9	39,1	5,2	9,0	509,17	334,88
Malásia	13,4	15,9	5,9	9,7	128,18	62,96
Cuba	10,4	11,7	4,3	7,0	141,97	68,80
Paquistão	8,2	9,0	5,1	9,9	59,95	-9,01
Hong Kong	5,0	5,6	1,0	2,0	417,10	180,00
Demais Países	20,8	24,7	196,9	356,0	-89,43	-93,07
Total	998,8	1180,3	1155,8	2122,8	-13,58	-44,40

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) *Ranking* de 2014.

Em relação aos destinos mais relevantes nas exportações do óleo de soja refinado, durante o período 2004/2014, os dez países selecionados representaram apenas 15% das exportações do produto (sendo a Venezuela o principal destino, absorvendo 6% do volume total), enquanto os demais países representam 85% desse total. Já no ano de 2014, os demais países passaram a representar apenas 5%, e Cuba foi o principal destino, onde se concentrou 57% da quantidade nacional comercializada com o Exterior. O valor total exportado para o mundo reduziu de US\$ 22,0 milhões para US\$ 13,0 milhões, resultando na variação negativa de 40,56%, no período 2004/2014 (Tabela 8).

Tabela 8 – Exportações do óleo de soja refinado para destinos selecionados – 2004/2014

Países	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$ milhão)	Peso (kg milhão)	Valor (US\$)	Peso (kg)
Cuba	69,6	70,8	5,2	8,3	1229,16	753,01
Bolívia	11,7	10,2	3,2	4,1	263,37	151,10
Peru	11,0	9,3	6,4	8,8	70,64	5,87
Venezuela	10,9	7,8	15,4	22,0	-29,15	-64,60
Uruguai	7,5	7,3	3,7	5,3	106,29	38,98
Paraguai	5,7	5,1	1,8	2,5	224,37	105,81
Austrália	3,1	3,4	3,8	6,0	-17,20	-42,82
Malásia	1,9	2,0	0,0	0,0	-	-
Colômbia	1,9	1,6	0,0	0,0	-	-
Suriname	1,2	1,0	0,7	0,9	85,10	16,71
Demais Países	6,3	6,2	180,0	326,0	-96,51	-98,09
Total	130,8	124,8	220,1	383,7	-40,56	-67,49

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) *Ranking* de 2014.

Por fim, a Tabela 9 apresenta os destinos dos demais óleos de soja no período 2004/2014. No início do período analisado, 78% do volume exportado do produto tinha como principal destino a África do Sul. Já em 2014, o Uruguai foi o destino de 75% das exportações do produto. O valor total das exportações foi de US\$ 6 milhões, em 2004, e de US\$ 29 mil, em 2014, ou seja, ocorreu uma expressiva variação negativa de 99,53% nos valores.

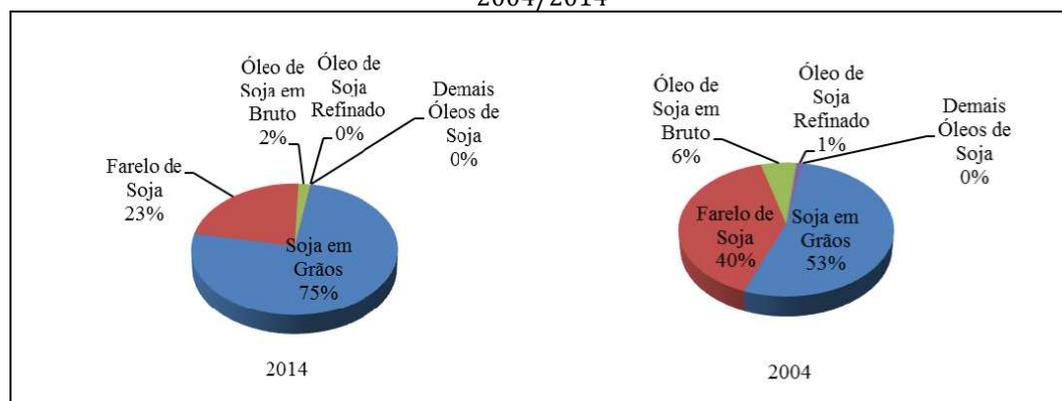
Tabela 9 – Exportações de demais óleos de soja para destinos selecionados – 2004/2014

Países	2014		2004		Variação (%)	
	Valor (US\$)	Peso (kg)	Valor (US\$)	Peso (kg)	Valor (US\$)	Peso (kg)
Uruguai	18.753	6.090	0	0	-	-
Chile	5.526	1.361	0	0	-	-
Bolívia	4.662	644	0	0	-	-
Japão	163	0	0	0	-	-
Peru	153	20	0	0	-	-
África do Sul	0	0	4.534.576	7.700.000	-	-
Demais Países	0	0	1.718.167	3.066.980	-	-
Total	29.257	8.115	6.252.743	10.766.980	-99,53	-99,92

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2016a). Nota: (*) Ranking de 2014.

O Gráfico 1 apresenta a participação de cada produto no total das exportações brasileiras do complexo soja nos anos de 2004/2014.

Gráfico 1 – Participação dos produtos nas exportações do complexo soja (volume) – 2004/2014



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Mapa (2016a).

É possível observar a crescente representatividade do produto soja em grãos nas quantidades nacionais exportadas do complexo soja. O produto evolui de 53%, em 2004, para 75%, em 2014, enquanto o produto farelo de soja apresentou uma redução de 17 pontos percentuais na sua participação no total exportado. É válido ressaltar a evolução do volume nacional exportado do complexo soja, que passou de 36 bilhões de quilos, em 2004, para 60 bilhões de quilos, em 2014, correspondente a um crescimento de 168%.

Assim sendo, entre 2004 e 2014, o produto nacional com o maior valor de exportação foi o complexo soja – representava 25,72%, em 2004, e 32,45%, em 2014, do valor total exportado. Dentro desse complexo, o destaque foi a crescente expansão nas exportações do componente soja em

grãos, enquanto os demais produtos reduziram o volume exportado no decorrer da década analisada. O principal destino das exportações nacionais do complexo soja, no período analisado, foi China.

Projeções do complexo soja e perspectivas no comércio Brasil-China

Como se observou no Gráfico 1, o produto com maior participação no complexo soja, no período 2004/2014, foi a soja em grãos. Na Tabela 10, que apresenta as projeções de produção e exportação para o complexo soja no período 2014/2015 a 2024/2025, verifica-se que esse produto mantém sua representatividade com a maior projeção para exportação na próxima década – uma variação positiva de 42,10%. Segundo projeção do Mapa (2015), o produto farelo de soja terá uma variação de 17,40% nas exportações, enquanto óleo de soja apresentará uma variação negativa de 6,50%.

Em relação ao comércio Brasil-China, cabe lembrar que o país asiático se tornou o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009 e mantém esta posição desde então. Assim, as perspectivas sobre a desaceleração do crescimento chinês têm causado preocupação aos produtores e empresários brasileiros. Segundo World Bank (2016), o crescimento chinês tem desacelerado desde 2009, quando o crescimento era de 9,5%. Em 2015, o crescimento da economia chinesa foi de 6,9% (TRADING ECONOMICS, 2016).

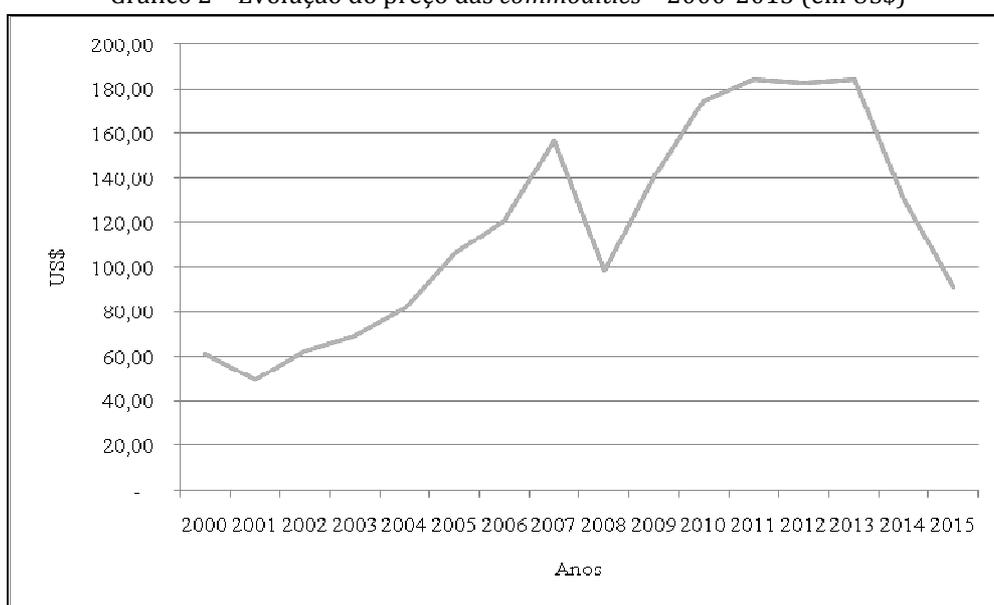
Tabela 10 – Projeções de produção e de exportação do complexo soja brasileiro – 2014/2015 a 2024/2025 (mil toneladas)

Safras	Soja em Grãos		Farelo de Soja		Óleo de Soja	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
2014/15	94.281	46.770	31.570	14.800	7.995	1.350
2015/16	94.281	46.770	32.767	15.591	8.475	1.341
2016/17	100.041	50.710	33.682	15.932	8.067	1.332
2017/18	130.027	52.679	34.073	15.932	8.269	1.324
2018/19	106.480	54.659	34.920	16.182	8.471	1.315
2019/20	109.720	56.619	35.949	16.379	8.672	1.306
2020/21	113.044	58.589	36.592	16.598	8.874	1.297
2021/22	116.330	60.559	37.451	16.801	9.076	1.289
2022/23	119.632	62.528	38.210	16.967	9.278	1.280
2023/24	122.926	64.498	39.013	17.191	9.479	1.271
2024/25	126.223	66.468	39.850	17.380	9.681	1.262
Variação %	33,90	42,10	26,20	17,40	21,10	-6,50

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Mapa (2015).

Segundo Funcex (2015), as exportações brasileiras para a China tiveram uma queda acumulada no ano de 2015, se comparadas as de 2014, de 12% e o saldo das transações correntes do comércio Brasil e China, no mesmo período, teve uma queda de 15%. Pode-se afirmar que o preço das *commodities* está fortemente ligado a esta desaceleração, já que a China importa grande volume de produtos básicos, o que faz com que os preços dos mesmos estejam fortemente ligados à economia chinesa.

Gráfico 2 – Evolução do preço das *commodities* – 2000-2015 (em US\$)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Index Mundi (2016).

No Gráfico 2, nota-se a evolução dos preços das *commodities* primárias, no período 2000-2015. É observado um pico de crescimento em 2008 e uma grande queda no ano seguinte. Os preços em questão sofreram aumentos do ano de 2009 até 2013, quando voltaram a cair, situação que se mantém até o final do período de estudo.

Segundo Mapa (2016b), as exportações brasileiras no mês de fevereiro de 2016, frente ao mesmo mês do ano anterior, cresceram 94,9% e o volume das mesmas mais do que dobrou, passando de 997,5 milhões de toneladas para 2,3 bilhões de toneladas, aumento em torno de 130%. Mesmo com este impulso nas exportações, as estimativas são de que o crescimento das economias dos países – China e Brasil – continue desacelerando e avalia-se

que continuará a haver impactos nas exportações brasileiras. Neste caso, principalmente nas exportações do agronegócio nacional, com destaque para o complexo soja.

Considerações finais

Neste artigo, analisou-se o agronegócio brasileiro no comércio internacional, com ênfase nas relações comerciais com a China e no complexo soja. Em 2014, a China foi o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro e o complexo soja apresentou um crescimento, no período analisado, de 405,62% no volume exportado para aquele país. O aumento da participação do país asiático no comércio externo brasileiro foi de 15,22 pontos percentuais, entre 2004 e 2014, enquanto EUA e Países Baixos perderam participação (-7,51 e -3,20 pontos percentuais, respectivamente).

O complexo soja consolidou-se como o segmento do agronegócio mais importante para o comércio externo brasileiro, que foi beneficiado pelo aumento da demanda no mercado mundial, principalmente por parte da China. Este complexo representou 32,46% das exportações totais do agronegócio brasileiro: foram 60,71 bilhões de quilos e US\$ 31,40 bilhões, em 2014. Somente para o mercado chinês, foram destinados 33,17 bilhões de quilos e US\$ 17,01 bilhões, neste mesmo ano.

Conclui-se, então, que dada a importância que a China apresenta para a economia brasileira, qualquer mudança política ou econômica neste país impactará fortemente nos resultados econômicos do Brasil. Já que as perspectivas são de desaceleração em ambas as economias, pode-se prever uma queda no comércio entre Brasil e China. Neste caso, o agronegócio brasileiro e, especialmente, o complexo soja sofreriam esse choque.

Referências

- AVILA, R. I. "Efeito-China" no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 83-92, 2012.
- CASAGRANDE, D. L.; ILHA, A. S.; FÜRH, J. Comércio bilateral Rio Grande do Sul-China: uma análise de 2000-2010. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre (RS). *Anais ... FEE: PUCRS*, 2012.
- FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *FAOSTAT*. 2016. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/home/E>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- FEISTEL, P. R.; MISSAGGIA, S. Z. O intercâmbio comercial Rio Grande do Sul – China: concentração, desempenho e perspectivas. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 8, 2014, Rio do Sul (SC). *Anais ... Criciúma (SC): Apec*, 2014.
- FUNCEX. FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. *Informativo Balança Comercial: Fluxos de Comércio Exterior Brasileiro*. 2016. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/boletins/pdf/Inf_OUT_2015.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- INDEX MUNDI. *Commodity Price Index Monthly Price – Index Number*. 2016. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index&months=300>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- MAGALHÃES et al. Impactos de barreiras não tarifárias em Mato Grosso: o caso da exportação de soja para a China. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., 2015, João Pessoa (PB). *Anais ... Piracicaba: SOBER*, 2015.
- MASSUQUETTI, A. et al. As relações comerciais agrícolas entre Brasil e China no período 2000-2011: perspectivas para o agronegócio brasileiro. *Nexos Econômicos*, Salvador, v. 4, p. 131-147, 2013.
- MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *China*. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Interc%C3%A2mbio%202014/china.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25 – Projeções de Longo Prazo*. 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.
- MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Agrostat*. 2016a. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Exportações para a China quase dobram em fevereiro*. 2016b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/03/exportacoes-para-a-china-quase-dobram-em-fevereiro>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MDIC. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWEB2)*. Base de dados, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

POSSER, D. R.; MASSUQUETTI, A. The brazilian export profile by technological intensity. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, Brasília, v. 2, p. 94-108, 2014.

SONAGLIO, C. M. et al. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 347-372, 2010.

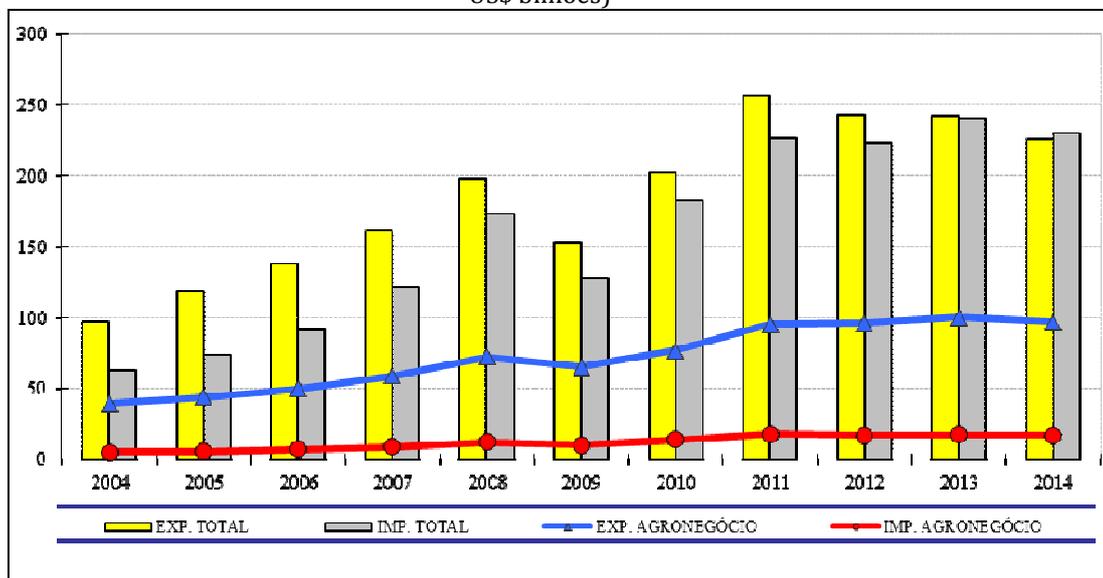
TRADING ECONOMICS. *China GDP Annual Growth Rate*. 2016. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

VALE, V. A. et al. Comércio Internacional e o Agronegócio no Brasil: um exercício de equilíbrio geral computável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis (SC). *Anais ... Niterói (RJ)*: Anpec, 2015.

WORLD BANK. Data. 2016. Disponível: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Disponível em: 28 fev. 2016.

Anexo

Anexo 1 – Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio – 2004-2014 (em US\$ bilhões)



Fonte: Mapa (2016a).

26

O desempenho econômico do turismo e o impacto no balanço de serviços brasileiro, de 2000 a 2014

Jacqueline Maria Corá*
Luiz Marcelo Stein**

Resumo: O turismo é uma importante atividade econômica no mundo, gerando emprego, renda e divisas. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo demonstrar o desempenho econômico do turismo brasileiro e o seu impacto no Balanço de Serviços no período de 2000 a 2014. Para tanto, foram apresentados alguns aspectos teóricos do turismo e os dados do desempenho do turismo brasileiro, no período estudado. Por fim, analisou-se o impacto do turismo no Balanço de Serviços brasileiro de 2000 a 2014. Nessa última etapa, utilizou-se a metodologia estatística descritiva. Com o estudo verificou-se o impacto positivo do turismo na economia nacional. Por outro lado, embora participando para reduzir o déficit no Balanço de Serviços, a contribuição da conta turismo ainda é insuficiente e poderá ser ampliada. Esse desempenho está relacionado à baixa participação do turismo internacional, no total do turismo no Brasil.

Palavras-chave: Turismo. Brasil. Balanço de serviços. Conta turismo.

Introdução

A partir da metade do século XX, o setor de serviços começou a se desenvolver e a ganhar importância no escopo das atividades econômicas dos países, destacando-se a sua capacidade de gerar emprego e renda. Nesse contexto, o turismo, parte integrante do setor dos serviços, também vem apresentando indicadores positivos e se destacando como atividade econômica. Um dos determinantes para esse desempenho foi o aumento das relações internacionais, a partir da década de 1980, que permitiu maior fluxo de pessoas entre os países e a consequente movimentação de divisas entre os mesmos.

No Brasil, o turismo vem crescendo, mas ainda não é suficientemente capaz a ponto de impulsionar a economia. Sob a ótica das oportunidades, o Brasil mostra-se atrativo para o desenvolvimento do turismo já que é um país

* Mestra em Administração (UFRGS). Graduada em Ciências Econômicas (UCS). Professora do curso de Ciências Econômicas – UCS. <<http://lattes.cnpq.br/6988581325367654>>. E-mail: jmcora@ucs.br.

** Graduado em Ciências Econômicas – UCS. <<http://lattes.cnpq.br/6099081891507324>>. E-mail: luimarste@hotmail.com.

continental e com variados tipos de turismo. Entretanto, o país passa por uma instabilidade econômica e política que afeta sua credibilidade com investidores e também turistas internacionais. Diante disso, o presente estudo tem por objetivo demonstrar o desempenho econômico do turismo brasileiro e seu impacto no Balanço de Serviços, no período de 2000 a 2014. Inicialmente, se apresenta os aspectos teóricos do turismo, bem como sua importância econômica para a economia mundial e nacional. Por fim, analisa-se o desempenho da conta turismo em relação aos resultados do Balanço de Serviços brasileiro, no período de 2000 a 2014.

Aspectos teóricos do turismo

O turismo moderno é resultado da evolução do setor ao longo do tempo. A primeira definição para turismo, no século XX, foi do economista austríaco Hermann Von Schullern zu Schattenhofen, em 1911.

[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado. (SCHATTENHOFEN apud BARRETO, 2001, p. 9).

No entanto, é necessário esclarecer que não há uma definição única para turismo ou para o fenômeno do turismo, e, portanto, é possível encontrar na literatura diferentes conceituações, amparadas por perspectivas de análise. Em geral, o turismo está associado aos deslocamentos e às atividades de férias e lazer. Segundo Goeldner et al. (2002), “[...] os deslocamentos praticados por uma ou mais pessoas, partindo do local de residência para outro local com intenção de passear, ver amigos ou parentes, tirar férias e divertir-se podem ser chamados de turismo”. Já para Beni (1998, p. 36), o turismo é definido como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória”.

Na concepção da Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é “[...] o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas”. Beni

(2008) complementa que o setor é segmentado em mais de cinquenta tipos de turismo. No entanto, para simplificar os dados do turismo,¹ esses tipos são divididos em quatro grupos principais: a) turismo de negócios e eventos; b) turismo educacional, cultural e esportivo; c) funcionários do governo; e, d) por motivos de saúde. (MTUR, 2014).

O desenvolvimento do setor do turismo ocorre pelo interesse de quatro grupos: o turista, as empresas fornecedoras de bens e serviços, o governo e a comunidade anfitriã. Goeldner et al. explicam:

O turista busca experiências diversas, satisfações psíquicas e físicas. A natureza dessas demandas irá determinar as destinações escolhidas e as atividades desenvolvidas. Os empresários veem o turismo como uma oportunidade para obter lucros ao fornecer os bens e os serviços que o mercado turístico demanda. Os políticos veem o setor de turismo como um fator de riqueza nas economias sob suas jurisdições. Sua perspectiva está relacionada com a renda que seus cidadãos podem obter deste negócio. Eles também levam em consideração as receitas de moeda estrangeira trazidas pelo turismo internacional, bem como as receitas oriundas de impostos sobre as despesas turísticas, direta ou indiretamente. A população local geralmente vê o turismo como fator de emprego e cultura. (GOELDNER et al., 2002, p. 23).

A compatibilidade desses quatro grupos proporciona a criação do produto turístico. Para Beni (2008), a oferta de produtos referentes à alimentação, transporte, hospedagem e entretenimento é diversa, permitindo diferentes combinações turísticas. Dentre as variáveis que influenciam a demanda turística, Ignarra (2003) elenca o preço dos produtos e a renda do turista como determinantes para definir o poder de compra do turista. Já para Beni (2008), as atrações, as facilidades e a acessibilidade são decisivas para a escolha do local a ser visitado pelo turista. Esses três elementos formam a oferta no mercado do turismo.

Segundo o autor, os estudos do turismo abrangem a parte social, cultural e econômica dos países. Na área social, visam a promover o desenvolvimento de atividades turísticas que proporcionem melhorias no bem-estar da população turística e local; na área cultural, promover a interação entre as pessoas residentes dos locais e os turistas e, na área econômica, promover aumentos de emprego e renda, nascendo dessa relação

¹ Classificação adotada pelo Banco Central do Brasil.

o que se chama de economia do turismo, que é caracterizada pelo estudo do turismo como atividade econômica. Nesse sentido,

economia do turismo é a parte da ciência econômica que estuda as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e a circulação de renda gerada por essa atividade, e como e por que se processam os períodos de expansão e de retração dos fluxos nacionais e internacionais de turistas. Estuda, também, por outro lado, a lógica do comportamento econômico dos viajantes (decisão de viajar, o deslocamento, a hospedagem, a realização dos motivos da viagem, a permanência e os gastos), e, por outro lado, o comportamento das empresas e dos agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras. (LEMOS 1999, p. 20).

Assim, a importância econômica do turismo está ligada aos aspectos microeconômicos e macroeconômicos. A partir disso, é possível entender o comportamento do consumidor na história do turismo e o impacto que ele gera na formação da riqueza das nações. Nesse estudo, será dada ênfase ao aspecto macroeconômico do turismo na economia.

O impacto do turismo na economia

Um dos principais indicadores para demonstrar o crescimento de um país é o Produto Interno Bruto (PIB), obtido pelo somatório dos produtos e serviços finais, produzidos pelo país em determinado período de tempo. Nesse sentido, o turismo, atividade pertencente ao setor de serviços, integra o PIB dos países. Segundo Goeldner et al. (2002), o aumento do nível de emprego e renda no setor do turismo ocorre devido ao aumento na demanda da estrutura preparada para o turismo, além do produto turístico.

Quando há um acréscimo de gasto turístico, este provocará uma elevação na renda e no produto nacional, o contrário também é verdadeiro. Carvalho e Vasconcellos explicam:

Como qualquer outra forma de gastos, aqueles derivados da atividade turística têm contribuições extremamente dinâmicas para a renda nacional em virtude do fluxo circular de renda e de gastos da economia. Os dispêndios iniciais com o turismo gerarão renda, mas ocorrerão novos efeitos à medida que essa renda gerar novos gastos, e assim sucessivamente. (CARVALHO; VASCONCELLOS, 2006, p. 193).

Matematicamente, este coeficiente é chamado de *k*, e, segundo Vasconcellos (2011), ele representa a quantidade de vezes que o aumento ou a redução de uma unidade monetária é capaz de gerar na economia, ou seja, não influencia apenas o setor principal, mas todos os setores que estão indiretamente relacionados. Esse impacto é conhecido como multiplicador keynesiano do gasto. Para Keynes (1970, p. 282), “[...] o multiplicador será influenciado pelo modo como se distribui a renda adicional resultante do aumento da demanda efetiva entre as diferentes classes de consumidores [...]”. No turismo existem multiplicadores específicos que calculam as variações nos níveis de renda, emprego, produto, entrada ou saída de divisas, e receitas do governo.

[...] multiplicador da renda: representa a variação da renda interna causada pela variação inicial dos gastos turísticos; multiplicador do emprego: simboliza as variações do número de empregos ofertados, causados pela variação inicial dos gastos turísticos; multiplicador do produto: demonstra as variações do produto, ocasionadas pela variação inicial do nível de gastos turísticos; multiplicador das importações: indica o valor associado das variações das importações de bens e serviços com os gastos adicionais derivados do turismo; multiplicador das receitas do governo: montante adicionado de receita do governo, criado por cada unidade extra de gasto turístico. (LAGE; MILONE, 2001, p. 127).

Portanto, o multiplicador serve como subsídio para o cálculo dos diferentes tipos de impactos das atividades turísticas na economia dos países. Segundo Gunn (apud LAGE; MILONE 2001, p. 128) “[...] em qualquer lugar onde haja uma atividade turística irá gerar uma variedade de impactos econômicos [...]”. Esses impactos são divididos em: diretos, indiretos ou induzidos. O primeiro representa a renda criada pelo gasto com produtos turísticos, por exemplo, o gasto de um turista em algum hotel. O segundo indica a renda gerada pelo gasto dos setores do turismo na economia, por exemplo, a aquisição de mobília para os quartos de hotel. E o terceiro, equivale ao aumento do nível geral de renda, a partir dos impactos diretos e indiretos.

Esses impactos são considerados positivos para a economia. No entanto, há a necessidade de controlar alguns impactos negativos do turismo, como: as pressões inflacionárias, vulnerabilidade de demanda e custos sociais e ambientais. Portanto, as iniciativas públicas e privadas devem ter

em mente o cuidado para minimizar os impactos negativos do turismo, ao mesmo tempo em que maximizam o potencial do turismo, como atividade geradora de renda e emprego.

Desempenho do turismo mundial de 2000 a 2014

Segundo dados da *World Travel & Tourism Council* – WTTC (2015), o impacto direto do turismo no PIB mundial de 2000 a 2014 representou em média 3,1% ao ano. A conta direta inclui gastos com serviços de hospedagem, transporte, entretenimento e comércio ligados diretamente ao turismo. Já o impacto total do setor no PIB global foi de 9,8%, ou seja, cerca de US\$7,6 trilhões do PIB mundial de 2014. Nessa conta estão inclusos, além dos gastos diretos, os investimentos de capital no turismo, como despesas com acomodações, equipamentos de transporte de visitantes e instalações de restaurantes e lazer.

No emprego, em 2014, foram gerados 105.408.000 postos diretos. Esse montante representou 3,1% do total de empregos no mundo. Já a contribuição da conta emprego total, foi de 8,8%, cerca de 277 milhões de empregos na economia mundial. (WTTC, 2015). De acordo com a OMT (2015), o turismo é responsável por um, em cada onze empregos, no mundo.

A classificação dos empregos diretos e totais é calculada a partir do desempenho do ano anterior. Para entender esse desempenho, observa-se primeiramente a Figura 1. Ela representa o total de chegadas de turistas no mundo, de 2000 a 2014.



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da OMT (2015).

Segundo dados da OMT (2015), entre 2000 e 2014, as viagens internacionais cresceram, em média, 3,78% ao ano, o que representou um aumento de 68,12% de 2000 a 2014. Ao detalhar a análise, verifica-se uma queda de 3,76% no ano de 2009, explicado pela crise mundial que atingiu a maior parte dos países. Segundo o Banco Mundial (2015), o crescimento, a partir de 2010, foi influenciado pela recuperação das economias mundiais. Assim como em 2002 e 2006, o ano de 2010 foi um ano de realização de um megaevento: a Copa do Mundo de Futebol, esse evento contribuiu de forma significativa para o setor do turismo. A Figura 2, a seguir, apresenta a evolução das receitas geradas no turismo mundial.



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do Banco Mundial (2016).

A partir da Figura 2, percebe-se que apenas o ano de 2009 apresentou uma queda nas receitas, na ordem de 9,93%. No restante do período, a variação total foi positiva, na ordem de 150%. A entrada de turistas nos países aumenta a entrada de divisas pelas receitas cambiais. No período analisado, as receitas cambiais cresceram de forma mais intensa que o número de chegadas de turistas no mundo. Portanto, pode-se inferir que a variação de uma unidade no número de turistas gerou um aumento de mais de uma unidade monetária, nas receitas cambiais. A seguir apresenta-se o desempenho do turismo no Brasil.

Desempenho do turismo brasileiro de 2000 a 2014

Segundo os dados WTTC (2016), a contribuição do turismo à formação do PIB brasileiro, no período de 2000 a 2014, foi maior do que a média mundial. Essa afirmação está baseada na análise da contribuição direta e, também, na contribuição total do segmento do turismo, ao PIB. No primeiro indicador, somam-se os valores gerados nas hospedagens, nos transportes, no entretenimento e no comércio, vinculados, diretamente, ao turismo. Já no segundo estão os valores dos investimentos em capital fixo, com acomodações, equipamentos de transportes de turistas e instalações ligadas ao desenvolvimento turístico. De acordo com a WTTC (2016), o Brasil apresentou uma movimentação de R\$ 492 bilhões, no ano de 2014, considerando as atividades diretas, indiretas e induzidas pelo turismo. A Tabela 1 demonstra a participação da Conta Direta e Conta Total no PIB brasileiro no período, além da variação no crescimento do PIB nacional.

Tabela 1 – Participação (%) da conta direta e conta total, do turismo, no PIB e variação no crescimento do PIB de 2000 a 2014

Ano	PIB	Var. % Cresc. PIB	Conta direta	Conta total
2000	100	4,3	3,56	9,57
2001	100	1,3	3,73	9,95
2002	100	2,7	4,20	11,01
2003	100	1,1	4,40	11,32
2004	100	5,7	4,26	11,03
2005	100	3,2	3,88	10,39
2006	100	4,0	3,80	10,28
2007	100	6,1	3,34	9,25
2008	100	5,2	3,23	8,89
2009	100	(0,3)	3,39	9,18
2010	100	7,5	3,19	8,72
2011	100	2,7	3,23	8,74
2012	100	1,0	3,42	9,07
2013	100	2,7	3,45	9,25
2014	100	0,1	3,08	8,35

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da WTTC (2016) e IBGE (2016).

A partir dos dados da Tabela 1 é possível verificar que a participação do turismo foi positiva na formação do PIB brasileiro em todo o período. Pela análise constata-se um crescimento da participação, tanto direta quanto total, de 2002 a 2004 e, a partir de então, um recuo da participação. A análise pode ser interpretada a partir de duas variáveis: o crescimento do PIB nacional, com um crescimento maior de outros setores econômicos e, também, pelo impacto da variável câmbio. Para este último, o período de 2002 a 2004 apresentou desvalorização do Real frente ao Dólar,² tornando o país mais atrativo para os turistas estrangeiros e promovendo o efeito inverso para o turista nacional. Já para o período a partir de 2007, constata-se que a valorização do Real³ pode ter afetado essa participação, tornando o país caro para o turista estrangeiro e propiciando a saída de residentes para os destinos internacionais. Ao longo de todo o período, a participação apresentou tendência à queda. A conta direta reduziu em média 1,03% ao ano enquanto na conta total a queda foi de 0,97% ao ano. Por outro lado, essa redução na participação do PIB não reduziu o desempenho monetário do turismo brasileiro.

A Figura 3 apresenta a contribuição monetária das contas *direta* e *total* e demonstra que mesmo com uma participação decrescente, no período, em termos monetários, houve um desempenho com tendência ao crescimento.



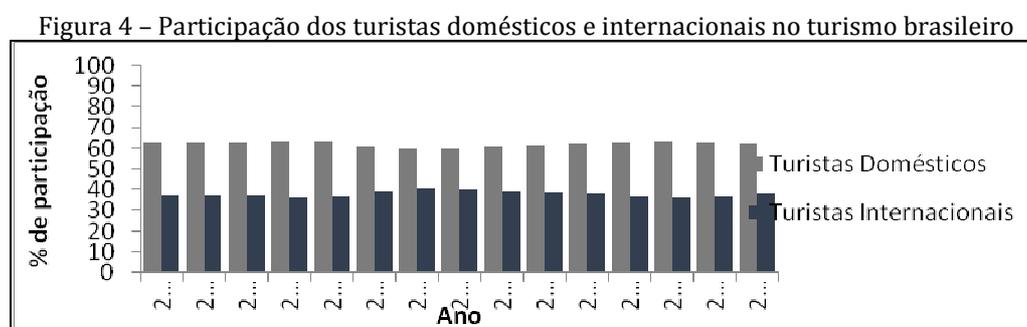
Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da WTTC (2016).

² Em 2001 a taxa de câmbio 1 dólar = 2,25 reais, já para 2002 desvalorizou-se e passou a R\$ 2,92; em 2003 passou para R\$ 3,078 e em 2004, a taxa média de câmbio foi de R\$ 2,926 (BACEN, 2016).

³ Em 2007 a taxa de câmbio Real = Dólar apresentou valorização passando 1 dólar a valer R\$1,948; em 2008 R\$ 1,835 e em 2009, R\$ 1,998; em 2010 R\$ 1,760; em 2011 passou a R\$ 1,675, voltando a se desvalorizar a partir de 2012. (BACEN, 2016).

As contas direta e total cresceram, em média, 9% ao ano, acumulando 235% no período. Percebe-se, inclusive, que, em 2008-2009, período de início da crise mundial, os valores mantiveram-se constantes, sendo que a maior participação total ocorreu em 2011, com um volume de mais de 211 bilhões de dólares. Pela análise dos indicadores, também foi possível verificar que a conta direta, ao longo do período analisado, apresentou uma participação entre 36% e 38%, no montante da conta total. Tais gastos diretos se propagam dentro da economia e acabam impactando os outros setores, realizando o efeito multiplicador do gasto.

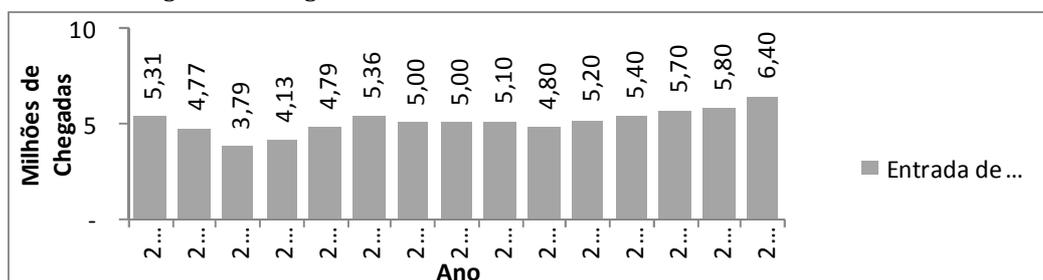
O desempenho do turismo brasileiro foi influenciado tanto pelo turismo doméstico quanto pelo turismo internacional. O turismo doméstico representa as viagens feitas por brasileiros em todo o território nacional. Já as viagens classificadas como turismo internacional, no Brasil, representam todas as chegadas de turistas internacionais em solo brasileiro. Ambos, turismo doméstico e internacional são mensurados a partir do consumo de todos os visitantes. A Figura 4 representa a participação dos turistas domésticos e internacionais na conta total do turismo brasileiro.



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da WTTC (2016).

O turismo doméstico apresentou uma participação maior que o turismo internacional no desempenho do turismo brasileiro. Em termos percentuais, essa proporção, de 2000 a 2014, foi, em média, de 62% e 38%, respectivamente. A seguir, apresenta-se a Figura 5 com a chegada de turistas internacionais no país.

Figura 5 – Chegada de turistas internacionais no Brasil 2000 a 2014.



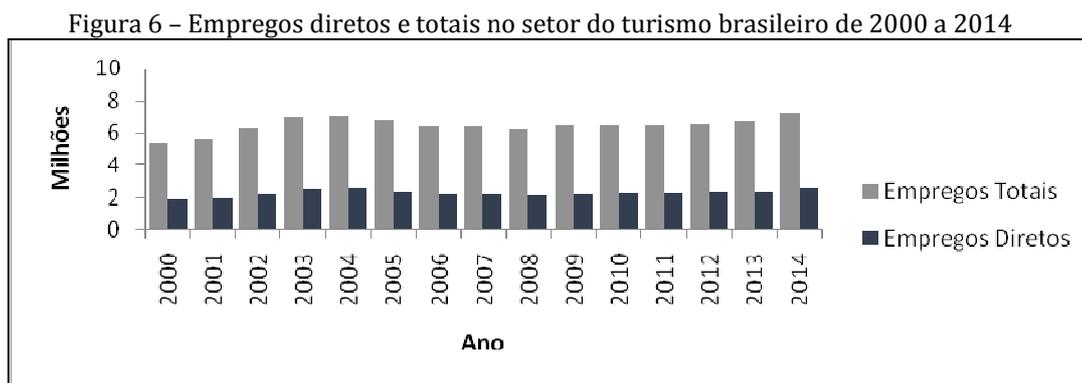
Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da WTTC 2016.

Os dados da Figura 5 permitem verificar que, no período, houve um aumento de mais de 20% na entrada de turistas internacionais no país, representando um acréscimo, em média, de 1,34% ao ano. Percebe-se ainda que, de 2000 a 2002, ocorreu uma queda de 28,8% na entrada de turistas internacionais no país. Infere-se que tal desempenho seja resultante, entre outras variáveis, da queda do crescimento econômico-mundial, que passou de 4,26% para 2,08% e do aumento da preocupação com o terrorismo mundial, após 11 de setembro de 2001. De 2003 a 2005, o volume de turistas apresentou crescimento, estabilizando-se de 2006 a 2008. Nesse período, tem-se, como variáveis favoráveis ao turista internacional, o aumento na renda mundial e a desvalorização do Real, que tornam o país mais barato ao turista. Em 2009, ano subsequente à crise mundial, registra-se queda no volume de chegadas internacionais. A partir de 2010, registra-se a retomada do crescimento no número de turistas estrangeiros. Infere-se que o *slogan* de País da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016, entre outras variáveis, tenha promovido o Brasil no contexto internacional. Além disso, a desvalorização do Real frente ao Dólar, a partir de 2012, também impactou na atratividade do país. No último ano da série, o crescimento nas chegadas foi de 10,34% em relação ao ano anterior. Esse aumento é justificado pelo megaevento que ocorreu no país: a Copa do Mundo Fifa 2014.

Segundo dados do Ministério do Turismo (2016), este evento contou com a participação de turistas de 203 países, que gastaram US\$ 1,5 bilhão no Brasil. Esse número representou um aumento de 60% comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, as receitas cambiais do país atingiram a marca de US\$ 6,91 bilhões em 2014.

Segundo o Ministério do Turismo (2016), cerca de 50% do fluxo de turistas no Brasil é proveniente de cinco países: Argentina, Estados Unidos, Chile, Paraguai e Uruguai. Sendo que a Argentina representa cerca de 30% das entradas de turistas internacionais no Brasil. Quanto à localização geográfica, esse dado revela que os principais países emissores de turistas ao Brasil são do mesmo continente.

O fluxo de turistas internacionais faz com que o país aumente suas divisas, já os turistas domésticos são responsáveis por parte da circulação da renda na economia. Em ambos os casos, há um aumento na demanda do turismo, fazendo com que haja a necessidade de efetivo para atendê-la. É dessa forma que o turismo impacta na geração de empregos. A Figura 6 exhibe o comportamento da geração de emprego direto e total no turismo brasileiro, de 2000 a 2014.



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da WTTC (2016).

Segundo o WTTC (2016), no Brasil, os empregos diretos em serviços de acomodação, transportes de turistas, entretenimento e demais setores que atendem diretamente aos turistas representaram, de 2000 a 2014, em média 2,87% do total de empregos do país. Já os empregos totais, que incluem outros setores, como construção de hotéis, fabricação de meios de transportes, entre outros, representou em média, 8,15% do total de empregos do país. Respectivamente, houve um crescimento médio anual de 2,10% e 2,30% no período. Os empregos diretos, ao longo do período analisado, representaram entre 24% e 38% do emprego total do setor do turismo. No ano de 2014, o volume total de empregos, vinculados, direta ou

indiretamente ao turismo, ultrapassou os 7 milhões e 300 mil postos de trabalho. A seguir apresenta-se a relação dos serviços do turismo, com os resultados do Balanço de Serviços.

Análise do balanço de serviços do Brasil – destaque para a *Conta Turismo*

As contas externas do turismo integram o que se denomina de Balanço Pagamentos.⁴ A Tabela 2 demonstra as contas que compõem o Balanço de Pagamentos.

A Balança de Transações Correntes (BTC) é subdivida em: Balanço Comercial, Balanço de Serviços e Transferências Unilaterais. O presente trabalho dedica-se exclusivamente à análise da Conta Viagens Internacionais,⁵ que é uma das contas integrantes do Balanço de Serviços (BS). Assim, percebe-se que o desempenho do turismo está, diretamente, envolvido no desempenho econômico do Balanço de Serviços (BS), refletindo-se no resultado da BTC e, por sua vez, no equilíbrio das contas externas.

Tabela 2 – Estrutura do Balanço de Pagamentos

Balanço de Pagamentos
A- Balança de transações correntes (BTC)
B- Conta de capitais (CC)
C- Conta financeira
D- Erros e omissões
E- Resultado do Balanço de Pagamentos (= A + B + C + D)
F- Demonstrativo do resultado do Balanço de Pagamentos

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do Banco Central do Brasil (2016).

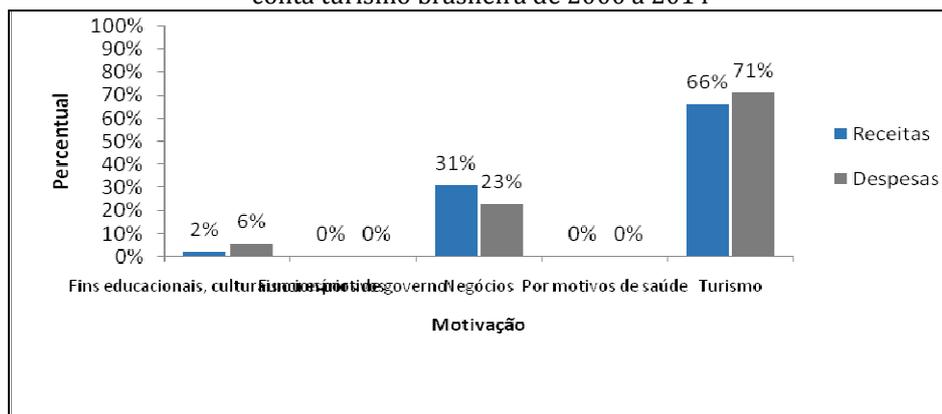
A conta turismo do BS subdivide-se por tipo de motivação. A Figura 7, a seguir, apresenta o percentual de participação de cada uma dessas subdivisões na conta turismo brasileira. Constando-se que a subconta Turismo (lazer) é a principal determinante no desempenho da conta turismo brasileira e, quando somada à conta Negócios, totalizam 97% das receitas

⁴ Registro contábil de todas as transações realizadas por residentes, com o resto do mundo.

⁵ Esta conta é conhecida como Conta Turismo brasileira. A subconta Turismo (lazer) representa apenas os dados das viagens com finalidade de lazer, portanto, não deve ser confundida com a Conta Turismo brasileira.

cambiais do turismo e 94% das despesas cambiais. Esses dados são fundamentais para estipular quais os principais determinantes para os resultados que a conta turismo gerou no BS de 2000 a 2014.

Figura 7 – Participação média anual das subcontas na formação das receitas e despesas da conta turismo brasileira de 2000 a 2014



Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados Bacen (2016).

O Balanço de Serviços não é definido apenas pelo desempenho do turismo. Nele estão inclusos ainda: conta transportes, fretes, seguros e outros; conta governamental e renda de capital. A Tabela 3 apresenta os saldos de cada uma dessas subcontas e o saldo total do BS de 2000 a 2014.

Tabela 3 – Saldo das subcontas e Balanço de Serviços (milhões US\$)

Ano	Transportes: fretes, seguros e outros.	Viagens Internacionais	Serviços Governamentais	Renda de Capital	Saldo
2000	(4.528)	(2.084)	(549)	(17.886)	(25.048)
2001	(5.639)	(1.468)	(652)	(19.743)	(27.503)
2002	(4.308)	(398)	(252)	(18.191)	(23.148)
2003	(4.998)	218	(151)	(18.552)	(23.483)
2004	(4.837)	351	(192)	(20.520)	(25.198)
2005	(6.695)	(858)	(755)	(25.967)	(34.276)
2006	(7.742)	(1.448)	(450)	(27.480)	(37.120)
2007	(8.827)	(3.258)	(1.134)	(29.291)	(42.510)
2008	(10.397)	(5.177)	(1.116)	(40.562)	(57.252)
2009	(12.236)	(5.594)	(1.416)	(33.684)	(52.930)
2010	(18.729)	(10.718)	(1.388)	(39.486)	(70.322)
2011	(21.832)	(14.709)	(1.391)	(47.319)	(85.251)
2012	(24.043)	(15.588)	(1.410)	(35.448)	(76.489)
2013	(27.458)	(18.283)	(1.360)	(39.778)	(86.879)
2014	(28.538)	(18.695)	(1.695)	(40.323)	(89.251)

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados Bacen (2016).

Os dados da Tabela 3 demonstram, que na maior parte dos anos, todas as contas apresentaram resultados deficitários, causando um aumento médio anual de 9,5% no déficit do saldo do Balanço de Serviços. Apenas a conta turismo apresentou, em 2003 e 2004, saldos positivos, reduzindo assim o impacto no déficit do BS. Esse resultado foi possível devido ao aumento de 61,27% em relação ao ano de 2002 nas receitas cambiais, enquanto as despesas cambiais cresceram 19,85% no mesmo período. Para identificar o impacto das subcontas, buscou-se analisar a participação de cada uma delas no BS, ao longo dos anos de 2000 a 2014. A Tabela 4 demonstra essa participação.

Tabela 4 - Participação das subcontas no saldo do Balanço de Serviços

Ano	Transportes: fretes, seguros e outros	Viagens internacionais	Serviços governamentais	Renda de capital	Saldo
2000	18%	8%	2%	72%	100%
2001	20%	5%	3%	72%	100%
2002	19%	1%	1%	79%	100%
2003	21%	-	-	79%	100%
2004	19%	-	-	81%	100%
2005	20%	2%	2%	76%	100%
2006	21%	4%	1%	74%	100%
2007	21%	8%	2%	69%	100%
2008	18%	9%	2%	71%	100%
2009	23%	11%	3%	63%	100%
2010	27%	15%	2%	56%	100%
2011	26%	17%	2%	55%	100%
2012	31%	20%	2%	47%	100%
2013	31%	21%	2%	46%	100%
2014	32%	21%	2%	45%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados Bacen (2016).

A partir dos dados apontados na Tabela 4, percebe-se que, no período de 2000 a 2014, houve uma redução de 26% na participação da conta Renda de Capital no resultado deficitário do Balanço de Serviços. Logo, como o saldo deficitário cresceu ano a ano, as demais contas aumentaram sua participação,

exceto a conta governamental. Percebe-se que a conta turismo, de 2000 a 2006, chegou a reduzir sua participação no déficit do BS, inclusive apresentando superávit em 2003 e 2004. No entanto, a partir de 2005, voltou a apresentar déficit sendo a conta que apresentou o maior crescimento na participação no déficit do BS, ao longo do período analisado.

Considerando-se apenas a participação do turismo, com base somente nas contas de serviços, ou seja, excluindo-se a conta renda do BS, tem-se que o setor de turismo impactou de forma negativa o desempenho da conta Serviços, no período de 2000 a 2014. Em média, o saldo da conta turismo impactou em 27% sobre o saldo apenas dos Serviços. Nos últimos anos da série, a sua participação cresceu para 38%. As próximas análises visam verificar o impacto que as contas de receitas e despesas cambiais turísticas tiveram no Balanço de Serviços. A Tabela 5 apresenta a participação das receitas cambiais de 2000 a 2014.

Tabela 5 – Participação das receitas cambiais no total de receitas do balanço de serviços

Ano	Receitas do Balanço de Serviços (milhões US\$)	Receitas do Turismo (milhões US\$)	Participação
2000	9498	1810	19%
2001	9322	1731	19%
2002	9551	1998	21%
2003	10447	2479	24%
2004	12584	3222	26%
2005	16047	3861	24%
2006	19476	4316	22%
2007	23954	4953	21%
2008	30451	5785	19%
2009	27728	5305	19%
2010	31599	5702	18%
2011	38209	6555	17%
2012	39864	6645	17%
2013	39127	6704	17%
2014	40764	6914	17%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados Bacen (2016).

A Tabela 5 demonstrou que a participação das receitas cambiais turísticas foi, em média, 20% do total das receitas do Balanço de Serviços. No entanto, a análise permite constatar a tendência à queda nas receitas oriundas do turismo, no total de receitas do BS. O crescimento médio anual nas receitas cambiais foi de 10%, enquanto das receitas totais do Balanço de Serviços foi de 11%. Pode-se ainda verificar que as receitas totais do BS aumentaram 329% de 2000 a 2014, enquanto as receitas cambiais do turismo cresceram 282%, no mesmo período.

A Tabela 6, a seguir, apresenta a participação das despesas cambiais no total das despesas do Balanço de Serviços.

Tabela 6 – Participação das despesas cambiais no total de despesas do balanço de serviços

Ano	Despesas do balanço de serviços (milhões US\$)	Despesas do turismo (milhões US\$)	Participação
2000	(16.660)	(3.894)	23%
2001	(17.081)	(3.199)	19%
2002	(14.509)	(2.396)	17%
2003	(15.378)	(2.261)	15%
2004	(17.261)	(2.871)	17%
2005	(24.356)	(4.720)	19%
2006	(29.116)	(5.764)	20%
2007	(37.173)	(8.211)	22%
2008	(47.140)	(10.962)	23%
2009	(46.974)	(10.898)	23%
2010	(62.434)	(16.420)	26%
2011	(76.141)	(21.264)	28%
2012	(80.905)	(22.233)	27%
2013	(86.229)	(24.987)	29%
2014	(89.692)	(25.608)	29%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados Bacen (2016).

O crescimento médio anual das despesas turísticas foi de 14,4%, superando a taxa de 12,8% das despesas totais do BS. Já a participação no total das despesas foi em média 22%, de 2000 a 2014. O comportamento das despesas foi inverso ao das receitas, ou seja, a participação das despesas

aumentou a partir de 2010. Em média houve um crescimento de 18,6% anual, cerca de seis pontos percentuais acima da média de todo o período.

Considerações finais

A partir do referencial teórico deste estudo, percebe-se que o turismo é um setor econômico que vem se desenvolvendo e ganhando mais importância na economia mundial a cada ano, decorrente do aumento crescente no fluxo de turistas e nas receitas oriundas do turismo. Assim, participa de forma significativa da economia de muitos países, sendo ele, um dos responsáveis pelos investimentos em infraestrutura; desenvolvimento da cultura e criação de emprego e renda. Afirma-se ainda que o turismo gera um efeito multiplicador significativo para a economia dos países. Por outro lado, pode-se inferir que o turismo também ocasiona impactos negativos, que normalmente são absorvidos pela população local. Em comparativo, o presente trabalho evidenciou que há mais vantagens do que desvantagens no desenvolvimento do setor.

Verificou-se que, de 2000 a 2014, o impacto do turismo no Brasil foi positivo e que o país apresentou um crescimento do setor acima da média mundial. Esse desempenho foi proporcionado, na sua maioria pelo turismo doméstico. Já o fluxo de turistas internacionais, conforme as análises dos resultados do Balanço de Serviços, foi insuficiente para eliminar o déficit na conta turismo. Ou seja, apresenta um desequilíbrio entre o fluxo de receitas e despesas cambiais no período. Na maior parte dos anos, houve déficit na conta turismo o que contribuiu para o aumento do déficit do Balanço de Serviços. Pode-se afirmar que o aumento das despesas cambiais, no período, foi ocasionado por dois fatores fundamentais: a renda do brasileiro, gerada pelo aumento do PIB *per capita* e a taxa de câmbio. Para reverter esse quadro, propõe-se incentivar o aumento no número de entradas de turistas internacionais no Brasil. Além disso, incentivar os brasileiros a conhecerem o próprio país. Essas iniciativas diminuiriam o déficit da conta turismo e, conseqüentemente, do Balanço de Serviços e aumentaria a demanda do setor, estimulando a geração de empregos e renda, no contexto da economia interna.

Considera-se essencial ampliar a divulgação do Brasil para outros países, além do continente americano, hoje principal origem do turista que visita o Brasil. Entende-se que existe um potencial de turismo que poderá ser desenvolvido nos próximos anos, considerando-se ainda que o Brasil possui muitos atrativos desejados e valorizados pelos turistas internacionais. Os grandes eventos realizados no Brasil, como a Copa e Olimpíadas possuem a capacidade de proporcionar, além da entrada de mais turistas no período do evento, um aumento no número de turistas futuros. Espera-se que o país possa dar continuidade a essas iniciativas, que inseriram o Brasil no roteiro internacional do turismo.

Referências

- BACEN. Banco Central do Brasil – *Balanço de pagamentos*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/balpagam_p.htm>. Acesso em: 5 jun. 2015.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>> Acesso em: 23 jun. 2015.
- BARRETO, M. *Manual de iniciação do estudo do turismo*. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- CARVALHO, L.C.P. de; VASCONCELLOS, M.A.S. *Introdução à economia do turismo*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- COPA 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/gasto-de-estrangeiros-no-brasil-bate-recorde-em-2014>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- FMI. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/country/BRA/index.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R.W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- IGNARRA, L.R. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 11 maio 2015.
- KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- LAGE, B.H. G.; MILONE, P.C. *Economia do turismo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

A economia e o turismo compartilhando soluções

LEMOS, L. *Turismo: que negócio é esse?: uma análise da economia do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

MTUR. MINISTÉRIO DO turismo. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

MTUR. MINISTÉRIO DO turismo. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2020.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

MTUR. MINISTÉRIO DO turismo. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em: 5 maio 2016.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em:
<<http://statistics.unwto.org/content/data-1>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia: micro e macro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WTTC. WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. Disponível em:
<<http://www.wttc.org/datagateway/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

O desenvolvimento humano em Porto Alegre: uma análise de regiões selecionadas, no período 2000-2010

Graciela Lobato dos Santos*
Angélica Massuquetti**
Karen Forneck Cardoso***

Resumo: O objetivo do estudo é analisar o desenvolvimento humano em Porto Alegre e em regiões selecionadas no próprio município (Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga), no período de 2000 a 2010, nas dimensões longevidade, educação e renda. No município de Porto Alegre, estas regiões apresentaram o pior desempenho no IDHM de 2010. A metodologia empregada foi a análise do IDHM e de indicadores de desenvolvimento nestas três dimensões. Os resultados obtidos revelaram que houve desenvolvimento humano nas quatro regiões estudadas e no município, com destaque para longevidade. No que se refere à dimensão educação, apesar da evolução do índice no período de estudo, todas as regiões apresentaram muito baixo desenvolvimento em 2010. Por fim, em relação à renda, observou-se a desigualdade entre as regiões e das mesmas em relação ao município de Porto Alegre.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. IDHM. Educação. Porto Alegre. Regiões.

Introdução

Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul, é a sede da maior concentração urbana da Região Sul e o décimo município mais populoso do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto Alegre é 0,805 (2010), o que coloca o município na faixa de muito alto desenvolvimento humano. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM foi a renda (0,867), seguida de longevidade (0,857) e de educação (0,702). Entre 2000 e 2010, a população cresceu em média 0,35% e, nesta mesma década, a

* Graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: gracilobato@yahoo.com.br

** Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE Unisinos). Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792291J1>>. *E-mail:* angelicam@unisinos.br

*** Economista pelo curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE Unisinos). Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8289377Y0>>. *E-mail:* karenforneck@gmail.com

taxa de urbanização do município passou de 97,7% para 100% (ATLAS BRASIL, 2016a).

Apesar de possuir a melhor qualidade de vida entre os municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes, ocupando o primeiro lugar no IDHM, Porto Alegre possui disparidades entre as suas 17 regiões,¹ no que se refere à longevidade, à educação e à renda. (ATLAS BRASIL, 2016a; OBSERVA POA, 2016). Martins (2013), ao analisar os principais aspectos socioeconômicos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), já havia observado que parte dos municípios da região ainda apresentam disparidades em alguns índices, como renda e saneamento. Assim, nota-se que o município está inserido numa região que apresenta disparidades socioeconômicas entre suas unidades municipais e seu espaço local segue este mesmo padrão.

A análise do desenvolvimento humano de uma metrópole, como Porto Alegre, permite compreender as principais necessidades da população e seu bem-estar, verificando quais políticas sociais podem ser aplicadas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população nas suas regiões.² Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento humano em Porto Alegre e em regiões selecionadas (Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga), no período de 2000 a 2010, nas dimensões longevidade, educação e renda.

Neste estudo, optou-se por analisar o desenvolvimento humano das regiões com pior desempenho no IDHM, em 2010, que foram Nordeste (bairro Mário Quintana) (0,638), Ilhas (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha dos Marinheiros) (0,659), Lomba do Pinheiro (bairros Agronomia e Lomba do Pinheiro) (0,683) e Restinga (bairro Restinga) (0,685). Essas regiões foram as únicas que apresentaram médio desenvolvimento humano no Município de Porto Alegre.

¹ As 17 regiões do município de Porto Alegre fazem parte do Orçamento Participativo (OP) e das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs). (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2016a).

² Através das parcerias entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Prefeitura de Porto Alegre, com participação da Fundação João Pinheiro e colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, tem sido possível revelar as condições da população do município, diversas dimensões da pobreza e os fatores municipais que limitam o processo de expansão das liberdades. (ATLAS, 2008).

Este artigo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução. Na segunda seção é abordado o desenvolvimento humano e são apresentados estudos empíricos sobre o desenvolvimento em Porto Alegre. Na terceira seção é descrita a metodologia adotada no estudo. Na quarta seção são expostos os resultados da pesquisa. Por fim, na quinta seção são apresentadas as conclusões do estudo.

Desenvolvimento humano: aspectos conceituais

A abordagem do desenvolvimento humano surgiu para suprir as necessidades e as deficiências de outros enfoques, que eram direcionados para a análise da perspectiva do crescimento econômico. (PNUD, 2016a). O conceito de desenvolvimento humano, segundo Atlas Brasil (2016b), é empregado para avaliar as oportunidades e as capacidades dos indivíduos a partir de três dimensões: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno.

Sen (2010) destaca que o conceito das capacitações serve para definir o bem-estar da população. Ele aborda também a importância do funcionamento dos mercados e a qualidade de vida das pessoas, pois cada sociedade necessita de um tipo específico de mercadoria e essas mercadorias variam de pessoa para pessoa. As necessidades básicas estabelecem a quantidade e o tipo de mercadorias que irão utilizar e as capacitações permitem a percepção do desenvolvimento específico de bens e materiais. A pobreza não pode ser definida apenas como um baixo nível de renda ou uma ausência de bens primários, mas deve ser entendida com uma carência das capacitações básicas. Outra contribuição do autor foi definir que o desenvolvimento de um país se concretiza por meio das oportunidades que são proporcionadas à população, de poder realizar suas escolhas, de exercer sua própria cidadania. (SEN, 2012).

Ao observar que o crescimento econômico não provocaria um aumento significativo na qualidade de vida das pessoas, foi então que começou a busca por informações e indicadores capazes de proporcionar condições de

mensurar melhorias no bem-estar da população. O IDH³ é uma forma de verificar os avanços dos países e antes da abordagem do desenvolvimento humano, o desempenho dos países era medido através do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, sendo que somente ponderava a dimensão econômica do desenvolvimento. (PNUD, 2016b).

Mesmo não abrangendo todas as dimensões do desenvolvimento, o IDH permite uma comparação do estágio socioeconômico dos países, bem como um conhecimento melhor da qualidade de vida da população. (PNUD, 2016b).

Estudos empíricos acerca do desenvolvimento em Porto Alegre

Macedo (2016) teve como objetivo analisar o desenvolvimento que é buscado para Porto Alegre. A partir da revisão bibliográfica, o autor destacou que o desenvolvimento depende essencialmente de um projeto coordenado pelo Estado e enfatizou a importância dos planos regionais e locais, conciliando estratégias para que possam promover a evolução das dimensões do desenvolvimento.

Costa (2016), por sua vez, analisou as desigualdades raciais no Município de Porto Alegre, utilizando duas dimensões do desenvolvimento humano: saúde e educação, sendo que também foram abordadas as regiões do município. De acordo com a autora, nos anos 2000, os negros possuíam a mesma probabilidade de vida longa e saudável do que os brancos, em 1991, o coeficiente de mortalidade infantil foi similar entre os dois grupos étnicos. As desigualdades são visíveis quando se aborda o acesso ao conhecimento, já que o analfabetismo é maior entre os negros e as mulheres, que possuem um poder aquisitivo menor. Na escolaridade adulta, os negros possuem uma probabilidade menor de concluir o Ensino Fundamental. Sendo a educação essencial para o desenvolvimento de competências, capaz de proporcionar conhecimentos e melhora da autoestima, além de uma melhor colocação no mercado de trabalho, observa-se que ela desempenha papel fundamental para redução da desigualdade social e racial.

Bassani (2016) teve o objetivo de apresentar uma descrição socioeconômica das Regiões do Orçamento Participativo (ROPs) de Porto

³ O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) foi publicado em 1990 e, em 2010, completou 20 anos, com novas metodologias que possibilitam uma análise mais completa para o cálculo do IDH. (PNUD, 2016b).

Alegre, com a intenção de referir as “várias cidades” do município. A base de dados utilizada foi o Atlas do Desenvolvimento Humano da RMPA. Segundo a autora, mesmo que o município tenha apresentado indicadores elevados em relação às demais metrópoles brasileiras, ainda exibe muitas desigualdades regionais. Além disso, afirmou que a tentativa de parceria entre a administração pública e a comunidade não foi suficiente para suprir as carências da população. Por fim, a autora propõe que seria o momento de buscar alternativas, a partir de uma nova regionalização, que consiga captar melhor as condições de vida dos seus habitantes.

Martins, Germano e Rangel (2015) analisaram a organização das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da RMPA e as desigualdades entre os municípios da região. Segundo os autores, as disparidades nas UDHs são maiores do que aquelas apresentadas pelos municípios. Além disso, esse processo de descentralização permite verificar as regiões que precisam de mais atenção, como intervenção de programas, políticas e ações específicas. As UDHs, portanto, são uma ferramenta que auxilia no acompanhamento socioeconômico e permite realizar análises mais específicas da realidade municipal e metropolitana.

O objetivo do estudo de Cavalcanti e Massuquetti (2012) foi analisar o desenvolvimento socioeconômico em Porto Alegre e em suas regiões, no período 1991-2007. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) e do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Os resultados revelaram que Porto Alegre obteve avanços no desenvolvimento. O índice Renda apresentou um crescimento em todos os anos abordados e destacou-se entre os demais. Os piores resultados ficaram com Saneamento e Domicílio e Saúde, pois a qualidade do saneamento no município foi a pior dimensão em todos os anos estudados. Os autores concluíram que seria possível analisar outras capacitações, como segurança pública, utilização do sistema Judiciário, infraestrutura das ruas, qualidades dos transportes, etc. Essas capacitações poderiam abordar aspectos diferentes no desenvolvimento do município. Segundo os autores, o Poder Público do município deveria dar mais atenção às localidades onde há maior índice de pobreza e baixo índice de desenvolvimento, buscando reduzir as desigualdades, no Município de Porto Alegre.

Siqueira e Massuquetti (2012) analisaram as dimensões da pobreza em Porto Alegre. Os dados empregados se originaram da pesquisa realizada por Comim et al. (2006), com a elaboração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do município. Dentre as dimensões pesquisadas, educação, participação e amizade e confiança exibiram as piores médias totais. Em relação às regiões do município, a sul apresentou o menor nível de bem-estar. Por fim, os autores ressaltaram a importância da implantação de políticas públicas para combater a pobreza no município.

Chaves (2002), por fim, analisou os determinantes dos rendimentos na RMPA, por meio da estatística dos salários desenvolvida por Jacob Mincer. De acordo com o autor, quanto mais o trabalhador for qualificado, mais ele será remunerado. Além disso, seu nível educacional define sua qualificação. A educação, portanto, é um fator crucial para o crescimento do indivíduo e, conseqüentemente, de seus rendimentos. Além disso, há necessidade da educação e da experiência profissional para que os indivíduos possam ter oportunidades e minimizar as desigualdades, sendo fundamental a existência de políticas públicas.

No Quadro 1 é apresentada uma síntese dos estudos analisados nesta seção.

Quadro 1 – Síntese dos estudos empíricos

Autores	Recorte	Período	Metodologia	Resultados
Macedo (2016)	Porto Alegre	2008	Revisão bibliográfica	Os projetos regionais e locais do desenvolvimento devem ser coordenados pelo estado
Costa (2016)	Porto Alegre e regiões	1991-2000	Indicadores diversos	Desigualdades raciais em razão do acesso diferenciado à educação
Bassani (2016)	ROPs de Porto Alegre	1991-2000	Indicadores diversos	O município ainda exhibe muitas desigualdades regionais
Martins, Germano e Rangel (2015)	RMPA e UDHS	2000-2010	Revisão bibliográfica e indicadores diversos	As disparidades entre as UDHS são maiores do que as disparidades observadas entre os municípios
Cavalcanti e Massuquetti (2012)	Porto Alegre	1991-2007	IDESE e IPM	O índice Renda obteve um crescimento em todos os anos. Os piores resultados ficaram com Saneamento e Domicílio e Saúde
Siqueira e Massuquetti (2012)	Porto Alegre	1990-2006	IPM	Educação, participação e amizade e confiança exibiram as piores médias totais. A região sul apresentou o menor nível de bem-estar
Chaves (2002)	RMPA	2000	Estatística dos salários desenvolvida por Jacob Mincer	A educação e a experiência no trabalho são fatores fundamentais para obter bons resultados nos rendimentos

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

A partir da análise destas pesquisas, foi possível perceber que houve evolução no desenvolvimento de Porto Alegre e mesmo da RMPA. No entanto, o município e a região ainda possuem desigualdades entre suas diferentes regiões e municípios, respectivamente, e apresentam carências em várias dimensões, como a educação.

Métodos e procedimentos: índice, indicadores e fonte dos dados

O índice utilizado nesta pesquisa é o IDHM, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro. Esse cálculo é obtido através dos Censos do IBGE, nos anos 1991, 2000 e 2010. O IDHM foi criado em 1998 para ajustar o IDH, em relação à realidade municipal das regiões metropolitanas. Seu principal objetivo é analisar a realidade dos municípios e os desafios enfrentados pelas regiões, dentro das suas dimensões. O IDHM pode variar de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano nas dimensões abordadas (de 0 a 0,499, muito baixo; de 0,500 a 0,599, baixo; de 0,600 a 0,699, médio; de 0,700 a 0,799, alto; e de 0,800 a 1, muito alto). (ATLAS BRASIL, 2016c).

O IDHM é importante porque valoriza as decisões e ações das pessoas, não se limitando somente ao crescimento econômico, e estimula a realização de políticas públicas municipais, para se obter uma melhoria na vida dos indivíduos. O IDHM aborda as mesmas dimensões do IDH, mas os indicadores que formam os índices são distintos (ATLAS BRASIL, 2016c): longevidade: expectativa de vida ao nascer; educação: fluxo escolar da população jovem e escolaridade da população adulta; e renda: renda *per capita* municipal.

Os índices e indicadores analisados neste estudo são apresentados no Quadro 2. O período de análise foi 2000/2010 e a fonte da pesquisa foi PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea (ATLAS BRASIL, 2016a).

Quadro 2 – Índice, indicadores e fontes dos dados

Índice/Subíndice/Indicador	Descrição
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM Longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade
Esperança de vida ao nascer	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecente no ano do Censo
Mortalidade infantil	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas
Mortalidade até 5 anos de idade	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas
IDHM Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação
Escolaridade da população adulta	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo
Fluxo escolar da população jovem	Percentual de crianças entre 5 e 6 anos frequentando a escola, percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e percentual de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo
IDHM Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda
Renda <i>per capita</i>	Indicador que ajuda medir o grau de desenvolvimento econômico do país ou região
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	Participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total considerando apenas as pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes
Rendimento médio dos ocupados – 18 anos ou mais	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade
% dos ocupados sem rendimento – 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e sem rendimento do trabalho e o número total de pessoas ocupadas nesta faixa etária
% dos ocupados com rendimento de até 1s.m. – 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento mensal de todos os trabalhos inferior a um salário-mínimo
Índice de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar <i>per capita</i> de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 medida que a desigualdade aumenta
% de pobres	Proporção de indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais
% de extremamente pobres	Proporção de indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais em reais de agosto de 2010
% de crianças pobres	Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade, que têm renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais
% de crianças extremamente pobres	Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade, que têm renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais

% de empregados com carteira – 18 anos ou mais	Razão entre o número de empregados com 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada e o número total de pessoas ocupadas nesta faixa etária
% de empregados sem carteira – 18 anos ou mais	Razão entre o número de empregados com 18 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada e o número total de pessoas ocupadas nesta faixa etária
% de trabalhadores do setor público – 18 anos ou mais	Razão entre o número de trabalhadores do setor público com 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nesta faixa etária
% de trabalhadores por conta própria – 18 anos ou mais	Razão entre o número de trabalhadores por conta própria com 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária.
% de empregadores – 18 anos ou mais	Razão entre o número de empregados com 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária
% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas com 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o Ensino Fundamental (regular seriado regular não seriado, EJA ou Supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária
% dos ocupados com médio completo – 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas com 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o Ensino Médio (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária
% dos ocupados com superior completo – 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas com 18 anos ou mais de idade ocupadas e que já concluíram a graduação do Ensino Superior e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Atlas Brasil (2015f).

Critério de seleção das regiões

O Município de Porto Alegre está dividido em 17 regiões, como se nota no Quadro 3.

Quadro 3 – Regiões de Porto Alegre

Regiões	Bairros
Centro	Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farrroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, MontSerrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília, Santana
Centro Sul	Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis, Vila Nova.
Cristal	Cristal
Cruzeiro	Medianeira e Santa Tereza
Eixo Baltazar	Passo das Pedras, Rubem Berta
Extremo Sul	Belém Novo, Chapéu do Sol, Lageado, Lami, Ponta Grossa.
Glória	Belém Velho, Cascata, Glória
Humaitá / Navegantes	Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo
Ilhas	Arquipélago (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha dos Marinheiros)

Leste	Bom Jesus, Chácaras das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras, Vila Jardim
Lomba do Pinheiro	Agronomia, Lomba do Pinheiro
Nordeste	Mario Quintana
Noroeste	Boa vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Itu, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo da Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião, Vila Floresta, Vila Ipiranga
Norte	Sarandi
Partenon	Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José, Vila João Pessoa
Restinga	Restinga
Sul	Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Pedra Redonda, Serraria, Tristeza, Vila Assunção, Vila Conceição

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2016a).

Na Tabela 1 é possível observar a distribuição da população de Porto Alegre entre suas 17 regiões. Pode-se notar que, em 2010, a região Centro, que é formada por 18 bairros, possuía o maior número de habitantes, representando 19,64% da população total do município. Já a região das Ilhas é a mais nova integrante deste grupo, pois foi inserida em 2008, e possui o menor número de habitantes, representando 0,59% da população de Porto Alegre.

Tabela 1 - População de Porto Alegre e de suas regiões - 2010

Município e Regiões	População total (habitantes)	Participação no total (%)
Centro	276.799	19,64
Centro Sul	110.889	7,87
Cristal	27.661	1,96
Cruzeiro	65.408	4,64
Eixo Baltazar	100.418	7,13
Extremo Sul	34.873	2,47
Glória	42.286	3,00
Humaitá / Navegantes	43.689	3,10
Ilhas	8.330	0,59
Leste	114.309	8,11
Lomba do Pinheiro	62.315	4,42
Nordeste	37.234	2,64
Noroeste	130.810	9,28
Norte	91.366	6,48
Partenon	118.923	8,44
Restinga	60.729	4,31
Sul	83.312	5,91
Porto Alegre	1.409.351	100,00

Fonte: Atlas Brasil (2016a).

Na Tabela 2, pode-se perceber que houve evolução no IDHM em todas as regiões e no Município de Porto Alegre, no período analisado. Em 2010, as regiões Centro e Noroeste obtiveram os melhores resultados nesse índice, 0,935 e 0,890, respectivamente, apresentando o nível de muito alto desenvolvimento. Além dessas regiões, Sul (0,843) e Cristal (0,809) também atingiram esse mesmo nível de desenvolvimento, e todas ficaram acima de Porto Alegre, que obteve um índice de 0,805. Os piores desempenhos ficaram com as regiões Nordeste (0,638), Ilhas (0,659), Lomba do Pinheiro (0,683) e Restinga (0,685), que alcançaram, em 2010, apenas o nível de médio do desenvolvimento.

Tabela 2 – IDHM de Porto Alegre e de suas regiões – 2000/2010

Município e Regiões	IDHM	
	2000	2010
Centro	0,893	0,935
Centro Sul	0,742	0,797
Cristal	0,762	0,809
Cruzeiro	0,671	0,747
Eixo Baltazar	0,716	0,779
Extremo Sul	0,629	0,714
Glória	0,662	0,733
Humaitá / Navegantes	0,693	0,765
Ilhas	0,528	0,659
Leste	0,713	0,777
Lomba do Pinheiro	0,586	0,683
Nordeste	0,511	0,638
Noroeste	0,840	0,890
Norte	0,648	0,729
Partenon	0,698	0,764
Restinga	0,595	0,685
Sul	0,783	0,843
Porto Alegre	0,744	0,805

Fonte: Atlas Brasil (2016a).

Neste estudo, optou-se por analisar o desenvolvimento humano das regiões com pior desempenho no IDHM, em 2010, que foram: Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga. Essas regiões foram as únicas que apresentaram médio desenvolvimento humano, no Município de Porto Alegre.

Análise e discussão dos resultados: desenvolvimento humano

Na Tabela 3, observa-se o desenvolvimento humano nas quatro regiões que apresentaram o menor desenvolvimento em Porto Alegre, considerando o IDHM, sendo elas Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga.

Tabela 3 – IDHM de Porto Alegre e de regiões selecionadas – 2000/2010

Município e Regiões	IDHM		IDHM Longevidade		IDHM Educação		IDHM Renda	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	0,528	0,659	0,746	0,805	0,316	0,504	0,623	0,705
Lomba do Pinheiro	0,586	0,683	0,754	0,806	0,412	0,571	0,648	0,691
Nordeste	0,511	0,638	0,721	0,778	0,309	0,509	0,598	0,655
Restinga	0,595	0,685	0,755	0,803	0,427	0,567	0,652	0,705
Porto Alegre	0,744	0,805	0,811	0,857	0,612	0,702	0,830	0,867

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Atlas Brasil (2016a).

Apesar de as regiões apresentarem o menor desenvolvimento no Município de Porto Alegre, todas registraram evolução nas dimensões longevidade, educação e renda, refletindo no IDHM de forma positiva. O IDHM Longevidade passou da faixa de alto desenvolvimento para muito alto desenvolvimento em três regiões, dentre as quatro analisadas, destacando a melhora na qualidade de vida. A região das Ilhas foi a que obteve a maior evolução, em comparação com as demais, passando de 0,746, em 2000, para 0,805, em 2010; seguida de Lomba do Pinheiro, que foi de 0,754, em 2000, para 0,806, em 2010, e Restinga, que registrou 0,755, em 2000, e 0,803, em 2010, igualando-se a Porto Alegre, em 2010, na faixa de muito alto desenvolvimento. A evolução do IDHM é oriunda de projetos e ações regionais e locais para a melhoria das três dimensões, como ressaltou Macedo (2016).

O IDHM Educação é a pior dimensão do IDHM nas regiões estudadas. Mesmo após a evolução, de 2000 para 2010, todas registram baixo desenvolvimento. Enquanto Porto Alegre apresentou 0,702 – alto desenvolvimento, para o ano de 2010, Nordeste, região com maior evolução dentre as quatro, registrou 0,509, melhora de 0,2, em relação a 2000. Restinga e Lomba do Pinheiro apareceram com 0,567 e 0,571, respectivamente, destacando-se nesta dimensão com os melhores índices. Para o Município de Porto Alegre, apesar de apresentar-se na faixa de alto

desenvolvimento, a educação foi a pior dimensão, dentre longevidade e renda. Na seção 4.3 é possível analisar com mais propriedade as variáveis que interferem no cálculo do IDHM Educação e identificar, dentro desta metodologia, a fragilidade desta dimensão.

Referente ao IDHM Renda, as quatro regiões também apresentaram melhora, porém, nenhuma alcançou a faixa de muito alto desenvolvimento. Ilhas e Restinga registram evolução de mais de 0,053 pontos, passando para alto desenvolvimento, ambas com 0,705, em 2010. A região Nordeste apresentava, no ano de 2000, o pior índice de renda dentre as regiões analisadas, com 0,598 – baixo desenvolvimento, e registrou melhora significativa em 2010, com 0,655 – médio desenvolvimento. Lomba do Pinheiro evoluiu, porém não apresentou mudança, permanecendo na faixa de médio desenvolvimento. Comparando a dimensão renda das regiões, com Porto Alegre, nota-se o município na faixa de muito alto desenvolvimento, bastante acima das regiões estudadas. Isso se deve, provavelmente, às regiões de mais alta renda – com maior PIB *per capita* – que o município possui e que elevam o valor calculado.

Dimensão longevidade e saúde

Na Tabela 4, pode-se observar o indicador que compõe o IDHM Longevidade e são apresentados outros indicadores na área de saúde.

Tabela 4 – Indicadores de longevidade e de saúde de Porto Alegre e de regiões selecionadas – 2000/2010

Municípios e regiões	Indicador do IDHM Longevidade			
	Esperança de vida ao nascer			
	2000		2010	
Ilhas	69,74		73,27	
Lomba do Pinheiro	70,25		73,35	
Nordeste	68,28		71,67	
Restinga	70,29		73,18	
Porto Alegre	73,65		76,42	
Municípios e Regiões	Demais indicadores de saúde			
	Mortalidade infantil		Mortalidade até 5 anos de idade	
	2000	2010	2000	2010
Ilhas	23,2	15,2	27,03	17,76
Lomba do Pinheiro	22,2	15,1	25,81	17,62
Nordeste	26,4	17,7	30,73	20,69
Restinga	22,1	15,3	25,71	17,91
Porto Alegre	16,0	11,6	18,6	13,1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Atlas Brasil (2016a).

O IDHM Longevidade utiliza para o seu cálculo a esperança de vida ao nascer, que mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento. Porto Alegre tem o indicador de esperança de vida ao nascer maior do que o Brasil, que em 2010 registrou 76,42. Todas as regiões apresentaram evolução, sendo que o menor resultado é da região Nordeste, 71,67 anos, em 2010, e o melhor da Lomba do Pinheiro, 73,35 anos, neste mesmo ano. Esse resultado favorável indica que há condições sociais, de saúde e de salubridade para a população, em todas as faixas etárias. Em termos percentuais, em 10 anos, a região das Ilhas evoluiu 5%, Lomba do Pinheiro ampliou em 4,41%, Nordeste cresceu 4,96%, Restinga apresentou evolução de 4,11% e Porto Alegre teve crescimento de 3,76%.

O indicador de mortalidade infantil apresentou uma evolução positiva e significativa para o Município de Porto Alegre e também para as quatro regiões estudadas. Antes no patamar entre 22 e 26 óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos, ano de 2000, na última medição, em 2010, a pior região apresentou 17,7, ou seja, queda de nove óbitos. As demais regiões estão entre 15,3 e 15,1. A evolução deste indicador é importante, pois reflete os níveis de saúde, desenvolvimento socioeconômico e condições de vida da população. (DATASUS, 2016).

Porém, o indicador de mortalidade para crianças até 5 anos de idade aumentou, em comparação à mortalidade infantil de crianças até 1 ano. A região Nordeste, apesar de registrar melhora, possui um indicador elevado de mortalidade, 50% acima do que apresentado por Porto Alegre. Ilhas, Lomba do Pinheiro e Restinga também evoluíram positivamente, encontrando-se, atualmente, no mesmo patamar – entre 17,62 e 17,91 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, também estão piores do que Porto Alegre, no ano de 2010.

Dimensão educação

Na Tabela 5, podem-se observar os indicadores que compõem o IDHM Educação e a taxa de analfabetismo, nas quatro regiões analisadas e no Município de Porto Alegre, nos anos 2000 e 2010.

Tabela 5 – Indicadores de educação de Porto Alegre e de regiões selecionadas – 2000/2010

Município e regiões	Indicadores do IDHM Educação							
	Fluxo escolar dos jovens							
	% de 5 a 6 anos na escola		% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo		% de 15 a 17 anos com fundamental completo		% de 18 a 20 anos com médio completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	36,62	63,76	65,22	94,88	20,10	49,76	18,86	20,71
Lomba do Pinheiro	40,58	60,60	67,83	88,57	43,05	49,59	17,7	31,58
Nordeste	29,89	66,29	57,05	82,97	28,47	33,05	13,69	24,46
Restinga	46,30	70,24	65,61	85,49	41,79	46,56	17,90	19,02
Porto Alegre	60,84	77,71	75,46	86,84	57,96	59,30	44,25	48,18
Município e regiões	Indicadores do IDHM Educação				Outro indicador de educação			
	Escolaridade da população adulta				Taxa de analfabetismo – 25 anos ou mais			
	% de 18 anos ou mais com fundamental completo							
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	25,45	38,95	13,91	6,17				
Lomba do Pinheiro	39,15	56,15	8,71	5,07				
Nordeste	28,33	49,42	9,61	6,23				
Restinga	42,37	59,46	7,57	3,84				
Porto Alegre	64,54	74,78	4,06	2,60				

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Atlas Brasil (2016a).

Ao analisar os dados do fluxo escolar dos jovens, observa-se que o maior percentual de jovens com ensino completo, conforme faixa etária, foram os de 11 a 13 anos com Ensino Fundamental completo. Em Porto Alegre, no ano de 2010, 86,84% dos jovens estavam nessa condição e as regiões apresentam percentuais parecidos, destacando-se as Ilhas, com 94,88%, neste mesmo ano. Pode-se observar, ainda, que o percentual de concluintes do Ensino Fundamental diminuiu entre jovens de 15 a 17 anos, com máximo de 49,76%, no ano de 2010, na região das Ilhas, e mínimo de 33,05%, na região Nordeste. Referente ao Ensino Médio, os percentuais são preocupantes: o máximo de jovens entre 18 e 20 anos concluintes foi de 31,58%, chegando a 19,02% na Restinga. O Município de Porto Alegre registrou menos de 50% dos jovens entre 18 e 20 anos com Ensino Médio completo.

Ao observar a escolaridade da população adulta – com 18 anos ou mais – com Ensino Fundamental completo, constatou-se que houve evolução entre 2000 e 2010. A região Nordeste aumentou em 21,09 p.p., chegando a 49,42%, em 2010. Apesar de não alcançar nem 50% da população, notou-se uma melhora na condição, quando comparado ao momento anterior, ano de 2000. Restinga e Lomba do Pinheiro registraram 59,46% e 56,15% de adultos com fundamental completo, respectivamente, no ano de 2010. A região das Ilhas foi a que apresentou o pior percentual, dentre as estudadas, com 38,95%.

Por fim, para agregar à análise do indicador de educação, referente à taxa de analfabetismo de pessoas com 25 anos ou mais, Porto Alegre registrou uma taxa de 2,60%, relativamente baixa quando comparada às regiões analisadas do próprio município. Nordeste evoluiu de 9,61%, em 2000, para 6,23%, em 2010, sendo a mais alta dentre as quatro investigadas. A região das Ilhas também registrou ganho, passando de 13,91%, no ano de 2000, para 6,17%, em 2010. Há margem para melhora, como pode ser observado na Restinga, que, em 2010, possuía uma taxa de analfabetismo de 3,84%. A relação entre desigualdade e analfabetismo também foi abordada por Costa (2016), que concluiu que a educação é fundamental para o indivíduo, além de proporcionar conhecimentos e aprendizagem, também melhora a autoestima, torna-o cidadão perante a sociedade e prepara-o para conquistar vagas oferecidas no mercado de trabalho. A educação define a qualificação e o desenvolvimento do indivíduo, como ressaltou Chaves (2002).

A Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre é constituída por 98 escolas e acolhe mais de 50 mil alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Médio, da Educação Profissional de Nível Técnico, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2016b). No Quadro 4, pode-se observar o número de escolas municipais e as divisões de ensino nas quatro regiões analisadas.

Quadro 4 – Escolas municipais nas regiões selecionadas

Local	Bairros	Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Total
Ilhas	Arquipélago	EMEI da Pintada	-	-	-	1
Lomba do Pinheiro	Agronomia e Lomba do Pinheiro	EMEI Maria M. Fernandes; EMEI da Vima Mapa II; EMEI da Vila Mapa São Carlos	EMEF Afonso G. Lima; EMEF Heitor Vila Lobos; EMEF Saint Hilaire; EMEF São Pedro	-	-	7
Nordeste	Mario Quintana	-	EMEF Dep Victor Issler; EMEF Timbaúva; EMEF Wenceslau Fontoura	-	EMEF Dep Victor Issler; EMEF Wenceslau Fontoura	3
Restinga	Restinga	EMEI da Vila Nova Restinga; EMEI Dom Luiz de Nadal; EMEI Florência Vurlod Sociais; EMEI Paulo Freire	EMEEF Tristão Sucupira Viana; EMEF Dolores A. Caldas; EMEF Lidovino Fanton; EMEF Mario Quintana; EMEF N. Sra. Do Carmo; EMEF Prof. Larry J. R. Alves; EMEF Sem. Alberto Pasqualini; EMEF Ver Carlos P. de Brum	-	-	12
Porto Alegre	81	35	35	2	26	98

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2016b).

Ao observar o número de unidades de ensino das quatro regiões analisadas, no Município de Porto Alegre, identifica-se a falta de escolas de Ensino Médio municipal (o município possui apenas duas escolas de ensino médio).⁴ A região das Ilhas possui apenas uma escola de Ensino Infantil e isso se torna um aspecto negativo para a região, pois os jovens precisam se deslocar para outros bairros para dar continuidade aos estudos. Na região Lomba do Pinheiro, o bairro Agronomia não possui escolas e o bairro Lomba do Pinheiro possui sete escolas, sendo três de Ensino Infantil e quatro de

⁴ Ressalta-se que o Ensino Médio é competência do estado e não do município.

Ensino Fundamental. A região Nordeste possui três escolas de Ensino Fundamental, sendo duas delas também com EJA. Por fim, a região da Restinga possui o maior número de escolas, sendo quatro de Ensino Infantil e oito de Ensino Fundamental, permitindo que as crianças e os jovens não tenham que se deslocar para outros bairros do município.

Dimensão renda e trabalho

Na Tabela 6, pode-se verificar o indicador que compõe o IDHM Renda e outros indicadores relacionados à dimensão renda, nas quatro regiões analisadas e, no Município de Porto Alegre, nos anos 2000 e 2010. O IDHM Renda é composto somente pela renda *per capita*. Como forma de complementação, são abordados mais cinco indicadores referentes à dimensão.

Tabela 6 – Indicadores de renda de Porto Alegre e de regiões selecionadas – 2000/2010

Município e regiões	Indicador do IDHM Renda		Demais indicadores de renda			
	Renda <i>per capita</i>		% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	387,03	642,58	80,6	84,59	847,65	1.240,55
Lomba do Pinheiro	452,27	590,83	77,98	79,09	953,3	1.001,47
Nordeste	330,08	469,88	82,32	76,77	751,69	806,72
Restinga	461,15	644,32	76,09	74,15	978,67	1.035,86
Porto Alegre	1.399,50	1.758,27	71,52	69,78	-	2.349,73
Município e regiões	Demais indicadores de renda					
	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais		% dos ocupados com rendimento de até 1s.m. - 18 anos ou mais		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	5,82	1,11	50,56	25,86	0,56	0,57
Lomba do Pinheiro	0,91	0,81	33,52	11,84	0,49	0,42
Nordeste	0,99	1,9	40,18	15,94	0,44	0,44
Restinga	1,23	1,14	33,76	13,08	0,46	0,47
Porto Alegre	1,47	1,13	20,22	8,66	0,60	0,60

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Atlas Brasil (2016a).

Referente à renda *per capita*, a região das Ilhas se destacou com um aumento de 66,03%, entre 2000 e 2010, o que provavelmente influenciou o bom desempenho na dimensão longevidade e saúde. A região Nordeste registrou evolução de 42,35%, Restinga de 39,72% e Lomba do Pinheiro de 30,64%. Ao observar a renda *per capita* de Porto Alegre, nota-se uma discrepância significativa em comparação com as regiões de estudo que compõem o município. A vantagem de ter o cálculo por região é poder observar quais sofrem com a desigualdade de renda existente dentro do município. Porto Alegre possuía renda *per capita* de R\$ 1.758,27, em 2010, e a região Nordeste, a mais carente, registrou R\$ 469,88, neste mesmo ano, ou seja, diferença elevada que expõe a pobreza de parte da população.

O indicador percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho mostra a participação desta dimensão na renda total. Pode-se observar que Porto Alegre apresentou involução, passando de 71,52%, em 2000, para 69,78%, em 2010. Provavelmente, deve-se ao fato de o percentual da renda proveniente de transferências governamentais ter aumentado. Duas regiões do município registraram melhora, e as outras duas piora, neste indicador. Todas, porém, estão acima de Porto Alegre, dado importante de ser destacado.

O rendimento médio dos ocupados – 18 anos ou mais melhorou em relação ao ano de 2000. A região Nordeste apresentou rendimento médio de R\$ 806,72, única região menor do que R\$ 1.000,00, enquanto as demais estiveram acima, com máximo de R\$ 1.240,55 – na região das Ilhas. As regiões analisadas são as mais carentes de Porto Alegre e, devido a isso, não refletem a média que o município possuía em 2010, R\$ 2.349,73, comprovando, novamente, a desigualdade dentro do município. Os rendimentos nas regiões e em Porto Alegre também foram observados por Chaves (2002), que afirmou que a educação é um dos principais fatores para o crescimento do indivíduo e que, além da qualificação e do conhecimento, o indivíduo precisa ter experiência profissional. Quanto mais qualificado ele for, melhor ele será remunerado.

O percentual dos ocupados sem rendimento – 18 anos ou mais variou entre as regiões. Nas Ilhas diminuiu de 5,82%, em 2000, para 1,11%, em 2010, resultado positivo e significativo. Lomba do Pinheiro e Restinga

também apresentaram melhora, menos significativa, porém registrando evolução. Na região Nordeste observou-se piora, com aumento de 0,99%, em 2000, para 1,99%, em 2010. Dado positivo e no qual se percebeu evolução foi o percentual dos ocupados com rendimento de até um salário-mínimo. Em todas as regiões do município, houve queda, consequência provável de aumento dos rendimentos, significando melhora na qualidade de vida, conforme observado nas dimensões longevidade e saúde.

Porto Alegre possui o mesmo Índice de Gini que o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, 0,60. Esse valor é considerado elevado, ou acima da expectativa, pois quanto mais perto de 1, maior a concentração de renda em poucas pessoas. Nas regiões estudadas, o índice de Gini é menor do que em Porto Alegre e, provavelmente, deve-se ao fato de serem regiões pobres, onde a maioria possui faixa de renda semelhante.

Na Tabela 7, podem-se observar outros indicadores de renda das quatro regiões analisadas, incluindo Porto Alegre, nos anos 2000 e 2010.

Tabela 7 - Indicadores de renda de Porto Alegre e de regiões selecionadas - 2000/2010

Município e regiões	Demais indicadores de renda			
	% de pobres		% de extremamente pobres	
	2000	2010	2000	2010
Ilhas	29,36	13,66	11,95	2,78
Lomba do Pinheiro	18,04	7,08	7,13	2,58
Nordeste	25,08	12,48	6,81	2,36
Restinga	17,29	8,58	5,82	1,94
Porto Alegre	8,49	3,82	2,37	0,92
Município e regiões	Demais indicadores de renda			
	% de crianças pobres		% de crianças extremamente pobres	
	2000	2010	2000	2010
Ilhas	42,9	23,3	19,21	1,62
Lomba do Pinheiro	28,58	15,42	12,75	5,72
Nordeste	37,56	19,13	11,21	4,61
Restinga	27,61	14,42	10,22	3,4
Porto Alegre	18,17	9,70	5,66	2,56

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Atlas Brasil (2016a).

Porto Alegre tem mostrado desempenho positivo na redução da pobreza. Em 10 anos houve diminuição de 4,67 p.p. no total de pobres no município. As regiões analisadas estão em situação pior, quando comparadas com Porto Alegre, mas evoluíram do ano 2000 para 2010. Ilhas reduziu seu

percentual de pobreza em 15,7 p.p., assim como a região Nordeste, que registrou baixa de 12,6 p.p., Lomba do Pinheiro, com queda de 10,96 p.p. e, por fim, Restinga, com redução de 8,71 p.p. para o período de 2000 a 2010. O percentual de extremamente pobres também reduziu em todas as regiões e em Porto Alegre, sendo que novamente a região das Ilhas apresentou a maior evolução, queda de 9,17 p.p. O estudo sobre a pobreza em Porto Alegre e nas regiões selecionadas também foi desenvolvido por Cavalcanti e Massuquetti (2012), sendo que os autores concluíram que o Poder Público deveria se preocupar mais com essas regiões, buscando minimizar as desigualdades existentes no município.

O percentual de crianças pobres teve uma melhora significativa e, no Município de Porto Alegre, houve redução de 8,47 p.p., do ano de 2000 para 2010. Dado relevante a ser analisado é que o percentual de crianças pobres é maior do que o percentual de pobres – sem limite de faixa etária. Isso mostra que grande parte da população que está na pobreza é formada por crianças. A redução de crianças pobres é positiva também para todas as regiões analisadas. Apesar do ganho obtido em 10 anos, a região Nordeste está próxima de 20% de crianças pobres, e a região das Ilhas está acima de 20% de crianças pobres.

O percentual de crianças na extrema pobreza também registrou melhora e, no ano de 2010, havia 2,56% de crianças extremamente pobres em Porto Alegre. As regiões estudadas seguiram na mesma linha do município e diminuíram o percentual deste indicador, que chegou a 1,62% nas Ilhas.

Na Tabela 8, podem-se observar os indicadores de trabalho das quatro regiões analisadas, incluindo Porto Alegre, nos anos 2000 e 2010.

Tabela 8 – Indicadores de trabalho de Porto Alegre e de regiões selecionadas – 2000/2010

Município e regiões	Demais indicadores de trabalho							
	% de empregados com carteira – 18 anos ou mais		% de empregados sem carteira – 18 anos ou mais		% de trabalhadores do setor público – 18 anos ou mais		% de trabalhadores por conta própria – 18 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	37,73	41,59	18,81	21,77	0,82	3,5	34,14	28,2
Lomba do Pinheiro	50,79	61,85	16,36	16,06	4,9	3,19	26,06	17,96
Nordeste	51,36	59,81	20,89	19,7	2,14	2,04	24,29	16,67
Restinga	50,57	61,77	19,39	14,49	5,79	3,62	21,67	18,21
Porto Alegre	46,62	53,16	14,53	13,08	8,24	7,42	23,66	21,62

Município e regiões	Demais indicadores de trabalho							
	% de empregadores – 18 anos ou mais		% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais		% dos ocupados com médio completo – 18 anos ou mais		% dos ocupados com superior completo – 18 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ilhas	3,17	3,83	29,42	46,21	17,43	21,08	1,81	7,33
Lomba do Pinheiro	1,08	0,39	45,62	64,07	20,72	35,24	2,05	4,52
Nordeste	0,52	0,29	33,43	53,9	12,8	27	0,75	2,76
Restinga	1,47	0,85	49,26	67,02	23,05	38,36	1,46	5,94
Porto Alegre	5,53	3,76	72,26	80,76	56,07	64,53	21,24	27,81

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Atlas Brasil (2016a).

Referente aos dois primeiros indicadores, percentual de empregados com carteira e sem carteira com 18 anos ou mais, observa-se que houve aumento, no período analisado, no percentual de empregados com carteira assinada – 6,54 p.p. em Porto Alegre – e houve maior predominância destes, quando comparado ao % de empregados sem carteira – 13,08%, em 2010, no município analisado. Esse cenário pode ter sido fortemente influenciado pelo incentivo dado aos empresários, por parte do governo federal, para regularização de seus funcionários.

O percentual de trabalhadores do setor público diminuiu de 8,24%, em 2000, para 7,42%, em 2010, em Porto Alegre. Dentre as regiões estudadas, somente as Ilhas obtiveram aumento, passando de 0,82% para 3,5%, entre 2000 e 2010. Mesmo com o crescimento, é um percentual baixo, quando comparado com o município e com os demais indicadores analisados, sendo maior apenas que o percentual de empregadores com 18 anos ou mais.

O percentual de trabalhadores por conta própria nas regiões analisadas foi próximo ao de Porto Alegre, que registrou, em 2010, 21,62%. É um dado relevante quando analisado pela ótica do empreendedorismo, pois são regiões carentes, que possuem renda menor do que as demais do município. Porém, com parte da população responsável por sua própria empresa. O indicador de percentual de empregadores vem para somar na análise sobre o perfil do trabalho. Pode-se observar que os trabalhadores por conta própria, na maior parte dos casos, não têm a necessidade de contratar funcionários, ou se os contratam não formalizam. Esse dado é visto principalmente nas regiões da Lomba do Pinheiro – apresentou queda de 1,08% para 0,39%; Nordeste – queda de 0,52% para 0,29%; e Restinga – queda de 1,47% para 0,85%, entre 2000 e 2010. A exceção foi a região das Ilhas, que evoluiu de 3,17% para 3,83%, de 2000 para 2010.

Observa-se que o percentual de ocupados com fundamental completo é maior do que o percentual de ocupados com médio completo e significativamente maior do que ocupados com superior completo. Todas as regiões estudadas, inclusive o município como um todo, evoluíram no percentual de ocupados, em todas as esferas de ensino: fundamental, médio e superior, chegando a 80,76%, no fundamental, 64,53% no médio e 27,81% no superior, no ano de 2010, para Porto Alegre. O máximo de percentual dos ocupados com superior completo nas regiões estudadas foi de 7,33%, bastante inferior a Porto Alegre. Esse indicador é a razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o Ensino Fundamental e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária. O que esse indicador mostra é que, nas regiões analisadas, poucas pessoas que estão ocupadas possuem Ensino Superior completo, justificando o baixo percentual.

Ao longo deste estudo, portanto, observou-se que houve desenvolvimento humano nas quatro regiões estudadas e em Porto Alegre, com destaque para longevidade. No que se refere à dimensão educação, apesar da evolução do índice no período de estudo, todas as regiões apresentaram muito baixo desenvolvimento em 2010. Em relação à renda, por fim, observou-se a desigualdade entre as regiões e das mesmas em relação ao Município de Porto Alegre.

Considerações finais

Essa pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento humano em Porto Alegre e nas regiões Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga, no período de 2000 a 2010, nas dimensões longevidade, educação e renda. Estas regiões foram as únicas que apresentaram médio desenvolvimento humano no Município de Porto Alegre, em 2010. O município, apesar de ser uma das melhores capitais em qualidade de vida, apresenta disparidades no desenvolvimento humano de suas regiões.

Em relação à longevidade e saúde, as quatro regiões estudadas obtiveram crescimento no indicador de esperança de vida ao nascer, com destaque para Lomba do Pinheiro, que alcançou 73,35 anos, em 2010. Porto Alegre, por sua vez, registrou, em 2010, 76,42 anos, alcançando uma colocação superior ao Brasil. Em relação à mortalidade infantil, a região Nordeste obteve o pior resultado, em 2010, com 17,7 óbitos, e no que se refere à mortalidade de crianças até 5 anos, essa mesma região também apresentou o pior desempenho.

Na dimensão educação, em relação ao fluxo escolar dos jovens, conforme faixa etária, destacam-se os jovens de 11 a 13 anos com Ensino Fundamental completo, com 86,84% e 94,88% nessa condição, respectivamente, em Porto Alegre e nas Ilhas, em 2010. Ao observar a escolaridade da população adulta, constatou-se que houve evolução entre 2000 e 2010. Restinga registrou 59,46% de adultos com Ensino Fundamental completo, em 2010, enquanto a região das Ilhas foi a que apresentou o pior indicador, dentre as estudadas, com 38,95%. Por fim, referente à taxa de analfabetismo de pessoas com 25 anos ou mais, Porto Alegre registrou 2,60%, relativamente baixa quando comparada às regiões analisadas do próprio município: Nordeste apresentou 6,23% e nas Ilhas foi de 6,17%.

No que se refere à dimensão renda, todas as regiões apresentaram evolução da renda *per capita*, com destaque para as Ilhas (aumento de 66,03% no período). Contudo, ao considerar a renda *per capita* de Porto Alegre, nota-se uma disparidade significativa em comparação às regiões investigadas. O indicador percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho revelou que, em todas as regiões, houve maior participação desta

fonte de renda quando comparadas à Porto Alegre. O Índice de Gini, nas regiões analisadas, em 2010, foi menor do que em Porto Alegre e, em relação à pobreza, as mesmas estão em situação pior, quando comparadas com a capital. Além disso, a análise dos indicadores de trabalho permitiu constatar a desigualdade entre as regiões e das mesmas em relação à Porto Alegre.

Por fim, apesar da evolução do desenvolvimento humano em Porto Alegre e nas regiões investigadas, neste estudo, verificou-se que há disparidades entre as mesmas nas três dimensões e a educação necessita de maior atenção do Poder Público. Sendo assim, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se analisar a qualidade do ensino e a evolução dos gastos públicos em educação no município e regiões Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga.

Referências

ATLAS do desenvolvimento humano da região metropolitana de Porto Alegre. *Dados*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria de Coordenação Política e Governança Local; Metroplan; PNUD; Fundação João Pinheiro, 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). *Consulta*. 2016a. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). *Desenvolvimento Humano*. 2016b. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). *O IDHM*. 2016c. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BASSANI, V. S. *Porto Alegre desigual: retratos de uma metrópole*. 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/porto_alegre_desigual.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CAVALCANTI, J. S.; MASSUQUETTI, A. A evolução recente do desenvolvimento em Porto Alegre. *Diálogo*, Canoas, n. 21, p. 125-150, jul./dez. 2012.

CHAVES, A. L. L. Determinação dos rendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, p. 399-420, 2002.

COMIM, F. et al. *Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações: uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf>. Acesso em: 3 set. 2015.

COSTA, B. M. *Aspectos da desigualdade racial em Porto Alegre*. 2016. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/texto_raca_etnia_3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DATASUS. 2016. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>>.

Acesso em: 10 abr. 2016.

MACEDO, C. E. *O desenvolvimento que buscamos para Porto Alegre*. 2016. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/comudes2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MARTINS, C. M. R. Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Textos para Discussão FEE*, Porto Alegre, n. 112, jan. 2013.

MARTINS, C. M. R.; GERMANO, L. R. R. G. B. N.; RANGEL, R. R. Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre. 2016. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/unidades_de_desenvolvimento_humano_da_regiao_metropolitana_de_porto_alegre_2015.docx>. Acesso em: 10 abr. 2016.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (OBSERVA POA). *Porto Alegre*. 2016.

Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Plano Municipal de Educação 2015-2025*.

2015. Disponível em:

<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/eventos/congresso/final/plano_vf_1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Regiões do Orçamento Participativo*. 2016a.

Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p_secao=5>.

Acesso em: 20 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Secretaria Municipal de Educação*. 2016b.

Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_secao=242>.

Acesso em: 10 abr. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *O que é desenvolvimento humano*. 2016a. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *O que é o IDH*.

2016b. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 22 mar. 2016.

A economia e o turismo compartilhando soluções

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SEN, A. K. *Mercados, justiça e liberdade*. 2012. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/entrevista-imperdivel-com-o-nobel-de-economia-amartya-sen-ele-fala-sobre-china-india-brasil-e-diz-que-a-crise-na-europa-se-resolve-com-enfase-no-crescimento/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SIQUEIRA, L. D.; MASSUQUETTI, A. As dimensões da pobreza em Porto Alegre. *Diálogo*, Canoas, n. 21, p. 101-124, jul./dez. 2012.

Os possíveis paradoxos da autogestão: um estudo de caso na Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal)

Lucas Henrique da Luz*
Luciano André Lemos**
Luciano André Lemos Júnior***
Paulo Roberto Wünsch#
Vinícius Triches##

Resumo: A enunciada autogestão organizacional, principalmente em cooperativa, tem um espaço limitado no contexto atual. Em uma perspectiva dialética de evolução social, este conceito refere-se à realidade socialmente construída pelos atores, que representam os sistemas complexos nos quais estão inseridos, em torno de percepções contraditórias que passam a orientar suas ações. A partir das premissas da interação entre agentes cooperados diretivos e não diretivos em tomadas de decisão, buscamos neste artigo conceituar a autogestão e discutir um paradoxo cultural de gestão por meio de um estudo em uma cooperativa industrial oriunda de um processo de falência. O presente estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema e entrevistas com antigos empregados e hoje sócios de uma empresa cooperativa da região da serra, localizada em Caxias do Sul, RS, a Cootegal.

Palavras-chaves: Autogestão. Cooperativa. Participação. Paradoxos. Decisão.

Introdução

O cooperativismo é um processo econômico-social que tem como pilar as cooperativas, extraindo delas a correlação de sentido da atividade humana

* Doutor em Administração, Unisinos, Bacharel em Administração, Unisinos, Especialista em Projetos Sociais e Culturais, UFRGS, Mestre em Ciências Sociais, Unisinos, Professor da área de Gestão e Negócios, Unisinos, São Leopoldo – RS Brasil. <<http://lattes.cnpq.br/2627786795690736>>. *E-mail:* lhluz@unisinos.br

** Especialista em Cooperativismo, Unisinos, Licenciado em Ciências Exatas e Biológicas, UCS, Técnico Agrícola EAFBG. Bento Gonçalves – RS, Brasil. <<http://lattes.cnpq.br/3991657485097892>>. *E-mail:* lucianoandrememos@yahoo.com.br

*** Bacharelado em Ciências Biológicas, UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil <<http://lattes.cnpq.br/5217513987618265>>. *E-mail:* luciano.andre.lemos@gmail.com

Doutor e Mestre em Serviço Social, PUC, Licenciado em Ciências Sociais, PUC, Especialização em Sociologia, UFRGS. Professor de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS. Bento Gonçalves – RS, Brasil: <<http://lattes.cnpq.br/7892843966267009>>. *E-mail:* pvinte@terra.com.br

Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS, Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior, Uninter, Mestre em Economia, UFSC. Professor, FTSG, Bento Gonçalves – RS, Brasil. <<http://lattes.cnpq.br/9470704356311909>>. *E-mail:* vtriches@yahoo.com.br

na cooperação, assumindo o posto de utilizador, proprietário ou gestor, em suas múltiplas práticas. (FRANTZ, 2002).

A cooperação emerge com a evolução do homem, na História da humanidade, e deriva da primordialidade do pacto para evoluir e auferir as candelas do mundo existente, com uma sustentação consolidada e transformadora, dentre uma concepção de desenvolvimento – o desenvolvimento humano e social. (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Para superar esse conjunto de dificuldades, Valle (2002) dá ênfase à posição de que o caminho é a busca da eficiência pela cooperação e não pelas formas de controle típicas das empresas capitalistas. A sociedade cooperativa é uma organização contemporânea, diferente da sociedade que compreendemos, que resultou, em seu ponto conceitual e ilustrado no ambiente do milagre europeu, do crescimento econômico em todos os segmentos de atividade econômica, sendo que a Revolução Industrial balizou fundamentalmente o cooperativismo.

A estrutura de origem histórica evolutiva do cooperativismo mostra uma organização que se caracteriza por: o princípio da gestão e de controle democrático pelos sócios; a participação dos associados em todas as esferas de decisão, com o exercício do direito do voto – escolher e ser eleito; dentre outros. Essa gestão democrática é a substância operante do cooperativismo, garantindo a participação efetiva de todos os seus elementos, no exercício da organização; essa estrutura de cooperativismo leva à necessidade de autogestão. (SCHENEIDER, 2003).

Incorporado a esse contexto histórico, de gestão democrática, participação nas decisões, é que estão as cooperativas, e não sendo diferente com a Cooperativa Cootegal (Cooperativa Têxtil Galópolis) na qual focamos o presente estudo.

O exposto na sequência tem como referencial a Cootegal, que é uma cooperativa-industrial e têxtil, especializada na fabricação de tecidos de lã para moda, tecidos para decoração e revestimentos, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Caxias do Sul, Bairro Galópolis, na Serra gaúcha, com um parque manufatureiro de 20 mil metros quadrados, que vem mantendo uma tradição de mais de 100 anos, sendo que, como cooperativa, existe há 17 anos. Analisamos a realidade da cooperativa em estudo, o

processo gestão, entre os agentes sócios, e os agentes diretamente ligados ao campo diretivo, de forma a identificar prováveis paradoxos.

A metodologia é exploratória, pois permite maior conhecimento entre o pesquisador e o tema pesquisado; em razão de que ainda é pouco conhecido e explorado, permite fazer uma investigação mais profunda envolvendo a proposição descritiva, assumindo o estudo de caso em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso de bibliografia e das entrevistas com indivíduos ligados ao problema pesquisado.

Autogestão: conceito e breve evolução histórica

O movimento de autogestão, histórica e singularmente, emerge pós-Revolução Industrial (século XVIII); é de uma história de luta pela emancipação, dentre esforço pela liberdade daqueles inconformados com a injustiça social, exploração e desonra do trabalho humano; porém a história do trabalhador e do movimento é querer mais do que transformações sociais, econômicas e políticas, mas a busca de ser herói de sua própria história. (KLAES, 2007).

Essas experiências desenvolvem-se no processo histórico, respondendo às condições econômicas, políticas, sociais existentes, buscando o estabelecimento de novos tipos de relações sociais, capazes de superar as contradições inerentes às relações sociais determinadas pelo processo industrial.

A luta e prática da autogestão na história, nem sempre com essa denominação, são imensamente antigas. Na sociedade capitalista, a busca da liberdade, de autonomia dos trabalhadores, de uma sociedade mais justa e igualitária, com relações sociais e de produção não opressoras, tornou a luta pela autogestão um meio de questionamento e confrontação com a realidade. Consideramos que, neste significado, ela tem suas raízes nos socialistas utópicos e libertários, através do movimento cooperativista estimulado por Robert Owen (1771-1858); na criação dos falanstérios por Charles Fourier (1772-1837), e outra na democracia industrial proposta por Pierre Joseph Proudhon. (CATTANI, 2000).

A autogestão teve início na França e serviu também para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Josip Broz Tito, em ruptura com o stalinismo e, rapidamente, se emancipou desta origem para qualificar tudo o que se fazia e se buscava após 1960. Rosanvallon (1976) chega mesmo a falar de “linguagens autogestionárias” que ele apresenta com cinco concepções: tecnocrática, libertária, comunista, conselhistas e humanista.

Os autores Alain Guilerm e Yvon Bourdet (1976) afirmam que *autogestion* é relativamente recente, tendo aparecido na linguagem francesa no início dos anos 60. Eles explicam que essa palavra francesa não se encontra nos dicionários, ou nas enciclopédias anteriores a 1960. Autogestão é tradução literal da palavra servocroata *samoupravlje* (“samo” é o equivalente eslavo do prefixo grego “auto”, e “upravlje” significando aproximadamente “gestão”).

Autogestão, no momento em que é lida sob uma perspectiva sociológica, apresenta dois aspectos para a conferência, quais sejam: a autogestão sob o enfoque marxista e autogestão sob o enfoque proudhoniano. Vale evidenciar que qualquer dos dois pensadores nunca usou a palavra autogestão em seus estudos.

Após o surgimento do termo, no início dos anos de 1960, a “efervescência” da palavra *autogestão* se deu quando, na França, se traduziu *samoupravlje* como *autogestion*. Os diversos setores se apossaram da palavra: partidos políticos, eruditos; pequenos grupos e até a mídia, dando a ela sentidos diferentes que, inclusive, dissolvem sua versão inicial. (CORNELIO, 1978; ARSHINOV, 1980).

Nascimento (2008) narra que a palavra *autogestão* pode ser considerada recente, mas a ideia é tão antiga quanto o próprio movimento do trabalho, datado do início do século XIX. Reitera também que os princípios de autogestão estiveram presentes nos programas dos movimentos anarquistas do início do século XX.

De acordo com o mesmo autor, o termo francês *autogestion* por efeito de expressões e doutrinas distintas, encontra a mesma aspiração na qual inscreve uma concepção socialista. A autogestão é relativamente o próprio movimento dos trabalhadores e seu movimento de emancipação social.

A autogestão é, antes de tudo, uma relação socioeconômica entre os homens que se funda no princípio da distribuição segundo o trabalho e não sobre a base do capital, dos meios de produção. A autogestão é de um modo eloquente, uma categoria socialista. A mesma só pode desenvolver-se no campo da propriedade social, isto é, em relações de propriedade em que os meios de produção e o capital social não são propriedade privada do capitalista nem de grupos de trabalhadores de determinadas empresas, nem objeto de gestão monopólica do aparato burocrático ou tecnocrático do Estado. (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

Em suma, consideramos que a autogestão pode ser encontrada em Proudhon, quando fala sobre as associações mútuas; já em Marx, a autogestão apresenta-se como o autogoverno dos produtores associados. Segundo Guillerm e Bourdet (1976, p. 9), o sentido original da palavra, numa compreensão marxista, significa “a livre associação de homens iguais numa sociedade sem classes”. Segundo Proudhon, a autogestão é a ausência do Estado. O corpo social se organizaria em juntas de operários que dirigiriam as suas unidades produtivas, que por sua vez se somariam em instâncias superiores, para deliberar sobre assuntos de importância global. (MOTTA, 1981).

Souto (1997) afirma que a autogestão pode ser compreendida como um talento dos trabalhadores para manutenção de empregos e renda por meio da ajuda mútua, no controle dos meios de produção e na tomada de decisões.

Cançado (2004) expressa a respeito do tema autogestão em cooperativas, especificando-o como um modo de organização do trabalho, em que não há separação entre sua concepção e execução. Os meios de produção são coletivos e podem ser caracterizados como um processo de educação em constante construção na organização. Conforme estas definições, então, a autogestão seria a não separação entre concepção e execução do trabalho.

Conforme Périus (1992), a autogestão é a forma de gestão de uma empresa que prioriza o fator trabalho sobre o capital, sofisticando ao trabalhador o produto de seu trabalho, garantindo a participação democrática. Tem, como fundamentos comuns, a propriedade social, que é comum a todos; o capital é coletivo; a organização interna é democrática e o ganho gerado é redistribuído na proporcionalidade do seu trabalho. Esses elementos conforme Périus caracterizam a autogestão em cooperativas.

Na presente pesquisa se utilizou enquanto conceito, a autogestão, que é um ambiente de organização no trabalho ou sociedade, onde não há fragmentação entre elaboração e execução da atividade; os resultados obtidos são comuns; caracteriza-se por um processo educativo permanente e em constante encadeamento nos entes da sociedade.

A partir do exposto, a autogestão deve ser compreendida como modo e meio de educação em contínua transformação; é um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas, em atividades nas quais as decisões relativas à gestão são diretamente tomadas por aqueles que aí participam.

Pioneiros históricos do cooperativismo

A história do movimento cooperativo é semelhante à história da cooperação; sendo assim, naturalmente, uma “abstração” da cooperação, tal como precedeu a presença em muitos milhares de anos. Destacamos que esses princípios de reciprocidade, que existem na norma das leis da natureza, têm por mecanismo específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional do homem. À vista disso, o homem, como ocupante do mais elevado grau da grandeza dos seres vivos, alheado se no auxílio e cooperação, emerge o cooperativismo.

As provas do cooperativismo foram sendo desenvolvidas por teóricos do século XVIII e XIX, que fizeram parte de correntes filosóficas, como socialistas utópicos, revolucionários, anarquistas e mesmo o próprio liberalismo. As ideias e as obras dos socialistas utópicos Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen, além das teorias revolucionárias desenvolvidas tanto por Proudhon e Marx e por outros, que contribuíram com a construção desse pensamento. Pela persuasão da palavra e pelo exemplo, seria o suficiente para mudar a sociedade na abstração da inteligência do cooperativismo e na compreensão da cooperação. (FARIA, 2005).

A influência da Revolução Industrial contribuiu com o trabalho cooperativo. Existe apontamentos de que a cooperativa mais antiga, da qual se tem algum registro documentado, teria iniciado em 1760, na Inglaterra,

em Woolwich e Chatham, segundo Veiga e Fonseca (2001). No entanto, eram moinhos de cereais, em base cooperativa, organizados para que os produtores não recompensassem os altos custos cobrados pelos moleiros da época. O primeiro registro oficial é de uma sociedade cooperativa com data de 1844. Essa escritura nos leva a Rochdale, uma pequena povoação do interior da Inglaterra.

Já para Singer (2002), existem outros apontamentos do surgimento cooperativo, que falam que George Mudie criou a primeira cooperativa owenista em Londres. Um grupo de jornalistas e gráficos se propuseram a formar uma comunidade e viverem dos ganhos de suas atividades profissionais.

Posteriormente, com a Revolução Industrial, no século XVIII, o método de manufatura sofreu muitas e grandes transformações. Substituiu-se a produção artesanal por máquinas a vapor e pela produção em série. Iniciou-se a exploração maior da mão de obra. Diante da nova forma de organização do trabalho trazida pela Revolução Industrial, alguns tecelões começaram a ver que a criação do que hoje são cooperativas, melhoraria suas condições de trabalho e auxiliaria a deter a exploração capitalista com a qual eles estavam sofrendo. O modelo inicial surgiu após uma greve fracassada e baseava-se somente no princípio da autoajuda.

Schneider (2015) destaca que o cooperativismo foi criado em 1844 por 28 operários (vinte e sete homens e uma mulher), em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e foi reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*), que forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico.

No Brasil, o cooperativismo surge através das cooperativas de consumo, cooperativas agrícolas e outras, no final do século XIX. Segundo Perius e Schmit (2003), foi em 1847 que o imigrante e médico francês Jean Fraive fundou a colônia Tereza Cristina no Paraná, baseada no modelo do falanstério, que se referia a grandes organizações de produção e habitação, no meio das quais os trabalhadores viviam em comunidade, conforme o

sistema de Fourier. No ano de 1895, foi fundada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe (PE).

Conforme Schneider (2003) destaca, em 1889 foi fundada a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto – MG, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

Segundo Oliveira (1979), o jesuíta Padre Theodor Amstad deu início ao cooperativismo no Brasil, numa reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses, realizada na Linha Imperial, interior do Município de Nova Petrópolis–RS, fundando a primeira cooperativa de crédito em 1902, pela qual o primeiro estatuto brasileiro de cooperativismo foi criado, em 1907.

O cooperativismo agrícola chega ao Estado do Rio Grande do Sul (RS), com uma cooperativa agrícola que passou a funcionar em Alfredo Chaves, hoje Veranópolis e em Antônio Prado, a partir de 1892. Em 1900, foi fundada em Santa Catarina da Feliz a primeira Associação Rio-Grandense de Agricultores, que brevemente se espalhou por todo o estado. Em 1911, foi fundada uma Cooperativa Agrícola em Ibirubá – RS, considerada o início do cooperativismo agrícola no estado, juntamente com a Cooperativa de Laticínios Boa Vista de Montenegro. O ano de 1912 foi marcado pelo início da Cooperativa de Laticínios União Colonial, de Santa Clara, na região de Carlos Barbosa.

História e organização da Cootegal

A Cooperativa de Trabalho Têxtil Galópolis Ltda. tem como missão a criação e produção de tecidos com alta qualidade e beleza, transportando as tendências, promovendo a melhoria contínua dos processos, atendendo necessidades local, regional e nacional, buscando o contento de seus consumidores, associados e colaboradores. Tem como visão ser a marca referencial e líder de mercado em tecidos para moda e decoração. Na linha de decoração e revestimentos, produz tecidos com fios de linho, seda, algodão e viscose, com toque e aparência inovadoras e exclusiva gama de cores e padronagens.

A atividade industrial iniciou suas atividades no local em 1891, quando imigrantes vindos da Itália fundaram a Cooperativa de Tecidos de Lã, aproveitando as condições favoráveis do local e a existência de uma queda d'água situada no Arroio Pinhal, que seria utilizada como fonte geradora de energia, e sua inauguração oficial ocorreu em 29 de janeiro de 1898.

A história do lanifício está diretamente ligada ao progresso de Caxias do Sul e da região, pois até 1924 a energia gerada em Galópolis atendia, à noite, a sede do município. Em 1904, o empreendedor Hércules Galló adquiriu a fábrica, investindo no aumento da mestria produtiva, denominando a empresa de Companhia de Tecidos de Lã. Em 1912, a família Chaves Barcellos se associa a Hércules Galló e o lanifício passa a se chamar Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro.

A comunidade de Galópolis se desenvolveu em função do lanifício, seja no aspecto comercial, cultural ou religioso, visto que os moradores, em sua maioria, direta ou indiretamente, dependiam da fábrica e da assistência que esta proporcionava na manutenção da Vila.

Em 1979, o grupo Alfred adquiriu da família Chaves Barcellos o Lanifício, promovendo mudanças no aumento da produção e modernizando-o, passando a se chamar Lanifício Sehbe S/A. Em março de 1999, o Lanifício Sehbe, devido a dificuldades financeiras, atrasos de salários entra em falência, decidindo entregar a gestão para um grupo de trabalhadores. Na continuação, em 7 de junho de 1999, foi constituída a Cooperativa de Têxtil Galópolis Ltda., com 32 sócios e um capital inicial de R\$ 300,00 (trezentos reais). A cooperativa se constituiu com um conselho administrativo, nove membros associados, dispostos a cargos de presidente, vice presidente, secretário; três membros como conselheiros e três no Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Todas as decisões devem passar pelo conselho e, quando o assunto tem maior importância, o delineado é discutido em assembleias com todos os cooperativados.

Inicialmente, a Cootegal firmou contrato de arrendamento com os proprietários do Lanifício Sehbe, que durou até 3 de dezembro de 2001, quando foi adquirido o parque fabril.

A Cootegal é uma cooperativa de trabalho oriunda de um lanifício que encerrou as atividades em abril de 1999. Surgiu com a aspiração de manter

as ocupações e os postos de trabalho e, após muitas reuniões entre os funcionários e o sindicato da categoria, no dia 7 de junho de 1999 estava fundado a Cooperativa Têxtil Galópolis Ltda. (Cootegal), que arrendou o parque fabril do lanifício.

Hoje, a Cootegal funciona sistematicamente recebendo a lã lavada, produzindo o fio com um setor de fiação, posteriormente tem um setor de tecelagem que faz o tecido, um setor de tinturaria ao tingimento e por fim o acabamento têxtil, que realiza o melhoramento no toque, características dos tecidos.

Descrição e análise dos dados

Através de questionamentos e entrevistas, nesses 17 anos de existência como cooperativa Cootegal, somados com mais de 100 anos de atuação no ramo têxtil de lã, analisa-se e observa-se a realidade na cooperativa: Como o processo de gestão ocorre entre os agentes sócios-diretivos, sócios e os não sócios, ligados direta e indiretamente à cooperativa. Analisam-se possíveis paradoxos, verificamos, principalmente, como se dá a gestão interna na cooperativa entre esses membros.

Entrevistamos dois membros não sócios para identificar se há a existência paradoxalmente da gestão cooperativa com a gestão S/A. Compreendemos e constatamos, também, que os membros diretivos atuais são oriundos de cargos operacionais da fábrica, onde ocupavam função como tintureiros, técnicos, outros em setores indiretos não no administrativo, sendo limitado o conhecimento de gestão cooperativa e de outra.

Constatamos que a cooperativa é administrada por uma diretoria, composta por presidente, vice e secretário; há um conselho de administração composto pelos cooperados eleitos em assembleia geral ordinária. Quanto ao mandato desses, o período não ultrapassa quatro anos, sendo obrigatória a cada eleição a renovação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

É fundamental destacar que a composição e a gestão da cooperativa se dão de maneira simples, em relação ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos anualmente, podendo se reeleger até um terço (1/3) desses membros. A cumulação de cargos no órgão de

administração e de fiscalização também é vedada, bem como a cumulação em cargos públicos concomitantemente como consta no estatuto social da cooperativa.

Em conversa com associado diretivo fica explicitada a composição e configuração da cooperativa, e se verifica que a Cootegal tem uma direção eleita pela assembleia geral de sócios, por um período de quatro anos. Presidente, vice e secretário e três conselheiros administrativos. Conta também com um conselho fiscal (três titulares e três suplentes). (Associado Diretivo X¹).

No depoimento seguinte, observamos que a administração e o Conselho Fiscal têm suas atribuições especificadas pelo estatuto social; afirma que a responsabilidade é sempre coletiva e as deliberações são discutidas em reunião com todos os associados.

Encontramos nesta fala que o associado destaca a existência de confiança entre os agentes na cooperativa, o que é essencial para um bom relacionamento, bem como para o resultado final da cooperativa. Reforça que o processo participativo é um sinônimo de autogestão, cooperar é uma atividade integradora para atingir seus objetivos.

Conforme Singer (2013), a autogestão não está somente na eficácia econômica, mas na participação e na capacidade de discussão entre os agentes, dessa maneira a conscientização torna-se perceptível, sendo realizada na forma de autoconfiança entre todos. Outros autores, como Verardo (2005), expressam que a participação nas decisões e na direção é o cerne da autogestão.

A administração e conselho fiscal possuem funções e atribuições específicas no estatuto social da cooperativa. Essa forma de administrar garante a autogestão e o processo participativo, pois são os integrantes da organização que tomam as decisões e definem o plano de atividades. O bom resultado da administração de uma cooperativa depende da confiança recíproca entre os dirigentes eleitos e o quadro social (Associado Diretivo X²).

Percebemos então que essa estrutura de gestão cooperativista que a Cootegal adota está conforme Schneider (2013), que afirma que a estrutura, em que os proprietários participam do exercício social de forma efetiva, leva

à autogestão. Identificamos que a Cootegal é uma estrutura que considera seu estatuto.

Observamos e percebemos que a assembleia geral tem o poder de decisão nas questões mais importantes da cooperativa. Confirmamos isso na entrevista feita com o associado. Relata que a busca do equilíbrio é fundamental, e que o interesse coletivo prevalece diante do pessoal. Notamos também que a direção, sempre que houver necessidade, chama os sócios para uma discussão, sendo realizada de forma ativa e dinâmica com todos os agentes envolvidos na cooperativa.

Fica evidente na frase a seguir que esse modelo aproxima Schneider (2003) quando expressa que o controle democrático é um dos princípios do cooperativismo e que o exercício do voto garante a participação da estrutura da cooperativa, deixando enfático que esse exercício leva à autogestão. Fica a soberania por conta da assembleia, em todos os atos que tratam a respeito da cooperativa.

A assembleia de sócios é soberana. É onde as decisões mais importantes são discutidas e aprovadas (ou não). O desafio da direção é encontrar o ponto de equilíbrio entre os interesses de cada membro da sociedade e os objetivos coletivos simbolizados nas necessidades da cooperativa em permanecer ativa e dinâmica. A direção se reúne sempre que houver necessidade e fazemos reuniões com todos os sócios, sempre que algum assunto importante precisa ser discutido (Associado Diretivo X¹).

Diante do exposto, fica evidente o processo de gestão desta cooperativa que respeita, efetivamente, sua origem e seu estatuto, permitindo a participação dos sócios em assembleias, na tomada de decisões e, em havendo a necessidade de reuniões extras, isso é feito de forma coesa, em relação aos agentes, com o propósito da cooperativa.

Já o diretor relata a competência do Conselho Administrativo e da responsabilidade que os mesmos têm com a Cootegal. Expressa também que esse comprometimento está fundamentado estatutariamente e que as determinações são pertinentes e submetidas à Assembleia Geral. Percebemos que, com isso, os cooperados depositam total confiança em seus diretores.

O Conselho de Administração é o órgão superior da administração da cooperativa. É de sua competência a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembleia Geral (Associado Diretivo X²).

Nesse contexto, “o Conselho de Administração é o órgão superior da administração”. É possível visualizar como se dá o sistema de gestão na Cootegal. O Conselho Administrativo é o órgão mais elevado na Administração e a ele compete o planejamento e a decisão acerca dos assuntos que tangem a cooperativa e são de interesse dos sócios, respeitando sempre os limites do estatuto social.

Analisaremos o relacionamento de gestão entre os associados e com diretores, a partir da fala do associado a seguir.

O associado coloca claramente que a relação entre a direção com os sócios é fleumática; as prestações de contas são feitas em Assembleia Geral, respeitando-se o estatuto social, e outras decisões de menor grandeza são tomadas em reuniões realizadas a cada dois meses. Essa relação entre sócios e direção é importantíssima para que haja uma boa interação entre os agentes.

Sempre parte do presidente, do vice, do secretário ou do conselho, eles se reúnem quando tem um problema e discutem, depois passam para os associados e funcionários. É feita uma assembleia anual que ocorre em março para apresentação do balancete e prestação das contas. Em cada dois meses são feitas reuniões com os sócios para resolver pequenos problemas (Associado Y¹).

Complementamos que existe uma cooperação na tomada de decisão, para definir problemas menores. Esta correlação através das pequenas reuniões é benéfica no organismo da cooperativa, pois na governabilidade, mesmo que seja vertical, os diretores repassam aos demais a decisão; isso aumenta o tempo de vida e a confiança da sociedade, passando valores que compõem o conjunto da sociedade.

Valle (2002) enfatiza que o caminho da eficiência da empresa autogestionária é buscar, na cooperação, romper com as formas tradicionais das decisões capitalistas, em que o indivíduo prevalece sobre o coletivo, e que

o conjunto só vem beneficiar a empresa. Frantz (2002) destaca também que a cooperação é um alicerce¹ no cooperativismo.

Efetivamente, compreendemos que, dessa forma, demonstra-se a participação e o envolvimento com a gestão na cooperativa, aumentando o capital humano e o social, bem como se mantém o grupo coeso. Essa grandiosidade se dá pela relação de tradição, raízes, apegos e de fidelidade pessoais.

O dirigente a seguir relata que a assembleia tem autonomia nas decisões. Essa soberania está nos princípios do cooperativismo, em que a cooperativa é controlada pelos seus membro- sócios. Esse princípio valoriza o processo democrático, participativo de transparência e de honestidade.

A participação é com todos. Dessa forma, as deliberações ficam no grupo dos associados ou de sua maioria. Essa estrutura é histórico-evolutiva no cooperativismo; o princípio de gestão é o controle democrático pelos sócios. Schneider (2003) enfatiza que a responsabilidade dos canais de competências, na participação dos associados, é de todas as esferas de deliberação no desempenho da organização.

Quanto à discussão e a participação, Singer expressa ser fundamental, no coletivo, o desenvolvimento humano e saudável da gestão, não ficando somente no campo econômico, o que torna os participantes mais autoconfiantes.

A Assembleia Geral é órgão supremo da cooperativa que, conforme o prescrito da legislação e no Estatuto Social tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. Além da responsabilidade coletiva que se expressa pela reunião de todos, ou da maioria, nas discussões e nas deliberações (Associado Diretivo X¹).

Quanto a isso, Pinho (1966) coloca que esse princípio de gestão democrática é um dos que não sofreu transformações. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante todos.

Na cooperativa, os membros têm igual direito de voto: um membro, um voto. Os agentes executores e agentes gestores são os mesmos, como o

¹ Fortalecimento nas relações sociais, na interação humana na comunidade.

presidente, vice-presidente, secretário e outros membros do conselho, dessa forma torna a responsabilidade comum.

Dentro dessa estrutura, em uma de nossas definições-características de autogestão cooperativa, está a plena participação dos trabalhadores na administração e na tomada de decisões.

No depoimento a seguir, verificamos, paradoxalmente, a divisão das atribuições e de responsabilidades; fica evidente que há metamorfismo na autogestão.

Para que possamos analisar esse paradoxo, buscamos a base da tal observação em Faria (1985), que expressa claramente a relação de dirijo e sujeição, formando uma autoridade legal. A quem sintetiza, prepara e é orientado cabe somente a efetivação. Oposta e vetorialmente, averiguamos a autogestão em Cançado (2004), que tem outra visão sobre a organização da gestão capitalista e a não desagregação do trabalho.

Os diretores têm a responsabilidade de planejar, organizar e dirigir o negócio e disseminar seus objetivos, diretrizes, planos, determinação de métodos e processos de trabalho e programação de tarefas. Os associados não diretores têm a função importantíssima de realizar as ações propostas pela direção, a fim de manter o negócio e tem a responsabilidade como dono de participar das decisões, assumir os riscos e se apropriar dos resultados (Associado Diretivo X²).

Ainda no que diz respeito aos processos paradoxo de gestão observamos que a responsabilidades e os planejamentos ficam diretamente sob a responsabilidade dos dirigentes. No depoimento, destacamos uma fragmentação no processo de gestão. Nessa característica de fragmentação do conhecimento dos processos e de produção, percebemos claramente, no sistema tradicional de gestão, a divisão entre os que governam/coordenam, e aqueles que executam o trabalho. Nessa modelagem de gestão, a preocupação e a responsabilidade ficam evidentes na direção, e o sujeito produtivo fica na grande obra da sociedade industrial.

Compreendemos e percebemos também a existência de uma participação no processo de trabalho por parte dos dirigentes, pois observamos em vários momentos a direção caminhando e conversando internamente na fábrica, fazendo um controle do produto-tecido. Essa

observação foi visível, perceptível no momento de nossa primeira visita realizada com os gestores para conhecer a cooperativa e na etapa das entrevistas com os agentes.

Não podemos obliterar a origem da composição da cooperativa, visto que ela tem mais de 100 anos e vem num formato fordista. A Cootegal se constituiu como cooperativa há 17 anos. Essa relação de modelos distintos é conflituosa até mesmo para os dirigentes e associados.

Considerações finais

Podemos considerar que a cultura de origem da cooperativa influencia profundamente a maneira como as ações, atitudes e posturas dos atores sócios vão ser interpretadas e valorizadas no contexto organizacional. O desenvolvimento do estudo sobre o tema se caracterizou pelas abordagens teóricas, bem como pela abordagem e utilização de conceitos sobre o assunto.

A pesquisa buscou analisar, no caso específico, o experimento social que se realiza na chamada “empresa recuperada por trabalhadores”, a partir da visão dos próprios sujeitos envolvidos, buscando identificar o significado de autogestão do processo que realizam os trabalhadores.

A investigação demonstrou algumas premissas importantes para a caracterização desta experiência, tais como o fato de que grande parte dos gestores e sócios teve sua origem profissional histórica dentro da própria empresa e que, quando assumiram a administração da fábrica, não possuíam experiência de gestão.

Analisando o processo em relação à participação dos trabalhadores na gestão e produção, no interior da cooperativa-fábrica, foi possível identificar alguns elementos significativos que caracterizam essa experiência, aproximando-os do que poderíamos denominar de princípios do trabalho autogestionário: participação se dá em assembleias e nas reuniões que ocorrem bimestralmente e a confiança entre os integrantes na cooperativa, o que é um elemento fundamental na relação de cooperação.

Destacamos ainda um paradoxo em relação à gestão: “[...] os diretores têm a responsabilidade de planejar, organizar e dirigir o negócio e disseminar seus objetivos, diretrizes, planos” e, em outro plano, observamos

uma fracionalização desse processo e os “[...] associados não diretores têm a função importantíssima de realizar as ações propostas pela direção, a fim de manter o negócio”. Essa característica é natural no processo da cooperativa pela sua originalidade de mais de 100 anos, sendo difícil a ruptura desses laços.

Por fim, cabe salientar que a cooperativa não reservou o esforço e a dedicação em manter os postos de trabalho e garantir a renda, visto que os integrantes-sócios, no início da constituição da cooperativa, passaram por dificuldades, tanto os gestores quanto os trabalhadores, pois a maioria não dispunha do capital financeiro para dar início à nova etapa, visto que tinham passado por greves e paralização e não havia pagamento pelo proprietário anterior da empresa.

Em conclusão, o estudo mostrou que o cooperativismo de trabalho, em estudo de caso, pode ser um avanço nas relações sociais e de trabalho.

Referências

ARSHINOV, P. Os problemas construtivos da revolução social. *Revista Autogestão*, [S.l.], n. 2, 1980. Autogestión Socialista Yugoslava CAS – Nociones Fundamentales, Belgrado, 1980.

BIALOSKORSKI NETO, S. B. *Aspectos econômicos das cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BOURDET, A.; GUILLERM, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CANÇADO, A. C. *Autogestão em cooperativas populares*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) -- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CATTANI, A. D. *Trabalho e autonomia*. Petropolis: Vozes, 2000.

COOTEGAL. TECIDOS para moda. Cootegal-Tecidos para moda. Galópolis, 2016. Disponível em: <<http://www.cootegal.com.br>>. Acesso em: maio 2016.

CORNELIO, L. *Introducción a la autogestión*. Caracas: El Cid, 1978.

FARIA, M. S. D. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis, 2005.

FRANTZ, W. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí-RS: Ed. da Unijuí, 2012.

FRANTZ, W. Organização Cooperativa. Campo de educação de poder. *Perpectiva Econômica*, Sao Leopoldo, Unisinos, v. 37, p. 65-84, 2002.

KLAES, L. S. *Introdução ao cooperativismo*. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

- LAKATOS, E. M. *Sociologia geral*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas, v. I).
- MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133.
- NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. In.: Outros Valores. *Cadernos da cidade do futuro*, Florianópolis, v. 1, p. 27-40, 2008.
- OLIVEIRA, N. B. D. *Cooperativismo: guia prático*. Porto Alegre: FDRH, 1979.
- Os PIONEIROS de Rochdale. *Portal do cooperativismo financeiro*, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PÉRIUS, V. F. Autogestão cooperativa. *Perpectiva Econômica*, São Leopoldo, Unisinos, v. 27, p. 57-66, 1992.
- PERIUS, V.; SCHMIT, D. A outra economia cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- PINHO, D. B. *A Doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.
- SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo RS Brasil: Ed. da Unisinos, 2003.
- SINGER, P. Economia solidária: possibilidades e desafios. *Revista Proposta: trabalho e desenvolvimento humano*, p. 15-23, mar./ago. 2003.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- SINGER, Paul. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004b.
- SOUTO, L. A. et al. *Autogestão empresarial: propostas para discussão*. São Paulo: BNDES, 1997.
- VEIGA, S.; FONCESA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S.L. (Org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL-USO, ITPC-USP, PW, 2005.

Perfil socioprodutivo: análise das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, no Município de São Francisco de Assis/RS

Nara Fontoura Gindri*
Augusto José Pinto Souto**
Igor Idalgo Perdoná***
Leoni Pentiado Godoy#
Bruna Felin Cerezer##

Resumo: O presente estudo propôs uma análise na Emater/RS-Ascar, no Município de São Francisco de Assis/RS, no que se refere ao estabelecimento agrícola, às características pessoais dos agricultores, suas percepções e objetivos. Para isso, formulou-se uma pesquisa de campo que, além de analisar as variáveis técnico-produtivas e econômicas, busca-se determinar os perfis socioprodutivos das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro. A classificação deste trabalho quanto à natureza é aplicada; quanto à abordagem do problema é qualitativo e quantitativo; quanto aos objetivos da pesquisa, os mesmos são de pesquisa exploratória e descritiva. Do exposto, esta pesquisa baseou-se na metodologia Souto (2013) e, com isso, foram verificados 51 (cinquenta e um) agricultores. Assim, a pesquisa gerou conhecimento dos perfis socioprodutivos, resultando que o Perfil Individualista (PI) é majoritário, com 50,98%; o Perfil Individualista + Intermediário (PI+I) obteve 31,37% e, por último, o Perfil Não Individualista (PNI) obteve 17,65%.

Palavras-chave: Emater/RS-Ascar. Perfis socioprodutivos. Agricultores. Características. São Francisco de Assis/RS.

Introdução

As concepções de desenvolvimento para o produtor rural, ancoradas na filosofia da noção de desenvolvimento, passaram a demonstrar, entre outras idéias, a necessidade de reconhecer o papel ativo dos agricultores, na

* Administradora. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3799860540334212>>. *E-mail:* naragindri@hotmail.com.

** Administrador. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santiago. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9119396724051566>>. *E-mail:* a.souto@urisantiago.br

*** Administrador. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1575733240634587>>. *E-mail:* igorperdona@hotmail.com.

Administradora. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7499692835204617>>. *E-mail:* leoni_godoy@yahoo.com.br.

Administradora. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4123084820974107>>. *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com.

identificação dos problemas relacionados a esse meio. O rural vai além da esfera agrícola e das relações de produção, envolve também uma série de outras relações e funções, que, às vezes, parecem invisíveis aos olhos de quem está de fora.

Mais que supridores da produção primária do país, os produtores rurais são vistos hoje como gerenciadores dos negócios. Tanto os aspectos ligados às práticas técnicas, econômicas e financeiras quanto às sociais e culturais, relacionadas ao perfil do agricultor, são elementos relevantes para obter melhor compreensão de como eles gerenciam seus estabelecimentos para o desenvolvimento. Assim, cada pecuarista e/ou cada estabelecimento tende a reunir as particularidades produtivas, históricas, sociais e culturais, que faz com que o mesmo seja diferenciado.

A Emater/RS representa uma instituição que, em conjunto desde 18 de dezembro de 1980 com a Ascar, constitui-se na executora oficial das políticas públicas federais e estaduais de assistência técnica e extensão rural no Estado. Esses serviços têm importância fundamental no processo de comunicação das novas tecnologias, geradas pela pesquisa, por conhecimentos diversos e pela aplicação dos mesmos, essenciais ao desenvolvimento rural e da atividade agropecuária.

A multidisciplinaridade tem se mostrado mais abrangente, flexível e possibilita análises mais consistentes da realidade rural. Além das variáveis técnico-produtivas e econômicas, também possibilita-se analisar o estabelecimento, as características pessoais e/ou da família, as percepções e os objetivos dos agricultores, a inserção na comunidade e nos mercados.

Dessa forma, o presente estudo se propôs a fazer uma análise na Emater/RS-Ascar, localizada no Município de São Francisco de Assis/RS, Brasil, sob a perspectiva de noções mais abrangentes sobre os agricultores de pequeno porte (familiares) que estão apoiados nesta pesquisa. A partir disso, objetivou-se traçar um perfil socioproductivo dos produtores rurais das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, em São Francisco de Assis/RS. Através dessas concepções mais abrangentes, buscou-se verificar as atividades desenvolvidas pelos pesquisados; classificar os perfis e apresentar o perfil socioproductivo dos produtores rurais, e

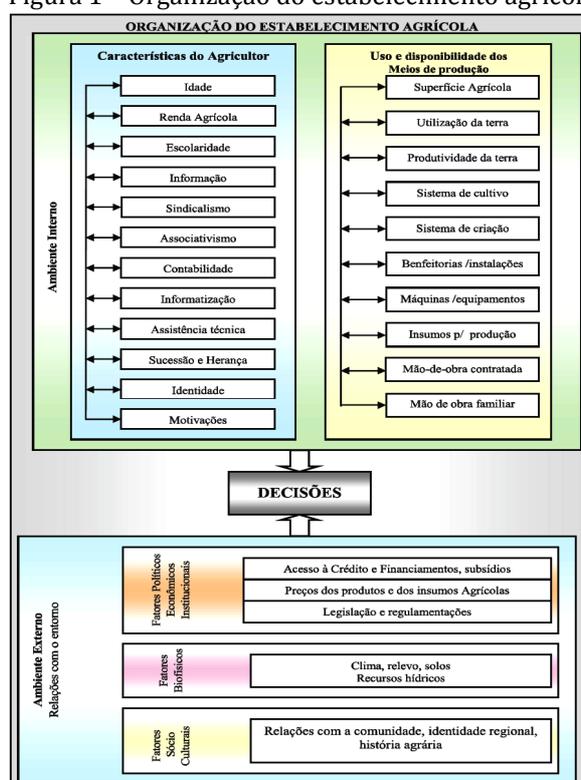
consequentemente, sugerir alternativas e práticas que levassem a mudanças nos processos produtivos e no desenvolvimento socioeconômico.

Revisão da literatura: agricultor e estabelecimento agrícola

O elemento mais crucial da organização de um estabelecimento é o agricultor que coordena o sistema. O agricultor é responsável pela tomada, execução e pelo monitoramento das decisões. Esse também é o principal elemento diferenciador dos sistemas de produção agrícolas dos sistemas naturais, ou seja, o agricultor possui um importante papel em determinar o tamanho e a forma de mediação, nos sistemas naturais. (ANDREATTA, 2009).

Para o entendimento da organização do estabelecimento agrícola, é elementar entender o agricultor, a estrutura produtiva e os critérios de gestão, como elementos constituintes do centro de decisão, formando uma parte importante do sistema de produção, conforme a Figura 1. (OCAÑA, 1996).

Figura 1 – Organização do estabelecimento agrícola



Fonte: Adaptado por Andreatta (2009), com base em Ocaña (1996).

A organização do estabelecimento agrícola pressupõe um estudo do conjunto de decisões e de ações produzidas por pessoas, indivíduos ou grupos. Estes, agem em um ambiente, com vistas a satisfazer os objetivos traçados para o estabelecimento. Assim, o estabelecimento agrícola resulta-se de uma combinação de vários elementos interligados internamente e das relações que se estabelecem com o ambiente externo. Além dos aspectos relacionados aos sistemas técnicos, à incorporação de elementos vinculados à família, às percepções e aos comportamentos dos agricultores são fatores determinantes na organização e gestão dos estabelecimentos, caracterizando o perfil do executor das decisões. (OCAÑA, 1996).

Agricultura brasileira

A agricultura teve papel de destaque para o início da urbanização no mundo. A origem das cidades está, de certo modo, relacionada ao início e ao desenvolvimento de práticas agrícolas pelo homem. O desenvolvimento do meio urbano ocorreu a partir da “apropriação dos espaços rurais”. Sempre ficou evidente o debate entre campo e cidade, e coube ao campo suprir de matéria-prima a cidade. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003; MONDARDO, 2008).

Conforme o IBGE (2014), a produção agrícola do Brasil com os seus principais produtos nas lavouras temporárias (culturas de curta duração) foi: área plantada de 70.414.429 ha, sendo colhidas 69.660.730 ha e lavouras permanentes (culturas de longa duração) 5.832.159 ha de área plantada e colhidas 4.726.205 ha.

As transformações que têm ocorrido na estrutura agrária brasileira, de modo geral e, em particular, no Rio Grande do Sul, desencadeiam processos agrícolas diferenciados e acentuam, muitas vezes, formas diversas de produção e de condições de vida dos agricultores. Identificando alternativas para as unidades de produção, deseja-se manter o equilíbrio racional do ambiente de produção e da renda justa, capaz de permitir, além da sobrevivência, a realização social e econômica. (BALSAN; GERARDI, 2001).

Agricultura familiar

Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar-rural aquele que pratica atividades no meio rural, que atenda aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. O limite de quatro módulos fiscais não se aplica, quando se trata de condomínio rural ou de outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais. (BRASIL, 2006).

As barreiras para o empreendedor rural estão associadas à ausência de liderança e capacidade de assumir riscos e enfatizam a importância da família, do direcionamento de recursos para perfis mais empreendedores, da formação e educação gerencial para o desenvolvimento da agricultura familiar. A agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade produtiva e a gestão do proprietário na unidade de produção, com diversos cultivos agrícolas geridos e exercidos pelo proprietário. (TOMEI; SOUZA, 2014; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Conforme o censo agropecuário do IBGE (2006), a agricultura familiar no Brasil apresenta 4.367.902 estabelecimentos agropecuários em atividade, os quais totalizam 80.250.453 hectares e, no Rio Grande do Sul, 378.546 estabelecimentos de agricultores familiares com 6.171.622 hectares.

Agricultura familiar em São Francisco de Assis/RS

O Município de São Francisco de Assis/RS possui regiões com aspectos diferenciados, e região colonial que representa aproximadamente 22% da área total do município e 73,7% das propriedades. Essa região caracteriza-se por solos de média e alta fertilidade e relevo ondulado e acidentado, com regiões montanhosas e afloramento de rochas, predominando pequenas propriedades, onde são produzidos praticamente todos os produtos de subsistência. O restante da área ocupa-se com médias e grandes

propriedades, com relevo variado, predominando terras planas e levemente onduladas, com solos arenosos de baixa e média fertilidade. Historicamente, a economia está centrada na produção agrícola, sendo assim procura-se sempre dar atenção especial às culturas de maior relevância e potencial produtivo. (EMATER/RS-ASCAR, 2006).

De acordo com o censo agropecuário do IBGE (2006), a agricultura familiar de São Francisco de Assis/RS apresentou 2.140 estabelecimentos agropecuários em atividade, os quais totalizam 62.184 hectares, caracterizando a existência de pequenos estabelecimentos rurais.

Estilos de agricultura familiar

Pode-se analisar a diversidade da agricultura familiar com diferentes estilos de agricultura, que entende-se a partir das necessidades ou possibilidades dos agricultores, a organização dos mesmos nas relações sociais e produtivas, a partir de diferenças lógicas, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos. (CONTERATO, 2011).

Classificação na psicologia

a) Individualista

Mensura-se por Triandis (1996) os itens verticais e horizontais do individualismo da seguinte forma:

– vertical *individualism* ($\alpha = .82$): irrita-me quando outras pessoas executam melhor do que eu; a concorrência é a lei da natureza; quando outra pessoa faz melhor do que eu faço, eu fico tenso e alterado; sem a concorrência, não é possível ter uma boa sociedade; vencer é tudo; é importante que eu faça o meu trabalho melhor do que outros; algumas pessoas se enfatizam vencedoras; eu não sou um deles (e vice-versa);

– horizontal *individualism* ($\alpha = .81$): costume fazer “minhas próprias coisas”; ser um indivíduo único é o que importa para mim; eu prefiro depender de mim do que dos outros; eu confio em mim mesmo a maior parte do tempo; eu raramente dependerei dos outros; minha identidade pessoal, independentemente de outros, é muito importante para mim; eu sou uma pessoa única, separada dos outros; gosto de ser único e diferente dos outros.

Na mensuração de Triandis (1996), evidencia-se que o individualista vertical (orientado ao êxito) é o perfil empreendedor individual e o individualista horizontal é o isolacionista. Pode-se dizer, ainda, que o individualismo, de acordo com Gouveia (2001) que cita Triandis (1996), expressa uma tendência ao êxito, à valorização da própria intimidade. Alguém que é individualista pensa, sente e atua segundo seus próprios interesses, importando em menor medida o contexto social em que se encontra.

b) Coletivista

O coletivismo define uma tendência à cooperação e ao cumprimento com os demais. O grupo do qual a pessoa faz parte importa mais do que a própria pessoa. Internamente nos grupos, tais indivíduos mantêm fortes relações entre si e podem compartilhar os mesmos interesses. O coletivismo traduz-se no sentido de servir ao grupo, fazer sacrifícios em benefício do grupo e cumprir obrigações impostas como normas sociais. O conflito dentro dos grupos é algo que não é esperado, cada pessoa dentro do grupo é valorizada como um fim em si. (GOUVEIA, 2001; GOUVEIA; CLEMENTE, 2001).

Levando-se em consideração os aspectos apresentados, identificam-se características principais que melhor descrevem a pessoa que escolhe este tipo de orientação: individualismo horizontal – ser único; individualismo vertical – orientado ao êxito; coletivismo horizontal – ser cooperativo e coletivismo vertical – ser servidor. (GOUVEIA; CLEMENTE, 2001).

Classificação na Sociologia

a) Utilitarismo

A teoria do utilitarismo visa a maior felicidade, não do próprio agente, mas a felicidade ao maior número de pessoas envolvidas. Também define-se a nobreza de caráter, avaliada e classificada, de acordo com a extensão de seus efeitos ao bem comum. O comportamento moral manifesta-se na forma de hábitos e costumes. Os indivíduos são os melhores juízes de sua própria felicidade. (BRYCH, 2005).

O critério para aferir a moralidade das ações encontra-se nas consequências das mesmas, naquilo que resulta dessas ações. Tal afirmação justifica-se porque apenas atende-se às consequências das ações, que se

designa teoria de Mill (teoria utilitarista), no sentido de que uma ação é boa ou má consoante seja útil ou não para o maior número possível de pessoas. A teoria de Mill assume-se como uma teoria que tem consequências, na medida em que a moralidade da ação resulta do fim obtido com a mesma e das consequências produzidas por essa ação. (MILL, 2000).

Classificações produtivas

a) Perfil individualista (PI)

A produtividade é inferior à média e decorre da baixa ou má utilização da tecnologia disponível, seja por falta de capital ou desconhecimento. A adoção de novas tecnologias para esse tipo de empreendimento está associada, de maneira mais acentuada, aos seguintes aspectos: resistência natural do produtor à adoção de inovações fora de seu domínio de conhecimento e reduzida reciclagem do suporte técnico, capacidade econômica e mecanismos de financiamento, nem sempre suficientes, regulares e acessíveis. (NANTES; SCARPELLI, 2001).

No perfil individualista (PI), eles não gerenciam corretamente a propriedade, as pessoas e os meios de produção; não utilizam ou utilizam minimamente as técnicas agrícolas e pecuárias atuais; investem pouco em maquinário, pastagens melhoradas e suplementação animal; não utilizam ou fazem baixo uso de insumos; não contam com assistência técnica ou a recebem eventualmente; e não têm gerenciamento e, quando fazem apontamentos, não os empregam na tomada de decisão nem os implementam. (SOUTO, 2013).

b) Perfil individualista + intermediário (PI+I)

O empreendedorismo individual rural obtém sucesso apenas quando está voltado para o futuro, para a inovação e a criatividade; quando há disposição para mudar e atenção às necessidades e oportunidades; quando se pensa em novas alternativas, tanto no sentido técnico (novas culturas, manejos, insumos, etc.) quanto no administrativo (comercialização, recursos humanos, investimentos, máquinas, etc.); e quando os empreendedores rurais têm atitude de realizar ações. (ANTUNES; RIES, 2001).

Com este perfil, a intenção é captar a ocorrência, nessa fase, de iniciativas de gerenciamento, de acesso à assistência técnica, incremento de produção e comercialização, dentre outras, que evidenciam comportamentos típicos de empreendedores individuais. Nessa situação, tais unidades, mesmo tendo os incrementos precisariam e estariam mais preparadas para receberem o “empurrão inicial”, se fossem fomentadas e implementassem alguns controles mínimos. (VEIGA, 2001; BREITENBACH; BRANDÃO, 2009).

c) Perfil Não Individualista (PNI)

O Perfil Não Individualista (PNI) trabalha pelo gerenciamento correto da propriedade e manejo adequado dos fatores de produção e gestão de pessoas; eles também utilizam insumos ou produção orgânica e se valem de assistência técnica; estabelecem parcerias; organizam, elaboram e executam planejamentos diversificados; produzem e comercializam com abrangência local, regional e global; interagem com dados e informações, com o ambiente externo, utilizando informatização e conectividade; possuem atitude, inovam, são proativos e submetem-se a riscos; suas atuações convergem para consolidá-los como empresários rurais; e representam o contraponto da cultura individualista na área rural. (SOUTO, 2013).

d) Empreendedor

O empreendedorismo pode ser utilizado como uma ferramenta que impulsiona o indivíduo a uma aplicação total de suas potencialidades racionais e positivas, através de um processo de aprendizado constante, aliado à abertura para novas experiências e novos padrões. Seria uma questão de liberdade individual o fato de ativar a motivação para empreender. (COSTA; CERICATO; MELO, 2007).

O empreendedorismo aparece como uma forma de promover o desenvolvimento local e, assim, contribuir para que os indivíduos realmente pertençam a uma sociedade e para que tal desenvolvimento se dê de forma integrada e sustentável. Nesta perspectiva, o desenvolvimento precisa ocorrer no âmbito econômico, político, ambiental, social e rural, ou seja, todo o conjunto precisa se desenvolver de forma equilibrada, para que haja uma integração no desenvolvimento e para que se torne sustentável ao longo do

tempo, e não somente um crescimento de imediato sem projeção. (REIS et al., 2006).

e) Cooperativista

O cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões sociais, econômicas e culturais, preocupando-se com o seu entorno, com o meio ambiente e buscando construir uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. O grupo precisa trabalhar no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável, para atingir o bem-estar da coletividade. (VEIGA, 2001).

Os espaços de socialização se constroem pelas relações; por isso, a organização cooperativa é um lugar social que possibilita aos envolvidos a produção de conhecimentos a respeito da realidade social, constituindo-se também em espaços de educação. É por meio da participação ativa dos associados que esses podem se tornar agentes de transformação da sua própria realidade. (FRANTZ, 2002).

Metodologia

A classificação deste trabalho, quanto à natureza da pesquisa, é aplicada com finalidade prática. Quanto à abordagem do problema, é qualitativa (opinião dos indivíduos) e quantitativa (técnicas estatísticas). Referente aos objetivos da pesquisa, destaca-se a pesquisa exploratória (bibliografia e entrevistas) e a descritiva (descrição das características de determinada população). Quanto aos procedimentos técnicos, o mesmo possui características de pesquisa de campo. (GIL, 2010; VERGARA, 2011).

Em relação à fonte dos dados, a verificação das atividades desenvolvidas pelos pesquisados deu-se através de um formulário, em que foram preenchidos os dados e as informações coletadas, para obterem-se resultados mais aprofundados em relação à opinião dos mesmos.

A amostra calculada (n) foi de 50 (cinquenta), com base no cálculo do tamanho da amostra de Gil (2008). Foram aplicados 51 (cinquenta e um) formulários. O alvo de investigação, conforme a Ascar/Emater de São Francisco de Assis/RS, constam 71 integrantes familiares do Rincão dos Luzes e do Rincão dos Pedro, sendo todos pertencentes à agricultura familiar.

Assim sendo, a coleta dos dados ocorreu através da aplicação dos formulários nos meses de março, abril, maio e junho. O mesmo contou com questões de múltipla escolha, baseadas na metodologia de Souto (2013) e questões abertas, a fim de analisar e classificar os perfis socioprodutivos dos produtores rurais, com 51 agricultores.

Na tabulação e análise, os dados trabalhados foram primários, inseridos no *software Sphinx* e *Microsoft Excel* para tabulação e geração dos gráficos; as questões foram expressas em respostas: Perfil 1 – Individualista, Perfil 2 – Individualista + intermediário e Perfil 3 – Não individualista; classificaram-se assim, os perfis socioprodutivos e foram apresentados gráficos e tabelas para explicar os resultados.

Resultados e discussão

Este trabalho visa identificar os perfis socioprodutivos dos produtores rurais das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, no Município de São Francisco de Assis/RS e verificar as atividades desenvolvidas pelos pesquisados, classificar os perfis e apresentar os perfis socioprodutivos dos produtores rurais.

Dessa forma, foram aplicados 51 questionários dos 50 resultantes do cálculo amostral com os produtores do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro. Os resultados obtidos, através da aplicação dos questionários, podem ser ilustrados resumidamente na Tabela 1, com a classificação final dos perfis PI, PI+I e PNI.

Tabela 1 – Características de classificação socioprodutivas, índice de empreendedorismo indicador de perfil não individualista

Perfil	Índice de Empreendedorismo	Indicador de Perfil Não Individualista
Perfil iIndividualista (PI) (26) (50,98%)	Inexistente + (4; 15,4%) Fraco + (11; 42,3%) Regular + (9; 34,6%) Bom + (1; 3,9%) Ótimo + (1; 3,9%)	Inexistente + (5; 19,2%) Fraco + (15; 57,7%) Regular + (6; 23,1%)
Perfil individualista + intermediário (PI+I) (16) (31,37%)	Bom + (6; 37,5%) Regular + (6; 37,5%) Ótimo + (2; 12,5%) Fraco + (2; 12,5%)	Regular + (8; 50,0%) Bom + (4; 25,0%) Fraco + (4; 25,0%)
Perfil não individualista (PNI) (9) (17,65%)	Ótimo + (6; 66,7%) Bom + (2; 22,2%) Regular + (1; 11,1%)	Ótimo + (3; 33,3%) Bom + (6; 66,7%)
Conjunto (51) (100%)	Regular (16) Fraco (13) Bom (9) Ótimo (9) Inexistente (4)	Fraco (19) Regular (14) Bom (10) Inexistente (5) Ótimo (3)

Fonte: Elaborada pelos autores com base no *software Sphinx*.

Como se pode observar, o Perfil Individualista (PI) predomina no Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, com 50,98% dos entrevistados. No Perfil Individualista denota em muitos casos monocultura, poucos produtos com efetividade produtiva, gerando com isso baixa renda. Caracteriza-se esse perfil com baixa interação com a sociedade, baixa comercialização local e regional, além de fraca utilização de insumos e tecnologia e nenhuma ou ocasional assistência técnica. Egoístas e egocêntricos não buscam a inovação, produzem e investem pouco, sendo individualistas, e possuem resistência a mudanças.

O perfil individualista + intermediário (PI+I) ficou com 31,37% dos pesquisados. São produtores que possuem mais iniciativas de gerenciamento. Possuem, ainda, algum acesso à assistência técnica e produzem um pouco mais. São os produtores, com “empurrão inicial”, necessário ao apoio ou ao fomento dos mesmos.

O perfil não individualista (PNI) ficou com a menor porcentagem, de 17,65%. Esse perfil é mais de empreendedor coletivo, associado, cooperativo, solidário; procura utilizar a inovação, tecnologia e tende a ter multiculturas. O planejamento e gerenciamento fazem parte do trabalho. Utilizam mais assistência técnica e formam vínculos de parceria, procurando melhorias e conhecimento, sem passar por cima dos outros, para conseguir seus objetivos. Em relação a este perfil, tende a ter mais renda, são proativos e antecipam a mudança.

Através do perfil identificado (PI), seriam necessárias sugestões de melhorias; porém, os individualistas são resistentes a mudanças e egoístas. Com isso lhes faltam atitude para inovar e melhorar. Diante do exposto, vale incentivar aqueles que querem desenvolver-se, ou seja, os com perfil não individualista (PNI) e perfil individualista + intermediário (PI+I), fomentando o empreendedorismo e o coletivismo para um desenvolvimento da propriedade e, por conseguinte, sua produtividade.

Considerações finais

Este trabalho foi desenvolvido utilizando-se uma estrutura teórica para fundamentar os itens abordados, norteando os objetivos propostos pela

pesquisa, a fim de se obter os resultados, verificando o perfil do produtor rural. De acordo com os diferentes valores e a forma como cada produtor percebe a agricultura, seus respectivos processos de produção e de gestão; são elementos importantes para entender determinadas dinâmicas da região analisada.

Na classificação dos perfis conforme modelo de Souto (2013), 51 agricultores eram do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, onde foram aplicados os formulários. Os mesmos foram tabulados através do *software Sphinx* e, posteriormente, constatou-se o perfil de cada agricultor, através dos seguintes percentuais: PI com 50,98%, PI+I com 31,37% e PNI com 17,65%.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi concluído, identificando os perfis socioprodutivos dos produtores rurais das localidades do Rincão dos Luzes e Rincão dos Pedro, no Município de São Francisco de Assis/RS. Portanto, apresentaram-se os perfis socioprodutivos dos produtores rurais, conforme os resultados da pesquisa. Com isso, pode-se verificar que, na localidade do Rincão dos Luzes e do Rincão dos Pedro, os perfis dos produtores, em sua maioria, são de individualistas horizontais, de acordo com Triandis (1996) e Triandis e Gelfand (2012).

Por fim, o resultado final deste trabalho gerou um conhecimento mais detalhado dos perfis socioprodutivos e do perfil das localidades estudadas, de como é possível analisar o estabelecimento, as características pessoais e/ou da família dos agricultores, suas percepções e objetivos, possibilitando fazer análises mais consistentes da realidade rural.

Referências

ANDREATTA, T. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16416/000700744.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 set. 2016.

ANTUNES, L. M.; RIES, L. R. *Gerência agropecuária*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 2001.

BALSAN, R; GERARDI, L. H. O. Agricultura familiar no Rio Grande do Sul: perfil socioeconômico dos produtores de São Francisco de Assis-RS. In: GERARDI, L. H. (Org.). *Ambientes: estudos de geografia*. São Paulo: Ageteo, 2003. p. 53-74.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BREITENBACH, R.; BRANDÃO, J. B. Alguns condicionantes para o desenvolvimento rural: para além das políticas públicas. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAIS, 5. 2009, Santa Maria. *Anais ...*. Santa Maria: UFSM, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/5/Raquel%20Breitenbach_Extensao%20Rural%20Aplicada.pdf>. Acesso em: 8 set. 2016.

BRYCH, F. Ética utilitarista de Jeremy Bentham. *Revista Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 3, n. 23, 2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=155>. Acesso em 8 set. 2016.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

CONTERATO, M. A. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 67-89.

COSTA, A. M.; CERICATO, D.; MELO, P. A. de. Empreendedorismo corporativo: uma nova estratégia para a inovação em organizações contemporâneas. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 32-43, out/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.iniciativaempreendedora.org.br/pub/biblioteca/Empreendedorismo%20Corporativo.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

EMATER/RS – Associação Rio Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. *Relatório de Atividades*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2006.

FRANTZ, W. *A organização cooperativa é um lugar de educação: uma reflexão sobre cooperação e educação*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, V. V.; CLEMENTE, M. O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: Correlatos sócios demográficos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 5, n. 2, p. 317-346, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a03v05n2.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

GOUVEIA, V. V. *El individualismo y el colectivismo normativo: comparación de dos modelos*. In: M. ROS; V. V. GOUVEIA (Org.). *Psicología social de los valores humanos: desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2001. p. 101-122.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 8 set. 2016.

_____. *Estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 8 set. 2016.

MILL, J. S. *O utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

MONDARDO, M. L. Faces e contra faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11849/6935>>. Acesso em: 8 set. 2016.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Planejamento e controle da produção. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2001. p. 290-380. v. 1.

OCAÑA, A. R. *Propuesta metodológica para el análisis de la toma decisiones de los agricultores: aplicación al caso del regadio extensivo cordobés*. 1996. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidad Córdoba, Córdoba, España, 1996.

REIS, D. et al. Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável. *Caderno de Administração*, Maringá, v. 14, n.2, p. 15-24, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/4866/3267>>. Acesso em: 8 set. 2016.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: IX Simpósio Nacional Cerrado – Simpósio Nacional Sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional Sobre Savannas Tropicais, 2008, Brasília. *Anais ...*, Brasília: Embrapa, 2008.

SOUTO, A. J. P. *Fundamentos e possibilidades de desenvolvimento nas pequenas e médias propriedades rurais do município de São Borja-RS: na perspectiva neoendógena*. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2013.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 108-122, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaiberoamericana.org/ojs/index.php/ibero/article/view/2073/pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

TRIANDIS, H. C.; GELFAND, M. J. A theory of individualism and collectivism. In: VAN LANGE, P. A. M.; KRUGLANSKI, A. W.; HIGGINS, E. T. *Handbook of theories of social psychology*. New York: Sage, 2012. p. 498-521.

TRIANDIS, H. C. The psychological measurement of cultural syndromes. *American Psychologist*, Washington, v. 51, n. 4, p. 407-415, abr. 1996. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1996-04055-028>>. Acesso em: 8 set. 2016.

A economia e o turismo compartilhando soluções

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VERGARA, S. C. *Gestão de pessoas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Perfil, trabalho e satisfação dos imigrantes haitianos em Bento Gonçalves, RS

Ana Gelsemina Galafassi*
Ancilla Dall'Onder Zatt**
Nédio Antonio Andreolli***
Vinícius Triches****

Resumo: A mobilidade humana existe desde os primórdios das civilizações, mas é um processo ainda existente em virtude de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos. O Haiti, situado na América Central, é um país com históricas distorções de renda e sofreu, no ano de 2010, um terremoto que causou enormes perdas humanas e materiais. Esta catástrofe natural motivou a saída de muitos nativos do país, estando entre os destinos receptivos o Brasil e, no caso, a cidade de Bento Gonçalves, no Estado de Rio Grande do Sul. A presente pesquisa teve por objetivo identificar o perfil e a satisfação dos imigrantes haitianos que chegaram ao município citado. Foram realizadas trinta entrevistas entre os haitianos frequentadores dos cursos de Língua Portuguesa a eles oferecidos. A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. O estudo de caráter exploratório evidenciou um grupo maduro, que busca trabalho e melhor qualidade de vida para si e sua família, e considera válido ter imigrado, retornando para o seu país de origem somente para visitar a família.

Palavras-chave: Mobilidade. Imigração. Haitianos. Perfil. Satisfação.

* Licenciada em Educação Artística (UCS), Especialista em Desenho Industrial (UCS) e Mestra em Design (UFRGS). Professora na Faculdade da Serra Gaúcha (FSG/Bento Gonçalves), no curso de Design de Interiores. <<http://lattes.cnpq.br/6461056752497789>>. *E-mail:* ana.galafassi@fsg.edu.br.

** Bacharela e Licenciada em Pedagogia (PUC/RS), Licenciada em Administração Escolar (UCS), Especialista em Administração Escolar (PUC/FAFIUR), Especialista em Educação Matemática (Unisc), Mestra em Educação (PUC/RS) e Doutora em Educação (Unisinos). Professora na Faculdade da Serra Gaúcha (FSG/Bento Gonçalves), no curso de Gestão da Qualidade e Gestão Financeira. <<http://lattes.cnpq.br/8014096760294055>>. *E-mail:* ancilla.zat@fsg.edu.br.

*** Bacharel em Administração (FACEBG), Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (FSG) e Especialista em MBA em Administração e Qualidade (Uninter). Professor na Faculdade da Serra Gaúcha (FSG/Bento Gonçalves), no curso de Administração. <<http://lattes.cnpq.br/6527144752587205>>. *E-mail:* nedio.andreolli@fsg.edu.br

**** Bacharel em Ciências Econômicas (UFRGS), Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior (Uninter), Mestre em Economia (UFSC) e Doutorando em Psicologia Social (UK/Argentina). Professor na Faculdade da Serra Gaúcha (FSG/Bento Gonçalves), no curso de Gestão Financeira. <<http://lattes.cnpq.br/9470704356311909>>. *E-mail:* vinicius.triches@fsg.edu.br.

Introdução

A mobilidade humana é um fenômeno histórico, mas que ainda tem grande relevância na sociedade atual. Ao buscar novos territórios, de forma isolada ou em grupos sociais, o homem visa o alcance de algum tipo de necessidade, que não está sendo atendida no seu local de origem. É desta forma que o tema da migração tem caráter importante para a descoberta e o entendimento de questões sobre os desafios de nossa sociedade, tanto a brasileira como a gaúcha ou local.

Dentre os principais fatores que fizeram o ser humano emigrar ao longo dos tempos, podem ser mencionados: fugas de territórios durante as guerras, perseguições religiosas, conflitos políticos, desastres naturais e busca de novas oportunidades de trabalho, estudo e qualidade vida, para estruturar mais as relações familiares e de amizade.

O objetivo do presente trabalho foi investigar, através de entrevista, o perfil e a satisfação dos imigrantes haitianos que chegaram ao Município de Bento Gonçalves, após o trágico terremoto ocorrido em 2010, em seu país de origem. Busca-se evidenciar aspectos como os motivos da vinda ao Brasil e a Bento Gonçalves, as formas de acolhimento na cidade, as dificuldades em sua adaptação, atividades profissionais exercidas e a validade e o sentimento gerado pela experiência imigratória.

A metodologia caracterizou-se por uma pesquisa exploratória por amostragem, dentro de uma realidade de aproximadamente dois mil imigrantes haitianos, segundo dados do presidente da Associação dos Imigrantes Haitianos de Bento Gonçalves (AIHBG). As entrevistas foram realizadas com 30 (trinta) participantes, por ordem de chegada ao curso de Língua Portuguesa frequentado pelos imigrantes.

A análise quantitativa foi realizada através dos percentuais de respostas e a qualitativa seguiu as categorias previstas e emergidas, entre as quais o perfil, a motivação à vinda, o trabalho e a satisfação.

Na busca de seu objetivo fundamental, o trabalho está dividido em seis partes. A primeira parte destaca a questão da mobilidade humana e as abordagens teóricas sobre o processo migratório. A segunda apresenta uma breve perspectiva histórica e atual sobre as migrações no Rio Grande do Sul.

Já a terceira parte faz uma apresentação referente ao Haiti, mostrando elementos como a sua história, aspectos socioeconômicos e o processo de acolhimento dos imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul. A quarta retrata o Município de Bento Gonçalves, de acordo com dados históricos e números econômicos e sociais. A quinta parte faz uma análise e discussão e dos resultados e, por fim, a sexta e última tece as considerações finais.

Mobilidade humana e abordagens teóricas sobre o processo migratório

Sobre o conceito de migração, o Dicionário Houaiss (2001) apresenta esta como todo o tipo de movimentação de entrada (imigração) ou saída (migração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, que ocorrem geralmente em busca de melhores condições de vida, que pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.

Já Palermo (2015) destaca assim o conceito de migração, estabelecido no VI Manual das Nações Unidas (ONU):

[...] tipo de movilidad que implica una estadía continua o permanente en el lugar de destino. Este es el tipo de movilidad a que se refiere el concepto de migración. La característica esencial de la migración es, pues, el hecho que implica un cambio de lugar de residencia, o de lugar de residencia "habitual", es decir, ir a vivir en un lugar nuevo o distinto. (NACIONES UNIDAS, 1972 apud PALERMO, 2015, p. 10).

Hobsbawm (2000) descreve o maior processo da migração ocorrida na metade do século XIX, ao mostrar que o movimento humano e a industrialização aconteceram de forma conjunta com o desenvolvimento econômico moderno. Assim, um grande número de pessoas se deslocou em diversos países para trabalhar em cidades, com o desejo de melhorar de vida enfrentando muitas dificuldades. De acordo com o autor,

o século XIX foi uma gigantesca máquina de desenraizar os homens do campo. A maioria deles foi para as cidades, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudesse encontrar em mundo estranhos, assustadores, mas sobretudo promissores, onde se dizia que o pavimento das cidades era de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que um pouco de cobre. (HOBBSAWM, 2000, p. 274).

Ao refletir sobre as mudanças na sociedade, geradas pela globalização, em obra do ano de 2009, Hobsbawn menciona que o século XX aumentou a possibilidade de mobilidade humana e que, no século XXI, este processo foi intensificado, o que se comprova hoje nas permanentes notícias que relatam as constantes migrações de pessoas, que se deslocam no mundo, buscando uma vida melhor.

Seja no exemplo recente dos que cruzaram os mares da Europa arriscando a própria vida, fugindo da guerra na Líbia ou Síria, ou no caso dos haitianos que chegaram ao Brasil nos últimos anos, a mobilidade humana é um tema contemporâneo e as migrações destacam-se no cenário mundial. Muitos são os motivos da partida: na Europa, para fugir de guerras civis e imposições religiosas; no caso dos haitianos, para reconstruir a vida após o terremoto de 2010 e fugir da situação de miséria que se aprofundou no país após o evento natural.

Deve-se rememorar que a humanidade sempre conviveu com a migração, sendo este um processo social que engloba muitos campos do conhecimento. Santos (2010) destaca que o fenômeno migratório é complexo, apresentando muitas facetas, sendo necessário combinar várias abordagens teóricas para uma análise eficiente deste processo.

Caberia ao fenômeno demográfico uma investigação de forma interdisciplinar, conforme esclarece Jansen (1969):

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante. (JANSEN, 1969, p. 60 apud PEIXOTO, 2004).

Considerado o primeiro teórico da migração, o estudo de Ravenstein, datado de 1885, sobre as migrações na Inglaterra, através dos Censos de

1871 e 1881, ainda é referenciado na literatura deste tema. Ravenstein desenvolveu as “Leis da Migração”, nas quais reconheceu ser a vontade de melhoria econômica o principal motivo para o processo migratório. O autor propôs que a mobilidade humana tinha uma orientação de “push-pull” (atração e repulsão), em que as condições favoráveis atrairiam o migrante, enquanto que condições desfavoráveis o afastariam.

Já a teoria histórico-estruturalista considera que é necessário contextualizar historicamente as mudanças estruturais da sociedade. Singer (2002) percebe as migrações como um processo social em que ocorre o deslocamento de grupos sociais no espaço geográfico, em função de mudanças sociais e econômicas. Pautado na teoria do desenvolvimento econômico, a industrialização seria um dos fatores que influenciam o fluxo migratório.

Sob a perspectiva da Sociologia – ciência que possibilita ampliar a visão do agir humano influenciado pelos fatos históricos e pelos aspectos sociais –, o processo migratório influencia a relação do migrante com este novo lugar de acolhimento.

Já Brito (2002 e 2007) apresenta uma síntese das teorias econômicas e sociológicas da migração, ao afirmar que este processo é positivo e necessário para o desenvolvimento do capitalismo e a modernização da sociedade. Entretanto, novas teorias são necessárias para explicar a migração após a década de 1980, oferecendo outras possibilidades, como a reemigração, o retorno e a migração de curto prazo. Considerando que a mobilidade espacial é um direito do indivíduo, esta destaca um novo paradigma: a dimensão política das migrações internas, no plano do Direito e da justiça social.

Compreendendo novos cenários e olhares para a questão da migração, Koucher (2014) argumenta que considerar apenas as dicotomias entre o rural-urbano e o centro-periferia são insuficientes para explicar a mobilidade do espaço contemporâneo. Sugere então que sejam realizados “[...] recortes espaciais como um complexo mosaico de interações, do ponto de vista das dinâmicas econômica e populacional, que estão em constante transformação”. (KOUCHER, 2014, p. 195).

As migrações no Rio Grande do Sul: breve história e atualidade

A questão da migração no Brasil é recorrente desde o início da sua colonização em meados do século XVI. As produções acadêmicas sobre a mobilidade espacial da população descrevem, normalmente, que as razões que levam à migração envolvem basicamente questões econômicas, sociais, políticas, culturais e climáticas.

Bandeira (2014) destaca, em estudo recente sobre o fluxo migratório no Rio Grande do Sul, que o estado teve uma redução no número total de habitantes, destacando a ocorrência do deslocamento da população para outros lugares. Em uma retrospectiva histórica sobre a migração, o estudo apresenta que a explosão demográfica em Porto Alegre (capital do estado) aconteceu na década de 1950, enquanto que, a partir da década de 1970, outras cidades da região metropolitana também cresceram.

Já nas décadas de 1980 e 1990 houve descentralização; outras regiões do interior do estado formaram importantes conglomerados urbanos, dentre os quais a região nordeste é um exemplo clássico. Nesta região, localizam-se os Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi e Bento Gonçalves.

Ainda de acordo com Bandeira (2014), a região nordeste teve o maior ganho populacional entre os anos de 2005 e 2010, justificado pelo fato de que a atração migratória ocorreu por ser uma região altamente industrializada, com foco na indústria automotiva e, ainda, ter a maior renda *per capita* do estado. Assim, o que teria acontecido é que a migração continuaria acontecendo através de movimentos humanos das regiões agrícolas para as regiões mais industrializadas.

Já estudo recente, realizado pelo Núcleo de Pesquisa do Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (Cibai), sobre o processo de mobilidade humana no Rio Grande do Sul, Zamberlam et al. (2014) consideram que novos rostos e de outras nacionalidades complementam a população que chega ao estado. Destaca o caso dos haitianos que, mais particularmente, após o terremoto de 2010, entraram no Brasil e se deslocaram para vários estados, com o objetivo de melhorar suas condições de vida.

Breve histórico sobre o Haiti e o acolhimento aos imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul

Zamberlam et al. (2014) mencionam que a República do Haiti é um país do Caribe que faz divisa com a República Dominicana na ilha de Hispaniola, no arquipélago das Grandes Antilhas. Possui uma área de 27.750 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 10,4 milhões de habitantes. A capital é Porto Príncipe e os idiomas oficiais são o francês e o crioulo haitiano. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), metodologia de desenvolvimento social desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), é considerado o país mais pobre das Américas.

A história do Haiti apresenta fatos importantes, como quando conquistou a independência em 1804, e se tornou a primeira nação independente da América Latina e do Caribe, sendo o único país do mundo estabelecido como resultado de uma revolta de escravos bem-sucedida e a segunda república da América.

Ainda de acordo com Zamberlam et al. (2014), a Revolução Haitiana, feita por escravos e pessoas livres de cor, durou quase uma década e todos os primeiros líderes do governo foram antigos escravos, bem como “[...] a primeira Constituição a definir que ali nasce uma pátria para africanos libertos”. (ZAMBERLAM et al., 2014, p. 26). Apesar disso, o Haiti irá viver sobre o resultado do domínio da invasão dos Estados Unidos entre 1915 e 1934, embargos econômicos que provocaram conflitos políticos e também ditaduras que excluíram a população de melhorias sociais. Estudos estimam que cerca de 2,4 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza, de acordo com o mesmo autor.

Já para a compreensão dos motivos do processo migratório haitiano é importante apresentar um cenário recente:

O Haiti, depois de ter estado à beira da guerra civil em 2004, foi ocupado novamente pelos Estados Unidos e em seguida pelas tropas do ONU com a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), hoje sob o comando das Forças Militares do Brasil. Em 2010 o país voltou às manchetes ao ser atingido por um terremoto que destruiu a capital e deixou 222 mil mortos, 300 mil feridos e pelo menos 1.600.000 ficaram desalojadas. (GODOY, 2011 apud ZAMBERLAM et al., 2014, p. 25).

Ainda de acordo com os autores, outros incidentes contribuíram para agravar a situação desoladora em que se encontrava o país nesse período, sendo eles a epidemia de cólera que matou cerca de oito mil pessoas e, em 2012, a eclosão do furacão Sandy, que destruiu o setor agrícola e deixou milhares de desabrigados.

Mejía e Simon (2015) mencionam que os problemas socioeconômicos são fatores estimulantes à migração haitiana, mas devem ser considerados também outros fatores, como a crise política interna, as violações dos direitos humanos e a falta de infraestrutura.

Sobre o acolhimento dos haitianos, Zamberlam et al. (2016) destacam que,

[...] no primeiro trimestre de 2012, começou o fluxo de trabalhadores haitianos ao RS, contratados por empresas gaúchas. A maioria vem com o Protocolo da Polícia Federal, necessitando encaminhar documentação para receber o Visto Humanitário. Fixam residência no interior. Entram pela fronteira do Acre e Amazonas, onde estão sendo acolhidas por Instituições ligadas às Igrejas Cristãs. [...] No RS, além de instituições religiosas com missão de apoio aos migrantes, está sendo marcante o acompanhamento da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, equipe do Ministério do Trabalho, de voluntários de Comunidades Católicas, Sindicatos de Trabalhadores e Universidades. (ZAMBERLAM et al., 2016, p.51).

Bento Gonçalves em dados históricos e números econômicos e sociais

Cidade de economia diversificada, Bento Gonçalves é um polo histórico e contemporâneo do processo migratório no Rio Grande do Sul. Com base na apresentação de alguns indicadores socioeconômicos, culturais e históricos da cidade, justifica-se sua importância dentro da região serrana do estado, conforme pode ser visto a seguir.

A história de Bento Gonçalves tem origem com a imigração italiana no Rio Grande do Sul. A partir de 1875, tem-se a chegada de imigrantes italianos na Encosta Superior do Nordeste, originando as colônias Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D` Eu (Garibaldi) e Nova Palmira (Caxias do Sul), segundo De Paris (2006).

Bento Gonçalves é um importante polo moveleiro, alimentício, vitivinícola e turístico conhecido nacional e internacionalmente. Dentro do segmento da indústria, o setor moveleiro é a grande força da economia; já na área vitivinícola, é o município historicamente mais representativo no país, na produção de vinhos e derivados, apresentando-se como o principal destino enoturístico (turismo do vinho) do país.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 confirmou que mais de 40% da população do Município de Bento Gonçalves são migrantes provenientes de outras cidades. Para o ano de 2014, a população do município contava com 112.318 habitantes e o Produto Interno Bruto *per capita* representava o somatório da produção dividido pelo total de habitantes, estimado em R\$ 29.353,00. Um dos motivos apresentados pelo IBGE para a atração de pessoas para a cidade é a questão econômica, uma vez que a região da Serra gaúcha tem uma grande oferta de empregos, com Bento Gonçalves destacando-se neste aspecto.

De acordo com a Prefeitura Municipal, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera as dimensões de longevidade, educação, saúde e renda, colocou a cidade, em 2003, na primeira posição do estado e na sexta colocação no Brasil. Já o Índice de Desenvolvimento Econômico (Idese), calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), foi de 0,816 em 2010, sendo o melhor para os municípios, com população acima de 100 mil habitantes e o sétimo colocado no estado. Tal índice abrange indicadores sociais e econômicos, considerando educação, renda, saneamento e saúde.

Bento Gonçalves também oferece possibilidades de estudo nos diferentes níveis de ensino, destacando-se como um centro de atração para os migrantes que aspirem também esta demanda. Na região, considerando as cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi, existem diversas Instituições de Ensino Superior (IES), ofertando diversos cursos, entre graduação (tecnológicos, bacharelados e licenciaturas) e pós-graduação (especialização, MBA, mestrado e doutorado). Somente em Bento Gonçalves existem atualmente sete IES, que atuam nos turnos diurno e noturno, possibilitando que o aluno consiga também trabalhar. Duas delas são públicas (uma estadual e uma federal) e cinco privadas.

Análise e discussão dos resultados

Os haitianos, residentes no Município de Bento Gonçalves, foram caracterizados de acordo com seu perfil, suas motivações de vinda, as formas de acolhimento, atividades profissionais e sua satisfação com o processo imigratório realizado.

Os imigrantes haitianos que aportaram em Bento Gonçalves são oriundos de: Porto Príncipe, 57%, enquanto 20% vieram de Les Cayes, 10% partiram de Petit-Goâne e 13% de outras localidades; 90% dos entrevistados são do sexo masculino e os solteiros perfazem 60%. Estão na cidade há menos de dois anos (60%), de dois a quatro anos (30%), enquanto 10% não declararam o seu tempo de chegada ao município.

Caracterizam-se por uma média etária de 30 anos, com predomínio da faixa de 25 a 29 anos (50% dos entrevistados), vindo a seguir, com 30%, a faixa de 30 a 34 anos. A escolaridade mostra que 43% cursaram o Ensino Médio, 33% possuem Ensino Superior e 20% têm formação técnica.

Dentre as principais formações superiores estão, por ordem decrescente, Contabilidade, Engenharia, Direito, Educação e Administração. Dois dos entrevistados mencionaram possuir curso de pós-graduação, nas suas respectivas áreas de formação (Direito e Engenharia). Já aqueles que possuem cursos técnicos caracterizam-se pela formação agrícola, informática, administração e análise laboratorial. Percebe-se que a imigração haitiana realizou uma exportação de profissionais com formação e/ou qualificação que poderia atuar na reconstrução de seu país, após o terremoto.

Exerciam profissionalmente no Haiti as profissões de pedreiro, professor, analista de informática, agricultor familiar e engenheiro, bem como 20% deles não possuíam emprego, e os demais eram profissionais em diferentes áreas. No Município de Bento Gonçalves, 53% dos imigrantes atuam como auxiliares de produção em frigoríficos da região. Cinco dos entrevistados (17%) exercem outras atividades profissionais, como lixadores de peças, operadores de máquina e pedreiros, por exemplo. O fato de os haitianos não terem conseguido a validação de seus respectivos diplomas até o momento força-os a exercerem profissões que não são condizentes com sua formação acadêmica.

Um total de 30% (9 entrevistados) não está trabalhando, destacando-se deste grupo os desempregados que já trabalharam anteriormente na cidade, vindo a seguir os que ainda não têm ocupação porque chegaram recentemente. Entre os desempregados, cinco destes (17%) aceitariam trabalhar em qualquer atividade e dois deles (6,67%) como professores.

Há uma distribuição similar de moradia de imigrantes haitianos nos diferentes bairros da cidade que, professam, em 63% a sua fé evangélica e outros 37% são católicos.

A vinda dos imigrantes haitianos para o Brasil foi motivada por: 57% pela busca de trabalho e uma vida melhor, 27% mencionaram conjugar a busca de trabalho e estudo, sendo que os outros 14% objetivaram o acompanhamento da sua família. Este processo de acolhimento dos imigrantes deu-se, entre outros fatores, pela maior integração econômica e política entre os países na atualidade.

Entre os motivos para a vinda para Bento Gonçalves foi relacionado o fato de 50% terem amigos residentes e 40% possuírem membros da família já estabelecidos, como também se observou a busca de oportunidades (7%) como um dos fatores. Para chegar ao município, 53% afirmaram não ter encontrado dificuldades em sua viagem, enquanto os demais declararam terem sido obstáculos o idioma e a falta de recursos. O acolhimento deu-se, em grau de importância, os amigos, parentes, pela igreja e empresa. Os imigrantes chegaram até a cidade sozinhos (43%), com família (30%) ou amigos (27%).

Todos os entrevistados foram unânimes em declarar não receberem nenhuma espécie de subsídio do governo brasileiro, mas 67% deles afirmaram enviar recursos para o seu país de origem, sendo estes destinados aos familiares. Segundo dados coletados no Departamento de Assistência Social (Semhas), da Secretaria de Habitação e Assistência Social de Bento Gonçalves, 40 (quarenta) famílias são beneficiárias do programa de transferência de renda do Bolsa Família. Entretanto, convém destacar que algumas instituições de caridade prestam ajuda aos imigrantes com fornecimento de roupas e comida.

Na cidade se depararam com várias dificuldades: 53% citaram o idioma, 27% apontaram o trabalho e 13% a moradia. Nomearam também as

amizades, a assistência médica, a religião e o clima. Descobriu-se, em contato com o presidente da Associação dos Imigrantes Haitianos de Bento Gonçalves (AIHBG), que cerca de 200 imigrantes estudam em curso de duas horas semanais de Língua Portuguesa de forma gratuita, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS Campus Bento Gonçalves) e Paróquia Santo Antônio, com professores voluntários, cujo objetivo é a inserção social na comunidade bento-gonçalvese.

Os imigrantes haitianos também foram questionados sobre o aspecto discriminatório, o que segundo eles, em 57% não ocorreu e, para 37%, houve algum tipo de discriminação por parte dos habitantes locais. Os fatores nomeados na discriminação devem-se, de acordo com os relatos, às diferenças entre os dois países (Brasil e Haiti), ao tratamento diferenciado na empresa, de acordo com a nacionalidade e também manifestação de racismo.

Questionados em relação à validade da imigração realizada, 67% responderam que sim e 30% disseram que não, ainda restando 3% que ainda não sabem, dado que estão há pouco tempo residindo na cidade. Aqueles que responderam afirmativamente justificaram terem tido oportunidade de trabalho e estudo, gostarem da cidade e podem enviar recursos para o seu país de origem; os que responderam negativamente têm motivos associados a não conseguirem emprego, a cidade ter um custo de vida alto e somente terem conseguido trabalhos inadequados à sua formação. Dentre os entrevistados, 30% não declararam os motivos.

A satisfação com a experiência imigratória deu-se com os percentuais de 40% que se consideram satisfeitos e 13% estão muito satisfeitos. Já os insatisfeitos também são 13% e os muito insatisfeitos são 23% dos entrevistados. Declaram-se ainda como indiferentes 10% dos participantes da amostra.

As reais expectativas dos respondentes foram atendidas somente para 30% dos imigrantes haitianos, enquanto 50% deles se manifestaram negativamente. Também observou-se que 7% não responderam e outros 7% ainda não tiveram suas expectativas totalmente atingidas, bem como 6% manifestaram-se indiferentes. Os que tiveram suas expectativas plenamente atendidas apontaram ter conseguido um bom salário; conseguido emprego e

estarem felizes no município. Já os descontentes afirmaram terem ocorrido problemas de integração com a comunidade local, não conseguiram emprego ou sofreram dificuldades de comunicação, devido ao seu idioma.

Mesmo entre os que declararam que suas expectativas foram atendidas, houve manifestações de que gostariam de regressar ao Haiti para rever a família e visitar sua terra natal, bem como poder ajudar seu país de origem, conforme 67% dos entrevistados. Já entre os que não desejam voltar (33%), situam-se aqueles cuja família já está residindo no Brasil, conseguiram trabalho, estão felizes ou que não desejariam voltar por enquanto.

Os entrevistados também observaram que gostariam que o governo brasileiro promovesse a integração dos haitianos no Brasil e, ao mesmo tempo, manifestaram preocupação com a situação econômica do país.

Considerações finais

O deslocamento dos contingentes populacionais em busca de novas oportunidades, processo conhecido como migração, é um elemento histórico nas diferentes sociedades, mas que ainda é observado com nitidez no limiar do século XXI. O Rio Grande do Sul, estado localizado no extremo sul do Brasil, é historicamente um espaço privilegiado da colonização de seu território através do processo imigratório, com a chegada inicialmente dos imigrantes açorianos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, e dos alemães e italianos no século XIX.

A cidade de Bento Gonçalves, com população majoritariamente de origem italiana, recebeu novo fluxo migratório neste início de século XXI. Oriundos da América Central, no Mar do Caribe, os primeiros imigrantes haitianos começaram a se deslocar para o município após o trágico terremoto acontecido no país em 2010, cujas consequências foram milhares de vítimas fatais bem como enormes perdas materiais.

Percebeu-se que os imigrantes haitianos residentes em Bento Gonçalves são majoritariamente homens, solteiros e estão, de acordo com a sua idade média, em uma fase produtiva de sua vida profissional. Entretanto, a imigração haitiana realizou uma exportação de profissionais com formação

e/ou qualificação, que poderia atuar na reconstrução de seu país, após o terremoto.

Dada à situação atual do Haiti, que ainda não se recuperou completamente dos prejuízos oriundos do desastre natural, bem como se caracteriza como um país historicamente pobre, os imigrantes desejam permanecer no Brasil e, mais especificamente, em Bento Gonçalves, apesar de aqui terem encontrado empregos não condizentes à sua formação e trajetória profissional em seu país de origem.

Apesar de residirem em uma cidade caracterizada pela imigração italiana, que poderia constituir-se em um elemento de restrição, devido à diferença cultural, o fato de os imigrantes haitianos estarem residindo aqui já há um bom tempo (cerca de cinco anos), serve de elemento pra concluir que estes estão se integrando à sociedade bento-gonçalvense, sentindo-se satisfeitos, mesmo que algumas restrições para haver melhor qualidade de vida sempre aconteçam.

Cabe destacar ainda que uma das principais limitações do trabalho foi a realização das entrevistas com os imigrantes. Como alguns destes residiam há pouco tempo no Brasil, ainda possuem enormes dificuldades de entendimento da fala na Língua Portuguesa e se comunicam pelo idioma nativo (o crioulo) ou mesmo o francês, somente com outros conterrâneos. Neste sentido, a ajuda pontual de outros imigrantes, com maior compreensão do idioma Português, foi fundamental para melhor operacionalização desta tarefa.

Sugere-se o aprofundamento deste estudo e, de forma similar, o conhecimento da realidade vivida por outros imigrantes, no Município de Bento Gonçalves, vindos de Senegal, país localizado na África Ocidental.

Finalmente, considera-se que o processo migratório nem sempre conduz a chamada “terra prometida”, mas a um mundo que é permanentemente construído na multiculturalidade pelos atores envolvidos.

Referências

BANDEIRA, M. et al. Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 115-134, 2014.

A economia e o turismo compartilhando soluções

BRITTO, F. Brasil, final do século – a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, A. (Org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002.

_____. *As migrações internas no Brasil – um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. CELADE de Migracion Interna, Brasília, 2007: urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. Brasília, 2007.

DE PARIS, A. *Memórias: Bento Gonçalves-RS – fundamentação histórica*. 2. ed. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 2006.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. Trad. de Lucino Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. Trad. de Claudio Marcondes. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOUCHER, A. B. Migrações internas no Brasil: novo problema, novos cenários. *Ensaio FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 177-200, jun. 2014.

MEJÍA, M. R. G.; SIMON, R. *Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon*. Lajeado: Univates, 2015.

PALERMO, G. Conceitos e Notas Metodológicas: CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE). *Caderno OBMigra – Revista de Migrações Internacionais*, v. 1, n. 5, 2015.

PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. *A cidade*. Disponível em: <www.bentogoncalves.rs.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SANTOS, M. A. dos. *Migrações: uma revisão da sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ZAMBERLAM, J. et al. *Os novos rostos da imigração no Brasil: haitianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Solidus, 2014.

_____. *Migrações no Rio Grande do Sul: algumas respostas aos desafios de mobilidade humana (1945-2015)*. Porto Alegre: Solidus, 2016.

Potencialidades de exploração dos recursos hídricos nas atividades de turismo e lazer: o caso do Município de Palmeira das Missões, RS

Ana Claudia Machado Padilha*
Ana Luiza Rossato Facco**
Deise de Oliveira Alves***
Ana Claudia da Rosa#
Juliana Birkan Azevedo##

Resumo: O estudo tem como objetivo identificar as potencialidades de exploração de recursos hídricos, no Município de Palmeira das Missões-RS, como alternativas de diversificação de propriedades rurais, a partir da exploração do turismo e lazer. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com natureza exploratória do tipo estudo de caso, sendo os dados coletados através de entrevistas semiestruturadas com quatro agentes envolvidos com o meio rural do município. Dentre os principais resultados encontrados, podem ser destacados que os participantes da pesquisa: acreditam na potencialidade do turismo de recursos hídricos; identificaram que a infraestrutura rural do município é precária; entendem que a implantação do turismo no meio rural demanda investimentos e que poderia ser esta uma barreira para que produtores desenvolvam este tipo de serviço; tem potencial de geração de renda para o município; proporciona momentos de lazer e incentivo para a permanência do produtor no meio rural.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Diversificação rural. Turismo. Lazer.

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos, a indústria do turismo tem experimentado um crescimento contínuo e tornou-se uma das indústrias de

* Doutora em Agronegócio (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Passo Fundo (PPGAdm-UPF). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9483779378832941>>. E-mail: anapadilha@upf.br

** Bacharel em Administração pela UPF. Especialista em Gestão Empresarial pela FGV. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7443268987745554>>. E-mail: analuiza.rfacco@gmail.com

*** Bacharel em Administração pela UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5155013814128642>>. E-mail: deiseoliveiraalves@hotmail.com

Bacharel em Administração pela UFSM. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1039707288631252>>. E-mail: ana.claudiadarosaa@gmail.com

Mestra em Administração pela UFSM. Doutoranda em Administração pela UFRGS. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3973497024840435>>. E-mail: jbirkanazevedo@gmail.com

maior crescimento no mundo. (LIU; CHOU, 2016). Nota-se que o volume de negócios nessa indústria pode igualar-se ou até supera o das exportações do petróleo, produtos alimentares e automóveis. (CHEN, 2010).

Diante disso, a *World Tourism Organization* (UNWTO, 2016) revela que o turismo é considerado um fator importante para o desenvolvimento socioeconômico, pois representa fonte de renda para muitos países, gerando empregos e renda que se amplia para outros setores, tais como o da construção, de telecomunicações e da agricultura. Segundo a UNWTO, o desenvolvimento do setor e as chegadas de turistas internacionais no mundo cresceram 4,6% em 2015, gerando U\$\$ 1,5 trilhão em receitas, sendo previsto um crescimento ainda maior para 2016, ou seja, entre 3,5% e 4,5%.

Tomando-se como referência o desenvolvimento da indústria do turismo, Silva e Souza (2015) afirmam que aspectos socioculturais e ambientais da agricultura emergem, tal como a valorização das diversas funções que a mesma exerce. Além de suas funções produtivas, para os autores, novas ocupações não agrícolas passaram a apontar no meio rural. Assim sendo, o turismo no meio rural se destaca como uma atividade que possui potencial para diversificar o espaço rural e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento. (SILVA; SOUZA, 2015).

Estudos de Padilha (2009) analisaram o potencial de desenvolvimento de atividades diversificadas no meio rural, avaliando especificamente o turismo rural enquanto de sustento para produtores rurais, o qual revela-se como uma alternativa de ampliação que vai além das atividades agrícolas tradicionais, as quais são permeadas pelo risco, pela incerteza e exaustão dos fatores de produção. Argumenta-se analisar a relação entre competitividade, estratégia de diversificação de sustento das famílias rurais. Pode estar associada a uma importante estratégia de sobrevivência. Lange et al. (2012) mencionam que a diversificação da produção é considerada uma estratégia adotada, muitas vezes, em tempos de crise econômica, observando que esta opção se torna um requisito importante para as pequenas propriedades.

Nesse aspecto, insere-se na discussão os recursos hídricos, os quais configuram-se como elementos importantes na estratégia de atividades de turismo desenvolvidas no meio rural, sendo um dos elementos que

contribuem para o desenvolvimento deste tipo de atividade (SHARPLEY; VASS, 2006; REARDON; BERDEGUE; ESCOBAR, 2001).

Argumenta-se, ainda, que o atual ritmo de trabalho das pessoas em grandes centros urbanos, associado com a poluição ambiental e sonora, contribui para o desenvolvimento de atividades de recreação em determinadas zonas rurais, que se contrasta a estes ambientes identificados. Pessoas que buscam o turismo e o lazer em áreas rurais esperam encontrar um ambiente atrativo, que contribua para a melhoria da qualidade de vida.

Considerando então que parte dos recursos disponíveis na propriedade rural estão de alguma forma ligados aos aspectos geográficos e climáticos, assume-se que estes recursos podem ser combinados num nível que transcende a própria produção agrícola e pecuária. Associando-se esta questão ao fato de as pessoas procurarem, com uma intensidade crescente atividades de turismo e lazer, que possam ajudá-las a compensar o desgaste de atividades profissionais cada vez mais estressantes, o estudo tem como objetivo identificar as potencialidades de exploração de recursos hídricos, no Município de Palmeira das Missões-RS, como alternativas de diversificação de propriedades rurais, a partir da exploração do turismo e lazer.

Turismo no meio rural e a estratégia de diversificação

O turismo, como estratégia para o crescimento econômico, tem atraído interesse em diversas áreas do conhecimento. (FLEISCHER; FELSENSTEIN, 2000). O setor tem sido observado como um instrumento para promoção de empregos e aumento do nível de bem-estar econômico. (EADINGTON; SMITH, 1992; ECHTER 1995; FLEISCHER, 1999).

Conforme Silva (1997), o desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural estaria associado ao processo de urbanização e transbordamento do espaço urbano para o rural. Para o autor, as novas formas de ocupação do espaço rural são atividades relacionadas ao lazer, tais como hotéis-fazenda e pesque-pague. Desse modo, as atividades turísticas rurais são constituídas pela oferta de serviços, equipamentos, alimentação, recreação, visita a propriedades rurais, entretenimento e outras atividades,

que existam em vista do turismo ou que se constituam no motivo de visitação (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Reardon, Berdeg  e Escobar (2001) mencionam que, por diversas décadas, reconheceu-se que emprego advindo de atividades rurais fora da agricultura   de importância para as famílias rurais na América Latina e no Caribe. Nestas regiões, 25 a 30% do emprego rural vem de “atividades fora da agricultura” (*nonfarms*).

Nesse aspecto, os membros da “família rural” (*household*), que atuam em práticas agrícolas, são motivados a desenvolverem outros tipos de atividades não relacionadas com as atuais. Os motivos geralmente relacionam-se com as possibilidades de alcançar rendas mais elevadas em novas atividades; o risco inerente às práticas agrícolas; e a incerteza de existência de mercado consumidor para produtos resultantes de atividades produtivas. (REARDON; BERDEGUÉ; ESCOBAR, 2001).

Estrategicamente, o tipo de diversifica o adotada depende do contexto geográfico externo, do contexto econômico, e de fatores internos que se relacionam   propriedade e   família rural. Dentre os desafios que enfrentam os produtores rurais, que optam pela diversifica o dos negócios, com a utiliza o dos recursos hídricos disponíveis, a localiza o da área de terras   fator estratégico para o sucesso do empreendimento, uma vez que nem todas as áreas rurais são igualmente atrativas a turistas. (SHARPLEY; VASS, 2006).

Por turismo no meio rural, Goveia, Tchmolo e Trog (2014) entendem como qualquer forma de atividade turística no espaço rural, a qual abrange várias modalidades como, por exemplo, turismo de pesca, ecoturismo, turismo cultural, entre outras. Segundo Campanhola e Silva (2000), o turismo no meio rural consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo. Contudo, pode-se notar que a conceitua o de turismo, nas áreas rurais ou no espaço rural, são nomenclaturas diferentes para um mesmo segmento.

Nesse sentido, as atividades turísticas no meio rural são constituídas pela oferta de serviços, equipamentos, produtos de hospedagem, alimenta o, recep o   visita o em propriedades rurais, recrea o,

entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural, outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Frente a essas tendências, Padilha (2009) afirma que as propriedades rurais enfrentam uma série de desafios, pois elas nem sempre conseguem alcançar os níveis de competitividade exigidos pelos mercados, além de enfrentarem limitações ao acesso aos recursos estratégicos, que poderiam contribuir ao alcance desses padrões. Diante desse cenário, a autora acrescenta que produtores rurais, muitas vezes, se confrontam com dificuldades na geração de renda para o sustento da família rural.

Assim sendo, para Sharpley e Vas (2006), a diversificação das propriedades rurais tem sido considerada um importante fator de desenvolvimento rural. Percebe-se que as atividades rurais já não se sustentam em apenas atividades agrárias tradicionais, submetidas ao risco, à incerteza e exaustão dos fatores de produção; assim, o caminho da diversificação de produtos e serviços, que irão gerar sustento às propriedades rurais, ganha destaque e parece contribuir para o aumento da competitividade do agronegócio nacional. (PADILHA, 2009).

A diversificação do sustento rural é definida como um processo pelo qual o indivíduo ou a unidade familiar rural constrói um conjunto de atividades e bens, com o objetivo tanto de sobreviver quanto de melhorar seu padrão de vida. (ELLIS, 2000). Quando são eliminados os obstáculos de acesso e identificadas oportunidades para a expansão da diversificação dos meios de subsistência, o indivíduo e as unidades familiares desenvolvem capacidade para gerar um sustento seguro e melhorar seu padrão de vida. (ELLIS, 1998).

Para Ellis (2000), o sustento inclui os bens (naturais, físicos, humanos, financeiro e capital social). Facilidade de acesso a estes bens e atividades produtivas determinam a subsistência ou o padrão de vida das unidades famílias rurais. O autor enfatiza que os termos sustento e rendimento não são sinônimos, mas estão fortemente relacionados, porque a composição e o nível de rendimento individual e familiar irão determinar as facilidades de acesso aos meios de sustento e às possibilidades de conversão destes em melhor padrão de vida para a família.

É interessante observar uma das conclusões do estudo de Ellis (1998). A diversificação é vista como um processo social e econômico infinitamente heterogêneo, que abre uma miríade de pressões e possibilidade na economia rural. O processo é diferenciado em suas causas e efeitos, devido à locação, demografia, vulnerabilidade, ao nível de renda, educação, entre outros fatores.

Em adição disto, Bebbington (1999) também se preocupou em entender os relacionamentos existentes entre os agentes envolvidos com as modificações das estratégias de sustento, a economia regional e a macroeconomia. Além disso, o mesmo autor incorporou os relacionamentos que indivíduos e unidades familiares têm com instituições e organizações que operam em escalas mais amplas e que, em geral, constituem canais através dos quais ocorre o desenvolvimento das intervenções necessárias para mudar o cenário.

Uma lógica fica presente no estudo de Bebbington (1999): quanto maior o acesso aos capitais, maior será a capacidade de sustento do indivíduo ou da unidade familiar analisada, o que enfatiza ainda mais a importância da capacidade de gerenciamento dos relacionamentos que facilitam este acesso e sua transformação em estratégias de sustento e em “resultados” propriamente ditos.

Por fim, cabe apontar que o trabalho de Ellis (2000) não oferece um conjunto de receitas para resolver problemas de causa e efeito, na redução da pobreza rural, mas sugere um caminho para se organizar a análise de políticas de sustento, que identifiquem os componentes principais (ativos, processos de mediação e atividades), encorajando o pensamento sobre as ligações críticas existentes entre eles. O autor enfatiza a identificação de quais ativos estão mais comprometidos no objeto em análise, pois esta seria uma questão-chave a ser resolvida na formulação das políticas, sugerindo alguns meios para se chegar a esta identificação. (ELLIS, 2000).

Os recursos hídricos

Partindo do princípio e da ideia de que o turismo no meio rural é o grande tema que incorpora outras variações e usos, a próxima discussão trata de algumas oportunidades de desenvolvimento de turismo e lazer.

Ecoturismo

Ecoturismo diz respeito à flora, fauna, geologia, e aos ecossistemas de uma área, bem como aos povos que vivem neste local, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. É uma visão de áreas naturais como “lar para todos”, em um sentido global. (WALLACE; PIERCE, 1996; ORAMS, 1995).

Nesse sentido, as atividades agrícolas desenvolvidas em propriedades rurais têm impacto significativo no ambiente e são altamente influenciadas, principalmente, pela política governamental. Kuo e Chiu (2006) veem um relacionamento simbiótico que pode ser estabelecido entre a agricultura e outras práticas, dentre elas, o ecoturismo, como sendo um elemento-chave e ambientalmente responsável do turismo em áreas rurais.

A maioria dos aspectos relacionados com o ecoturismo centra-se na demanda por atividades recreacionais ao ar livre, em um ambiente físico atrativo. Quando estes atrativos específicos forem mostrados a um grupo maior de apreciadores desta atividade, pode-se esperar que amplie a demanda de pessoas que busquem por alternativas relacionadas com o entretenimento aliado às disponibilidades de recursos hídricos existentes na propriedade. (GUYER; POLLARD, 1997).

Já para Fennell e Weaver (1997), o ecoturismo é uma forma de diversificar os negócios da propriedade, revestindo-se numa forma alternativa empreendedora que contribui para o desenvolvimento econômico nestes locais. As fazendas de férias também contribuem para a representação de um veículo potencial de diversificação rural, cada vez mais significativa para economias de base agrícola.

Analisando o ecoturismo, sob o ponto de vista dos recursos hídricos, Nilsson (2002), destaca que este possui uma estrutura diferente da agricultura, do florestamento e da pesca. A opção de diversificação da propriedade rural com o negócio do ecoturismo demanda conhecimento das oportunidades potenciais disponíveis no meio rural, que contribuem para a dinamização da atividade, dentre eles, os recursos hídricos.

Diante disto, a exploração do ecoturismo, aliado ao uso dos recursos hídricos, por parte dos produtores rurais, pode revelar-se numa alternativa estratégica de sustento. Nesse sentido, o desenvolvimento do ecoturismo

poderia se valer dos recursos naturais inigualáveis que o país possui, a mão de obra local, entre outros, o que culminaria para a valorização do homem e sua fixação no campo.

Pesca recreacional

Fennell e Weaver (1997), ao analisarem o potencial de diversificação de propriedades rurais de base agrícola, concluíram que a pesca pode refletir um potencial a ser desenvolvido nas propriedades localizadas em Saskatchewan, Canadá.

Já na Malásia, a principal atividade realizada em lagos e reservatórios é, e sempre foi, a pesca. A produção anual dos peixes de água doce é considerada uma fonte de proteína valiosa para o sustento da população rural. Como em outros países, os reservatórios são construídos primeiramente para a geração de energia elétrica, abastecimento humano e irrigação. Além disto, muitos lagos e reservatórios servem não só para o desenvolvimento da pesca recreacional, mas, também, para práticas do ecoturismo, oportunidades com as quais os produtores rurais locais podem se beneficiar. (AMBAK; JALAL, 2006).

Outra forma de utilização de recurso hídrico disponível nas propriedades rurais, que é aproveitado competitivamente por alguns produtores rurais brasileiros, é o pesque-pague. De acordo com a Embrapa (2003), muitos estabelecimentos mantêm, além dos tanques para pesca, uma estrutura capaz de atender os visitantes, com restaurantes e atrativos que contribuem para a geração de uma considerável renda suplementar.

Numa visão ampliada do agronegócio, a estratégia voltada para a diversificação de sustento das propriedades rurais, com a exploração dos recursos hídricos, indica que esta atividade combinada com a agricultura tradicional, indústria e comércio e pode representar uma rica diversidade econômica, novas oportunidades de emprego e potencialmente melhorar a qualidade de vida de produtores rurais. (KITAMURA et al., 2002).

A atividade de pesca pode ser segmentada em outros aspectos, dentre eles, a chamada pesca esportiva. A atividade contribui para desenvolver a consciência ecológica através de rigorosas normas que regem a pesca competitiva amadora, como a filosofia do pesque-e-solte e o uso de anzóis

sem farpas. (ANA, 2005). Torna-se relevante destacar a atividade de pesca recreacional como atividade que pode ser explorada com a utilização dos recursos hídricos em tanques (pesque-pague).

Analisando os recursos hídricos disponíveis em propriedades rurais, por sua vez, estes poderiam converter-se na exploração de novos negócios, tais como a pesca esportiva e o pesque-pague. Para tanto, o *know-how* é fator decisivo para produtores que queiram competir neste segmento de mercado, além da necessidade de infraestrutura, mão de obra qualificada, capital financeiro para investimento no novo negócio, entre outros, podendo contribuir para o desenvolvimento da estratégia de diversificação que atendesse a demanda de pessoas que buscam lazer e recreação.

Cachoeiras e quedas d'água

Outro recurso hídrico, que pode estar presente nas propriedades rurais, e que também pode ser explorado na ótica da diversificação dos negócios, são as cachoeiras ou quedas d'água. Para Hudson (1998), as cachoeiras são alternativas de divertimento para pessoas jovens ou velhas em todo o mundo, podendo ser recurso para recreação e turismo, principalmente em função de atração.

A presença de cachoeiras ou quedas d'água, numa propriedade rural, depende exclusivamente da formação topográfica que facilita a vazão do recurso hídrico. Nesse aspecto, estes recursos hídricos podem ser aliados à paisagem natural e ademais cenários que a compõem, podendo também ser fontes alternativas de exploração econômica. (HUDSON, 1998).

No Brasil, a população costuma tirar férias em locais relacionados com água, como praias, lagos, rios, estâncias hidrominerais. Dessa forma, as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas. (ANA, 2005).

A constituição do relevo em determinadas regiões do país, associada à presença de recursos hídricos, proporciona a formação de uma das mais belas atrações que são explicadas pelas cachoeiras ou quedas d'água. Este tipo de recurso hídrico natural representa um dos mais importantes atrativos

para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e lazer, que se refletem em recreação para seus exploradores.

Em se tratando da exploração deste recurso hídrico, como alternativa de diversificação por produtores rurais, algumas propriedades são beneficiadas com a sua ocorrência. Com relação a isto, um primeiro passo em direção à sua implementação seria identificar o perfil de consumidores potenciais para este tipo de atração, valendo-se de meios de promoção que contribuíssem para a sua divulgação, pautada num apelo diferenciado e atrativo.

Lagos e rios

Os lagos e rios são acidentes geográficos extremamente frágeis, fadados ao lento e contínuo processo natural de assoreamento, que leva à redução de seus espelhos d'água e ao seu completo desaparecimento. Os lagos artificiais foram criados, historicamente, e em sua maioria, para a geração de energia elétrica. (ANA, 2006).

Nota-se que as atividades de turismo e lazer, com a exploração das águas em alguns lagos e rios de potencial turístico e de lazer, podem ser fonte de vantagem competitiva para alguns produtores rurais, que dispõem deste bem natural, competindo os demais de sua região que não o possuem e que limitam suas alternativas de sustento rural, em detrimento da implementação de estratégia de diversificação do portfolio de negócios.

As atividades ligadas a estes recursos crescem, significativamente, em determinadas regiões do Brasil. Atualmente, é o segmento mais desenvolvido no Brasil em termos de alternativas de exploração, (ANA, 2005).

Por causa disso, é importante destacar quais atividades podem surgir a partir da exploração de lagos e rios, uma vez que produtores rurais, que possuem recursos em suas áreas, podem utilizá-los como estratégia de diversificação, voltando-se para o turismo e lazer. A utilização deste recurso hídrico pode ser exemplificado no oferecimento de oportunidades relacionadas à prática de *rafting*, de natação (vários rios e lagoas são apropriados a este esporte), pesca recreacional, passeios de barco, entre outros. Cabe lembrar que o oferecimento de atividades ligadas ao turismo e

lazer está associado, principalmente, com a qualidade da água, além da diversidade da fauna e do clima.

Procedimentos metodológicos

O estudo tem como objetivo identificar as potencialidades de exploração de recursos hídricos, no Município de Palmeira das Missões-RS, como alternativas de diversificação de propriedades rurais, a partir da exploração do turismo e lazer. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória e abordagem qualitativa.

Com relação aos procedimentos técnicos, o estudo caracteriza-se como do tipo estudo de caso (YIN, 2005), e a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com quatro indivíduos, que possuem relação direta com o meio rural, sendo eles o secretário de Turismo do município, a secretária da Emater-RS, um ambientalista e um produtor rural.

O instrumento de coleta de dados, o roteiro semiestruturado, baseou-se nas seguintes categorias de análise: potencialidade de desenvolvimento do turismo no meio rural, a partir dos recursos hídricos existentes, da infraestrutura, das dificuldades de investimento na atividade, do interesse dos produtores rurais, em explorar o turismo e a importância da comunidade e das instituições para o desenvolvimento do turismo no meio rural.

Os dados coletados foram realizados através da análise interpretativa do conteúdo das respostas obtidas à luz da literatura selecionada. (TRIVIÑOS, 1997).

Resultados e discussões

Essa seção apresenta os resultados encontrados na pesquisa realizada.

Caracterização do Município de Palmeira das Missões/RS

O Município de Palmeira das Missões está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, tendo sua fundação em 6 de maio de 1874. Segundo dados da Prefeitura, a área do município é de 1.419,4 km² e a população estimada em 2014 foi de 35.045 habitantes.

A economia é baseada na agropecuária, que correspondeu a 39,26% do Produto Interno Bruto (PIB) do município, no ano de 2013 (IBGE, 2016). Além disso, o município possui clima subtropical úmido e está no Bioma da Mata Atlântica. Quanto aos principais recursos hídricos, destacam-se: a bacia do rio Ijuí, o rio Turvo, que integra a bacia do rio da Prata, que deságua no rio Uruguai e o rio da Várzea, rio Guarita (afluente do rio Uruguai, com sua barragem adequada para pesca), rio Macaco, rio Barreiro, rio Fortaleza, rio Passo da Palmeira, cachoeira do Macaco, cachoeira da Guarita e a cascata Tonini.

Os recursos hídricos e o turismo no meio rural

Tomando-se como referência as entrevistas realizadas com os quatro participantes do estudo, foi questionado a eles o potencial e os lugares para o desenvolvimento do turismo, no meio rural, e a identificação dos recursos hídricos, que poderiam ser fonte de exploração desta atividade.

De acordo com o Secretário do Turismo, no Município existem alguns lugares potenciais para o turismo rural, bem como o rio Passo Raso, que está localizado entre os Municípios de Palmeira das Missões e Novo Barreiro/RS. Outro lugar indicado pelo secretário foi a Olaria do Machado, mas, devido às atividades agrícolas, este empreendimento tornou-se uma área devastada e pouco conservada em termos ambientais. Para o entrevistado, outra propriedade em que poderia ser desenvolvido o turismo, no meio rural, seria a Fazenda Doutor Pompilho e a Fazenda Santa Mercedes, que possuem atrativos para o desenvolvimento de atividades de lazer no meio rural, caracterizadas pela ocorrência de paisagens exuberantes, criação de gado, plantação de milho, trigo e soja. O entrevistado também mencionou a cascata na Linha Calisto, um recurso hídrico que se destaca no município, por atrair turistas que apreciam a paisagem e o turismo no meio rural.

Também foi pesquisado um produtor rural que tem significativo conhecimento das áreas e dos recursos hídricos do município pesquisado. Segundo ele, a cidade apresenta potencial para o turismo, no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos, mencionando alguns interessantes de serem explorados, tais como: o rio Passo Raso, a cascata Tonini e a cachoeira do Macaco, recursos hídricos que se destacam pela

qualidade da água e a facilidade de acesso. Além destes, o produtor rural também mencionou o rio da Várzea e o rio Turvo que, de acordo com suas características de ocorrência de águas profundas, poderia dificultar a prática de banhos, não excluindo a possibilidade de produtores que possuem suas propriedades às margens destes rios, explorarem esportes aquáticos.

Adicionalmente, ele mencionou que, em se tratando da ocorrência de recursos hídricos, o município apresenta uma diversidade, os quais poderiam ser explorados como alternativas de diversificação de renda pelos produtores rurais que os possuem. O terceiro entrevistado foi a secretária da Emater-RS que, de acordo com sua atuação em diferentes propriedades rurais, também destacou o potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer, no meio rural, vinculadas à exploração dos recursos hídricos. Nesse aspecto, ela mencionou como potenciais a cachoeira do Macaco, a cachoeira do Quebrado e a cachoeira da Linha São Judas Tadeu, sendo esta última explorada para a realização de trilhas ecológicas e caminhadas.

Destacando a diversidade de recursos hídricos existentes no município, também mencionou como potenciais para diversificação as propriedades da Linha Pacheco e, também, um pesque-pague localizado na esquina Santa Rosa, onde existem cabanas, churrasqueiras e pedalinhos para receber os turistas que buscam este tipo de atrativo, que alia-se à paisagem, fauna, flora e, especialmente, aos recursos hídricos.

O quarto entrevistado, um ambientalista, mencionou que a cidade possui diversos lugares que podem ser explorados para o turismo no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos. Segundo ele, devido à exploração do agronegócio, as plantações colocaram em risco o ecossistema, principalmente nas áreas onde estão localizados os recursos hídricos. Adicionalmente, ele citou como interessantes a serem explorados, na geração de renda pelos produtores rurais, as cabeceiras dos rios, dos lagos e dos banhados. Encontram-se drenados e com possibilidade de carga de defensivos agrícolas, destacando que “as propriedades que se dispusessem a implementar atividades de turismo, no meio rural, teriam que primeiramente desenvolver projetos de recuperação ambiental”.

Recursos adicionais na exploração de atividades diversificadas no meio rural

Além da identificação dos recursos hídricos presentes nas propriedades rurais, identificados pelos entrevistados, outro aspecto questionado referiu-se à ocorrência de obras de infraestrutura. Na sequência, perguntou-se aos entrevistados se os locais citados poderiam oferecer outros atrativos, além dos recursos hídricos.

Segundo revelou o ambientalista e a secretária da Emater-RS, pode-se notar que ambos compartilham o mesmo ponto de vista, ou seja, *“todas as propriedades têm potenciais de ter o turismo rural, não somente relacionado aos recursos hídricos”*. Conforme o ambientalista, a natureza atribuída à sua beleza já é um atrativo, por si só, mas, devido à dominação da plantação agrícola nas encostas dos rios, lagos e banhados, estes lugares tornaram-se áreas devastadas.

No entendimento do proprietário rural, o rio Passo Raso, a cachoeira do Macaco e a cascata Tonini são locais inapropriados para trilhas ecológicas, pois possuem campos ao seu redor que, no entanto, poderiam ser adaptadas para áreas de práticas esportivas como futebol, vôlei, entre outros.

De acordo com o secretário de Turismo, nestas áreas, além dos recursos hídricos, não percebem o potencial de outros atrativos que poderiam contribuir, incrementar o desenvolvimento de estratégias de diversificação das famílias.

Diante das respostas apresentadas pelos entrevistados, o Município de Palmeira das Missões possui alguns lugares que poderiam ser explorados na atividade de turismo no meio rural, como rios, cachoeiras e cascatas.

Partindo dessa identificação, os entrevistados acreditam no potencial do turismo no meio rural. O Quadro 1 sistematiza as percepções dos entrevistados acerca das potencialidades de se desenvolver estratégias de diversificação no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos.

Quadro 1 – Potencial de exploração dos recursos hídricos nas estratégias de diversificação no meio rural

Entrevistado	Acredita no potencial de recursos hídricos para o turismo no meio rural	Tipos recursos hídricos identificados
Secretário do Turismo	Sim	Rio Passo, Olaria do Machado, Fazenda Doutor Pompilho, Fazenda Santa Mercedes e Cascata na Linha Calisto
Secretária da Emater-RS	Sim	Cachoeira do Macaco, Cachoeira do Quebrado, Cachoeira da linha São Judas Tadeu e sítios da Linha Pacheco
Proprietário rural	Sim	Rio Passo Raso, Cascata Tonini e Cachoeira do Macaco
Ambientalista	Sim, mas primeiramente as propriedades deveriam desenvolver projetos de recuperação ambiental	Não mencionou

Fonte: Dados do estudo (2015).

Após, os entrevistados foram indagados quanto a sua opinião referente aos aspectos de infraestrutura (estradas de acesso, energia elétrica e comunicação), no meio rural, que influenciam direta, ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades de lazer nestes espaços rurais. Na percepção do Secretário de Turismo, existem investimentos na pavimentação das estradas, mas, devido à sua localização, muitas vezes torna-se difícil a pavimentação e manutenção. No entendimento do produtor rural, as estradas de acesso a estes locais precisam de reparos, pois não estão em boas condições, destacando a estrada de acesso à cascata Tonini, que possui vários quilômetros não pavimentados. Segundo relatos do ambientalista e da secretária da Emater-RS, eles mencionaram que “*as estradas rurais são um verdadeiro caos*”, em razão da falta de manutenção, pois, nos períodos de chuva, tornam-se intransitáveis, um verdadeiro “*rio de lama*”.

Referente à energia elétrica, o secretário do Turismo, o produtor rural e a secretária da Emater-RS mencionaram que está disponível em todo o meio rural. Em contrapartida, o ambientalista entende que este tipo de recurso é precário, citando como exemplo uma Organização Não Governamental (ONG), que atua e que se localiza no meio rural, onde a energia elétrica não está disponível.

Todos os entrevistados apresentaram a mesma opinião referente à comunicação. Para eles, este recurso via telefonia celular é possível em

lugares altos ou em certas propriedades. Com relação à internet, eles afirmaram que não há acesso no meio rural, devido a problemas relacionados com falta de disponibilidade de antenas.

A partir dos aspectos identificados, o Quadro 2 resume as percepções dos entrevistados.

Quadro 2 – Infraestrutura no meio rural

Entrevistado	Estradas de acesso	Energia elétrica	Comunicação
Secretário do Turismo	Dificuldade de pavimentação devido à localização das propriedades	Disponível em todo o meio rural	Falta de disponibilidade de antenas de operadoras de comunicação (internet e telefonia celular)
Secretária da Emater-RS	Estradas precisam de reparos		
Proprietário rural	Um “verdadeiro caos”	Precária	
Ambientalista			

Fonte: Dados do estudo (2015).

Outro aspecto pesquisado relaciona-se aos principais obstáculos para se desenvolver atividades de turismo e lazer no meio rural. No entendimento do Secretário de Turismo, apesar dos recursos serem próprios, os investimentos das propriedades, para se oferecer hospedagem e manutenção dos recursos hídricos existentes, é preciso investimentos. Para ele, talvez este seja o motivo principal da falta de interesse em desenvolver o turismo, ressaltando: “Quem talvez pudesse se interessar seria o médio e pequeno agricultor, só que nestas propriedades não possui rios, cachoeiras, lagos que chamem a atenção para ser um local turístico [...]”

Na percepção do ambientalista, somente os pequenos e médios produtores rurais poderiam ser potenciais, também devendo ser considerado o investimento financeiro necessário para a construção de infraestrutura adequada. Em grande medida, o governo poderia auxiliar principalmente no acesso ao crédito para investimentos do turismo, no meio rural, além de ser necessária uma mudança nos sistemas de produção atuais, que contemplem a sustentabilidade das atividades turísticas.

Nessa mesma linha de análise, a secretária da Emater-RS entende que, além dos proprietários não terem recursos próprios para investimentos,

demandaria a participação em programas de financiamento do governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo ela, os produtores rurais enfrentariam outra dificuldade que reside na sazonalidade, ou seja, as atividades de turismo no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos, apresentariam rendimento para os produtores apenas no verão.

A pesquisa também contemplou aspectos relacionados aos elementos positivos e negativos do turismo, no meio rural. No entendimento do secretário do Turismo, o maior obstáculo seria o deslocamento do público da zona urbana para a zona rural, especialmente pelo município disponibilizar clubes com boa infraestrutura e piscinas, bem como os aspectos relacionados ao perfil dos usuários que, sobremaneira, entendem este tipo de lazer, no meio rural, com pouco valor agregado. Ele ainda complementa que não existiriam pontos negativos, pois contribuiria para o desenvolvimento do município, através da geração de receitas, novas alternativas de ampliação de receitas para os produtores rurais, bem como a possibilidade de geração de novos postos de trabalho, com ênfase para as atividades turísticas.

Na percepção do produtor rural, aspectos como investimentos em infraestrutura seria um dos elementos estratégicos para o desenvolvimento deste tipo de turismo, uma vez que as pessoas estão cada vez mais exigentes com a qualidade dos serviços e procuram lugares que propiciem tranquilidade, bem-estar, acomodações adequadas, estacionamentos, lanchonetes, minifarmácias, entre outros. Ele acrescenta que o turismo, no meio rural, não apresenta fatores negativos, pois iria proporcionar para a população momentos de lazer, diversão e entretenimento, pois, de acordo com seu entendimento, as pessoas que trabalham a semana toda, nos finais de semana, feriados ou férias procuram lugares para descontração, sair da rotina, e têm a inclinação pela demanda de espaços apropriados para reunir familiares e amigos.

Para a secretária da Emater-RS, o turismo, no meio rural, seria um incentivo para as pessoas permanecerem no campo. Quanto aos fatores negativos, ela menciona que a falta de infraestrutura das propriedades para receber os turistas com conforto e estradas de acesso adequadas seria um entrave em detrimento da ocorrência dos recursos hídricos potenciais. Ficou

evidente sua afirmação e preocupação com o acesso, destacando: “[...] as pessoas não vão colocar seus carros em estradas ruins”.

No entendimento do ambientalista, “é necessário desenvolver políticas públicas consistentes, pois a falta de visão e de consciência ambiental das pessoas, associada à produção agrícola e à agropecuária, está prejudicando os recursos hídricos que poderiam ser utilizados para as atividades de lazer no meio rural”.

A partir dos dados coletados, pode-se entender que as atividades de turismo e lazer, no meio rural, podem revelar-se como uma interessante alternativa de geração de renda para famílias rurais, especialmente quando incluídos a articulação do Poder Público, da população do município e demais instituições de apoio. O Quadro 3 resume as percepções dos entrevistados, com relação aos pontos fortes e fracos de desenvolvimento do turismo, no meio rural.

Quadro 3 – Pontos fortes e pontos fracos do turismo no meio rural

Entrevistado	Pontos fortes	Pontos fracos
Secretário do Turismo	Crescimento do município através da geração de receitas, maior fonte de renda para as pessoas, novas oportunidades de trabalho	Infraestrutura de acesso e recepção dos turistas, demanda e aceitação do público
Secretária da Emater-RS	Incentivo para as pessoas permanecerem no meio rural	Falta de infraestrutura
Ambientalista	Não mencionou	Falta de visão e consciência ambiental dos produtores rurais, que atuam nas atividades de produção e agropecuária que prejudicam os recursos hídricos
Proprietário rural	Proporcionar para a população momentos de lazer, diversão, entretenimento.	Necessidade de investimentos financeiros para uma infraestrutura adequada

Fonte: Dados do estudo (2015).

De acordo com as entrevistas realizadas, nota-se que a participação da comunidade e das instituições, na direção de desenvolvimento de atividades de turismo, no meio rural, é aspecto estratégico que poderia contribuir para o seu desenvolvimento. Notadamente, a comunidade teria um papel fundamental nesta articulação e divulgação, que se converteria na atração de

turistas e agregação de valor aos demais tipos de serviços de apoio, que poderiam ser disponibilizados com este tipo de serviço.

Com relação às instituições de apoio, que poderiam auxiliar no desenvolvimento de atividades de turismo, no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos, o ambientalista mencionou a disposição da comunidade em contribuir e utilizar o serviço, além de citar a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), consideradas fundamentais para a elaboração de projetos. Também citou a Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto, como importante para a qualificação dos produtores rurais e mão de obra envolvida neste tipo de prestação de serviço, complementando que a ONG Amigos da Mata poderia também se inserir nos projetos de preservação ambiental.

No entendimento da secretária da Emater-RS, a comunidade já é parceira, pois muitos lugares citados já são frequentados como área de lazer por muitas pessoas, mas, devido à falta de recursos financeiros dos proprietários, para investirem na infraestrutura destes locais, acabam não atraindo público maior. Para ela, além da comunidade, a Emater-RS, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Turismo são entidades que poderiam trabalhar juntas em prol da formação de projetos.

Para o produtor rural, a comunidade seria parceira, desde que não em locais de difícil acesso, como a cachoeira do Macaco ou a cascata do Passo Raso. Ele também salientou que existem instituições que poderiam trabalhar junto com a comunidade, as quais seriam a Prefeitura Municipal, como articuladora, e também o *Rotary Club* pelo fato de receber pessoas de diferentes partes no município. No entanto, o secretário do Turismo mencionou a dificuldade de participação das pessoas, pois, para a população do município, o turismo no meio rural não é considerado um atrativo, mencionando: *“As pessoas já conhecem as granjas e fazendas no município, mas poderá ser um atrativo para o pessoal que vem de fora, principalmente para os turistas da região da Serra gaúcha [...]”*.

Além disso, o secretário de Turismo do município identificou a Prefeitura Municipal como a principal parceira na elaboração de projetos que

poderiam desenvolver o turismo no meio rural, a partir da exploração dos recursos hídricos.

A partir das entrevistas realizadas, o Quadro 4 apresenta as instituições que poderiam auxiliar na promoção e no desenvolvimento do turismo no meio rural, bem como as de apoio que contribuiriam com a oferta de cursos de qualificação/capacitação para os agentes envolvidos na atividade.

Quadro 4 – Instituições de desenvolvimento e apoio no turismo no meio rural

Entrevistado	Instituições articuladoras	Instituições de apoio
Secretário do Turismo	Prefeitura Municipal	Secretaria de Turismo, a Emater-RS e o Senar
Secretária da Emater-RS	Emater-RS, Senar, Prefeitura Municipal e Secretaria de Turismo	
Ambientalista	Universidade de Passo Fundo, Universidade Federal de Santa Maria, Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto e a ONG Amigos da Mata	
Proprietário rural	Prefeitura Municipal e o <i>Rotary Club</i>	Próprios donos das propriedades rurais

Fonte: Dados do estudo (2015).

A partir das entrevistas realizadas e alinhando ao objetivo do estudo, pode-se notar que o acesso aos capitais é um fator preponderante no desenvolvimento da estratégia de diversificação rural. (ELLIS, 2000). Notadamente, se as famílias rurais não dispuserem ou acessarem os capitais entendidos como naturais (rios, cachoeiras, quedas d'água, fauna e flora), físico (benfeitorias, instalações, estradas de acesso), humano (mão de obra qualificada familiar e contratada), financeiro (renda agropecuária, atividade assalariada, aposentadoria, linhas de crédito), e social (vizinhos, comunidades, Instituições governamentais, organizações de assessoria e planejamento, ONGs), as atividades de turismo no meio rural perdem seu padrão competitivo e alternativas de geração de renda para pequenas e médias famílias rurais.

Diante disso, a discussão centra-se na inserção do turismo no meio rural, que oferece uma nova forma de diversificar a geração de renda e assim garantir o sustento das famílias rurais, visto que apesar das dificuldades de implementação, a atividade se encontra como uma opção possível de ser

aproveitada e que poderá revelar-se como alternativa de permanência das famílias no meio rural.

Considerações finais

Tomando-se por base o objetivo do estudo, que foi o de identificar as potencialidades de exploração de recursos hídricos, no Município de Palmeira das Missões-RS, como alternativas de diversificação de propriedades rurais, a partir da exploração do turismo e lazer, pode-se notar que o município apresenta uma diversidade de recursos hídricos que poderia ser fonte de estratégias de diversificação de sustento, no meio rural. No entanto, a falta de infraestrutura foi considerada o principal gargalo para a exploração da atividade, bem como os impactos da agricultura no município, o que pode prejudicar os locais propícios ao turismo rural.

Quando perguntados sobre pontos fortes do turismo, os entrevistados mencionaram o crescimento do município, a geração de receitas, o incentivo para as famílias permanecerem no campo, bem como o lazer aos turistas. Os entrevistados também afirmaram a importância da participação da comunidade, das instituições (universidades, prefeitura, instituições do estado, ONGs, etc.), bem como dos próprios proprietários rurais para o desenvolvimento do turismo rural, sendo que as instituições e os proprietários rurais podem colaborar na qualificação da comunidade quanto ao turismo rural.

Dentre as principais limitações da pesquisa, pode-se citar a realização de apenas quatro entrevistas, as quais podem não representar uma amostra significativa dos indivíduos envolvidos no turismo, no meio rural. Dessa forma, sugere-se que novos estudos sejam realizados, envolvendo maior número de entrevistados, bem como a realização de entrevistas com turistas em potencial, para avaliar suas exigências e sugestões para o turismo no meio rural.

Finalmente, pode-se entender que o estudo contribuiu para maior compreensão do potencial de recursos hídricos disponíveis no município de Palmeira das Missões-RS, podendo servir de indicativos para o desenvolvimento de políticas públicas, que promovam o desenvolvimento da

atividade, levando-se em consideração outras realidades que exploram, em escala comercial, este atrativo como gerador de riqueza, preservação dos recursos naturais, melhoria da pauta de sustento das famílias rurais, entre outros elementos, que contribuem para o desenvolvimento local e regional.

Referências

AMBAK, M. A.; JALAL, K. C. A. Sustainability issues of reservoir fisheries in Malaysia. *Aquatic Ecosystems of Malaysia: Health, Sustainability and Management*, v. 9, n. 2, abr./jun. 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS [ANA]. O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos. *Cadernos de Recursos Hídricos*. Brasília: DF, maio de 2005. Disponível em: <www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20Lazer.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

ANA. Agência Nacional de Recursos Hídricos. 2006. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/mapainicial/pgMapaJ.asp>>. Acesso em: 29 set. 2006.

AZEVEDO, R. M. M.; RODRIGUES, C. G. O. Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 131-145, ago. 2015.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*. Great Britain: Elsevier Science, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo rural: orientações básicas*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em: 7 set. 2016.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O Turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: Edusc. 2000.

CHEN, C. M. Role of tourism in connecting Taiwan and China: assessing tourists' perceptions of the Kinmen-Xiamen links. *Tourism Management*, v. 31, n. 3, p. 421-424, 2010.

EADINGTON, W. R.; V. L. SMITH. The Emergence of Alternative Forms of Tourism. In: *Potentials and Problems in Development of Tourism*, p. 37-51. Philadelphia PA: University of Pennsylvania Press, 1992.

ECHTER, C. M. Entrepreneurial training in developing countries. *Annals of Tourism Research*, v. 22, p. 119-134, 1995.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p. 1-38, Oct. 1998.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Avaliação de Impacto Ambiental de atividades em estabelecimentos familiares do Novo Rural. *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento*, Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

FENNELL, D. A.; WEAVER, D. B. Vacation Farms and Ecotourism in Saskatchewan, Canada. *Journal of Rural Studies*, v. 13, n. 4, p. 467-475, 1997.

FLEISCHER, A. Incentive Programs for Rural Tourism in Israel Tool for Promoting Rural Development. In: CHANGE, P.; SHEFER, D. (Ed.). *Regional development in an age of structural economic*. Aldershot: Ashgate, 1999. p. 97-110.

FLEISCHER, A.; FELSENSTEIN, D. Support for rural tourism does it make a difference? *Annals of Tourism Research*, v. 27, n. 4, p. 1007-1024, 2000.

GOVEIA, E.F.; TCHMOLO, M. L.; TROG, S. F. Turismo no meio rural: um estudo da demanda na propriedade Chácara Sant'Ana no município de Campo Magro/PR. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 8., 2014, Foz do Iguaçu/PR. *Anais ... Forz do Iguaçu*, 2014

GUYER C.; POLLARD J. Cruise Visitor Impressions of the Environment of the Shannon–Erne Waterways System. *Journal of Environmental Management*, n. 51, p. 199-215, 1997.

HUDSON, B. J. Waterfall resources for tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 25, n. 4, p. 958-972, 1998.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431370>>. Acesso em: 4 set. 2016.

KITAMURA, C. P.; QUEIROZ, J. F. de; LOPES, R. B.; CASTRO Jr. F. G. de; BOYD, C. E. Environmental and Economic Assessment of Fee-Fishing in São Paulo State, Brazil. *Journal of Applied Aquaculture*, v. 12, n.4, p. 23-41, 2002.

LANGE A.; PIORR, A.; SIEBERT, R.; ZASADA, I. Spatial differentiation of farm diversification: How rural attractiveness and vicinity to cities determine farm households' response to the CAP. *Land Use Policy*, v. 3, n. 2, p. 136-144, 2012.

LIU, C. H. S.; CHOU, S. F. Tourism strategy development and facilitation of integrative processes among brand equity, marketing and motivation. *Tourism Management*, v. 54, p. 298-308, June 2016.

NILSSON, A. Staying on farms: an ideological background. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.

ORAMS, M. B. Towards a more desirable form of ecotourism. *Tourism Management*, v. 16, n. 1, p. 3-8, 1995.

PADILHA, A. C. M. *A estratégia de diversificação de sustento rural e a dinâmica da capacidade absorptiva no contexto do turismo rural*: proposição de estrutura de análise. 2009. 255 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre, 2009.

PADILHA, A. C. M. PADILHA, A. C. M.; AZEVEDO, J. B.; WITTMANN M.L.; DOCENA, L.T.; FAGUNDES, P. M. Avaliação da exploração dos recursos hídricos no turismo rural: um estudo empírico no Município de Carazinho-RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2010, Ponta Grossa/PR. *Anais ...* Ponta Grossa: 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES. 2016. Disponível em: <<http://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/>> Acesso em: 4 set. 2016.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. *World Development*, v. 29, n. 3, p. 395-409, 2001.

SHARPLEY, T; VASS, A. Tourism, farming and diversification: An attitudinal study. *Tourism Management*, v. 27, n. 5, p. 1040-1052, 2006.

SILVA, G. J. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SILVA, M. A. C.; SOUZA, M. Motivações e benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para os empreendedores e a comunidade rural: o caso do projeto viva ciranda e roteiro caminhos rurais. *Revista Turismo – Visão e Ação*, v. 17, n. 3, p. 630-657, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

WALLACE G. N., PIERCE, S. M. An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, v. 23, n. 4, p. 843-873, 1996.

WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]. *Why tourism? Tourism – an economic and social phenomenon*. 2016. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>> Acesso em: 7 set. 2016.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

32

Quem são os migrantes provenientes da conhecida “Pérola das Antilhas” – o Haiti, na cidade média de Caxias do Sul, a “Pérola das Colônias”, no Sul do Brasil?

Vania Beatriz Merlotti Herédia*
Isaías Klipp**

Resumo: O presente artigo pretende traçar as características dos migrantes provenientes da recente migração haitiana para o Brasil, assim como procura identificar como têm se inserido na cidade de Caxias do Sul. O Haiti, conhecido pela repercussão mundial, em 2010, devido à catástrofe natural que assolou o país, expulsou de forma espontânea muitos de seus conterrâneos que buscaram abrigo e refúgio no Brasil. A pesquisa utiliza como referência autores como Olga Maria Becker (1997), Paul Singer (1980), Abdelmalek Sayad (1998), Ambrosini (2011) e Patarra (2006). O estudo exploratório é de natureza qualitativa e contou com os dados obtidos pelo Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), cujos registros referem-se aos migrantes que procuraram aquele serviço. A amostra da pesquisa é constituída por 364 migrantes haitianos que procuraram o CAM em 2015. O estudo evidencia os motivos pelos quais os haitianos saíram da Pérola das Antilhas e escolheram viver na ex-Pérola das Colônias, e as dificuldades que enfrentam na inserção econômica em Caxias do Sul.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Haitianos. Deslocamentos populacionais.

Introdução

A Cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, tem recebido fluxos migratórios internacionais desde pelo menos 2010. A presença de fluxos internacionais, como os que provieram do Haiti e do Senegal, é evidente nesta cidade, que se destaca pelo recebimento de contínuos fluxos migratórios. O Haiti conhecido pela repercussão mundial em 2010, devido à catástrofe natural que assolou o país, expulsou de forma espontânea muitos de seus conterrâneos que buscaram abrigo e refúgio no Brasil. Dessa forma, este estudo tem como objetivo traçar o perfil dos migrantes haitianos que procuraram o CAM em 2015, com a finalidade de buscar auxílio para sua

* Doutora em História pela *Università degli Studi di Genova*. Professora titular na Universidade de Caxias do Sul. <<http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>>. E-mail: vbmhered@ucs.br

** Acadêmico de Filosofia na UCS. Bolsista CNPq. <<http://lattes.cnpq.br/9646564795963821>>.

integração na economia da cidade. Para entender esse fluxo, é necessário estudar a história do Haiti atual, para verificar os motivos da migração que perpassam as catástrofes naturais, bem como as condições atuais de pobreza em que se encontra a população daquele país.

O estudo utilizou como referência o conceito de mobilidade em Becker (1997, p. 323), que define a migração como uma “mobilidade espacial da população”. Essa autora parte da concepção de que aquele que se desloca afeta as diversas relações existentes, seja na produção, seja no meio ambiente no local que o recebe.

Nesse sentido, o estudo se apropriou também do conceito de Sayad (1998), quando o mesmo diz que a migração traz em si mesma uma contradição que se expressa na situação que o migrante vive entre o estado provisório e a condição de permanência. Esse estudioso mostra que essas representações podem ajudar a entender o sentimento daquele que migra em relação à situação que se depara no processo de deslocamento. O provisório que pode durar toda uma existência e o duradouro, que pode representar a aceitação e o sentimento de inserção na sociedade, principalmente para aqueles que não conseguem visualizar o retorno como se aquela decisão fosse realmente permanente. Sayad (1998, p. 46) coloca ainda que “a condição de migrante impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente” e que essa ilusão pode se movimentar para um lado como para o outro. Entretanto, chama a atenção que para cada agente a percepção sobre a condição de migrante é distinta, ou seja, para os migrantes a percepção pode se dar de uma forma, para a sociedade de origem de outra e, para a sociedade de destino, as normas podem ser alteradas à medida que não o reconhece como a um igual. Essa ponderação feita por Sayad evidencia que os estatutos criados para aqueles que migram dependem da sociedade que recebe, mas também da sociedade de origem. Historicamente, os fenômenos migratórios para alguns países sempre foram um bom negócio. Isso significa que,

[...] enquanto a expansão econômica, grande consumidora de imigração, precisava de uma mão de obra imigrante permanente e sempre mais numerosa, tudo concorria para assentar e fazer com que todos dividissem a ilusão coletiva que se encontra na base da imigração. (SAYAD, 1998, p. 46).

Entretanto, com a globalização e com as mudanças nos processos produtivos, houve uma alteração nas formas de produção e nas remessas financeiras internacionais. A nova geopolítica, a partir da última década do século XX, agudiza a desigualdade social e, conseqüentemente, a nova divisão internacional do trabalho afeta a economia mundial. As conseqüências entre os países centrais e periféricos são evidentes e dentro das próprias periferias as conseqüências dessas alterações são visíveis.

A globalização trouxe uma forte presença do neoliberalismo como ideário principal e o processo migratório tem ocorrido principalmente dentro desse quadro estrutural, onde os países mais afetados promovem deslocamentos mais acentuados, caracterizados pela desigualdade. Santos (2005) postula que as transformações no sistema econômico mundial foram marcadas pelo:

[...] aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional, etc. (2005, p. 26).

Nessa direção, Patarra (2006) coloca que “[...] acontecimentos como o de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e sua estratégia militar preventiva iniciada com a guerra do Iraque, os conflitos do Oriente Médio, as tensões entre comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa”. estimularam reações permeadas pelo racismo e pela xenofobia. Essas reações acabam se ampliando nas manifestações que ocorrem em todo o mundo, e os migrantes acabam se tornando alvo de conflitos pela condição que assumem como provisórios onde estão.¹ Patarra (2006) destaca que os eixos que norteiam os “[...] acordos para o delineamento de políticas migratórias internacionais tendentes a privilegiar a migração temporária e o retorno de remessas e direitos humanos poderão representar um avanço na

¹ Patarra (2006) relembra o discurso feito no I Fórum Social das Migrações que ocorreu em Porto Alegre em 2005 quando Robert Kurz discursa sobre as migrações internacionais partindo de “uma relação causal entre migrações, guerras de ordenamento mundial e barbárie nos limites históricos do moderno sistema produtor de mercadorias”.

governabilidade dos movimentos internacionais e no interesse dos grupos sociais envolvidos”. Essa afirmação traz à tona a necessidade de uma regulamentação sobre o fenômeno e como os países de origem esperam de seus migrantes remessas que sustentarão a família e provocarão circulação financeira.

No estudo utilizou ainda a classificação de cidades médias, proposto por Amorin Filho e Serra (2001, p. 9), quando os mesmos afirmam que existe um dinamismo demográfico em cidades médias, devido às condições que as mesmas oferecem aos que chegam já que conseguem absorver de forma mais efetiva o contingente de mão de obra migrante. Esses autores ainda destacam que as cidades médias possuem “[...] interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior”. (2001, p.9). Nesse raciocínio, Caxias do Sul, como polo industrial, tem uma história marcada pela presença das migrações internas e as características que esses autores utilizam para classificá-la são pertinentes à sua evolução econômica.

Dessa forma, o estudo foi dividido em dois momentos e traz para a discussão quem são os haitianos que chegaram a Caxias do Sul em 2015 e, num segundo momento, as dificuldades que enfrentaram para se inserir na economia desta cidade média.

A presença migratória na cidade média

A cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, data sua formação no século XIX, com a vinda de imigrantes italianos, incentivados pelo governo imperial, visto a política de colonização e imigração daquele período no Sul do país. A cidade que se tornou um dos polos industriais do Brasil é marcada pela presença de fluxos migratórios, provenientes de localidades próximas, municípios e estados vizinhos. Entretanto, desde 2010, começou a mudar esse panorama, devido à presença de fluxos migratórios internacionais, provenientes de outros países, como é o caso do país caribenho, uma vez conhecido como *Pérola das Antilhas*, o Haiti.

Essa cidade, localizada na *Serra gaúcha*, conhecida como *Pérola das Colônias*, desde sua formação econômica tem sofrido os efeitos dos processos

migratórios distintos. A ocupação do território no século XIX, a formação da colônia, do município e da cidade sempre foi marcada pela presença de fluxos migratórios. Na fase inicial, a ocupação foi feita por migrantes europeus que se beneficiaram da política de colonização agrícola no estado. Nas fases seguintes, seja a fase comercial, seja a industrial, a mão de obra derivou de migrações internas, cujo interesse era viver e trabalhar na sede da colonização italiana, no Rio Grande do Sul. Vindos de localidades próximas e vizinhas, que se caracterizam como migrações de porte intramunicipal, tornaram-se mão de obra para as atividades primárias, com destaque no beneficiamento de produtos como uva, milho, trigo e nas atividades extrativas como as madeireiras. Na metade do século XX, nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubischek (1955-1959) e João Goulart (1961-1964), que adotaram o modelo de substituição às importações, a cidade de Caxias do Sul cresceu na sua capacidade industrial, o que promoveu um forte êxodo rural, fazendo com que a causa das migrações daquele período fosse a busca de trabalho na cidade que demonstrava pujança e prosperidade.

Nessa caminhada, devido ao sucesso do seu rápido florescimento comercial e industrial, na segunda metade do século XX, Caxias do Sul foi reconhecida como “Área Metal Mecânica do Estado do Rio Grande do Sul”. Essa denominação, atribuída por Synval Guazelli, no período do seu governo, favoreceu a sua expansão pelos benefícios gerados por essa legislação, o que a tornou conhecida como o segundo polo metalomecânico do estado e um dos polos industriais mais importantes do país.

A cidade conta com uma população de 474.853 habitantes (IBGE 2015), unidade territorial 1.652,308 km² e um PIB de 16.651.357.000. (FEE, 2012).

A migração haitiana para o Brasil

A fim de responder acerca dos motivos pelos quais os haitianos escolheram o Brasil, ou melhor, Caxias do Sul para o seu destino, foi necessário investigar duas questões: as causas próximas do fluxo que ocorre a partir de 2010 e a segunda que história os haitianos carregavam de sua

pátria, quando imigraram para entender a visão de cultura e de nação que possuem sobre seu país.

A imagem atrelada ao Haiti, devido à catástrofe natural que assolou o país, atingido por sisma de 7.3, na escala Richter, teve repercussão mundial fazendo com que fosse o centro das atenções em 2010 e demonstrasse ao mundo o conjunto de situações adversas da crônica fragilidade sociopolítica em que se encontrava. A intensificação do fluxo migratório, entre Haiti e Brasil tem início em 2009, somado ao abalo sísmico do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010. O desastre natural que tem acento na capital, Porto Príncipe, onde é registrada a maior magnitude sísmica, contabiliza, em dados oficiais do governo haitiano, “um número de 217 mil mortos em 2010, dados que se atualizam hoje em a uma aproximação de 316 mil pessoas mortas”. (CENTRO DE PESQUISAS GEOLÓGICAS DOS EUA – USGS).

Patarra e Fernandes (2011) chamam a atenção que, desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não recebia um número tão elevado e “expressivo de imigrantes”. (2011, p. 85). Além do que, segundo Alcântara (2014), “[...] a América Latina, no geral, se apresentava, há três décadas atrás, como um destino não muito relevante entre as opções migratórias haitianas”. (1983, p. 22).

De acordo com Fritz (2016),² a migração em massa, que ocorreu a partir de 2010, é algo de fato novo para a população haitiana, que tinha antes, como destinos de sua diáspora: Cuba e República Dominicana em 1919, França em 1946, Bahamas em 1956, México em 1957, Estados Unidos em 1959, África em 1962, Região caribenha das Pequenas Antilhas em 1965, Quebec em 1969 e outros países.

O futuro de um Haitiano era antes do terremoto, como dizemos de vinte anos para cá, (...) um pouco crítica [...] Mas depois do terremoto as pessoas perderam aquela que era a esperança de ter um futuro seguro. Então, muda [a maneira de] as pessoas de ver, *lá fora é melhor*.

Tinha pessoas que saíram de vários países, por exemplo, (...) França. Tem muitas famílias lá e lá nos Estados Unidos [tenho] muitos amigos e família.

² Jean Fritz é vice-presidente da Associação de Haitianos em Caxias do Sul. A citação refere-se à palestra realizada no Núcleo de Estudos Migratórios (UCS) e Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), intitulada: – *As dificuldades dos Haitianos no Sul do Brasil*, ocorrida em 2016, na Universidade de Caxias do Sul, RS.

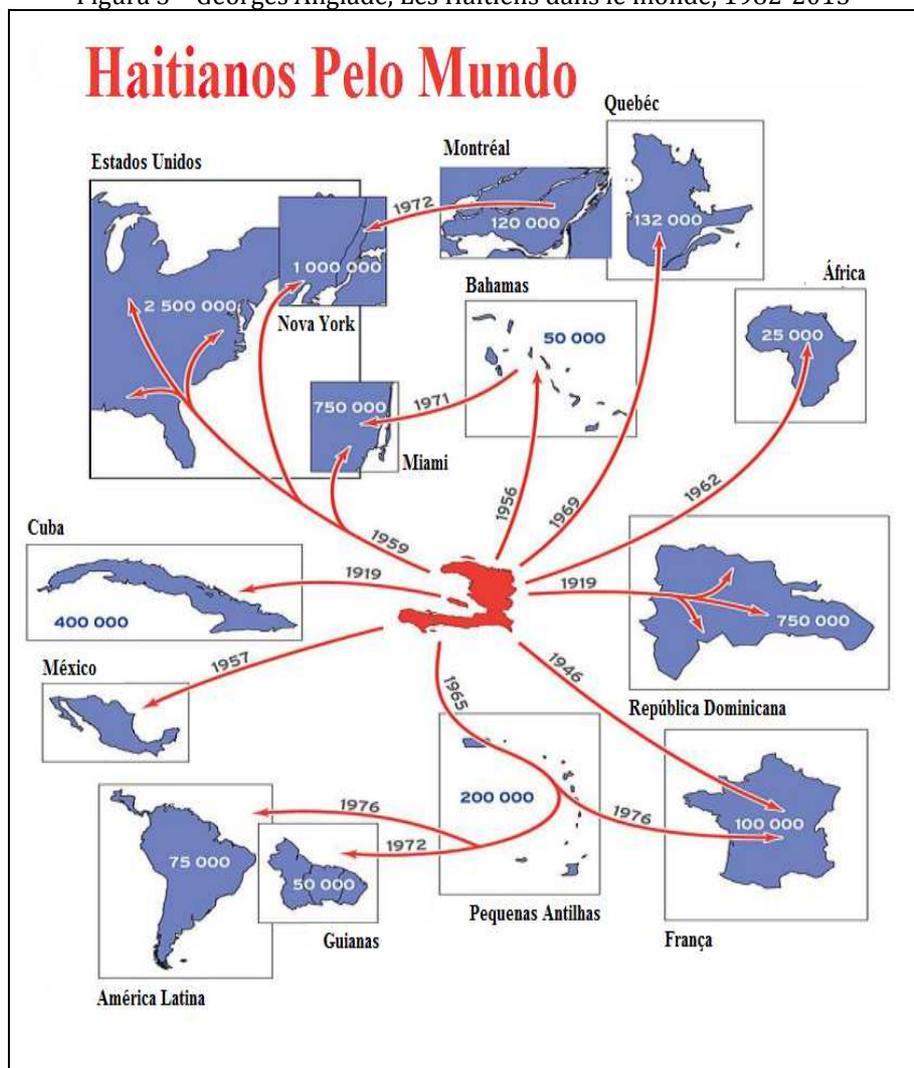
E no Canada [há] muitos. Mas em Brasil ainda não era [...] Não tinha frequentado vim para cá em Brasil, porque achava que era muito longe para vir. Mas a circunstancia depois do terremoto, que então o governo entrou em um acorno, - *pergunta*: né? Para ver se [daria] uma oportunidade para os haitianos. Então, abriram as portas e começaram a entrar. Ainda não tinha como de conseguir o visto desde lá. (FRITZ, 2016).

Para entender a cultura do migrante, é importante identificar que essa população é oriunda do Haiti, situado na bacia do Caribe, um pequeno país que ocupa metade da então ilha Hispaniola (Ilha de São Domingos), batizado assim por Cristóvão Colombo, em 6 de dezembro de 1492, oficialmente reconhecida como colônia francesa, pelo tratado de Ryswick, em 1647.

Além desses dados, a ilha que é também conhecida devido às suas belezas naturais, como La Perle des Antilla (Perola das Antilhas) e se divide em ocupação de território, a qual ocupa um terço respectivo a 75.000 km², contando com 27.750 km² de extensão. Possui como única via fronteiriça, em terra, a República Dominicana, no oeste. Ao que se situa inteiramente no Hemisfério Setentrional (ao norte da Linha do Equador) e no Hemisfério Ocidental (a oeste do Meridiano de Greenwich).

O mapa apresentado na Figura 1 ilustra a diáspora haitiana no mundo, conforme G. Anglade, 1982.

Figura 3 – Georges Anglade, Les Haïtiens dans le monde, 1982-2015³



Fonte: <http://ile-en-ile.org/georges-anglade-les-haitiens-dans-le-monde/> Acesso em: 8 set. 2016.

Os haitianos em Caxias do Sul

A intensificação do fluxo de migrantes, após o terremoto que assolou o pequeno país do Caribe, tem sérias consequências, principalmente quando uma parte de sua população decide migrar. Começam a entrar no Brasil, pelas

³ Fonte Imagem: <http://ile-en-ile.org/georges-anglade-les-haitiens-dans-le-monde/> Acesso em: 8 set. 2016.

vias fronteiriças, particularmente “[...] na região dos municípios da Brasiléia [...] no estado do Acre, na fronteira com a Bolívia, e a na Cidade de Tabatinga [...], no Amazonas, fronteira com a Colômbia e com o Peru”. (ALCANTARA, 2014, p. 36).

Conforme dados obtidos aos registros do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que trabalha em parceria com o Núcleo de Pesquisa sobre Migrações (UCS), a população dos atuais migrantes, que optaram por se estabelecer na cidade, é em sua maioria constituída pelo sexo masculino.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual por sexo de haitianos no Banco do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

Sexo	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Feminino	60	16,48%
Masculino	304	83,52%
Total	364	100%

Fonte: Pesquisa “Migrações internacionais: deslocamentos populacionais”, Caxias do Sul – RS, 2016. Banco de Informações do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Elaboração: Isaías Klipp (Pibic/CNPq) e Lucas Spegiorin Verza (Fapergs).

Conforme Tabela 1, a população constituinte do atual fluxo é predominantemente de migrantes do sexo masculino. Para o qual o percentual de migrantes do sexo masculino é de 83,52%, e o de mulheres de 16,48%. É interessante observar que muitas das mulheres migraram sozinhas e escolheram Caxias por saber que já existia um número considerável de haitianos na cidade. Os dados mostram a realidade da migração que, de forma geral, tem prevalência do sexo masculino no processo migratório. Mesmo assim, o número de mulheres que migram do Haiti é elevado.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual por estado civil no banco do centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Casado (a)	128	35,16%
Separado (a)	7	1,92%
Solteiro (a)	188	51,65%
União estável	24	6,59%
Viúvo (a)	1	0,27%
NI	16	4,40%
Total	364	100%

Observação: NI = Não Informado

Fonte: Pesquisa “Migrações internacionais: deslocamentos populacionais”, Caxias do Sul – RS, 2016. Banco de Informações do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Elaboração: Isaías Klipp (Pibic/CNPq) e Lucas Speggorin Verza (Fapergs).

Dos haitianos registrados no CAM, 51,65% são solteiros, 35,16% casados, 6,59% união estável, 1,92% separados e 0,27% viúvos. A situação dos solteiros evidencia que o deslocamento é mais simples, uma vez que migrar com a família implica maiores gastos e também reponsabilidades que a inserção coloca o migrante no momento da chegada. Entretanto, o número de casados também é considerável, o que mostra a necessidade de sustento da família por parte dos mesmos. Nem todos os casados possuem seus cônjuges no Brasil. Muitos deixaram familiares no Haiti e vieram com a intenção de trabalhar e enviar recursos para manter a família.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual por grau de instrução dos haitianos no banco do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

GRAU DE INSTRUÇÃO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Analfabeto (a)	1	0,27%
Ensino Fundamental incompleto	93	25,55%
Ensino Fundamental completo	37	10,16%
Ensino Médio incompleto	105	28,85%
Ensino Médio completo	92	25,27%
Ensino Superior incompleto	14	3,85%
Ensino Superior completo	13	3,57%
Não Informado	9	2,47%
Total	364	100%

Fonte: Pesquisa “Migrações internacionais: deslocamentos populacionais”, Caxias do Sul – RS, 2016. Banco de Informações do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Elaboração: Isaías Klipp (Pibic/CNPq) e Lucas Speggorin Verza (Fapergs).

Quanto à escolaridade, constata-se que o grau de escolaridade não é baixo, uma vez que 25,27% possuem Ensino Médio completo e 28,85% incompleto. O que mais chama a atenção é que o analfabetismo é baixo. Isso mostra que é uma mão de obra capacitada para o trabalho. Nas entrevistas realizadas com os haitianos, os mesmos registram a dificuldade que encontraram no Brasil de habilitar os diplomas trazidos da pátria. Sem a validação, não conseguem trabalho adequado ou não conseguem provar sua titulação. O mesmo serve para os documentos de habilitação ou de algumas especialidades que possuem, e que o governo brasileiro não confere o título correspondente.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual por situação de trabalho no banco do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

Situação de trabalho	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Autônomo (informal ou irregular)	2	0,50%
Desempregado	159	43,70%
Empregado	174	47,80%
NI	29	8,0%
Total	364	100%

Fonte: Pesquisa “Migrações internacionais: deslocamentos populacionais”, Caxias do Sul – RS, 2016. Banco de Informações do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Elaboração: Isaías Klipp (Pibic/CNPq) e Lucas Spegiorin Verza (Fapergs).

Os dados registrados apontam que o percentual dos empregados e dos desempregados é muito próximo, apesar de o número de empregados ser maior. Isso mostra que a migração haitiana é uma migração laboral, marcada pela busca de melhores condições de vida do que tinham no país de origem. Levando em consideração a destruição pela qual o país passou e pelas áreas de proveniência, percebe-se que o trabalho é a condição que garante a sua sobrevivência e a possibilidade de ajuda para aqueles que permaneceram no Haiti.

A reclamação em relação a essa variável é que esperavam estar protegidos por este trabalho, mas essa garantia não existe no sistema de produção nem para os migrantes nem para os nativos.

Tabela 5 – Distribuição absoluta e percentual por etnia no banco do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

Etnia	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Negra	289	79,40%
Parda	4	1,10%
NI	71	19,51%
Total	364	100%

Fonte: Pesquisa, “Migrações internacionais: deslocamentos populacionais”, Caxias do Sul – RS, 2016. Banco de Informações do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Elaboração: Isaías Klipp (Pibic/CNPq) e Lucas Speggorin Verza (Fapergs).

Os dados referentes à distribuição étnica, obtida pelo Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), mostram que o percentual de negros é de 79,40% e 1,10% de pardos. Vale lembrar que, no Haiti, segundo relatório publicado pela FUNAG (2007), existem duas elites, uma política e outra econômica. Sendo “[...] a elite política [...] principalmente negra e proveniente da classe média. [...] A econômica é composta por mulatos e por um grupo reduzido de brancos”. Estima-se, ademais, com o último levantamento estatístico que a população seja “[...] composta por 95% de negros, 4,95% de mulatos e 0,15% de brancos”. (2007, p. 162).

Já quanto à religião, o povo haitiano é majoritariamente constituído por cristãos. O “Voodoo”, segunda religião oficial seguida pelo catolicismo romano é de 2,1%, para demais denominações o percentual é de 2,1% e 10,2% para aqueles que não professam nenhuma religião ou ligação a culto e/ou ordem de crença ou credo.

Considerações finais

O tema acerca das migrações internacionais é recente e possui relevância social quando o assunto está nas agendas públicas nacionais e internacionais. As implicações sociais geradas pelos deslocamentos populacionais preocupam a sociedade e seus governos, uma vez que envolvem populações que precisam de atendimento e não podem ficar à margem, pelo fato de alguns negarem assistência.

A polêmica que gera o tema remete à falta de conhecimento histórico por parte das populações envolvidas, o que demonstra que nem a população que recebe nem a população que se desloca conhecem bem suas origens sociais. A falta desse conhecimento implica conflitos que são provocados pelos deslocamentos. É quase impossível acreditar que aquele que migra desconheça a história do país que escolheu para o seu destino e aquele que recebe desconheça a necessidade do outro que sofre o deslocamento. Essas situações geram uma série de paradoxos que, em muitas situações, se encerram em conflitos baseados na discriminação racial, no preconceito e na diferenciação social.

A globalização, quando vendeu um discurso de bem-estar social, alertando para os benefícios de um mundo globalizado, no compartilhamento das tecnologias e na nova divisão internacional do trabalho, evitou de tratar das consequências para aqueles que ficassem fora dessa proposta. Como diz Santos (2005), a relação entre países ricos e pobres aumentaria a desigualdade social, quando os movimentos começassem a ocorrer em número pelo fato de as populações fugirem da miséria, da pobreza, da falta de emprego, das guerras e das grandes catástrofes. A situação dos haitianos não escapa a esses argumentos, quando vimos que uma parte da população foi exterminada pelo terremoto e a outra se movimenta em busca de condições de vida que não encontra no lugar de origem.

A escolha do Brasil, num momento positivo de sua agenda econômica, foi para muitos uma alternativa. Apesar de desconhecerem a geografia brasileira, principalmente a econômica, o movimento aconteceu e foi o local de escolha de muitos migrantes haitianos. Como diz o texto, os haitianos preferiam outros destinos antes do terremoto, mas em 2010, o Brasil passou a ser uma opção, entre outras.

A distribuição por parte dos migrantes haitianos, no Estado do Rio Grande do Sul, que buscaram os serviços do CAM mostra que a cidade de Caxias é a que apresenta maior percentual em 2015. Fica registrado que as migrações recentes preferem as cidades médias, ao invés das regiões metropolitanas onde já há concentração de força de trabalho.

O estudo mostra que nem todos que vieram para o Sul do Brasil encontraram aquilo que esperavam e que o trabalho desejado foi uma forte

decepção para muitos. A pesquisa registra que um dos problemas é a falta de reconhecimento do(s) diploma(s), que não são reconhecidos no Brasil, inclusive carteiras de habilitação, atestados de cursos e outros documentos. Além dessa dificuldade, o não conhecimento da língua portuguesa tem criado muitos obstáculos para a vida no país. Não apenas nas condições de trabalho, mas na própria inserção na comunidade, ou seja, a ausência de uma comunicação clara e objetiva tem prejudicado a adaptação inicial, o que provoca isolamento. Muitos reclamam que foram enganados sem conseguirem explicar o que havia sido prometido na aceitação do trabalho, no aluguel da casa, na busca de assistência à saúde. Ainda reclamam que não são ajudados pela sociedade e que a mesma os discrimina quando precisam de ajuda. Alguns registros mostram que outras etnias conseguiram melhores resultados do que eles, devido à forma de como se associaram em redes e buscaram soluções em instituições de apoio.

Uma das principais situações que os migrantes enfrentam é a integração, já que se deparam com a concepção de que o território é propriedade dos cidadãos do Estado-Nacional e os que vêm de fora são ilegítimos. Ambrosini e Abbatecola (2009) analisam essa concepção mostrando que, na atualidade, é difícil utilizar o conceito que era usado há duas ou três décadas, em relação à imigração internacional quanto ao processo de assimilação. Dizem que “[...] a velha maneira de olhar para o assimilacionismo normativo tenha caído em descrédito que o torna irrecuperável”. (AMBROSINI; ABBATECOLA, 2009, p. 14). Dizem ainda, quando citam alguns estudos americanos, que o conceito ainda utilizado é visto como “[...] um instrumento descritivo para analisar as transformações que afetam os imigrantes, no curso do tempo e na passagem das gerações para se tornar sempre mais semelhantes a população nativa”. (AMBROSINI; ABBATECOLA, 2009, p. 14). Enquanto aquele que migra tenha que se parecer com aquele que recebe, teremos tempos difíceis, pois a alternativa teria que ser a aceitação e não a negação da diferença.

Referências

ALCÂNTARA, P. I. M. *Novas fronteiras: um olhar sobre a migração haitiana para o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. *Migrazioni e società: una rassegna di studi internazionali*. Milano: Franco Angeli, 2009.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano regional. p. 1-34. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

HERÉDIA, V. B. M. *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/>. Acesso em: 7 set. 2016.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil, um país de imigração? *Revista Internacional em Língua Portuguesa – RILP*, n. 24, p. 65-96, 2011.

SANTOS, B. S. S. *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEITENFUS, R. A. S. *Haiti: a soberania dos ditadores*. Porto Alegre: Só Livros, 1994.

33

Razão ótima e efetividade de *hedge* do boi gordo, no Estado do Rio Grande do Sul

Jayme Tolpolar Anchante*
Janderson Damaceno dos Reis**
Viviani Silva Lirio***

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo o cálculo da razão e efetividade de *hedge* do boi gordo para o Estado do Rio Grande do Sul e praças selecionadas para o período 2010-2016. A bovinocultura é um setor relevante para a economia local e nacional. Apesar disso, não existem trabalhos em mercados futuros para o estado. Para calcular a razão de *hedge*, utilizaremos a abordagem da variância mínima via Mínimos Quadrados Ordinários. A série de preços à vista, recebidos pelos produtores gaúchos, foi obtida na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul. Já a série de preços futuros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F) foi obtida no Instituto de Economia Agrícola. Os resultados apontaram razões de *hedge* geral negativas para a maioria das praças, com exceção de São Gabriel e Encruzilhada do Sul. Conclui-se, portanto, que a utilização de contratos futuros para os pecuaristas gaúchos pode não ser a mais apropriada para mitigação de risco de preço.

Palavras-chave: Mercados futuros. Boi gordo. Rio Grande do Sul. Razão de *hedge* ótima. Séries temporais.

Introdução

O agronegócio possui um papel extremamente relevante na economia brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio, calculado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), é estimado em um terço do PIB total. Além disso, possui uma dinâmica bastante distinta dos demais setores, pois tem crescido a uma taxa mais elevada que o PIB geral e o da Indústria, sendo também importante para a formação do saldo da balança comercial do Brasil. (GASQUES et al., 2004).

* Graduado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrando em Economia Aplicada do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV). *E-mail:* jayme.anchante@ufv.br

** Professor adjunto no Departamento de Economia Rural e Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV). *E-mail:* janderson@ufv.br

*** Professora adjunta no Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV). *E-mail:* vslirio@ufv.br

Dentro do agronegócio, um subsetor bastante influente é o da bovinocultura. Seu universo pode ser caracterizado como heterogêneo, disperso e de grandeza de proporções, pois quase 46% dos estabelecimentos rurais brasileiros (quase 2,7 milhões), de alguma forma, criavam bovinos, ocupando 55,7% da área agrícola brasileira (dados de 1985). A sua complexidade pode ser percebida, tendo em vista as várias funções deste mercado, pois os bovinos possuem, simultaneamente, o caráter de bens de consumo no mercado de carnes, bens de capital (podendo expandir/retrair a capacidade produtiva), assim como ativos reais, em função de sua liquidez e rentabilidade. (MIELITZ NETTO, 1995).

A história do Rio Grande do Sul, estado de interesse do presente estudo, sempre esteve entrelaçada com a pecuária; assim, uma breve contextualização é apresentada acerca da pecuária gaúcha. Após a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), os primeiros jesuítas se instalaram na região para catequizar a população indígena, criando reduções baseadas nas culturas de subsistência e arrebanhando o gado local. (MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012). No início do século XVIII, houve a articulação regional dos mercados brasileiros com a descoberta de metais preciosos, cabendo ao Rio Grande do Sul o papel de fornecedor de animais de tração (mulas) e gado de corte (para a alimentação dos escravos) para a economia mineira. (FURTADO; IGLÉSIAS, 1959).

No final do século XVIII, o sistema foi marcado pela implantação das charqueadas. No final do século XIX, as imigrações açoriana, alemã e italiana, assim como a implantação dos frigoríficos, marcaram a economia regional, ao consolidar o trabalho assalariado, a agricultura de pequena propriedade e o início de um processo de industrialização. (MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012). Nos anos 1960, com a política de “modernização” da agricultura, foi criado, no âmbito nacional, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e no RS, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), ambos em 1965. (AGUINAGA, 2009).

Recentemente, pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, é possível verificar a sustentação da importância da bovinocultura para o Estado do Rio Grande do Sul como um todo. Ele possui 11,1 milhões de cabeças bovinas, sendo o sexto maior rebanho brasileiro, atrás apenas de Minas Gerais,

estados do Centro-Oeste e do Pará. Já em número de estabelecimentos, o estado ocupa a segunda colocação, com quase 328 mil, atrás apenas de Minas Gerais (IBGE, 2006).

Uma caracterização mais individualizada dos produtores gaúchos pode ser encontrada no trabalho de Aguinaga (2009), que busca traçar um perfil dos pecuaristas da região da Campanha. No grupo dos chamados pecuaristas estacionários/consolidados, a principal atividade é a bovinocultura de corte, com estabelecimentos compostos especialmente por pastagens (mais de 90% da superfície agrícola útil – SAU) e menos de 5% da SAU em lavouras. Este grupo mostrou-se muito dependente de outras fontes de renda (aposentadorias e rendas não agrícolas), tornando-os vulneráveis a oscilações de preço. Os pecuaristas lavoureiros desenvolvem a bovinocultura de corte juntamente com o cultivo de lavouras anuais. Os estabelecimentos possuem 1400/1500 ha, em média, com 65% dedicados a pastagens e 25% a lavouras. Assim, eles possuem menor exposição ao risco de preço, relativamente.

Tanto os pecuaristas brasileiros, em geral, como os gaúchos estão sujeitos ao chamado risco de preço, ou seja, um movimento adverso dos preços do boi na época de safra, o que poderá levar o fazendeiro a não conseguir honrar as obrigações assumidas no início de seu ciclo de produção. Mielitz Netto (1995) destaca que até 1985, os preços do boi gordo comportavam-se de forma cíclica bem definida, porém com as sucessivas intervenções, iniciando com o Plano Cruzado (1986), o mercado da bovinocultura tornou-se instável. A modernização das diversas etapas da produção de bovinos, a partir dos anos 1990, contribuiu para uma maior estabilização dos preços, especialmente diferenças entre safra e entressafra; porém, não acabou inteiramente com as flutuações de preço recebidos pelos produtores. (MIELITZ NETTO, 1995).

Tendo em vista o risco de preço a que os pecuaristas gaúchos estão expostos, dois instrumentos poderiam ser empregados para mitigá-lo: o contrato a termo e o contrato futuro. O contrato a termo consiste em um acordo para se vender/comprar um ativo no futuro por certo preço estipulado na data presente. Sua principal vantagem é a possibilidade de personalizar os termos de acordo com as demandas específicas das partes.

Sua desvantagem é a falta de liquidez deste mercado, pois os termos de determinado contrato podem não servir ao propósito de terceiros, isso faz com que, normalmente, as partes tenham que ficar atreladas ao contrato até a data de exercício. (HULL, 2006).

O contrato futuro surgiu justamente para solucionar o problema de liquidez do contrato a termo. Ao se padronizarem os termos do contrato, como ativo objeto, tamanho do contrato, data de exercício, local de entrega, cotação de preços, limite de oscilação de preços, limite de posição e sendo transacionados em bolsa (mitigando assim o risco de crédito), possibilitou-se maior facilidade em encerrar a posição, além de encontrar uma parte disposta a assumir a outra ponta do contrato. (HULL, 2006).

A maioria dos trabalhos brasileiros sobre gado de corte se concentram geograficamente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Silveira e Ferreira Filho (2003) calcularam a razão de *hedge* do boi gordo e *cross hedge* do bezerro, no período de 1995 a 2001 para praças de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Sousa, Cunha e Wander (2013) calcularam razão e efetividade de *hedge* para Goiás, no período 2002 a 2009. Zilli et al. (2008) calcularam razão de *hedge* para o Centro-Oeste para 2002 a 2007. Assim, o presente trabalho vem preencher esta lacuna na literatura de mercados futuros ao calcular a razão de *hedge* ótima do boi gordo para o Rio Grande do Sul e suas praças. A seguir, exporemos a metodologia empregada no artigo.

Metodologia

A operação de *hedge*, utilizando contratos futuros, envolve trocar o risco de preço pelo risco de base. A base é definida como diferença entre o preço à vista (também chamado de preço *spot*) e o preço do mercado futuro. Diz-se que há um fortalecimento da base quando ela aumenta, ou seja, quando o preço à vista sobe mais que o preço futuro. Opostamente, há um enfraquecimento da base, quando a diferença de preços diminui, ou seja, quando o preço futuro aumenta em relação ao preço *spot*. Denomina-se risco de base as oscilações sofridas pela base, medidas pelo seu desvio padrão. (HULL, 2006).

A razão de *hedge* ótima é o percentual do total da posição no mercado à vista, que deve ser alocado em mercado futuro de forma a minimizar o risco de preço. No presente trabalho, utiliza-se a abordagem da variância mínima (VM), que é detalhada nos parágrafos seguintes. Em linhas gerais, ela afirma que não necessariamente a estratégia de *hedge* completo (cobertura de 100% da posição à vista, em contratos futuros) será a mais eficiente, pois a sua utilização implica trocar totalmente o risco de preço pelo risco de base. Assim, a razão ótima de *hedge* é aquela em que a diversificação do risco entre os mercados à vista (risco de preço) e futuro (risco de base) levará a uma minimização do risco na posição adotada.

Adota-se no presente trabalho a segunda proposição de Myers e Thompson (1989), como metodologia de estimação da razão de *hedge* ótima: a equação única generalizada com forma reduzida. Supondo que o processo de geração das séries de preços à vista e futuro seja do tipo:

$$p_t = X_{t-1} + u_t \quad (1)$$

$$\Delta f_t = v_t \quad (2)$$

Em que p_t é a série de preços à vista e f_t é a série de preços futuros, Δ indicada a primeira diferença de uma série, X é uma matriz de variáveis independentes, u_t e v_t são os erros aleatórios e a covariância de u_t e v_t é não autocorrelacionada. Então, o estimador generalizado de *hedge* ótimo é o mesmo que estimar via Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) o δ da seguinte equação:

$$p_t = \delta \Delta f_t + X_{t-1} + \varepsilon_t \quad (3)$$

Se houver informação *a priori* de que o mercado futuro em questão seja não viesado (ou eficiente), a estimação por MQO dará estimativas de δ com propriedades desejáveis. Podemos ainda simplificar a equação (3), supondo que a matriz X_{t-1} contenha apenas a constante e os valores defasados dos preços à vista e futuro. Neste caso, estimaremos:

$$p_t = \gamma + \delta \Delta f_t + \sum_{i=1}^I \alpha_i p_{t-i} + \sum_{j=1}^J \beta_j f_{t-j} + \varepsilon_t \quad (4)$$

A equação (4) possui um custo marginal zero em relação, pois não necessita de nenhuma informação a mais além da série de preços à vista e futuros, mas pode levar a uma melhor estimação da razão ótima de *hedge* em

relação à regressão do preço à vista sobre o preço futuro diferenciado apenas. Caso haja evidências de que as séries de preços possuam raiz unitária, ou seja, são não estacionárias, a estimação deverá ser feita com ambas as séries em primeira diferença, como:

$$\Delta p_t = \gamma + \delta \Delta f_t + \sum_{i=1}^I \alpha_i \Delta p_{t-i} + \sum_{j=1}^J \beta_j \Delta f_{t-j} + \varepsilon_t \quad (5)$$

A equação (5) é bastante interessante do ponto de vista teórico e prático, pois, caso ambas as séries possuem raiz unitária, a estimação via MQO de (5) dará a razão de *hedge* generalizada, independentemente da eficiência ou ineficiência do mercado futuro.

Nossa estratégia empírica baseia-se na metodologia de três estágios de Box e Jenkins (1976) para séries temporais: identificação, estimação e diagnóstico. No estágio da identificação, deve-se examinar os gráficos das séries temporais, as funções de autocorrelação e as funções de correlação parcial. Na estimação, os possíveis modelos são ajustados e seus coeficientes examinados; o melhor modelo é selecionado. O diagnóstico garante que o modelo tenha resíduos que seguem um processo do tipo ruído branco. Como é um método iterativo, caso o resultado final não seja satisfatório, deve-se retornar ao estágio anterior e continuar o processo até a convergência.

Por se tratar de séries temporais, primeiramente é necessário verificar a condição de estacionariedade dos preços à vista e futuros, antes da estimação da equação (2). Utilizaremos os testes de raiz unitária de ADF de Dickey e Fuller (1981), ADF modificado de Elliot, Rothenberg e Stock (1996) conhecido como ADF-GLS, Phillips-Perron (PHILLIPS; PERRON, 1988) e KPSS de Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin (1992).

Para determinar o número de defasagens a ser utilizado tanto na estimação da equação (5) quanto nos testes de raiz unitária, utilizaremos os modelos que apresentarem os menores critérios de informação de Akaike (1974) e Schwarz (1978):

$$AIC = -2\ln L + 2k \text{ e } BIC = -2\ln L + k\ln N \quad (6) \text{ e } (7)$$

Nas equações acima, AIC refere-se ao critério de Akaike e BIC ao de Schwarz, $\ln L$ é o logaritmo natural da estatística de verossimilhança do modelo, k é o número de parâmetros estimados e N é o tamanho da amostra. Quando os critérios diferirem quanto ao número de defasagens a serem utilizadas, optou-se pelo modelo com menos parâmetros.

Como já é prática consagrada na literatura de *hedge*, incluiremos variáveis *dummy* para períodos de safra e entressafra. A maioria dos trabalhos em *hedge* possui como hipótese a safra ocorrer no primeiro semestre e a entressafra no segundo semestre. Entretanto, alguns estudos para a bovinocultura do Rio Grande do Sul – como Viana, Dorneles e Moraes (2013) e Viana et al. (2015) – apontam uma hipótese distinta de sazonalidade: safra nos meses de março, maio, outubro, novembro e dezembro; e entressafra em janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto e setembro. Assim, a equação que será estimada, caso seja confirmada a presença de raiz unitária em ambas as séries é:

$$\Delta p_t = \gamma + \delta_1 \Delta f_t + D \delta_2 \Delta f_t + \sum_{i=1}^I \alpha_i \Delta p_{t-i} + \sum_{j=1}^J \beta_j \Delta f_{t-j} + \varepsilon_t \quad (8)$$

Em que D é uma variável *dummy* com valor “1”, caso o mês em questão seja de safra, e zero, caso contrário. A razão ótima de *hedge*, durante a safra será igual a “ $\delta_1 + \delta_2$ ” e, durante a entressafra, será apenas “ δ_1 ”. A efetividade de *hedge* diz o quanto de risco foi mitigado quando comparamos um portfólio hedgeado em relação ao sem *hedge*. O presente trabalho utiliza, como medida de efetividade do *hedge*, o coeficiente de determinação da equação (8), também conhecido como “ R^2 ”, que indica a proporção da variância da variável dependente que é explicada pelas variáveis independentes.

Fonte e tratamento dos dados

Os dados dos preços à vista do boi gordo no Estado do Rio Grande do Sul e de suas praças, foram obtidos na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Emater-RS) (2016). Já para os preços futuros, foi utilizada a série disponibilizada pelo Instituto de

Economia Agrícola (IEA, 2016) de preços futuros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F).

A Emater-RS juntamente com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) disponibiliza os preços semanais pagos aos produtores gaúchos (valor de diferentes praças, além da média para o Estado) de diferentes culturas agrícolas. Para o presente trabalho, as praças selecionadas foram Alegrete, São Gabriel, Uruguaiana, Bagé, Cachoeira do Sul, São Borja, Santa Maria, Encruzilhada do Sul, Jaguarão, Júlio de Castilhos, Pelotas, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões, devido à continuidade em que suas informações foram divulgadas (alguns municípios possuíam poucas observações ou eram descontínuas). Estes municípios representam 16,6% do número de cabeças e 5,6% dos estabelecimentos bovinos do estado, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. (IBGE, 2006).

Os dados da Emater-RS são disponibilizados toda sexta-feira, referentes à média aritmética da semana. Em alguns casos, há falta de informação sobre algumas praças em certas semanas (13 observações). Para preencher estas lacunas, foi feita uma média aritmética do preço da semana anterior e posterior da semana faltante. Portanto, a série de preços à vista possui informação sobre 181 semanas.

A série de preços futuros possuía algumas lacunas nas semanas de fim e início de ano. Não há informações sobre a última semana de 2013, primeira e última semanas de 2014, primeira semana de 2015 e de 2016. Assim, estas datas foram excluídas da nossa análise. A base final possui dados sobre 14 praças – a média do Estado do Rio Grande do Sul e 13 municípios – ao longo de 177 semanas, de janeiro de 2013 a meados de 2016, totalizou 2.478 observações.

De forma a unificar ambas as séries de preços, foram realizados alguns ajustes. Os preços divulgados pela Emater-RS são cotados em R\$/kg vivo, já os preços futuros da BM&F em R\$/arroba de carcaça. Assim, transformaram-se os preços do RS em arroba, multiplicando-se por 15. Como o peso vivo refere-se ao peso total do bovino (total pesado na balança) e o peso da carcaça somente à carne e ao osso, utilizando-se uma taxa de rendimento de 55%, ou seja, multiplicou-se a série da Emater-RS por 2.23. Os preços recebidos pelos produtores gaúchos possuem prazo de pagamento de 20 a 30

dias (usou-se a média de 25 dias), assim para obter o valor à vista utilizou-se a metodologia do Cepea, descontando o valor à prazo pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) levantados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) (2016).

Resultados

Todos os resultados apresentados no presente trabalho foram estimados utilizando o *software* de estatística Stata/SE 11, StataCorp (2009). Primeiramente, realizamos os testes de estacionariedade ADF, ADF-GLS, Phillips-Perron e KPSS. Como o pacote Stata não possui o teste KPSS instalado, foi utilizado um arquivo escrito por usuários do programa para a implementação de Baum (2006). Os três primeiros testes mencionados possuem como hipótese nula a série conter uma de raiz unitária contra a hipótese alternativa de que as séries foram geradas por um processo estacionário. Já o teste KPSS possui como hipótese nula a de que a série é estacionária ao redor de uma tendência determinística. O número de defasagens a ser utilizado foi dado pelo teste ADF-GLS que, automaticamente, já apresenta com base nos critérios de informação AIC e BIC.

As séries de preços – futuro e à vista do Rio Grande do Sul e de suas 13 praças – aparecem na primeira coluna da Tabela 1. A seguir aparecem os quatro testes de raiz unitária em nível e em primeira diferença. O valor das estatísticas aparece em módulo, a defasagem selecionada aparece em parênteses no teste ADF-GLS, e os asteriscos referem-se ao nível de significância usual na literatura (“*” significativo a 10%, “**” a 5% e “***” a 1%):

Tabela 1 – Testes de raiz unitária ADF, ADF-GLS, Phillips-Perron e KPSS em nível e em primeira diferença para as séries de preços futuros e à vista

Preços	Em nível				Primeira diferença			
	ADF	ADFGLS	Phillips-Perron	KPSS	ADF	ADFGLS	Phillips-Perron	KPSS
Futuros da BM&F	2,71	2,74(1)*	2,24	1,17***	8,64***	8,14***	9,65***	0,04
RS	4,52***	4,18(3)***	2,31	0,31***	4,52***	4,19(1)***	7,73***	0,08
Alegrete	2,76	2,53(1)	2,94	0,49***	9,87***	8,94(1)***	14,41***	0,03
São Gabriel	3,06	2,83(1)*	2,79	0,43***	8,22***	7,25(1)***	11,72***	0,03
Uruguaiiana	2,49	2,18(1)	2,57	0,44***	8,64***	7,49(1)***	13,11***	0,06
Bagé	2,64	2,53(1)	2,67	0,79***	9,72***	9,38(1)***	13,35***	0,04
Cachoeira do Sul	3,01	2,93(1)	2,56	0,49***	5,55***	5,15(2)***	10,12***	0,03
São Borja	3,2*	2,88(1)*	3,51**	0,32***	9,69***	9,36(1)***	15,25***	0,28
Santa Maria	2,63	2,54(1)	2,48	0,45***	8,36***	7,95(1)***	11,92***	0,04
Encruzilhada do Sul	3,05	2,91(1)	3,03	0,49***	8,79***	8,43(1)***	13,13***	0,03
Jaguarão	2,61	2,39(1)	2,75	0,78***	7,1***	5,65(2)***	14,93***	0,04
Júlio de Castilhos	2,82	2,48(1)	2,75	0,36***	6,39***	5,43(2)***	13,15***	0,04
Pelotas	3,67**	3,38(1)**	3,96**	0,28**	5,21***	4,53(6)***	15,25***	0,02
Lagoa Vermelha	3,35*	3,02(1)**	3,85**	0,36***	10,33** *	8,85(1)***	16,73***	0,02
Palmeira das Missões	2,93	2,64(1)	2,91	0,37***	9,05***	8,76(1)***	12,89***	0,03

Nível de significância: * indica significativo a 10%, ** significativa a 5% e *** significativo a 1%. O número entre parênteses refere-se à defasagem escolhida, de acordo com o menor critério de informação do teste ADF-GLS.

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Vemos que a maioria das séries são não estacionárias pelos níveis de significância dos testes, exceto a média do estado, São Borja, Pelotas e Lagoa Vermelha. No caso destas últimas séries citadas, como os resultados não foram corroborados por todos os testes ou a raiz unitária, não foi rejeitada a 1% por eles, optamos pela prática usual da literatura de diferenciá-las para um resultado mais conclusivo.

Em primeira diferença, todos os testes rejeitaram a hipótese de raiz unitária ao menor nível de significância e o teste KPSS não rejeitou a hipótese de estacionariedade. Assim, podemos afirmar que todas as séries são estacionárias em sua primeira diferença.

Após a confirmação da existência de raiz unitária nas séries de preços e a primeira diferenciação delas, podemos proceder para a estimação da equação (8) para as praças gaúchas. A primeira coluna da tabela 2 apresenta as praças selecionadas do Rio Grande do Sul. A segunda e terceira colunas apresentam as razões ótimas de *hedge*, nos períodos de safrá e entressafra. A

quarta coluna apresenta o número de defasagem selecionado de acordo com o critério de informação mais parcimonioso, tendo em vista a presença de autocorrelação dos resíduos. A última coluna apresenta a efetividade do *hedge*:

Tabela 2 – Razão ótima e efetividade de *hedge* do boi gordo no Rio Grande do Sul (2013-2016)

Praças	Razão (safra)	Razão (entressafra)	Defasagem selecionada	Efetividade
RS	-0,2	-1,05	4	32,63
Alegrete	5,09	-22,32	4	2,9
São Gabriel	15,57	2,79	5	6,25
Uruguaiana	-8,64	-34,39	0	1,9
Bagé	9,3	-23,74	0	0,81
Cachoeira do Sul	-17,99	-13,74	1	7,29
São Borja	-32,07	-19,47	1	3,83
Santa Maria	-2,62	-25,78	4	4,02
Encruzilhada do Sul	0,39	28,17	0	0,72
Jaguarão	-16,63	-1,2	4	4,4
Júlio de Castilhos	-6,51	-36,48	3	3,15
Pelotas	39,25	-10,02	5	7,61
Lagoa Vermelha	-1,24	-65,95	1	7,83
Palmeira das Missões	-15,4	-9,49	0	3,67

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2016).

Ao contrário do normalmente encontrado na literatura, em mercados futuros, foram encontradas razões ótimas de *hedge* negativas para a maioria das praças gaúchas, inclusive a média geral do estado. Apenas as praças de São Gabriel e Encruzilhada do Sul apresentaram razões positivas durante o ano todo, enquanto Alegrete, Bagé e Pelotas apresentaram razões positivas durante os períodos de safra. A interpretação das razões ótimas pode ser realizada da seguinte maneira: um bovinocultor de São Gabriel, por exemplo, durante o período de safra deve posicionar 15,57% de sua posição à vista no mercado futuro e 2,79% durante na entressafra. Razões de *hedge* negativas significam que o pecuarista teria um risco menor de seu portfólio, caso não entrasse no mercado futuro, ou seja, estivesse totalmente exposto ao risco de preço sem proteção no mercado futuro.

Em relação à efetividade do *hedge*, mesmo as praças de São Gabriel e Encruzilhada do Sul, que apresentaram razões positivas, possuem pequena efetividade: 6,25 e 0,72%, respectivamente. Podemos interpretar este

resultado da seguinte maneira: um bovinocultor de Encruzilhada do Sul, por exemplo, que posicionar 0,39% de sua posição à vista em futuros, durante a safra e 28,17%, durante a entressafra, possuirá um risco de preço 0,72% menor que um bovinocultor que não possuir posição no mercado futuro.

Considerações finais

Ao contrário da maioria dos trabalhos em mercados futuros, que se concentram no eixo Sudeste/Centro-Oeste, o presente estudo oferece uma primeira estimativa das razões, e respectivas efetividades, de *hedge* do boi gordo para o Rio Grande do Sul e para algumas praças selecionadas, considerando período de 2013 a 2016.

Utilizando os dados de preços recebidos pelos produtores obtidos junto à Emater-RS e o preço futuro da BM&F, foi estimado o modelo de razão ótima de *hedge* já consagrado na literatura, baseado em Myers e Thompson (1989). Os resultados apontam razões de *hedge* negativas para a maioria das praças selecionadas e baixas efetividades.

Apenas duas praças, São Gabriel e Encruzilhada do Sul, possuíram razões de *hedge* positivas, durante os períodos de safra e entressafra. Isto pode ser um forte indicativo de que os contratos futuros possam não ser a melhor forma de mitigação do risco de preço para a região e o período analisados. Algumas soluções poderiam ser o uso de contratos a termo e/ou opções sobre ativos ou sobre os contratos futuros de boi gordo.

Conclui-se, portanto, que a utilização de contratos futuros para os pecuaristas gaúchos pode não ser apropriada, exceto para os municípios de São Gabriel e Encruzilhada do Sul. Entretanto, devemos ressaltar que o presente estudo é apenas uma aproximação inicial das razões ótimas e efetividades do *hedge*. Para uma estimação mais robusta, a utilização de uma base de dados mais completa (tanto para mais municípios relevantes, como Santana do Livramento e Dom Pedrito) e o emprego de métodos mais sofisticados de estimação, que a regressão linear múltipla, tais como métodos de cointegração, variância condicional, poderiam melhorar a eficiência das razões de *hedge* calculadas para o Rio Grande do Sul. O presente artigo poderá servir de base para futuras pesquisas.

Referências

- AGUINAGA, A. J. Q. *Caracterização de sistemas de produção de bovinos de corte na região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul*. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- AKAIKE, H. A new look at the statistical model identification. *Automatic Control, IEEE Transactions*, v. 19, n. 6, p. 716-723, 1974.
- BAUM, C. F. KPSS: Stata module to compute Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin test for stationarity. *Statistical Software Components*, 2006.
- BOX, G.; JENKINS, G. *Time Series Analysis, Forecasting, and Control*. San Francisco: Holden Day, 1976.
- CETIP. *Séries históricas – informações sobre o DI (CDI)*. 2016. Disponível em: <http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2>. Acesso em: 1º set. 2016.
- DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. *Econometrica*, v. 49, n. 4, p. 1057-1072, 1981.
- ELLIOTT, G.; ROTHENBERG, T. J.; STOCK, J. H. Efficient tests for an autoregressive unit root. *Econometrica*, v. 64, p. 813-836, 1996.
- EMATER-RS. *Informações agropecuárias – preços semanais*. 2016. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/servicos/informacoes-agropecuarias.php#precos-semanais>>. Acesso em: 1º set. 2016.
- FURTADO, C.; IGLÉSIAS, F. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GASQUES, J. G.; et al. *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2004 (texto para discussão IPEA, no 1.009).
- HULL, J. C. *Options, futures, and other derivatives*. Pearson Education India, 2006.
- IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IEA. *Cotações de fechamento de produtos agropecuários mercado interno e internacional*. 2016. Disponível em: <<http://ciagri.iea.sp.gov.br/precosdiarios/precosdiariosinternacionais.aspx>>. Acesso em: 1º set. 2016.
- KWIATKOWSKI, D.; PHILLIPS, P. C.; SCHMIDT, P.; SHIN, Y. Testing the null hypothesis of stationarity against the alternative of a unit root: how sure are we that economic time series have a unit root?. *Journal of Econometrics*, v. 54, p. 159-178, 1992.

- MARION FILHO, P. J.; REICHERT, H.; SCHUMACHER, G. A pecuária no Rio Grande do Sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012,
- MIELITZ NETTO, C. A. G. A modernização da bovinocultura de corte brasileira. *Ensaio FEE*, v. 16, n. 1, p. 66-104, 1995.
- MYERS, R. J.; STANLEY, R. T. Generalized optimal hedge ratio estimation. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 71, n. 4, p. 858-868, 1989.
- PHILLIPS, P.; PERRON, P. Testing for a unit root in time series regression. *Biometrika*, v. 75, n. 2, p. 335-346, 1988.
- SCHWARZ, G. Estimating the dimension of a model. *The annals of statistics*, v. 6, n. 2, p. 461-464, 1978.
- SILVEIRA, R. L. F. DA; FERREIRA FILHO, J. B. de S. Análise das operações de cross hedge do bezerro e do hedge do boi gordo no mercado futuro da BM&F. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 41, n. 4, p. 881-899, 2003.
- SOUZA, R. DA S.; CUNHA, C. A.; WANDER, A. E. Efetividade e razão ótima de hedge para operações de boi gordo em Goiás. *Latin American Journal of Business Management*, v. 3, n. 2, 2013.
- STATA CORP. *Stata Statistical Software: Release 11*. College Station, TX: StataCorp LP, 2009.
- VIANA, J. G. A.; DORNELES, J. P.; MORAES, M. R. E. de. Oferta da pecuária de corte do Rio Grande do Sul: tendência, sazonalidade e ciclos de produção. *Revista de Política Agrícola*, v. 22, n. 3, p. 6-17, 2013.
- VIANA, J. G. A.; et al. Avaliação do comportamento dos preços da pecuária de corte do rio grande do sul no período 2000-2011. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 8, n. 3, p. 523-542, 2015.
- ZILLI, J. B.; et al. Razão ótima de hedge para os contratos futuros do boi gordo: uma análise do mecanismo de correção de erros. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco, 2008.

Segurado especial: o pequeno trabalhador rural e seus direitos previdenciários

Rubiane Galiotto*
Patrícia Noll**

Resumo: No presente trabalho, analisa-se a evolução histórica dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais: os direitos anteriores à Constituição de 1988 e após tal documento. Além disso, estuda-se os benefícios previdenciários concedidos atualmente aos segurados especiais, que vivem em regime de economia familiar. Pode-se observar que atualmente os segurados especiais possuem igualdade de condições, em relação aos segurados urbanos, tendo sido a Constituição Federal de 1988 o divisor de águas na concessão de tais direitos aos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Direito previdenciário. Benefícios previdenciários. Segurado especial. Histórico. Regime de economia familiar.

Considerações iniciais

A Seguridade Social evoluiu muito com o decorrer dos anos. Muitas foram as mudanças com melhoramentos e concessão de direitos para os segurados da Previdência Social. Tratando-se especificamente dos trabalhadores rurais, observa-se que, por muito tempo, permaneceram à deriva no sistema previdenciário do Brasil.

Observando a evolução legislativa brasileira, nota-se que a inclusão de direitos previdenciários aos trabalhadores rurais veio de forma efetiva com a Constituição Federal de 1988, que os equiparou aos trabalhadores urbanos.

Diante disso, o presente trabalho busca analisar a evolução histórica dos direitos previdenciários dos pequenos trabalhadores rurais, considerados segurados especiais, que vivem em regime de economia familiar.

* Especialista em Direito Público pelo programa de pós-graduação em direito convênio Universidade de Caxias do Sul – Escola Superior da Magistratura Federal. Servidora Pública do Município de Caxias do Sul. Advogada. Rubianegaliotto@gmail.com

** Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Professora da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Escola Superior da Magistratura Federal (Esmafe). Advogada. pathynoll@yahoo.com.br.

Para isso, a análise doutrinária e legal, através do método analítico-dedutivo, foi essencial para revisar a literatura sobre o tema, promovendo um levantamento de fontes bibliográficas, com a seleção dos aspectos mais relevantes para a presente pesquisa.

O assunto merece destaque por ser um importante registro da evolução legislativa no âmbito previdenciário, bem como uma amostra de que o Regime Geral da Previdência Social pode e deve expandir cada vez mais os direitos e benefícios presentes no sistema.

A previdência social-rural antes de 1988

A Seguridade Social surgiu com ideias de proteção mútua dentro do cerne familiar em casos de doenças, infortúnios e velhice em um ente próximo. Com o passar do tempo, agrupamentos dentro de civilizações foram registrados. Conforme o autor Daniel Machado da Rocha,¹ começaram a surgir com os egípcios e os hebreus, porém foram apenas os gregos e romanos que criaram os colégios gregos. Deste então, uma evolução no conceito de Seguridade Social foi ocorrendo com o passar dos anos, até tornar-se o sistema que vemos hoje.

No plano interno, o Brasil teve breve menção à Seguridade Social na Constituição de 1824, que abordou a importância da criação de socorros públicos. Foi criado, em 1835, o Montepio Geral, dos Servidores do Estado, sendo um sistema mutualista no qual os associados contribuía para um fundo garantindo a cobertura de alguns riscos. A Constituição de 1891 trouxe pela primeira vez a expressão aposentadoria, no corpo do seu texto. Essa aposentadoria era destinada aos servidores públicos, nos casos de invalidez sem a necessidade de contribuição para o sistema do seguro social. Em 1919 surge o seguro obrigatório de acidente de trabalho e a indenização que os empregadores deveriam pagar, em caso de sinistro, conforme Decreto Legislativo 3.724.

Apesar destes primeiros avanços, o marco inicial da Seguridade Social no Brasil é considerado a Lei Eloy Chaves, de 1923, que instituiu a primeira Caixa

¹ ROCHA, Daniel Machado da. *O direito fundamental à Previdência Social, na perspectiva dos princípios constitucionais diretores do sistema previdenciário brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 20.

de Aposentadorias e Pensões para os trabalhadores da iniciativa privada. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha a tarefa de administrar a previdência social.

Na Constituição de 1934, era competência da União a Assistência Social, ficando a saúde e a assistência pública a cargo dos estados e dos municípios. Ainda, conforme Ivan Kertzman,² a Constituição “foi a primeira a estabelecer a tríplice forma de custeio, com contribuição do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores”.

Com a Constituição de 1937, conforme Ibrahim,³ o tema também estava presente, porém, sob a instituição de seguros de velhice, de invalidez e de vida para acidentes de trabalho, marcando mais um avanço na legislação previdenciária. É nesta Constituição, conforme Kertzman,⁴ que pela primeira vez surge a expressão “seguro social”, em uma Constituição brasileira.

Em 1946, a Constituição vem com algumas inovações, abolindo a expressão *seguro social* e inserindo a expressão *previdência social*, no art. 157, XVI da Lei Maior. Conforme Araújo:

O inciso XVI do citado artigo mencionava que a previdência social custeada através da contribuição da União, do empregador e do empregado deveria garantir a maternidade, bem como os riscos sociais, tais como: a doença, a velhice, a invalidez e a morte. Já no inciso XVII tratava da obrigatoriedade da instituição do seguro de acidente de trabalho por conta do empregador.⁵

Em que pese toda essa evolução legislativa, em nenhum momento o trabalhador rural teve direitos previdenciários assegurados na legislação. Foi somente em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural – Lei 4.214, de 2 de março de 1963, que alguns direitos começaram a ser

² KERTZMAN, Ivan. *Curso Prático de Direito Previdenciário*. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009. p. 39.

³ IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de Direito Previdenciário*. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. p. 59.

⁴ KERTZMAN, Ivan. *Curso Prático de Direito Previdenciário*. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009, p. 39.

⁵ ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9311>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

assegurados para os trabalhadores rurais. A lei criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (art. 158), com a necessidade de contribuição com 1% do valor dos produtos agropecuários colocados no mercado e que deveria ser recolhido pelo produtor, na primeira operação, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.

Quanto aos benefícios citados pela legislação, o art. 164 mencionava o seguinte para os segurados rurais:

Art. 164. O IAPI prestará aos segurados rurais ou dependente rurais, entre outros, os seguintes serviços:

- a) assistência à maternidade;
- b) auxílio doença;
- c) aposentadoria por invalidez ou velhice;
- d) pensão aos beneficiários em caso de morte;
- e) assistência médica;
- f) auxílio funeral.⁶

Ocorre que, para que a legislação tivesse efetividade, era necessária uma regulamentação da matéria. Segundo Berwanger,⁷ “mais uma vez camponeses ficaram desprotegidos, embora com lei protegendo-os”.

Já em 1967 houve uma complementação com o Decreto-lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, instituindo o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), conforme mencionava o art. 158 do Estatuto do Trabalhador Rural.

A mesma inovação alterou o art. 160 do Estatuto do Trabalhador Rural⁸ definindo quem eram os beneficiários da previdência social rural quando dizia:

⁶ BRASIL. Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

⁷ BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. *Previdência rural: inclusão social*. Curitiba: Juruá, 2007. p. 75.

⁸ BRASIL. Decreto-lei 276, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Lei 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

Art.160. São beneficiários da previdência social rural:

I – como segurados:

- a) os trabalhadores rurais;
- b) os pequenos produtores rurais, na qualidade de cultivadores ou criadores, diretos e pessoais, definidos em regulamento;

II – como dependentes dos segurados:

- a) a esposa e o marido inválidos;
- b) os filhos, de ambos os sexos e de qualquer condição, menores de 16 anos ou inválidos;
- c) o pai e a mãe inválidos.

§ 1º Equipara-se à esposa a companheira do segurado.

Apesar da legislação citada, os trabalhadores rurais continuavam sem a devida proteção previdenciária, tendo legislação consolidada em 1971 com a Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971. Neste momento, instituiu-se o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, cuja execução ficou a cargo do Funrural.

Aqui, a forma de custeio do programa pelo produtor era com 2% sobre o valor comercial dos produtos rurais. Nesta lei complementar, foi definido, no art. 3º, §1º,⁹ o conceito de trabalhador rural como sendo:

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie.
- b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

Desta forma, delineavam-se os segurados que teriam direitos previdenciários de forma diferente da legislação anterior. Já no art. 2º da LC 11, restou definidos os benefícios devidos aos segurados trabalhadores rurais como sendo:

Art. 2º. O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

⁹ BRASIL. Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26. maio 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

- I – aposentadoria por velhice;
- II – aposentadoria por invalidez;
- III – pensão;
- IV – auxílio-funeral;
- V – serviço de saúde;
- VI – serviço social.

Em que pese a lista de benefícios previstos na legislação, a concessão dos benefícios não ocorreu de forma tão ampla. Tratando da aposentadoria por velhice, que é a primeira lista nos benefícios, nota-se uma prestação mensal equivalente a 50% do salário-mínimo vigente no país, sendo devida ao segurado rural que completasse 65 anos de idade. Além disso, possuía direito à aposentadoria somente uma pessoa da unidade familiar, cabendo os benefícios ao respectivo chefe ou arrimo.

Quanto à aposentadoria por invalidez, o art. 5º da LC 11/71 previa que o valor seria também de 50% de um salário-mínimo vigente à época, não sendo acumulável com aposentadoria por velhice e devida ao trabalhador total e definitivamente incapacitado para o trabalho.

Tratando da pensão por morte, o valor era ainda menor, sendo apenas 30% do salário-mínimo de maior valor da época. Com a atualização legislativa, a pensão passou a ser concedida no valor de 50% do salário-mínimo de maior valor vigente no país na época, conforme preceituou o art. 6º da Lei Complementar 16, de 1973:¹⁰ “Art. 6º É fixada, a partir de janeiro de 1974, em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor vigente no País, a mensalidade da pensão de que trata o artigo 6º, da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.”

Por fim, o auxílio-funeral, era devido no valor de um salário-mínimo de maior valor vigente no país pela morte do trabalhador rural, chefe ou arrimo da unidade familiar ou de seu cônjuge dependente. O referido auxílio teve alteração legislativa pela Lei Complementar 16/73, deixando o salário-mínimo de ser regionalizado para ser nacional.

Após, conforme bem descreve Guimarães:

¹⁰ BRASIL. Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26. maio 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

O Decreto nº 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, revogou o Decreto nº 69.919/72, que havia regulamentado a LC/11/71, bem assim, o Decreto nº 71.498/72, que havia incluído o pescador como beneficiário do Prorural, passando-se assim, o Decreto 73.167/74, a ser o regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – Prorural, instituído pela Lei Complementar nº 11/1971, alterada pela Lei Complementar nº 16/1973.¹¹

Desta forma, o Decreto 73.617, de 1974, permaneceu vigente até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, com a nova inclusão de direitos aos trabalhadores rurais.

A previdência social rural após 1988

Com a entrada em vigor da Constituição Federal em 1988, os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais tiveram destaque e receberam tratamento igualitário em relação aos direitos dos segurados urbanos.

É a partir deste ponto que os trabalhadores rurais deixam de ser tratados com tanto descaso em comparação aos demais segurados da previdência, e passam a ter direitos assegurados pela Lei Maior.

O art. 201 da Constituição Federal de 1988 prevê que nenhum benefício substitutivo de renda tenha valor inferior ao salário-mínimo vigente no país. Desta forma, não há mais que se falar em percentual de salário-mínimo, como prestação previdenciária para os segurados trabalhadores rurais.

Além disso, mudanças importantes, como a diminuição de cinco anos na idade mínima para aposentadoria por idade aos segurados especiais ocorreu com essa nova Constituição, garantindo que os segurados que trabalham em regime de economia familiar sejam privilegiados com tal regramento.

Assim, os direitos dos trabalhadores rurais tiveram sensíveis alterações com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e conforme Guimarães:

¹¹ GUIMARÃES, Roberto Élito dos Reis. *O trabalhador e a previdência social: evolução histórica e aspectos controvertidos*. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/580103>. Acesso em: 12 set. 2016. p. 4.

[...] com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os trabalhadores rurais passaram a integrar plenamente a Previdência Social, no entanto faltava apenas a edição de legislação ordinária para dar plena efetividade aos comandos constitucionais em alusão, o que só veio a ocorrer com a publicação das Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91 e demais legislações reguladoras dessa matéria.¹²

Assim, os direitos assegurados na Constituição foram regulados com as Leis 8.212 e 8.213, em 1991. Na legislação extravagante, o art. 11, inciso VII da Lei 8.213/91 define quem são os segurados especiais dizendo que:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008);
a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)
1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);
2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);
b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);
c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que trata as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).¹³

Desta forma, os segurados especiais passaram a ser minuciosamente definidos e listados, de forma que os trabalhadores em regime de economia familiar tivessem privilégios em detrimento dos demais segurados da Previdência Social. A legislação também conceitua o regime de economia familiar, dizendo o seguinte:

¹² GUIMARÃES, Roberto Élitio dos Reis. *O trabalhador e a previdência social: evolução histórica e aspectos controvertidos*. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/580103>. Acesso em: 12 set. 2016. p. 5.

¹³ BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

Art. 11 § 1º. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.¹⁴

Por ser um segurado com pequena produção rural e trabalhar em um regime de economia familiar, o segurado especial possui diferenciações positivas, como a redução de 5 anos na idade para aposentadoria por idade. Isso se dá em razão da Constituição Federal de 1988 apresentar uma proteção maior aos segurados trabalhadores rurais de pequenas propriedades. É uma forma de garantir uma vida digna aos segurados, que possuem poucas condições financeiras, porém merecem estar abarcados pela proteção do Regime Geral da Previdência Social.

Peculiaridades dos benefícios previdenciários concedidos ao segurado especial

O enfoque deste trabalho está sobre o segurado especial, assim denominado o que trabalha em regime de economia familiar, já conceituado anteriormente. Tratando-se dos benefícios previdenciários que podem ser concedidos aos segurados especiais, tem-se a aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente, e aos seus dependentes o auxílio-reclusão e a pensão por morte e para segurados e dependentes os serviços de reabilitação profissional e serviço social.

Poderá perceber os demais benefícios, listados na Lei 8.213/91, desde que preencha os requisitos previstos na lei e contribua de forma facultativa, conforme previsto no art. 39, II da Lei 8.213/91:¹⁵ “II – dos benefícios

¹⁴ BRASIL. *Lei 8.213*, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

¹⁵ BRASIL. *Lei 8.213*, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social”.

A grande inovação legislativa, que veio com a Constituição Federal de 1988 e deu maior destaque aos segurados especiais, é a aposentadoria por idade. Para definir a aposentadoria por idade, cita-se Kertzman que a define como sendo:

A aposentadoria por idade será devida ao segurado que completar 65 anos de idade, se homem, ou 60, se mulher, reduzidos estes limites para 60 e 55 anos de idade, para os trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres.¹⁶

A aposentadoria por idade é um benefício previdenciário pago mensalmente a quem preencher os requisitos para a sua concessão. É necessário que o segurado homem tenha 65 anos de idade e a segurada mulher 60 anos de idade para a concessão do benefício.

A carência exigida para este benefício é de 180 contribuições mensais, e a renda mensal inicial é correspondente a 70% do salário de benefício acrescido de 1% a cada grupo de 12 contribuições mensais até o limite de 30%. Têm direito ao benefício os segurados empregados, avulsos, domésticos, contribuinte individual, segurado especial e facultativo.

O termo de início do benefício para os segurados empregados e domésticos será a partir da data de desligamento do emprego, quando for requerida até 90 dias e após esta data ou então a contar da data do requerimento, se for requerida posteriormente. Para os demais segurados, o termo de início será da data do requerimento do benefício.

As pessoas com deficiência possuem diferentes requisitos na concessão da aposentadoria, visto que, independente do grau, possuem a redução de cinco anos na idade para a concessão dos benefícios. A previsão é trazida pela Lei Complementar 142 de 2013 regulamentando assim o art. 201, §1º da Constituição Federal que diz:

¹⁶ KERTZMAN. Ivan. *Curso Prático de Direito Previdenciário*. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009. p. 362.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.¹⁷

Desta forma, a regulamentação está prevista no art. 3º, IV da Lei Complementar 142/2013 que diz:

Art. 3º. É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:
IV – aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.¹⁸

Existem, porém nuances e situações específicas para a concessão da aposentadoria por idade que merecem destaque aqui. A aposentadoria por idade é concedida aos segurados especiais que são os trabalhadores rurais que trabalhem em regime de economia familiar. Neste caso, a idade diminui para 60 anos ao homem e 55 anos à mulher, com efetiva comprovação da atividade rural conforme o art. 48, §2º da Lei 8.213/91:

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9º do art. 11 desta Lei.¹⁹

¹⁷ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.

¹⁸ BRASIL. Lei Complementar 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 maio 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp142.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

¹⁹ BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

A documentação exigida para a comprovação da atividade rural está disposta no art. 106 da Lei 8.213/91, que teve redação alterada pela Lei 11.718/08. Frisa-se que a redução de cinco anos da idade também é aplicada aos garimpeiros que trabalhem em regime de economia familiar, conforme ensina Ítalo Romano Eduardo e Jeane Tavares Araguão Eduardo.²⁰

Outro benefício que possui especificidades na concessão para os segurados especiais é o salário-maternidade. O doutrinador Kertzman²¹ define o benefício: “O salário-maternidade é o benefício devido à segurada, durante 120 dias, com início 28 dias antes e término 91 dias depois do parto. Mesmo em caso de parto antecipado, este benefício será devido por 120 dias.”

Diferentemente dos demais segurados, aqui exige-se a comprovação do efetivo exercício de atividade rural, no período imediatamente anterior ao parto, conforme preceitua o art. 93, §2º do Decreto 3.048/99:

Art. 93, § 2º. Será devido o salário-maternidade à segurada especial, desde que comprove o exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando requerido antes do parto, mesmo que de forma descontínua, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 29.

O benefício está previsto também para a mãe adotante ou com guarda judicial para fins de adoção, que após modificação da legislação em 2013, passaram a ter direito a receber o benefício pelos mesmos 120 dias que a mãe biológica conforme o art. 71-A da Lei 8213/91.

Desta forma, caso a mãe biológica já tenha usufruído do salário-maternidade e a mãe adotante venha a necessitar do benefício, ele será devido em duplicidade, em razão da mesma criança conforme dispõe a legislação vigente.

²⁰ EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Araguão. *Curso de Direito Previdenciário: teoria, jurisprudência e questões*. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

²¹ KERTZMAN, Ivan. *Curso Prático de Direito Previdenciário*. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009. p. 388.

Outra inovação legislativa, feita em 2013, foi a possibilidade prevista no art. 71-B da Lei 8213/91, no caso de falecimento da segurada:

Art. 71-B. No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013).²²

Desta forma, fica resguardado o direito ao recebimento do benefício mesmo, em caso de falecimento do segurado, como forma de garantir que a criança receba o atendimento e a atenção de que necessita, no momento do nascimento, ou então, no momento de transição que é a adoção.

O benefício tem duração de 120 dias, porém poderá ser prorrogado por mais duas semanas, mediante atestado médico específico para tanto. Caso ocorra um aborto não criminoso, a segurada terá direito a duas semanas de afastamento recebendo o benefício. Em caso de natimorto, desde que a partir do sexto mês de gestação, terá a segurado direito a 120 dias de salário maternidade sem necessidade de avaliação médico-pericial.

O restante dos benefícios previdenciários aos quais têm direito os segurados especiais, possuem os mesmos requisitos que qualquer outro segurado, não havendo maiores diferenciações que merecem destaque. É preciso apenas destacar que o valor em pecúnia referente ao período de carência dos benefícios é substituído pela comprovação de exercício de atividade rural pela quantidade de meses que seria a carência do benefício.

Desta forma, a legislação evoluiu a tal ponto que os segurados especiais são protegidos na legislação com a possibilidade de recebimento dos benefícios previdenciários em igualdade de condições com os trabalhadores urbanos.

Considerações finais

²² BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

A evolução legislativa do Direito Previdenciário é constante e, via de regra, busca sempre alcançar cada vez mais segurados do Regime Geral da Previdência Social. Com a evolução legislativa dos direitos dos trabalhadores rurais não foi diferente.

A legislação partiu de nenhum direito, para direitos esparsos com requisitos e percentuais diferenciados, para a equiparação aos segurados trabalhadores urbanos com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988.

Nota-se que, atualmente, os trabalhadores rurais, em regime de economia familiar, possuem especificidades e peculiaridades, em razão de sua condição, porém usufruem de direitos e benefícios semelhantes aos segurados urbanos.

Desta forma, conclui-se que, ocorreu uma evolução legislativa benéfica aos segurados especiais ao longo dos anos, possibilitando atualmente uma proteção previdenciária razoável e que assegure uma vida digna aos trabalhadores rurais filiados ao Regime Geral da Previdência Social.

Referências

ARAÚJO, F. C. S. Seguridade social. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9311>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BERWANGER, J. L. W. *Previdência rural: inclusão social*. Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL. Decreto-lei 276, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Lei 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10276.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRASIL. Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*,

A economia e o turismo compartilhando soluções

Brasília, DF, 26. maio. 1971. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

GUIMARÃES, R. É. R. *O trabalhador e a previdência social: evolução histórica e aspectos controvertidos*. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/580103>. Acesso em: 12 set. 2016.

IBRAHIM, F. Z. *Curso de Direito Previdenciário*. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

KERTZMAN, I. *Curso Prático de Direito Previdenciário*. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.

ROCHA, D. M. *O direito fundamental à previdência social, na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

Simulação Monte Carlo: um estudo de viabilidade econômica no Programa Minha Casa Minha Vida 2

Flaviani Souto Bolzan Medeiros*
Andreas Dittmar Weise**
Iliane Colpo***
Bruna Felin Cerezer#

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar, via simulação Monte Carlo, a viabilidade econômica de imóveis financiados, no Município de Santa Maria – RS, pelo Programa Minha Casa Minha Vida 2, considerando o Sistema de Amortização Constante e a Tabela *Price*. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa descritiva, do tipo qualitativa, sendo realizada através de estudos multicase; além disso, como plano de coleta de dados, foram utilizados dados primários e secundários. Os resultados da pesquisa indicam que, ao optar por um financiamento imobiliário pelo Programa Minha Casa Minha Vida 2, o Sistema de Amortização Constante oferece o menor risco e, na análise da sensibilidade do Valor Presente Líquido (VPL), em ambos os sistemas de amortização – tanto no de compra como no do aluguel –, o Método do Valor Anual Uniforme Equivalente foi a variável que mais influenciou os resultados finais obtidos pelo VPL.

Palavras-chave: Mercado imobiliário. Financiamento Aluguel Simulação Monte Carlo. Programa Minha Casa Minha Vida 2.

Introdução

O tema habitação tem sido objeto de amplo debate nos campos jurídico, econômico e sociopolítico, nos quais já se disse que “morar todos moram”, em um sentido puramente físico de que todos os homens ocupam um lugar no espaço territorial. (ARAGÃO, 2006). Do ponto de vista das necessidades humanas, para Maciel et al. (2005), antes de mais nada, o acesso à moradia digna é um direito constitucional, seja através da aquisição, aluguel, etc.

No entendimento de Arraes e Sousa Filho (2008, p. 290), “[...] o consumo de habitação é inerente a todo ser humano, sendo caracterizado

* Mestra em Engenharia de Produção/UFMS. Especialista em Finanças/Unifra (UFMS).

<<http://lattes.cnpq.br/4607360594925765>>. E-mail: flaviani.13@gmail.com

** Doutor em Engenharia Civil/UFSC. UFMS. <<http://lattes.cnpq.br/1329623071793399>>.

E-mail: mail@adweise.de

*** Mestra em Engenharia de Produção/UFMS. UFMS.

<<http://lattes.cnpq.br/3609862957945768>>. E-mail: ilicolpo@gmail.com

Mestranda em Engenharia de Produção/UFMS.

<<http://lattes.cnpq.br/4123084820974107>>. E-mail: brunacerezer@hotmail.com

como necessidade básica e intimamente ligada à busca de segurança contra as adversidades do meio ambiente”. Dessa forma, Lima (2007) observa que toda a família é demandante em potencial de serviços habitacionais. Entretanto, o aluguel muitas vezes torna-se um fator proibitivo, principalmente para aquelas famílias mais carentes.

Por isso, o financiamento é tão importante no mercado imobiliário; todavia, por envolver um elevado prazo para recuperar o crédito concedido e altos riscos para as instituições financeiras, o financiamento para a aquisição de moradia, em muitos casos, encontra dificuldades, sobretudo, quando se trata de habitações para a população com menor poder aquisitivo. (BOTELHO, 2007). No caso do mercado imobiliário, o salário acaba sendo um fator limitador para a aquisição da casa própria, isso porque, conforme Schor e Paiva (2011), o pagamento das prestações, no caso de um financiamento, refere-se à relação entre valor da mensalidade e rendimentos monetários que a família aufere.

Deste modo, dependendo de quanto é a renda familiar, a capacidade de pagamento pode ficar comprometida, pelo fato de que outros fatores precisam ser considerados, tais como: gastos com a alimentação, bem como o tamanho desse grupo familiar, ou seja, quantas pessoas dependem desses rendimentos. Sob esse enfoque, Figueiredo (2004) explica que a despeito de uma série de alternativas encontradas ao longo do tempo, para a obtenção de financiamentos (cooperativas habitacionais, mútuas, caixas de aposentadorias), comumente compete ao Estado subsidiar parte da produção de moradias, por meio de créditos acessíveis aos mais carentes, sendo uma maneira de dar subsídio à própria reprodução social da força de trabalho.

No caso do Brasil, no ano de 2009, o governo federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo um programa do governo federal destinado à população de baixa renda, que procura universalizar o acesso à moradia digna. (MOURA, 2014). Diante do exposto, considerando que a habitação é um bem importante para as famílias e qualquer decisão nesse sentido vai afetar a qualidade de vida das mesmas, este artigo tem como objetivo verificar, via simulação Monte Carlo, a viabilidade econômica de imóveis financiados, no Município de Santa Maria – RS, pelo Programa Minha

Casa Minha Vida 2, considerando o Sistema de Amortização Constante e a Tabela *Price*.

Justifica-se a presente pesquisa pelo fato de que, apesar do mercado imobiliário do país ter oportunizado o acesso a um número maior de pessoas, os problemas de déficits habitacionais ainda existem no Brasil. Deste modo, com a opção de adquirir um imóvel, com o auxílio do governo federal – pelo PMCMV 2 –, é relevante investigar se optar por alugar um imóvel do mesmo padrão não seria uma opção de investimento economicamente mais viável. Sob essa perspectiva, Jun (2013) enfatiza que a escolha da habitação é um assunto sério para as famílias, isso porque tanto comprar como alugar um imóvel, além de comprometer boa parte das finanças, também vai afetar a qualidade de vida dessa família, por envolver questões como: a localização, opções de bairro e características ambientais.

Em termos de estrutura, este trabalho apresenta, logo após esta seção de caráter introdutório, o referencial teórico que embasou este estudo. Em seguida, constam os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na sequência, visualiza-se a análise e discussão dos resultados e, por fim, segue as considerações finais, com recomendações de trabalhos futuros, a partir do estudo realizado.

Referencial teórico

Esta seção contempla uma breve discussão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, como também acerca da Simulação Monte Carlo.

Programa Minha Casa Minha Vida

O PMCMV foi lançado com a meta de construir um milhão de moradias no triênio 2009/2011, sendo distribuídos em três grupos da seguinte forma: (1) famílias que possuíam renda mensal entre 0 e 3 salários-mínimos – grupo que concentra 90% do déficit habitacional – com previsão de construir 400 mil moradias; (2) estavam inclusos aqueles que possuíam renda mensal entre 3 e 6 salários-mínimos, com a mesma previsão, ou seja, construir 400 mil unidades; e (3) incluía famílias com renda mensal entre 6 e 10 salários-mínimos, com previsão de 200 mil moradias. (D'AMICO, 2011; RANGEL, 2011).

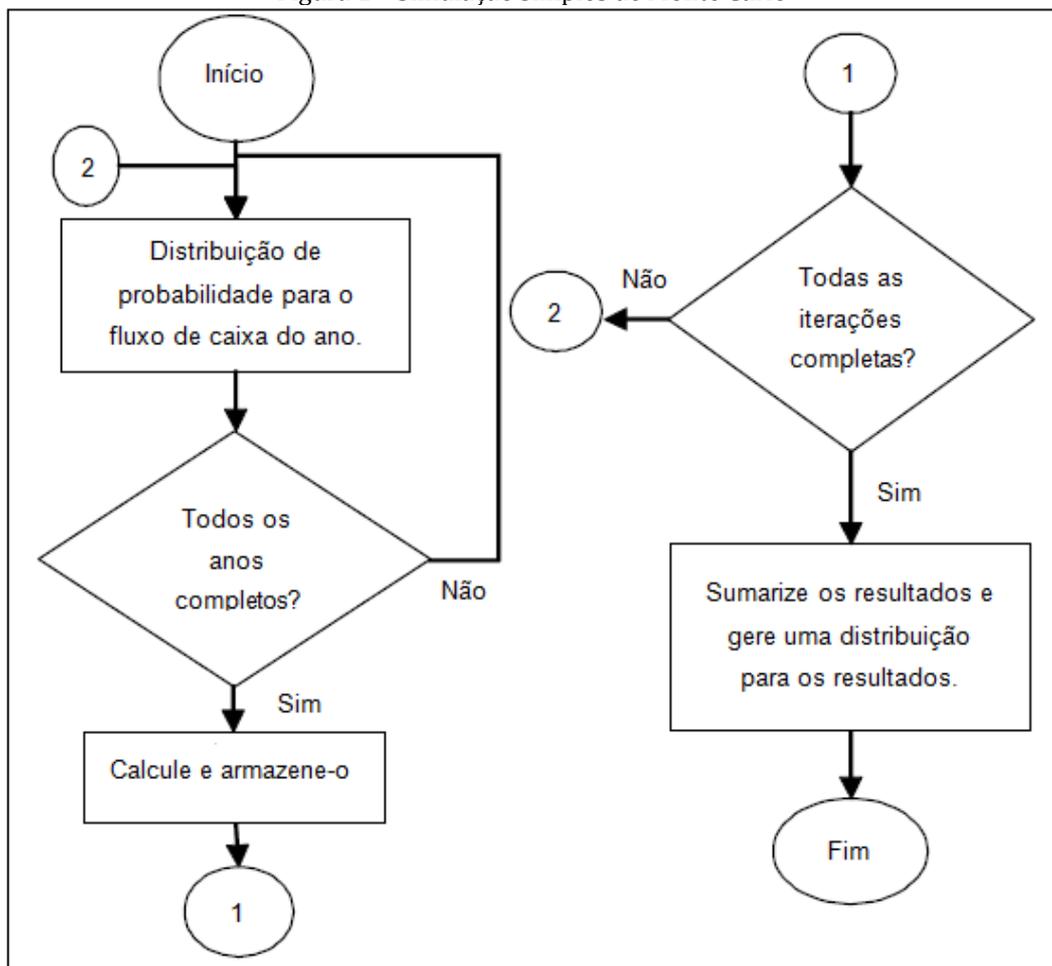
Já em fevereiro de 2012, o governo federal lançou o PMCMV 2, com uma meta ainda mais ambiciosa: a construção de dois milhões de moradias até o ano de 2015. Dessa vez, priorizando aquelas famílias que possuem renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e ainda famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014). Ao considerar os investimentos previstos com a construção de dois milhões de moradias, o PMCMV 2 – destinado às famílias com baixo poder aquisitivo para a aquisição da casa própria – deve cumprir suas diretrizes básicas, ou seja, geração de emprego e renda, como também a redução do déficit habitacional do país. (GONÇALVES JUNIOR et al., 2014).

Shimizu (2010) destaca que a distribuição dessas moradias financiadas pelo programa ocorre conforme a composição do déficit existente em cada unidade da Federação, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referentes ao ano de 2007 e suas atualizações. Além disso, cabe salientar que, como justificativa para baratear os custos antes do PMCMV, as habitações para a população mais carente eram construídas longe dos centros urbanos, o que por, sua vez, aumentava o problema das periferias nas cidades. Com o programa, isso começou a mudar, ao ser enfatizada a importância da boa localização das moradias, melhorando, assim, a qualidade de vida da população, sendo esse, inclusive, um dos objetivos norteadores do PMCMV. (GERALDO, 2013).

Simulação Monte Carlo

Em termos de procedimentos para a realização da Simulação Monte Carlo, de acordo com Gupta e Hira (2014), ela se inicia com a definição da função-objetivo do problema. Em seguida, devem-se identificar quais são as variáveis envolvidas no sistema. Logo após, deve-se determinar a distribuição de probabilidade para cada variável considerada. Com isso, obter o conjunto de números aleatórios e, ainda, considerar cada número aleatório gerado como um valor decimal da distribuição de probabilidade e simular o experimento em questão. De forma complementar, um resumo do processo da simulação pode ser visto na Figura 1, com a representação proposta por Smith (1994).

Figura 1 – Simulação simples de Monte Carlo



Fonte: Smith (1994, p. 21).

A Simulação Monte Carlo, exposta de maneira simplificada na Figura 1, gera repetidas simulações, atribuindo em cada uma um conjunto particular de variáveis aleatórias, de acordo com as respectivas distribuições de probabilidade para o caso estudado naquele momento. (COUTO et al., 2013). Garcia (2005) esclarece que simulação é a forma de obter uma resposta temporal das variáveis de interesse da situação proposta. Para isso, um método usual é a Simulação Monte Carlo, que consiste em uma técnica para resolver problemas, utilizando dados randômicos e probabilidade (LIMA et al., 2008). Conforme Souza (2004), é um método estatístico que usa uma sequência de dados randomizados para gerar uma simulação. A Simulação Monte Carlo pode ser utilizada para tomar decisões em determinados

problemas que envolvem riscos e em que, em geral, os fatores envolvidos não possuem característica determinística. (SARAIVA JR.; RODRIGUES; COSTA, 2009). Vale ressaltar que a simulação descrita tem sido aplicada em diversas áreas, como engenharia, administração, economia e física. (MARTINS; WERNER; PINTO, 2010).

Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico refere-se ao caminho trilhado para que os objetivos definidos sejam alcançados. Portanto, a metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo os procedimentos escolhidos e as concepções teóricas sobre a escolha do método adotado. (GONSALVES, 2011). Sendo assim, visando o alcance dos objetivos traçados, adotou-se uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, do tipo qualitativa, a respeito da natureza dos dados, sendo realizada através de estudos multicaseos, no que tange aos procedimentos técnicos.

Como plano de coleta de dados, foram usadas informações primárias que remetem aos dados retirados das planilhas disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, acerca do PMCMV 2 – bancos estes que oferecem recursos através do Programa para os interessados na aquisição da casa própria, nessa modalidade de financiamento. Como também se refere aos dados coletados em uma imobiliária da cidade de Santa Maria – RS, sobre o valor dos imóveis e o respectivo valor médio dos aluguéis.

Além disso, como fonte secundária, buscou-se, de forma ampla, utilizar todo tipo de material já publicado a respeito do tema aqui considerado para fins de investigação. Ademais, salienta-se que este estudo abordou apenas os métodos do Valor Presente Líquido (VPL) e o Método do Valor Anual Uniforme Equivalente (VAUE), pois, diferentemente dos outros métodos, ambos apresentam o comportamento em função do fluxo de caixa. A seguir, a Tabela 1 apresenta os itens usados para gerar as probabilidades e análise de sensibilidade em relação ao VPL, tanto do aluguel como da compra, em ambos os sistemas de amortização adotados pelo PMCMV 2 – o SAC e a Tabela *Price*.

Tabela 1 – Itens usados para a Simulação Monte Carlo

TMA (a.m.)	Entrada	Valor do imóvel	Valor do aluguel
0,41%	10,00%	R\$ 80.000,00	R\$ 553,83
0,49%	20,00%	R\$ 90.000,00	R\$ 655,00
0,57%	30,00%	R\$ 100.000,00	R\$ 640,00
0,64%	40,00%	R\$ 110.000,00	R\$ 615,71
0,72%	50,00%	R\$ 120.000,00	R\$ 687,36
0,80%		R\$ 130.000,00	R\$ 762,69
0,87%		R\$ 140.000,00	R\$ 767,05
0,95%		R\$ 145.000,00	R\$ 949,34
1,02%			
1,10%			
1,17%			

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

Verifica-se na Tabela 1 que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) utilizada para a Simulação Monte Carlo foi ao mês. Cabe frisar que, no Brasil, costuma-se adotar para investimentos pessoais uma TMA, que tenha rentabilidade igual à oferecida pela poupança e, no caso das empresas, entre outros fatores, leva-se em conta o horizonte de planejamento – curto, médio e/ou longo prazo. (CAMARGO, 2007). Contudo, cada investidor escolhe, segundo Yamamoto (2001), a sua própria TMA para os seus investimentos. No caso do presente trabalho, foi escolhido um intervalo de TMA variando de 5% a 15% para fins de análise.

Em termos de limitação do estudo, o mesmo restringiu-se a analisar os imóveis residenciais urbanos, desconsiderando os imóveis de negócios e sociais, bem como, no que se refere às formas de financiamento, considerou-se somente as suas formas tradicionais, excluindo os métodos modernos de financiamento. A pesquisa limitou-se ainda a fazer um comparativo entre o financiamento pelo PMCMV 2 e o valor do aluguel na cidade de Santa Maria – RS, que se enquadra no referido programa, com limite máximo do valor do imóvel de até R\$ 145.000,00.

Análise e discussão dos resultados

Esta seção encontra-se dividida em dois tópicos, a saber: viabilidade econômica adotando o sistema de amortização constante e viabilidade econômica adotando a tabela *price*.

Viabilidade econômica adotando o sistema de amortização constante

A seguir, a Tabela 2 apresenta um resumo estatístico dos dados com os valores projetados para os imóveis financiados, tendo como sistema de amortização o SAC e usando as respectivas TMAs mensais exibidas na Tabela 1.

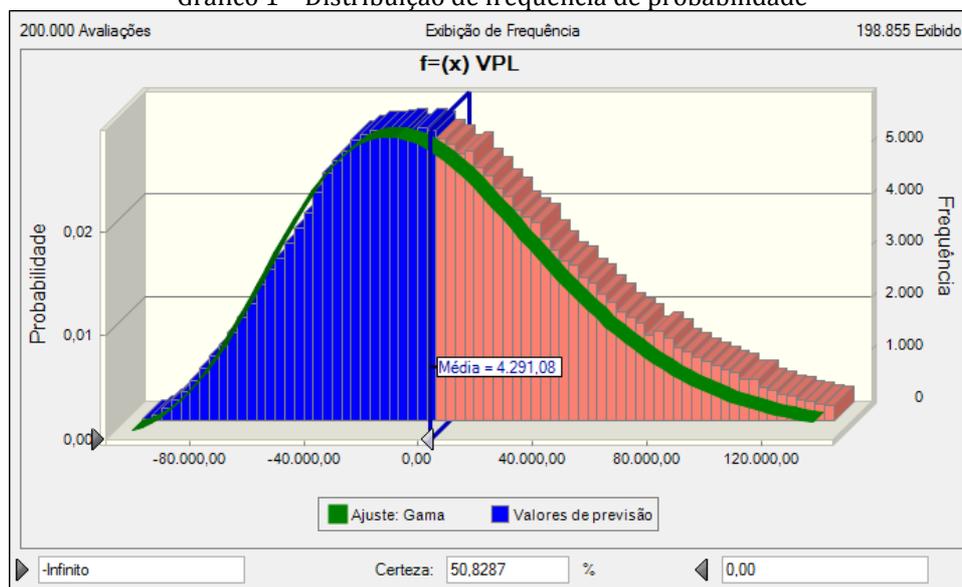
Tabela 2 – Resumo estatístico dos dados pelo SAC

Resumo estatístico	Valores projetados
Número de simulações	200.000
Média	4.291,08
Mediana	-1.005,70
Desvio Padrão	47.973,38
Variância	2.301.445.313,74
Coefficiente de Variação	11,18%
Mínimo	-103.315,94
Máximo	180.399,68
Erro Padrão Média	107,27

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2015).

Constata-se, na Tabela 2, que a partir das 200.000 simulações Monte Carlo, realizadas com o auxílio do *software* Crystal Ball®, com 95% de confiança, os intervalos mínimo e máximo do VPL são -103.315,94 e 180.399,68. A média encontrada foi de 4.291,08, apresentando-se como uma tendência de resultado. Já o desvio padrão obtido foi de 47.973,38 e significa a variabilidade do retorno, ou seja, quanto maior o desvio maior a variabilidade e, conseqüentemente, maior o risco. A distribuição de frequência de probabilidade do VPL de compra pode ser observada no Gráfico 1.

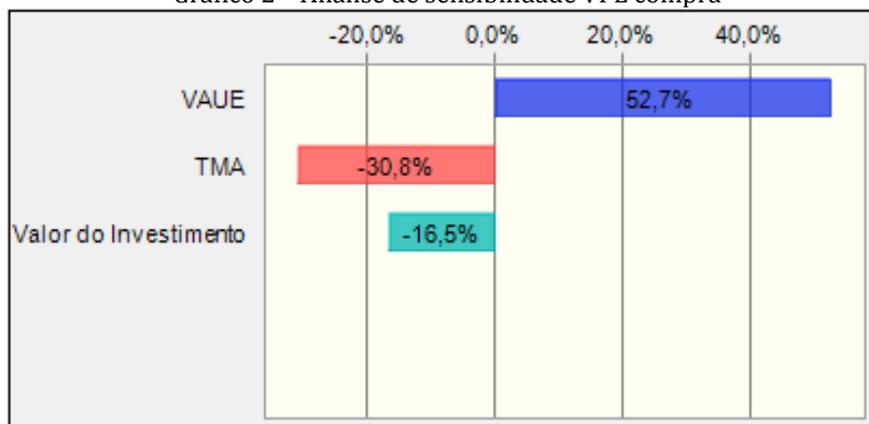
Gráfico 1 – Distribuição de frequência de probabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2015).

Nota-se, no Gráfico 1, uma probabilidade de 49,17% de o VPL ser positivo e 50,83%, por sua vez, de ser negativo pela distribuição de frequência gerada pela Simulação Monte Carlo, no *software* Crystal Ball,[®] a partir das 200.000 iterações realizadas, considerando o sistema SAC. Observa-se no Gráfico 2 a análise de sensibilidade do VPL.

Gráfico 2 – Análise de sensibilidade VPL compra



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

Percebe-se, no Gráfico 2, que só o VAUE tem um impacto nos valores obtidos no VPL, com um percentual de 52,7%. Sendo assim, ao se analisar

estrategicamente, qualquer alteração no VAUE, a mesma deve estar acompanhada cuidadosamente, pois provocará alterações no VPL do financiamento.

Viabilidade econômica adotando a Tabela Price

De posse dos valores projetados pela Simulação Monte Carlo, analisa-se na Tabela 3 um resumo estatístico a partir das 200.000 simulações realizadas pelo *software* Crystal Ball,[®] com um nível de confiança de 95%.

Tabela 3 – Resumo estatístico dos dados pela Tabela Price

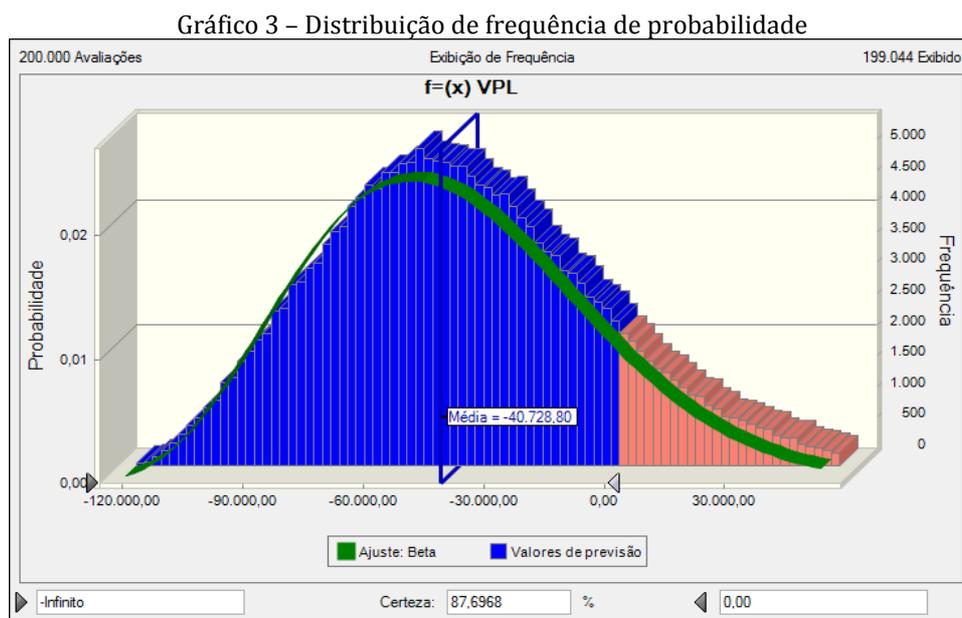
Resumo estatístico	Valores projetados
Número de simulações	200.000
Média	-40.728,80
Mediana	-43.194,10
Desvio Padrão	33.900,70
Variância	1.149.257.724,70
Coefficiente de Variação	-0,8324%
Mínimo	-121.091,88
Máximo	82.499,97
Erro Padrão Média	75,80

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

Saraiva Júnior, Tabosa e Costa (2011) explicam que, na Simulação Monte Carlo, a cada iteração o resultado é armazenado e, ao final, os resultados gerados são transformados numa distribuição de frequência contendo as estatísticas descritivas, conforme expostas na Tabela 3. Sendo assim, nota-se que o VPL assumiu, como valor mínimo, -121.091,88 e, como valor máximo, 82.499,97. Porém, gerou um coeficiente de variação negativo, em razão da média obtida também ser negativa (no caso -40.728,80). Portanto, verificou-se que a dispersão dos dados, em relação à média ou valor esperado, é de -0,8324% (avaliada através do desvio padrão). (AMARO; SILVESTRE; FERNANDES, 2009).

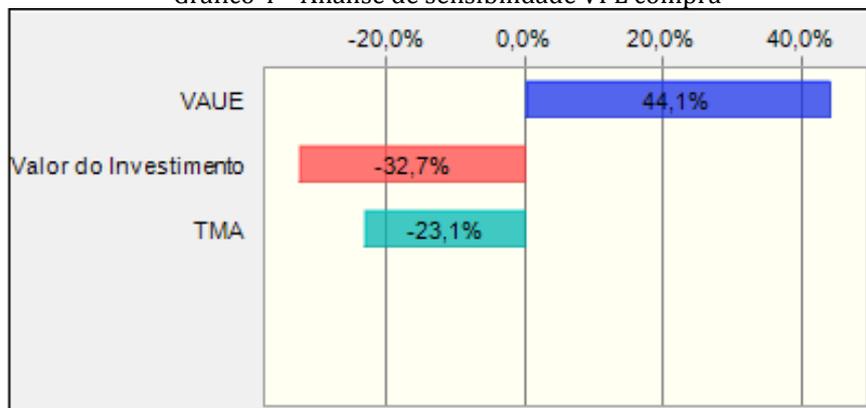
Em síntese, a partir dos resultados obtidos pela Simulação Monte Carlo, através da estatística descritiva gerada, constatou-se que, dentre as opções oferecidas para financiamento pelo PMCMV 2, o SAC apresentou o menor coeficiente de variação (11,18%); portanto, o menor risco. Deste modo,

considerando esse critério, esta seria a melhor escolha para o financiamento de um imóvel pelo PMCMV 2. No Gráfico 3, seguem projetados, na forma de histograma, a distribuição de frequência de probabilidade gerada para o VPL de compra.



Visualiza-se, no Gráfico 3, que o VPL via Tabela *Price* tem 87,70% de probabilidade de ser negativo nesse caso. A partir de tais resultados, pode-se dizer que, para o financiamento pelo PMCMV 2, se for levado em conta como critério de aceite o VPL, o SAC também foi o que apresentou a menor probabilidade de ser negativo (49,17%). No Gráfico 4, identificam-se as variáveis que apresentam maior impacto nos resultados do VPL analisado.

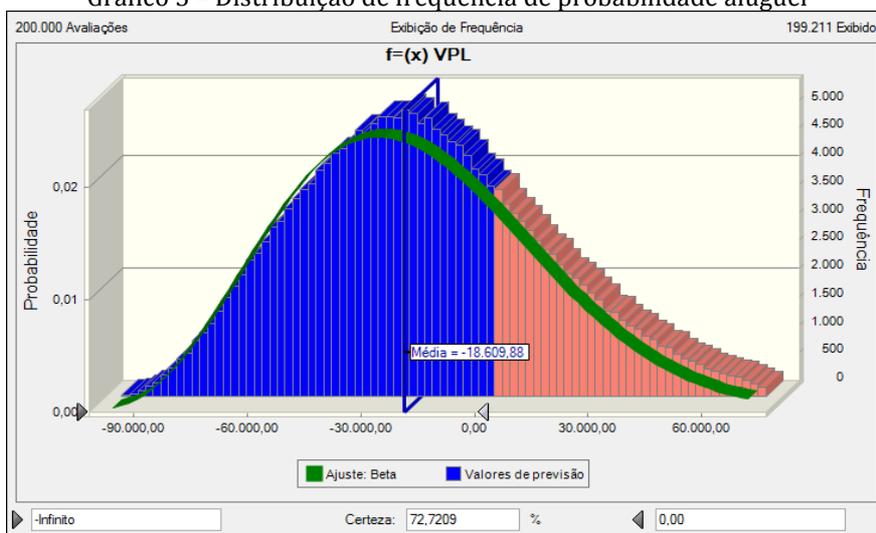
Gráfico 4 – Análise de sensibilidade VPL compra



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

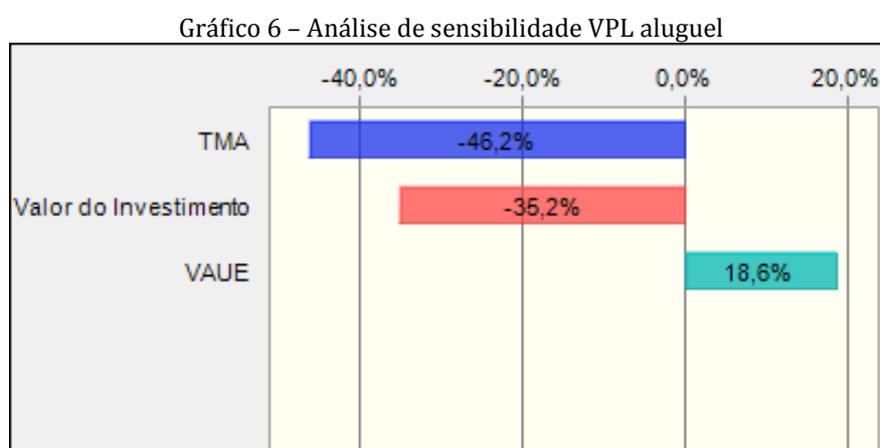
Pela análise de sensibilidade exposta no Gráfico 4, verifica-se que o VAUE é o elemento, dentre os considerados na análise, que tem uma influência de aproximadamente 44% nos resultados obtidos pelo VPL de compra, adotando a Tabela *Price*. Assim sendo, pode-se dizer que a análise de sensibilidade é um instrumento muito valioso para apontar a devida importância de cada elemento no resultado final. Com relação à Simulação Monte Carlo para o aluguel, é possível examinar no Gráfico 5 a distribuição de frequência de probabilidade do VPL encontrada.

Gráfico 5 – Distribuição de frequência de probabilidade aluguel



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

O relatório gerado mostra, no Gráfico 5, que a probabilidade do VPL para o aluguel ser negativo é de 72,72%. Deste modo, pode-se dizer que, levando em conta apenas o critério do VPL alugar um imóvel não é uma opção economicamente viável, considerando as variáveis analisadas. Salienta-se que foi gerada somente uma Simulação Monte Carlo com 200.000 iterações para o VPL do aluguel, já que, independente do sistema de amortização adotado no financiamento pelo PMCMV 2, os valores dos aluguéis referentes aos imóveis pesquisados não sofrem alterações. No Gráfico 6, segue exposta a análise de sensibilidade do VPL referente ao aluguel.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2015).

Acompanhando a mesma tendência de sensibilidade do VPL de compra, entretanto, com uma influência menor, o VAUE representa um impacto de 18,6% nos resultados finais do VPL do aluguel. Portanto, qualquer alteração nesta variável pode proporcionar melhores resultados no VPL do aluguel.

Considerações finais

Nos últimos anos, a estabilidade macroeconômica, o crescimento do número de pessoas empregadas, aliados com a facilidade de acesso, acarretaram numa expansão do crédito, contribuindo, também, para o aumento na procura, por parte dos brasileiros, de aquisição da casa própria. Contudo, no Brasil, apesar dos avanços na sua política habitacional – como os

incentivos do governo para a aquisição da casa própria –, ainda é preciso investir mais nesse setor. De tal forma, minimizar-se-iam cada vez mais os déficits com a população de baixa renda.

Partindo do objetivo de verificar via simulação Monte Carlo a viabilidade econômica de imóveis financiados, no Município de Santa Maria – RS, pelo Programa Minha Casa Minha Vida 2, considerando o SAC e a Tabela *Price*, constatou-se, a partir das 200.000 iterações realizadas no *software* Crystal Ball,[®] que, no comparativo entre os dois sistemas de amortização, ao optar por um financiamento imobiliário, o SAC é o que oferece o menor risco (11,18%). Deste modo, ao utilizar esse critério pela escolha do financiamento, ele seria a melhor alternativa por parte do comprador. Já na análise da sensibilidade do VPL, em ambos os sistemas de amortização – tanto no de compra como no do aluguel –, o VAUE foi a variável que mais influenciou os resultados finais obtidos pelo VPL. Portanto, visando melhores resultados, possíveis alterações nessa variável devem ser verificadas cuidadosamente.

Ao findar este estudo, uma sugestão de pesquisa futura, considerando uma outra questão que precisa ser revista, é o problema da inadimplência nesse tipo de financiamento imobiliário oferecido. Isso porque é necessário admitir que existem outros gastos envolvidos, além da prestação, como no caso do condomínio que, muitas vezes, compromete a capacidade de pagamento do beneficiário. Por isso, recomenda-se, levando em conta que o país tem muitos imóveis não ocupados, uma investigação sobre o aluguel subsidiado poderia ser uma opção mais viável, visando reduzir o déficit habitacional e, ao mesmo tempo, favorecer as famílias mais carentes.

Referências

AMARO, A.; SILVESTRE, C.; FERNANDES, L. *Estatística descritiva: o segredo dos dados*. Lisboa: [s.n.], 2009.

ARAGÃO, J. M. *Sistema financeiro da habitação: uma análise sócio-jurídica da gênese, desenvolvimento e crise do sistema*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ARRAES, R. A.; SOUSA FILHO, E. de. Externalidades e formação de preços no mercado imobiliário urbano brasileiro: um estudo de caso. *Revista Economia Aplicada*, v. 12, n. 2, p. 289-319, 2008.

BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, 2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Cartilha completa Minha Casa Minha Vida. 2014. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CAMARGO, C. *Análise de investimentos e demonstrativos financeiros*. Curitiba, Ibpx, 2007.

COUTO, E. K. et al. Estudo da variabilidade no tempo de execução de projetos na construção civil: uma análise do planejamento estrutural em um estádio de futebol. *Ingeniería Industrial*, ano 6, v. III, n. 11, p. 17-26, 2013.

D'AMICO, F. O programa minha casa, minha vida e a Caixa Econômica Federal. In: COSTA, J. C. et al. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

FIGUEIREDO, A. M. de S. (Org.). *Cálculos no sistema financeiro da habitação*. Curitiba: Juruá, 2004.

GARCIA, C. *Modelagem e simulação de processos industriais e de sistemas eletromecânicos*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

GERALDO, G. P. O programa minha casa minha vida, o mercado imobiliário e o direito à cidade: análise dos impactos do programa na cidade de São Carlos – SP. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Peru. *Anais ...* Peru: Egal, 2013.

GONÇALVES JUNIOR, C. A.; DUTRA, R. de L.; LOPES, R. L.; RODRIGUES, R. L. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, jan./mar. 2014.

GONSALVES, E. P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

GUPTA, P. K.; HIRA, D. S. *Operations research*. 31. ed. Índia: Krishna Prakashan Media Ltda., 2014.

JUN, M. J. *The effects of housing preference for an apartment on residential location choice in Seoul: a random bidding land use simulation approach*. *Land Use Policy*, v. 35, p. 395-405, 2013.

LIMA, A. P. Crédito imobiliário: aperfeiçoamento do ambiente regulatório. 2005. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO. Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (Org.). *As contribuições das experiências dos sistemas imobiliários da Espanha e do México para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publitteto, 2007.

LIMA, E. C. P. et al. Simulação de Monte Carlo auxiliando a análise de viabilidade econômica de projetos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4., 2008, Niterói. *Anais ...* Niterói: CNEG, 2008.

- MACIEL, V. F. et al. Vulnerabilidade habitacional: desafios à gestão pública. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8., 2005, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Semead, 2005.
- MARTINS, V. L. M.; WERNER, L.; PINTO, F. T. Uso da simulação de Monte Carlo para avaliação da confiabilidade de um produto. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 13., 2010, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Simpoi, 2010.
- MOURA, J. M. de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 6, n. 3, p. 339-359, set./dez. 2014.
- SARAIVA JR., A. F.; RODRIGUES, M. V.; COSTA, R. P. Método de determinação da margem de contribuição de produtos com variabilidade de preços e custos diretos unitários: Uma aplicação em uma indústria de produtos plásticos. *Revista ABCustos*, v. 4, n. 3, p. 33-61, set./dez. 2009.
- SCHOR, S. M.; PAIVA, H. B. Novos procedimentos para estimar a capacidade de pagamento das famílias em programas de habitação de interesse social. In: Conferência Internacional da LARES, 11., 2011, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Lares, 2011. CD-ROM.
- SHIMIZU, J. Y. *Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável*. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2010.
- SMITH, D. J. Incorporating risk into capital budgeting decisions using simulation. *Management Decision*, v. 32, n. 9, p. 20-26, 1994.
- SOUZA, M. C. M. *Quantificação das incertezas na avaliação de projetos: o modelo utilizado na Agência de Fomento do Estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- YAMAMOTO, J. K. *Avaliação e classificação de reservas minerais*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

Sugestões para a aplicação do comércio eletrônico B2B em uma empresa do segmento de bebidas

Amanda Carolina de Oliveira*
Marcia Zampieri Grohmann**
Ana Claudia da Rosa***

Resumo: O presente estudo justifica-se pelo crescente uso da internet, como canal de distribuição, exigindo das organizações postura permanente de atualização e estratégias mercadológicas dirigidas para se manterem competitivas. Assim, a pesquisa foi desenvolvida no setor de *Trade Marketing* de uma empresa do segmento de bebidas, localizada no Rio Grande do Sul. O objetivo geral foi propor uma plataforma de comércio eletrônico B2B, como um novo canal de distribuição. Para isso, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, apresentando natureza descritiva e enfoque qualitativo, por meio de um estudo de caso. Dessa maneira, para o alcance do objetivo, foram identificados os setores envolvidos na implementação da plataforma e realizadas entrevistas com seus representantes, para definir os pontos fortes e fracos da adoção desta plataforma. Além disso, realizou-se um estudo de *benchmarking* em três *sites* de empresas do segmento de bebidas e proposto o *layout* e o funcionamento para o *site* de *e-commerce* B2B, para aumentar a vantagem competitiva da empresa.

Palavras-chave: Marketing digital. E-commerce. B2B. Benchmarking. Vantagem competitiva.

Introdução

Nas últimas décadas, há constante crescimento e inovação das tecnologias de informação e comunicação. (OKADA; SOUZA, 2011). Devido às crescentes facilidades dos meios de comunicação, os negócios vêm sofrendo modificações diariamente, e nada foi mais propício para essas mudanças do que a internet. (CORRÊA, 2000). Dessa forma, a internet é uma ferramenta poderosa de marketing, que tem possibilitado um novo espaço para a

* Bacharela em Administração pela UFSM. Currículo Lattes:

<<http://lattes.cnpq.br/2278974211972308>>. E-mail: amandac.oliveira@hotmail.com.

** Bacharela em Administração pela UFSM. Mestra em Engenharia de Produção pela UFSM. Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC. Professora no curso de Administração da UFSM. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6154967504992274>>. E-mail: marciazg@gmail.com.

*** Bacharela em Administração pela UFSM. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFSM. Currículo Lattes:

<<http://lattes.cnpq.br/1039707288631252>>. E-mail: ana.claudiadarosaa@gmail.com.

realização de negócios, disponibilizando canais alternativos para agentes econômicos trocarem informações, se comunicarem, distribuírem diferentes tipos de produtos e serviços e iniciarem transações comerciais. (AMARAL; NIQUE, 2000). No entanto, segundo Kendzerski (2009), o que garante o sucesso de uma empresa na web é a forma como ela irá se comunicar com o mercado, através dos meios digitais; assim, o conhecimento a respeito do marketing digital é importante, pois ele se preocupa com a relação entre a organização e o cliente.

Além disso, com o avanço da tecnologia, a internet se tornou um dos mais importantes canais mundiais de distribuição, conforme afirma Drucker. (2000). Assim sendo, o crescimento acelerado da internet possibilitou o surgimento do *e-commerce* ou comércio eletrônico, e sua utilização merece atenção especial das empresas, pois essa nova forma de comércio representa uma importante vantagem competitiva.

Segundo dados revelados pela E-bit/Buscapé, publicados no relatório *Webshoppers* (2016), o faturamento do setor apresentou aumento acelerado, principalmente nos últimos quinze anos (de 2001 a 2015), com crescimento médio anual de 37%. Em 2015, o *e-commerce* brasileiro movimentou 41,3 bilhões de reais, representando um aumento de 15,3%, em relação ao ano anterior. As categorias em que os consumidores mais utilizaram, nos últimos seis meses, foram viagens e turismo (72%), eletrônicos (66%), assinatura de revistas (63%), eletrodomésticos e telefonia/celulares (ambos com 61%) (E-BIT/BUSCAPÉ, 2016). Referente às categorias de alimentos e bebidas, 29% dos consumidores realizam compras *online*. Dessa forma, é possível identificar uma oportunidade para as indústrias que atuam neste setor, já que ainda são poucas as empresas que exploram de forma correta o mercado *online*.

Inseridas nesse contexto, muitas indústrias estão colocando, em suas estratégias comerciais, o canal digital, através do uso de plataformas de *e-commerce Business-to-Business* (B2B) e ações de marketing digital (BONIFACIO, 2015). As relações de comércio eletrônico B2B são caracterizadas por envolverem transações entre empresas (AMARAL et al., 2015). No Brasil, as operações comerciais B2B estão ganhando força e cada vez mais empresas estão se reinventando e aprendendo a vender no mundo digital. (BONIFACIO,

2015). É o caso das indústrias de bebidas, que possuem grande importância econômica no país, como atestam os dados do setor. Assim, conforme a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), em 2015 o setor obteve um faturamento líquido de 109,1 bilhões de reais, constituindo um importante ramo do mercado nacional, representando cerca de 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB), juntamente com os produtos alimentares.

Diante desse cenário, a atual pesquisa foi realizada, no setor de *Trade Marketing* de uma empresa do segmento de bebidas, localizada no Rio Grande do Sul. Por meio do acompanhamento das rotinas diárias, verificou-se a necessidade de um canal alternativo de distribuição, que atingisse uma parcela maior do mercado, a fim de alavancar as vendas e obter vantagem competitiva. Desse modo, foi evidenciado que a empresa ainda não pratica o *e-commerce* B2B e, dessa forma, a atual pesquisa tem por objetivo geral propor a implementação do comércio eletrônico B2B na empresa. Com o intuito de atingir o objetivo geral proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar os setores da empresa envolvidos no processo e a percepção de seus atores sobre a implementação do *e-commerce*, realizar *benchmarking* em três *sites* de empresas do segmento de bebidas e propor o *layout* e o funcionamento para um *site* de *e-commerce* B2B.

Visando alcançar aos objetivos propostos, a presente pesquisa é estruturada em cinco etapas. Primeiramente, discute-se o referencial teórico do trabalho. Na sequência, é abordada a metodologia do estudo, que se caracteriza como uma pesquisa aplicada, descritiva, por meio de um estudo de caso. Dando sequência, são apresentados os resultados e as discussões. Finalmente, a última etapa foi reservada às considerações finais, sendo retomados os objetivos propostos, bem como os resultados que foram alcançados.

Referencial teórico: marketing

Para Limeira (2007), marketing é uma palavra em inglês derivada de *market*, que significa mercado e é utilizada para expressar a ação voltada para o mercado. E, conforme o mesmo autor, entende-se que uma empresa

ou uma pessoa pratica o marketing quando suas ações e seu foco estão orientados para o mercado. Para Kotler (2006), o marketing também envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais, suprindo estas necessidades de “forma lucrativa”. Segundo o autor, a administração de marketing engloba a escolha de mercados-alvo, além da captação, manutenção e fidelização de clientes, por meio da criação, da entrega e da comunicação de um valor superior para o cliente.

O conceito de marketing sofreu adaptações ao longo dos anos, pelo fato de o mercado estar em constante movimento, tornando-se necessário para as empresas adaptarem suas estratégias, de acordo com a época em questão. Assim sendo, conforme Heinz, Costa e Pereira (2014), o Composto de marketing, também conhecido como *Mix de Marketing* foi um dos elementos mais impactados por este processo de transformação.

O *Mix de Marketing* é um conjunto de ferramentas que a empresa utiliza para alcançar seus objetivos de marketing, no seu mercado-alvo, sendo caracterizado por quatro Ps: produto, preço, promoção e praça (distribuição). (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2016). A Figura 1 apresenta os 4 Ps do *Mix de marketing*, os quais são descritos a seguir.



Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em Kotler (2006).

De acordo com Parente (2000) e Bernardino (2004), o produto é uma combinação de bens e serviços que a empresa oferece no mercado-alvo. Para os autores, fazem parte do produto características como variedade, *design*, nome da marca, embalagem, tamanho, serviços, garantias e retornos. Por

meio do produto, Kotler (2006) menciona que o cliente percebe a empresa, verifica a qualidade e a satisfação ou não de seus desejos e necessidades. O preço, em sentido restrito, refere-se à quantia em dinheiro cobrada por um produto ou serviço, e de forma mais ampla é a soma de todos os valores que os consumidores trocam pelos benefícios, ao obter ou utilizar um produto ou serviço. (HEINZ; COSTA; PEREIRA, 2014). É uma das mais relevantes variáveis de marketing, pois tem impacto no nível de vendas, na margem de contribuição e na posição estratégica de um produto. (LIMA et al., 2007). Já a promoção (ou comunicação) visa exercer influência sobre as crenças ou comportamentos de um público-alvo, informando, persuadindo e lembrando o mercado de um produto e/ou organização que o vende. (ETZEL; WALKER; STANTON, 2001). Segundo Strehlau e Telles (2006), a promoção pode ser entendida como um sistema de gerenciamento e integração dos vários elementos da comunicação em marketing, cujo resultado deve ser a comunicação de uma mesma mensagem ao consumidor.

Por fim, a distribuição apresenta algumas outras denominações, como praça, canais de distribuição ou, ainda, canais de marketing e vem a ser o processo, a estrutura e gestão da disponibilidade dos produtos (bens, serviços, etc.) para as trocas. (STREHLAU; TELLES, 2006). Pode então, apresentar-se em duas dimensões: a primeira são os canais de marketing, ou seja, a administração da distribuição, que envolve a estrutura e o gerenciamento das atividades dos agentes presentes nos canais, as operações de atacado e varejo; a segunda corresponde à distribuição física, que envolve aspectos logísticos de planejamento, transporte e armazenagem. (STREHLAU; TELLES, 2006). De acordo com Peter Drucker (2000), a internet é um dos mais importantes canais mundiais de distribuição. Desse modo, o novo formato de varejo, que agrega instrumentos do varejo tradicional, com ferramentas como a internet, está se constituindo em um canal de distribuição. (MACHADO NETO et al., 2004).

Marketing digital e e-commerce

Diante do crescente avanço da tecnologia e do constante crescimento da internet, como canal de distribuição, surgiu um novo tipo de marketing, o *Marketing Digital*, que possibilita a interação *online* entre a organização e

seus consumidores. (CRUZ; SILVA, 2014). Dessa maneira, uma peculiaridade da internet, em relação ao processo de comunicação, são as suas características de interatividade e instantaneidade, sendo essas características a diferença básica entre o *Marketing Digital* e o *Marketing Tradicional*. (TOLEDO; NAKAGAWA; YAMASHITA, 2002). Então, nesta nova fase do marketing, o usuário assume a responsabilidade sobre a maneira como o relacionamento será estabelecido entre as partes. (RAPP; MARTIN, 2002). Além disso, McKenna (2006) destaca que é cada vez mais importante para as empresas entenderem os consumidores que fazem uso das novas tecnologias.

Dentro do *Marketing Digital*, a internet e seus serviços básicos têm proporcionado um novo espaço para a realização de negócios eletrônicos (*e-business*), o que possibilitou para as empresas e os indivíduos canais alternativos para troca de informações, comunicação e distribuição de diferentes tipos de produtos e serviços. (AMARAL; NIQUE, 2000). Além disso, a internet vem se destacando, pois se tornou um importante canal de marketing, e, além disso, possibilitou o surgimento dos *sites* de comércio eletrônico. (FERREIRA; NUNES, 2008). Dessa maneira, é possível evidenciar que, diariamente, mais empresas começam a comercializar seus produtos e serviços através da internet, demonstrando o grande potencial da internet como canal de venda. (AMARAL; NIQUE, 2000).

Segundo Nascimento, Silva e Santos (2009), o comércio eletrônico, também conhecido como *e-commerce*, refere-se ao uso da internet para conduzir negócios, envolvendo transações comerciais realizadas digitalmente, ou seja, todas as operações realizadas por meio da tecnologia digital. Para os autores, esse tipo de comércio é utilizado para comercializar produtos ou serviços de forma *online*, de maneira rápida e de fácil acesso para todos os elementos da sociedade.

Conforme Strehlau e Telles (2006), atualmente existem duas classificações que são utilizadas para caracterizar as empresas que fazem seus negócios de forma *online*. O primeiro tipo de empresa é composto por aquelas consideradas tradicionais, as quais atuam no mercado tradicional e encontram-se expandindo sua atuação para a internet, sendo denominadas de empresas reais, e que possuem atividades no “mundo real”. Já o segundo tipo engloba as empresas que surgiram e atuam somente no espaço virtual,

ou seja, são consideradas empresas virtuais, sem a presença nos mercados considerados tradicionais.

Amaral e Nique (2000) afirmam que, para a utilização estratégica da internet, dentro do contexto da organização, é preciso estar atento às formas como a empresa pode gerar valor para seus clientes, tanto no mundo real como no mundo virtual feito de informação. Além disso, os autores mencionam que, juntamente com a popularização da internet e a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (T.I.C.), foram surgindo várias modalidades de comércio eletrônico. Assim, Turban e King (2004) mencionam que existem diversos tipos de comércio eletrônico; dentre os quais se destacam o *Business-to-Business* (B2B), que representa o comércio eletrônico entre empresas e o *Business-to-Consumer* (B2C), que refere-se às transações de varejo entre empresas e compradores individuais.

Para Amaral et al. (2015), as relações de comércio eletrônico B2B são caracterizadas por envolverem transações entre empresas, incluindo também o fluxo de informações inter e intraorganizacionais, comunicação e colaboração, isto é, transações no mercado eletrônico entre organizações. Portanto, conforme o autor, através do comércio eletrônico B2B, as relações entre fornecedores e seus clientes são definidas de acordo com as funções envolvidas, que podem ser: logísticas, marketing e vendas, ou serviços pós-vendas.

Outra questão abordada na literatura, referente à utilização do comércio eletrônico B2B é a velocidade como as transações são feitas, e, conseqüentemente, a melhoria na velocidade de resposta ao cliente. (AMARAL et al., 2015). Dentro dessa temática, Maciel e Ladeira (2002) ressaltam a importância em criar uma navegação simples na ferramenta de comércio eletrônico, para que não seja mais fácil ao cliente deslocar-se até a loja física. Franco e Carlos (2001) e Rigato (2013) relacionam como benefícios para os clientes, que utilizam o comércio eletrônico B2B, principalmente a agilidade e dinamismo nas compras, cujo aspecto é facilitado por uma quantidade menor de burocracia e processo de compra mais ágil.

Portanto, conforme Pappa e Saes (2015), o objetivo geral de um comércio eletrônico B2B é proporcionar o estreitamento dos laços entre os parceiros de negócios, de forma a reduzir custos. Dessa maneira, os mesmos

autores ressaltam que as oportunidades de negócios entre as empresas envolvidas aumentam, e os empresários passam a melhorar seus retornos financeiros. Assim sendo, Amaral et al. (2015) afirmam que o comércio eletrônico é uma alternativa a ser considerada, também nas relações B2B, como um tema estratégico, uma vez que está diretamente relacionada aos processos de vendas e pós-vendas, suportando com maior eficácia esse fluxo de atividades de diferenciação.

Benchmarking

O *benchmarking* é uma ferramenta de gestão organizacional que visa principalmente à praticidade e facilidade na busca de melhorias, constituindo importante vantagem competitiva para uma organização. (MARTINS; SANTOS; CARVALHO, 2010). É um processo que analisa e compara o próprio desempenho organizacional com o das empresas líderes do segmento, que desempenham com excelência as diversas práticas administrativas, sejam elas concorrentes diretas ou não. (CARLINI JUNIOR; VITAL, 2004).

Além disso, segundo Mattos e Guimarães (2005), existem quatro tipos de *benchmarking*: interno, que é a identificação de melhores práticas na própria organização em áreas, unidades ou filiais distintas; o *benchmarking* competitivo, que é a comparação com os concorrentes, quando se procura identificar a causa do melhor desempenho; o *benchmarking* de processo, que é a comparação de processos similares utilizados em empresas não concorrentes, preferencialmente, com empresas consideradas “referências de mercado”, no processo em estudo; e o *benchmarking* genérico, que trata da comparação do uso de uma determinada tecnologia, metodologia ou prática específica.

Carlini Junior e Vital (2004) afirmam, em seu estudo, que a utilização do *benchmarking* é importante para que as empresas aumentem seu nível de competitividade e atinjam nível excepcional de desempenho, qualidade e satisfação de seus clientes. Eles expõem ainda que esta técnica auxilia as organizações a eliminarem o processo de aprendizagem na base de tentativa e erro; implantar práticas comprovadamente eficazes; e realizar melhorias de maneira mais rápida, aprendendo com outras.

Dessa forma, no *e-commerce*, o *benchmarking* pode ajudar a empresa a desenvolver ofertas mais adequadas ao público-alvo e ainda trazer mais segurança àquelas que estão entrando no mercado eletrônico, uma vez que os riscos de insucesso são reduzidos, pelo fato de adotar práticas já aprovadas no mercado.

Metodologia

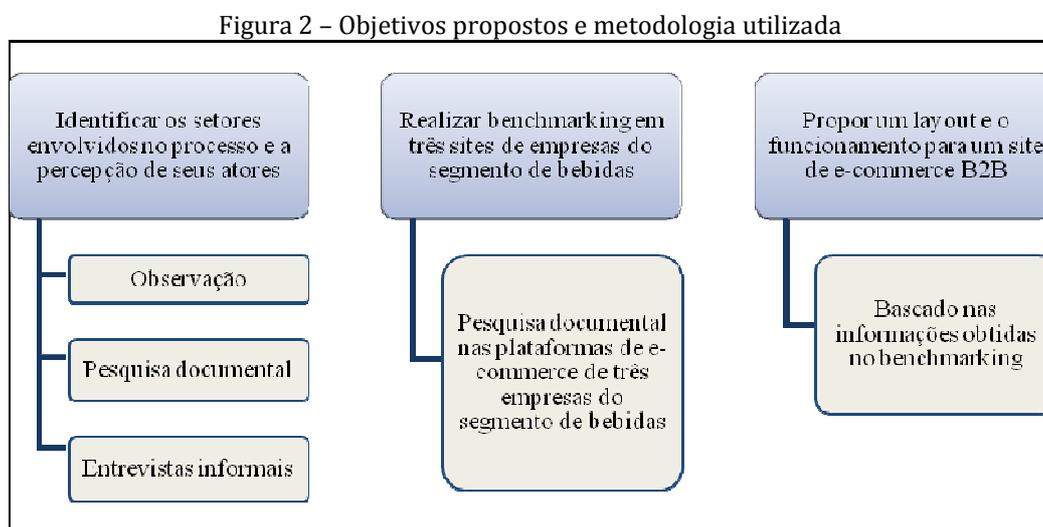
A atual pesquisa foi desenvolvida no setor de *Trade Marketing* de uma empresa fabricante e distribuidora de bebidas, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, durante diagnóstico realizado no setor, verificou-se que possui o varejo como canal distribuidor de seus produtos e direciona a ele suas estratégias de vendas. Dessa forma, foi proposto um novo canal de distribuição, ou seja, a implantação do comércio eletrônico B2B para aumentar sua vantagem competitiva.

Para isso, o estudo apresenta natureza aplicada, que, de acordo com Hair Júnior et al. (2005), as pesquisas aplicadas possuem como objetivo auxiliar a empresa a resolver um determinado problema. Já com relação a sua abordagem, a pesquisa apresenta enfoque qualitativo. Conforme Hair Júnior et al. (2005), os estudos qualitativos possibilitam informações aprofundadas com relação a determinadas características.

Além disso, o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa descritiva, que, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), mede, avalia ou coleta dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Com relação aos procedimentos adotados, utilizou-se a técnica de estudo de caso. Segundo Gil (2008), o estudo de caso objetiva o conhecimento amplo e detalhado, por meio de uma análise profunda de um ou de poucos objetos de pesquisa. Além disso, Yin (2005) também afirma que o estudo de caso é utilizado quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos, sendo que o pesquisador se baseia em várias fontes de evidências. E, de acordo com o mesmo autor, os dados para os estudos de caso podem ser oriundos de seis fontes: documentos (pesquisa documental), registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Portanto, na presente pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos para a coleta dos dados: entrevistas informais realizadas com representantes dos setores envolvidos com a implementação do *e-commerce* B2B, acompanhamento das rotinas de *Trade Marketing* por meio de observação participante no setor e pesquisa documental, nas plataformas de comércio eletrônico de três empresas do segmento de bebidas, bem como pesquisas em documentos provenientes da empresa.

Na Figura 2, são apresentados os objetivos propostos pelo estudo, bem como os procedimentos metodológicos que foram utilizados para alcançá-los.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Resultados e discussões

Para melhor compreensão dos resultados, essa etapa encontra-se estruturada em três tópicos. Primeiro, são abordados os setores envolvidos na implementação da plataforma. Após, discute-se o *benchmarking* realizado em três plataformas de *e-commerce* do segmento de bebidas e, por fim, apresenta-se a proposta do *site* de *e-commerce* do tipo B2B para a empresa objeto do estudo.

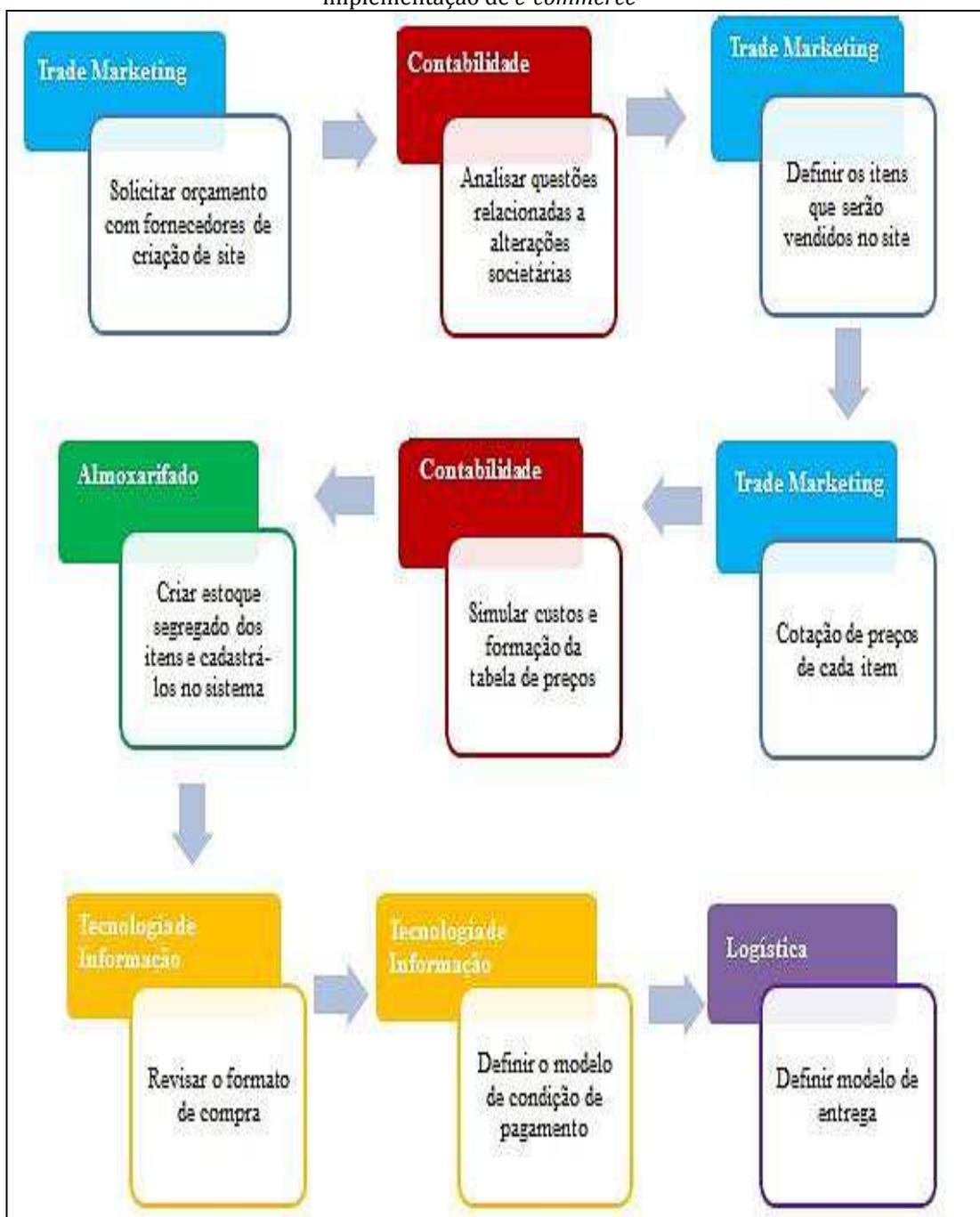
Setores envolvidos no processo de implementação do e-commerce

Num primeiro momento, foram identificados os setores da empresa que estão envolvidos no processo, para implementar uma plataforma de *e-commerce* B2B. O fluxograma, exposto na Figura 3, mostra os setores envolvidos, bem como as respectivas atividades e responsabilidades de cada um.

Primeiramente, o setor de *Trade Marketing* ficará responsável por solicitar, junto a fornecedores, orçamentos para a criação da plataforma de *e-commerce*, visto que o setor de Tecnologia da Informação (TI) da empresa realiza somente a instalação, manutenção e administração de sistemas e da infraestrutura informática. Em seguida, o setor de Contabilidade analisará questões relacionadas a alterações societárias da empresa.

Após definir como ficariam as questões societárias, o setor de *Trade Marketing* definirá quais materiais seriam comercializados pelo *site*, ou seja, quais itens o cliente poderá adquirir. Além disso, o setor realizará também a cotação de preços de cada item. A etapa seguinte, que será realizada pelo setor de Contabilidade, irá simular os custos envolvidos na obtenção dos materiais, para definir a tabela de preços dos itens.

Figura 3 – Fluxograma dos setores envolvidos, suas atividades e responsabilidades na implementação de *e-commerce*



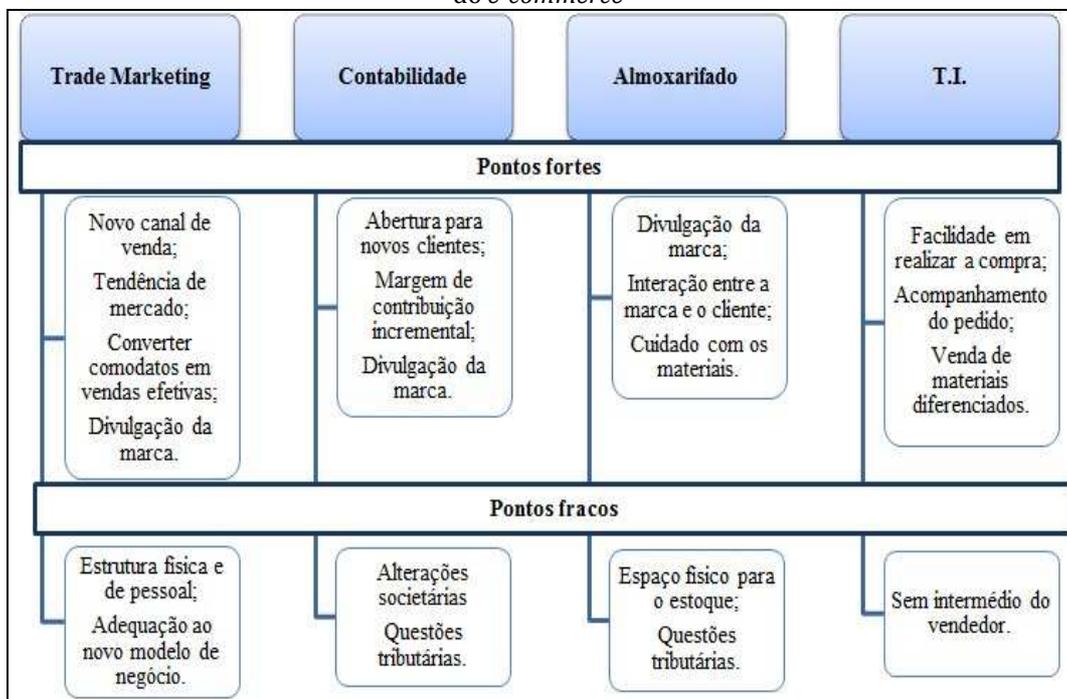
Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

O setor do Almoxarifado ficará responsável por cadastrar os itens no sistema da empresa e ainda criar um estoque segregado para os materiais

que serão vendidos na loja virtual. Na etapa seguinte, o setor de TI revisará o formato de compra e definirá o modelo das condições de pagamento. Por fim, o setor de logística determinará o modelo de entrega dos produtos e materiais que serão vendidos pelo *site*.

Com o intuito de entender os pontos fortes e pontos fracos, em relação à implementação do *e-commerce* na empresa, foi realizada uma entrevista com os representantes de alguns setores envolvidos no processo. Os resultados são expostos na Figura 4.

Figura 4 – Pontos fortes e pontos fracos apontados pelos departamentos na implementação do *e-commerce*



Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Dessa forma, pôde-se constatar que o representante do setor de *Trade Marketing* afirmou que os pontos fortes do *e-commerce* seriam: a adesão a um novo canal de venda dos produtos; a implementação de um canal que é tendência no mercado; maior divulgação da marca e a conversão de comodatos atuais em vendas efetivas, ou seja, vender materiais que hoje são cedidos aos pontos de venda, em forma de comodato. E os pontos fracos

referem-se à estrutura física e de pessoal, para comportar a plataforma e a adequação ao novo modelo de negócio.

Para o setor de contabilidade, um ponto forte seria a entrada de novos clientes, visto que a plataforma iria abrir um novo mercado para clientes que gostam de comprar pela internet. Outro ponto forte apontado foi a divulgação da marca e a margem de contribuição incremental que a plataforma trará. Já os pontos fracos identificados foram questões burocráticas envolvidas na alteração societária e os cuidados com as questões tributárias.

Já o entrevistado, no setor do Almojarifado, elencou os seguintes pontos fortes: divulgação da marca, tendência de mercado, maior interação entre a marca e o cliente e cuidado maior dos materiais por parte dos clientes, pois como hoje os materiais são fornecidos em forma de comodato, não representando nenhum custo ao cliente, a maioria não zela pelo material. O entrevistado destacou também que os pontos fracos, em sua opinião, seriam o espaço físico para a armazenagem do material, que será comercializado no *site* e as questões tributárias envolvidas na compra e venda.

Por fim, foi entrevistado o representante do setor de TI, que ressaltou que os pontos fortes seriam a facilidade do cliente em realizar a compra na comodidade da sua casa, bem como o acompanhamento do pedido e a venda de materiais diferenciados, como utensílios para cozinha, que hoje ainda não existem na empresa. O ponto fraco descrito por ele foi a falta da intervenção do vendedor para negociar a venda de produtos com o cliente.

Benchmarking

Na realização do *benchmarking*, objetivou-se avaliar as práticas dos *sites* de *e-commerce* de empresas que atuam no segmento de bebidas no Brasil e, dessa maneira, foram analisados três portais de *e-commerce*, sendo um do tipo B2B e dois do B2C, que comercializam seus produtos em todo o território nacional.

Portanto, foram verificados aspectos relacionados ao *layout* dos *sites*, produtos vendidos, bem como serviços oferecidos aos clientes. O Quadro 1 apresenta os principais pontos levantados na realização do *benchmarking*.

Quadro 1 – *Benchmarking* realizado em três *sites* que praticam *e-commerce*

Característica	Principais pontos evidenciados nas plataformas de e-commerce
Layout dos sites	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil acesso • Interatividade • Segurança para os clientes no fornecimento das informações • O cliente tem acesso ao portal através de login (CPF ou CNPJ) e senha
Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de informações técnicas (composição, atributos, etc.) dos produtos • Venda de diversos produtos da marca: bebidas, copos, mesas, cadeiras, etc.
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Sugestões de compras • Vídeos explicativos sobre a marca e os produtos • O cliente pode acompanhar o seu pedido e emitir uma segunda via do boleto; • O cliente pode alterar seus dados cadastrais (endereço de envio, telefone, etc.) • Diversas formas de pagamento • Benefícios: descontos, sugestões de compras

Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

Desta maneira, tendo como base o *benchmarking* realizado, procedeu-se à sugestão de uma plataforma de *e-commerce* B2B para a empresa, conforme descrito na sequência.

Sugestão de plataforma e-commerce B2B

Para desenvolvimento e implantação de uma plataforma de comércio eletrônico B2B na empresa objeto deste estudo, sugere-se que seja criado um ícone “Loja virtual” no menu da página inicial do *site* da empresa. Para ter acesso à loja virtual, o usuário já deverá ser cliente da empresa; caso contrário, terá que entrar em contato com algum representante comercial e solicitar seu cadastro para comprar pelo *site*.

Depois de ser cadastrado no sistema da empresa, o cliente poderá efetuar seu *login* através do número do CNPJ ou CPF e de uma senha pré-cadastrada (Figura 5). Assim, o cliente terá acesso ao seu espaço virtual, onde poderá realizar pedidos, fazer a compra de materiais para o seu Ponto de Venda (PDV), ou seja, para a sua empresa (bares, mercados, restaurantes, e demais empresas clientes) e solicitar serviços.

Figura 5 – Página de acesso ao espaço virtual para o cliente

Bem-vindo Cliente!

CPF ou CNPJ:

Senha:

[Problemas com login](#)

Entrar

Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

O ambiente virtual do cliente deverá ser dinâmico e personalizado, prezando pela facilidade, agilidade e rapidez de acesso. Assim sendo, conforme exposto na Figura 6, sugere-se que haja um espaço para o cliente alterar seus dados pessoais e endereço quando necessário, bem como a opção de consultar seus pedidos e pagamentos em aberto. Além disso, será possível solicitar empréstimo de geladeira para o PDV e de chopeira para eventos especiais. Hoje, para solicitar estes serviços, o cliente precisa do intermédio do vendedor, tornando o processo mais lento. No entanto, através da plataforma, o próprio cliente poderá realizar estas solicitações, reduzindo o processo e proporcionando mais rapidez às operações.

Figura 6 – Espaço para alteração de dados cadastrais do cliente

MINHA CONTA

BEBIDAS ✓ MATERIAIS P/ PDV ✓ PROMOÇÕES ✓

Boa Noite, Cliente

Meu Cadastro

- [Meus dados pessoais](#)
- [Alterar meu e-mail](#)
- [Alterar minha senha](#)
- [Meus endereços](#)

Meus Pedidos

- [Acompanhamento](#)
- [Pagamentos em aberto](#)

Meus Serviços

- [Empréstimo de cadeiras](#)

Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Conforme exposto na Figura 7, sugere-se uma página em que o cliente poderá pesquisar os produtos que deseja comprar, através das opções de consulta disponíveis, ou seja, ele poderá consultar o produto digitando o nome na caixa de busca ou selecionando, no menu lateral, o preço, a marca ou a embalagem que deseja. Além disso, também é sugerido que exista uma aba onde a empresa recomenda os produtos para o cliente, de acordo com o tipo

de estabelecimento que possui e com o histórico da última compra. Assim, o *site* poderá apresentar lançamentos dos produtos e incentivar o cliente a adquirir outros produtos.

Ao selecionar o produto, o cliente será direcionado a uma página onde terá a ficha técnica e ainda sugestões de materiais que poderá comprar junto com a bebida. Depois de selecionado o produto que deseja comprar, basta o cliente clicar em “Adicionar”, também exposto na Figura 7, que o produto será adicionado aos “Meus pedidos”. Na tela dos pedidos, o usuário terá a opção de fechar o pedido ou continuar comprando. Caso deseje pelo fechamento, ele será direcionado a outra tela, onde escolherá o método de pagamento e confirmará o endereço de entrega, para então finalizar a compra. Por fim, o cliente poderá acompanhar, no seu espaço virtual, a situação do pedido, ou seja, se o pagamento já foi confirmado, se o produto já foi separado para o transporte ou se ele já está a caminho.

Figura 7 – Página para seleção dos produtos



Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Além disso, sugere-se também que exista a aba “Promoções”, com itens que possuam descontos exclusivos para clientes que utilizam o *e-commerce*. Assim, o *site* pode incentivar a compra pela internet e despertar o interesse de clientes para aderirem a este novo canal.

Com relação à entrega dos pedidos realizados pelo *e-commerce*, ressalta-se que deverá ser realizada somente na região de atuação da empresa no Rio Grande do Sul. Atualmente, os clientes da empresa são

atendidos em dias predefinidos, de acordo com a rota que o vendedor fará naquele dia, ficando, assim, restritos em realizar a compra no dia em que o vendedor irá realizar a visita ao seu estabelecimento. Dessa maneira, com a implementação do *e-commerce*, o cliente terá a liberdade de realizar o seu pedido na comodidade de sua casa, bem como no horário e nos dias mais adequados. No entanto, quando o cliente preferir, poderá solicitar a visita do vendedor, mantendo esse relacionamento com a empresa. Além disso, outra vantagem desse canal é a facilidade de acesso à plataforma, pois o cliente poderá realizar seu pedido no computador, no tablet ou no celular, através de um aplicativo.

Considerações finais

Com o avanço da tecnologia, a internet se tornou um dos mais importantes canais mundiais de distribuição, conforme afirma Drucker (2000). Assim sendo, o crescimento acelerado da internet possibilitou o surgimento do *e-commerce* ou comércio eletrônico, e sua utilização merece atenção especial das empresas organizações, pois representa uma importante vantagem competitiva.

Dessa maneira, a pesquisa foi realizada no setor de *Trade Marketing* de uma empresa do segmento de bebidas, localizada no Rio Grande do Sul. Com o acompanhamento das rotinas diárias, verificou-se a necessidade de um canal alternativo de distribuição, que atingisse uma parcela maior do mercado, a fim de alavancar as vendas e obter vantagem competitiva. Desse modo, a atual pesquisa teve por objetivo geral propor a implementação do comércio eletrônico B2B na empresa. Para isso, foram definidos como objetivos específicos: identificar os setores da empresa envolvidos no processo e a percepção de seus atores sobre a implementação do *e-commerce*, realizar *benchmarking* em três *sites* de empresas do segmento de bebidas e propor o *layout* e o funcionamento para um *site* de *e-commerce* B2B.

Portanto, para responder ao primeiro objetivo, foram realizadas entrevistas com os representantes de alguns setores da empresa, a fim de definir o fluxo de atividades e os pontos positivos e negativos gerados pela

plataforma. Na sequência, com a realização de um estudo de *benchmarking* em três *sites* de empresas do segmento de bebidas, atingiu-se o segundo objetivo, ou seja, foi realizado um estudo desta ferramenta, avaliando e analisando as práticas dos portais de *e-commerce*, sendo que a primeira pratica o *e-commerce* do tipo B2B e as outras duas empresas realizam *e-commerce* do tipo B2C. Dessa forma, foram analisados aspectos relacionados ao *layout* dos *sites*, produtos vendidos, bem como os serviços oferecidos aos clientes. Assim, evidenciou-se que as plataformas analisadas possuem *sites* interativos, e oferecem diversas opções e facilidades aos seus clientes. No terceiro objetivo, a fim de propor o *layout* e o funcionamento do *site* de *e-commerce* B2B, foi desenvolvido um esboço de como poderiam estar dispostas as ferramentas no *site* e, também, foram descritas as funcionalidades que a plataforma deveria possuir, a fim de torná-la atrativa para o cliente.

Referente às limitações do estudo, cita-se que a análise de *benchmarking* realizada nos *sites* das empresas de bebidas foi possível apenas onde estava habilitado para o cliente comprar, portando o CPF, ou seja, existem outras ferramentas para serem analisadas, caso o usuário possua CNPJ. Outra limitação encontrada foi o tempo necessário para implementar uma plataforma de *e-commerce* em uma empresa, não sendo possível aprofundar o estudo e relatar os benefícios que esse canal proporcionaria à mesma. Assim, em estudos futuros, sugere-se o aprofundamento da análise e o relato dos benefícios ou problemas gerados pela implementação deste canal de distribuição. Além disso, também é sugerida a realização de um estudo que propusesse a gestão do *site* de *e-commerce* e também como se daria a operacionalização do processo, ou seja, depois que o cliente realizar o pedido, quais seriam os processos cabíveis a cada setor. Sugere-se, também, um estudo que propusesse a inclusão do comércio eletrônico do tipo B2C na empresa, para aumentar ainda mais a sua participação no mercado de bebidas, atingindo o consumidor final.

Por fim, espera-se que o presente trabalho seja aplicado na implementação da plataforma de comércio eletrônico B2B da empresa, proporcionando ideias para que o processo seja realizado com sucesso. Portanto, com as sugestões propostas pelo presente estudo, espera-se

contribuir para a empresa, sendo possível facilitar as transações comerciais; aumentar a participação no segmento de bebidas e obter vantagem competitiva. Além disso, espera-se que a atual pesquisa possa servir de base para o estudo e proposta de implementação de *e-commerce* B2B, em outras empresas que atuam no segmento de bebidas.

Referências

AMARAL, B. L.; NIQUE, W. *E-commerce*: atributos determinantes na utilização da Internet como canal de compra. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., 2000. Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: Anpad, 2000.

AMARAL, T. C. do et al. Influências do comércio eletrônico B2B no processo de atendimento de pós-vendas no segmento de bens de capital: estudo de caso em uma empresa representante de equipamentos pesados. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 14, n. 2, 2015.

AMA. AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. Definition of Marketing. 2016. Disponível em: <<https://www.ama.org/AboutAMA/Pages/Definition-of-Marketing.aspx>>. Acesso em: 2 de abr. 2016.

ABIA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO. *Números do setor: faturamento*. 2015. Disponível em: <<http://www.abia.org.br/vsn/anexos/faturamento2015.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BERNARDINO, E.C. *Marketing de varejo*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BONIFACIO, M. di. Como enfrentar a crise na indústria olhando para o mundo digital. *E-commerce Brasil*, São Paulo, 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/como-enfrentar-a-crise-na-industria-olhando-para-o-mundo-digital/>>. Acesso em: 1º maio 2016.

BUSCAPÉ COMPANY/E-BIT. *Relatório Webshoppers*, 2016. Disponível em: <http://img.ebit.com.br/webshoppers/pdf/33_webshoppers.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016

CARLINI JUNIOR, R. J.; VITAL, T. W. A utilização do *benchmarking* na elaboração do planejamento estratégico: uma importante ferramenta para a maximização da competitividade organizacional. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 6, n. 14, p. 60-66, 2004.

CORRÊA, G. T. *Aspectos jurídicos da internet*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRUZ, C. A. B. da; SILVA, L. L. da. Marketing digital: Marketing para o novo milênio. *Revista Científica do ITPAC*, v. 7, n. 2, abr. 2014.

DRUCKER, P. O futuro já chegou. *Revista Exame*. 2000. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/710/noticias/o-futuro-ja-chegou-m0050402>. Acesso em: 14 abr. 2016.

ETZEL, M. J.; WALKER, B. J.; STANTON, W. J. *Marketing*. São Paulo: Makron Books, 2001.

- FERREIRA, S. B. L.; NUNES, R. R. *E-Usabilidade*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- FRANCO JR.; CARLOS. F. *E-business: tecnologia da informação e negócios na internet*. São Paulo: Atlas, 2001.
- HAIR JR, J. F. et al. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HEINZ, D.; COSTA, J. I. P.; PEREIRA, E. W. Composto de marketing em redes de compras: estudo comparativo das percepções de administradores e associados em uma rede de supermercados. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 20, n. 2, 2014.
- KENDZERSKI, P. R. *Web Mkt e comunicação digital*. São Paulo: Ni, 2009.
- KOTLER, P. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2006.
- LIMA, F. M. et al. *Gestão de marketing*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.
- LIMEIRA, T. M. V. *O marketing na internet com casos brasileiros*. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2007.
- MACHADO NETO, A. F. Canais alternativos de distribuição: as “lojas virtuais” do Magazine Luiza. *FACEF Pesquisa*, v. 7, n. 1, 2004.
- MACIEL, R.L.; LADEIRA, R. Comércio eletrônico no varejo baiano: Setor de Supermercados. *Revista Gestão e Planejamento*, v. 6, 2002.
- MARTINS, S. G.; SANTOS, A. S.; CARVALHO, L. M. *O benchmarking e sua aplicabilidade em unidades de informação: uma abordagem reflexiva*. *Revista INTERFACE*, v. 7, n. 1, p. 57-68, 2010.
- MATTOS, J. R. L. de; GUIMARÃES, L. dos S. *Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MCKENNA, R. As cinco regras do novo marketing. *Revista HSM Management*, v. 22, 2006.
- NASCIMENTO, A. R. do; SILVA, B. F. da; SANTOS, G. G. dos. *E-commerce: o melhor caminho no mercado*. 2009. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração – Marketing) – Curso de Administração, Centro Universitário Eurípides de Marília. Marília/SP, 2009.
- OKADA, S. I.; SOUZA, E, M. S. de. Estratégias de marketing digital na era da busca. *REMark – Revista Brasileira de Marketing*, v. 10, n. 1, p 46-72, jan./abr. 2011.
- PAPPA, M.; SAES, D. X. *Negócios eletrônicos*. Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2015.
- PARENTE, J. *Varejo no Brasil: gestão e estratégia*. São Paulo: Atlas, 2000.
- RAPP, S.; MARTIN, C. *Maxi-e-marketing no futuro da Internet: estratégias para vencer a concorrência na economia da Internet*. São Paulo: Makron Books, 2002.

A economia e o turismo compartilhando soluções

RIGATO, C. A. *Uso da Internet na pós-venda de serviços Business-to-Business*. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Economia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

STREHLAU, V. I.; TELLES, R. *Canais de marketing e distribuição: conceitos, estratégias e modelos de decisão*. São Paulo: Saraiva, 2006.

TOLEDO, G. L.; NAKAGAWA, M. H.; YAMASHITA, S. S. O composto de Marketing no contexto estratégico da Internet. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 3, n. 1, 2002.

TURBAN, E.; KING, D. *Comércio eletrônico: estratégia e gestão*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Uma proposta de melhoria a partir do mapeamento do processo de formação da conta em uma unidade hospitalar

Ariane Polletti Pinheiro*
Damiana Machado de Almeida**
Bruna de Vargas Bianchim***
Jonathan Saidelles Corrêa#
Rita de Cássia Trindade dos Santos##

Resumo: O presente estudo objetiva analisar, descrever e realizar análise crítica dos caminhos percorridos pelas guias que fazem parte da formação da conta dos pacientes atendidos no Hospital Geral Unimed (HGU), visando sua otimização. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, em Hospital Geral Unimed, localizado no Rio Grande do Sul. Utilizou-se o questionário com perguntas de natureza, a observação participante e análise documental como instrumento na busca de informações e melhor compreensão do processo. Por fim, mapeou-se o processo, elaborou-se o fluxograma e realizou-se a análise crítica, permitindo perceber que ocorre envolvimento de vários setores, cuja importância de cada um vai além das rotinas específicas de sua função. A estrutura vigente requer maior interação entre a equipe. Barreiras à comunicação não devem existir, necessitando consciência de que são facilitadoras, não devendo pensar de maneira isolada, pois suas decisões afetarão a próxima fase do processo.

Palavras-chave: Conta hospitalar. Mapeamento do processo. Fluxograma.

Introdução

Segundo Barley (1986), a estrutura de uma organização influencia o desempenho dos profissionais e estes influenciam também a estrutura. Dentro deste enfoque, sabe-se que é necessário resgatar o saber dos

* Graduada em Administração. *E-mail:* ariane.polletti@hotmail.com.

** Doutoranda em Administração no Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/5642167686175158>>. *E-mail:* dimyalmeida@gmail.com.

*** Acadêmica do curso de Graduação em Administração.

<<http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>>. *E-mail:* bruna.bianchim@gmail.com

Mestrando em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. <<http://lattes.cnpq.br/6954473064636289>>. *E-mail:* jonathan.saidelles@gmail.com

Graduada em Administração. Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

<<http://lattes.cnpq.br/0203083920075858>>. *E-mail:* rita.santos0606@gmail.com

profissionais que desempenham suas funções em serviços de saúde. Proporcionar uma estrutura de trabalho adequada, flexível, para atender as suas necessidades, permitindo que seus processos sejam praticados com o objetivo de alcançar melhoria nos resultados organizacionais.

Dito isto, Prahalad e Krishnan (2008) definem processos internos como elos entre a estratégia da empresa, os modelos de negócios e as operações de rotina. Representam o conhecimento explícito e detalhado do modelo de negócios e definem as relações lógicas entre as atividades da empresa, e de sua rede de colaboradores, assim como seus relacionamentos com os consumidores. Esses processos administrativos envolvem a segurança do paciente, o ambiente hospitalar e seus procedimentos internos, por meio do manuseio de documentos referente ao atendimento e que, posteriormente, formarão a conta hospitalar do paciente.

A formação da conta hospitalar do paciente transita por vários setores dentro do hospital e faz parte de um dos processos operacionais. Este processo encerra no setor de faturamento do hospital, que faz o relatório de gastos, despesas de materiais e medicamentos, honorários médico-hospitalares e arquivamento dos documentos, denominada Prontuário. Por isso a importância de os documentos estarem devidamente preenchidos e compoendo a conta hospitalar do paciente. Ainda, a relevância por mapear o processo está no retrabalho que o setor de faturamento realiza, em casos nos quais na conta falte assinatura do profissional da equipe de enfermagem, do próprio médico assistente, dado não preenchido, ou falta de documento, tais como: guia de autorização (emitida pelo convênio Unimed), termo de entrega de anátomo, descrição, resumo clínico, entre outros.

Diante do atual método, o setor de faturamento recebe as contas e fatura, no entanto dispende de tempo buscando e organizando os documentos necessários que deveriam estar presentes sem a necessidade de cobrança. Quando se deixa de executar com eficácia a tarefa, isso implicará complicações para a próxima fase. Além disso, a morosidade no fechamento das contas implica adiamento do pagamento dos honorários médicos (clínicos, cirurgiões, anestesistas, etc.). Demais prestadores terceirizados (laboratórios, clínicas de imagem, etc.), que dão suporte ao diagnóstico de

patologias crônicas ou agudas. Além dos custos de materiais e medicamentos que, por hora, ficam por conta da cooperativa.

Em face disso, o presente estudo possui a seguinte problemática: Quais os caminhos percorridos pelos documentos formadores da conta hospitalar do paciente? Existem obstáculos que impedem que a conta chegue completa ao setor de faturamento? Para responder a esses questionamentos tem-se por objetivo geral analisar, descrever e realizar análise crítica dos caminhos percorridos pelas guias que fazem parte da formação da conta dos pacientes atendidos no Hospital Geral Unimed (HGU), visando sua otimização.

Processo

O processo é um conjunto de atividades repetitivas e correlacionadas, envolvendo talentos (pessoas), equipamentos, procedimentos e informações que, quando bem executadas, convertem entradas em saídas, adicionam valor e produzem bons e aproveitáveis resultados. (KRAJEWSKI, 2009; OLIVEIRA, 2007; DAVENPORT, 1994; HAMMER). Os processos não estão definidos para atuarem isoladamente, mas para serem praticados em estruturas organizacionais que interagem entre si, utilizando competências e equipes multidisciplinares, possibilitando usufruir do conhecimento de forma abrangente. (OLIVEIRA, 2007).

Um processo pode ter seu próprio conjunto de objetivos e envolver um fluxo de trabalho que ultrapasse as fronteiras departamentais, necessitando de recursos de vários setores envolvidos, sendo que algumas etapas são delineadas para tarefas rotineiras, enquanto outras são constituídas para o trabalho personalizado. (KRAJEWSKI, 2009). Pidd (1998) ressalta a importância de modelar o processo, a fim de descobrir os componentes essenciais e sensíveis em que as alterações farão diferença, já que as mudanças tecnológicas permitem que o processo seja alterado no espaço ou no tempo, capacitando a organização a operar mudanças repentinas auxiliadas por modelos simulados em computador e pela engenharia dos processos de negócio.

Num mapa de processos, são reconhecidas atividades, informações e restrições de interface de forma simultânea. O seu entendimento parte do

sistema inteiro de processos, como uma única unidade modular, que será expandida em diversas outras unidades mais detalhadas, que, conectadas por setas e linhas, serão decompostas em maiores detalhes de forma sucessiva. Esta decomposição garantirá a validade dos mapas finais. Assim sendo, o mapa de processos deve ser apresentado em forma de linguagem gráfica que permita: expor os detalhes do processo de modo gradual e controlado; encorajar concisão e precisão na descrição do processo; focar a atenção nas interfaces do mapa do processo; e fornecer uma análise de processos poderosa e consistente com o vocabulário do design. (HUNT, 1996).

Cantidio (2012) ratifica que, ao padronizar um processo, reduzem-se efetivamente as perdas, pois se almeja o melhor no desempenho das atividades; ao contrário, a inexistência de padrões leva ao desperdício e acarreta falhas. Assim, espera-se que, ao padronizar, as perdas se extingam, sejam elas de caráter financeiro ou intelectual. Para Lucena, Araujo e Souto (2006), um sistema padronizado desenvolve e controla padrões de desempenho e de procedimentos, normalmente ocorre diante da instituição de um eficaz sistema de informações, para oferecer suporte à execução, ao controle e à melhoria das operações.

Fluxograma

Para Luporini e Pinto (1986, p. 89), “[...] fluxograma é o gráfico das rotinas, por excelência, pois representa de forma dinâmica, através de símbolos convencionais, a sequência normal de trabalho”. Ele reproduz com racionalidade, lógica e clareza a síntese de rotinas ou procedimentos, nos quais estão contidos documentos, informações recebidas, processadas e emitidas a seus respectivos responsáveis e/ou a unidades organizacionais. Os aspectos principais de um fluxograma, segundo Oliveira (1997), são os seguintes:

- (a) padronizar a representação dos métodos e os procedimentos administrativos;
- (b) maior rapidez na descrição dos métodos administrativos;
- (c) facilitar a leitura e o entendimento;
- (d) facilitar a localização e a identificação dos aspectos mais importantes;

- (e) maior flexibilidade; e
- (f) melhor grau de análise.

Seguindo a análise das vantagens do uso do fluxograma, Chinelato Filho (2004) destaca:

(a) permite conferir o funcionamento de todos os componentes do método administrativo e de produção, ou seja, habilita e facilita a análise da eficácia do sistema;

(b) deixa clara a apresentação da filosofia de administração, atuando, principalmente nos fatores concretos;

(c) permite a visualização ampliada, promovendo o exame dos vários componentes do sistema e das prováveis repercussões, sejam elas positivas ou negativas. Normalmente, outros métodos apresentam uma estrutura de leitura mais morosa e menos clara, o que dificulta sua análise. Além desses, Chinelato Filho (2004) destaca que o uso do fluxograma:

- faz o levantamento da análise de qualquer método administrativo, desde o mais simples ao mais complexo, do mais específico ao de maior abrangência;

- propicia o uso de simbologias – o que libera uma leitura mais simples e lógica do método, tanto por parte dos peritos, quanto por seus usuários; e

- os fluxos mostram a identificação mais fácil e rápida dos pontos fortes e fracos do método administrativo considerado.

Ao estudar minuciosamente cada tipo de fluxograma, o mesmo deve ser atentado para o sistema de análise que convém a cada um; porém, as respostas ao rol de perguntas deve ser comum a todos. Seguindo, Oliveira (1997), ressalta que, para obter os melhores resultados, a partir da leitura e interpretação dos fluxogramas, todos os participantes devem ter em mente quais são as informações básicas provenientes do fluxograma. Primeiro, os tipos de operação ou trâmites que integram o circuito de informações. Em seguida, atentar para o sentido ou fluxo da informação. Em quais unidades organizacionais será realizada cada operação. A quantidade das operações efetuadas; e os níveis hierárquicos que intervêm nas operações do método administrativo representado pelo fluxograma.

Método

O presente trabalho caracteriza-se como descritivo, de abordagem metodológica qualitativa, do tipo estudo de caso. Cabe salientar que a pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis, utilizando instrumentos padronizados para coletar dados, como a utilização do questionário e a observação participante. Caracteriza-se também como estudo de caso realizado no Hospital Geral Unimed, vinculado à operadora de plano de saúde Unimed. Conforme Yin (2005, p. 32), estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Utilizou-se o questionário aplicado ao responsável pelo setor de faturamento do hospital, e a observação participante a qual foi crucial para o entendimento do processo. Além disso, utilizou-se análise documental como instrumento na busca de informações e melhor compreensão do processo. A base documental pertence aos arquivos digitais e físicos do Hospital Geral Unimed e da sede administrativa da Unimed. O estudo também contou com a aplicação do questionário com perguntas de natureza aberta ao analista de contas do setor de faturamento. Por fim, a pesquisa e elaboração do fluxograma foram realizadas conforme as seguintes fases:

- Fase 01: observação participante e anotações com os setores envolvidos no processo de formação da conta hospitalar: Internações; Secretaria do PA; Unidade de Internação; Centro Cirúrgico; CME; Faturamento; Autorizações e Tesouraria (Caixa);
- Fase 02: mapeamento das atividades por meio da elaboração de quadros-resumo sobre as tarefas e rotinas desempenhadas pelas secretárias e pelos colaboradores;
- Fase 03: aplicação do questionário ao responsável pelo setor de faturamento do HGU;
- Fase 04: pesquisa documental nos arquivos digitais e físicos do HGU e inserção de dados ao trabalho;

- Fase 05: elaboração do fluxograma de colunas, a partir do mapeamento;
- Fase 06: análise crítica da atual metodologia utilizada na formação da conta hospitalar do paciente.

Discorridos o percurso metodológico, passa-se para apresentação e análise dos resultados obtidos.

Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados deste estudo são discutidos na seguinte ordem: primeiramente, o mapeamento dos setores envolvidos no processo, após o fluxograma global ou de colunas; posteriormente, a análise crítica do processo de formação da conta hospitalar.

Mapeamento dos setores envolvidos no processo

Para realizar o mapa do processo de formação da conta hospitalar, foi necessário ter acesso às principais rotinas de cada setor e saber qual a sua principal contribuição para a formação da conta. Alguns desses contribuem de forma administrativa à assistência prestada ao usuário, oferecendo suporte nas tramitações de documentos e outros possuem o contato direto com o paciente, durante o desenvolvimento de suas funções. O Quadro 1 elenca as principais tarefas diárias que o colaborador do Setor de Internações desempenha.

Quadro 1 – Etapa inicial do processo de formação da conta hospitalar

Etapa	Competência	Principais atividades
Inicial	Internações (Recepção)	<ul style="list-style-type: none"> - Receber a guia de autorização e documento de identificação do paciente; - Conferir se o pedido do médico assistente está em conformidade com a autorização do convênio (materiais e medicamentos); - Lançar as informações da guia no Sistema Integrado de Gestão Hospitalar (SIGH), fazendo a liberação de materiais e medicamentos à farmácia do hospital; - Imprimir a ficha do paciente, termos (respaldos jurídicos do hospital), nota de sala e identificação do paciente e do acompanhante; - Imprimir o mapa das cirurgias agendadas para as 48 horas seguintes (convênio e particular); - Abrir Ordem de Serviço (OS), para o monitoramento interno do mapa das cirurgias; - Convênio: verificar se os trâmites da autorização já foram realizados pelo médico assistente e paciente (pedido médico e autorização); - Particular: fazer contato prévio com o paciente para a confirmação e ciência sobre o depósito do valor inicial referente ao procedimento; - Dar suporte à família sobre esclarecimentos e orientação quando o beneficiário não possui cobertura contratual ou não tem condições de pagar o procedimento particular; - Encaminhar o paciente até o bloco cirúrgico ou unidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

A fase seguinte do processo é previamente definida pela necessidade de atendimento do usuário. Uma vez tudo estando de acordo, a solicitação do médico assistente, a ciência do hospital, na recepção do paciente e a abertura do processo interno permitem que se siga para a próxima fase do processo, juntamente com os documentos que foram gerados.

Os setores que irão recebê-los, para realizar o atendimento, são as salas cirúrgicas; a Unidade de Internação, ou o Bloco Cirúrgico. Caso o paciente siga para uma das Salas Cirúrgicas, os documentos e as rotinas estarão sob a responsabilidade da Secretária do Pronto Atendimento. O Quadro 2 descreve sinteticamente as principais tarefas e rotinas da Secretária do PA.

Quadro 2 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – secretaria do PA

Etapa	Competência	Principais atividades
Intermediária	Secretaria do PA (Sala cirúrgica)	– Atender ao telefone e responder às dúvidas sobre pacientes; – Conferir as guias do que será realizado nas salas cirúrgicas do PA; – Conferir no SIGH, se os lançamentos dos procedimentos estão de acordo com as normas do faturamento (guia 2: vinculados ao atendimento feito no PA ou guia 3: procedimentos hospitalar não vinculados a consultas no PA); – Etiquetar anátomos; – Pedir materiais de uso administrativo; – Tirar senso diário dos pacientes que estão internados e em observação no PA; • Conferir, se possui, exames com a enfermagem, • Verificar com as Autorizações do HGU, se possui cobertura contratual pelo convênio; • Se for ECG, só adicionar à conta do paciente. Exames feitos pelo convênio devem retornar as autorizações do hospital para a autorização; – Trocar guias com médicos cooperados do PA (orientação de como solicitar no sistema corretamente para que não haja atrasos); – Separar as contas que estão prontas e encaminhar ao faturamento. As contas devem ter: Guia de autorização, boletim, nota de sala, descrição cirúrgica e resumo clínico. – Atentar para as contas com guias 3. Pendentes, retornam ao setor de autorizações e aguarda-se a autorização.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O paciente é encaminhado à Unidade de Internação do hospital, os trâmites do fluxo interno ficam aos cuidados da Secretária da Unidade, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – Secretaria da unidade

Etapa	Competência	Principais atividades
Intermediária	Secretaria da Unidade	<ul style="list-style-type: none"> - Imprimir senso diário (listagem) dos pacientes internados na Unidade (convênio e particulares), impressão em duas vias; - Atender ao telefone e dar informações sobre dúvidas a respeito dos pacientes internados; - Pedidos de exames do dia anterior devem ser colocados na pasta do paciente (conta); - Exames do dia devem ser autorizados pelo convênio (Autorizações); - Esvaziar todas as pastas diariamente e colocar os documentos nas contas (evoluções e prescrições); - Verificar se as evoluções diárias estão assinadas e carimbadas pelos técnicos e enfermeiros; - Verificar se em todos os dias há evolução (tem que ter diariamente); - Atentar para os documentos que vêm do bloco cirúrgico no pós-operatório (Nota de Sala, Laudos, complemento de OPME, <i>cheklist</i>); - Cuidar o número de diárias dos pacientes internados do convênio, se necessário solicitar prorrogação ao médico assistente; - Fazer contato com médico, quando solicitado avaliação (parecer) de outro especialista; - Cuidar: paciente em isolamento deve ter justificativa do médico assistente, e “paciente em desospitalização” deve ter autorização para uso de medicação especial; - Protocolar o recebimento das notas de sala vindas do bloco cirúrgico e colocar nas referidas contas dos pacientes; - Conferir o que foi utilizado com o que foi autorizado na nota de sala. Se faltar material, aguardar o médico assistente vir na Unidade para que faça o pedido posteriormente encaminhado ao setor de Autorizações; - Cuidar número de sessões e autorizações das fisioterapias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Ao paciente necessitando de intervenção cirúrgica de baixa e média complexidade o atendimento será realizado no Centro Cirúrgico. Neste caso, vale ressaltar que o paciente pode provir de outro setor do hospital para ser “cirurgiado”, como poderá dar entrada para realizar uma cirurgia de caráter ambulatorial. Sabendo disso, tão logo terminados os processos cirúrgicos e o paciente em condições clínicas (Sala de Recuperação), poderá retornar ao setor de origem ou obter alta domiciliar.

O paciente encaminhado ao Centro Cirúrgico, a recepção de documentos e demais tramitações administrativas ficam aos cuidados das secretárias do Centro Cirúrgico. Dada demanda de procedimentos cirúrgicos, do número de funcionários que circulam no interior do bloco cirúrgico, dos intervalos obrigatórios dos colaboradores, das escalas em feriados e finais de semana, há mais de uma funcionária na recepção. O Quadro 4 descreve as principais atividades diárias.

Quadro 4 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – Secretaria do Centro Cirúrgico

Etapa	Competência	Principais atividades
Intermediária	Secretaria do Centro Cirúrgico	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolar e entregar as chaves dos vestiários para médicos e funcionários; - Dobrar e entregar os uniformes de uso no bloco cirúrgico; - Auxiliar técnicos, enfermeiros e médicos sobre as guias autorizadas; - Dar informação aos familiares sobre os pacientes que estão no pós-operatório na Sala de Recuperação (SR); - Fazer contato via ramal com SR, para obter informações dos pacientes; - Fazer conferência no sistema SIGH dos pacientes que entrarão para cirurgia e anotar manualmente no livro diário de cirurgias; - Fazer agendamento das cirurgias via telefone: <ul style="list-style-type: none"> • agendar no sistema do bloco cirúrgico, conforme a disponibilidade de horários; • agendar cirurgias conforme a codificação da tabela Unimed (também utilizada para cirurgias particulares); • registrar a utilização de materiais e medicamentos; • todas as cirurgias que possuem órteses, próteses e materiais especiais – OPME, após o agendamento, deve-se abrir OS para o setor de compras, a fim de providenciar a cotação dos materiais; • pacientes Unimed: verificar no sistema de Autorizações se já possui solicitação médica do procedimento; • pacientes particulares: fazer agendamento com a descrição dos materiais a serem utilizados; - Protocolar e encaminhar os anátomos para o laboratório; - Após as cirurgias protocolar e encaminhar, diariamente, as contas para o setor de: <ul style="list-style-type: none"> • Faturamento, se o procedimento é ambulatorial: <ul style="list-style-type: none"> - Registra no SIGH a documentação da conta: descrição, resumo, ficha anestésica, trans-operatório, nota de sala, laudo médico, anátomo (se tiver). • Unidade, se o paciente é acompanhado de prontuário completo contendo anamnese (histórico), com laudo de exames, evolução médica, prescrição médica, ficha de internação e transferido para o setor de destino.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O bloco cirúrgico do hospital contempla seis salas para procedimentos, sendo uma delas para cirurgias oftalmológicas de pequeno porte. Além disso, anexo ao bloco há o setor que disponibiliza materiais de instrumentação cirúrgica denominado Centro de Materiais e Esterilização (CME). A partir disso, o Quadro 5 elenca as principais atividades diárias da secretária do CME.

Quadro 5 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – CME

Etapa	Competência	Principais atividades
Suporte	Centro de Materiais e Esterilização – CME	<ul style="list-style-type: none"> - Receber, conferir, esterilizar (hospital possui duas autoclaves para esterilização), embalar, armazenar e disponibilizar os materiais no bloco cirúrgico; - Conferir mapa das cirurgias diariamente, por meio das OS que foram geradas ao setor de compras; - Transferir para agenda manual as cirurgias do dia e, se possui ou não, utilização de materiais; - Contatar com o médico assistente, caso necessário, para alterar ordem das cirurgias; contatar fornecedores; - Atentar para que o circulante de sala etiquete o laudo do procedimento; - Anexar laudo pós-cirúrgico na OS aberta em nome do paciente (reposição de material ou justificativa de uso); - Escanear, protocolar no SIGH e entregar à secretária do bloco cirúrgico o laudo pós-cirúrgico (será anexado à conta do paciente); - Arquivar todos os laudos em arquivo mensal digital; - Verificar no mapa do dia anterior de todas as cirurgias se possuem laudo; - Conferir o <i>checklist</i> de materiais utilizados no procedimento, pelo circulante de sala.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

É importante salientar que o processo de formação da conta hospitalar do paciente não depende só da guia autorizada pela área administrativa ou pelo correto manuseio dos documentos pelas secretárias. Requer envolvimento de todos, da equipe de enfermagem, enfermeiros, circulantes de sala, médicos assistentes e/ou cirurgiões, anestesistas, fisioterapeutas, etc. A conta aberta no sistema SIGH deve ser alimentada de informações em tempo real, além disso, os documentos físicos referentes ao paciente também devem ser preenchidos, assinados, carimbados, datados e, tão logo finalizado

o atendimento, os documentos (conta) são encaminhados ao setor de faturamento ou ao setor de destino do paciente.

Uma vez recebido pelo setor de faturamento, o primeiro passo é fazer a conferência e organização da conta física do usuário, que deve conter os seguintes documentos, respeitando a seguinte ordem de colocação: (1) Guia de autorização Unimed; (2) Termo de entrega de anátomo (laudo); (3) Demonstrativo (conta corrente); (4) Exames complementares (fraturas). Se for procedimento cirúrgico: (1) Avaliação pré-anestésica; (2) Ficha anestésica; (3) Nota de sala; (4) Laudo de material especial; (5) Nota fiscal (se houver); (6) Relatório transoperatório; (7) Descrição cirúrgica; (8) Prescrição médica; (9) Pareceres (se houver); (10) Resumo clínico e (11) Evolução de enfermagem.

Os profissionais do Núcleo de Auditoria são os responsáveis por auditar todo e qualquer procedimento realizado em nível hospitalar, ou seja, as cirurgias de pequeno e médio porte, internações clínicas ou cirúrgicas, ambulatoriais ou internados, assim como as quimioterapias. Todas as contas são sempre auditadas, pelo enfermeiro auditor para procedimentos de pequena complexidade ou pelo médico auditor da área quando os procedimentos são de média complexidade com ou sem anátomos patológicos, com ou sem OPME. Havendo qualquer desconformidade entre o que foi autorizado com o que de fato foi realizado, esses profissionais fazem a revisão e a readequação para que o efetivo pagamento esteja de acordo com as normativas do MIN. Salienta-se que, no setor de faturamento, há um enfermeiro auditor trabalhando diariamente nas contas geradas pelo HGU, já os médicos auditores das áreas visitam o setor semanalmente. O prontuário de atendimento fica arquivado no hospital à disposição do paciente ou do convênio. O Quadro 6 apresenta a descrição das rotinas e tarefas do setor de faturamento.

Quadro 6 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – Faturamento

Etapa	Competência	Principais atividades
Final	Faturamento	<ul style="list-style-type: none"> - Receber, conferir e separar a documentação que compõem a conta hospitalar; - Separar em ordem alfabética as contas que aguardam laudo de anátomo (paciente ambulatorial e internado); - Separar as contas por especialidade; - Providenciar documentos e assinaturas que não estão de acordo; - Visitar consultórios para levar e buscar documentos; - Lançar informações sobre a conta no SIGH (confere taxas e bloqueia a conta); - Emitir fatura das contas para a Facquímio; - Contas auditadas devem ser revisadas e corrigir as desconformidades (número de anátomos, complemento de guias para readequação de códigos); - Emitir faturas (remessas pelo sistema XML) ao setor de contas; - Fornecer prontuários ao setor de Internações, mediante solicitação; - Liberar prontuários eletrônicos aos convênios; - Encaminhar os arquivos eletrônicos e remessas para os convênios; - Classificar, reapresentar e receber glosas de contas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O faturamento do hospital recebe todas as contas geradas pelo Hospital Geral Unimed, inclusive dos atendimentos particulares, cujas regras sobre a organização das contas dos pacientes são iguais às regras do convênio. A diferença está na emissão de remessa que não haverá para o setor de contas médicas sobre contas particulares.

Diante do modelo de formação da conta hospital do paciente, o setor de faturamento possui uma tarefa importante nas organizações das contas antes de seguirem para a fase seguinte. Tudo que ocorreu durante o caminho da formação da conta estará sob avaliação no setor de faturamento. Normalmente, num atendimento hospitalar, a documentação passa por muitas pessoas e a cada nova sequência é gerado um novo documento que também cumpre uma função importante na conta do paciente. Por isso, o faturamento do hospital possui uma ligação importante com os setores geradores das contas. Por este passa toda e qualquer solicitação de exames, procedimentos e medicações que o usuário intercâmbio ou usuário local venha realizar no HGU. A guia inicial do paciente vem previamente

autorizada pelo setor de Autorizações da sede administrativa da Unimed; os demais anexos à guia são feitos pelo setor de Autorizações do HGU.

As Autorizações abrem a solicitação de complemento, confere a tramitação diariamente, anexa documentos e laudos e emite a autorização da guia. Para pacientes Intercâmbio, abre-se o chamado para a Unimed de origem e aguarda-se o parecer, sendo paciente Unimed Santa Maria, aguarda-se o parecer da Auditoria médica local. As tramitações com Unimed coirmãs são regidos pelo Manual de Intercâmbio Nacional (MIN), que define, entre outros assuntos, o tempo mínimo para a devolução das guias de Autorizações. O Quadro 7 elenca as principais rotinas diárias do Setor de Autorizações.

Quadro 7 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – Autorizações

Etapa	Competência	Principais atividades
Suporte	Autorizações HGU	<ul style="list-style-type: none">- Emitir todas as autorizações e complementos de guias que circulam pelo hospital (convênio Unimed): Pronto Atendimento, Bloco cirúrgico, Unidade e SOS;- Atender usuário presencialmente;- Interpretar informações sobre cadastro de usuários 045,- Atentar para a regularidade de contratos dos pacientes 045,- Autorizar exames de pacientes atendidos na urgência e emergência e encaminhar ao Caixa;- Atender as solicitações do hospital referente a complementos de guias vindos dos setores:- Esclarecer dúvidas dos colegas sobre cadastro de beneficiários;- Encaminhar guias para a auditoria (Usuários 045), e posteriormente autorizar;- Abrir solicitação no Portal Unimed (Intercâmbio) dos pacientes que não possuem Unimed local e, posteriormente, fazer liberação;- Monitorar OS referentes à solicitação de materiais;- Monitorar os complementos de autorizações. Encerrados com parecer, deve-se emitir a autorização ou informar da negativa;- Agendar curativos feitos no PA.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Uma vez que autorizações de exames ambulatoriais dos pacientes Unimed Santa Maria efetuam pagamento de diferença, depois da guia de exame ter sido gerada, segue para o Caixa (Tesouraria), que receberá a diferença e efetuará a baixa, validando a senha para o prestador executar o

exame. O Quadro 8 elenca as principais tarefas e rotinas dos colaboradores da Tesouraria:

Quadro 8 – Etapas do processo de formação da conta hospitalar – Tesouraria

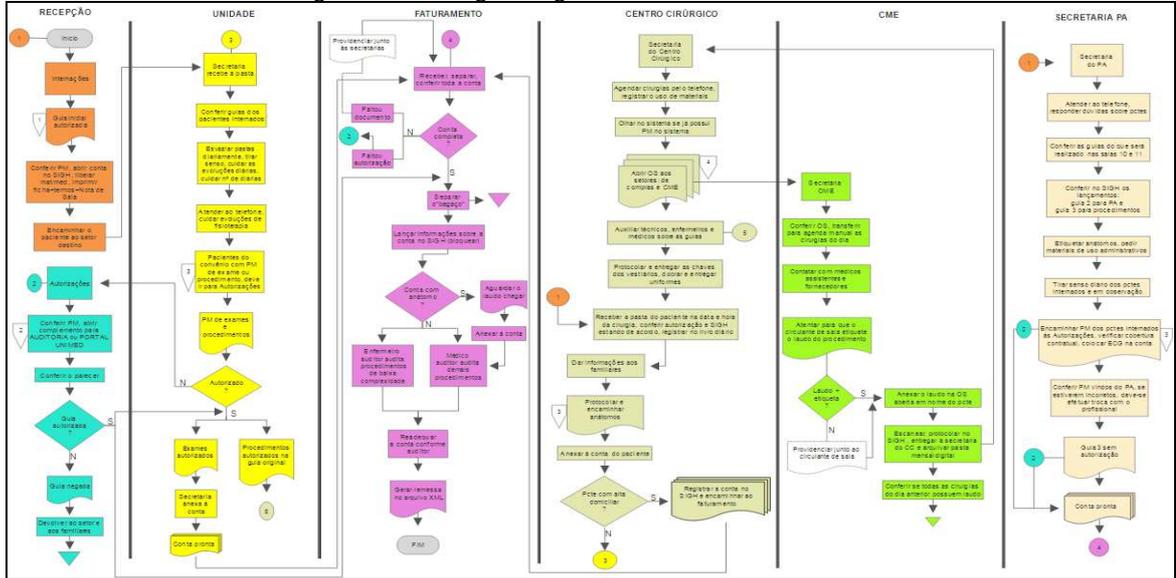
Etapa	Competência	Principais atividades
Suporte	Caixa (Tesouraria)	<ul style="list-style-type: none"> - Abrir e fechar o caixa; - Receber coparticipações dos usuários Unimed; - Receber depósito inicial referente a procedimentos particulares; - Pagar honorário consultoria para médicos; - Fornecer vales ao setor de manutenção ou a outro setor do hospital mediante liberação; - Cobrar usuários que eventualmente não tenham pago a diferença das consultas; calcular desconto, receber o valor das contas particulares; - Emitir nota fiscal de cirurgias particulares; - Cobrar, emitir nota fiscal e disponibilizar vale refeição aos acompanhantes; - Receber valores de diferença do SOS.
Suporte	Tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao caixa; Conferir os caixas gerados nos dias anteriores; - Enviar malotes dos caixas conferidos ao setor financeiro da sede administrativa; fazer orçamentos de cirurgias particulares; - Procedimentos particulares com OPME: devem ser abertos os OS para o setor de compras cotar os materiais; - Enviar orçamento de OPME para a secretária do médico escolher a opção de fornecedor; - Receber <i>e-mail</i> das secretarias e encaminhar ao setor de Compras, para disponibilizar os materiais no Centro de Materiais e Esterilização (CME).

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Após mapeamento de todas as etapas, passou-se para a elaboração do fluxograma global ou de colunas de tal processo, conforme Figura 1.

Fluxograma global ou de colunas

Figura 1 – Fluxograma global ou de colunas



Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Análise crítica do processo de formação da conta hospitalar

Quadro 10 – Análise crítica do processo de formação da conta hospitalar

Competência	Análise crítica	Descrição	Situação desejada	Sugestão de melhoria
Internações (Recepção)	Dificuldade de comunicação oral com o setor de Autorizações Sede (emissor da guia de autorização principal)	Autorização deve estar de acordo com a solicitação médica, não pode ter desconformidade de códigos, materiais e medicamentos	A comunicação oral é mais adequada pela agilidade para solucionar toda e qualquer dúvida ou irregularidade nas guias	Haver maior interação entre os colaboradores que emitem a guia principal (Sede) com os colegas que dão continuidade ao processo (HGU). Entender como o processo se desenrola é de extrema importância. A utilização do fluxograma é crucial.
Secretaria do PA	Depender de outro setor para obter informações sobre os contratos dos pacientes da Unimed Santa Maria Depender do MA para toda e qualquer adequação de guias digitais ou documentos físicos	Saber a situação cadastral do paciente é importante (cobertura contratual, carência, regularidade das mensalidades). As solicitações das guias digitais devem estar de acordo com o que foi realizado, além disso, os documentos físicos da conta devem estar preenchidos	O colaborador deve saber onde buscar e como interpretar os dados que compõem a situação cadastral do paciente. Os documentos que formarão a conta do paciente (Prontuário) devem estar preenchidos com as informações clínicas em tempo real	A partir do manual de rotinas, o colaborador deve receber treinamento continuado sobre os sistemas que sua função demandará consultar. Aos médicos e demais profissionais de enfermagem cabe a educação continuada, através de <i>workshops</i> , reuniões, formulários, lembretes eletrônicos no <i>login</i> do profissional. Ter clareza da obrigatoriedade do preenchimento de documentos serve também para o respaldo jurídico próprio e do hospital
Secretaria da Unidade	Atentar para as Evoluções diárias do paciente; é obrigatório ter todos os dias guias assinadas, datadas e carimbadas Depender do MA para toda e qualquer adequação de guias digitais ou documentos físicos	As Evoluções são registros diários feitos pela equipe de enfermagem sobre o estado clínico do paciente (verificação de pressão arterial, temperatura, administração de medicamentos, etc.) Complemento de guias de materiais, medicamentos, prescrições, exames, etc., devem ser feitos pelo MA sempre	Todos os documentos formadores da conta devem estar de acordo ao chegarem no faturamento	Aos médicos e demais profissionais de enfermagem cabe a educação continuada, através de <i>workshops</i> , reuniões, formulários, lembretes eletrônicos no <i>login</i> do profissional. Ter clareza da obrigatoriedade do preenchimento de documentos serve também para o respaldo jurídico próprio e do hospital
Centro Cirúrgico	Subsistema complexo em que há muitas pessoas envolvidas, por isso a necessidade de desvincular o agendamento das cirurgias (telefone) da secretaria do Centro Cirúrgico	O Centro Cirúrgico possui alto fluxo de movimentação diária de médicos, profissionais de enfermagem e familiares dos pacientes que estão na SR ou em cirurgia. Essa movimentação interfere no momento do agendamento via telefone. Além disso, há documentos e protocolos que precisam ser	As secretárias devem desempenhar as tarefas essenciais referentes ao suporte do pessoal que trabalha no Centro Cirúrgico. O agendamento dos procedimentos requer conhecimento e tranquilidade para o seu registro adequado no sistema. Nunca descuidar de abrir OS, no caso de utilização de materiais e medicamentos	Alocar em espaço separado o atendimento ao telefone para agendamento de cirurgias. Deixar as secretárias somente para realizar as tarefas referentes à secretaria do Centro Cirúrgico, evitando o acúmulo de funções. Outro quesito importante é referente às horas trabalhadas pelas secretárias. A sugestão é que tanto o agendamento quanto as secretárias do Centro Cirúrgico cumpram 6 horas/dia e, nos finais de semana, sob-regime de escala,

A economia e o turismo compartilhando soluções

		encaminhados de maneira adequada a outros setores		cumpram 12 horas/dia
CME	O CME necessita de no mínimo, 48hs para providenciar o material e disponibilizar na sala cirúrgica. Contingências estão reservadas às urgências e emergências, os atendimentos eletivos devem respeitar os prazos. Uma ressalva importante é a obrigatoriedade do preenchimento dos laudos pós-cirúrgicos pelos circulantes de sala	Após o agendamento da cirurgia, é obrigatório abertura de OS aos setores competentes, para iniciar a cotação das OPME. Não feito isso, não haverá material disponível para o procedimento cirúrgico. Os preenchimentos dos laudos pós-cirúrgicos servirão para elucidar o uso do material (lote e etiqueta), qual tamanho utilizado, solicitar reposição, anexar o documento à conta e, posteriormente, arquivar no Prontuário	Que a abertura do processo seja feita de maneira eficaz, e que as demais fases ocorram concomitantemente ao processo do CME, a fim de que o procedimento ocorra sem contingências. O laudo referente ao ato cirúrgico deve dar continuidade ao processo, de maneira que estejam devidamente preenchidos e encaminhados à secretaria para serem anexados à conta do paciente	A questão principal é que as fases do processo ocorram de maneira eficaz; para que isso ocorra, é importante que todos façam sua parte e, mais, conheçam as demais fases, evitando, assim, transtornos indesejados pelo caminho ou no final do processo. O fluxograma de todo processo ajuda a orientar os colaboradores diante de possíveis dúvidas, além de ser uma ferramenta para padronizar processos e melhorar a prestação de serviço. Aos médicos e demais profissionais de enfermagem cabe a educação continuada, através de <i>workshops</i> , reuniões, formulários, lembretes eletrônicos no <i>login</i> do profissional. Ter clareza da obrigatoriedade do preenchimento de documentos serve também para o respaldo jurídico próprio e do hospital
Autorizações	Grande demanda de complementos de guias solicitados pelos setores: PA, Unidade, Centro Cirúrgico, SOS	As solicitações dos complementos chegam às Autorizações conforme necessidade. Essas guias são analisadas e encaminhadas para Auditoria ou via Portal, para os pacientes Intercâmbio. Respeitar os respectivos prazos de retorno dos pareceres, depois anexar os complementos às guias principais e, então, devolver aos setores	Os complementos das guias fazem parte dos atendimentos que o usuário realizou, portanto deve-se obter a autorização desses para ser anexada à conta hospitalar do paciente. Caso os complementos não estejam presente, o faturamento não pode dar continuidade ao faturamento	Demanda de um colaborador a mais que cumpra a carga horária integral de oito horas para complementar o trabalho dos demais que realizam 6hs/dia e faça as solicitações, monitoramento das guias e autorizações quando emitido o parecer. O treinamento continuado é essencial para o bom desempenho das tarefas diárias do setor.
Faturamento	Raramente, as contas chegam ao faturamento completas. A busca por documentos, assinaturas costuma tornar o processo ainda mais moroso	As contas recebidas são conferidas uma a uma antes de serem fechadas e faturadas. Faltando documentos ou assinaturas, inicia-se a busca para deixá-las adequadas	A conta do paciente deve chegar completa para o setor de faturamento. A responsabilidade de formar a conta do paciente é obrigação de todos os envolvidos e não apenas do setor-fim	Treinamento continuado e foco nas tarefas realizadas pelas secretárias dos setores. Cada setor deve ficar responsável por montar a conta do paciente que ali está sendo atendido. Treinamento e orientações sobre o setor de faturamento devem ser continuamente atualizados, por meio de formulários e fluxogramas para orientação do processo

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo geral analisar, descrever e realizar análise crítica dos caminhos percorridos pelas guias que fazem parte da formação da conta dos pacientes atendidos no Hospital Geral Unimed (HGU), visando sua otimização. Todo processo de formação da conta hospitalar abrange vários setores e diferentes profissionais, dentre estes, a área administrativa, técnicos em enfermagem, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas, entre outros. As fases do processo são extremamente dependentes uma da outra, uma vez que a continuidade do fluxo depende do que consta na guia inicial autorizada, e a finalização do processo depende de que os documentos obrigatórios estejam todos preenchidos, e de acordo com as normas para se fechar a conta, auditar, faturar (arquivo XML) e encaminhar ao setor de Contas Médicas.

Diante da descrição das atividades desempenhadas pelos setores que fazem parte do processo, foi possível mapear os caminhos percorridos pelas guias e pelos documentos até sua recepção no setor de faturamento do HGU. A partir disso, observou-se que as secretárias dos setores devem ter um treinamento intenso, para que a responsabilidade de organizar e reunir os documentos necessários esteja visível. Não obstante, a responsabilidade individual de cada profissional não deve ser minimizada. A participação individual no processo é de suma importância. Para isso, tornar o processo visível. Adicionar o fluxograma na educação continuada dos colaboradores tem grande valia para o desempenho das tarefas diárias. Os profissionais precisam ser conhecedores do processo, além do que compete a cada um sua importância no todo.

A plenitude do processo de formação da conta hospitalar do paciente se dará com o treinamento, com a educação continuada mediante utilização de instrumentos que auxiliarão os gestores, na comunicação com seus colaboradores. É o caso do uso de formulários, manuais, fluxogramas, *workshops*, lembretes eletrônicos no *login* de acesso. E atentar para que não haja acúmulo nas funções diárias, que possa dispensar o bom andamento das atividades.

Como limitação, ressalta-se que o trabalho ocorreu apenas no que compete à circulação de guias nas dependências do hospital, depois da guia principal autorizada. Porém, o processo todo é mais amplo e depende de outros setores e serviços terceirizados, como a Central de Orçamentos, a Farmácia do HGU, fornecedores de OPME e profissionais autônomos, como médicos. Isso faz com que o fluxograma atual seja parcial. Sugere-se para estudos futuros complementá-lo, sendo necessário estender o estudo aos demais setores participantes, aqui não mencionados, o que necessitaria de maior tempo hábil para a correta elaboração e apresentação.

O presente estudo permitiu identificar a necessidade da utilização do fluxograma como instrumento de ajuda à padronização dos serviços e processos. O próximo desafio é a implementação efetiva na educação continuada dos diferentes setores, das áreas e aos multiprofissionais, enfatizando a importância destes na atividade diária, em que o empenho pessoal é peça-chave para todo o processo.

Referências

BARLEY, S. R. Technology as an occasion for structuring: evidence from observations of CT scanners and the social order of radiology departments. *Administrative Science Quarterly*, 1986.

CANTIDIO, S. *Padronização do processo*. 2016. Disponível em: <<https://sandrocan.wordpress.com/tag/padronizacao-do-processo/>>. Acesso: 12 maio 2016.

CHINELATO FILHO, J. *O&M integrado à informática*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

DAVENPORT, T. *Reengenharia de processos*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMMER, M.; CHAMPY, J. *Reengineering the corporation*. New York: Harper Business, 1994.

HUNT, V. D. *Process mapping: how to reengineer your business processes*. New York: John Wiley & Sons, 1996.

KRAJEWSKI, L. et al. *Administração de produção e operações*. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LANZER, E. A.; PEREIRA, M. F.; SILVEIRA, J. S. T. Dimensionamento de Eficiência Produtiva de Unidades Hospitalares Utilizando Análise de Envolvimento de Dados (DEA). *Revista Brasileira de Administração Contemporânea*, 1995.

LUCENA R. L.; DE ARAUJO M. M. S.; SOUTO M. S. M. L. A padronização de processos operacionais como instrumento para a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito: estudo de caso na indústria têxtil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. *Anais ...* Fortaleza, 2006.

LUPORINI, C. E. M.; PINTO, N. M. *Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O&M*. São Paulo: Atlas, 1986.

OLIVEIRA, D. P. R. *Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, D. P. R. *Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PIDD, M. *Modelagem empresarial: ferramentas para tomada de decisão*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

PRAHALAD, C. K.; KRISHNAN, M. S. *A nova era da inovação: impulsionando a co-criação de valor ao longo das redes globais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

UNIMED NORTE NORDESTE. *Manual de intercâmbio nacional*. Santa Maria, 2016. Disponível em: <www5.unimed-nne.com.br/portal/Manuais>. Acesso em: 30 maio 2016.

UNIMED SANTA MARIA. *Institucional*. Santa Maria, 2016. Disponível em: <www.unimedsm.com.br>. Acesso em: 7 maio 2016.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



EDUCS